

# JAVIER MORO

# O IMPÉRIO É VOCÊ

A fascinante saga do homem que mudou a história do Brasil

*Romance*



JAVIER MORO  
O IMPÉRIO  
É VOCÊ

A fascinante saga do homem que mudou a história do Brasil

*Romance*

*Tradução*  
Clene Salles

 Planeta

Copyright © Javier Moro, 2011  
*Título original: El imperio eres tú*

Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Planeta do Brasil Ltda.  
Avenida Francisco Matarazzo, 1500 – 3º andar – conj. 32B  
Edifício New York  
05001-100 – São Paulo – SP  
<http://www.editoraplaneta.com.br>  
[vendas@editoraplaneta.com.br](mailto:vendas@editoraplaneta.com.br)

Conversão para eBook: Freitas Bastos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
(CIP)  
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

M854i

Moro, Javier, 1955-

O império é você / Javier Moro ; tradução Clene Salles. – São Paulo  
: Planeta, 2012. 496p. : 23 cm

Tradução de: El imperio eres tu

ISBN 978-85-7665-946-4

1. Ficção espanhola. I. Salles, Clene, 1967-. II. Título.

11-0084.

CDD: 863

CDU: 821.134.2-3

Para minha mãe.

Basta apenas um momento para fazer um herói,  
e uma vida inteira para fazer um homem.

ROMAIN ROLLAND

Sua vida marcou a história de dois continentes.

## INTRODUÇÃO

22 DE ABRIL DE 1500

*O almirante português Pedro Álvares Cabral chegou à costa americana por acaso. Ventos caprichosos do Atlântico o tinham impedido de seguir a rota planejada, a de seu antecessor, Vasco da Gama, que passava pelo Cabo da Boa Esperança para terminar na Índia. A viagem de Cabral havia sido dramática porque, na altura da África, uma das embarcações de sua frota desapareceu no mar, com 150 marinheiros a bordo, e nunca se encontrou seu rastro. O fato realmente inquietante sobre esse acidente foi que o navio afundou sem motivo aparente, nem sequer poderia se dizer que teria sido por causa de um temporal. Então, em busca de ventos propícios para dirigir-se ao Cabo da Boa Esperança, Cabral derivou para oeste. E algum tempo depois, seus marinheiros encontraram massas de longas e arvesadas algas na superfície do mar e viram voar uns pássaros barrigudos. Nessa mesma tarde avistaram terra. Acorados em uma esplêndida baía tropical, Cabral enviou um de seus oficiais para explorar a praia e o rio. Assim que pisaram na areia, o português e seus homens se encontraram com um grupo de índios Tupi, que o olharam com assombro e certo medo. De longe, o oficial tentou falar com eles, mas o som das ondas silenciava sua voz. Então lhe veio uma ideia, jogar um gorro vermelho, e logo lhes atirou um gorro de linha que estava usando e depois um chapéu negro. Passaram-se alguns segundos eternos, antes de os índios reagirem. Alguns segundos de expectativa máxima antes do instante em que não só dois grupos de homens, senão dois povos, dois continentes, iriam se encontrar oito anos depois da chegada dos espanhóis na América. Em seguida, um dos indígenas lançou ao lugar onde estava o oficial um colar de penas de tucano, vermelhas e laranjas.*

*Outro saiu da tremenda espessura vegetal oferecendo uma folhagem num galho coberta de avelórios, como um colar de contas que pareciam pérolas. O oficial ficou extasiado diante da aparência daqueles indígenas: estavam seminus,*

*seus corpos estavam pintados com tintas de cor vermelha e preta, a cabeça levava enfeites feitos de penas multicoloridas e o cabelo fora cortado na mesma altura na franja, acima das orelhas. As mulheres o fascinavam, ainda que o violentasse o espetáculo aberto que ofereciam “suas partes genitais”.*

*Ao anoitecer, Cabral recebeu dois indígenas no castelo de popa de seu barco. A luz de algumas tochas realçava seu colar dourado, a elegância de seu uniforme e sua distinção. Sentado em uma larga e imponente poltrona com um tapete aos seus pés, suportou uma decepção ao comprovar que os índios não lhe prestaram a mínima atenção. Obviamente não tinham chefe, nem sequer uma hierarquia. Os marinheiros lhes mostraram uma cabra, mas os índios permaneceram indiferentes. Logo lhes trouxeram uma galinha, a qual lhes deu tanto medo que não quiseram pegá-la com as mãos. Foram oferecidos a eles pão, peixe cozido, doces, mel, figos secos..., mas não provaram nem um pedaço sequer e, quando o fizeram, cuspiram fora.*

*Em última análise, a única coisa que impressionou os índios foram os objetos de ouro e prata que viram no barco. Na manhã seguinte, indicaram com o braço em direção à terra para dizer que ali também havia ouro e prata. Essa mensagem não caiu em ouvidos moucos. Imediatamente, Cabral decidiu deixar em terra dois presidiários que viajavam no barco e que haviam sido condenados à morte em Lisboa, para que aprendessem o idioma e os costumes dos nativos. Foi um momento trágico na história do descobrimento, porque nem os índios queriam esses intrusos, nem os presidiários desejavam ficar ali, à mercê do desconhecido. Cabral, sem sombra de dúvida, foi implacável. A frota em seu comando zarpou para a Índia e deixou aqueles dois infelizes chorando na praia. Assim, o almirante tomava posse dessa terra para Portugal e ficaria plantada a semente de um novo país-continente. Na realidade, o primeiro descobridor fora o espanhol Vicente Yáñez Pinzón, que um mês e meio antes da chegada de Cabral formou-se o primeiro europeu a chegar à costa de Pernambuco e explorar a desembocadura do Amazonas. Entretanto, em virtude do tratado de Tordesilhas de 1494, que dividia aquele território entre Espanha e Portugal, Pinzón não podia reclamar aquela descoberta para a coroa espanhola. O nome Brasil chegaria mais tarde, no século XVI, quando os primeiros colonos começaram a exportar a árvore que os índios usavam para extrair suas tintas e se pintar daquela maneira que tanto fascinou o oficial português e que chamavam de pau-brasil, por desprender uma coloração avermelhada quando fervida em água, o que sugeria as chamas de um fogo ou as brasas do carvão incandescente. De Terra do Pau-Brasil, acabaria posteriormente abreviando-se para Brasil.*

## P RIMEIRA PARTE

Aqueles que cruzam o mar mudam de céu, mas não de alma.

HORÁCIO

## RIO DE JANEIRO, 1816

Pedro de Bragança e Bourbon acabara de completar 18 anos e estava apaixonado. Era um garoto magro e musculoso, com grandes e brilhantes olhos negros e um olhar lânguido. Cachos de cabelo castanho emolduravam seu rosto de pele bronzeada pela vida ao ar livre, iluminado por um sorriso sempre alegre. Era um adolescente impulsivo, muito ativo e com disposição para as atividades físicas. Sem ser muito corpulento, dava a impressão de ser mais alto do que em realidade era. Naquela corte cerimoniosa e antiquada de Portugal, consideravam-no um príncipe excêntrico: banhava-se nu na praia, tinha amizade com os carpinteiros da oficina do palácio e gostava de trabalhar com as mãos, apesar de os trabalhos manuais serem considerados coisas de escravos. Sabia laçar cavalos com a ajuda dos peões e ferrar esses animais melhor do que um profissional. Gostava de sair para caçar com seu irmão Miguel, quatro anos mais novo que ele, a disparar contra os jacarés que se arriscavam a fazer sua sesta no braço de um rio, ou a perseguir onças-pintadas e cervos até a selva virgem que se estendia, densa e opaca, pelos arredores do Rio de Janeiro. Miguel era mais baixo e robusto e seus olhos eram um pouco saltados. À primeira vista, ninguém diria que eram irmãos.

Os cortesãos, que sempre foram o alvo preferido de suas brincadeiras, não poupavam adjetivos para descrevê-los: preguiçosos, vigaristas, pilantras, astutos, malandros etc. Em certa ocasião, o almirante de uma esquadra britânica lhes presenteou com dois canhões de bronze fundido em miniatura, montados em suas rodas. Os garotos esperavam horas em seu quarto e disparavam nas pernas dos que passavam pelo corredor do palácio. Mais de um cortesão terminou com as panturrilhas queimadas. Nem os criados nem os próprios pais conseguiram descobrir onde eles encontravam pólvora. A diferença era que Pedro dava a cara

a bater, Miguel era fugidio e mentiroso. Sempre que podia, se escudava em seu irmão mais velho, por quem sentia uma mistura de admiração e inveja. Além de ser o mais velho, tudo para ele dava certo. Sem esperança de um dia subir ao trono por ter uma posição muito inferior à de Pedro na linha de sucessão, nada continha seus maliciosos impulsos: Miguel adestrava cães para que atacassem os visitantes e era rancoroso, arrogante e tirânico com os serviçais.

Os irmãos gostavam de jogos violentos, excitava-lhes sentir o estímulo do perigo e isso continuou por toda a vida. Quando eram adolescentes, as corridas de carruagem que disputavam nas novas calçadas do reino eram o terror da vizinhança. Corriam enlouquecidamente, com o risco de perder o equilíbrio e serem arremessados; e inclusive, chegavam a tocar suas rodas para que um descarrilhasse o outro, atijando os cavalos sem se importar se iriam atropelar alguém ou não, tampouco ligavam para os pontos de venda de frutas que destruíam, muito menos para as pessoas que sujavam com o barro que salpicava e menos ainda com a exaustão de seus cavalos cobertos de suor. Saíram milagrosamente ilesos de vários acidentes. Uma vez passado o susto, recomeçavam tudo do mesmo jeito, porque necessitavam da emoção daquele risco, assim como precisavam do ar para respirar. Invariavelmente Pedro ganhava, o que provocava a raiva de Miguel.

— É normal que eu ganhe — dizia ele para consolá-lo. — Você é menor. Espere um pouco e verá como um dia vai me vencer.

Contudo, Miguel odiava que fosse lembrado daquilo. Ganhar de Pedro era o seu mais ardente desejo, que na idade adulta se transformaria em uma obsessão.

Ainda crianças, assim que podiam escapar da vigilância dos preceptores e criados, ambos se perdiam no imenso parque que rodeava o palácio de São Cristóvão, sede da monarquia portuguesa transferida para o Brasil, localizado a cinco quilômetros do centro do Rio de Janeiro. Brincavam de esconde-esconde, subiam as palmeiras e colhiam cocos frescos que logo abriam com uma pedrada para beber a água. Às vezes eles cruzavam com algum caçador que trazia uma onça viva ou macacos com pelagens surpreendentes e olhos saltando da órbita e iam admirá-los através das grades de uma jaula. Mas o que mais os divertia era brincar de guerra, sem suspeitar que um dia teriam que lidar com uma de verdade. Na selva circundante, cada um dirigia seu próprio exército de meninos escravos. Enfrentavam-se em sangrentas batalhas e se atacavam com facas, paus, pedras, atiradeiras, estilingues e armações com folhagens. A fúria que empregavam nos combates era apavorante para a idade dos combatentes, e o

número de feridos, altíssimo. Depois de um corpo a corpo feroz, muitos garotos acabavam com a cabeça ferida, jorrando sangue brilhante sobre a pele negra, e outros acabavam com os braços fraturados ou cortes no abdômen. Alguns perdiam a consciência pelas contusões na cabeça, enquanto Pedro e Miguel, tomando-se por generais, dividiam ordens, distribuíam as tropas, discursavam para seus soldadinhos e os estimulavam quando os viam acovardar-se. E como sempre, o exército de Pedro ganhava, para o grande desalento do pequeno Miguel, que não hesitava em castigar com crueldade seus soldados-escravos, a quem sempre atribuía a causa da derrota. Aquele jogo cruel acabou no dia em que Miguel, usando um mosquete, deixou gravemente ferido um de seus soldadinhos-escravos. Então, os preceptores reais entrevistaram e deram ordem para acabar com aquelas hostes infantis.

Ambos os irmãos haviam crescido ao sabor da boa vontade de Deus, já que vinham de um ambiente familiar em que quase ninguém dava importância ao conhecimento e à cultura, num meio em que se considerava a coisa mais natural do mundo que o filho de um europeu ou de alguém de origem europeia tivesse sua própria escrava para desfrute sexual, em que se valorizava que os jovens andassem com mulheres, que fossem conquistadores, defloradores das jovens e que se utilizassem de gestos e palavras obscenas para que não fossem tachados de afeminados. Isso era válido para todo o espectro social, da plebe à corte.

Antes de chegar ao Brasil, quando ainda viviam no palácio onde nasceram, lá em Queluz, próximo de Lisboa, as criadas brasileiras, com sua pele cor de canela e sua desenvoltura, tinham contribuído de maneira eficaz para o despertar de seus sentidos. Da sexualidade precoce de Pedro, haviam sido vítimas as donzelas que desde criança lavavam sua roupa, vestiam-no e o arrumavam com esmero nos dias de gala. Rosa, a anã brasileira que se convertera em mascote de sua avó, a rainha Maria, deixava-se apalpar entre as coxas quando não havia ninguém por perto.

Ainda que desde pequenos fizessem tudo que fosse possível para fugir das restrições que a condição de príncipes lhes impunha, Pedro e seu irmão Miguel não tinham outra saída exceto comparecer às cerimônias oficiais. Ambos ficavam entediados, mas Pedro suportava melhor. De menino já fazia como seu pai, estendia a mão para receber os beijos reverenciais dos adultos, no entanto pobre do garoto que se aproximava, porque ele bruscamente se levantava e lhe dava um forte soco no queixo. E continha a gargalhada enquanto os pais levavam dali aquele estupefato rebento, para evitar um escândalo.

Todos o chamavam de Dom Pedro desde que iniciou o uso da razão. A princípio, seu destino não era ser o primeiro da linha de sucessão, porque não era o primogênito. Isso era algo que dizia respeito a seu irmão mais velho, que se chamava Antônio. Até que um dia, ainda muito criança, Pedro percebeu um grande alvoroço ao seu redor; viu sua mãe chorar e seu pai invocar, com o punho alçado para o céu, a maldição dos Bragança, uma lenda nascida séculos antes depois que um rei de Portugal agrediu a pontapés um monge franciscano que lhe pedia esmola. O frade, em represália, jurou que jamais um primogênito varão dos Bragança viveria o bastante para chegar ao trono. E aquela maldição se repetia, geração após geração, com uma precisão arrepiante. Através de um vitrô do palácio de Queluz, o pequeno Pedro viu distanciar-se um cortejo de pessoas vestidas de preto caminhando por uma alameda bordeada de ciprestes, encabeçado por um grupo de cortesãos que levavam aos ombros um pequeno caixão branco. Disseram a ele que, nesse caixão, seu irmão mais velho ia direto para o céu. Tinha morrido de febre aos seis anos de idade. No palácio só se ouvia o desesperado grito de sua avó, a rainha Maria, que já se encontrava senil. Mais tarde, quando os integrantes do cortejo regressaram e o ambiente já havia se acalmado, uns potentes braços o levantaram do solo. Era sua ama de leite, que mantinha a cabeça coberta com um manto preto e tinha seus olhos avermelhados; olhou fixamente no rosto, tão parecido com o de seu irmão recentemente morto, e lhe disse: “Pedro, agora é com você, um dia será rei”.

Então sua vida mudou. Até esse momento, seu pai não havia se preocupado em proporcionar a seu filho mais informação do que aquela que já havia recebido como segundo na linha de sucessão. Isso quer dizer, bem pouca. Para que instilar noções de história, geografia ou sobre a arte de governar a um menino que a princípio não estava destinado a reinar? Esse era o tipo de raciocínio da época.

Trinta anos antes, tampouco Dom João havia recebido uma educação esmerada, porque quem estava destinado a reinar era seu irmão mais velho, José, um jovem bonito, inteligente, de caráter decidido e independente, mas que não pôde escapar da maldição e morreu aos 26 anos de idade. E logo Dom João e sua mulher Carlota Joaquina se viram catapultados a um lugar de proeminência, o de príncipes e futuros herdeiros do trono. Ela estava feliz, porque era ambiciosa, mas ele se sentia um amaldiçoado. Mais tarde, Dom João, ou João o Clemente, como os vassallos o chamavam, assumiu a regência quando a rainha Maria foi declarada incapaz de governar devido à sua alienação mental, mas ele o fez a contragosto. Sentia pânico ao ter que enfrentar as

responsabilidades para as quais nunca havia se sentido preparado e que nunca desejara. Era um homem indeciso, tímido, indolente, medroso, preso aos padrões antigos. Nunca demonstrara interesse especial nem pelas letras, nem pelas ciências, nem pela arte de governar. De fato, sempre redigiu mal, com erros de ortografia e sintaxe. Toda a sua vida havia vivido em companhia dos frades e, no fundo, ele se sentia um pouco monge. Aficionado por música sacra, seu maior vício era a glotonaria e se, quando jovem, ele gostava de caçar, era só porque isso lhe permitia fartar-se da carne de cervo.

Ao morrer seu filho primogênito, Dom João quis recuperar o tempo perdido com Pedro e lhe designou um tutor que teve muitas dificuldades para manter a atenção do menino, nada acostumado a estudar. Uma vez já instalados no Brasil, continuou cuidando para que seu filho tivesse bons professores, homens como Frei Antônio de Arrábida, confessor e preceptor de religião, um homem culto e piedoso, que soube inculcar em Pedro certo respeito pelo conhecimento humanista. Ou João Rademaker, um diplomata de origem holandesa que falava quase todos os idiomas europeus e lhe ensinou os princípios da matemática, da lógica, da história, da geografia e da economia política. No entanto, nenhum dos dois teve uma real ascendência sobre seu espírito indomável, nenhum lhe deixou sua marca. Como seria possível, se nunca lhe exigiram mais de duas horas de estudo formal por dia? O esforço para concentrar-se deixava Pedro mentalmente esgotado. Quando se entediava com uma lição, simplesmente deixava o professor ali plantado e ia embora. Saía e dirigia-se para as quadras reais, para domar seus potros e fazia estalar seu grosso chicote de carroçaria enquanto distribuía ordens entre os escravos. O fato de tratar com as pessoas mais comuns lhe permitiu rapidamente superar a consciência de ser alguém excepcional. Comunicativo, curioso, alerta, nervoso, gostava das piadas sujas que lhe contavam nas esquinas dos quarteirões, das ruas e das praças, apreciava ir para as tabernas frequentadas somente por europeus e fazia isso disfarçado com uma capa e um chapéu de aba longa, fazendo-se passar por um paulista para beber, jogar, cantar, tanger o berimbau ou tocar marimba. Nos botecos, Pedro se divertia dançando o lundu angolano, precursor impudico do samba que a Igreja havia proibido, porque começava com um “convite ao baile” em que o homem e a mulher esfregavam as barrigas. Ou corria para mergulhar despido na praia. Um dia, quando descoberto por um grupo de senhoras da corte, soltou uma gargalhada, mas não correu para cobrir-se, e sim plantou-se diante delas, provocador, mostrando suas partes com insolência e orgulho.

Seu pai pouco o repreendia, e como consequência não havia como

disciplinar seu filho. Não fez isso somente por ser brando, ou porque sempre estivesse por demais concentrado nos assuntos do Estado, não tendo como ocupar-se de sua família, senão porque sabia que Pedro, apesar de parecer bagunceiro e muito saudável, era vítima de um mal que tinha herdado da linhagem de sua mãe, do lado espanhol. Só havia se manifestado uma vez e de forma sutil, depois que seu pai o repreendera por portar-se mal à mesa. O menino ficou por alguns segundos preso em convulsões, com os olhos brancos e um fio de saliva escorrendo dos lábios. Dom João não precisou falar com nenhum médico para adivinhar a natureza daquele mal. A epilepsia era uma velha conhecida da família. O ataque havia sido muito leve, mas todos sabiam que aquela enfermidade não tinha cura e voltaria a se manifestar, cedo ou tarde. Dom João achava que não convinha contradizer o garoto, enfrentá-lo ou mesmo deixá-lo nervoso. Haviãam contado a ele que as pessoas evitavam castigar Napoleão ainda quando menino, depois do episódio em que o colocaram para comer de joelhos, porque isso pareceu ser o que lhe provocou um ataque epilético. Os conselheiros de Dom Pedro sabiam que aquilo não era grave e que se poderia conviver com a enfermidade. Não diziam que Sócrates também era epilético? Que Napoleão padecia das crises em dias de grande tensão? A questão é que, por esse motivo, Pedro desfrutou de uma liberdade inusitada.

De seu pai, Pedro tinha herdado uma inteligência sutil, uma bondade natural, certo senso de sobrevivência, a cobiça e a avareza pelo dinheiro e a inclinação pela música. Tocava clarinete, flauta, clavicórdio e um pouco de violino. De sua mãe, a espanhola Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, herdou a paixão pelos cavalos, um forte espírito de independência, o sangue quente e um insaciável apetite pelos devaneios amorosos: desde criadas negras até filhas de altos funcionários da corte, todas estavam expostas às suas audácias quando regressava de suas caçadas e se intrometia nos quartos das serviçais. Ainda que ultimamente ele as deixasse em paz, pois se dedicava mais a ir à cidade para ver a jovem que lhe tirava o sono. Nunca imaginou que seu coração daria tamanha virada quando viu pela primeira vez aquela bailarina francesa executar sua dança com tanta graça no Teatro Real do Rio de Janeiro. Apesar de sua tenra idade, Pedro acreditava já estar bem “temperado” em questão de mulheres, no entanto até então nunca tinha sofrido a mordida do amor.

Um noite, no bar da Corneta na rua Violas, conheceu aquele que seria seu melhor amigo pelo resto da vida. Vestido como os habitantes de São Paulo, conhecidos por seu espírito conquistador e independente, e acompanhado por dois cavaleiros do palácio, assistia ao duelo de violão de dois cariocas. Ambos competiam pelos aplausos do público, inventando versos à medida que tocavam seus instrumentos. Um dos músicos, um negro grandalhão, devia ter reconhecido o príncipe, porque cantou uns versos irreverentes que fizeram rir a multidão, mas enfureceu Pedro, que ao retirar sua capa revelou sua identidade:

— Sou o príncipe herdeiro Pedro — disse, antes de ordenar a seu companheiro. — Pegue-o! Dê a esse negro o que lhe é merecido!

Mas o violonista já estava em fuga, assim como a maioria dos homens daquele local, enquanto as mulheres se escondiam debaixo das mesas para evitar serem esmagadas no tumulto da saída.

Um daqueles que tinham zombado do príncipe adolescente permaneceu no boteco, desafiante. Era um português de uns 25 anos, que usava uma espécie de barretina, um estranho chapéu. O cavaleiro de Pedro se lançou sobre ele com o bastão pronto para agredi-lo, mas o português se afastou, agarrou-o pelo pescoço e o atirou ao solo. Em seguida, levantou o rapaz pelo pescoço e pelas calças, erguendo-o como se fosse um boneco, foi até a porta traseira do estabelecimento e o jogou no pátio. Então, dirigindo-se ao enfurecido príncipe, o homem tirou a barretina e fez uma reverência pronunciada, descrevendo um arco com seu gorro e quase tocando o chão, e disse com um esboço de sorriso: “Francisco Gomes da Silva, para servir a sua alteza”. Surpreso e admirado pela teatralidade do jovem, Pedro soltou uma risada:

— Que debochado... Um sujeito incomum!

Foi assim que o príncipe encontrou seu pau para toda obra, e assim o batizou nessa noite: o Chalaça, o Curinga. Dom Quixote havia encontrado seu

Sancho Pança, só que o Chalaça era alto e de boa aparência. Conhecido por ser um grande contador de histórias, era engenhoso e piadista, cantor de baladas, habilidoso dançarino de *lundu*, mulherengo, bebedor e briguento. Tinha todas as qualidades para divertir um príncipe. Juntos os dois viveram múltiplas aventuras, sempre na noite e em botecos de péssima aparência. Para Pedro, o Chalaça, oito anos mais velho do que ele, foi um mestre a ensinar-lhe a vida de devassidão das ruas. Suas piadas lhes custaram sérios problemas e uma vez o príncipe teve que resgatar seu amigo de uma taberna em que havia provocado uma briga descomunal. Para lhe tirar dos apuros que a sua inclinação à cachaça irremediavelmente o levava, o Chalaça sempre podia contar com o sóbrio Pedro, que nunca foi um grande bebedor.

Era evidente que os pais da classe rica, tanto brasileiros como portugueses, redobrassem a vigilância sobre suas filhas quando o príncipe rondava por perto. Em uma ocasião, um endinheirado comerciante chegou a colocá-lo para fora de sua casa, farto do assédio a que submetia sua filha. Pouco antes de sentir-se cativado pela bailarina francesa, aproximava-se, ainda montado em seu cavalo, dos palanquins de alguém, levados pelos escravos.

— Veja, preste atenção nos que estão com as cortinas fechadas — aconselhava o Chalaça. — Seguramente lá viaja uma mulher...

Do alto de sua montaria, Pedro abria a cortininha e, se a passageira lhe agradasse, flertava com ela.

Agora que estava apaixonado pela bailarina francesa, não fazia mais essas coisas, ainda que não fosse a primeira vez que uma mulher do teatro lhe arrebatava o coração. Já tinha acontecido com a atriz Ludovina Soares, uma morena bela e vivaz que passou em turnê pela cidade. O Teatro Real, construído por seu pai para dar ao Rio de Janeiro um ar cosmopolita, e que fazia boa falta ali, era um ímã que atraía os artistas do mundo inteiro. Com seus 112 camarotes e capacidade para mil pessoas, inspirado no Teatro de Ópera Cômica de Paris, a sala Favart tinha uma acústica impecável, capaz de satisfazer a inclinação dos Bragança pela música, uma paixão que vinha de muito tempo. Não tinha seu antepassado José I uma sala de ópera em cada um de seus palácios, em Lisboa, em Salvaterra e em Queluz? Quando viviam em Portugal, os músicos e cantores da capela da rainha Maria eram reconhecidos em toda Europa por sua excelência. Era tal a adoração de Dom João pela música que não se importava com os gastos na hora de fazer vir os mais famosos *castratti* da Europa. Vestidos em trajes de veludo de cor púrpura, com seus rostos adiposos cobertos por uma grossa capa de maquiagem, cantavam o *Miserere* de Pergolesi e os oratórios de

Haendel com um esplendor etéreo que, segundo os especialistas, rivalizava com o coro da Capela Sistina. Dom João não se envergonhava de chorar em público quando ouvia esses cantos agudos que reviravam a essência do seu ser.

Desde a sua inauguração havia dois anos, o teatro tinha se convertido também no centro de todos os eventos, manifestações políticas e sociais, e no foco da vida pública. No entanto, não esquecia a sua vocação de sala de espetáculos, e durante todo o ano oferecia um repertório de óperas, sinfonias, balés, tragédias e comédias. Compareciam músicos e companhias de teatro como a que havia trazido Ludovina Soares.

Depois de muita insistência e de usar toda a esperteza e habilidade de intermediação do Chalaça, Dom Pedro conseguiu que a atriz finalmente lhe concedesse uma reunião em sua pousada. Quando o príncipe apareceu na hora marcada, Ludovina abriu sigilosamente a porta e fez que a seguisse por um longo corredor escuro. Pedro já salivava com a perspectiva de passar as próximas horas nos braços e entre as pernas da atriz quando, de repente, e para sua surpresa, encontrou-se em uma sala cheia de pessoas: eram os atores da companhia, cada um carregando uma tocha na mão, e todos esperando a honra de cumprimentar sua alteza real. Ludovina apontou para um homem ao lado e disse:

— Quero lhe apresentar meu marido.

Pedro ficou lívido, seus olhos se arregalaram. Mas logo percebeu que fora vítima de uma brincadeira, digna das melhores do Chalaça, engoliu seu orgulho e juntou-se aos risos dos demais... Que escolha ele tinha? No final, seu senso de humor o salvou do ridículo.

A bailarina francesa não faria algo semelhante, pela simples razão de que o queria. Foi a primeira vez que Pedro vivia um amor correspondido. A francesa não era mais uma de suas muitas conquistas, outra daquelas que se havia rendido a seus pés incondicionalmente. Dessa vez foi diferente. A princípio Noémie, era este o nome da bailarina, resistiu a ele. “Diga a esse príncipe de opereta que não me envie mais mensagens”, um dia alfinetou Chalaça que, depois da apresentação, lhe levava um bilhete escrito à mão, solicitando um encontro. Esse tratamento incomum, a que Pedro não estava acostumado, não fez outra coisa senão instigar-lhe ainda mais. Intuíu que a indiferença dela era somente aparente e continuou insistindo. Vendo que as mensagens e os intermediários não funcionavam, uma noite se apresentou em seu camarim. Levava uma flor na mão:

— Aceite-a! Eu lhe peço, como prova de respeito a seu talento... — ele disse, com a voz entrecortada pela emoção.

Noémie, ainda vestida com seu saiote de balé rosa-acinzentado, se sentiu lisonjeada. O olhou com doçura, misturada com uma pitada de ironia: ela gostava daqueles grandes olhos negros, dos cachos de seu cabelo, davam-lhe um ar romântico, e expressão de cãozinho dócil que Pedro tão bem sabia exibir quando procurava seduzir. “Obrigada”, disse-lhe ao pegar a flor. Mas quando Pedro lhe propôs um encontro, ela declinou com um suave movimento de cabeça.

O príncipe voltou a cortejá-la todas as noites enquanto durou a turnê. Pedro era atraído enormemente pelo fato de Noémie se comportar de maneira diferente das outras. Ele não conseguia tirar de sua mente os traços finos, o nariz perfeito, os olhos castanhos, a pele de porcelana e as mechas loiras no cabelo, um exótico detalhe em um país de mulatas e negras. Na última noite, quando bateram à porta do camarim e a bailarina a abriu, ela encontrou um enorme

buquê de flores, tão grande que mal se via o escravo que o carregava. “É por parte do príncipe herdeiro... Meu senhor diz que gostaria de cumprimentá-la.” Ela sorriu, e ficou um tempo pensativa. Essas flores emanavam o cheiro do poder atrativo de Pedro. O homem pousou o buquê no chão e a olhou fixamente, à espera de uma resposta.

— Diga-lhe que me espere lá fora — ela respondeu, em um português impregnado com sotaque francês. — Saírei em seguida.

Lá fora, Pedro sentiu por fim que a vitória estava ao alcance de suas mãos e dedicou seu tempo a esperar. A praça do teatro parecia uma feira. O calor tropical era sufocante. Cheirava à fumaça das fogueiras, à terra úmida e a esterco. Havia pelo menos uns mil cavalos, mulas, burros, bois, além das centenas de escravos que perseguiam seus animais para enganchá-los em seus respectivos carros. Os mais ricos possuíam as chamativas carruagens, que exibiam na saída do teatro como símbolo de seu elevado *status* social. A confusão na saída se amplificava quando os senhores não encontravam as carruagens prontas ou descobriam que seus criados estavam tão bêbados que não podiam levá-los às suas residências, geralmente situadas a uma ou duas léguas dali. O Rio de Janeiro não era uma cidade grande, apenas cinquenta ruas em ângulo reto que davam na praça do Largo do Rocio, onde ficava a catedral, em frente ao tranquilo mar formado pela espetacular baía da Guanabara. Mas muito desses homens ricos preferiam viver em casas senhoriais no alto das colinas dispersas, onde também havia monastérios, igrejas, um forte e um posto de observação do exército.

Quando a praça se esvaziou, a bailarina ainda não tinha aparecido. Uma sinfonia de sapos, grilos e cigarras que lembrava a proximidade da selva foi substituindo o agitado burburinho da saída. Dom Pedro, pouco inclinado a ter paciência, estava nervoso. Cansado de esperar, entrou no edifício e antes de chegar ao camarim de sua amada, encontrou-se com outra atriz, mais velha, que tinha um aspecto parecido com o da jovem e que lhe disse:

— Já é muito tarde agora para Noémie, *monsieur*...

— Disse-me que a esperasse, sou o príncipe herdeiro Dom Pedro...

— E eu madame Thierry, a mãe de Noémie — replicou a mulher.

Ela não lhe deu a opção de insistir. Derrotado, acabou em uma taberna com o Chalaça e seus amigos. Estes lhe propuseram resolver a situação de forma mais direta: subornar a mãe para que ele pudesse desfrutar do privilégio de visitar a filha. “Se nos arranjar o dinheiro, nós conversaremos com a mãe, não é nem necessário que vá se apresentar...” Será que aquela mulher se atreveria a

rejeitar dinheiro da parte de um membro da família real? Todos, com exceção de Pedro, acharam que aquilo seria bem pouco provável. A corrupção e o suborno faziam parte do cotidiano, da cultura local. Ninguém se escandalizava com isso. Pedro, pouco acostumado a não ter as coisas do seu jeito, onde e como queria, se deixou convencer e alguns dias depois entregou a eles alguns contos de réis. O resultado, que depois lhe foi relatado com todo o luxo de detalhes, mostrou-se decepcionante: “Quem vocês pensam que somos? Umas fulanas?”, foram repreendidos por uma furibunda madame Thierry, antes de serem enxotados de sua casa aos empurrões.

A presença da mãe e da filha na cidade, como a de muitos estrangeiros, se devia em função da medida tomada por Dom João como príncipe regente assim que chegou ao Brasil, em 1808. Decretou a liberdade de comércio da colônia, o que até então era um monopólio de Portugal, aos países amigos. Durante 300 anos, o Brasil fora um território proibido aos estrangeiros, e daí vinha sua aura de mistério.

Logo depois da decisão tomada por Dom João, primeiro chegaram os comerciantes britânicos. Traziam tecido, cordas, ferramentas, maquinário agrícola, cerâmicas, vidros, tintas, resinas, cerveja em barris e até ataúdes. Os cariocas, acostumados à escassez e à má qualidade dos produtos habituais, estavam maravilhados diante da enorme quantidade de objetos baratos que as técnicas promovidas pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha tornavam acessíveis. Acabou chegando de tudo, até produtos inúteis para o Brasil, como cobertores de lã ou patins de gelo. As mantas acabaram sendo utilizadas como filtro para batear e trabalhar o ouro e os patins foram usados como puxadores nos portões das casas.

Com a queda de Napoleão, começaram a chegar europeus fugidos de perseguições políticas, sobretudo os franceses e também as mulheres francesas, que acompanhavam seus maridos ávidos em fazer fortuna. Não eram grandes comerciantes como os ingleses. Eram mais conhecidos por serem bons cozinheiros, padeiros, doceiros, ourives, estilistas, cabelereiros, chaveiros e pintores, assim como farmacêuticos e médicos com sobrenomes Roche, Fevre ou Saisset. As estilistas de moda se instalaram na via mais concorrida da cidade, a estreita rua do Ouvidor, assim como os cabelereiros, que olhavam com desprezo e soberba os barbeiros locais, porque estes também se ocupavam do ofício de cirurgiões e de dentistas nas ruas, provocando sangrias descomuns em seus pacientes. “No Rio de Janeiro” — escreveu um naturalista gaulês — “todo

mundo pensa que todos os franceses são cabelereiros e todas as francesas, prostitutas.” Daí o zelo da madame Thierry, que não queria que sua filha fosse confundida por aquilo que não era. Ambas eram atrizes, e, além disso, trabalhavam no estúdio do maestro de balé Louis Lacombe, que lhes havia cedido os quartos da parte superior e que era responsável pelos espetáculos de dança do Teatro Real. Davam aula de canto e dança a todos que desejavam brilhar nos salões. Faziam parte da trupe de artistas, mas eram tidas como pessoas respeitáveis.

Incapaz de controlar sua paixão, Pedro voltou a insistir, persistentemente, sempre procurando evitar a mãe. Passava pelo estúdio de dança, organizava “encontros casuais” na rua, mandava bilhetes a Noémie e ela, intoxicada pelo deleite de tanto ardor amoroso, acabou despistando a mãe para vê-lo às escondidas. Eram encontros fugazes, ao entardecer, em alguma rua deserta, sempre se protegendo dos olhares indiscretos. Encontros cheios de emoções contidas. Não demorou muito para que madame Thierry se inteirasse de tudo:

— Esse rapaz não é para você, por isso não quero que o veja.

— Por que ele não é pra mim?

— Porque não é da sua condição. Ele irá lhe usar e, quando se cansar, ele a jogará fora como uma velha bituca, você vai ver. É o que ele faz com todas... Porque tem uma fama daquelas!

— Ele me ama, *maman*...

— Ilusão sua...

A mãe levantava os olhos para o céu como sinal de desespero. A ingenuidade de sua filha a tirava de seu estado natural. O pior é que ela tinha consciência de que cada vez se tornava mais difícil controlá-la. Noémie tinha encontrado seu príncipe encantado, todo especial, e estava decidida a viver até o fim o seu próprio conto de fadas... O que uma mãe podia fazer contra isso?

A princípio, os dois apaixonados mantiveram sua relação com certa discrição. Passeavam fora da cidade e terminavam em uma das muitas praias dos arredores. Sobre a areia branca e quente se descobriram nus pela primeira vez, rodeados pela beleza avassaladora e selvagem da baía, com suas águas turquesa, suas pequenas ilhas em forma de cúpulas que saíam do mar como por encanto, algumas constituídas apenas por rochas, outras rodeadas de palmeiras. Até então, uma vez apaziguado o fogaréu dos primeiros encontros amorosos, Pedro perdia o interesse logo em seguida. Agora acontecia o contrário. Quanto mais ficava ao lado de Noémie, quanto mais compartilhavam sua intimidade, quanto mais conversavam, mais se sentia envolvido, cativado. Seu cheiro, seus

olhos úmidos de prazer, seus gemidos e suas palavras de amor em francês o faziam estremecer. E não se tratava apenas do contato físico, de toda a sua personalidade emanava algo a mais, algo diferente das garotas com quem até então ele havia estado. Noémie tinha estudado, o que era uma exceção no panorama social do Rio de Janeiro.

A maior parte das mulheres não sabia nem ler nem escrever, tampouco realizar operações de cálculos. Elas dedicavam-se apenas aos labores das agulhas. O pior é que pareciam orgulhosas de ser analfabetas quando eram os próprios maridos que favoreciam essa ignorância por simples ciúmes, para impedir algum flerte amoroso. Noémie gostava de ler, e quando estavam a sós no modesto andar que compartilhava com sua mãe, e que tinha como som de fundo as notas do piano do estúdio abaixo, declamava versos de poetas franceses, páginas de Corneille e Racine, diante de seu príncipe encantado. Ela ensinava a Pedro os princípios do idioma francês, tocava peças de música que ele desconhecia, falava de autores que o príncipe nunca tinha ouvido mencionar antes, como o marquês de Sade, comentava sobre os costumes da vida na França e corrigia suas cartas, porque Pedro nunca aprendeu a escrever sem erros, nem sequer sua língua materna. Definitivamente, ela o educava à sua maneira, e ele se deixava levar por esse caso de amor que lhe proporcionava conhecimento e, ao mesmo tempo, uma felicidade sem limite. Sim, ela era a mulher da sua vida. Tão convencido estava disso que assim ele a apresentava: “Minha mulher.” Inocente Dom Pedro, que acreditava ser um homem livre.

Como o amor é igual à água, que sempre abre caminho pelas brechas entre os dedos, nem o sentido de honra da madame Thierry nem as reticências de alguns cortesãos, incluindo o príncipe regente e sua mulher, conseguiram frear essa relação. Pedro não podia ficar um dia sequer sem ver sua Noémie, e ela tampouco, e assim sua mãe lhe dizia, irritada e a contragosto com a situação:

— Pura inocência sua, ele a deixará no dia em que você menos pensar...

— Não, ele não fará isso — a filha lhe respondia, com lágrimas nos olhos.

— Ele fará isso, sim, porque é o príncipe herdeiro. E você não é nada mais do que uma atriz e, ainda por cima, estrangeira... Boba, isso é o que você é, por deixar-se manipular dessa forma...

— Ele não me manipula, ele me ama!

— A única coisa que eu peço a Deus é que ele não lhe deixe grávida...

Mas Noémie não a ouvia. Corria ao encontro de Pedro, que a esperava no alto de sua montaria. Ela sentava-se na garupa, de lado, agarrada à sua cintura e assim corriam os cinco quilômetros que separavam a cidade do palácio real, um

edifício de estilo mouro, pintado de amarelo com ornamentos brancos.

O palácio de São Cristóvão ficava em um morro, no meio de uma propriedade localizada em uma planície. De um lado estava a esplêndida baía, do outro, o Corcovado, uma montanha de mil metros de altura que servia de orientação, porque era possível vê-la de todos os cantos daquela geografia de enseadas, colinas, praias, montanhas e selva. A propriedade tinha sido presente de um endinheirado traficante de escravos a Dom João, quando este chegara ao Rio de Janeiro, dez anos antes. No centro da propriedade se erigia São Cristóvão, que era mais uma grande mansão do que um palácio e que tinha espetaculares vistas para o mar e para a montanha. Assim que ele sentou-se no alpendre da casa, diante de uma paisagem de altas palmeiras com jardins plantados com jacarandás, bananeiras, laranjeiras, cafezais, dormideiras e mais uma enorme variedade de flores, Dom João soube que esse seria o seu lugar. O que via daquela varanda era muito diferente da ordem clássica que reinava nos jardins de seus palácios em Portugal, e de mais a mais ele era sensível a essa outra beleza, exuberante e pura. E mais além do jardim, se encontrava em plena ebulição a selva tropical, uma folhagem densa onde se destacavam orquídeas, samambaias e cipós que desciam pelas ladeiras das colinas.

Desde que o príncipe regente se instalou em São Cristóvão, o palácio sofreu várias reformas, as quais serviram para embelezá-lo e aumentá-lo. Nesse processo, foram construídos também jardins de inverno, estufas, aviários, oficinas, estúbulos, casinhas para os maquinários agrícolas da lavoura, cocheiras e moradias para o pessoal que executava o serviço. Com a cumplicidade de um dos marceneiros ebanistas do palácio, um escravo liberto graças à sua habilidade com o serrote e o formão, Pedro conseguiu um quarto nos fundos de uma das oficinas, que foi reformulado para que se convertesse em seu ninho de amor. Ali passava a maior parte do tempo em companhia de Noémie. Contemplá-la nua na cama que ele mesmo havia construído com a ajuda de seu amigo carpinteiro o fazia sentir-se o homem mais feliz do mundo. Tocava o aerofone de lingueta, um tipo simples de clarinete, e ela se esticava e se sentava com as pernas cruzadas, como uma cobra hipnotizada pela flauta de um encantador de serpentes. Pedro também lia versos da *Eneida* de Virgílio, que havia aprendido com seu mestre, Frei Arrábida, durante a travessia pelo mar vindo de Portugal, um texto que o havia marcado, porque a sorte dos troianos obrigados a escapar da invasão de um exército que tinha incendiado a cidade era uma história com a qual se identificavam todos os portugueses que haviam fugido diante do avanço das tropas de Napoleão. Ele recitava seus próprios versos e, embora ela os sentisse

dissonantes em seus ouvidos, o cumprimentava, felicitando-o... Pouco a pouco, a francesa foi descobrindo que, sob a casca áspera e os modos selvagens de Pedro, havia uma natureza sensível e vibrante.

Mesmo que consciente de sua posição, o príncipe sabia ser delicado com os sentimentos das pessoas. Entre os escassos cortesãos que mostravam uma simpatia especial pelo príncipe herdeiro, estava o Conde dos Arcos, a quem Dom Pedro mandava pequenas cartas assinadas: “Do seu senhor e amigo, como homem e não como príncipe”. O conde assegurava que sabia de membros da corte que se entusiasmavam com sua história de amor com a francesa. Em realidade, os que o tratavam com mais proximidade e alguns cortesãos viam nessa relação uma aventura, uma possibilidade que poderia “civilizá-lo”, afastá-lo de sua vida dissoluta de sedutor precoce. A jovem bailarina não podia suspeitar que parte da corte tinha posto seus olhos nela, com a esperança de que conseguisse distanciar o príncipe herdeiro de suas amizades perigosas, indivíduos em sua maioria de baixo extrato social e de moral duvidosa, como o Chalaça. Sem dúvida, Dom João e seus ministros só viam a bailarina como uma conquista passageira do travesso herdeiro, mais um capricho, flor de um dia. Tinham posto seus olhares para bem longe daquele cubículo situado nos fundos da oficina do carpinteiro do palácio.

Dom Pedro tomou conhecimento de que seu destino não lhe pertencia no dia da morte de sua avó, a rainha Maria. Nessa data teve que sair de seu ninho de amor para assistir ao enterro. Comovido, seguiu o cortejo ao som lúgubre dos tambores presos aos crepes negros. Segundo um antigo costume, símbolo da humildade cristã, o féretro foi transportado aos ombros pelos Irmãos Pobres da Misericórdia, vindo desde o convento das Carmelitas, onde a rainha tinha vivido, até as portas da catedral, onde o entregaram aos grandes do reino. No interior da catedral, entre colunas trabalhadas e revestidas com lâminas de ouro, entre figuras de anjos que seguravam caveiras e grandes cortinas de veludo preto, a família real velou o corpo daquela que havia vinte anos não era mais do que uma sombra no meio dos vivos. Dom Pedro recordava o momento em que a viu desvairar pela primeira vez, em um dos corredores do palácio de Queluz, vestida com uma bata e com o cabelo desgrenhado, molhando o chão com um regador: “Não quero que estas flores tão bonitas murchem”, dizia ela, esvaziando o regador sobre o tapete que mostrava desenhos de rosas bojudas. Aquela rainha não tinha conseguido suportar as mudanças que ameaçavam seu mundo, o das monarquias baseadas no poder absoluto. Quando lá em Lisboa chegou a notícia de que o rei Luis XVI tinha sido guilhotinado, intuiu que nada voltaria a ser o mesmo para as famílias reinantes, que aquela morte selava um antes e um depois na história da relação entre os reis e o povo. Foi naquela noite que sofreu um ataque de loucura.

Pedro, que era um apenas menino, viu seu pai correr até o quarto de sua avó, cujos alaridos eram horripilantes. Jogada na cama, com o rosto tomado por uma expressão de apavoramento, sussurrava entre soluços: “Ai, Jesus; ai, Jesus! Eles estão vindo atrás de nós, João! Irão nos levar para a guilhotina, sei disso, eu sei! Mas estas chamas não me deixam sair, estamos perdidos... Ai, Jesus!” O menino se comoveu enquanto via como seu pai, que era uma alma sensível, se

ajoelhava e, chorando, implorava à mãe delirante que se acalmasse. Também recordava como, vindo do jardim, chegava o ruído das castanholas e a voz rouca de sua mãe, que recriminava o marido por não se apressar em entrar em guerra contra a França e seus revolucionários... Os afetos de Pedro se inclinavam mais para seu pai, que o amava à sua maneira de homem morno e apático, mas possuidor de sinceridade, e isso o garoto sempre notara nele. Como também percebia a guerrilha conjugal que seus progenitores travavam, o que lhe provocava um grande desconforto. Sem dúvida, Pedro se compadecia de Dom João, porque o via débil e sempre vítima do escárnio da mãe, que não economizava ocasiões em mostrar-lhe seu desprezo, inclusive diante dos filhos.

A rainha Maria viveu seus últimos anos aterrorizada pela presença do diabo, que se mostrava a qualquer hora do dia ou da noite, e lhe causava sustos de morte. Deu por fazer coisas estranhas, como comer ostras e cevada todas as sextas-feiras e sábados ou manter conversas chulas, vulgares, salpicadas de palavrões, o que tirava o puritano Dom João do sério. Porém, não há como questionar que, em sua loucura, teve momentos excepcionais, de grande lucidez, como quando aconselhou o filho diante da invasão de Napoleão a enviar Pedro ao Brasil antecipadamente. “Ou vamos todos, ou nenhum”, ela disse.

E assim foi. Ou quando atravessava a cidade a caminho do porto, no dia da partida, e as tropas francesas já estavam às portas de Lisboa, e pela janelinha da carruagem colocou a cabeça eriçada e hirsuta para fora e gritou: “Cocheiro, não vá tão depressa! Eles irão pensar que estamos fugindo!”.

Dom João sempre se comportara como um filho exemplar diante dela. Todos os dias de sua vida foi visitá-la, sem exceção. Os últimos foram passados inteiramente ao seu lado e não quis que sua mãe entrasse no outro mundo sem senti-lo por perto. Não tinha pressa em deixar de ser príncipe regente para converter-se em João VI, soberano do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Era só uma alteração nominal, pois havia muito tempo que vinha exercendo a função de rei.

Carlota estava esgotada, porque já não podia mais voltar para a Espanha. Como havia lhe custado convencer seu marido para que a deixasse ir embora depois de tantos anos de sofrimento e frustrações no Rio de Janeiro! Dom João aceitou a ideia a contragosto e contra o conselho de seus assessores:

— O comportamento de sua alteza é errático e imprevisível — eles lhe recordavam. — Sozinha na Europa, será impossível controlá-la. Pode tentar pressões, majestade, ou orquestrar outro golpe contra nós, como já tentou alguns anos atrás...

Mas Dom João não lhes deu importância. Contrariado pela agonia da mãe, sentia tanta vontade de livrar-se da mulher que aceitara que ela viajasse na companhia de suas duas filhas mais velhas, as quais iam casar-se com seus tios na Espanha... Carlota havia embarcado os baús e malas no *Sebastião* e jantava a bordo, para sonhar que já estava sulcando os mares. No entanto, a morte de sua sogra deu fim aos seus planos. A sucessão formal a convertia em rainha e Dom João aproveitou essa circunstância para voltar atrás:

— De agora em diante, sua presença no Rio de Janeiro se torna indispensável — ele lhe disse dentro da igreja. — Não pode acompanhar as meninas, você é a rainha e tem que ficar.

Muitos pensaram que as lágrimas que Carlota derramou durante o funeral se deviam à dor que sentia pela morte da sogra. Só os mais próximos sabiam da verdade.

Na saída da missa de corpo presente, um ministro de Dom João se aproximou de Pedro:

— Deve saber que as medidas para encontrar-lhe uma esposa estão avançando em bom ritmo — disse ele. — Sua majestade está fazendo grandes esforços para conseguir-lhe uma bela princesa europeia.

O ministro, que pensava estar agradando com a notícia, se decepcionou ao ver a reação transtornada de Pedro, que deu a volta e o deixou falando sozinho. A notícia de que seu destino era uma peça que estava sendo utilizada pela monarquia portuguesa em um jogo político não tinha como satisfazê-lo. Sim, ele sabia que seu casamento era uma questão de Estado, não de sentimentos. Sabia que devia servir para fortalecer o império e que esse era o destino do príncipe herdeiro. Seu destino. Sabia que não existia lugar para o amor no tabuleiro da geoestratégia mundial. Ele sabia de tudo isso, mas não aceitava. Um pulsar interno se rebelava contra isso. Ele não queria princesas, nem poder, nem governo, nem privilégios, nem riqueza. Só queria estar com Noémie, sentir o arrebatador de seu resfolegar e de seus suspiros de amor, escutar o trovejante galope de seu coração quando a acariciava.

Uns meses antes e sem que ele soubesse, o maquinário diplomata se colocara em movimento para encontrar-lhe uma esposa. Seu pai sonhava em aliar-se com um império capaz de fazer contrapeso não só aos espanhóis, mas também ao poder dos ingleses, que eram aliados valiosíssimos em tempos de guerra, mas incômodos em tempos de paz. Sua intenção era forjar uma aliança com a Áustria, a potência mais poderosa e influente do continente europeu, centro da Santa Aliança de monarcas europeus. O imperador Francisco II tinha três filhas prontas para casar. Dom João, cuja coroa representava o império mais rico da terra — ainda que somente em potencial — estava disposto a apostar alto para conseguir uma daquelas joias. À parte as razões estratégicas e políticas,

guardava razões pessoais:

— Prefiro qualquer das três filhas do imperador do que todas as demais — confessou ao marquês de Marialva, diplomata encarregado de negociar o casamento de Pedro. — Eu lhes dou preferência pelo caráter superior de Francisco e pelo que sei da boa educação dada a essas princesas. Uma Habsburgo pode trazer para meu filho um amplo leque de idiomas, de conhecimento das artes e das ciências de que ele tanto necessita...

O problema é que uma delas estava a ponto de contrair matrimônio com um príncipe europeu, o marquês o informou, um homem alto e de distinta presença, impecavelmente vestido, que falava com a segurança que lhe dava sua distinta linhagem, sua experiência como diplomata e sua grande fortuna pessoal. Outra, mais jovem, teria que ser descartada, porque ainda não havia alcançado a puberdade. Restava a terceira arquiduquesa, prometida a um príncipe germânico de baixo escalão, um sobrinho do rei da Sajonia. Chamava-se Leopoldina.

— Que seja ela...

Desse modo, foi decidido que o marquês iria para a Áustria, um dos países mais cultos da época, onde um músico chamado Beethoven estava compondo suas grandes sinfonias, para convencer o imperador Francisco de que o Reino Unido de Portugal e Brasil excedia em riqueza, poder potencial e importância estratégica ao reino de Sajonia. Se o conseguisse, tinha que levar adiante a questão da negociação de um contrato matrimonial com a arquiduquesa.

— Terá que colocar toda a carne para assar — apontou o marquês.

— Gaste o que for necessário para causar uma boa impressão. — Era uma recomendação surpreendente vinda de Dom João, um monarca que vestia roupas remendadas e era conhecido por ser parco em seus gastos pessoais. — Terá que proclamar e espalhar a lenda sobre as riquezas do Brasil. Deve aproveitar essa oportunidade para convencer a Europa de que Portugal ressuscitou o Novo Mundo.

Dom João queria que a Europa inteira se impressionasse diante do vasto território no qual se refugiara há dez anos, quando, humilhado, tivera que fugir ante o avanço das forças de Napoleão, que já havia invadido a Espanha. Desterrado, desapropriado de sua própria capital, Lisboa, exilado em terras longínquas, oprimido por vizinhos e aliados mais poderosos, queria agora conjurar aquela imagem de derrotado. Se para conseguir isso fosse necessário esvaziar os cofres públicos, estava disposto a fazê-lo. Para tanto, autorizou o marquês a retirar do tesouro as somas necessárias ao bom resultado da empreitada, incluindo reservas de diamantes e barras de ouro. Também confiava

nas listas voluntárias de doações que os ricos descendentes de europeus no Brasil se dispunham a subscrever em troca de favores, privilégios e honras.

A chegada oficial do marquês de Marialva a Viena, com uma “comitiva digna de um sultão e com a pompa do Santo Pai”, foi como a visita de um príncipe oriental das Mil e Uma Noites. Os vienenses que ocuparam as sacadas e saíram às ruas para ver passar a majestosa procissão recordariam disso durante gerações. O imperador e a imperatriz da Áustria, acompanhados de outros membros da família imperial, se deslocaram até a casa de um conde próxima à porta de Caríntia para não perder um só detalhe. Das 41 carruagens, 24 haviam sido especialmente construídas pelo marquês de Marialva para a ocasião. O cortejo era aberto por um grupo de alabardeiros a cavalo, seguido das carruagens dos ministros, conselheiros de Estado, fidalgos dos palácios; cada veículo era puxado por seis cavalos guiados por cocheiros vestidos com uniformes vermelho e prata. Ao final, fez sua entrada o embaixador, marquês de Marialva, precedido e acompanhado por um deslumbrante desdobramento de criados e pajens, palafreiros, mensageiros da corte, guarda-roupas e funcionários da Casa Real, alguns em montarias luxuosamente enfeitadas com incrustações do escudo de armas da casa de Bragança bordado em fio de ouro. “Nunca Viena recebera uma embaixada tão suntuosa”, escreveu ele em um informe para Dom João nessa mesma noite, com a certeza de que o monumental blefe da monarquia portuguesa acabaria funcionando.

Essa visita a Viena era o ponto culminante de uma frenética atividade diplomática que havia começado dois meses antes. Primeiro, um diplomata português de confiança do marquês havia aberto o caminho com o poderoso ministro Metternich, convencendo-o da idoneidade de trocar o príncipe de Sajonia por Dom Pedro como possível marido de Leopoldina. Não foi difícil persuadir o pragmático Metternich. Como o imperador insistia em que devia ser sua filha quem finalmente se decidiria sobre a escolha do marido, ficou a cargo do marquês, em sua primeira visita a Viena, convencer Leopoldina da conveniência de contrair matrimônio com Dom Pedro. Para criar um ambiente propício para a sua argumentação, o marquês de Marialva se preocupou em distribuir entre os funcionários da corte austríaca, do mais baixo ao mais alto nível, colares de ouro, caixinhas com tabaco trabalhadas com incrustações de pedras preciosas, pingentes de diamantes para as esposas, medalhões de prata finamente trabalhados, relógios etc. Aos personagens mais relevantes e que preferiam obséquios menos vistosos, ele presenteou com simples lingotes de metais preciosos. Com isso deixava óbvio o portento das riquezas do Brasil e de sua monarquia.

Logo chegou a prova de fogo: a arquiduquesa. O marquês se viu diante de uma garota loira de 19 anos, com olhos azuis, tez bem pálida, de constituição forte sem ser grosseira, com lábios carnudos, maçãs do rosto rosadas e um pescoço largo. Não lhe pareceu bonita, mas tampouco era feia. Via-se nela uma moça educada e culta. Estava rodeada de mapas do Brasil, de uma edição das viagens de Alexander von Humbolt sobre sua expedição pelo Amazonas e de livros sobre a história de Portugal, o que se supunha ser um excelente presságio. A jovem suava de emoção, mas pouco a pouco conseguiu vencer sua timidez. Confessou ao marquês seu amor pela natureza e, como para apoiar suas palavras, lhe mostrou entusiasmada suas coleções de plantas, flores, minerais e

conchas.

— Coleccionar é uma mania que herdei de meu pai — ela disse, desculpando-se.

O marquês, habilmente, puxava a sardinha para seu próprio braseiro.

— Arquiduquesa, se o que lhe encanta é a natureza, como acaba de me confessar, deve saber que o Rio de Janeiro e o Brasil inteiro são como um paraíso, nos quais abunda tudo que a vida animal tem de delicado e bravio, desde o colibri até a onça-pintada. Há rios que parecem lagos, lagos que parecem mares e cascatas que rugem e uma luz tropical que deslumbra...

— Li e ouvi a respeito, senhor, e lhe confesso que sempre senti grandes desejos de ver o continente americano. É um sonho que acarinho desde menina.

As palavras “América” e “Brasil” irradiavam naquela época um estranho e curioso encanto para todos os europeus. Mais ainda para alguém, como Leopoldina, apaixonado pelas ciências naturais e pela leitura de livros de viagem. O marquês lhe entregou um retrato de Dom Pedro, feito com lápis carvão, dizendo:

— Sua alteza é um homem valente, um grande cavaleiro, um consumado músico, um homem generoso e justo, de boa aparência, como é possível apreciar neste...

A arquiduquesa olhava o retrato, enlevada e com um sorriso cândido. Que lindo ele lhe pareceu! “Um físico assim só poderia ser o reflexo de uma alma ainda mais bela”, a jovem pensou.

— Vossa senhoria acredita que meu aspecto físico será do agrado de sua sereníssima alteza?

— Estou convencido de que sim, arquiduquesa. No Brasil, todas as damas têm cabelos pretos. O contraste com vossa aparência será muito interessante.

Leopoldina sorriu discretamente; ela apreciou a resposta do marquês. Em seguida, mudou de assunto:

— Quais são os estudos aos quais sua sereníssima alteza, o príncipe Dom Pedro, é mais dedicado? — se atreveu a perguntar, sem deixar de olhar o retrato.

Um pouco apurado, o marquês tossiu e logo cruzou as pernas. Não era uma pergunta fácil de responder. Sem dúvida, não hesitou em aproveitar-se da ingenuidade da princesa:

— Sua alteza real é um estudante muito aplicado em todas as matérias que um príncipe deve dominar, incluindo os idiomas... Não fala francês como vossa senhoria, mas se defende bem — acrescentou sem se abalar, para logo em seguida mentir ainda mais descaradamente. — Me alegro dizer-vos que sente

uma grande inclinação pelas mesmas ciências, incluindo a mineralogia e a botânica, que a sereníssima senhorita arquiduquesa...

“*Aquelas palavras a agradaram muito*” — contava o marquês em seu informe — “*e me disse que esperava poder oferecer à sua alteza uma especial e preciosa coleção de minerais da Europa...*” No mesmo informe que mandou ao Rio de Janeiro, juntamente com o retrato a óleo que devia ser entregue a Dom Pedro, o marquês de Marialva ressaltou as admiráveis qualidades intelectuais e científicas da arquiduquesa, suas conquistas artísticas, sua bondade natural, sua afabilidade e distinção e mencionou pouco de seus atributos físicos. Só apontou que era “*de agradável presença, cor de pele admirável, ar de frescura, todas as indicações de uma saúde próspera*”. Em sua segunda visita à arquiduquesa, algumas semanas mais tarde, o sibilino marquês escutou por fim as palavras que tanto desejava ouvir:

— Sendo da vontade de meu pai a norma de minha conduta, senhor, tenho a convicção de que o céu me protegerá e me fará encontrar a felicidade nessa união.

Aquilo era um bálsamo para os ouvidos do marquês de Marialva. A fortuna que tinha gasto, muito acima das possibilidades reais da monarquia portuguesa, estava a ponto de resultar num investimento proveitoso. Pela primeira vez na história dos povos, uma princesa europeia se decidia a cruzar o oceano Atlântico para residir no Novo Mundo, aquele que até então estava a uma distância de 80 ou 90 dias de viagem. O obstáculo que faltava ultrapassar era o medo do próprio imperador, de enviar sua filha a um lugar tão distante e desconhecido, onde estaria ameaçada pelo clima tropical e, quem sabe até, por doenças desconhecidas. Sem dúvida, Dom João e o marquês de Marialva tinham previsto essa objeção e nas instruções dadas a seus diplomatas, eles especificavam que a princesa “*regressaria à Europa depois que a coroa conseguisse preservar o reino do Brasil do contagioso espírito revolucionário que assolava as colônias espanholas*”. Fixaram arbitrariamente um prazo de dois anos. Uma vez transcorrido esse tempo, Leopoldina regressaria à Europa. Era um subterfúgio plausível, somente destinado a tranquilizar a família da arquiduquesa, mas sem nenhum fundamento real. Quando se divulgou em Viena a notícia do compromisso nupcial, todos lamentaram a sorte da jovem princesa, condenada a semelhante separação da família e da pátria por razões de Estado. Contudo, ela estava encantada com a ideia de ir para a América e lutou com afincos contra as forças ocultas que se preparavam para sabotar essa união.

Leopoldina fora educada para assumir que o papel das princesas era servir de peça de xadrez na política internacional. Sempre teve consciência de que seu destino era obedecer a um ideal superior, a causa monárquica. O exemplo de sua irmã Maria Luísa, que fora obrigada a casar-se com Napoleão, o grande inimigo de sua família e do Império Austríaco, havia levado ao paroxismo o conceito das núpcias reais. Alguns anos antes, Napoleão, que se divorciara de Josefina porque queria um herdeiro, havia obrigado a um derrotado e encurralado Francisco II a dar-lhe uma de suas filhas. O austríaco teve que ceder. Aquela humilhação marcou Leopoldina. Era uma tragédia pensar que a irmã que tanto amava tinha que conviver com o homem que haviam aprendido a odiar desde pequenas. As irmãs se mantiveram muito unidas até o fim da guerra, quando Maria Luísa finalmente abandonou Napoleão.

Leopoldina via seu casamento como algo útil e importante, porque simbolizava união entre a Europa e o Novo Mundo. E porque não era imposto como uma obrigação, a exemplo do que acontecera com sua irmã: ela poderia negar-se. Não há como questionar, porém, que uma vez tomada a decisão e ainda que o matrimônio devesse conceber-se como um ato político, e não sentimental a exemplo do que ocorria nas famílias burguesas, a arquiduquesa foi se deixando levar pela fantasia. Via que aquela oportunidade que a vida lhe oferecia tinha sentido, porque sempre quisera conhecer a América e fazia sentido também que alguém apaixonado pelas ciências naturais deveria se instalar no selvagem Brasil. Como era muito religiosa, viu naquela situação a mão do Todo-Poderoso. “*Estou convencida de que a providência conduz de maneira especial a sorte de nós, princesas, e que submeter-se à vontade dos pais significa obedecer à Sua vontade*”, escreveu para sua tia Maria Amélia de Orleans.

Enquanto os meios diplomatas preparavam o acordo e as formalidades do

contrato nupcial, a jovem arquiduquesa se iniciou nos princípios da língua portuguesa, que lhe parecia ser muito difícil de pronunciar, e a cultivar seus dotes musicais, porque sabia que isso agradaria à sua família política. Sua preparação não se limitava a assuntos intelectuais, também foi educada para seu novo *status* de “mulher casada”. Lia livros sobre educação para crianças, consultava sua irmã e suas amigas sobre as dúvidas que a assaltavam, fazia esforços para tornar-se “mais amável e comunicativa, porque no futuro não poderei viver com uma ermitã, pois assim a corrente do mundo me arrastará” etc. Sempre recomendaram a ela que cumprisse com todos os desejos de seu marido, incluindo os mais triviais, e conquistasse a confiança de João VI, seu sogro. Seu futuro marido... Não o conhecia e já sonhava com ele. Não o vira e já queria estar em seus braços. Não sabia quem era e já o idealizava. Jovem e inocente, estava apaixonada pelo amor.

No dia seguinte à entrada triunfal do marquês de Marialva em Viena, teve lugar a cerimônia oficial de pedido no palácio imperial. O diplomata subiu a escadaria que conduzia aos salões, entre longas filas de guardas imperiais, e foi recebido por um grupo de aristocratas búlgaros e austríacos. Todos os ministros e conselheiros de Estado, os altos funcionários da coroa, os príncipes e grande parte da nobreza passaram à sala dos cavalheiros, onde um *edecã*, ou seja, um ajudante de campo porém com educação mista, acompanhou o embaixador até a sala do trono. Ali, sob um dossel, Francisco II esperava, vestido com o uniforme de marechal de campo. Depois das saudações protocolares, o marquês de Marialva leu o discurso deixando claro que Leopoldina não se casava com o príncipe herdeiro do trono brasileiro, mas com o herdeiro do império português que possuía terras em quatro continentes e o imperador respondeu com outras palavras que exaltavam essa união entre os dois continentes, dois impérios, duas pessoas de “grandes qualidades”. No final, fez-se a aparição de Leopoldina, vestida de branco, com os cabelos presos em um coque reluzindo um maravilhoso colar de pérolas e uma tiara de diamantes. Parecia uma boneca de porcelana, tão frágil, tão nervosa, tão franca. Suas mãos tremiam e travou um pouco ao falar, antes de confirmar em viva voz o consentimento dado por seu pai. Como aquele dia coincidia com o aniversário do imperador, o marquês de Marialva aproveitou a ocasião para entregar as condecorações e as insígnias das ordens militares que Dom João havia recomendado que enviasse.

No entanto, o presente mais apreciado foi o que recebeu a própria noiva, seu presente de noivado, um retrato de Dom Pedro na forma de medalhão rodeado de grossos brilhantes de altíssima qualidade. “Somente nas fabulosas

crônicas orientais se pode encontrar a descrição de algum objeto análogo que pudesse se comparar”, comentou o próprio Metternich. “Jamais foram vistas aqui pedras tão grandes”, disse a criada de quarto da princesa.

Para Leopoldina, muito além dos diamantes e do medalhão, o que a entusiasmou foi o próprio retrato do noivo, que ela apertou fortemente contra o peito: *“Acabo de receber o retrato de meu muito amado Pedro”* — ela escreveu para sua irmã Maria Luísa. *“Não é extraordinariamente lindo, como eu já lhe disse, mas possui olhos magníficos e um nariz bonito... Sua fisionomia expressa muita bondade e caráter; todo mundo afirma que é uma boa pessoa, amado pelo povo e muito aplicado...”* Leopoldina tinha decidido apaixonar-se; o processo era incontornável e a engolia como se afundasse em suas próprias areias movediças. Dias mais tarde, o amor já nublava por completo seu senso crítico: *“O medalhão com o retrato do príncipe só me enlouquece, não me canso de contemplar o dia inteiro. É tão belo como Adonis. Eu garanto a você, eu o amo”*. Sua irmã quis apaziguar tanto ardor: *“Só posso aprovar o passo que foi dado; a maior tranquilidade é fazer o que é útil a seu pai e ao bem do Estado, mas eu lhe peço, em nome do nosso amor entre irmãs, que não imagines o futuro tão demasiado belo...”*. Conselho vão. A imaginação romântica de Leopoldina havia disparado, alimentada por tudo que os diplomatas portugueses haviam contado sobre o Brasil e a família real e pelo fausto que haviam empregado para que, precisamente, se forjasse uma ilusão favorável de seu futuro.

Porém, logo em seguida, o castelo de cartas se viu sacudido por revelações que quase o derrubaram. Pouco antes da data fixada para a cerimônia matrimonial, um médico prussiano, a quem o imperador Francisco II havia solicitado informação sobre as qualidades e o estado de saúde do pretendente, regressou de sua viagem do Brasil com notícias desalentadoras. Veio dizendo que o príncipe era epilético e amoral: *“A única coisa que de verdade lhe interessa é o ato natural do sexo”*, declarou. Uma bomba na corte de Viena não teria causado tanto estrondo. Os alicerces daquela operação matrimonial se racharam e mais de uma pessoa acreditava que o casamento não se realizaria. A capital austríaca se converteu em um caldeirão de rumores.

O imperador convocou seus conselheiros para ver como podiam abortar uma união tão pouco conveniente e que talvez significasse o sacrifício de uma princesa. Para os diplomatas portugueses e para o próprio Metternich, a situação era muito violenta, tendo-se em conta que as negociações estavam arranjadas e a data do casamento, fixada. O marquês de Marialva interveio para admitir que o príncipe havia padecido de algum surto de epilepsia, contudo muito rápido e

transitório, tão insignificante que nem sequer tinha merecido a oportunidade de ser mencionado. Porém, rejeitou com veemência as acusações de imoralidade. Segundo o marquês de Marialva, o único defeito do príncipe era sua juventude, e isso explicava sua ferosidade. Merecia ser condenado por isso? Francamente, parecia injusto. Aquela acusação de imoralidade só poderia ter vindo de inimigos de Portugal, e dos Bragança em particular, que pretendiam frustrar o planejado enlace. A mais ardente defensora de Dom Pedro foi Leopoldina, que não estava disposta a deixarem arrebatado a felicidade que sentia em suas mãos. Empenhou-se em repelir todas as “pérfidas e insidiosas” insinuações que procuravam destruir seu casamento. Escreveu a seu pai, afirmando que só tinha recebido “elogios e louvores” do “excelente caráter” de Dom Pedro por meio de sua tia Maria Amélia, que por sua vez recebera essas informações do duque de Luxemburgo, na ocasião o embaixador francês no Rio de Janeiro. O imperador duvidaria das palavras do embaixador? Viena fora invadida por tantos rumores que era impossível acreditarem em tudo que diziam. Ele também iria acreditar que Dom Pedro era negroide, de estatura baixa e corcunda, como uma das fofocas que corriam assegurava? Pouco a pouco, convenceu seu pai de que não tinha que ceder ante as conspirações dos mensageiros britânicos e dos ministros da casa de Bourbon contra seu enlace. O imperador reconsiderou sua decisão, aconselhado por Metternich, que estava sobretudo com seu olhar voltado para o interesse do Estado e que considerava esses falatórios insignificâncias em comparação com o que estava em jogo. O interesse da dinastia e do império não poderia ser sacrificado pelas palavras de um médico prussiano que talvez tenha sido manipulado por interesses contrários... Quem poderia, afinal, ter alguma certeza?

Ao final, e para a tranquilidade do imperador, se descobriu que parte dos rumores vinha do Rio de Janeiro mesmo e que tinham sua origem na mãe do próprio Pedro, Carlota Joaquina, a mesma pessoa que fracassara em seu intento prévio de sair do Brasil, e tentara novamente sem sucesso. “Procure conseguir a confiança do rei e evitar a sua sogra”, recomendou o imperador à sua filha, orgulhoso de comprovar como, aos 19 anos, sua filha tinha respondido com coragem e firme decisão a todas as intrigas.

Carlota havia escrito para seu irmão na Espanha, o rei Fernando VII, pedindo-lhe que interviesse diante de Francisco II, para que este não desse seu consentimento ao casamento antes que a família real portuguesa regressasse para Lisboa. Pedia em sua dupla condição de irmã e sogra, já que sua filha Isabel de Bragança iria casar-se com ele. Estava certa de que seu estratagema

poderia funcionar, porque imaginava que o imperador da Áustria preferiria ter sua filha em Lisboa em vez de no Rio de Janeiro. Mas o ardil de Dona Carlota se voltou contra ela, porque seu irmão não interveio e isso, por sua vez, terminou por convencer aqueles que pensavam que os rumores eram produto das manipulações de Carlota.

Sua conduta fora da torpeza de uma mulher desesperada. No dia da partida de suas duas filhas mais velhas para a Espanha, Carlota quis acompanhá-las e permaneceu a bordo do *Sebastião* todo o tempo que pôde, até deixar para trás o Pão de Açúcar. Agarrada à borda, fechou os olhos: por um momento se encontrava onde sempre quisera estar desde que tinha chegado ao Rio de Janeiro, no convés de um navio que a devolveria para a Europa. Porém o sonho durou pouco. Um bergantim, pequeno bote de apoio terrestre, veio e abordou o navio. Vinham resgatá-la. Carlota se despediu de sua filha Isabel, que ia casar-se com seu irmão Fernando e, como consequência, se converteria no que Carlota sempre sonhou ser: rainha da Espanha. O casamento de sua outra filha, Maria Teresa, seria com seu primo Gabriel de Bourbon. Com o coração ferido, Carlota desembarcou na praia Vermelha e permaneceu um longo tempo sentada na areia, assistindo enquanto o navio desaparecia no horizonte, levando seus melhores sonhos e deixando-a um pouco mais só.

Enquanto isso, em Viena, se aproximava o dia do casamento por procuração. O ato religioso, que foi precedido pela renúncia de Leopoldina à nacionalidade austríaca, foi fixado para o dia 13 de maio, data do aniversário de Dom João. A arquiduchessa, que era supersticiosa, considerou nefasto esse dia e pediu ao marquês de Marialva que o postergasse. Sua mãe tinha falecido em um dia 13 e também em outro dia 13 a Áustria tinha perdido uma grande batalha... Talvez não fosse a superstição que empurrara Leopoldina a pedir a escolha de outra data, senão algum inexplicável pressentimento: “*Não há como imaginar*” — escreveu para irmã — “*quantas ideias e sentimentos passam pela minha cabeça, dividida entre a alegria do meu enlace tão feliz e a dor da separação de tudo que eu mais amo*”. Ela se debatia em um conflito de emoções: “*Estou cheia de angústias, mas não desanimada, porque confio na Divina Providência, que sem dúvida me permitirá ser feliz, pois caso contrário, não teria recebido esse destino*”. O marquês de Marialva não teve como satisfazê-la e, no dia 13 de maio de 1817, teve lugar na Capela Imperial do palácio de Viena o casamento por procuração da arquiduchessa Leopoldina com Dom Pedro, príncipe herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, representado pelo arquiduque Carlos, irmão do imperador e primeiro vencedor militar de Napoleão. A sorte estava lançada, já não havia como voltar atrás. Para Leopoldina era o começo da viagem de sua vida.

O marquês de Marialva, empenhado em celebrar a cerimônia com pompa e esplendor jamais vistos, ordenara a construção de um palácio de verão na fazenda imperial de Augarten, com capacidade para receber 2 mil pessoas. Os quarenta pratos do banquete foram servidos em bandejas e talheres de prata sobre louça da mais fina porcelana. Na mesa de honra, exceto os cristais da Bohemia, tudo era de ouro maciço, as facas, os garfos e os pratos. O marquês de Marialva observava triunfante o assombro de seus convidados. Consequira

emular o esplendor das recepções dos poderosos imperadores da Índia que conhecia por ter lido as crônicas dos primeiros viajantes portugueses. O feliz marquês estava cheio de orgulho: tinha realizado esplendidamente a tarefa que seu rei lhe incumbira.

Leopoldina também se mostrava feliz e dissimulava suas dúvidas e seus medos:

— Não se preocupem com a longa viagem — dizia a seus amigos. — Para mim não existe maior prazer neste mundo do que ir para a América.

Nesses dias, ela escreveu o seguinte para a irmã: “Sim, tenho coragem, pois seria inútil ter medo. A viagem não me assusta, creio que é algo que está predestinado”. Sua profunda fé em Deus explicava que uma jovem como ela não deveria temer enfrentar os perigos de uma viagem tão longa a um território tão estranho e diferente como era o Brasil, em comparação com a Europa naquela época, deixando para trás tudo que conhecia e amava, seus parentes, seus amigos, seu conforto, seus costumes, seu mundo. Leopoldina era profundamente devota e piedosa, mas não expressava seus verdadeiros sentimentos religiosos a quase ninguém, exceto às suas amigas mais íntimas e às suas irmãs. Durante seu noivado, ela se dedicara a escrever em um caderninho forrado de seda verde uma espécie de diário religioso que levava o título de *Minhas resoluções — Viena 1817*. No primeiro capítulo se comprometia a levantar-se e a deitar-se *“sempre na mesma hora, evitando o excesso de sensualidade durante o repouso”*. Às sextas-feiras e aos sábados prometia fazer alguns pequenos sacrifícios, como: *“me proibir de comer algum prato no almoço ou me esquivar de alguma atividade divertida, mas tudo isso sem que ninguém perceba”*. Mais adiante se comprometia a distribuir o maior número possível de esmolas possível, *“evitando gastar naquilo que é fútil para poder auxiliar um maior número de desafortunados”*. Por formação e por caráter, era extremo oposto de seu marido que alguém pudesse imaginar: *“Meu coração estará eternamente fechado ao espírito perverso do mundo. Também estará longe de mim o luxo nocivo, os ornamentos indecentes, as frivolidades e as toilettes escandalosas... Guardarei inviolavelmente a fidelidade devida ao meu marido e evitarei toda familiaridade com pessoas de outro sexo”*.

Assim era a esposa que, no dia 15 de agosto de 1817, embarcou no *Dom João VI*, um navio de 74 canhões, dos quais se haviam retirado 60 para abrir espaço e fazer caber um numeroso séquito composto por damas de companhia, mordomos, aristocratas húngaros, seis guardas austríacos, um bibliotecário, um conselheiro religioso e um capelão. Suas eminências foram recebidas pela

tripulação em fila, e os marinheiros reluziam em uniformes de gala de veludo roxo e lançavam vivas à filha do imperador. Uma orquestra encarregada de distraí-la durante a travessia, e formada por 16 músicos, ensaiava no convés enquanto eram armazenadas no porão 42 caixas, cada uma delas da altura de um homem, que continham, além de seu enxoval, sua biblioteca, suas coleções e presentes para sua família política. Para uma jovem que nunca conhecera outro ambiente que não fosse o de sua família, a despedida foi dura. Naquele momento seu entusiasmo romântico pelo Novo Mundo e o amor que sentia por seu marido ainda desconhecido foram substituídos pelo sofrimento por ter que se separar de seus familiares, de seus amigos, das paisagens, dos castelos, dos verdes prados e das montanhas nevadas que a tinham acompanhado desde sua mais terna infância. Sua chegada a Livorno pela noite significou ver o mar pela primeira vez. Logo descobriu os navios iluminados, como dois reluzentes colossos, refletindo-se nas tranquilas águas da baía. Começou a tremer de emoção.

De fato, ela não ia só; em outro barco, o *Áustria*, viajava um grupo de cientistas, protagonistas daquela que se converteria na mais famosa expedição científica da época, encabeçada pelo botânico bávaro Von Martius, de 26 anos, seu colega Von Spix, um especialista em mineralogia, um zoólogo, um entomologista e vários artistas, incluindo o pintor Thomas Ender. O casamento de Leopoldina serviu de pretexto para que se iniciasse uma das maiores aventuras científicas do século XIX, durante a qual os expedicionários percorreriam mais de 10 mil quilômetros pelo interior do Brasil, encontrando povos indígenas, catalogando espécies desconhecidas de animais e plantas, traçando mapas e descobrindo minerais. Dom João podia sentir-se feliz: sua nora não apenas aportava o prestígio de sua dinastia, como também trazia a cultura da Europa ao coração da América do Sul.

Quando os ventos se mostraram favoráveis e chegou o momento de zarpar, a âncora enroscou-se no fundo e os marinheiros tiveram que efetuar difíceis manobras para a içar, tendo que lidar ao mesmo tempo com um mar ainda mais revoltado. Ao removê-la, viram que trazia enganchada uma âncora de pedra do tempo dos etruscos. Como eram supersticiosos, interpretaram aquele percalço como um mau presságio.

“Filho da puta fodido!”, clamava Carlota Joaquina, referindo-se a seu filho enquanto se esmerava ao se arrumar para ir a São Cristóvão. Vivia longe, a uns 20 quilômetros, em um lugar bem diferente em relação à propriedade de seu marido, com outro tipo de encanto. Era uma mansão tropical localizada à beira da praia de Botafogo. Carlota gostava de ouvir o ondular das águas do mar de seu dormitório; dizia que a proximidade era saudável. Vivia com suas três filhas pequenas e parte do tempo com seu filho Miguel, o maior arruaceiro do reino, que mesmo residindo oficialmente com seu pai e seu irmão em São Cristóvão, passava longas temporadas com Carlota. “Ele vive grudado à saia da mãe”, os criados comentavam.

Saiu muito maquiada para disfarçar o constante avermelhado do nariz. Tinha cabelos ondedos e ralos, o rosto afilado e mostrava uma pele áspera pelas cicatrizes da varíola. Nunca estava disposta a ver o marido, mas dessa vez era uma necessidade. O problema era grave. Acabava de inteirar-se, através de uma de suas cabelereiras, de que Pedro tinha deixado a bailarina francesa grávida, “essa puta”, como a chamava. Além de ser desbocada, era dura e teimosa. Mesmo que não tivesse conseguido utilizar o pretexto do casamento para forçar o regresso da família a Portugal, isso não significava que estivesse contra o enlace. Ao contrário, estava perfeitamente consciente de que essa união era um ótimo negócio e não estava disposta a renunciar que seu filho pudesse se converter em genro do imperador Francisco II no momento em que, derrotado o império napoleônico, a Santa Aliança explodia como uma grande potência. Aquele casamento não só representava uma oportunidade para enriquecer o filho como também uma possibilidade de que a influência austríaca o amansasse. Além disso, aquela união trazia algo da erudita cultura europeia para o Brasil e aproximaria o país daquela Europa da qual tanto sentia saudades. Mesmo que sempre tivesse depreciado Portugal, país pequeno e atrasado, que sob a batuta de

seu marido não tinha conseguido unir-se à Espanha, preferia lá mil vezes do que o Brasil, “país de negros e piolhos”, como o chamava.

— Diga ao cocheiro que vamos a São Cristóvão! — gritou a seu criado enquanto subia por uma pequena escadinha especial, por ser tão pequena em estatura, necessitava fazer uso dela para subir nas carruagens.

Não entendia o motivo pelo qual seu filho se rebelava contra o anunciado casamento. “Que tenha essa puta francesa como amante, *coño*, mas que se case com a austríaca, corno... uma não elimina a outra”, soltava para seu secretário. “Não me fizeram casar ainda menina? Eles achavam que meu casamento serviria para estreitar os vínculos entre os países vizinhos e veja, estou presa no Brasil, Portugal encontra-se sob a bota dos franceses e o Império espanhol está se desconjuntando!”

Na época em que foi decidido o casamento da infanta Carlota, os Bourbon e os Bragança procuravam fortalecer a Península Ibérica, ameaçada pelas rivalidades entre as grandes potências da época, França e Grã-Bretanha. Seu casamento havia sido urdido por seu avô, o rei da Espanha Carlos III e Maria I de Portugal, a rainha louca que acabava de morrer. Carlota sempre se ressentiu do fato de que nem seu pai, nem sua mãe pareciam afetados por perder tão rápido a filha. Demorou a entender que essa era a lei da vida: os filhos da realeza raramente tinham pais que lhes prestassem atenção. As princesas se casavam por dever e ponto. Em si mesmo, aquilo já era considerado uma grande honra. Sem dúvida, a indiferença de seus pais ante seus sentimentos de menina lhe deixou uma chaga na alma.

“Nunca... Nunca se esqueça de que é uma Bourbon”, seu avô lhe disse ao despedir-se sob o alpendre do palácio de Aranjuez, em um dia ensolarado de primavera, quando Carlota Joaquina partiria para Portugal para encontrar-se com um marido que não conhecia. Acabava de completar 10 anos. O monarca a olhou diretamente nos olhos, como se quisesse sublinhar a importância de seu último conselho e a apertou fortemente contra o peito. Nunca mais a menina voltaria àquele lugar, não voltaria a encontrar essa figura séria e austera que encarnava a grandiosidade de um império a ponto de extinguir-se, e a saudade iria corroer seu coração. Tampouco jamais esqueceria as palavras de seu avô, a quem adorava. Durante toda a sua vida foi fiel a elas, mesmo que tivesse que conspirar contra seu marido, contra sua família política, contra seu país de adoção. Até tentou usurpar o trono de seu esposo para que os Bourbon reinassem sobre toda a Península Ibérica. Quando Napoleão colocou seu irmão Fernando como rei da Espanha, Carlota pôs seus olhos sobre o trono da Espanha. Em

seguida, quis comandar o vice-reino do Prata, um dos territórios mais importantes da América do Sul sob controle espanhol. Seguia elucubrando planos grandiosos para encontrar seu lugar em um mundo que desmoronava.

— Esses! — gritava do interior de sua carruagem aos guarda-costas que a escoltavam a cavalo e iam sempre com o sabre desembainhado. — Estão me faltando com o respeito!

Conforme a sua passagem, todos os transeuntes deviam abandonar suas montarias e, com chapéu na mão, ajoelharem-se em reverência. Os que se negassem eram ameaçados pela escolta da rainha, com o sabre ou o chicote. Em seus passeios diários, obrigava até os diplomatas estrangeiros e os comandantes dos navios de guerra a saírem de suas carruagens, o que provocava incidentes desagradáveis. O próprio lorde Strangford, altivo embaixador da Grã-Bretanha, recebera em 1814 várias chicotadas por não estar de acordo com aquele protocolo, que lhe parecia servil e antiquado. Mas Carlota não pôde com o embaixador dos Estados Unidos, Thomas Sumter, que em uma ocasião foi insultado por um de seus guarda-costas por não se ajoelhar, já que somente havia tirado o chapéu. O norte-americano, filho de um herói da revolução contra a Grã-Bretanha, se enfezou e mandou dizer-lhe que a partir daquele momento se defenderia com a pistola na mão, e dito e feito, em duas ocasiões mais, obrigou os capangas de Carlota a retroceder. Pouco mais tarde, a esposa de Sumter foi alcançada por uma pedrada que lhe causou uma grave ferida no rosto; nunca se descobriu o autor, mas no Rio de Janeiro todos suspeitavam que Dona Carlota tivesse a ver com o atentado. Sim, ela era vingativa e também perigosa.

Apesar de tudo isso, teria conseguido ganhar a simpatia das pessoas se não fosse por sua desmedida soberba. Seu aspecto físico pouco gracioso contrastava com sua altivez imperial. Ela media apenas um metro e meio, mas tinha uma ideia bem alta sobre si mesma: no fim das contas, sem contar sua herança espanhola, era tetraneta de Luís XIV, o Rei Sol, e tataraneta de Luís XV, os monarcas mais carismáticos de toda a história da França. Esse sangue azul que fervia em suas veias lhe fazia menosprezar as ideias avançadas que corriam na Europa e tudo que tivesse a ver com o pequeno país onde ela havia sido incumbida de viver após casar-se, incluindo o seu marido. Quem eram os Bragança comparados com os Bourbon? Uns arrivistas, meros nobres de província, segundo ela.

Dom João estava supervisionando a construção de um novo aviário em seu pequeno Versalhes tropical quando lhe anunciaram a chegada de sua esposa. Aquilo não era uma boa notícia. O que estaria tramando agora? Carlota sempre foi muito hábil na hora de percorrer o labirinto cortesão. Dominava a arte da intriga, que utilizava para seus próprios desígnios políticos. Dom João já estava resignado com o fato de que ela não mudaria jamais. De menina, já era especialista em manipular os mais velhos à sua volta para que sua vontade sempre fosse feita.

Dom João sabia que sua mulher era capaz de qualquer coisa para voltar para Portugal quanto antes, e que não suportava o clima tropical pois, segundo ela dizia, a estava matando. Sabia que a rainha unia sua voz a muitas outras vozes que, vindas de Portugal, reclamavam o regresso da família real a Lisboa. Desde a derrota de Napoleão, os portugueses não entendiam o motivo de seu país ter que assumir o humilhante papel de ver-se convertido em colônia de sua antiga colônia americana. Desse modo, chegavam mensagens e petições ao Rio de Janeiro para que Dom João regressasse com a família e assim devolvesse o centro de gravidade do Império Lusitano para Lisboa.

O que acontecia era que Dom João estava muito satisfeito no Brasil, consolidando sua monarquia e se negava peremptoriamente a voltar, e aquilo deixava Carlota desesperada. Aqui ele era amado e respeitado como nunca fora antes, não tinha fronteiras para defender e era o líder indiscutível de um mundo totalmente novo. Portugal lhe fazia recordar os anos de angústia nos quais se viu pressionado por Napoleão, menosprezado e agredido por seu sogro Carlos IV e seu cunhado, o príncipe de Astúrias (futuro Fernando VII), humilhado pelas exigências dos ingleses e pelas traições de sua mulher e também aflito pela inexorável decadência de sua mãe. Foram anos de tormenta, angústia e opressão.

Contudo, era mais inteligente do que parecia e por isso confundia os que

tratavam com ele, sempre dispostos a equiparar sua capacidade mental com seu lamentável aspecto físico. Incluindo sua mulher. Por fim, saíra vitorioso ao tomar a decisão mais difícil de sua vida, a de deslocar-se para o Brasil com toda a corte. Pela primeira vez na história, um monarca europeu mudou-se para suas colônias levando com ele toda a elite do país, uma décima parte da população. Avesse a tomar decisões, aquela porém, a única importante de sua vida, resultou em um acerto, agora que se via de longe. No entanto, naquele momento, ele se achava um rei indigno da confiança que o destino e seu nascimento haviam depositado nele, incapaz sequer de estar à altura de suas responsabilidades nem de defender-se, um rei a ponto de ser varrido pelo vendaval da história. Ainda que sua partida fosse uma hábil retirada estratégica, nesse momento e nessas circunstâncias era difícil não a ver como uma fuga e uma deserção e a reação do povo, que não entendia o motivo pelo qual seu rei o abandonava, lhe fez sofrer e duvidar até o paroxismo. Quando seu sogro Carlos IV e seu cunhado Fernando VII — que tanto o depreciavam — decidiram que a nação espanhola deveria continuar sua resistência na América e quiseram fugir para o México, já era tarde demais. Eles caíram nas garras do tirano francês. Dom João não. Tinha perdido seu país — momentaneamente —, mas salvara seu império. Dele, Napoleão diria uma frase que se tornou histórica: “Foi o único que me enganou”.

Agora seu país o reclamava de volta mas ele se mantinha firme em seu propósito. Dizia que só voltaria quando as circunstâncias o permitissem. Convertera-se em um especialista na arte de escapular, de dizer algo e o contrário ao mesmo tempo, em estender eternamente o processo de tomada de decisões.

O casal, marido e mulher, tinham entre si uma mistura de medo mútuo, com um pano de fundo de ódio profundo e visceral. Não viviam juntos havia tempos, desde que Carlota Joaquina aproveitou uma depressão do marido para tentar provocar um golpe de Estado e assumir a regência de Portugal. Aquilo foi a gota d'água que entornou o copo, ainda que Dom João, que não era de temperamento rancoroso, reagisse com indulgência. A possibilidade de um divórcio, impensável em uma família tão católica como os Bragança, nem sequer foi cogitada: os interesses e a estabilidade do Estado tinham mais valor do que os jogos trapaceiros de sua mulher. Assim, ele a liberou da culpa formal, no entanto aquilo marcou fundo, a ponto de romper definitivamente suas relações conjugais. Desde então viveram tão distantes um do outro quanto fosse possível, contudo sempre guardaram as aparências, *noblesse oblige*. No Rio de Janeiro, Carlota costumava sair de manhã para assistir à missa na capela de São Cristóvão; ela o seguia em todas as cerimônias oficiais, nas quais ocupava o trono

à esquerda do rei, no entanto raramente se apresentava ao jantar que reunia na mesma mesa o marido e seus filhos. Curiosamente, mantinham o formalismo na correspondência oficial, como era regra, que enviavam e estava salpicada de termos afetuosos. Carlota se dirigia a seu marido como um *queridinho do meu coração* que não enganava a ninguém e se despedia com “sua esposa que o ama”. Don João, por sua parte, o fazia com um “seu marido que a ama muito, João”.

Apesar disso, os fatos falavam por si, e essa relação de distanciamento era o fuxico da sociedade colonial, muito conservadora, que se perguntava como era possível que um matrimônio tão mal estabelecido tivesse resultado em tantos filhos: seis mulheres e três homens. A resposta é fácil de descobrir: nem todos eram de Dom João. E isso era notoriamente visível. Não tinha dito a mulher do general Junot, quando este era embaixador da França em Lisboa, que “o gracioso dessa família é que nenhum dos filhos se parece entre eles”? Era de domínio público que Miguel, o irmão mais novo de Pedro, era filho de Carlota com... Uns diziam que com o marquês de Marialva, outros com o jardineiro chefe de Queluz. O caso é que Miguel cresceu com a etiqueta de “bastardo”. Daí vinha a inveja que sentia por seu irmão e o complexo de inferioridade que o corroía por dentro. No fundo ele sempre soube que, não importa o que fizesse, Pedro sempre levaria vantagem na vida, exceto em amor de mãe, ao qual Miguel se agarrava como uma autêntica tábua de salvação, porque nessa relação privilegiada ganhava de seu irmão. Só no amor de sua mãe. Dom João tinha certeza de que o filho não era dele, porque quando nasceu já fazia dois anos que não tinha relações sexuais com a mulher. Ainda assim, sempre o tratou como mais um filho.

Através da fresta do aviário, Dom João a viu deixar a carruagem e levou sua mão à orelha. Fazia isso sempre que a via. Era um reflexo que vinha de tempos antigos, desde o dia em que a conheceu, em sua chegada a Portugal. Ele tinha então 18 anos. Pusilânime, tristonho e feio, este filho de sobrinha com tio de sangue carecia de atributos que geralmente as mulheres, sobretudo a sua, costumavam admirar. Era mole, medroso, pançudo, com as pernas curtas e grossas como as de muitos dos Bragança. Nada de beleza viril, de coragem, de autoridade, de espírito de decisão. Como lhe havia chegado a informação sobre a esmerada educação da garota, sobre seu caráter nervoso e inteligente e seus dotes musicais e artísticos, porque tocava harpa, violão e bailava a dança andaluza, sentia muita curiosidade por conhecê-la. “A senhora infanta é alta, com um corpo bem proporcionado, suas feições são perfeitas, possui dentes bem

brancos e, como faz pouco tempo que foi acometida pela varíola, ainda restam algumas marcas no rosto, mas afortunadamente estas estão pouco a pouco desaparecendo...” Isso dizia a carta que lhe avisara o diplomata encarregado de negociar seu casamento e que avivara o seu interesse.

Mas... Que decepção ao vê-la! Chegou até sentir raiva do embaixador, “esse mentiroso, como bom diplomata que é”, ele pensou, como também agora Leopoldina poderia sentir aversão pelo marquês de Marialva, quando conhecesse seu filho Pedro. A história se repetia: diferentes famílias, mesmos enganos. Ele se viu diante de uma das garotas mais feias que já conhecera em sua vida. Coxeava levemente, pois tinha um lado das costas ligeiramente mais alto que o outro, como seqüela de um acidente de equitação, e era ossuda e angulosa, olhos pretos e afundados, lábios finos e arroxeados, mandíbula afilada e uma fileira de dentes “tão desiguais como uma flauta de Pã”, completavam o infausto retrato. Mudo de estupor, João demorou para assimilar o que via. A garota, que era muito perspicaz, deve ter percebido a decepção que tinha minado as esperanças e expectativas de seu cônjuge. O caso é que quando Dom João, já recuperado do susto inicial, finalmente se aproximou para beijá-la e ela viu o rosto gordo com dupla papada, olhos saltados e um grosso lábio inferior brilhante de saliva, em lugar de estender a bochecha optou por dar-lhe uma bela mordida na orelha. João soltou um grito e levou a mão à cabeça. Com os olhos muito abertos e uma expressão de dor estampada no rosto, ele continuou olhando, desconcertado, assustado, perguntando-se como era possível que aquele sonho tão acalentado se tivesse revelado um violento pesadelo. O cirurgião-mor do reino teve que acudir e intervir, porque não parava de sangrar. Aquele incidente não poderia pressagiar uma feliz jornada matrimonial, diziam os criados. Desde então, como vestígio daquele velho e ressentido incidente, ele levava a mão à orelha quando a via chegar.

Com o passar dos anos, Carlota não tinha melhorado nem em seu aspecto físico, nem em seu caráter. Suas feições haviam endurecido, seu coxear havia se acentuado e tinha a pele mais áspera do que nunca. Somente os olhos, pequenos e fundos, mantinham sua vivacidade. E quanto a seu caráter, seguia explosiva, barulhenta, inclinada às birras e de um orgulho descomunal. Encontrou-se com seu marido, que estava rodeado de flamingos, garças, araras e louros de todas as cores.

— João, eu vim aqui para falar sobre Pedro.

O monarca limpou os dedos gorduchos e gordurentos na lapela de seu paletó surrado. Comia um galetó com as mãos, um franguinho pequeno feito na

brasa, um dos muitos que engolia por dia, e que, além disso, tinha a vantagem de caber no bolso de seu paletó. Toda vez que saía para o jardim, enfiava vários franguinhos nos bolsos. Chupava os ossinhos e os cuspiava enquanto escutava, bocejando permanentemente, com ar passivo, a história da “puta francesa” que havia roubado o coração de seu filho. Carlota o olhava com uma mistura de nojo e desprezo. “Continua igual, fiel reflexo de sua vestimenta”, pensou. Dom João detestava roupa nova e gastava as velhas até desfiar. Não se importava em parecer um homem pobre, pois sabia que nunca teria a aparência ou a postura de um reluzente rei da Espanha ou da França, desses que sua mulher gostava. Quando os rasgos na altura dos joelhos eram descarados demais, os criados aproveitavam as horas de sono de Dom João para fazer remendos diretamente sobre a roupa no corpo e tinham muito cuidado para não o espetar com as agulhas, ao costurar.

Detestava tomar decisões, incluindo a de ser severo com um de seus filhos. Quando ainda era jovem, as decisões e medidas os outros as tomavam por ele. Nunca sequer tivera que se vestir sozinho desde que nasceu, nem se limpar quando adulto: nas ocasiões em que saía a passeio e sentia alguma cólica, um de seus criados desdobrava uma privada portátil, outro lhe desabotoava as calças, o ajudava a sentar-se, enquanto um terceiro esperava, com uma tina na mão, o sinal de sua majestade que anunciava o fim de sua evacuação. Até que escolheram essa mulher com quem estava falando. Por norma, sempre optava por ignorá-la de antemão, pois sabia que tinha lealdades diferentes das suas. Até com os filhos; Carlota tinha predileção por Miguel, e se sentia duplamente protetora com relação a ele, talvez porque não fosse filho de seu marido. Por isso, tudo que vinha de sua mulher, Dom João considerava com muita cautela.

Apesar de tudo, dessa vez teve que reconhecer que o assunto era sério. O monarca franziu o cenho ao descobrir que seu filho tinha engravidado a francesa. Leopoldina estava a caminho. A situação era, pois, potencialmente muito perigosa.

— Você é o rei, João. Tem que expulsar essa puta francesa de volta para o seu país. E tem que fazer isso já.

Era incrível que, depois de tantos anos, ela continuasse tentando lhe dar ordens. Só por isso lhe apetecia fazer exatamente o contrário. Assim, nem se importou em sentir raiva do filho, como Carlota esperava, nem pensou em tomar nenhuma decisão drástica. Ela prosseguiu:

— Seu filho, como herdeiro, deve obedecer-lhe e submeter-se às obrigações de seu cargo. Ele não é mais um menino.

O rei a olhou. A história da francesinha grávida lhe recordava sua própria juventude. Ele também havia conhecido o amor. Também deixara sua amante grávida e também tivera que renunciar ao amor. Mas isso ele não poderia compartilhar com Carlota.

— Primeiro sua majestade falará com Dom Pedro — ele soltou para ela, sempre em terceira pessoa, o que exasperava ainda mais sua esposa —, e em breve veremos o que faremos.

Dom João entendia perfeitamente seu filho, sobretudo naquele exato momento. Algumas semanas antes da morte de sua mãe, havia chegado até ele a notícia de que o amor de sua vida, o único que teve, adoecera em Porto Alegre, uma cidade ao sul do Brasil. Era o único segredo na vida de Dom João, um segredo que mantinha havia muitos anos, desde que a conheceu lá em Queluz, depois do nascimento de Miguel, quando se deu conta de que seu matrimônio estava à beira do fracasso. Ele apaixonou-se por uma dama de companhia de sua mulher, Eugênia de Menezes. Solteira, de olhar doce e beleza discreta, havia sido testemunha privilegiada da infelicidade do casal real.

Graças à valiosa colaboração de um sacerdote da corte e de um médico do exército, mantiveram encontros amorosos, sempre à noite, em um quarto de uma ala afastada do palácio de Queluz. Envolto em suas carícias, João se deixou embalar pelo bem-estar que nunca conhecera antes. Aquela mulher o fazia sentir-se como um homem de verdade, não era como Carlota, que o humilhava. Foi pela boca de Eugênia que Dom João ouviu falar pela primeira vez das belezas do Brasil, o país onde ela tinha nascido e vivido seus primeiros e onde viveria também seus últimos anos. Até aquele momento, Dom João considerava a colônia um lugar atrasado e problemático por causa dos distúrbios e rebeliões que buscavam a secessão da metrópole, e não um lugar onde a vida podia ser agradável e amável.

Ainda que seu sentimento de culpa se visse aliviado, porque sabia que, naquele exato momento, Carlota provavelmente estava com um de seus amantes, aquela relação o torturava, pois ia contra os fundamentos de sua fé católica. Para conjurar a consciência pesada, arrastava seus passos até a capela. Ajoelhado em seu oratório, entre lágrimas, apelava para a Misericórdia do Todo-Poderoso e lhe rogava que perdoasse a fragilidade humana e as tentações da carne que tanto o atormentavam.

Uma noite, Eugênia lhe confessou que estava grávida. Contrariamente ao que acontecia a seu filho Pedro, muito mais jovem e, sobretudo, livre da responsabilidade do governo, Dom João foi tomado por um ataque de pânico. Fazia tempo que trazer filhos ao mundo tinha deixado de ser fonte de alegria para ele. Logo pensou nas consequências, no escândalo que a notícia poderia provocar se viesse a público e teve medo de colocar em xeque sua posição e a da monarquia inteira. Eugênia adivinhou que o fruto de suas noites de amor que palpitava em seu ventre acabara de matar o romance. Ambos sabiam que sua relação era inviável havia muito, já tinham conversado sobre isso antes. Mas preferiram ignorar até que a tirania da natureza veio recordá-los brutalmente.

João se lembraria por toda a vida da noite em que a viu partir. Anos depois, ainda sentia a dor que apertou o seu peito naquele momento, a aflição em seu coração. Nunca mais voltou a vê-la. Afundou-se em uma profunda depressão que os médicos de Lisboa chamaram de “alienação de espírito” e quase lhe custou a vida. Mas ele nunca a esqueceu. Assumiu pessoalmente todos os gastos, desde que ela saiu de Portugal para ingressar no convento da Santíssima Conceção de Cádiz e dar à luz a sua filha secreta, até sua enfermidade recente em Porto Alegre. Aqueles envios constantes de dinheiro eram um segredo só compartilhado entre aquela mulher, sua filha, o contador maior do reino e sua majestade... Eram a prova de sua lealdade por aquele amor proibido que havia existido como uma breve bênção. Com tudo aquilo nas costas... Como não entenderia seu filho?

Dom Pedro apareceu ao meio-dia, escoltado por dois guardas, os que tinham recebido a ordem de convocar-lhe até a sala de refeições do palácio para almoçar. Como todas as manhãs, havia caído uma violenta tempestade tropical. O rei já não corria mais para os porões do palácio assim que ouvia os primeiros trovões, como acontecia no início de sua estadia no Brasil. Dom João tinha aprendido a apreciar esses pés-d'água que refrescavam o ambiente e traziam o cheiro da selva até o interior do palácio. Pedro tinha seus cabelos alvoroçados, a roupa suja e grudada ao corpo porque vinha da montanha, onde visitara um personagem singular, o general holandês Dirk van Hogendorp, que vivia só em sua pequena chácara aos pés do Corcovado. Hogendorp, que fora durante muitos anos governador da Holanda em Java, e acabou convertendo-se em um valioso general de Napoleão, era um pouco como o avô que Pedro não havia tido. Brincavam de estratégias militares enquanto o general lhe falava das ideias liberais que haviam animado a Revolução Francesa e que avançavam, sem parar, pelo mundo. Ideias que punha em prática, como quando comprou um

escravo que em seguida libertou para convertê-lo em empregado, um gesto carregado de significado, que transtornou a mentalidade colonial do jovem Pedro. Sim, os homens eram todos iguais e a liberdade era o bem mais estimado, o holandês vinha lhe dizendo. Uma lição que nunca esqueceria. Para Pedro, Hogendorp era uma janela aberta para o mundo.

Pensava que seu pai o convocara para reiterá-lo sobre sua irritação com relação às visitas ao holandês. Ele havia repetido que não queria que o filho se convertesse em um príncipe liberal. Receava tanto as ideias “subversivas” de Pedro que o havia afastado dos assuntos do governo, por mais insignificantes que essas ideias fossem. Amava seu filho, mas nem ele nem seu círculo de cortesãos se fiavam em Pedro, por causa da forma que o jovem se chocava com aquela elite inculta, meio analfabeta, dissoluta e obcecada em conservar privilégios.

O almoço no palácio era todo um acontecimento. Assistentes do rei, visitantes, funcionários reais e seus médicos se juntavam para comparecer ao salão, dominado por uma mesa oval coberta com uma toalha que lambia o chão. O protocolo assinalava que todos deviam permanecer em pé quando visitavam Dom João ou os príncipes na hora do almoço. Nos momentos em que o cansaço de permanecer em pé durante horas se tornava insuportável, a etiqueta permitia aos nobres da corte, alguns distinguidos pelos serviços prestados, outros pela idade avançada, a colocarem-se de joelhos para mudar de postura.

Dessa vez Dom João comeu a sós com seu filho, enquanto os cortesãos se mantinham longe da mesa e sussurravam entre eles. Dom João agarrou o primeiro dos três pombinhos que pensava em engolir. Comia com as mãos e empurrava a comida com um pouco de pão. Seu filho apenas provava pequenos bocados.

— Pedro, consta para sua majestade algumas histórias sobre seu comportamento...

— Mas eu só tenho estado com o general Hogendorp; ele tem me mostrado seus mapas do Estado Maior, me contou sobre suas batalhas... Não há nada de mal nisso.

— Não me refiro a isso, meu filho, ainda que não comungue com as ideias de Hogendorp... Refiro-me a seu comportamento desaforado dos últimos tempos: até na Europa já estão sabendo e isso não está ajudando em nada o nosso governo...

— Majestade... — Pedro o interrompeu e logo em seguida se calou, como que se arrependendo do que ia dizer.

— Você é o príncipe herdeiro, não pode se comportar como um garoto de

rua...

— Sim, majestade, sei disso...

Pedro baixou o olhar e acrescentou:

— Mas é que... É que eu me casei...

O rei se engasgou com uma coxa de pombinho e um camareiro começou a dar-lhe algumas palmadinhas nas costas, até que se recuperou.

— O que disse?

Pedro lhe contou que havia se casado na corte do Congo, seguindo um ritual africano, na praia, rodeado de indivíduos tão simpáticos e divertidos que pareciam terem sido tirados de um conto de fantasia. No Rio de Janeiro, Dom João não era o único monarca nem a sua, a única corte. Havia muitos anos existiam várias cortes formadas nas tradições populares e toleradas pelas autoridades coloniais, inclusive com um rei negro, eleito pelos africanos emancipados e escravos, e que usava toda a parafernália da realeza europeia: togas, coroas, um trono e cetros. Dom João sempre os tratara com o maior decoro e a máxima cortesia, como correspondia a um rei, ainda que fosse de araque. Não havia festival ou celebração pública para qual o rei negro não fosse convidado. Os amigos de Dom Pedro — com o Chalaça à cabeça —, diante de seu desespero, tinham organizado esse “casamento”, à cuja legitimidade Pedro, em sua ingenuidade, se afezava agora. O rei relaxou e sorriu.

— Você pode permitir-se a todos os tipos de casamento que quiser... O mais grave é o outro assunto...

— Que outro assunto?

— O da gravidez.

Fez-se um silêncio. Ele teria gostado de dizer que o entendia, que sabia o que estava acontecendo, mas não podia. Um rei é rei antes de ser pai.

— Sim, isso é grave e é o que obriga a sua majestade a tomar as rédeas do assunto — continuou o monarca. — Você precisa ser consciente de quem é, meu filho, da enorme responsabilidade que tem às suas costas.

— Mas se é vossa majestade quem não me deixa fazer nada.

— Você ainda é por demais jovem e impetuoso para ocupar-se de assuntos públicos, meu filho, mas em breve chegará o seu dia.

— E se eu não quiser?...

Seu pai o interrompeu e assumiu um semblante sério:

— Não faz diferença você querer ou não. Deus o quis assim. A vontade Dele é mais importante do que a sua, ou de qualquer um de nós, mortais, incluindo a de sua majestade. E você sabe. Sua majestade se dedicou de corpo e

alma a manter o Império unido para salvar o nosso povo, a nossa essência. Não é fácil ser o menor entre os grandes, sobreviver à cobiça dos mais poderosos quando não pode encará-los por ser frágil demais... Mas estamos conseguindo, meu filho querido...

Não conseguiu conter um arrotto. Limpou os cantos dos lábios com o guardanapo bordado antes de continuar:

— Olhe à nossa volta, veja a pátria de sua mãe: a Venezuela se separou da Espanha em 1811. A Argentina, em 1816, dentro de pouco tempo será a vez do vice-reinado do Peru... É uma hecatombe, meu filho. Para evitar esse destino, nós devemos nos manter unidos. Por isso seu casamento é tão importante, porque servirá para consolidar o que temos ganhado, para que você, logo em breve, continue essa sagrada tarefa. É isso que Deus espera de você. É isso que espera sua majestade. Não se pode falhar com eles.

Dom João utilizava uma linguagem afetuosa, mas ao mesmo tempo falava com firmeza. Pedro baixou a vista para evitar o olhar fixo de seu pai. Depois de um silêncio, o monarca disse lentamente, reafirmando cada palavra:

— Pedro, o império somos nós. Será seu um dia.

O rapaz o escutava sério e cabisbaixo.

— Se você nasceu no seio desta família é porque o Todo-Poderoso lhe ofereceu esse destino. Não o desaponte. Há um só Deus, e você tem um só pai. Há muitas mulheres no mundo. Estou certo de que a que escolhemos, depois de enormes gastos e esforços, será de seu gosto. Fará de você uma pessoa melhor, e fortalecerá o Império.

— E meu filho? — atreveu-se a perguntar timidamente Pedro.

— Sua majestade colocará todos os meios necessários para que não lhe falte nada, nem a ele e nem à sua “mulher”, como você a chama. Eu falarei com sua mãe. Nós ofereceremos uma boa soma de dinheiro para que ela crie o seu filho longe daqui.

— Não! — gritou Pedro. — Por que não posso ver meu filho e conhecê-lo?

Fez-se um silêncio. O monarca soltou um profundo suspiro. Olhava para o filho com compaixão:

— Porque é meu herdeiro, filho de minha alma e, como tal, toca a você submeter-se aos interesses do trono e dos povos que mais tarde governará. Você me entende, certo?

— Mas...

Seu pai voltou a interrompê-lo e, ante a intensidade de seu olhar, Pedro baixou os olhos de novo.

— Pode amar como homem, meu filho — ele lhe disse quase em voz baixa. — Porém, terá que se casar como um príncipe.

Dom João limpou a boca com um guardanapo. Tinha se fartado com seus pombinhos e se levantou para efetuar a lavagem de suas mãos reais. Fiel ao ritual, Pedro segurou uma pequena vasilha de prata enquanto um ajudante, na falta de seu irmão Miguel, vertia a água em suas mãos. Dom João acrescentou com voz grave:

— A menos, filho... A menos que queira perder tudo. Agora fica a seu critério decidir entre o impulso do amor e o dever. Nós os Bragança temos sempre feito a opção pelo dever. Sua majestade espera o mesmo de você. Para que possa manter a unidade de um grande império. Lembre-se sempre, meu filho querido: a unidade do reino. Para isso somos os reis.

Com muito pesar, Dom João havia deixado no ar a ameaça velada de deserdá-lo. Outros já se encarregariam de fazer ver a Pedro os detalhes do que estava arriscado a perder: posição social, rendas eclesiásticas, dinheiro, privilégios... Resumindo: sua identidade. Porém, Dom João tinha a esperança de que seu filho recuperasse a consciência e que não colocasse tudo a perder.

Quando Pedro voltou ao quartinho que se localizava atrás da oficina de carpintaria, estava muito alterado. Poucas vezes tinha ouvido seu pai falar-lhe daquela forma, nem lhe dedicar tanto tempo, embora suas palavras, que havia entendido perfeitamente, não o tivessem convencido. A única coisa que o guiava era seu instinto, que o arrastava irremediavelmente em direção aos braços de Noémie com uma força avassaladora.

Ele a encontrou caída na cama, chorando. Estava assustada. Durante a sua ausência, alguns guardas reais apareceram para dizer-lhe que tinham de esvaziar a oficina, por ordem da rainha.

— Por favor, não me abandone agora... — suplicou-lhe a jovem entre soluços.

— Não o farei, eu juro — ele respondeu.

— Não me abandone nunca...

— Nunca.

Ele a abraçou e acariciou a curvatura do ventre e logo se aproximou para dar-lhe um beijo no umbigo. Ficou por um longo tempo com o rosto apoiado sobre sua barriga, refletindo a respeito das palavras de seu pai e pensando naquele filho cujos movimentos imperceptíveis já se podia sentir. Tinha o sonho de ser pai. Dever, Império, unidade, vontade divina... Para ele, eram só palavras sem muito sentido. Qual era o verdadeiro peso diante do sentimento de plenitude que a

relação com Noémie e a proximidade da paternidade lhe proporcionavam? Bem pouco. Rebelava-se contra a ideia de que não tivesse direito de conhecer o amor, como algo comum entre os homens, pelo fato de ser herdeiro da coroa. Ele, que se criara sem o calor do afeto de seus pais... não teria o direito de compensá-lo com o afeto de uma mulher? Parecia-lhe injusto. Até então fora considerado um grande privilegiado. Lá fora, caiu uma tempestade, cujo ruído acabou afogando os soluços da bailarina.

A obstinada negativa dos amantes de romper a sua união criou um ambiente tenso na corte. Para o rei, para Carlota Joaquina e para os ministros — a cada dia mais nervosos —, Pedro se havia convertido em uma pedra no sapato. Era um obstáculo inesperado e inflexível, porque não mostrava sinais de dar o braço a torcer. O que se poderia esperar de um rapaz tão mal-educado?, indagavam as más línguas. O rapaz notou a antipatia que suscitava entre os membros do governo durante a missa em memória à morte de sua avó. Na saída, ninguém se aproximou para compartilhar com ele uma notícia ou um comentário. Notava que o olhavam de esguelha, como se o acusassem de não cumprir sua função. Não gostava de sentir o ostracismo da corte. O olhar que trocou com seu pai deixava poucas dúvidas sobre o estado de ânimo de sua majestade. E isso o afetava, porque amava o pai. Quando voltou a São Cristóvão, a oficina estava fechada com grandes tábuas de madeira cravadas nas portas e janelas. Não havia nem rastro de Noémie.

— Os guardas reais vieram, meu senhor, tiraram tudo que havia dentro e levaram a sua mulher... — disse-lhe o carpinteiro amigo.

Pedro ficou vermelho de ira. Disse coisas terríveis, chamou sua mãe de raposa, esbravejou. O bom homem ficou pasmo. Nunca o tinha visto naquele estado nervoso.

— Para onde a levaram?

— Não me disseram, senhor... Foram em direção à cidade.

Tinham deixado Noémie na casa da mãe, no apartamento em cima do estúdio de dança. Derrotada e humilhada, com uma gravidez de cinco meses e um futuro incerto, tremia de medo ao subir a escada. Recordava as advertências de sua mãe e tinha medo de voltar para casa. Porém, para sua grande surpresa, madame Thierry abriu a porta e a abraçou. Para a jovem, essa recepção lhe pareceu efusiva demais. Ela esperava uma severa censura, esperava até uma

surra, mas não que a recebesse como se estivesse regressando de uma turnê. Sua mãe lhe assegurou que a tinha perdoado.

Não demorou muito para saber a verdade, sua mãe tinha recebido várias visitas de Carlota Joaquina, e o fato de a rainha ter se deslocado até sua modesta residência causara na atriz uma profunda impressão.

— A rainha nos ofereceu riquezas superiores ao que jamais poderíamos um dia sonhar — ela contava para a filha, sem disfarçar sua excitação. — Trouxe as joias mais preciosas que possa imaginar: uns colares de brilhantes que pareciam ter luz própria, oxalá você pudesse ter visto. Me pediu discrição, então, por favor, não conte nada. Nem sequer para Pedro, *d'accord?*

Noémie assentiu com a cabeça.

— Imagino que ela propôs alguma condição, certo?

— Sim, que você o deixe.

Noémie baixou a cabeça e olhou para o chão. A mãe continuou:

— Ninguém dá nada sem nada em troca, minha filha, isso você já deveria saber. A condição é que desfrutemos de todas essas riquezas... Mas na Europa. Assim poderíamos nos reunir com sua irmã em vez de ela vir.

— Não penso em aceitar. Estou apaixonada por Pedro e ele sente o mesmo por mim.

— Ainda continua com essas coisas? Você ainda não se deu conta de que os dois são muito jovens e nunca deixarão que ele fique ao seu lado? É melhor tirar proveito da situação, você vai precisar, olhe... — disse-lhe, apontando para sua barriga.

— Não quero saber de nada que me oferecem, *maman*. Dentro de pouco tempo, Pedro virá me buscar e iremos...

— Para onde vocês irão? E esse bebê, como vai criá-lo com todo o reino contra?

— Iremos para bem longe.

— Você só pode estar sonhando, Noémie. É jovem e está apaixonada, é lógico. Mas vou lhe dizer mais: a rainha se comprometeu a conseguir para você um bom marido, que irá assumir você e a criança, um homem de condição elevada, cuja conduta e caráter sejam uma segurança para sua felicidade futura.

— Por favor, não me diga mais nada! Não quero ouvir!

Houve um longo silêncio. Madame Thierry, vencida, movia a cabeça de um lado para o outro.

— Você está buscando a sua ruína, minha filha, se é que já não o fez. Você despreza joias, riquezas, um porvir, rejeita tudo por amor... Que paixão mais

admirável! Mas o que quer provar com sua abnegação? Morrer por ele, se necessário?

— Só quero estar com ele.

— No fundo, você é bem egoísta, *chérie*. Eu já me sacrifiquei muito por você e agora que pode fazer algo por sua mãe, algo que nos tire da pobreza, diz *merde*. Acabará pagando caro; a vida é dura. As oportunidades, sim elas passam sim, mas acontecem uma só vez... Por fim, você verá.

Não esperava convencê-la, pois já conhecia sua insensata teimosia, mas pensou que, de alguma maneira, algo ali ficaria. E talvez, um dia lá longe, a razão viria. Antes que fosse tarde demais.

A pressão sobre os amantes seguia sem surtir efeito. Pedro se negava a se desfazer de sua “mulher” e dizia isso em alto e bom som aos numerosos cortesãos e funcionários que suplicavam, agora sem o menor comedimento. Apesar das ordens, das ameaças de ser deserdado que recebia de sua imperiosa mãe, da corte e do governo, seguiu em sua teimosia e se colocou autoconfiante para o mundo, seguindo suas próprias regras. Buscou Noémie na casa de sua mãe e foram viver às fraldas do Corcovado, em uma simples casinha de campo que um de seus amigos nativos lhe emprestou. Conseguiram um escravo para trazer água e ajudar nas tarefas domésticas. Desfrutavam de uma vista espetacular, única no mundo, sobre aqueles promontórios e ilhas que surgiam da terra no meio de um mar cuja cor abarcava todas as tonalidades de azul e verde, de acordo com o tempo que fizesse. Ao longe se estendia a cidade e o porto e, mais além, São Cristóvão, a seus pés ficavam as praias de Botafogo e Catete, o Pão de Açúcar com toda a sua formosura. Podiam prever a chegada de uma tempestade pela forma das nuvens, ver a entrada dos navios na baía de Guanabara, contar os barcos atracados, seguir os bandos de pássaros marinhos que passavam a sua altura. Acreditavam-se livres e passaram os primeiros dias em meio a uma euforia que não conseguiam dissimular. Nenhum dos dois se deteve para pensar na ousadia do que haviam feito. Logo, pouco a pouco, começaram a ter medo de serem descobertos por reservas da guarda real. A euforia se transformou em uma intensa preocupação, que optaram não mencionar um ao outro, mas que planava sobre suas vidas como uma ave de rapina.

A li em cima, a temperatura era mais fresca, tanto que de noite era necessário se agasalharem. Essa era a parte agradável. A outra nem tão agradável é que era como viver numa selva. Noémie acordava sobressaltada pelos grunhidos dos animais selvagens que rondavam e Pedro pulava da cama com o fuzil de caça pronto para disparar. Pouco a pouco, a falta dos mínimos confortos afetou seus estados de ânimo. O acesso era escarpado e difícil, as frequentes chuvas inundavam a casa, era impossível livrar-se da umidade e dos insetos. A cidade, os amigos da família, a civilização ficava longe demais.

O mais duro era quando Noémie permanecia só, nos casos em que ele precisava comparecer ao palácio ou a algum ato oficial. Apesar de contar com a companhia do escravo, ao cair da noite, sempre pontual naquela latitude e longitude, era aprisionada pelos medos mais corrosivos. E se não o deixarem voltar? E se uma serpente me morder? Que faço se eu tiver uma hemorragia? Como será o parto? Quem me ajudará? A criança nascerá normal, sem problemas de saúde? Olhava para seu ventre e se perguntava como poderiam viver naquele casebre e daquela maneira, uma vez que o bebê tivesse nascido. A solidão ampliava o seu pavor. Da mesma maneira que a guarda real os expulsara da oficina de carpintaria, poderiam vir a qualquer momento para tirá-los dali. E se o fizessem de novo, como da última vez, enquanto estivesse só? Pior ainda... E se decidissem “liquidá-la”? O poder dessa gente dava medo. E as palavras de sua mãe voltavam à sua memória e suas certezas de amor começavam a trincar. Presentia vagamente que algum dia teria que pagar por ter ousado ultrapassar o abismo social que a separava de Pedro. Esse era seu pecado. Ela, filha bastarda, fruto de um amor passageiro, tinha sequestrado o coração do príncipe herdeiro de um império. Um crime imperdoável.

No entanto, o fato de pensar em renunciar ao amor de Pedro lhe parecia ser doloroso demais. Se em sua ausência ela se encontrava às portas do inferno,

em sua presença experimentava o êxtase do paraíso. De forma que, quando o via voltar a cavalo pela ladeira, enopado de suor e do roçar das plantas, e ele se atirava em seus braços e respirava seus beijos, ambos se esqueciam de tudo, como por arte da magia, de todas as angústias e de todos os temores. A vida voltava a ser bela e seria até os próximos espasmos em suas entranhas, até a visita da polícia ou da inspeção de alguma onça, até a próxima noite de insônia.

Uma manhã, na qual se encontrava sozinha com o escravo que trabalhava na pequena horta atrás do casebre, Noémie ouviu a chegada de um cavalo. Ela pensou que fosse Pedro, que regressara antes do tempo. Tinha ido ao funeral de seu mestre, o diplomata holandês João Rademaker, que fora envenenado por sua escrava, um acontecimento que semeou a cidade de luto e medo. Os brasileiros eram muito sensíveis a qualquer ameaça de rebelião dos escravos e semelhante notícia, que transgredia a ordem social que imperava, causou um profundo pânico. Na memória de todos sobrevivia a recente lembrança da sublevação sangrenta dos escravos da ilha de Santo Domingo, no Caribe. Não podiam permitir que algo semelhante acontecesse no Brasil, um lugar cuja economia dependia completamente da mão de obra escrava, imprescindível nas grandes fazendas do interior. Pedro, que venerava esse preceptor que lhe ensinara o pouco que sabia do mundo, submergiu em um estado de profunda consternação.

Por isso, Noémie saiu para recebê-lo. Tinha passado uma noite ruim, acometida por náuseas que a fizeram vomitar várias vezes. Estava cansada e dolorida e ia pedir a Pedro que descesse até a farmácia ou que talvez a levasse para uma consulta médica na cidade.

Mas não era Pedro. Noémie ficou estupefata ao ver galopar pelo caminho uma mulher, em alta velocidade, vestida com calça, capa, chapéu e trazendo um fuzil de caça às costas. Era a silhueta inconfundível de Carlota Joaquina montada em sua preciosa égua cinzenta. Noémie sentiu um arrepio correr por sua coluna, como se todos os temores de suas noites de insônia fossem se confirmar em breve. A fama que precedia a rainha não augurava nada de bom. Eram conhecidas as suas birras, nas quais obrigava suas escoltas a distribuir chicotadas àqueles que não se ajoelhavam a tempo em sua passagem. Pedro também nunca falara bem dela. Entretanto, Noémie se viu diante de uma mulher afável e bonachona:

— Desculpe por não avisá-la previamente desta visita, senhorita Thierry...

— Entre, senhora...

Carlota adentrou aquela biboca e dissimulou a surpresa que lhe causou vislumbrar a pobreza em que viviam seu filho e a amada. “Deviam se amar

muito para suportar essa indigência”, pensou. Um galinhas ciscavam grãos de milho soltos entre as fendas dos arames presos com madeira no chão. Os escassos móveis eram bem espartanos e não havia nenhum luxo. Olhava de esguelha a barriga da francesa, que já avultava de forma notável. Sim, era esse ventre que estava causando uma crise insólita no governo do império. Dessa vez Carlota não utilizou ameaças, porque era inteligente demais e se dera conta de que não surtiam efeito sobre a jovem e exasperavam seu filho. Nem tentou suborná-la para que fosse para longe dali. Sabia que falava com uma mulher apaixonada e decidiu brincar com a carta do coração. Louvou a intensidade de seu amor, a pureza de seus motivos, a nobreza de seu comportamento. Chamou-a de “anjo protetor de seu filho”, o que desconcertou Noémie, que esperava ser insultada:

— Quería lhe pedir um grande favor, e não o faria se não estivesse convencida de que é uma pessoa boa e honrada... Permite-me?

— Claro, senhora — respondeu Noémie, dissimulando a vergonha que sentia ao ser tratada com tanta deferência pela rainha em pessoa.

— Eu lhe peço que mantenha esta visita em segredo. Que ninguém saiba que vim conversar com você.

— Eu prometo, senhora.

Fez-se um silêncio. Ouvia-se um latido ao longe e a respiração ofegante da égua, fora da casa, tentando recuperar-se da subida. Dona Carlota franziu o cenho, como que se preparando para dizer algo transcendente.

— Quería dizer algo que seguramente já sabe: a chegada da arquiduquesa Leopoldina é iminente...

Os olhos de Noémie lacrimejaram. Sentiu uma enorme tristeza, um abatimento como o que deviam sentir os animais antes de serem levados para o matadouro. Carlota tirou do bolso um lençinho bordado com as iniciais da Casa Real e ofereceu à jovem. Logo prosseguiu:

— Não tenho a menor dúvida de que o ama muito...

Noémie assentiu com a cabeça.

— Deixe-me falar como uma mãe que procura ajudar seu filho... Se é verdade que o ama, irá querer que ele seja feliz, que tenha uma vida plena, certo?

— Claro que sim — respondeu a jovem, que secava com o lenço as abundantes lágrimas que rolavam sobre as maçãs de seu rosto.

— Nisso nós duas estamos de acordo. Por isso, eu lhe peço, ajude-o. Não faça isso por mim ou por você, senhorita Thierry, eu peço que faça por ele. Eu

falo com o coração na mão. O coração de uma mãe. Logo saberá o que isso significa...

Noémie soluçava, quase em silêncio. Tudo se desmoronava ao seu redor. Dava-se conta de que estava num beco sem saída.

— Não permita que sua majestade o deserde — prosseguiu Carlota. — Soube que meu marido está a ponto de fazê-lo. Por isso vim vê-la, porque a senhorita é a única pessoa que pode ajudar Pedro. Só a senhorita pode salvá-lo.

Aquelas palavras tiveram um efeito arrasador, pois eram dirigidas a uma mente ingênua e cansada. O fato de a rainha falar nesse tom, que chegasse a degradar-se dessa forma, pedindo-lhe para guardar um segredo pela felicidade de seu filho, comoveu profundamente a jovem. Carlota foi muito hábil na hora de pintar-lhe um cenário em que cabiam duas possibilidades: a felicidade de Pedro ou a infelicidade de ambos, se continuassem juntos. Subentendia-se que ela, ao engravidar, havia perdido o direito à felicidade. Salpicou seu sermão com alusões às palavras pobreza, perseguição, abandono, colocando sempre o futuro glorioso do príncipe acima do interesse da moça. Ao final da conversa, Noémie estava num mar de lágrimas. Entendeu que não podia continuar assim, que nunca seriam aceitos como marido e mulher, que com seu amor destrambelhado estava causando um prejuízo ao seu amado, que aquela bela história de amor era um sonho do qual deveria despertar. Pelo bem dele.

Assim, se resignou a dar seu consentimento para abandoná-lo, mas impôs a condição de não ser enviada para a França. Restava pouco tempo para o parto e uma viagem tão longa a assustava. Além disso, preferia ficar no Brasil, porque estaria mais perto de Pedro, ou pelo menos giraria em sua órbita. Se não podia vê-lo, pelo menos poderia ouvir falar dele. Carlota agradeceu efusivamente, em seu nome e em nome de sua majestade o rei, e lhe assegurou que colocaria à sua disposição todas as facilidades para que sua mudança, sua viagem do Rio de Janeiro até Pernambuco, na região nordeste do Brasil, fosse feita dentro das melhores condições possíveis.

O desespero do jovem príncipe quando regressou a seu casebre do Corcovado e encontrou uma carta de Noémie dirigida "*A mon adoré*" explicando-lhe que tinha cedido por seu bem, o fez soltar um grito que reverberou nas colinas e nos penhascos com um eco que parecia um lamento. Na carta, ela pedia que não a procurasse, que não tentasse encontrá-la, que aceitasse com dignidade de príncipe a renúncia ao amor que, como homem, lhe estava vetado. Assustados, bandos de pássaros saíram voando em um voo frenético, se ouviram o relincho de um cavalo e a gritaria rouca de algumas

araras. E logo se fez um silêncio, somente interrompido pelo vento que ataçava as folhagens das palmeiras pelo soluço estridente de Pedro. Ele, que sempre depreciara seu pai porque as lágrimas lhe vinham logo, era agora puro choro e se odiava por isso. Ele, que praticamente não tinha sido obrigado a respeitar nenhum limite em sua educação, se encontrava pela primeira vez diante de uma barreira intransponível. Para ele, o príncipe herdeiro, não era permitido ser dono de seu coração. Naquele momento odiou ter nascido.

## S EGUNDA PARTE

Eu gostaria de dançar uma valsa de vez em quando.

DONALEOLPOLDINA

O governo de sua majestade Dom João VI havia tomado todas as medidas necessárias para que a travessia do Atlântico fosse, para a arquiduquesa Leopoldina, a mais aprazível possível. Seus camarotes se compunham de um dormitório com uma cama suspensa para acompanhar os movimentos do navio, um lugar para higiene pessoal, com banheira, um trocador de roupas, uma sala de jantar com cadeiras ornadas com tapeçarias de veludo azul, um salão decorado com biombos folheados a ouro, presidido por um sofá de pele de tigre fabricado em Bengala e um magnífico piano sob o retrato de Dom Pedro em uma moldura dourada. Sempre tinha à mão algum lavatório de ouro, com sua correspondente jarra, também dourada. Todo esse luxo contrastava com o restante da embarcação, uma autêntica arca de Noé que os demais passageiros austríacos, um tanto indignados, encontravam superlotada e suja. Com efeito, para alimentar o excedente da tripulação, viajavam a bordo inúmeras vacas, bezerros, porcos, carneiros, 4 mil galinhas, centenas de patos e, para a distração dos passageiros, uma dezena de canários. O fedor dos animais que subia dos porões era insuportável. *“...Conseguí manter o bom humor que os demais perderam, visto que não viajam por amor a seu esposo”*, escreveu Leopoldina a sua irmã na escala em Madeira.

Foi uma travessia tediosa, interrompida somente por alguns temporais: então as cadeiras fugiam das mesas com os comensais nelas, os pratos mais deliciosos se derramavam no chão e os camareiros se ajoelhavam para não cair, desculpando-se como se eles fossem os causadores do mau tempo. Ao cruzar a linha equatorial, lhes invadiu um calor diferente, impregnado de umidade, uma mudança que lhes animou, porque o fim da viagem se aproximava. Depois disso, numa manhã sentiram algo estranho. Algo inexplicável, como se o ar fosse diferente. O mar também parecia diferente, as ondas eram mais curtas. Golfinhos vieram desenhar arabescos na água, com suas nadadeiras. *“Cheira à*

terra”, disse em seguida um marinheiro. Chegavam eflúvios de ervas e cheiro de selva. De seu camarote, Leopoldina esperava ansiosa o momento em que divisaria a costa do Brasil. Como uma aparição mágica, surgiu primeiro um fio de terra distante, fino e borrado. Sentiu uma pequena pontada no coração. Era de alegria. Sim, esse era o Novo Mundo com o qual tanto sonhara. Do seu sofá feito em Bengala, seguiu esquadrinhando com o olhar o horizonte que, com o decorrer das horas, foi transformando-se em uma paisagem mais definida, dominada pelas escarpas de pedras basálticas pretas tocadas pela verde folhagem tropical.

Oitenta e cinco dias depois de ter zarpado, o navio *Dom João VI* finalmente se aproximava da costa do Rio de Janeiro, reconhecível pelo horizonte que suas montanhas desenhavam e que evocavam “um gigante deitado, com o perfil invertido de uma cabeça humana”. As correntes e os ventos alísios arrastaram suavemente a pequena frota até a baía da Guanabara, uma passagem de menos de duas milhas de largura, inconfundível pela presença do Pão de Açúcar, uma rocha em forma de cone, com 400 metros de altura e coroada por uma estreita faixa de vegetação. Sua massa imponente fazia os demais barcos da frota parecerem de brinquedo. A rocha estava ladeada por outro promontório, duas vezes mais alto e coberto por uma espessa selva, o Corcovado. Em janeiro de 1502 o navegador Gonçalo Coelho navegou nessas mesmas águas a bordo de uma caravela. Um de seus oficiais, Américo Vespúcio, confundiu a entrada da baía com o estuário de um rio e daí vem o seu nome, Rio de Janeiro. A cidade propriamente dita foi fundada em 1<sup>o</sup> de março de 1565, sob o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro, uma homenagem ao santo protetor do rei de Portugal.

Leopoldina, no convés do navio, contemplava muda de estupor aqueles rochedos escarpados com formas fantásticas, sempre diferentes, beirados por praias de areia branca e deslumbrante, com fileiras de palmeiras majestosas que se destacavam sobre um céu muito azul. Podia-se ouvir o romper das ondas contra os penhascos. Cheirava a mar, vegetação e logo à pólvora das salvas que diferentes fortalezas disparavam para saudar a passagem do pavilhão real. Banhados pela luz prateada de um sol intenso, os demais passageiros compartilhavam a fascinação por aquele espetáculo soberbo. Logo passaram entre a enseada semicircular sublinhada por uma praia e, do lado de terra, uma fileira de casas ensolaradas “que evocam a felicidade e o repouso”, como Leopoldina escreveu, embora nem soubesse que uma dessas era de sua sogra. Avançando sempre em direção à cidade, surgiam outras casas caiadas nas praias, conventos e pequenas capelas sobre as colinas, depois a igreja da Glória

e, mais além, um enxame de telhados erguidos de campanários. Uma multidão de pessoas saudava da margem. Intuíam-se um ambiente alvoroçado e alegre na cidade.

O estrondo das salvas acompanhou a chegada e a ancoragem dos navios, que desdobravam bandeirolas e flâmulas de todas as cores. Em seus esquifes, jovens africanos se aproximaram para oferecer suas frutas, gritando. No cais, foram içadas as bandeiras da Áustria e do Império Português e imediatamente depois repicaram os sinos de todas as igrejas, espetáculo que durou até o entardecer. Depois explodiram fogos de artifício cujo reflexo nas águas tranquilas da baía deixou todos, visitantes e cariocas, mudos de assombro. Para finalizar o espetáculo, fez sua aparição uma barcaça engalanada e dourada, impulsionada por cem remadores, que usavam capacetes prateados e vestiam paletós de veludo grená. A bordo se encontravam sua majestade o rei e seus filhos; vinham diretamente de São Cristóvão. A embarcação se deteve primeiro no cais, para apanhar a rainha e suas filhas, e para dar assim à comitiva austríaca e ao povo a falsa imagem de uma perfeita harmonia familiar. Como Dom João tinha uma ferida inflamada na perna, consequência de uma picada de carrapato, e não podia deslocar-se até o *Dom João VI*, foi Leopoldina quem se aproximou para cumprimentá-los.

Ao entrar na barcaça, logo reconheceu Pedro, e a condessa de Kunburg, sua dama de companhia, notou um faiscar nos olhos da jovem princesa, que a duras penas tentava dissimular a satisfação de encontrar o marido que tinham lhe arranjado. Alto, elegante, reluzia em seu uniforme de general. Suas largas e avultadas costeletas emolduravam o rosto do galã, realçado pelo colarinho alto, vermelho e bordado de fio de ouro e o peitoral recoberto de cruces e medalhas. Para ela, Pedro pareceu mais lindo que no retrato que o marquês de Marialva tinha lhe dado. Entusiasmada pela emoção, surpreendeu a todos se lançando aos pés de suas majestades, que não esperavam tanta efusividade de uma teutônica, uma pessoa de origem germânica. Estes a ajudaram a levantar-se e a abraçaram como se fosse uma filha perdida que voltava para casa depois de uma viagem.

— Tudo está pronto para o desembarque oficial, que terá lugar amanhã pela manhã — disse-lhe dom João. — Permita-me apresentar-lhe minha filha Maria Teresa...

Ambas cunhadas se envolveram numa conversa sobre plantas, enquanto Pedro permanecia a distância, observando-as. Leopoldina o desconcertava. A garota era fora do comum, com olhos azuis tão intensos que eram quase violeta,

com cabelos tão loiros que resplandeciam e um estilo germânico bem diferente do que aquele com que estava acostumado. Quanto à sua beleza e graça, não tinha nem como sustentar alguma comparação com sua francesinha exilada à força em Pernambuco. Leopoldina tinha o lábio inferior grosso e um pescoço robusto, defeitos apenas vagamente percebidos, porque os dissimulavam sua jovialidade e sua forma de vestir, mas que não escaparam à sagacidade de Pedro, já experiente nessas questões. Ele também gostou de sua cútis, que era como uma maçã rosada, seu sorriso doce e que toda ela fosse carnuda.

Pedro foi o último a aproximar-se de Leopoldina. Com um semblante sério, apenas se atrevia a olhar-lhe no rosto, porque se sentia tímido. Afinal de contas, apenas tinha diante de si a ex-cunhada de Napoleão... Como não falava alemão e ela apenas mal falava o português, trocaram os primeiros cumprimentos em francês, idioma que o príncipe tinha aprendido a arranhar com o amor de sua vida.

— Este é meu presente de boas-vindas — Pedro lhe disse, entregando-lhe um pacote.

A arquiduquesa o abriu e começou a tirar diamantes em forma de cachos, de nós de laços, de penas em forma de garça... Ao final, tirou uma ave do paraíso incrustada de brilhantes, com uma coroa de louro no bico.

— São frutos desta terra — o rei disse. — Sua alteza chegou a um país de pedras preciosas.

Pedro e Leopoldina cruzaram olhares furtivos enquanto durou aquela primeira entrevista, que foi cordial e muito agradável, dadas as circunstâncias. A princípio, Pedro foi gratamente surpreendido pela simplicidade e espontaneidade de Leopoldina, que não esperava em uma mulher criada na corte austríaca. Mas quando ela começou a desdobrar sua erudição, procurando uma discussão sobre a classificação mineralógica, ele a viu como um bicho ainda mais raro que os insetos da coleção de lepidópteros que trazia debaixo do braço. Naquele momento se lhe dissessem que sua mulher chegava de outro planeta, e não da Europa, ele teria acreditado. Leopoldina, sem dúvida, cegada de antemão pelo amor de seu esposo, nunca guardou rancor do marquês de Marialva por ter este mentido sobre o interesse de seu marido por minerais.

Pedro mal acabara de recuperar-se da perda de seu primeiro amor verdadeiro. Que pudesse ter outros na vida, como diziam os mais chegados, era apenas um pobre consolo para uma alma ferida. Seu sofrimento era maior pelo fato de tê-la engravidado. No fim, ao dar-se conta de que o jogo estava perdido, chegou a uma aceitação recalitrante de seu destino. O exemplo que tinha sido instilado por seu pai lhe ajudara a superar aquele transe: apesar de sua aparência descuidada e indecisão crônica, Dom João sempre fora homem de hábitos rotineiros, piedoso, trabalhador e, sobretudo, sempre entregue de corpo e alma a seu dever. Ele tinha transmitido algumas dessas qualidades para o filho. Depois, o amigo Chalaça também tentou ajudá-lo a esquecer Noémie. Esquecer, ele nunca conseguiu, mas se desafogou com prostitutas e amigas, mulatas quentes que rivalizavam nas mais doces perversões do amor para animar o triste humor do príncipe apaixonado. Às vezes ele as abandonava antes mesmo de despirem-se, como se bastasse ter a segurança de saber que podia consegui-las. Sentia tanta saudade de Noémie que sempre que podia passava pela rua onde vivia sua mãe e olhava para o andar de cima, como se sua amada fosse aparecer na sacada. Um dia aquela saudade lhe colocou em maus lençóis. Ia a cavalo para o centro quando seu coração deu um pulo ao ver uma garota que saía do estúdio de balé de Louis Lacombe, onde vivia madame Thierry. Tinha um jeito parecido com o de Noémie, mais velha, mas sem o mesmo encanto. Descobriu que era sua irmã, que viera trabalhar e viver no Rio de Janeiro. Pedro foi incapaz de conter-se e cometeu um erro que pesaria sobre sua reputação: tentou seduzi-la, na rua, em plena luz do dia, e ao fazê-lo dava a impressão de que estava falando com Noémie. Em sua atribulada mente, sobre pôs as duas mulheres, sem dar-se conta de que estava cometendo uma transgressão inaceitável. Deu de frente com uma recusa da jovem, que se posicionou de forma clara e utilizou de maus modos, o que deixou o orgulhoso príncipe afundado na mais absoluta miséria moral.

— Sem vergonha! — escudou dizer a madame Thierry do alto da sacada.

Aquilo virou anedota e correu rapidamente como fofoca por toda a cidade.

— Safado! Esse moleque não vale nada! — repetiam em uníssono as senhoras nos salões e nos cabelereiros. — Não basta já ter arruinado a vida de uma, quer também tentar com a outra...

Aquele deslize lhe custou caro, porque alimentou os rumores de seu caráter donjuanesco, leviano, irresponsável e indigno de confiança. Uma imagem que os membros do governo e da corte temiam que acabasse cruzando o oceano...

Mas o caso é que Pedro sentia saudades de Noémie durante muitos e longos dias. Inteirou-se de que, sob os auspícios do rei, havia sido enviada para Recife, no distante nordeste do país, onde o governador de Pernambuco a colocou aos cuidados de um casamento arranjado pelo oficial do exército e sua mulher que haviam sido generosamente indenizados por Dom João. E Noémie, por sua parte, tinha recebido uma boa soma para o enxoval da criança. Até sua mãe teve direito a uma joia cedida por Carlota Joaquina. Não mais, porque madame Thierry tinha decidido permanecer na cidade e fazer vir sua outra filha em vez de voltar para a França.

No entanto, o epílogo daquela história foi uma cruel punhalada do destino. Tal punhalada se deu quando Pedro inteirou-se de que seu filho tinha morrido poucos dias depois de ter nascido. Louco pelo pesar, atormentado pelo sentimento de culpa, envergonhado pela desfeita com a irmã, pensou em escapar e encontrar-se com Noémie. Mas foi materialmente impossível. O Rio de Janeiro inteiro estava se preparando para a chegada de Leopoldina, Dom João tinha feito obras em São Cristóvão e os membros da missão artística francesa estavam enfeitando a cidade à custa do erário público. Pedro se convertera no centro de atenção da vida social. Por onde ia, os mesmos que o criticavam às suas costas por seu comportamento mulhengo lhe felicitavam por seu casamento. Até o agradeciam pelo que esse enlace proporcionaria ao povo. Prisioneiro de uma malha invisível, mas bem sólida, que lhe encarcerava em seu papel de herdeiro, de novo lhe foi impossível fugir.

O que fez foi escrever para o governador de Pernambuco e lhe pedir que velasse pela saúde de Noémie, que cuidasse para que não lhe faltasse nada. Ao final da carta, pediu um favor que mostrava, mais do que qualquer outra manifestação de dor, a intensidade de seu sofrimento: quis que o corpo de seu filho fosse embalsamado e lhe fosse enviado para sua custódia. O governador lhe respondeu que tinha organizado um funeral cheio de pompa em memória do pequeno e que lhe enviaria o cadáver mumificado. Pedro o recebeu em um

pequeno ataúde branco, que guardou em seus aposentos de São Cristóvão como sua relíquia mais apreciada.

No dia seguinte à sua chegada, ao meio-dia de 6 de novembro de 1817, a família real embarcou no *Dom João VI* para almoçar com Dona Leopoldina. Fiel à sua natureza desafiante, Pedro converteu a timidez da véspera em galanteio. Com relação à erudição de sua mulher, ele pensava em responder em contraste com suas melhores armas de sedutor. Colocou-se como o último da fila para cumprimentá-la e quando ela estendeu a mão, ele a pegou e não a soltou até levá-la à mesa, onde colocou uma cadeira próxima à dela: *“Em um dado momento, durante a refeição”* — escreveu Leopoldina à irmã —, *“Pedro deu uma piscada com um olho e senti que, debaixo da mesa, punha sua perna em cima da minha. Sua audácia foi além: quando terminei meu discurso à mesa, Pedro me sussurrou: ‘Que pena que até amanhã não tenhamos permissão para dançar’”*.

Depois do almoço, os distintos passageiros tomaram seus assentos na barcaça, rodeada de muitas pequenas embarcações ocupadas pelos membros da nobreza que escoltavam a comitiva real, para acompanhar a entrada triunfal de Leopoldina no Rio de Janeiro. Desembarcaram sobre uma rampa recoberta com um tapete vermelho e passaram sob um arco, um dos muitos construídos pelos artistas franceses Debret e Montigny, um *trampantojo* — técnica de pintura decorativa cujo fim é causar uma ilusão de óptica ao espectador, tendo como base promover um efeito tridimensional — feito em madeira e gesso, que dava a impressão de ser mármore, com anjos, alegorias de Viena e de Roma e alusões às posses imperiais de Portugal. Tinha sido uma ideia de Dom João recriar o ambiente de uma cidade europeia de fantasia, que evocasse o fausto do Velho Mundo. Saudaram os soldados e dignitários enquanto se dirigiam às carruagens que lhes esperavam do outro lado da praça, no começo da rua Direita, a mais larga da cidade, bordeada de palmeiras recém-plantadas para a ocasião. Os paralelepípedos das ruas tinham sido cobertos de areia para amortecer os buracos.

A família real e os recém-casados tomaram seus assentos numa carruagem dourada e forrada de veludo grená, levada por oito cavalos brancos com mantas de veludo combinando. Atrás, Dom Miguel e as irmãs seguiam em duas carruagens de seis cavalos cada uma. No total compunham a procissão 93 carruagens, com seus respectivos lacaios de pé nas portinholas. Uma companhia de guardas a cavalo e outra de alabardeiros faziam a escolta. Bandeiras, tapetes de damasco carmesins e estandartes flamejavam sobre as fachadas caiadas dos edifícios, e a rua transbordava de súditos radiantes de alegria, que faziam a genuflexão à passagem dos veículos reais. Das sacadas, senhoras de pele citrina e cabelo preto, ostentadamente vestidas, lançavam grinaldas de flores à passagem da carruagem real. O mesmo faziam as crianças que, de um lugar mais alto em cada arco de triunfo, jogavam pétalas.

Entre os aplausos do povo, acordes de música militar e o repique dos sinos, a procissão culminou na Capela Real, situada bem ao lado do antigo palácio de São Bento, um edifício quadrado e austero que tinha sido residência dos Braganças nos primeiros tempos de sua estada no Brasil, antes que o casal real se dissipasse pelos arredores. A grande orquestra começou a tocar no momento em que Dona Leopoldina entrou na capela de mão dada com seu esposo, rodeada de cortesãos e acompanhada pelos arcebispos de Angola, Pernambuco, São Tomé e Moçambique. Os recém-casados se ajoelharam diante do arcebispo da corte, que pronunciou a bênção nupcial, seguida de uma missa de *Te-déum* cantada, com música composta para a ocasião pelo mais famoso dos compositores da época, Marcos Portugal. As missas, para Dom João e seu filho, eram uma oportunidade de abandonar-se ao prazer de escutar música.

Aquela foi uma cena digna da mais brilhante pompa europeia, isso se não fosse pelo calor e pelos mosquitos. As damas de companhia austríacas, que usavam amplos decotes, traziam manchas vermelhas arroxeadas provocadas pelas picadas dos insetos, e que pareciam terem sido arranhadas pelas damas. Os homens pulavam como grilos para afugentar os mosquitos que lutavam para prenderem-se nas meias.

Na sequência, os augustos convidados passaram ao palácio adjacente para o beija-mão, costume completamente desconhecido na corte de Viena, e as damas austríacas estranharam que fossem obrigadas a beijar a mão do rei e dos príncipes. Logo foi servido um interminável jantar de Estado. Para responder aos vivas da multidão reunida na praça, os jovens esposos tiveram que levantar da mesa várias vezes e aparecer na sacada. Diante de tantas pessoas que pareciam adorá-los, eles se sentiam comovidos. Sobre tudo Pedro, que começou a tomar

consciência de que seu casamento estava lhe servindo para deixar para trás sua nefasta reputação. Respirou fundo: no ar flutuavam aromas de folhas de manga, da areia que cobria as ruas, de pétalas de flores, de incenso e canela.

O baile fechou com chave de ouro um dia desgastante, especialmente para Dom João, cuja chaga na perna o fazia sofrer. Em honra a Leopoldina, a orquestra tocou uma valsa, um ritmo que pouco se ouvia no Brasil. Pedro pegou o braço da mulher, cujos olhos estavam úmidos de emoção, porque aquilo lhe recordava sua Viena natal. Um, dois, três... Juntos deram os primeiros passos; ele se deixava levar pela perícia dela e assim abriram o baile. Para a maioria dos presentes, aquela cena pareceu digna da mais refinada corte europeia, porém não para os austríacos. No Brasil, as pessoas suavam profusamente e o odor se misturava com o de peixe podre, porque assim cheirava a cola usada para sustentar o trambolho de arame que segurava o penteado das damas e que se derretia com o calor. Não, o Rio de Janeiro não era Viena.

De noite, já bem tarde, a família real regressou a São Cristóvão por mar, para evitar que o rei sofresse com o chacoalhar da carruagem. Ao redobrar cadenciado dos remos, a barcaça atravessou lentamente a baía onde as luzes soltavam suas centelhas dos barcos e o eco devolvia os cantos dos negros que se deslocavam em suas canoas entre as ilhas. Logo o palácio de São Cristóvão surgiu sobre a ribeira. No mínimo, uma desilusão. Os membros austríacos da comitiva esperavam outra coisa, sobretudo depois do esbanjamento da cerimônia de casamento. Aquela era uma casa grande adaptada para servir de palácio, não tinha nada a ver com Schönbrunn, em Viena, onde a vontade do monarca se transformara em pedra. “Qualquer nobre da Áustria tem uma casa mais bonita do que esta”, comentou em uma carta um membro da delegação austríaca.

Leopoldina estava exultante demais para emitir algum julgamento sobre o palácio de seu sogro. O rei a acompanhou à sua nova residência, situada a menos de um quilômetro da mansão principal, numa casa independente, com dois andares, recém-construída para o jovem casal, em estilo medieval, com um mastro no telhado. Sua majestade se desculpou porque os móveis que tinha encomendado em Paris ainda não haviam chegado. Ao entrar no vestiário, a primeira coisa que a jovem viu foi um busto de seu pai e, com isso, não pôde conter as lágrimas.

— Oh, majestade...

— Minha filha querida — Dom João lhe disse —, a felicidade de Pedro está assegurada, assim como a de meu povo, pois um dia terão como rainha uma boa filha...

E acrescentou, depois de um momento de silêncio:

— ... Que não pode deixar de ser uma boa mãe.

Ao detalhe do busto, somava-se um livro que continha retratos de todos os membros de sua família. Dom João havia encomendado o volume em Viena juntamente com o busto de Francisco II.

Contudo, o dia ainda não havia terminado para a família real. Leopoldina, que ansiava por desfrutar de um pouco de intimidade com seu marido, teve que se submeter a outro dos curiosos costumes daquela corte: a preparação para noite nupcial. Os homens da família, o rei e Miguel, tinham que enfeitar, adornar, vestir Pedro, enquanto as mulheres deviam fazer o mesmo com ela. Assim, a austríaca se viu rodeada por Carlota Joaquina e suas cunhadas que, com doçura e algo de malícia, se dispuseram a fazer a toalette de rigor. Lavaram-na, arrumaram seus cabelos e a perfumaram. Leopoldina se dispunha a vestir-se, quando lhe disseram:

— Não, não, agora não se pode mais vestir-se, tem que esperar seu marido na cama, nua, é a tradição...

— Nua? — soltou a condessa Kunburg indignada. — Isso não pode ser! — arrematou com forte sotaque germânico.

Leopoldina procurava dissimular o embaraço que sentia. A condessa continuou:

— Já é hora de ficarmos a sós.

No entanto, percebeu os olhares de incompreensão das cunhadas e, sobretudo, a rainha com sua testa franzida, apertando as sobrancelhas. Leopoldina fez um sinal para sua dama de companhia:

— Deixe, condessa — pediu-lhe Leopoldina, antes de acrescentar em alemão: — Não crie mais problemas, eu lhe peço. Acabemos com isto quanto antes.

Naquele momento a jovem só desejava estar com seu marido e, assim, se submeteu obedientemente àquele ritual. Estirou-se para esperar, enquanto suas cunhadas e sua sogra falavam excitadas ao seu redor. Pouco tempo depois, Pedro entrou. Não pôde dissimular seu sorriso perverso diante da visão de sua esposa, com seus avultados peitos caindo lado a lado, os mamilos carnudos e infantis, a pele tão branca e transparente que era possível ver as veias azuis e a mão colocada entre as pernas, cobrindo vergonhosamente o púbis. “*Fui obrigada a esperar que o príncipe estivesse deitado a seu lado*” — escreveu a condessa. “*E só então, por compaixão, nos deixaram a sós...*”

Carlota e suas filhas decidiram voltar para Botafogo em uma carruagem, a rainha tinha pressa para regressar à sua casa na praia, para disfrutar das atenções de um novo amante, um coronel da cavalaria chamado Fernando Brás, um homem robusto, bem formado e que lhe tirava o sono.

Dom João voltou a seu palácio e subiu as escadas mancando. Estava satisfeito, pois tinha cumprido seu dever. Logo seu reino teria descendência. Era uma pena que sua mãe, que vivia agora no além, lá no céu, não podia compartilhar o que fora feito naquela jornada tão grandiosa.

Enquanto um criado retirava suas roupas para vestir-lhe um camisolão, outro sustentava um urinol nas mãos, um terceiro arrumava a cama e abria os lençóis e um quarto lhe preparava o mosquitoeiro, Dom João recordava de sua primeira noite com Carlota. Ele tinha 26 anos e ela, 15. Estava à sua espera havia cinco anos, desde o casamento... E como a desejava naquele momento, apesar de ser tão feia! Parecia que nunca iria cumprir a condição do contrato nupcial, segundo o qual deveriam esperar que fosse mulher para ter relações. Aquela primeira regra demorou muito tempo para chegar, mas, quando se fez, foi vivida como um grande acontecimento. Imediatamente, a rainha Maria, emocionada, escreveu para a mãe de Carlota, Maria Luísa de Bourbon-Parma: *“É com grande prazer e sem que passe mais tempo, participo a vossa majestade que nossa amada Carlota já é mulher inteiramente, sem a menor dúvida e sem nenhuma comoção, bendito seja Deus. Eu peço a V.M. que tenha por bem participar esta boa nova ao rei, seu querido esposo...”*. Foi assim, que Carlos IV se inteirou de que sua filha primogênita tivera a primeira menstruação.

Dom João lembrava que sua mãe, a rainha Maria, com o motivo da primeira noite juntos e como uma atenção especial com relação à nacionalidade de sua nora, lhes havia oferecido uma alcova chamada “Dom Quixote”, no palácio de Queluz, um quarto redondo, decorado com espelhos e oito pinturas

enquadradas em molduras douradas que descreviam várias cenas da vida de Dom Quixote, obra que um artista chamado Manuel da Costa tinha pintado com talento.

Ele tinha resistido à “preparação” para a noite nupcial. Muito descuidado com seu aspecto físico, odiava lavar-se, ao contrário de seu filho Pedro, contaminado pelo costume brasileiro de fazê-lo frequentemente. Mas, ao final, tivera que ceder ante a pressão dos monges que oficiavam como ajudantes da câmara e que estavam preocupados pela má impressão que pudesse causar nessa noite tão crucial. Ninguém escapava ao peso da tradição e menos ainda um príncipe. Ao contrário de seu filho, Dom João era tímido e desastrado com as mulheres. Quando entrou no quarto, não se atrevia a olhar no rosto de Carlota, que o esperava nua e deitada na cama. Ele, muito puritano, vestia um camisolão que tinha um orifício em um lugar estratégico. Estava tão atordoado pela forçada abstinência que se esqueceu de apagar as velas de cera. Quando se aproximou de Carlota, ofegante como um velho na escuridão, sentiu uma espécie de ressentimento traumático, uma velha ferida deixada na memória pela mordida na orelha. Na imensidão do leito real, ela parecia ainda menor do que era na realidade. Dom João nunca esqueceria o radiante olhar de malícia de sua mulher quando se lançou sobre ele. E assim, entre as sombras vacilantes que deixavam ver os moinhos de vento, as cargas de Rocinante, as armas de Sancho Pança e uma Dulcineia idealizada, ambos se entregaram um ao outro com toda a intensidade de uma paixão juvenil. Porém, sem amor. Essa união era mais um encontro de corpos do que de almas.

Nove meses mais tarde, nascia Antônio, que descanse em paz. Depois veio a princesa Isabel de Bragança em 1797, uma menina magricela que a princípio respirava com dificuldade, mas que sobreviveu aos primeiros meses de vida. E em 12 de outubro de 1798, depois de quatro dias de intensas dores, nasceu Pedro de Alcântara Francisco António João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon. O badalar dos sinos de todas as igrejas de Portugal anunciou a boa-nova ao povo e em Lisboa as torres de vigilância e os barcos de guerra atracados no Tejo lançaram salvas ao meio-dia e à meia-noite. Assim como aconteceu com seu irmão, foi batizado em Queluz, mas seu batizado foi modesto, porque ainda não era o herdeiro. Era um bebê gorducho de bochechas rosadas e aspecto saudável e bonito, uma exceção milagrosa naquela família atingida pelas forças da herança genética. Ele teve uma ama de leite designada, mas como Dom Pedro era muito voraz, se considerou conveniente que tivesse uma reserva de mais duas

amas. No total, o menino tinha à disposição seis tetas para enfrentar a vida.

Quando ele abriu os olhos, depois de poucos dias de vida, a primeira coisa que viu foram as imagens do fidalgo de La Mancha e, anos mais tarde, enquanto crescia, não se cansaria de pedir a suas babás, a maioria espanholas, que lhe contassem as aventuras de Dom Quixote e Sancho Pança uma vez e outra mais, até a extenuação. Não se cansava de ouvi-las, de imaginá-las, de brincar de atacar inimigos imaginários e defender as vítimas desamparadas. Ria e sempre pedia mais, e a marca que tais histórias deixaram em sua alma pouco a pouco foi configurando sua personalidade.

O Rio de Janeiro viveu os dois dias seguintes de festejos pelo rito nupcial no mesmo ambiente de farras e folias, com as ruas cobertas de pedras e de flores perfumadas, bandeiras e flâmulas ondeando janelas e muros. A brilhante iluminação noturna deixava boquiabertos os cariocas, que nunca tinham desfrutado da cidade daquela forma. Houve recepções, bailes e discursos que culminaram com uma ópera e, graças à generosidade de um empresário local que assumiu os gastos... um balé... no Teatro Real. O destino jogava um punhadinho de sal na ferida de Pedro que ainda sangrava. Constrangido pelas recordações, se manteve sério, taciturno e até desagradável antes e depois da apresentação. Sua mãe, que adivinhou o motivo do comportamento de seu filho, lhe chamava constantemente a atenção, para que não descuidasse de sua esposa, mas ele respondia de má vontade. Leopoldina, concentrada no espetáculo, não parecia perceber nada, absorvida como estava na sua bolha de felicidade.

Logo tudo voltou a ser como antes e a cidade despertou daquele sonho de grandeza para retomar o aspecto habitual de um município pacato, tranquilo e sujo.

A diferença de mentalidade entre os austríacos — os que acompanharam Leopoldina e os que chegaram em barcos repletos de material científico — e os portugueses que tinham decorado sua cidade com motivos romanos de papel machê era abismal. Se os primeiros possuíam uma imagem de cerebrais, sérios e trabalhadores, os segundos eram arcaicos e supersticiosos. Da mesma forma a família à qual havia se unido Leopoldina não podia ser mais diferente que a sua. As aventuras sexuais muito malvistas na corte austríaca, nesta eram protagonizadas pela própria rainha em plena luz do dia. O ódio que os monarcas professavam entre si era de domínio público, mas a aceitação tácita de Dom João das infidelidades de sua mulher o faziam objeto, se cabe aqui, de um opróbrio na corte. Os filhos, pouco instruídos e as filhas virtualmente analfabetas, com exceção de Maria Teresa, apresentavam um intenso contraste com os Habsburgo, conhecidos por sua excelência acadêmica, sua disciplina pessoal e seus altos padrões morais.

Desde que se instalara no trópico, dez anos atrás, a corte portuguesa evoluíra numa direção diferente das cortes da Europa. Talvez o tenha feito pela maior influência de suas colônias de Goa, na Índia, e Macau, na China, que se refletia em muitos aspectos da vida, desde a arquitetura dos edifícios, cujas laterais dos telhados terminavam com uma curvatura muito oriental, até o costume de deslocar-se no palanquim, sentar-se com as pernas cruzadas nas almofadas para escutar um recital, usar especiarias asiáticas para temperar a comida ou dispor de uma infinita reserva de mão de obra gratuita que o próspero comércio de escravos proporcionava. Era uma corte exótica.

Desde o momento em que embarcaram no *Dom João VI*, havia surpreendido os austríacos o grande número de cortesãos que tomava parte da viagem, acompanhados por um número ainda maior de assistentes, ajudantes, criados, donzelas e escravos. Para que necessitavam de tantas pessoas?, os nobres

se perguntavam. A resposta era que os portugueses tinham se acostumado a viver sem trabalhar, por conta da riqueza de suas colônias e do comércio de escravos.

A mesma pergunta era feita novamente, só que agora no palácio, invadido por centenas de criados, jardineiros, ajudantes etc., mas que às vezes eram incapazes de oferecer um serviço adequado. Os austríacos não necessitaram de muito tempo para dar-se conta de que a deslumbrante missão realizada pelo marquês de Marialva não passara de um sonho ilusório para criar uma boa impressão às cortes da Europa, e no fundo escondia uma realidade diferente, muito mais prosaica. A mesma coisa se percebia no palácio de São Cristóvão que, além de ser vulgar, cheirava mal e parecia descuidado. “Por que deixam essa montanha de esterco no jardim se atraí nuvens de insetos?”, se perguntavam atônitos os convidados enquanto tampavam o nariz. Pior foi quando, horrorizados, descobriram em seus quartos urinóis que ainda não tinham sido esvaziados. Esses recipientes fedorentos diziam muito mais sobre aquela corte, uma mistura de pompa e desleixo, de pretensão e imundície, de mesquinhez e esbanjamento. Ainda que, conhecendo o rei e sua aversão à higiene, era de se compreender que só poderia ser assim mesmo, nada a estranhar... Ainda sobrevivia a mentalidade de que o banho era coisa do povo, dos que trabalhavam com as mãos. Os ricos, os nobres, os cortesãos nunca se lavavam e combatiam o odor corporal à base de perfume. Para os austríacos, aquilo era uma atitude atrasada, que afortunadamente estava evoluindo nos palácios da Europa. O caso é que a incúria geral, unida às intermináveis cerimônias, as refeições eternas, o ritual nupcial ao qual haviam submetido Dona Leopoldina, tudo se somava para dar a impressão de que a devoção religiosa e a pompa dos rituais escondiam uma obtusidade cheia de ranço e vulgaridade.

Os esforços de Dom João para modernizar a vida não eram bem aceitos pela sociedade local. Ele trouxera de Portugal a primeira máquina impressora do Brasil e desde então se publicavam vários jornais, tinha construído o Teatro da Ópera, criara a Biblioteca Real, com os fundos trazidos da metrópole... Consciente da importância do conhecimento científico, fundamental para descobrir e ampliar as riquezas do país, ele inaugurara dez anos atrás um soberbo jardim botânico atrás de uma lagoa não muito distante do centro da cidade. Com a intenção de competir com as ricas plantações de chá do sudeste asiático, fizera vir de Cantão 200 famílias chinesas para o seu cultivo.

Antes que os naturalistas Spix e Martius, vindos em missão científica, iniciassem sua expedição, Dom João, que sempre fazia todo o possível para satisfazer sua nora, que ele amava como uma filha, quis mostrar-lhes a sua obra.

Spix e Martius descobriram que o jardim botânico era uma enorme plantação de chá atravessada por avenidas bordeadas de gigantescas palmeiras, de árvore-do-pão, floridos itós, mangas e papaias, e tinha canteiros plantados de uma grande variedade de espécimes botânicos. Dom João estava preocupado porque não conseguiam uma boa qualidade de folhas de chá. Naquela terra só crescia bem uma variedade ordinária que não tinha boa aceitação nos mercados. Spix o animou a prosseguir com o incipiente cultivo de outra planta que, seguindo suas averiguações, teria melhores possibilidades de prosperar naquele solo tropical. Foi assim que o fracasso de um cultivo deu lugar ao êxito espetacular de outro: o café. Em seguida, Spix e Martius iniciaram sua expedição até o Amazonas. Dali seguiram rio abaixo até Belém, na desembocadura, em uma viagem de exploração que duraria quatro anos.

Por outro lado, os acompanhantes da corte austríaca regressaram gradualmente para a Europa, deixando a princesa só naquele mundo insólito, com exceção de suas damas de companhia, seu médico e suas criadas. Pouco a pouco foram acostumando-se a conviver com o ruído de fundo composto pela insuportável lenga-lenga das broncas e surras que os criados brancos, sob qualquer pretexto, davam aos escravos negros.

Nem Pedro compartilhava da paixão de Leopoldina por classificar pedras, nem ela era coquete como as cortesãs com as quais o príncipe estava acostumado. Fiel a suas convicções, ela se maquiava pouco e se vestia com discrição, algo que em si mesmo já era chocante numa sociedade em que as mulheres de famílias endinheiradas, dedicadas à total perda de tempo, usavam altíssimas perucas presas por uma estrutura de arame que chegava a pesar três ou quatro quilos, na qual penduravam pequenos objetos, como tesourinhas, faquinhas, penas, fitas e até verduras e frutas. Aquelas senhoras que seguiam a moda europeia com vários anos de atraso raramente se deixavam ver na rua, só na missa ou em recepções oficiais. Viviam como reclusas. “Meu Deus! Como irei me tornar amiga de alguém aqui?”, se perguntava Leopoldina.

Sacrificados no altar das conveniências dinásticas e do jogo diplomático, no fundo a ninguém importavam as preferências, os gostos ou as inclinações de Pedro e Leopoldina, caso pudessem coincidir ou não. O único critério que fora levado em conta tinha sido sua estirpe real e sua aptidão para criar uma prole de príncipezinhos, os quais, por sua vez, talvez se orgulhassem de sua linhagem. Sem dúvida, apesar de tudo que parecia separar o casal, ambos encontraram um pequeno terreno comum ao qual agarrarem-se: a música e a equitação. Leopoldina era uma perfeita amazona — montava cavalos tão bem quanto sua sogra, ainda que de forma mais amena, sem a ferocidade dominante de Carlota Joaquina — e os passeios a cavalo que ela e Pedro deram na região foram ocasiões em que mostraram seus primeiros sinais de afeto.

Juntos visitavam o jardim botânico várias vezes durante a semana. Ou iam caçar, explorando os bosques da Tijuca até a magnífica cachoeira onde a água caía de uma altura de 800 metros, entre mimosas e palmeiras. Cavalgavam através dos matagais virgens em excursões que duravam o dia inteiro, com o único fim de pegar borboletas. De suas andanças pela mata, que atravessavam

entre borboletas azuis, onde as maritacas gritavam e no lugar em que havia macacos de espécies raras, uns com longos bigodes, outros do tamanho de um punho fechado, outros de pele vermelha carmesim, Leopoldina voltava com maços de flores, aristolóquias violetas, begônias cor-de-rosa, orquídeas negras e também com pedras de formas curiosas ou pedaços de quartzo que entregava a seu bibliotecário, para que os classificasse. Também se dedicavam a explorar os sopés do Corcovado e visitavam o general Hogendorp. Por acaso, Leopoldina o conhecera, em Viena, quando ainda era menina, e o reencontro naquele lugar remoto preencheu ambos de júbilo. O homem que transmitira a Pedro as ideias da época havia envelhecido muito, mas seguia tendo o mesmo brilho no olhar quando falava de sua vida em Java, das estratégias de suas batalhas e de Napoleão. E falava em francês e alemão, o que servia para que Leopoldina se esquecesse por alguns instantes de seu crescente sentimento de saudades e isolamento.

Aqueles passeios com seu marido eram algo muito pouco comum e a algumas pessoas parecia uma extravagância, um mau exemplo. Para outros, era descaradamente escandaloso. As mulheres que andavam pelas ruas eram em sua maioria negras ou mulatas e vestiam blusas de linho quase transparentes, fechadas com um laço no pescoço, e longas saias coloridas. Sorriam-lhe e soltavam uma piscadela de um olho só, com um atrevimento ao qual a princesa não estava acostumada: “Nossa princesinha loira”, diziam carinhosamente. Algumas levavam cestas na cabeça, outras carregavam bandejas com doces e frutas ou cântaros com água.

— Aqui é malvisto que as senhoras de nosso grupo se apresentem fora do lar. Isso é para putas — lhe explicou Pedro.

— E sua mãe, que sai para caçar só a cavalo?

— Intrometeram-se muito na vida dela por causa disso. É a exceção... Minha mãe e agora você.

Nesses passeios pela cidade e seus arredores, a princesa observava seu novo mundo com uma mistura de interesse e temor. Sentia que sua posição como mulher e, além disso, como estrangeira era precária aos olhos da sociedade. Estava em um país onde um homem podia trancar sua esposa em um convento por simples suspeita de flerte, por pura desconfiança ou, às vezes, nem sequer por isso. Ela lera sobre isso no relato de um viajante alemão: *“Muitos brasileiros internam suas mulheres sem razão plausível, durante anos em um claustro, simplesmente a fim de viver com mais deleite com sua amante. E a lei está sempre a favor do marido”*. Seu casamento nunca chegaria a esses extremos, disse ela

estava convencida, mas ainda assim, não era nada tranquilizador.

Certamente, o que mais causou impressão em Leopoldina foi a quantidade de escravos que havia na cidade; naquela época, dois de cada três habitantes no Rio de Janeiro eram de origem africana. Um terço da população estava escravizada. Andavam quase nus, com exceção de um pano que levavam ao redor da cintura, e falavam idiomas africanos com vozeirões que acusavam um forte sotaque: “Parecem iguais, mas não são da mesma raça” — lhe explicava Pedro. “Há Cafaris, Quiloas, Malineses, Monjolos... Uns vêm de Moçambique, outros da Guiné ou de Angola”. Todos os africanos tinham sido trazidos à força para desempenhar os trabalhos que nem os indígenas podiam fazer, nem os europeus queriam fazer. O Rio de Janeiro era um dos maiores mercados de escravos da América. Leopoldina os observava: brincavam de brigar enquanto esperavam sua vez para encher os baldes de água na fonte, até que a violenta chicotada de um capataz restaurava a ordem. Então a princesa esporava seu cavalo, enquanto os escravos se dispersavam com seus corpos molhados que brilhavam como azeviche.

Havia outros que iam vestidos como senhores, com túnicas bordadas, perucas armadas e levavam as mãos cobertas de luvas brancas: eram os que carregavam em palanquins os nobres e os ricos da cidade. Em contraste com esse esbanjamento de elegância, iam descalços, porque era um símbolo da escravidão. Quando algum conseguia a liberdade, a primeira coisa que fazia era comprar sapatos.

— Pedro, veja! O que é isso? Por Deus! — perguntou Leopoldina um dia, enquanto atravessavam um subúrbio da cidade, ao ver um grupo de africanos com a pele coberta de linhas brancas.

— Tigres — respondeu ele.

Eram os escravos mais baixos no escalão. Entre eles haviam fugitivos que tinham sido capturados, assim como outros, e foram castigados por seus donos a

fazer as tarefas mais ingratas... Os *tigres* eram encarregados de transportar em pesados tonéis os excrementos recolhidos, à noite, nas casas para atirá-los ao mar pela manhã. A carga transbordava e caía, jorrando sobre a pele que se queimava com o amoníaco e a ureia da urina e das fezes, resultando em estrias embranquecidas por todo o corpo que sugeriam as linhas rajadas de um felino. Leopoldina, que era uma alma caridosa, quis dar uma esmola aos *tigres* que havia descoberto, mas logo em seguida se amontoou tamanha quantidade de escravos ao redor de seu cavalo que Pedro precisou intervir, fazendo seu chicote estalar.

— Saiam daqui! Fora! Deixem-na em paz!

Apesar dos gritos de sua mulher, ele não teve dúvida em açoitar um dos *tigres* recalcitrantes.

— Deixe-o Pedro! Por favor, não bata, não o castigue!

— Deem o fora daqui! Saiam! — ele repetia.

A autoridade do príncipe fez com que se dispersassem rapidamente.

Pedro cavalgou até se aproximar de Leopoldina:

— Dê-me algumas moedas, por favor — lhe pediu antes de chamar o escravo em que tivera que bater.

— Ei, você!

Pedro galopou até o homem, que estava assustado, pensando que a sanha do príncipe se abateria contra ele com mais fúria ainda. Protegeu o rosto com os braços, esperando o contato dilacerante do chicote.

— Tome — disse Pedro, entregando-lhe as moedas. — E eu peço desculpas, certo?

O homem o olhou incrédulo, suspirou, pegou timidamente as moedas e sussurrou um “agradecido, senhor”, abaixando a cabeça. Os escravos não estavam só no palácio ou nas casas ricas da cidade, como Leopoldina pôde comprovar, como também em todos os cantos. Além de se ocuparem do transporte de mercadorias e pessoas, faziam todo tipo de tarefas manuais: eram barbeiros, sapateiros, recadeiros, artesãos de cesto, vendedores de forragem, de refrescos, doce, de água, de café... Sua presença em cada esquina, em cada trecho da rua, era algo intrínseco à paisagem. Os escravos que Leopoldina via trabalhar nos jardins do palácio foram presentes dados por um rico fazendeiro a seu sogro Dom João, assim que este desembarcou no Rio de Janeiro... E o próprio rei também recorria a escravos músicos para suavizar as conversas noturnas. Ela estava em um mundo onde até os colonos pobres tinham escravos: os carpinteiros os usavam para o transporte de suas ferramentas e madeiras, os oficiais, para

que carregassem suas armas, e as amas do lar para manicure. Os usavam até para rezar em nome de seus donos. Era possível vê-los murmurando ave-marias mecanicamente diante dos oratórios dedicados à Virgem, embutidos em pequenos armários nas paredes e nos muros.

— Dizem os luso-brasileiros, descendentes de europeus nascidos na América, que os escravos são o cimento do Brasil — Pedro lhe contava.

Leopoldina, usando sua lógica germânica, em contrapartida perguntava:

— Se uma pessoa se considera um bom cristão, como seu pai, como pode deixar que existam tantos mendigos, tantos pequeninos negrinhos tão pobrezinhos, com a pele coberta de feridas?

Algumas crianças eram esqueléticas, sobretudo as que jaziam desnudas ao sol, nos pátios do mercado de Valongo, um lugar macabro, onde se confinava os escravos recém-chegados e onde fazia um calor asfixiante. De longe, a austríaca viu como os traficantes os faziam desfilar nus, tanto homens como mulheres, e como os compradores inspecionavam seus dentes. Tocavam em seus genitais, os faziam correr e lhes davam surras para ver como reagiam. Nem todos os compradores eram homens, também havia mulheres que saíam para comprar pela manhã, em busca de uma ama de leite ou de uma criada. Enquanto contemplava aquele espetáculo, Leopoldina teve que colocar um lenço no rosto para suportar o mau cheiro exalado do cemitério dos chamados “novos negros”, atrás do mercado, onde se enterravam em filas os que morriam durante a viagem, ou antes de serem comercializados, de pé ou de cabeça pra baixo para aproveitar ao máximo o espaço.

— Embora você custe a acreditar, a situação melhorou muito desde que chegamos... — explicava Pedro, envergonhado daquilo que Leopoldina pudesse estar pensando.

Ela estava escandalizada e profundamente comovida. Quão diferente é a vida nos palácios de Schönbrunn ou Luxemburgo, pensava. Pedro prosseguiu:

— Meu pai tentou mudar as coisas, mas não é fácil. Por exemplo, mandou proibir a prática de marcar a pele dos negros com ferro incandescente.

— Mas se estão todos marcados... — disse Leopoldina.

— Sabe por quê?

A austríaca negou com a cabeça.

— Porque a alternativa que havia, ou seja, o uso de coleiras e de algemas de metal, era ainda mais dolorosa. Por isso, voltou-se à marcação feita com ferro quente.

Leopoldina se debatia entre o sentimento de pena e o nojo, o horror e a

compaixão. Em um país de tanta abundância, onde nasciam frutos em todas as árvores, não havia comida para todos. Em um país religioso como aquele, não havia quem protegesse aquelas criaturas meio mortas que, gemendo e enxotando as moscas de cima delas, estendiam a mão trêmula para pedir esmola. Os próprios padres viviam uma vida depravada e, segundo o que contava seu marido, e que ela mesma pôde testemunhar, não se envergonhavam de entrar em casas de encontros em plena luz do dia.

— Muitos vivem em concubinato e negociam de tudo e com todos: escravos, ouro... A ordem de São Bento é dona de mais de mil escravos...

— Meu Deus — Leopoldina dizia a si mesma. Onde ela tinha ido parar? Só encontrava consolo na presença reconfortante de seu marido, que seguiu contando como seu pai, para reduzir a mortalidade nas viagens da África ao Brasil, impôs um limite de negros por tonelagem que os barcos podiam transportar, com a obrigação de levar um médico a bordo.

— Faz alguns anos, um navio procedente de Angola atracou na baía, com todos os escravos mortos no porão. Quando meu pai se inteirou disso, promulgou uma lei especial...

A dita lei obrigava os comerciantes de escravos a incentivar financeiramente os capitães dos navios para que mantivessem a mortalidade durante as viagens a um mínimo 3%.

— Mas raramente eles cumprem isso. Muitos escravos continuam morrendo durante a viagem. Pelo menos agora não se veem os castigos nos pelourinhos, esses postes que você encontra na praça. Ali os capatazes atavam o escravo para administrar-lhe uma série de chicotadas diante do público.

Os castigos passaram a ser efetuados pelos, previamente pagos, funcionários da coroa no pátio do cárcere. A coroa não pôde restringir a escravatura, mas pelo menos tentara controlá-la, burocratizando-a. Os luso-brasileiros haviam cedido a essas mudanças para manter o decoro. Cederam mediante os argumentos dos funcionários do rei: não ficava bem açoitar as pessoas em praça pública, pois era um costume que desprendia uma lufada de selvageria e crueldade à corte. Agora que Dom João se instalara no Rio de Janeiro, teria que dar à cidade um ar menos bárbaro, mais apropriado para a capital de um império, sede de uma monarquia de longa estirpe e profundos princípios cristãos, que queria abrir-se para o mundo. Foi por isso que os luso-brasileiros aceitaram essas medidas, que não mudaram sua cidade colonial e escravista, mas a dissimularam um pouco.

A o mesmo tempo que Leopoldina descobria essa cidade e essa sociedade tropical, sem piedade e extravagante, ela descobria também seu marido, um homem fioso e autoritário, capaz de humilhar e castigar, no entanto igualmente capaz de arrepende-se e pedir perdão. Podia ser alguém que feria com as palavras e até malvado, como quando seu cavalo perdeu a ferradura regressando do bosque da Tijuca. Impaciente porque uma tempestade caía sobre ele e Leopoldina se assustava com a violência dos raios e trovões dos trópicos, e como o ferrador não acertava cravar a ferradura no casco do animal, Pedro o afastou com um gesto brusco:

— Deixe que eu mesmo faço, seu idiota! — soltou exasperado.

Ele mesmo pegou as ferramentas e terminou a tarefa. Não era em vão, diziam no Rio de Janeiro que Pedro era o melhor ferrador da cidade.

Leopoldina aprendeu a não se surpreender demasiadamente pela brusquidão do caráter do marido, via isso como reflexo da aspereza do mundo que o rodeava e do ambiente de hostilidade em que fora criado entre seus pais. Lamentava-se que Dom João, escudado por uma corte de aduladores, não deixasse que seu filho participasse dos assuntos públicos. O mantinha afastado, exceto pelas exigências do protocolo. Muito desconfiado e precavido, o rei estava sempre à espera de uma traição e o fato de seu filho professar ideias liberais já poderia ser considerado por si uma deslealdade. Além disso, o caráter volúvel e impulsivo de Pedro o lembrava Carlota e, precisamente por ser o herdeiro, o tinha especialmente à beira dos deveres públicos. O resultado era que Pedro vivia em um imposto estado de ociosidade dos negócios públicos que o desesperava. Fora os passeios com sua mulher, ele passava o tempo domando potros, dirigindo carruagens ou ensaiando com uma orquestra de africanos... Ativo como era, ardia de desejos de escapar da tutela paterna e de desempenhar algum papel relevante na vida pública. A leitura das obras de Voltaire e Benjamin Constant

que tinham chegado nos baús de Leopoldina confirmara as suas crenças mais liberais, o que por sua vez aumentava as suspeitas do rei, que sempre encontrava novos argumentos para afastá-lo do trono: que era muito jovem, que era instável, que estava contaminado pelas ideias revolucionárias...

— É jovem, é normal que seja rebelde — lhe dizia o preceptor de Pedro.

Leopoldina, que encarnava o espírito da Nova Aliança, também não estava nada de acordo com as ideias liberais de seu marido, porém era tolerante. Tanto que ela trouxera consigo aqueles livros por mera curiosidade, mas não porque subscrevesse suas teses. “*Meu esposo tem um temperamento exaltado*”— escreveu para a irmã —, “*se inclina pelas inovações e gosta de tudo que signifique liberdade.*”

As ideias progressistas, para Pedro, eram a maneira de rebelar-se contra a autoridade do pai. Os que o rodeavam — essa “escória de lambe-cús”, como ele mesmo os definia — suspeitavam que mantinha contato com as lojas maçônicas, que naquela época estavam na vanguarda dos inimigos da monarquia absoluta, defendiam a igualdade dos homens e pretendiam abolir todos os privilégios e, no campo político, queriam uma Constituição e um Parlamento. Aquilo não era certo, pois Pedro ainda não tinha entrado em contato com os maçons, mas ele não disfarçava suas preferências pelas mesmas ideias.

— A monarquia, tal qual a conhecemos hoje, tem seus dias contados — ouviram-no dizer quando Dom João proibiu, por decreto a existência de lojas maçônicas, no início de 1818.

Aquilo deu lugar a uma ácida discussão depois da cerimônia do beijamãos, na presença de toda a família e de parte da corte. Pedro criticou a medida que seu pai havia tomado e a comparou com a abolição da Constituição de Cádiz decretada por Fernando VII na Espanha. Terminou seu comentário com uma frase lapidar:

— De todas as formas, o que se poderia esperar desse rei que se vendeu para Napoleão?

Nesse momento, Carlota se aproximou dele, coxeando, pois era sua característica, a expressão facial encrespada, a mandíbula tesa e o olhou fixamente em seus olhos.

— Não permito que você fale assim do rei da Espanha...

— Mas é verdade...! Se até os espanhóis o chamam de o rei traiçoeiro! Ele foi um trai...

Sua mãe não lhe deixou terminar a frase. Levantou a mão e lhe deu uma bofetada com todas as forças. Pedro ficou impassível, mudo diante da

humilhação. Nem sequer fez qualquer gesto de protesto. Digno, impávido, firme, escutou a mãe em silêncio:

— Não permito que fale assim de meu irmão, do marido de sua irmã, nem de nenhum membro de sua família... Ingrato!

E cruzou a sala coxeando, deixando todos boquiabertos, especialmente Leopoldina, que não podia crer no que acabara de presenciar. Com um lenço na mão, se aproximou para limpar algumas gotas de sangue que brilhavam no rosto de Pedro, como resultado da pequena laceração provocada pelas afiadas pontas dos diamantes que a rainha tinha em seus anéis. *“Se o senhor soubesse quão penoso é, depois de ter sido tão feliz em minha família, onde estávamos tão unidos”* — escreveu Leopoldina a seu pai sobre o incidente —, *“encontrar-me aqui, onde todos se dão tão mal, onde todo mundo mobiliza intrigas...”* Mas Leopoldina ainda teria que descer muitos degraus na cova escura onde a vida lhe tinha enfiado.

Naquela mesma noite, tomou um susto horrível quando, de madrugada, Pedro acordou tremendo, incapaz de controlar seus movimentos. Os tremores deram lugar a violentas convulsões e ele acabou retorcido no chão, soltando espuma pela boca. Aterrorizada, Leopoldina recordou o que tinha dito aquele médico alemão a seu pai antes do casamento. Seria verdade que seu marido, que jazia no chão com os olhos brancos, era epilético? Teve a presença de espírito de colocar-lhe um lenço na boca, para que não mordesse a língua e ou os lábios. A crise durou apenas um minuto, mas pareceu uma eternidade. Ela o abraçara no chão, para tentar controlar suas convulsões. *“Passei por um medo terrível, porque eu era o único socorro”* — escreveu para a irmã, com a mão ainda trêmula. — *“Penso que as más relações familiares e o clima do Brasil contribuem muito para essa doença. Por isso, um dia desejo voltar com ele para a sua pátria...”*

Pedro se recuperou, ainda que se estremecesse toda vez que recordava a humilhação a que sua mãe o havia submetido, tanto que sua mulher temia que ele fosse tomado por outra crise. Aquela não foi a primeira vez que Carlota o agredira em público, embora só o tivesse feito quando ele ainda era uma criança. Era bem sabido que sua mãe perseguia seu irmão Miguel com um sapato na mão para lhe dar uma surra, mas nunca pensou que pudesse fazer algo semelhante na sua idade, recém-casado. Leopoldina o abraçava e procurava dar o assunto por encerrado.

— Tenha muito cuidado com o que diz — lhe avisou Pedro. Melhor que não comente abertamente que deseja ir para Portugal, isso pode lhe causar problemas.

Explicou que aquela era a grande ferida aberta em sua família, pois sua

mãe desejava voltar tão ardentemente quanto seu pai se negava. Os que estavam interessados no regresso do reino a Lisboa utilizavam o argumento de que uma mudança de clima poderia melhorar a enfermidade do príncipe. Por isso, a palavra “epilepsia” era tabu nos círculos próximos ao rei. Chamavam a enfermidade de “crise nervosa, simples convulsões causadas pelo sol quente”. Assim, sem sabê-lo, Leopoldina passou a fazer parte das intrigas criadas pelos cortesãos.

— E você tem vontade de voltar? — Leopoldina perguntou ao marido.

— Sim... Contanto que fique longe de...

Não terminou a frase. Adotou um tom menos íntimo, mais grandiloquente para justificar-se:

— Não se pode abandonar Portugal à sua sorte, como meu pai fez.

Com a segurança de que tinha seu marido a seu lado na questão, Leopoldina tentou influenciar seu sogro, através do diplomata alemão Von Eltz. Mas à sugestão de que Pedro e Leopoldina regressassem para a Europa, Dom João lhe respondeu em seu estilo lacônico:

— Compreendo o senhor, sim, mas isso não será possível.

Algumas semanas depois, uma segunda crise provocou em Pedro fortes vômitos. E dessa vez não tinha ouvido uma bronca de sua mãe. “*Ele teve um ataque muito violento no dia 7*” — escrevia Leopoldina para a irmã. — “*Estava a sós com ele e teve a maior dificuldade em desabotoar sua gravata, atada com um laço, que o ameaçava como se fosse asfixiá-lo. Dizem que foi outra crise nervosa, mas infelizmente me parece que é epilepsia.*” Teria razão aquele informante alemão que assegurara que o outro grande defeito de Pedro eram seus devaneios com todo tipo de mulher? Leopoldina descartou rapidamente esse pensamento funesto porque tinha compaixão por seu marido e estava cega de amor. “*Posso garantir-lhe, queridíssimo pai*” — escreveu para o imperador da Áustria, — “*que graças a Deus tenho um marido de bom caráter, justo, franco e direto, e que possui um bom coração.*” Em outra carta, pedia para que seu pai não acreditasse nas histórias escandalosas que circulavam a respeito de seu marido. Assegurava a ele que Pedro passava o dia todo com ela, que tinha abandonado completamente as visitas às tabernas e que não o via com outras mulheres. Disso tinha certeza.

Pedro era sensível ao amor que lhe professava sua mulher, sua boa disposição, sua doçura e a dedicação que lhe demonstrava. Exceto por suas mudanças de humor e seus ataques epiléticos, na maior parte do tempo ele se mostrava animado. A condessa de Kunburg confirmava em uma carta: “*O príncipe está encantado com sua esposa e ela com ele. Os dois passeiam diariamente, sempre a sós, como dois apaixonados*”.

Também dentro da casa, a vida doméstica se desenvolvia em um ambiente de tranquila felicidade, que surpreendia os que conheciam Pedro. O príncipe parecia transformado, embora ninguém apostasse que essa mudança fosse duradoura, menos ainda o Chalaça, que agora andava com Miguel. Eles eram o Velho Mundo, da época antiga. “*Desde o seu casamento*” — escreveu um diplomata alemão —, “*Pedro se tornou um tanto mais sério.*”

Tinha entrado em um novo universo pela mão de uma boa companheira, uma mulher que lhe ampliava o horizonte, que lhe falava da corte de Viena, de Napoleão, de política e histórias europeias, dos reis do Velho Mundo, que o tinha feito descobrir Voltaire e Benjamin Constant... Por sua vez, ela era valente, corajosa na hora de ter que lidar com os cavalos em lugares afastados e selvagens. Ela tinha uma sensualidade especial, era reservada de um jeito que a fazia diferente das demais mulheres, e o segredo de sua atratividade era uma mistura de passividade e distinção. Parecia que escondia em seu interior uma misteriosa qualidade, que a fazia permanecer como alguém distanciada, sempre com seu tranquilo sorriso, inclusive quando se entregava ao desejo febril de seu esposo. Ele gostava daquele olhar distante, daqueles olhos claros que sorriam e da maneira tão peculiar de abandonar-se a si mesma.

Além da equitação, o que os unia era a paixão pela música. Sentada ao piano, Leopoldina acompanhava seu príncipe sempre disposto a tocar a flauta, o violino ou o trombone. A música, para Pedro, proporcionava sossego, revelava a terna e sonhadora essência de sua sensibilidade, tantas vezes encrespada pela ira e por depressões fugazes. Leopoldina reconheceu o talento de seu marido e o animou a estudar composição com o pianista austríaco Sigismund von Neukomm, discípulo de Haydn, que se instalara no Brasil alguns anos antes.

Na verdade, a inclinação de Leopoldina pela vida intelectual não era um obstáculo, e sim um estímulo para as boas relações que compartilhavam. Pedro, que era suficientemente inteligente para se dar conta de inumeráveis lacunas na sua formação, viu em sua mulher a possibilidade de preenchê-las. Sentia uma franca admiração por sua cultura e seu talento. À parte a música e a questão científica, Leopoldina era uma esmerada pintora de retratos e paisagens. Da mesma forma que tinha acontecido com sua relação com a bailarina francesa, Pedro voltava a desfrutar de um contato íntimo e duradouro com alguém cujos conhecimentos eram muito superiores aos seus. Consciente disso, não queria desperdiçar essa oportunidade que a vida lhe oferecera, especialmente quando soube que Noémie tinha aceitado casar-se com o marinheiro francês que a levava de volta para a Europa. Quando olhava para trás, apenas distinguia as brasas do fogo que tinha ardido em suas entranhas. Restava-lhe um sentimento de pesar pelo que poderia ser e não foi, uma vaga sensação de nostalgia e sempre uma fisgada de dor por aquela criança que falecera. Mas estava conseguindo virar a página.

“Quando Pedro está ao meu lado, me sinto protegida e segura”, Leopoldina escreveu à irmã. Em geral, Pedro era muito generoso com o tempo e os esforços

que dedicava aos que o rodeavam. E com mais razão aos que dedicava à sua mulher. Dedicou-se com afinco para organizar quatro dias de festejos em comemoração ao vigésimo primeiro aniversário de Leopoldina, em 22 de janeiro de 1818. O rei mandara construir uma praça de touros provisória em frente ao palácio e Pedro, acompanhado de seu irmão Miguel, escolheu minuciosamente os touros que participariam do espetáculo, que se iniciara na tarde do dia 22. Todos os que toureavam a cavalo eram portugueses, já que os brasileiros nunca demonstraram inclinação pelas touradas. O entusiasmo que a austríaca sentiu pela beleza do balé que os jóqueis executavam na praça esfriou de repente, quando um dos que toureavam a cavalo caiu no chão e acabou sendo atingido pelos chifres do animal, e o sangue começou a jorrar; o homem morreu diante dos gritos do público. Na tarde seguinte, foi a vez de outro toureiro. “Que horror”, pensou a princesa, escandalizada de que seu aniversário custara a vida de duas pessoas. Teria preferido mil vezes celebrá-lo com um grande baile, como os de Viena. Depois de contar tudo à irmã, descrevendo o acontecido em uma carta, confessou-lhe: “*Sinceramente, eu adoraria dançar uma valsa de vez em quando*”. Os portugueses da corte reagiram de maneira oposta. Estavam exultantes diante do êxito das corridas e pediram ao rei a construção de uma praça de touros permanente no Rio de Janeiro. Dom João, como sempre, respondeu com evasivas.

Sua mente estava ocupada com a celebração de outro magno acontecimento, que teve seu lugar semanas depois: a cerimônia de sua entronização, que estava sendo postergada havia dois anos porque o clero demorava a declarar que a falecida rainha Maria tinha oficialmente abandonado o purgatório.

Compareceram pessoas de todos os cantos do Brasil para assistir à primeira entronização de um soberano europeu que teria lugar no Novo Mundo. Era uma festa de gala cercada de toda a pompa dos cortesãos, e Dom João VI aceitava a petição de várias delegações dos governos locais de Portugal e Brasil para que reinasse sobre eles. Fez seu juramento pousando a mão sobre a Bíblia, sentado em um trono com o cetro na mão e a coroa colocada sobre a pequena mesa a seu lado. Com um chapéu de plumas, era a primeira vez que reluzia em seu manto real diante de seus vassallos brasileiros. “Vestido assim, quase parece um rei de verdade”, pensou Carlota. Seus filhos Pedro e Miguel se aproximaram, fizeram a reverência e juraram lealdade. Ministros e os favoritos de Dom João os olhavam com uma mistura de desprezo e apreensão. Atrás, estava Leopoldina, com um chapéu de grandes plumas brancas, junto às outras princesas, vestidas

de vermelho.

Carlota, à direita do marido, assistia impassível ao espetáculo de consagração dessa monarquia no trópico. O que poderia ter sido uma exceção parecia começar a converter-se em algo permanente. Só esperava que as crescentes pressões que seu marido recebia para regressar a Portugal, desde a morte da rainha Maria, surtisses efeito quanto antes. Naquela família, todos possuíam razões para voltar, ainda que cada um tivesse a sua em especial, diferente das demais.

Dom João, sem dúvida e precisamente para resistir a essas pressões, passou o dia distribuindo títulos de nobreza. Os primeiros agraciados foram os portugueses, para convencer-lhes de que tinham de permanecer no Brasil por tempo indefinido; e também houve títulos para os brasileiros, para dar-lhes a segurança de que a presença da monarquia não era uma ilusão, que estava ali para ficar. Dom João os queria contentes e, exceto por sua esposa, efetivamente conseguia isso. Não era assim que estava escrito em um cartaz pendurado na fachada de uma casa ensolarada “Ao pai do povo, ao melhor dos reis”? Nesse dia, com o desejo de satisfazer sua nora, nomeou seu médico austríaco, o doutor Kammerlacher, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição. Sob seu reinado, a nobreza se expandia consideravelmente. Em Portugal, as pessoas diziam que eram necessários 500 anos para que uma família produzisse um conde. No Brasil, bastavam 500 contos de réis.

A quele rosário de celebrações populares, com os bailes de máscaras e a participação ativa de todas as classes sociais, esteve na origem do que mais tarde se converteria nos famosos carnavais do Rio de Janeiro. Leopoldina, sem dúvida, acabou se cansando de tanto festejo. Como sempre, vivia no ritmo dessa corte estranha, entre o esbanjamento de festas que não terminavam nunca e a limitação da vida doméstica. Ela, que saíra da corte mais luxuosa da Europa, sofria com a falta de espaço que padecia em sua nova moradia. Nunca pôde desembalar toda a sua biblioteca, coleções, nem parte do enxoval que a corte de Viena lhe tinha proporcionado. Tecidos finos, roupas de uso doméstico e vestidos pouco apropriados para o clima permaneceram em seus baús, porque não podiam ser guardados em outro lugar. No entanto, nunca ninguém a ouviu queixar-se. Não tinha importância, estava feliz com sua missão: *“Falta-lhe cultura e sofisticação”* — admitiu em uma carta a seu pai, na qual falava de Pedro — *“mas para mim isso não importa, aprecio que tenha uma alma nobre que detesta os embustes e as intrigas”*.

Alma nobre? O primeiro atrito que tiveram foi por causa de dinheiro. Se bem que era verdade que seu marido se entregava generosamente aos demais, ele o fazia com uma só reserva, o dinheiro. Mantinha estrito controle sobre os gastos. Leopoldina distribuía esmolas alegremente, gastava sem pensar para socorrer as famílias em penúria, era esplêndida com seus criados. Gastava sempre com os outros e muito pouco com ela. E ela o fazia porque era generosa e por dever de caridade cristã, até que descobriu que sua mesada, estipulada por contrato de matrimônio, não lhe era paga com a assiduidade que tinham tratado. De repente, se viu endividada e teve que recorrer ao seu pai: *“É imensamente penoso para meus sentimentos de alemã e austríaca recorrer ao senhor, meu querido pai, por causa de uma questão financeira...”* — e acrescentava: *“Quando recebo a mesada, meu marido a retém porque precisa dela...”* As más línguas

diziam que Pedro a extorquia; a verdade é que tinham que repartir o pouco dinheiro que recebiam. A Coroa tinha que pagar o custo do embuste produzido pela embaixada do marquês de Marialva, todos os gastos ocasionados pela cerimônia de casamento, mais os gastos provocados pelo funeral de sua avó, a entronização etc. O Estado estava virtualmente prestes a quebrar. Que podia fazer o imperador da Áustria, lá em Viena, para remediar a situação? Bem pouco, levando em consideração que o serviço de correio demorava seis meses para chegar.

Aos problemas materiais, que ela nunca esperou que pudessem afetá-la, se acrescentou a separação de suas damas de companhia e de seus criados austríacos. Seu regresso à Europa tinha sido programado nas negociações de seu acordo matrimonial em Viena, porém nem por isso deixava de ser doloroso. A ideia de separar-se de sua velha criada, que se chamava Annonny, lhe partia o coração. Mas o que a colocou literalmente doente foi não poder pagar-lhe a pensão a que havia se comprometido, nem a Annonny nem aos demais criados. Pedro se opôs firmemente a isso.

— Não há dinheiro — ele lhe disse, antes de acrescentar algo que mostrava o lado ignorante que ela começava a temer. — O dinheiro português tem que ser aproveitado entre os portugueses.

— Mas eu havia me comprometido... Eles dedicaram a vida para cuidar de mim, não posso fazer-lhes algo desse tipo.

A diferença de mentalidade que havia entre ambos se apresentava como um empecilho insuperável. Pedro não entendia o porquê de tanta consideração com os serviçais, em um país onde o trabalho escravo se assumia como um fato normal. Não cedeu, não podia ceder. De todas as formas, não havia de onde tirar dinheiro.

Pela primeira vez, Leopoldina se queixava amargamente da atitude de seu marido em uma carta para seu pai: *“Estou muito triste, me encontro em uma situação muito penosa para meu coração, por não pode pagar algumas pensões que devo a alguns criados muito queridos. Claro que é a vontade de meu marido e sou obrigada a obedecer”*. Ela amava Pedro um pouco como uma menina que reconhecia nele uma autoridade superior, apesar de ela ser mais culta, mais correta e talvez mais inteligente do que o marido. No fundo, ele era ciumento. Desconfiava dos austríacos que não controlava e que rodeavam a sua mulher. Não fez nada para tentar mantê-los ou para compensar-lhes com uma pensão. Não via isso como um problema seu.

Leopoldina terminava a carta para o seu pai fazendo-lhe um pedido:

*“Bondoso pai, recomendo minhas tão queridas criadas a vossa graça e a vosso cuidado”.* Foi uma despedida amarga. *“Sua partida me deixa bem melancólica, pois fico totalmente abandonada da minha gente nesta América cáida e deserta. Todos os meus amigos estão na Europa. Isso desanima a qualquer um.”* Despedaçada pela saudade diante de sua terra natal, Leopoldina apareceu uma tarde diante da casa onde viviam suas damas de companhia, no centro da cidade, montada em seu magnífico cavalo.

— Diga a condessa Kunburg que não venha visitar-me amanhã — pediu ao mordomo que havia aberto a porta. — Despedir-me dela me dói demais.

E o cavalo foi afastando-se até que se distanciou a galope curto. Era uma reação própria de uma mulher acostumada a controlar seus sentimentos de uma maneira aferrada. Só uma germânica poderia reagir assim.

Suas damas de companhia e seus criados foram substituídos por uma corte de portugueses desconhecidos, com sobrenomes altissonantes, como a condessa de Linhares, sua nova camareira mais velha, a senhorita Inês da Cunha, ou o novo mordomo, o conde de Lousa. Podia confiar neles? Leopoldina tinha suas dúvidas. Com o tempo descobriu que só uma delas, a marquesa de Itaguaí, “Pessoa muito feia, mas com excelentes qualidades”, merecia a sua confiança, porque os demais participavam em todas as intrigas. Sentia-se presa no meio de uma teia de aranha.

Ficou muito só, sem ninguém em casa com quem pudesse praticar sua língua materna. De qualquer forma, já não falava mais a torto e a direito sem antes pensar. Perdida nessa sociedade escravista, amoral, em que uma palavra ingenuamente pronunciada constituía um perigo, vivendo em uma família em que todos eram inimigos, assustada e isolada, começou a tomar consciência de tudo que deixara para trás, de tudo que havia perdido em definitivo. Foi invadida por uma saudade tão intensa que sonhava com a neve e o vento frio dos Alpes.

O processo de despertar era difícil, encharcada de suor, asfíxiada pelo ar carregado de umidade, com a pele quente, as mãos pegajosas e a roupa molhada. Para suportar a saudade, se agarrava a Deus e à correspondência com seu pai e sua irmã, um cordão umbilical que dava sentido à sua vida. Um de seus passeios preferidos consistia em caminhar à beira-mar, para ver passar barcos que ela sabia que trariam correspondência da Europa, e se não apareciam, se afundava em tristeza. *“A correspondência é o meu único consolo nesta longa e dolorosa distância”*, escreveu para a irmã.

Pedro não a abandonou nesse momento. Ele a via passando tão mal que a levava para passear pela montanha. Quanto mais alto, melhor, já que quanto

mais frio fazia menos abatida a princesa parecia estar. Visitavam com frequência o general Hogendorp, que sempre lhes recebia de braços abertos e com seu licor de laranja, e o simples fato de poder falar em seu idioma, de poder compartilhar suas impressões, devolvia a Leopoldina certa serenidade. Mas Hogendorp vivia afastado da sociedade, excluído por vontade própria, e não podia entender as forças às quais ela estava submetida. Por isso o consolo que tirava daquelas visitas era limitado.

Pouco a pouco foi se adaptando à sua nova vida, porque era dócil e sobretudo porque não tinha outra saída. Seu estado de ânimo melhorou notavelmente quando se deu conta de que seus sonhos estavam a ponto de se tornar realidade: *“Tive as primeiras náuseas”*— escreveu para a família — *“é um bom sinal...”*. Engravidar era a sua razão de ser, estava disposta a suportar tudo: ficar com gente rude ao redor, gente que não via nada mais além da aguardente e das corridas, a solidão de não encontrar amigas que fossem de seu nível, a falta de cultura e de civilidade, os sufocos do calor..., tudo isso com o propósito de ter filhos, de proporcionar herdeiros, de continuar a dinastia. Isso era o essencial em sua vida e se sentia tão eufórica que escreveu para sua tia Maria Amélia: *“O bendito acontecimento acontecerá em março, mas já posso apreciar, sem tê-lo experimentado, a sorte bendita de ser mãe”*. Estava convencida de que esperava um menino. Aos seis primeiros meses de gravidez, seu médico a proibiu de montar a cavalo, de forma que não podia acompanhar Pedro nem visitar Hogendorp. Limitava-se a dar passeios a pé ou em carruagem aberta nas primeiras horas da manhã. Depois, à medida que o calor aumentava, ficava em casa desenhando, lendo, tocando ou compondo música.

Pedro, condenado a uma abstinência à qual não estava acostumado, começou a sentir-se como um animal enjaulado e desgraçado. Os ardores de sua sexualidade desmedida não se casavam com aquela tranquila espera. Simplesmente não podia viver sem sexo. Mais que uma necessidade, era uma compulsão irrefreável e que lhe impelia a buscar alívio, fosse como fosse. Era capaz de ser fiel com seu coração, mas não com o ditador entre suas pernas. A esposa devia manter-se virtuosa, mas o homem gozava de toda a liberdade necessária, assim rezava a dualidade na moralidade da época. O prazer sexual era uma coisa, a santidade da esposa, outra. Essa dicotomia, unida ao fato de que ele sempre conseguira sexo de maneira fácil, de que vivia em um mundo

influenciado pelo calor extremo, pela exuberância da natureza e pela frouxidão dos costumes, o empurrou de novo a andar com o Chalaça.

— Ajude-me, irmão, mas que ninguém saiba.

Pedro não queria rasgar o envoltório de felicidade de seu matrimônio e, por isso, Chalaça organizou escapadas ao conhecido bordel de uma francesa, uma autêntica profissional que assegurava discrição absoluta. Ali o príncipe desafogou com tudo que tinha para desafogar: uma mulata de corpo escultural, uma donzela que o tentava, uma polaca de quinze anos... Sexo sem amor, pecados cometidos às furtivas com todas as precauções possíveis para que não fossem percebidas.

Para todos os efeitos, ele seguia cumprindo seu papel de bom marido. Conseguiu que Leopoldina não sofresse demasiadamente pela solidão de sua vida no Brasil, pelas estreitezas da corte e pelas mudanças de costumes tão radicais. Ela vivia concentrada em sua gravidez e já tinha esquecido os dissabores de não ter podido pagar suas criadas alemãs. Estava satisfeita e feliz, porque notava que tinha a seu lado um marido “solícito e compreensivo”, que a ajudava a lidar com o medo daquilo que se avizinhava. Foi nessa época que Pedro alterou seus costumes noturnos. Na hora de dormir, mandava fechar os aposentos de sua mulher até o dia seguinte e dava ordem para que o vigiassem. Ela dormia tranquila e confiante, porque pensava que ele fazia aquilo por ciúmes, ou seja, por amor. Pobre inocente... Quando as luzes se apagavam, Pedro ia embora para a cidade, para frequentar os barracos que Chalaça dirigia ou o bordel da madame francesa; quando regressava, de madrugada, passava revista aos guardas do palácio, para assegurar-se de que não havia tido nenhuma novidade.

Quando Leopoldina já mostrava uma barriga mais aparente, chegou da Espanha uma notícia que a sobressaltou. Isabel de Bragança, a mulher de Fernando VII, fugaz rainha da Espanha, irmã mais velha de Pedro, acabara de falecer em Aranjuez aos 21 anos. Não há como questionar que o que mais a afetou foi o relato dos detalhes de sua morte. No último período de gravidez, sua cunhada sofreu um ataque epilético e entrou em coma. Os médicos da corte, acreditando que ela havia sucumbido a um ataque cerebral, tentaram encarniçadamente salvar o bebê, que no final das contas era o herdeiro do trono da Espanha. Praticaram uma cesariana de maneira tão precipitada que, ao fazê-lo, cortaram artérias e órgãos vitais. Foi um esforço em vão, porque o bebê era uma menina que, além disso, nasceu morta. Para surpresa dos médicos, quem reviveu foi a mãe, porém só por alguns breves instantes, suficientes para se dar conta da carnificina da qual fora vítima. Morreu pouco depois, em meio a uma

agonia atroz. Leopoldina tocava sua barriga com olhos de espanto ao escutar o relato pormenorizado da morte de sua cunhada. Pedro tentou poupá-la, mas era uma história tão escabrosa que estava na boca de todos. A tentativa de escondê-la foi contraproducente, porque aumentou ainda mais o pânico de sua mulher.

Dom João passou vários dias encerrado na Capela Real, orando pela alma de sua filha. De novo, o regime de seu cunhado Fernando mostrava sua iniquidade e sua incompetência. Acabava de romper irremediavelmente outro laço de união com sua mulher; Deus desfazia o que os homens haviam criado.

Carlota, muito abalada, recordava da filha no convés do navio *Sebastião*, tão jovem e tão cheia de sonhos e expectativas para ir ao encontro de seu tio e marido, ao encontro do país de sua mãe, que tanto tinha vontade de conhecer... Como poderia imaginar que aquela seria a última vez que a veria?! À dor da filha desaparecida, se somava para Carlota o sentimento de estar apodrecendo em seu exílio; sua relação com o jovem oficial Fernando Brás estava ameaçada pela determinação da esposa deste, que parecia disposta a tudo, até a brigar com a rainha, com o propósito de conservar seu marido. Afundada na depressão, Carlota escreveu de novo para seu irmão Fernando, pedindo-lhe que fizesse o possível para tirá-la dali. Tinha 40 anos e desde que seu irmão ascendera ao trono da Espanha, suas intrigas careciam de sentido... Pouca coisa podia aspirar, como tornar-se rainha da Guiné ou de qualquer outro território que não tivesse declarado a sua independência.

Não era fácil parir nos trópicos. Leopoldina não contou com o apoio da sogra, ela não foi visitá-la uma única vez sequer durante a gravidez. Os médicos locais lhe davam medo. “*São uns autênticos bárbaros, agradeço a Deus e sua senhoria, querido papai, por ter Kammerlacher.*” Era nestes termos que Leopoldina escrevia para seu pai, influenciada pelo relato que havia escutado sobre a carnificaria que os médicos espanhóis tinham feito com sua cunhada. Para ela, espanhóis ou portugueses eram a mesma coisa, dava no mesmo: gente atrasada em relação aos austríacos. À medida que se aproximava o momento, não podia evitar manter seu pensamento fixado naquele evento que ocorrera com Isabel, sua cunhada, dando voltas e voltas no destino que ela padecera. Ambas tinham a mesma idade, ambas eram mães de primeira viagem.

Um dia, três meses antes de dar à luz, lhe deram uma notícia que a envolveu na maior das angústias. Afetado por uma doença pulmonar, seu médico seria repatriado. Leopoldina entrou em pânico.

— Pedro, por favor, ajude-me; não permita que Kammerlacher se vá antes que eu dê à luz.

— Não se preocupe... Vou ver o que está acontecendo.

Pedro foi se encontrar com alguns médicos portugueses muito ofuscados e decididos a expulsar o colega austríaco. Insistiam que o doutor Kammerlacher tinha uma doença pulmonar — provavelmente um princípio de tísica, tuberculose pulmonar, segundo eles — e que nessas circunstâncias era arriscado atender a princesa. Pedro tentou convencê-los do contrário, mas eles se mantiveram em suas teimosas argumentações. Pedro entendeu que Kammerlacher fora vítima de uma conspiração dos médicos locais. Ele contou isso com toda a franqueza para a sua esposa:

— Seus constantes comentários sobre quão ruins são os médicos daqui, foi isso que os irritou a ponto de utilizarem o pretexto da enfermidade para tirá-lo do

caminho. Você deveria ter se mantido calada.

— Mas você pode fazer algo para impedir isso. Por favor...

— Não posso, minha querida... Essa escória que se movimenta ao redor do trono me mantém atado, não querem nem que eu me aproxime de meu pai.

Leopoldina exibia um ventre redondo e tinha os olhos chorosos. Pedro passou o braço por seu ombro.

— É preciso que você também entenda — continuou. — Estamos no Reino Unido de Portugal e Brasil, não na Áustria nem na França. O herdeiro do trono irá nascer e tem que ser feito com a ajuda dos médicos portugueses, não de estrangeiros.

Leopoldina pensou então que Pedro não estava realmente do seu lado e começou a soluçar. Ele continuou:

— Imagine se acontecer algo com o bebê sendo Kammerlacher o médico responsável, as pessoas e os profissionais de medicina daqui jamais o perdoariam.

Leopoldina nem pôde nem quis seguir discutindo. Como Pedro poderia saber a diferença entre os médicos se nunca conhecera os médicos de lá? Não podia, era incapaz de colocar-se em seu lugar. Viu que Pedro tinha reagido como um português bruto, não como marido abnegado. E isso lhe doeu.

Mais tarde Leopoldina soube que era verdade, que Kammerlacher estava doente, mas nem ela nem o médico se deixaram enganar. A doença não era grave o suficiente para que fosse afastado de seu posto; não era tuberculose, como os seus colegas invejosos tinham deixado entender. Leopoldina batera de frente com uma mistura de ciúmes e ressentimento por parte dos médicos locais, de um patriotismo limitado, teimoso e meio bronco, e o que mais lhe doía era o fato de Pedro não ter levado a batalha mais a sério. Seu marido era mais influenciável do que pensava e se deixara levar pelo pior da corte, ela pensava. Fiel a si mesmo, ele sempre se mostrou delicado com ela, mas o estrago já estava feito.

A princesa não teve outro remédio senão conformar-se, tinha aprendido que na sociedade luso-brasileira a mulher era obrigada a submeter-se aos caprichos do marido. E não se sentia com forças para mudar o mundo que a rodeava. “*Eu vos rogo, Senhor Pai*” — escreveu para Viena — “*já que Kammerlacher regressa para a Áustria, aceite-o em vossa graça, pois, por motivos que ele lhe explicará, não posso apoiá-lo nem ficar com ele. Trata-se de um excelente médico e, ao mesmo tempo, um homem nobre e bom; por desgraça, aqui se deprecia e se persegue os homens bons e as cabeças com talento.*”

Terminou a carta com um tom diferente das anteriores, destinado a tranquilizar seu pai: “*Estou bem, estou feliz, com muita paciência e prudência, tudo se encaminhará...*” O que Francisco II não adivinhou é que a tinta borrada das letras, que tornara a carta difícil de ser lida, se devia às lágrimas que sua filha tinha vertido ao escrevê-la.

Naquele momento em que se sentia especialmente frágil, tomou consciência de que estava mais só do que acreditara. O fato de não poder ter controle sobre a própria vida a deprimia, e mais ainda na situação em que se encontrava. “*Querida irmã, como já debes supor, o Brasil é um trono de ouro, mas com um jugo de ferro.*” Assim escrevia Leopoldina no fim de 1818. Em poucos meses, desde que começou a conhecer os segredos da corte e a sofrer na própria carne o dano que as intrigas podiam lhe causar, se habituou a medir cada uma de suas palavras. “*Não confio a ninguém os meus pensamentos. Não encontrei no Brasil gente boa e honesta que não tenha sido corrompida. Seria muito feliz se não tivesse que lutar constantemente contra as intrigas e adversidades*”, confessava. Esses cortesãos medrosos e hipócritas lhe causavam nojo. Depreciava a vida ociosa que eles levavam, uma vida que, segundo ela, carecia de objetivos elevados desde o ponto de vista intelectual, moral e religioso. Para evitá-los, ela se fechava numa solidão ainda maior.

À medida que se aproximava o momento do parto, só desejava obter a aprovação de sua irmã e de seu pai de que estava no caminho certo, de que permanecia fiel aos bons princípios da Áustria. Na falha do apoio incondicional de seu marido no assunto relacionado a Kammerlacher, necessitava saber que não havia sido esquecida nem abandonada por sua família. Necessitava desesperadamente encontrar um sentido para aquela inquietação que a atazanava em seus momentos de fraqueza, nos quais oscilava o pêndulo do sonho de ser mãe e a angústia de ter que parir. Infelizmente, as respostas de suas cartas às vezes demoravam seis meses em chegar, porque era assim que funcionava. Do outro lado do mar, seus parentes não podiam compreender a importância que o correio tinha para o seu estado de ânimo.

F inalmente, chegou o momento tão ansiado. No lugar do herdeiro que esperava, no dia 4 de abril de 1819 Leopoldina deu à luz, sem maiores complicações, uma menina, que foi batizada com o nome de Maria da Glória. Um mês antes, a Câmara do Senado mandou publicar uma proclamação em que ordenava que na noite do dia do nascimento e nas duas seguintes os cariocas iluminassem suas casas. Depois de que os fogos de artifício anunciaram publicamente a notícia, a cidade inteira se iluminou como um presépio de Natal. O caminho para o palácio de São Cristóvão foi se enchendo de carruagens e membros do corpo diplomático, altos funcionários, autoridades civis e militares que faziam fila para felicitar a família real e ter a oportunidade de beijar a mão da nova princesinha. Dom João estava eufórico, porque viu que a justiça divina tinha agido. Estava convencido de que Deus lhe devolvia um pouco o que acabara de tirar. *Te-déuns*, cerimônias de Ação de Graças, desfiles militares, beija-mãos... De novo a roda dos festejos com sua obstinada cadência voltava a girar. Leopoldina estava esgotada: *“Apesar de o parto ter durado só seis horas”* —escreveu ao pai — *“estou, já faz 15 dias me sentindo dolorida porque a cabeça da minha bebê era muito grande e a cadeira em que dei à luz era tão incômoda que minhas mãos ainda estão cheias de ferimentos pelo esforço...”* Mas estava feliz e, como todas as mães, fez de sua filha o tema predileto de suas conversas.

Pedro, que se lembrava da outra criança falecida, estava emocionado com o novo bebê até o mais íntimo de seu ser. Ele também se sentira impactado pela notícia da horrível morte de sua irmã e pelas discussões sobre o médico austríaco, mas agora o feliz desenlace dissipava toda a tensão e o enchia de júbilo.

Se o carinho de um pai por seus filhos pode ser considerado algo natural, no caso de Pedro era exagerado. Viveu os primeiros dias da vida de sua filha em uma espécie de nuvem de felicidade muito intensa. Era uma sensação que nunca

experimentara, uma alegria contagiante e persistente. Ele, sempre mesquinho com o dinheiro que seu pai lhe fornecia a conta-gotas, se tornou o mais esplêndido dos anfitriões. Convidou o mundo todo para celebrar a chegada de sua filha com champanhe francesa, que o Chalaça arranjava, por meio de contrabando. Sempre que podia, ele a pegava no colo, a abraçava, lhe fazia mil carinhos e a levava para passear pelo parque do palácio. “É o melhor dos pais, sempre preocupado com o bem-estar da menina”, escreveu Leopoldina, já reconciliada com o marido. Era verdade. Pedro desfrutava agora do que não pudera fazer com o outro bebê, cujo ataúde guardava no palácio. Via essa menina, que já era a sua herdeira, como um atributo de sua masculinidade, um prêmio da natureza para sua sexualidade tão enlouquecida. É bem provável que tenha deixado outros filhos pelo caminho, com tantas e tantas andanças que teve, mas este era o primeiro bebê cuja paternidade podia ser confirmada publicamente. E fazendo isso, ele se descobria surpreso pela força arrebatadora do sentimento paterno, que seria um dos traços mais fortes e característicos de sua vida afetiva. Ninguém à sua volta que não o conhecesse bem esperava algo assim desse homem de 21 anos, que arrastava um passado tão turvo e tinha um temperamento tão pouco disposto a levar a vida rotineira de um matrimônio com filhos. Porém, naquela época, ninguém criticava seu comportamento. Para o bem dizer de todos, era um pai, um esposo e um filho exemplar.

E quanto a Leopoldina, ela tinha chegado à conclusão de que naquele mundo tão diferente do seu, o melhor caminho que podia seguir consistia em embasar a sua vida na confiança ao marido que Deus lhe havia dado; era um marido difícil, mesmo assim sentia por ele um amor verdadeiro e a religião também a vinculava à ele. Tendo em conta o temperamento de Pedro, era um caminho arriscado, mas que alternativa ela teria? Ela sabia, porque o tinha praticamente inscrito em seus genes, que os príncipes e as princesas não eram livres. Tinha que se conformar com o que Deus e a dinastia lhe ofereciam na bandeja.

Para superar a saudade que às vezes chegava a paralisá-la, alimentava a esperança de que em breve a família real regressaria para Portugal, onde estaria 2 mil quilômetros mais perto dos seus. Para isso, solicitou a ajuda de seu pai: *“Queira o senhor nos fazer a gentileza de conseguir através de sua ascendência sobre sua majestade o rei, que regressemos a Portugal. É absolutamente necessário, é o único desejo de meu esposo e, portanto, o meu também”*. Ela via isso como uma oportunidade para tirar seu marido daquele ambiente onde havia sido criado e onde não desempenhava nenhuma tarefa útil. Estava convencida de

que na Europa seu Pedro ficaria melhor, todo o seu potencial floresceria e seus filhos receberiam uma educação melhor.

## T ERCEIRA PARTE

Ponha-se à frente das ideias do seu século,  
e aquelas ideias seguirão você e lhe darão sustentação.

Ponha-se a reboque delas e elas o arrastarão.

Ponha-se contra elas, e elas o destruirão.

NAPOLEÃO III, FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Dom João estava jogando punhados de grãos de milho aos pavões reais do jardim quando lhe anunciaram a chegada do almirante William Carr Beresford, o homem que, desde a expulsão dos franceses, administrava Portugal segundo um acordo com a monarquia portuguesa. Na véspera, tinha visto chegar a frota britânica da praia de Cajú, a mais próxima do palácio, onde, por indicação de seus médicos, ia todos os dias colocar de molho a ferida de sua perna infectada pela antiga picada de um carrapato.

O rei cruzou a varanda, entrou em seu dormitório e se dirigiu à sala adjacente, organizada como uma sala de reuniões. Ali o almirante lhe esperava, um indivíduo alto, com cabelos ralos e grisalhos, que falava um português decente. Depois das saudações protocolares, o britânico foi ao assunto.

— Não há tempo a perder majestade. Deixei Portugal a ponto de se pôr de pé a sangue e a fogo. Nossa situação é tão delicada que decidi viajar para lhe pôr a par do que está acontecendo...

Nesse momento, passou um criado que levava um recipiente coberto com uma toalhinha de veludo vermelho; como essa sala era o único acesso ao quarto onde o rei dormia, os serviçais tinham que atravessá-la para esvaziar os urinóis que o monarca utilizara durante a noite. O rastro fedorento que o criado deixou ao passar provocou uma expressão facial de nojo no rosto da autoridade. Dom João não se alterou:

— Entendo, entendo... — disse coçando-se debaixo da roupa. — E o que pode fazer sua majestade?

O britânico parecia incomodado, não se sabia se era pelo cheiro ou porque não encontrava forma de dizer ao rei o que pensava... Finalmente soltou:

— Bem... Não creio que possamos continuar governando com uma corte... como posso dizer... Errante...

Voltou a passar um criado com outro recipiente coberto de veludo, dessa

vez limpo.

— Percebo... — disse Dom João, esmagando com uma pancada um mosquito em sua barba.

Foi o eco da revolução liberal, iniciada em Cádiz, no ano novo de 1820, pelo general Rafael de Riego, que apressara a viagem do almirante Beresford. Houve pronunciamentos em toda Espanha contra o rei Fernando VII, num protesto geral contra a devastação a que tinha submetido o país e a Fazenda durante sete anos. O general Riego tentou forçar o rei a jurar pela Constituição de 1812, mas foi em vão. O que se conseguiu foi uma multidão encolerizada, que acabou cercado o palácio real em Madri. O rei, de acordo com “a vontade geral do povo”, publicou a contragosto um manifesto em que mostrava seu apoio à Constituição. “Daremos continuidade com franqueza e eu o serei o primeiro a seguir a ordem constitucional”, proclamava.

Estranhamente, Dom João sorria enquanto escutava o relato que o britânico fazia.

— Pobre Fernando, embora tenha buscado por isso... — disse pausadamente. — Essa notícia não agradará a minha mulher.

— O problema é que Portugal se contagiou com essa efervescência. Como sua majestade lembrará, já em 1817 um grupo de militares com conexões maçônicas tentou levantar-se contra nós...

— Lembro-me disso perfeitamente. Nunca entendi por que não foi permitido aos condenados seguir o costume de apelar para a graça real...

— Teria sido um processo muito longo, porque sua majestade está aqui, a 5 mil milhas de distância.

— Eu lhes haveria indultado, almirante.

O britânico tossiu repetidas vezes, irritado com o comentário de Dom João. Na intenção de restabelecer a ordem a qualquer preço, dera a ordem de julgar os detidos em segredo e executar os doze condenados; sem dúvida o pior foi que o chefe dos insurgentes, o general Freire, um maçom, foi executado tão cruelmente que um dos carrascos desmaiou enquanto obedecida a ordem de esquartejá-lo. E aquele detalhe escabroso calou fundo na exaurida população de Portugal.

— Era preciso dar um exemplo contundente — completou o britânico. — Se sua majestade estivesse em Lisboa, talvez não tivesse sido necessário abortar a insurreição tão violentamente.

O almirante lhe devolvia a pancada. Dom João não gostava desses ingleses altivos, esses lobos em pele de cordeiro que tentavam ditar o que ele deveria

fazer. Desde sempre, a dependência dos ingleses era o preço que os portugueses tiveram que pagar para serem independentes do domínio francês. Sempre os viu como um mal necessário.

— Não é bom criar mártires... — disse Dom João. — Logo se voltam para o outro lado, mas sempre regressam, às vezes em sonhos, às vezes de verdade...

— Deixei atrás de mim um país à beira da rebelião, tomado pelas ideias absurdas de revolução — continuou o almirante. — Somente sua real presença pode ajudar a conter a maré.

Dom João não respondeu. O almirante insistiu:

— Antes que os mártires voltem, é sua majestade quem deverá regressar para Portugal...

Dom João permaneceu outro tanto tempo em silêncio. Logo, como dando importância e, sobretudo, a devida gravidade ao assunto, enquanto limpava as unhas, sem sequer olhar para o almirante, respondeu:

— Que tenha explodido uma revolução na Espanha não significa que o mesmo aconteça em Portugal. Graças a Deus, os portugueses não têm um rei como Fernando.

— Majestade — insistiu o almirante. — Em Portugal, todos querem que a corte regresse para Lisboa, porque o povo vê como depreciação a ideia de ser colônia de uma colônia.

Depois adotou um tom mais grave:

— Somente sua majestade pode salvar a monarquia. Eu lhe peço, regresse a Portugal quanto antes. Fiz essa travessia só para suplicar-lhe que, por favor, volte.

Dom João deixava o almirante exasperado porque não parecia compartilhar da mesma urgência. O constante vaivém dos criados portando recipientes com conteúdos duvidosos acrescentava tensão à conversa.

— Não nos resta muito tempo, majestade... — dizia o britânico, apertando os punhos.

— Estou esperando o conde de Palmela vir de Londres para assumir a cadeira de ministro de Assuntos Exteriores. Não quero tomar nenhuma decisão antes de deliberar com ele.

Desesperado, o almirante fez sua última proposta:

— Se me permite, eu sugiro que, se sua majestade não pode, que pelo menos mande o príncipe herdeiro...

— Você se refere a Dom Pedro? Ele é ainda muito jovem e está pouco acostumado a lidar com assuntos do Estado.

— Sua presença bastará para acalmar os ânimos.

— Pensarei nisso, almirante.

Antes de despedir-se, o britânico lhe entregou um pacote fechado com uma cordinha:

— Majestade, trouxe vários exemplares do *Correio Brasiliense*, revista que, como vossa majestade sabe, se publica em Londres.

— ... Sim, por um bando de revolucionários.

— Nem todos que escrevem nela são republicanos... De fato, trouxe esses exemplares porque há cartas abertas dirigidas à sua real pessoa. Eu peço que as leia.

— Obrigado, almirante, eu o farei, sem dúvida — disse suspirando. — Notícias da Europa!... Tranquilize-se, eu as devorarei.

No dia seguinte, Dom João levou as revistas à sua banheira especial, situada na praia e montada sobre uma estrutura de madeira, uma espécie de plataforma de banho móvel, com um sistema de eixos, correntes e roldanas. Tinha sido necessário construir toda essa geringonça porque Dom João sentia pavor de banhar-se no mar. Os caranguejos o aterrorizavam, além disso sentia aversão pelo contato com a água. Deitado em uma banheira presa por cordas e que tinha buracos na parte baixa, para deixar a água passar, seus criados faziam a estrutura descer até o mar, o suficiente para lhe cobrir a ferida. Somente o necessário, porque do que se tratava ali era de molhar-se o menos possível.

Desatou o feixe de revistas que o inglês lhe havia entregado e começou a ler: *“Em Portugal corre o rumor de que S.M. os abandonou e transferiu toda a riqueza de Portugal para o Brasil”* — dizia uma “carta aberta para S.M. o rei de Portugal” — *“o povo não vê motivo por que essa residência de S.M. no Brasil sirva para garantir a independência de Portugal. O que eles veem é um vazio, sua transformação de metropolitanos em sujeitos coloniais”*. Essas notícias o deixavam em um estado de profunda perplexidade, ao que também se acrescentava um inevitável sentimento de culpabilidade. Estava consciente de que uma medida sua, que fora chave para a prosperidade da colônia, isto é, a liberação do comércio, tinha arruinado, por outro lado, os comerciantes portugueses e precipitado a ruína da metrópole. Desde a abertura dos portos, as exportações portuguesas para o Brasil haviam desabado uns 90% em benefício das britânicas e francesas. Acrescentava-se a isso os anos de ocupação francesa e agora a dominação britânica, o resultado era que sua pátria estava afundada em uma miséria moral e material como nunca antes na história. Uma sexta parte da população de Portugal tinha desaparecido, alguns foram vítimas da fome, outros

caíram nos campos de batalha. Uma hecatombe. Mas seria possível voltar ao sistema anterior, quer dizer, proteger abusivamente o comércio e devolver o monopólio a Portugal? Dom João sabia que a História não dava um passo atrás. Se esquecesse, ali estavam os ingleses para recordar isso.

Seguiu lendo: “*Grupos de vagabundos, verdadeiros espectros de fome e pobreza vestidos com farrapos, perambulam pelas ruas...*” — dizia o autor de outra carta aberta publicada em outro número da mesma revista — “*pálidos, deformados e desfigurados, tão moribundos como a sua própria pátria*”. Essas descrições se enquadravam perfeitamente com a expressão de angústia no rosto dos lisboetas que havia visto na noite de sua partida, já fazia doze anos, e que ficaram gravadas em sua memória.

Como esquecê-las? Ele ia de carruagem discretamente do palácio de Ajuda no alto de Lisboa, até o cais; seu chofer ia vestido com roupa comum e não de uniforme, para evitar que fossem reconhecidos, e os acompanhavam apenas um criado. Chovia torrencialmente e as ruas estavam enlameadas. Ao longe se ouviam os canhões do exército de Napoleão. Entre as cortininhas das janelas se podia ver como muitos lisboetas choravam, enquanto lançavam imprecizações contra o rei que fugia. Mandara pregar cartazes nas ruas, nos quais explicava que as tropas invasoras se dirigiam particularmente contra sua pessoa real e que “seus fiéis vassalos seriam menos atingidos se ele se ausentasse do reino”. Quis também deixar bem claro que estava indo embora pelo amor a seu povo, para poupar sofrimentos inúteis. No entanto, o povo, com expressão de raiva silenciosa, não via assim. Percebiam a mudança de tantas riquezas e bens para bordo dos navios como se fosse um saque prévio que os invasores franceses praticariam. Além disso, ele não ia só: os fidalgos o seguiam, os privilegiados, os que estavam vinculados à corte ou ao governo, os mais ricos, esses que na última hora nem se perturbavam em dissimular que fugiam, porque pelejavam a plenos pulmões por obter passagem em um dos navios.

Foi a última viagem pelas ruas de Lisboa, sem pompas nem decoro, sem multidões saudando a sua passagem, sem protocolo nem o cerimonial próprio de sua posição. Uma experiência penosa para um soberano acostumado a desdobramentos faustosos de devoção. Na descida ao porto não havia nada para honrar um monarca que ia partir em viagem: nem dosséis de seda, nem um estrado forrado e trabalhado em ouro e prata, de onde se dirigiria à plebe, e tampouco caminhos bordeados de flores. Só um lamaçal tão impraticável que alguns marujos tiveram que colocar tábuas de madeira para que pudesse acessar a passarela de uma galé. Que grande confusão havia se instalado nos cais do

Tejo! Todos queriam ir embora, a qualquer preço e se amontoavam caixas, baús, malas e milhares de outras coisas mais, muitas das quais ficaram em terra, enquanto seus donos conseguiam embarcar, e outras foram embarcadas sem que seus donos pudessem fazer o mesmo.

Dom João recordava agora, deitado na banheira na praia, como sua mãe, a rainha Maria, se negava a sair de sua carruagem e embarcar. “Eu não vou! Eu não vou!”, repetia aturdida. Ao final, vendo que o tempo lhe cobrava, o capitão-mor das galés reais pegou a rainha nos braços e cruzou a passarela, enquanto a mulher esperneava e o chamava de cachorro sarnento. Meu Deus! Que vergonha ela o tinha feito passar! Ao passar diante do filho, com sua mistura tão peculiar de loucura e senso comum e os olhos injetados em vermelho sangue, soltou: “Que batalha nós perdemos para que todos nós tenhamos que ir para o Brasil? Você pode me dizer?”. O que ele poderia responder? Que eram frágeis demais para lutar contra Napoleão? Fugir sem lutar era um conceito que sua mãe nunca entenderia. Porém ele — que havia crescido e mais tarde governado a partir de uma debilidade absoluta — o tinha assimilado muito bem. Seu filho Pedro, que ainda era um menino de nove anos, o olhava com os olhos quase fora das órbita. Depois, logo ao cruzar a passarela, ouviu-se um grito procedente da multidão, um “traidor!” longinquo e difuso. Dom João se deteve e voltou a cabeça, esquadrinhando o horizonte como que tentando descobrir de onde vinha o insulto. Em seguida viu, além da multidão que labutava no cais, aquela cidade como se fosse pela primeira vez. Esqueceu o grito e ficou contemplando Lisboa sob um céu de chumbo, com o coração cheio de pena. Que tão belas agora pareciam as colinas de Alfama e do Chiado, as casas brancas que iam em cascata até o rio, as ruínas do castelo de São Jorge, as balaustradas de mármore dos terraços do palácio de Ajuda, o telhado das igrejas... Tão bela lhe pareceu nesse momento a antiga sede do Império que trazia em si todo o peso da história e da tradição que lhe foram inculcadas desde a infância. E que doloroso era ser testemunha de uma decadência tão desonrosa. Que tipo de rei ele era, que abandonava seu povo, que despojava a nação de seus símbolos? De repente, rompeu em soluços. Seu filho Pedro nunca vira o pai chorar daquela forma. Em público, os cortesãos o tinham visto soltar umas lágrimas de emoção em algum concerto. Porém, estas não eram simples lágrimas esparsas, era um choro profundo, soluços entrecortados de um homem desesperado, um homem que via a si mesmo como um fracassado. Pedro se aproximou dele, timidamente, e lhe disse quase em voz baixa, apontando em direção à cidade: “Pai... lutamos?”. E fez o gesto de desembainhar uma espada. “Podemos ganhar deles, pai...”,

continuou lhe dizendo, porque era a única maneira que o menino encontrou para consolá-lo. Dom João voltou a cabeça, o olhou, esboçou um frágil sorriso e colocou a mão sobre o ombro do filho. Assim fizeram sua entrada na galeria. E foram embora para o Brasil.

Aquele “traidor!” seguiu retumbando em sua cabeça por todos esses anos e o faria até o fim de seus dias, porque nunca se sentiu um traidor, muito pelo contrário, ele sempre viu sua saída de Portugal como um sacrifício. O rei teria podido compor uma paz de araque como tinham feito seu sogro e seu cunhado na Espanha, mas não, optou por refugiar-se em sua distante colônia, com tudo que isso implicava. E agora que esse império começava a arrancar, que o Rio de Janeiro mostrava os primeiros sinais de uma cidade grande, que tantas instituições promovidas por sua real pessoa estavam criando raízes, e que a prosperidade da colônia estava consolidada, a ideia de voltar, para ele, era insuportável. Tinha conseguido aumentar consideravelmente o número de construções de casas, pontes e estradas desde a sua chegada. Com os fundos públicos tinha mandado construir o aqueduto do Maracanã e secar mangues para erguer quartéis, tinha construído o edifício da Câmara do Comércio e o do Tesouro e, para salvaguardar os 60 mil volumes que trouxe de Lisboa, tinha financiado a construção de uma Biblioteca Nacional que não devia nada a outras bibliotecas do mundo. Sua preocupação em promover a educação e a pesquisa científica no Brasil resultou na inauguração da primeira faculdade de medicina em Salvador na Bahia, seguida de outra no Rio de Janeiro. Não havia também patrocinado as expedições científicas, que permitiram adaptar animais e plantas úteis ao peculiar ambiente tropical? Alguns projetos haviam fracassado, como o da introdução de camelos da Arábia ou o cultivo de chá chinês, mas o café dava resultados espetaculares. As missões artísticas, promovidas por sua real pessoa, tinham criado escola e haviam insuflado um ar cosmopolita ao Rio de Janeiro. Ainda lhe restava muito a ser feito, incluindo seu projeto favorito: a conquista da faixa oriental, para assegurar uma fronteira com o rio da Prata. Isso tudo não reverteria em grandeza para Portugal?

— Nós os Bragança sempre escolhemos o dever...

A frase que gostava de repetir a seus filhos sempre lhe rondava a mente, mas agora começava a duvidar: uma pequena rachadura criara uma fenda em suas certezas... Onde estava o dever? Em Portugal? No Brasil? Se voltasse para Portugal como o almirante Beresford pretendia, e tantos outros, o Brasil não acabaria tomando o mesmo caminho que os territórios espanhóis da América, o rumo das repúblicas independentes? Não significaria isso a degradação total do

império? E se, pelo contrário, permanecesse no Rio de Janeiro, não acabaria perdendo Portugal para os revolucionários e todos aqueles que se ressentiam de seu distanciamento de quase uma década e meia?

Depois de sua frustrante entrevista com Dom João, o almirante William Carr Beresford voltou para Portugal, mas a revolução — a que tanto temia — estourou enquanto regressava. Tal como havia previsto, um grupo de insurretos, mistura de liberais, maçons, nacionalistas e seguidores do general Freire — que a brutalidade do almirante havia convertido em mártir —, fartos e desencantados com os sucessivos maus governos e inspirados pela façanha do general Riego, iniciaram uma sublevação no Porto, que logo se propagou em Lisboa. Uma fragata lhe abordou enquanto navegava pela desembocadura do Tejo para a capital e os soldados a bordo lhe comunicaram que não tinha permissão para atracar no porto da capital lusitana. Informaram-lhe que o Conselho do Estado fora destituído por militares portugueses e que o novo regime havia convocado as Cortes que, da mesma forma que na Espanha, exerciam o poder legislativo. No entanto, o governo dos insurretos pensava em adotar a Constituição liberal de Cádiz.

Beresford teve que se colocar a caminho da Inglaterra. *“As coisas nunca serão iguais...”* — escreveu durante a viagem. *“Agora, mais do que nunca, é urgente que o rei ou seu filho regressem para Lisboa, antes que todas as províncias brasileiras também sejam induzidas a uma rebelião...”* O almirante estava empenhado em salvar a monarquia, pensava que mais valia uma monarquia constitucional que uma república, uma forma de governo pouco experimentada e que naquele momento evocava apenas os partidários sangrentos dos revolucionários franceses, mais que o flamejante novo Estado republicano na América do Norte.

Dom João entrou em pânico quando ouviu o que estava acontecendo em Portugal. Então, Beresford tinha razão! Ele havia escolhido não acreditar nele, pensando que os ingleses o manipulavam por interesses próprios, que o pavio da revolta não se inflamaria. Ele nutria a louca esperança de que a revolta selvagem

se desgastasse ou que as potências europeias se encarregariam de esmagá-la. No entanto, agora a realidade colocou-o entre a cruz e a espada. A primeira coisa que lhe haviam exigido as novas Cortes portuguesas era o seu regresso a Lisboa. O rei reuniu a corte e seu conselho em conferências intermináveis que só atingiram um consenso apenas para decidir a proibição da difusão de qualquer notícia procedente da metrópole. Mas a medida foi inútil: as cartas que chegaram na embarcação do correio já tinham sido distribuídas e as ruas do Rio de Janeiro estavam zumbindo com rumores sobre a revolução portuguesa.

Dom João não sabia qual de seus ministros e conselheiros ouvir. Aguardava com bastante expectativa a opinião do conde de Palmela, que tinha acabado de chegar de Londres com notícias frescas de um mundo que cada vez ficava mais distante e incompreensível. Vestido por alfaiates de Bond Street, com diamantes embutidos em suas botas e que refulgiam ao sol dos trópicos que se infiltrava pelas venezianas, um dos poucos aristocratas que fora em 1808 optou por ficar em Lisboa e não ir com a corte para o Brasil. Ele falava com a autoridade que lhe conferia sua experiência e sua nova posição:

— Eu acho que os anos de isolamento que viveu no Rio de Janeiro não lhe permitem ver as mudanças que o mundo experimenta — disse com um apurmo e uma segurança em si mesmo que irritou os mais próximos do rei. — Qualquer intenção da coroa para preservar seus poderes absolutistas no Novo Mundo está destinado ao fracasso. O mundo mudou, meus senhores, permitam-me repetir.

O conde de Palmela trazia notícias que, esperava, sacudiriam a corte de seu torpor colonial.

— Em minha breve escala em Salvador, Bahia — disse —, me dei conta do risco que a corte corre. A cidade está à beira de uma rebelião e o governador está desesperadamente necessitado de instruções do Rio de Janeiro, que nunca chegam. Ali eu me inteirei de que a situação de Pernambuco é ainda mais tensa, porque as notícias da revolução portuguesa incendiaram a população de toda a costa brasileira. O Brasil corre o risco de desmembrar-se.

Palmela advertiu que uma mistura explosiva de batalhões portugueses descontentes e insatisfação na província vinha provocando uma erosão na autoridade da coroa. Virou-se para Dom João e disse gravemente:

— Majestade, não se pode perder mais nem um instante para adotar medidas decisivas e determinantes. É imperativo manter-se no espírito dos tempos correntes. Em minha opinião, o pior de tudo seria não tomar nenhuma decisão.

— E por qual delas advoga, conde?

— Por aceitar as petições dos liberais na Bahia e em Portugal...

Uma vaia do resto dos conselheiros o interrompeu. Esses homens estavam acostumados à indecisão constante do rei e viam o conde de Palmela como um dândi europeu que procurava puxar a sardinha para cima de sua brasa. Alguns o viam como um satélite do despotismo, outros, como um agente dos “revolucionários”. Na verdade, ele defendia que se tentasse encontrar um caminho do meio, uma monarquia constitucional baseada no modelo britânico que ele conhecia bem, e no qual o poder do rei era limitado pelo Parlamento. Uma vez que todos tinham se acalmado, o conde retomou a palavra novamente, ainda que dessa vez se dirigindo a Dom João e evitando olhar para os conselheiros.

— Majestade, minha ideia é salvar a monarquia, e não condená-la. E para salvá-la, eu proporia que tenha por bem adotar uma série de princípios que se converterão em uma maior popularidade e permitirão manter distante os mais extremistas e concentrar-se em uma via moderada, como na Grã-Bretanha.

— E quais são esses princípios?

— Aceitar que a nação participe da soberania do rei, aceitar a igualdade dos cidadãos ante a lei e a liberdade de imprensa.

Uma vaia ainda maior afogou suas palavras. Entre os gritos se ouviram insultos de “revolucionário”, “irredutível” etc. O rei bateu seu bastão sobre o chão de madeira para exigir silêncio e fez um gesto para Palmela que continuasse. O conde engoliu saliva antes de prosseguir:

— Depois de adotar essas medidas, sugiro que seu filho Dom Pedro viaje em uma frota de quatro navios, com um batalhão de tropas, para Salvador, na Bahia, e que proclame ali a nova monarquia constitucional, para depois seguir a Lisboa...

Nesse momento, passou um criado, o mesmo que em todas as manhãs, na mesma hora, houvesse o que houvesse na sala de reuniões, levava os urinóis reais. Deixou atrás de si um rastro de urina que incomodou os presentes. Dom João esperou que o criado atravessasse o salão para soltar o que mais o preocupava:

— E se meu filho é coroado como rei assim que chegar ao solo português?

Então Palmela entendeu que sua proposta não prosperaria. Dom João era ciumento demais, inclusive de seu próprio filho. O conde se deu conta de que existia um abismo entre a sua mentalidade e a que reinava na modorrenta e atrasada cidade do Rio de Janeiro. Chegara como um elefante em um bazar. Ainda que em particular o monarca estivesse mentalmente preparado para

aceitar que a era das monarquias absolutistas havia chegado ao fim, em público não defendia isso dessa forma. Temia a reação de seus cortesãos que, cegos diante do que se avizinhava, se negavam a aceitar qualquer diminuição de seus privilégios.

— Sua majestade não deveria dobrar-se ante os revolucionários, nem aceitar soltar o cetro de suas mãos — disse um de seus ministros conservadores. — Esta loucura revolucionária não pode durar muito, quando passar é essencial que sua majestade siga sendo o rei absoluto.

O conde de Palmela viu a sua missão como algo quase impossível, mas o que estava em jogo era tão importante que optou por não apresentar sua demissão — que foi seu primeiro impulso —, e seguir naquele abismo de opiniões, sabendo que as possibilidades de êxito, com um rei tão pusilânime, eram escassas.

Pouco depois do nascimento de sua filha Maria da Glória, a princesa Leopoldina teve que voltar às mãos dos temidos médicos portugueses, que lhe fizeram uma curetagem após um aborto: *“Eu ainda sofro as consequências da brutalidade do cirurgião português que me dilacerou muito horrivelmente com suas bonitas mãos...”* ela escreveu para a irmã. “Aqui o melhor é se livrar da carga na selva, como fazem os animais selvagens.”

Logo ela teve outro aborto, que atribuiu ao susto que levou quando teve que se agarrar ao marido com todas as forças, para evitar que caísse da carruagem, a qual, puxada por cavalos em carreira, esteve a ponto de tombar. Leopoldina queria acompanhá-lo sempre, até nas corridas que fazia com seu irmão, para evitar “algumas experiências desagradáveis”, como ela escreveu para a irmã, referindo-se aos rumores de infidelidade de Pedro durante sua primeira gravidez. Mas depois dessa experiência traumática, a princesa se recusou a participar novamente de suas corridas. E Pedro não insistiu.

Continuaram com seus passeios a cavalo e o passatempo preferido de Leopoldina consistia em subir a montanha e falar alemão com o velho Hogendorp. Pedro ainda se impressionava ao ver o uniforme do general pendurado na entrada, e isso fazia se lembrar de outro general de Napoleão que havia conhecido quando criança em Lisboa, o embaixador francês Andoche Junot — o mesmo indivíduo que, anos depois, acabaria conquistando a capital portuguesa e provocando a fuga de sua família e de toda a corte para o Brasil. Como lhe deslumbrava aquele uniforme, o mesmo que agora via na casa do holandês! Ele queria ser como aqueles generais cheios de brio, fortes e imperiosos, não mole como seu pai, que se fazia amar pela pena que inspirava.

Hogendorp sempre tinha algo para contar, era como um mágico que tirava coelhos da cartola. Ele mostrou-lhes uma carta de Napoleão que guardava como uma relíquia, escrita por ocasião da morte de um de seus filhos. Era uma carta

sincera, cujas palavras ecoaram nas profundezas da alma de Pedro e de Leopoldina. Aquele imperador, que havia colocado o mundo sob sua bota, que tinha humilhado os Habsburgo e os Bragança até os limites mais inconcebíveis, era capaz de ter sentimentos de profunda compaixão. Leopoldina ficou desconcertada. Pedro, que não esquecera seu filho morto, ficou comovido e passou a admirar ainda mais o francês.

Quando ao entardecer trotavam de volta à cidade, tinham que manter o olhar vigilante por causa dos escravos libertos que perambulavam pelas montanhas. Eles viviam em comunidades na mata chamadas “quilombos” e às vezes tinham aspectos terríveis, com cabelos desalinados e unhas compridas. Leopoldina ficou alarmada quando seu cavalo foi interceptado por um desses grupos. Imediatamente, Pedro levantou sua escopeta.

— Não dispare! — ela gritou.

Os homens, assim que viram a arma, fizeram vários trejeitos com os braços. Pedro disparou para o ar e Leopoldina se sobressaltou. Os escravos desapareceram.

— Não pensava em atirar — respondeu Pedro —, mas a única coisa que temem são os tiros. Se acontecer de novo, é preciso disparar.

E, enquanto desciam em direção ao caminho da cidade, Pedro não conseguia parar de pensar naquele imperador que tinha conhecido a glória nos campos de batalha e o poder e que agora se consumia lentamente em uma ilha perdida no oceano. Curioso, ele pensava: ao longo de sua infância, tanto ele como Leopoldina tinham aprendido a odiar o francês com toda a sua alma. Se ambos estavam no Brasil, era porque tinham sido empurrados a isso pelo choque que os exércitos de Napoleão infligiram ao mundo. Mas agora que o curso tinha deixado de ser perigoso e à luz das palavras de Hogendorp, a venda se erguia dos olhos e no lugar nascia um admirar e até um querer bem. Não era o caso de Carlota Joaquina, desesperada porque seu filho criara amizade com alguém tão próximo ao odiado inimigo, que havia enganado seu pai e seu irmão.

Quem também falava muito sobre Napoleão era Jean Baptiste Debret, o pintor francês que fazia parte, juntamente com Antoine Taunay, da missão francesa artística no Rio de Janeiro. Debret, que fora um dos pintores oficiais do imperador, deixou nos museus de Paris telas em que Napoleão aparecia ou distribuindo condecorações da Legião de Honra, ou arengando às tropas, ou reconfortando algum derrotado... Os pintores franceses estavam entusiasmados por encontrarem-se nessa sociedade barroca e exótica que ainda observava os costumes de dois séculos atrás. Com seus pincéis, registravam esse mundo de

crianças, escravos e animais que havia permanecido escondido dos olhos estrangeiros por tanto tempo. Seu afã era pintar tudo antes que desaparecesse, tornando-o conhecido. Esse pequeno grupo, que incluía o músico Neukomm (que dera aulas a Pedro) e outros diplomatas e cientistas, reunia-se regularmente na casa do Barão Von Langsdorff, cônsul-geral da Rússia. Leopoldina tinha o sonho de levar uma vida socialmente aceitável entre seus contínuos estados de gravidez. No fim de 1820, voltou a engravidar. Pedro, que se dedicava com prazer a montar seus numerosos cavalos, a escová-los, ferrá-los e a domá-los, e se derretia de ternura com sua filha, estava feliz com sua vida familiar, o que não o impedia de dar uma escapadela de vez em quando com alguma garota fácil, para sair da rotina matrimonial.

Para Pedro, a revolução constitucionalista de Portugal não foi mais do que uma confirmação das suas ideias reformistas. Porém, sobre as deliberações da corte e as decisões de seu pai — ou melhor dizendo, as indecisões — não recebia informação direta. Seguiu odiando a escória que rodeava Dom João, homens que utilizavam qualquer pretexto para mantê-lo afastado do centro de decisões. O rei, enfrentando o dilema entre ficar ou voltar, ou mandar seu filho à pátria mãe, não conseguia decidir-se. Ainda que sua presença em Lisboa bastasse para aplacar as Cortes e tranquilizar os revolucionários, o rei via Pedro como alguém imaturo demais e sujeito a influências perigosas. Por isso hesitava.

Só por terceiros é que chegavam até Pedro os rumores sobre sua possível viagem a Lisboa, representando o rei, e isso o manteve esperançoso e inquieto. Enviava mensagens para sua irmã, para tentar certificar-se das intenções de seu pai e de seus ministros mais conservadores, que se mostravam abertamente críticos com relação ao seu comportamento e às suas ideias. Para Leopoldina, a possibilidade de voltar para a Europa era como uma bênção, especialmente agora que o Rio de Janeiro se agitava na efervescência que pressagiava dias tumultuosos. Receava um movimento radical similar ao que havia acontecido na França. Além disso, se debatia em um conflito de lealdades, porque as orientações de seu marido eram contrárias aos princípios da casa de Habsburgo. “*Meu marido, Deus me valha, ama as novas ideias*”, ela escreveu ao pai. Mais tarde, em outra carta, ela disse: “*Querido pai, o Senhor vê bem como minha situação é difícil, entre as obrigações que competem a uma boa e carinhosa esposa e as de uma súdita íntegra e filha obediente que sou. Gostaria muito de atender ambas as obrigações, mas me vejo obrigada a sacrificar uma das duas. Por essa razão, venho solicitar, querido pai, o vosso conselho e a vossa ordem, pois esses devem ser os meus guias*”. O conselho de seu pai nunca veio, obrigando

Leopoldina a tomar uma decisão por conta própria.

O coração de Dom João estava carcomido pelas incertezas, tanto que mesmo vivendo a cem metros de distância de seu filho, não se decidia a falar diretamente com ele:

— Diga-me o que devo dizer — perguntava a seu ministro mais conservador — e se tiver réplica, que devo responder-lhe.

— Nada de imitar as Cortes de Cádiz, nada em formato estrangeiro que limite a autoridade real — lhe dizia o ministro.

Porém, o rei seguia sem dar um passo. Sua louca esperança de que a revolução portuguesa perdesse fôlego por si só ou que as potências europeias organizadas na Santa Aliança a esmagassem já não se sustentava. Enquanto continuava vacilando, em Salvador, na Bahia, um contingente de soldados portugueses, respondendo à chamada dos revolucionários da pátria mãe, tomaram a residência do governador e anunciaram uma revolução constitucionalista. O mesmo aconteceu em Belém, pouco a pouco todo o território ia se contagiando do mesmo fervor. E logo seria a vez do Rio de Janeiro. O aviso que o conde de Palmela deu soou como uma premonição:

— Determinadas concessões que ontem teriam sido suficientes para evitar uma rebelião no Rio de Janeiro, hoje ou amanhã já deixarão de ser, majestade.

O rei não lhe respondeu.

Dom João nunca sentira tanta pressão, pelo menos não desde os tempos em que viveu ameaçado por Napoleão. Se até naquele momento suas armas foram esperar, diluir o processo de decisões, ganhar tempo como fosse... Por que não funcionariam agora? No lugar de interferir e influir diretamente sobre os acontecimentos, preferia esperar que esses revolucionários, tal como uma fruta madura, deixassem a passagem livre. Porém, não era isso que estava acontecendo. O milagre não se fazia acontecer. No final das contas, teve que fazer algo que considerava repulsivo: tomar uma decisão. No dia 7 de fevereiro

de 1820, o Conselho de Estado que presidia decidiu enviar Pedro a Portugal para tomar posse, em nome do rei, do governo provisório daquele reino. Para seu filho, que desejava dar o salto na vida política e desempenhar o papel que correspondia à sua posição, foi um momento longamente esperado, e ele chegou eufórico para a reunião à qual seu pai o havia convocado.

— Pedro — disse o rei, comendo uma coxa de frango —, não se trata de aceitar a Constituição que estão elaborando, como que imitando a da Espanha... Seria uma desgraça para a autoridade de sua majestade reconhecer a autoproclamada assembleia constituinte... Estamos de acordo?

— Sim, pai...

Houve entre eles um longo silêncio. Dom João olhava para seu filho enquanto cutucava seus dentes com os ossos do frango, como tentando decifrar algum gesto que confirmasse a suspeita que sentia. Por fim lhe disse:

— Você irá para Portugal com o título de condestável, pois levará consigo toda a autoridade militar e toda a supremacia civil...

Pedro assentiu e, impaciente, perguntou:

— Quando está prevista a nossa partida?

— Quanto antes. Mas você irá só, meu filho.

Logo, toda a alegria que transparecia no rosto de Pedro se desvaneceu. Não podia dissimular a decepção que produziu a decisão de seu pai de fazer-lhe partir sozinho. Não queria nem pensar no desgosto que sua mulher viveria. Dom João, olhando-o de esguelha, prosseguiu:

— Achamos que sua esposa não está em condições de expor-se aos perigos de uma longa travessia por mar...

Pedro calou-se. Nem sequer olhava para seu pai, que continuou dizendo:

— É importante que aqui, no Brasil, não vejam que muitas pessoas da família real estão partindo ao mesmo tempo.

— Muitas?

— Ainda não foram devidamente escaladas as pessoas que lhe acompanharão... — disse balbuciando.

Pedro estava confuso.

— Não sei o que Leopoldina pensará disso — disse. — Ela tinha muita esperança de realizar essa viagem comigo.

— Ela tem que entender e estou certo de que o fará... Sabe que seu dever é inclinar-se ao interesse da coroa. A mesma que você carregará algum dia, talvez muito em breve...

Ele disse isso esboçando um sorriso de cumplicidade, mas Pedro se

manteve sério. O rei cuspiu uns ossinhos e limpou a boca com um guardanapo antes de acrescentar, levantando-se e dando a reunião por concluída:

—... E que carregará também.

Leopoldina entrou em colapso ao inteirar-se de que não ia para Portugal com Pedro. Chorou o dia inteiro, derrubada na cama de seu quarto, evitando fazer o mínimo movimento para se livrar da possibilidade de sentir mais calor ainda. Via horrorizada que se encontrava em uma situação insustentável: presa naquele país e sem seu marido. Se tivessem lhe anunciado sua condenação à morte, isso não a teria afetado tanto. Deixá-la no Rio de Janeiro assim, sozinha, equivalia a enterrá-la viva. Estava certa de que iria morrer. Se era isso o que buscavam alguns cortesãos que viviam de intrigas, como ela pensava, eles estavam conseguindo. Deprimida, sem vontade de viver, apesar de carregar seu filho de oito meses de gestação em seu ventre, não tinha ninguém a quem pedir ajuda. Sua sogra, que poderia defender sua causa, porque também morria de vontade de voltar para a Europa, já não tinha mais influência sobre quase nada. Carlota Joaquina vivia trancada em sua casa de praia por ordem do rei. Fora acusada de ordenar o assassinato da mulher de seu amante, o elegante coronel Fernando Brás. Carlota tinha dado um salto qualitativo em suas transgressões: ultrapassara a condição de adúltera para a de assassina. A coroa concluiu que a emboscada que custava a vida da mulher do coronel tinha sido realizada por um assassino contratado por Carlota. Dom João ocultou o escândalo e ordenou que se destruíssem todas as provas. Ele já havia agido de forma semelhante quando, em Lisboa, se descobriu que sua esposa tinha arquitetado um golpe para lhe arrancar a coroa, e mesmo que não a tenha perdoado, ele a indultou. Agora Dom João a tinha punido novamente à sua maneira, de um homem indulgente que era, prendendo-a em sua casa, onde Carlota se consumia entre a impotência e a raiva.

Pedro abandonou seus afazeres nos pátios quando a dama de companhia de sua mulher, assustada, foi avisá-lo do estado em que se encontrava Leopoldina. Ele se surpreendeu de vê-la tão mal, coberta de suor e lágrimas. Abraçou-a e passou um pano úmido em sua testa.

— Eu lhe suplico, Pedro, não me deixe aqui sozinha.

— Se vier comigo, terá que dar à luz no navio, não sei se você dá conta disso...

— Dá na mesma — ela o interrompeu entre soluços. — Darei à luz no navio. Deus me protegerá.

Pedro, que era muito sentimental e naquele momento levava uma vida

conjugal harmoniosa, ficou com o coração partido ao vê-la naquele estado. Por mais que tentasse ir para Portugal para tomar as rédeas do império, a ideia de fazê-lo sem sua mulher e sua filha lhe parecia odiosa. Talvez porque nunca conhecera uma vida familiar estável, agora não estava disposto a romper a sua. Além disso, adivinhava que o plano de sua viagem era uma conspiração dos mais próximos a seu pai. Reconhecia a longa sombra de desconfiança do rei, que, ao reter a nora, pretendia garantir a fidelidade do filho.

— Vou tentar postergar a partida até que o bebê nasça — Pedro lhe disse.

— Não conseguirá, eles não deixarão...

— Eu não irei sem você, isso eu lhe prometo.

Então Leopoldina esboçou um leve sorriso que continha todo o agradecimento do mundo. Aquelas palavras eram como um sopro de vida nova.

— Ou vamos todos juntos, ou não vai ninguém — Pedro concluiu.

Era a mesma frase que sua avó, a rainha Maria, dissera para seu filho, Dom João, em um momento crucial, quando iam enviá-lo sozinho ao Brasil, antes da família real.

O fato de contar com o apoio de seu marido devolveu-lhe a esperança. Tendo-o a seu lado, tudo mudava: pouco a pouco Leopoldina foi sentindo-se com forças para voltar à vida e lutar pelo que considerava seu, para sobreviver. Não estava disposta a ficar em terra e tampouco a deixar-se manipular a ponto de perder Pedro, que sabia quanto era maleável por influências alheias. Deixando de lado seu desejo de voltar à Europa, ela também suspeitava de alguma intriga do palácio urdida para que perdesse a confiança e o amor de seu marido.

Dom João, sabendo das dificuldades que arrebatavam seu filho e sua nora, se irritou. “Não tinha tanta vontade de ir para Portugal? Não desejava isso? Eles só têm que ficar separados por alguns meses!”, reclamava. Logo, fazendo ouvidos surdos para as queixas de Leopoldina, decretou: “Pedro tem que ir para Portugal dentro de uma semana”. Agora era impensável abandonar a decisão que tanto lhe custara para tomar. Leopoldina lutou como uma tigresa para manter a sua família unida. Recorreu ao embaixador da Áustria e lhe pediu que intercedesse ante o rei. Agora ela estava com uma convicção bem clara: sem Pedro, não ficaria no Brasil. “*Esteja convencido*”— escreveu ao embaixador da Áustria — “*de que caso o senhor não consiga, através de sua influência, prorrogar a partida de meu esposo ou que eu o acompanhe, atrairá sobre si toda a minha ira e todo o meu ódio, pelo qual, cedo ou tarde, terá que pagar.*” Leopoldina mostrava as suas garras e o diplomata, assustado pelo tom daquela carta, foi pedir ajuda ao conde de Palmela.

— Seria desumano condenar uma princesa a passar os mais belos anos de sua vida longe do marido — o austríaco lhe disse.

— Compreendo que seja penoso para uma princesa real — lhe respondeu Palmela —, mas seria ainda muito mais penoso para ela mesma se perdemos Portugal unicamente porque não quis se separar do marido por alguns meses.

Ao final, chegaram a um acordo, segundo o qual o embaixador se comprometia a conseguir que Leopoldina, depois do parto, partisse quanto antes para seguir o seu marido. Em troca, Palmela poderia insistir ante o rei para que este mandasse o quanto antes seu filho para Portugal. Era um pacto concebido para dar satisfação a todas as partes envolvidas.

— Nenhuma tempestade tropical terá força suficiente para impedir que eu embarque no bote mais miserável que encontre e me reúna com meu marido, ou que regresse para a minha pátria.

— Alteza... Não podemos permitir que a Áustria seja vista como a culpada por sua majestade não enviar seu filho a Lisboa.

— Eu não o estou impedindo de ir. Estou disposta a acompanhar o príncipe real.

— Mas, alteza, em seu estado...

Leopoldina começou a chorar.

— Se me abandonam aqui — murmurou com a voz entrecortada —, minha situação será insuportável, sei que nunca me deixarão voltar para a Europa...

Estava sacudida por violentos soluços. O embaixador tinha o semblante trêmulo e procurava sossegá-la, mas a princesa estava obcecada pela ideia:

— Querem me reter aqui para distanciar-me do meu marido... E não quero viver um exílio eterno neste país — disse, passando um lenço pelo rosto banhado em lágrimas.

O embaixador austríaco nada pôde fazer para acalmar sua compatriota. A data de partida de Pedro foi fixada para dali três dias. E foi então que a princesa, de acordo com o marido, decidiu preparar sua partida de maneira clandestina, apesar das advertências do embaixador austríaco, o mesmo quem lhe suplicou:

— Não faça nada que possa indispor-los ante o rei. Isso significaria, senhora, a privação para si mesma do apoio de sua majestade no futuro.

Mas nada podia fazer para que Leopoldina mudasse de ideia. Em um estado de extrema exaltação, escreveu para um amigo alemão, perguntando se conhecia alguém que pudesse alugar-lhe uma embarcação disposta a zarpar em breve para Portugal... *“Devido a razões que não estou autorizada a divulgar e*

*pelas quais não me permitem acompanhá-lo, estou sendo obrigada a procurar minha salvação na fuga, legitimada pelo consentimento de meu esposo. Assim sendo, desejaria encontrar uma embarcação que deve ser segura, um bom veleiro confortável para uma família de seis pessoas. Também quero encontrar uma ama, saudável e competente para o meu bebê, que nascerá em alto-mar e que, dessa forma, não será nem português nem brasileiro...*” Era uma carta que mostrava, além de seu desespero, uma determinação que até então não acreditava que possuísse. Já não se deixava enganar pelos discursos e as vãs promessas dos diplomatas e cortesãos. Ela se sentia forte, porque agia em sintonia com a vontade de Pedro. Contar com o seu respaldo a tornava invencível.

Enquanto preparava a sua fuga em segredo, a princesa continuava conversando com os ministros e fez também com que seu marido falasse com eles, animada por uma inquebrantável vontade de conseguir o que achava justo. No entanto, em momentos de dúvida, quando ao cair da noite ela se deitava nos lençóis úmidos de sua cama, o ânimo vacilava. Ela se sentia intimidada pelo enorme risco que a majestade do poder a obrigava a correr. Teria ela o direito de pôr em perigo a vida de sua filha? E a vida dentro de seu ventre? Nas trevas de seu quarto, as lembranças da viagem que a tinha trazido para o Brasil a torturavam. O enjoo em alto-mar, o medo dos temporais e o terror das calmarias, o tédio dos dias intermináveis de navegação, a promiscuidade e, sobretudo, a possibilidade de adoecer... E, além de tudo isso ter que parir nas mãos de um carneiro qualquer! Não era tentação demais para o diabo? Não era um excesso de soberba se opor ao desígnio real? Não a tinham educado para ser dócil ante a inclemência do poder? Quando, horas depois, ao despertar sobre um rio de suor, e os raios de sol começavam a infiltrar-se através das persianas, os terrores noturnos desapareciam como por encanto. Então recobrava a lucidez, ou quem sabe talvez a loucura, pois já nem sabia mais onde estava a fronteira entre uma e outra. O caso é que um “não” crescia em seu interior e seu eco acabava ensurdecendo-a: não, não ficaria neste lugar, sozinha e à mercê daquela corte corrupta e desalmada. Não deixaria Pedro ir, a quem amava com toda a sua alma, apesar de seus defeitos. Não, não e não. Que o mal pesasse sobre o rei e todos os seus ministros.

Ainda lhe restava uma carta a ser lançada. Ela não quisera usá-la, pensando que podia conseguir o que queria por outros meios. Mas já se haviam esgotado as opções. Decidiu jogá-la no beija-mãos.

Vestiu-se com um traje de musseline e passou mais tempo que o de costume arrumando os cabelos com laços de cetim azul e maquiando-se para

disfarçar o contínuo rubor de suas maçãs do rosto, produzido pelo calor. O suor, a angústia e a gravidez haviam deixado rastros em seu rosto, que já não reluzia aquela pele de pêssego de antigamente. Era pouco coquete, mas nesse dia quis estar o melhor possível na aparência para desempenhar seu papel de nora ferida. Devido a seu estado, assistiu à cerimônia sentada. Esperou que um homem que estava de luto beijasse seu anel, seguido de uma mulher que lhe entregou uma flor “para o bebê” e um indígena que lhe fez a saudação ritual de seu povo, para depois levantar-se e seguir seu sogro até a varanda, onde os cortesãos conversavam animadamente, com o ruído de fundo dos gritos dos papagaios que chegavam do aviário. Esperou que Dom João estivesse desacompanhado e se aproximou. O rei lhe estendeu os braços para abraçá-la, mas ela se lançou aos seus pés. Diante de cortesãos e ministros que contemplavam a cena com olhos muito abertos, expôs seus argumentos ao monarca, fazendo o possível para comovê-lo. Chorou, suplicou, soluçou, insistiu. Três vezes se lançou aos pés de sua majestade.

— Eu rogo, não me arranque a única razão que tenho de viver aqui... — acabou suplicando.

Dom João se sentia uma mistura de ira e compaixão. Ele a via tão frágil, tão grávida e, sobretudo, tão decidida que disse que poderia tranquilizar-se, que revogaria a ordem de partida de seu filho. Pegou-a pelo braço, dando a entender a todos os presentes que respeitaria a vontade de sua querida nora. Até então, nunca haviam tido o mínimo atrito. Ao contrário, era de domínio público o mútuo respeito que se professavam, e a visão de ambos caminhando de braços dados entre os pavões do jardim real corroborava isso. Todos os que advogavam pela rápida partida do príncipe para Portugal ficaram perplexos. Não deveria inclinar-se diante das exigências de uma situação política candente? O rei não dera a ordem, na véspera, de que o príncipe teria que partir dentro de três dias? Como podia ele agora colocar o bem-estar de sua nora acima das necessidades do Estado? De novo, a indecisão pendular do monarca desconcertava seus colaboradores. Alguns viam isso como um sinal de fraqueza — o claudicar ante as súplicas da jovem —, outros como a expressão de sua vontade íntima: no fundo, talvez não quisesse que seu filho viajasse para Portugal e se escudava atrás da atitude da austríaca. Em todo caso, nesse dia o rei anunciou oficialmente que remarcava a viagem até que Leopoldina estivesse em condições de acompanhar Pedro.

O conde de Palmela, convencido de que já não tinha mais nada para fazer, apresentou sua demissão a um Dom João cada vez mais pressionado e confuso.

Dois dias depois, por volta das duas horas da manhã, Pedro acordou assustado com o intenso relinchar de um cavalo. Através da janela, reconheceu um dos guardas do rei:

— Alteza, rápido! Sua majestade o espera na sala de reuniões. É muito urgente.

O homem ofegava. O cavalo também havia despertado a pequena Maria da Gloria e seu choro quase não permitia que ouvisse o homem:

— O que aconteceu? — perguntou Pedro.

— A praça, diante do Teatro Real... Está cheia de soldados, pelo menos três batalhões, senhor... E as ruas, senhor, há barricadas por todas as partes.

Pedro não parecia surpreso. De alguma forma, já esperava por isso. Nos últimos dias, tinha passado algum tempo na cidade e conseguira se informar sobre a situação. O Chalaça e outros amigos lhe contaram sobre o rumo que tomavam as discussões nas casas de jogo e bares. O Rio de Janeiro era um caldeirão de rumores, circulavam panfletos satíricos que as autoridades não conseguiam proibir e um dos boatos chegou a divulgar que Dom João assinara a Constituição. Por toda a cidade, as pessoas especulavam abertamente sobre a situação política. Pedro se vestiu rapidamente e, antes de sair, foi ao quarto para beijar a filha, que buscava o sono nos braços de sua ama de leite.

No palácio de São Cristóvão, encontrou seu pai ainda de camisolão, com o seu gorro de dormir caído de lado, pálido, cercado por seus dois ministros rivais, o recentemente demitido Palmela e um conservador chamado Antônio Vilanova.

— Majestade, ou por bem se une aos constitucionalistas e conserva uma parte do poder ou facilmente acabará como Fernando VII, destronado — Palmela lhe dissera horas antes, ao atender o chamado de Dom João.

Tudo menos acabar como seu cunhado, pensou o rei, que, em seguida, perguntou:

— Como devo tratar com os revolucionários?

— Não há muito que fazer, senhor — disse Palmela. — Faça tudo que eles pedem.

Dom João dirigiu o olhar para o seu outro ministro, na esperança de ouvir outra resposta, mais de acordo com o que ele queria ouvir. Mas dessa vez o conservador também concordava com seu rival e fez saber ao rei com um sinal de cabeça. Assim sendo, puseram mãos à obra e passaram parte da noite ao redor da mesa, trabalhando sobre um documento à luz de um candelabro.

Quando Pedro entrou na sala, seu pai se dirigiu a ele:

— Meu filho, tenho que lhe passar um encargo... Você é a melhor pessoa que pode executá-lo.

Pedro sentiu uma pontada de emoção. Não estava acostumado que seu pai lhe passasse incumbências, nem que lhe confiasse nada. O rei acrescentou:

— Você é o melhor cavaleiro que conheço...

Estava muito agitado, algo nada habitual nele, seu grosso lábio inferior tremia de forma imperceptível e sua voz o traía:

— Vá até os revolucionários e lhes entregue este documento o quanto antes, que as armas em riste não suportam demoras... Terá que fazer um juramento em meu nome.

Talvez Dom João soubesse que, ao fazer essa solicitação, iria impulsioná-lo à vida pública, essa que Pedro ansiosamente desejava abraçar. Do que não tinha dúvida era que, a partir daquele documento, iniciava-se o declínio inexorável de sua autoridade, ele nunca recuperaria seu antigo esplendor. Portanto, além de assustado, estava triste. Pedro passou a ler o cabeçalho: "... O rei declara sua adesão e compromisso para que o reino do Brasil adote a Constituição das Cortes em Portugal..." Era o documento que continha as ideias de Palmela. No fim, o rei e os membros de seu Conselho de Ministros tiveram que ceder.

Pedro foi a galope até o Teatro Real, escoltado unicamente por um criado. Chegou às cinco da madrugada. A praça cheirava à madeira queimada e a estercor. Iluminada pelo fogo das fogueiras, estava povoada de soldados portugueses sentados em roda junto aos seus cavalos. A maioria era veterana das campanhas peninsulares, que respondiam com esse levante ao efeito da onda revolucionária que contagiara a pátria mãe, passando pelo litoral brasileiro até chegar, por fim, ao Rio de Janeiro. Também havia liberais, republicanos e dissidentes de todo tipo. Pedro foi rodeado em seguida pela multidão de costume, mendigos, entrevados e leprosos, que estendiam suas bacias e potes, mas também por outros jovens, alguns com seus pedaços de madeira, cujas intenções

ele não conseguia adivinhar.

— Vamos dar meia-volta, senhor! — gritou seu criado.

— Nem diga isso!

E esporeou com força o seu cavalo, empurrando-o adiante, buscando um caminho entre a multidão. O animal, com os olhos arregalados, ergueu-se nas patas traseiras. O príncipe, porém, não perdeu o controle. Acariciou o pescoço do cavalo e lhe sussurrou um elogio. Logo se dirigiu à turba e gritou:

— Viva a Constituição!

Surpresos de testemunhar o herdeiro do trono declarar tão abertamente a sua postura, os que o rodeavam soltaram, em coro, sonoros vivas. Nesse momento, o príncipe teve a presença de espírito de acrescentar:

— Viva o rei!

— Viva! — gritaram os demais em uníssono.

Neutralizados, os rebeldes abriram passagem ao cavalo que, caracoleando, chegou até a escadaria. No alto, havia peças de artilharia estrategicamente posicionadas.

Dentro do teatro, lhe esperava um grupo de oficiais da mais alta graduação, com jaquetas enfeitadas com condecorações, suas dragonas e franjas, botas reluzentes e com ar de vencedores. Eles estavam acompanhados pelo bispo e seus capelães, e as pessoas “recém-nomeadas para assumir os altos cargos de administração”, como lhe explicaram. Entre eles, estavam o novo ministro dos Assuntos Exteriores e o da Guerra. Havia um barulho excessivo, e nunca aquele teatro conhecera tamanha desordem. Alguns minutos depois, saiu o seu irmão Miguel, com o rosto contorcido de medo, porque ignorava o motivo de sua convocação. Os rebeldes procuraram a máxima representatividade para marcar aquele momento histórico, em que revolucionavam a estrutura de poder de todo um império. Em nenhum momento Pedro mostrou apreensão ou desconfiança. Pelo contrário, imediatamente tomou a iniciativa:

— Está tudo aqui! — disse brandindo o decreto que seu pai lhe entregara.

Em seguida, pôs a mão direita sobre uma Bíblia que o arcebispo segurava com as duas mãos e leu a proclamação: “Juro em nome do rei, meu pai e senhor, veneração e respeito à nossa santa religião e observar, guardar e manter perpetuamente a Constituição, tal como seja aprovada em Portugal pelas Cortes...” Quando terminou de ler o manifesto, olhou para a plateia e disse:

— Já está feito, as tropas podem voltar aos seus quartéis e os oficiais podem ir beijar a mão de meu augusto pai.

— Ainda não, senhor! Isso não basta! — lhe interrompeu um homem. —

Não basta para satisfazer a tropa e a este imenso povo.

Quem lhe interrompia era um líder popular, o advogado e religioso português Marcelino Macamboa, que Pedro conhecera em suas saídas pelas tabernas do Rio de Janeiro. Apesar de seu discurso, ele o considerava um moderado. Macamboa seguiu colocando suas condições:

— Seu pai tem que comparecer pessoalmente. Deve jurar a Constituição sem nenhuma reserva, precisa destituir seu Conselho de Ministros e aceitar a junta do governo aqui presente. Tem que o fazer publicamente, e sem demora. Então, e só então, as tropas poderão voltar aos quartéis.

Suas palavras foram acolhidas por uma forte ovação e gritos de “O rei! O rei!”. — Está bem — disse Pedro, pedindo silêncio com um gesto de mão. — Eu não tenho nada a objetar quanto a lista de novos ministros propostos pela junta. E penso que meu pai tampouco. Se esse é o desejo do povo, eu irei buscá-lo. Voltarei com ele!

Quando Pedro saiu do teatro, o fez sob elogios da multidão. Suas atitudes dignas, quase desafiantes, misturadas com suas mostras de conciliação, lhe valeram a admiração de muitos. Era a primeira vez que Pedro sentia o calor do povo, mas não se deixou levar pelo entusiasmo. A cada aclamação, procurava lançar outra: “Viva o rei, nosso senhor! Viva meu pai!”, com isso queria deixar clara a sua lealdade, e de passagem, claro, proteger o seu jardim, a monarquia.

De novo, Pedro se encontrou cavalgando os cinco quilômetros que separavam a cidade de São Cristóvão, enquanto seu irmão Miguel foi buscar a mãe e as irmãs em Botafogo. Quando chegou ao palácio, seu pai, já vestido, estava reunido com o seu ministro Antônio Vilanova, um dos conservadores que tanto se empenharam para separá-lo de seu filho. O palácio estava em trevas: Dom João tinha ordenado que fechassem todas as janelas, como o fazia quando havia grandes tempestades, porque sentia medo até da luz do dia. Ao redor de uma lamparina de óleo, Pedro lhes explicou a situação, de maneira enérgica e convincente, insistindo para que seu pai aceitasse todas as exigências. Sentiu um difuso prazer ao entregar-lhe a lista dos novos ministros que levava na mão.

— Também me encarregaram de dizer a vossa majestade que terá de aceitar publicamente essas nomeações — acrescentou, desafiando com o olhar o ministro Vilanova, que, de uma hora para a outra, perdera todo o seu poder.

Que doce sabor tinha aquela vingança que lhe havia sido entregue de bandeja pela História, Pedro pensou.

O rei, cercado por todas as partes, com sua autoridade cada vez mais ameaçada e reduzida no Rio de Janeiro, por fim se deu conta de que não tinha

opções. Só propôs que os novos ministros passassem a compor o novo Conselho Real, não uma Junta Constitucionalista subordinada a Lisboa, como havia acontecido em Salvador, na Bahia, e em Belém. Para ele, aquilo era o princípio de uma desagregação semelhante à espanhola. Portanto, era melhor manter a pouca autoridade que iriam deixar sob controle da monarquia.

— Temos que preservar a unidade do império, Pedro. Se arrebatam da monarquia até as aparências... Que sentido há em mostrar a cara no Teatro Real?

Pedro compreendeu a importância da única condição colocada por seu pai e voltou a galope para o teatro. Ele chegou às sete horas da manhã, e entregou aos líderes militares e civis da revolta um decreto assinado por seu pai em que ele aceitava as novas nomeações. Em troca, pediu que a junta revolucionária aceitasse converter-se no novo Conselho Real de Ministros. Os líderes rebeldes se enrocaram em uma áspera discussão que parecia interminável. Macamboa e seus companheiros mais radicais não gostaram nem um pouco da ideia, pois tinham receios de um novo governo composto de ministros sob a autoridade de Dom João, apesar de seu juramento conforme a Constituição. Mas os líderes militares e os próprios ministros recém-nomeados a apoiaram e acabaram impondo sua decisão. A monarquia, milagrosamente, se salvara.

Assim, Pedro voltou novamente para São Cristóvão para buscar o pai e o resto de sua família. O cavalo soltava tanta espuma pela boca que ele se deteve no pátio para trocar de montaria. No saguão do palácio, o rei despediu-se com lágrimas nos olhos de Antônio Vilanova, seu ministro favorito, e entrou na carruagem, prisioneiro de uma avalanche dos mais obscuros sentimentos. Ao lado, cavalgava Pedro, com a cabeça erguida, as rédeas firmemente seguras, costas retas, as pernas acariciando o dorso de um cavalo que trotava. Sentia-se feliz porque finalmente, aos 22 anos, desempenhava um papel ativo que satisfazia a sua ambição. Além de conseguir que os rebeldes não exigissem a abolição da monarquia, estava satisfeito porque os eventos do dia não tinham sido tão dramáticos como se poderia esperar. Eram boas razões para se sentir bem consigo mesmo em seu primeiro dia de vida política ativa. Atrás, Leopoldina o seguia em outra carruagem, acompanhada por suas damas e por dois criados, dolorida pelos solavancos do caminho e inquieta pelo aspecto que tomavam os acontecimentos.

No fundo, Dom João pensava que uma monarquia sem poder absoluto não fazia sentido. Cheio de pesar, entristecido, estava consciente de que a força das novas ideias havia derrotado a velha ordem, aquela cuja vida tentara alongar o máximo. Doía-lhe se dar conta de que nunca mais voltaria a ser o dono de todo o

seu poder. Sem dúvida, o que mais lhe entristecia era saber que sua odisseia pessoal estava no fim. A partir de agora, seu lugar era em Lisboa, e não no Rio de Janeiro. Isso se escapasse com vida do que se avizinhava.

Na praça do Teatro Real, sua presença provocou um enorme alvoroço. O rei sentiu pavor, porque aquela confusão lhe fazia recordar o que os revolucionários franceses tinham feito com as cabeças coroadas da França. E esse medo atávico se transformou em pânico quando os homens desengancharam os cavalos de sua carruagem. “Aí está, agora é a minha vez”, disse a si mesmo, pensando em Luís XVI e na rainha Maria Antonieta. Estava tão acovardado que demorou um tempo para se dar conta de que o ambiente era de alegria, e não de violência, que aquela recepção era mais uma celebração de sua popularidade e da decisão que tinha tomado do que uma amostra de protesto e, então, tranquilizou-se.

“Viva o rei!”, “Viva a Constituição!”, a multidão gritava enquanto o levavam entre os braços rapidamente até a praça do Largo do Rocio, um lugar que os rebeldes julgaram mais propício para a proclamação oficial da aceitação da Constituição. Ali estava o antigo palácio real, com seu valor simbólico, mais solene, onde Dom João e sua família se alojaram em seus primeiros dias assim que chegaram ao Rio de Janeiro. Bastava ouvir os primeiros trovões das tempestades tropicais para a família esconder-se rapidamente nos porões, que tanto a atemorizavam.

Não havia sintonia entre o humor sombrio do rei e a euforia do povo. Quando o colocaram na porta do velho palácio, Dom João caiu como um boneco de trapo, soluçando. Sentia-se tão desesperado que lhe custava manter-se em pé. Estava deixando de ser o soberano absoluto, mas o povo ainda seguia mostrando seus velhos hábitos de submissão e reverência, especialmente os membros das famílias que tinham enriquecido com seus favores e que o ajudaram a manter-se em pé e a subir a escadaria.

Logo acima se encontrou com Carlota Joaquina, que confraternizava com os militares e os chefes da revolta de maneira relaxada e quase familiar. Estava com os dentes mais pretos do que de costume, mais podres. Cumprimentaram-se com um gesto frio e protocolar, sem mais. O contraste entre ambos não poderia ser mais flagrante. Ela parecia contente, apesar de ser uma absolutista convicta, ferozmente oposta a dividir qualquer parcela de poder. Dom João sabia que se sua mulher demonstrava simpatias por aqueles revolucionários, era somente porque via a possibilidade de acabar seu purgatório no Brasil e voltar logo para a Europa. Tinha razão: Carlota já se via no palácio de Queluz, com suas paredes

forradas de tapeçarias e de quadros, com seus armários cheios de objetos do mais fino cristal e seus jardins românticos. E isso porque Queluz sempre lhe pareceu pobre comparado com os palácios da Espanha. Quem também via mais próximo o seu regresso à Europa era Leopoldina, que se encontrava incomodada entre tanta gente, incluindo o seu marido, gritando vivas à Constituição. “Que diria meu pai se visse isso?”, pensou ela, filha da Santa Aliança, último bastão absolutista da Europa. Sua presença na varanda era a confirmação de que, no conflito entre as obrigações para com o seu marido e a lealdade às ideias de seu pai, sobre o que lhe havia pedido um conselho que jamais chegara, tinha finalmente se decidido por seu marido. A felicidade conjugal e o amor de Pedro bem valiam o sacrifício de suas próprias ideias.

Toda a família rodeou o rei, que ratificou com voz trêmula, e em companhia do arcebispo, tudo o que seu filho havia dito no teatro. De acordo, o rei se inclinaria à Constituição. Acataria o Parlamento que emanasse do povo. Aceitava a lista dos novos ministros. Seu filho repetia, com voz forte e vibrante, as palavras quase inaudíveis que seu pai dirigia à multidão. A fala de Dom João lhe valeu um aplauso fervoroso, enquanto os acordes de uma banda de música e os vivas rivalizavam com os sinos que badalavam nas igrejas. Flutuavam no ar aromas de goiabas maduras, como naquele distante dia de sua chegada, quando uma multidão semelhante, exuberante e ruidosa, o homenageara com petardos, bailes e recitais de poesia. Naquele dia estavam felizes porque essa família tinha vindo do outro lado do mundo para converter sua capital colonial na capital do império. Agora o povo estava feliz porque celebravam o fim de uma extraordinária época de poder absoluto exercido dos trópicos.

A primeira coisa que pediu ao rei o novo homem forte do governo foi que autorizasse Pedro a assistir a todas as reuniões do Conselho dos Ministros. Dessa vez, Dom João aceitou sem titubear, o que fez com que seu filho se convertesse na principal figura da cena pública. Ele vencera.

Pedro estava em seu elemento. Enquanto seu pai se paralisara ante os novos desafios, ele havia descoberto sua capacidade de iniciativa e de organização em um momento difícil. Sobretudo, tinha descoberto sua vocação: sentira um autêntico prazer naquele contato com a multidão, em participar do jogo político como mediador entre seu pai e a nação. Gostava de pensar que em suas mãos descansava a salvação do trono, que era de seu pai, mas que um dia seria seu. Tinha claramente o seu objetivo: intervir no movimento constitucionalista até conseguir encabeçá-lo. Aspirava interpretar o papel de protagonista nessa peça histórica que acabava de começar, não para desligar-se de seu pai e de Portugal, e sim para preservar o reino unido. Ao contrário do que acontecia com Dom João, as dificuldades o tentavam e os perigos o estimulavam.

A primeira decisão que o novo Conselho de Ministros tomou por maioria foi organizar a partida do rei com toda a família. Respondiam assim à insistência das Cortes de Lisboa, que sentiam seu poder reforçado com a adesão dos territórios ultramarinos. Para contrabalancear o argumento de que sua saída acenderia o pavio da anarquia e da independência no Brasil, o rei propôs que partissem todos “exceto o príncipe real e a princesa, sua esposa”. Com o acordo do conselho, Dom João nomeava seu filho regente do governo provisório até que “a Constituição pudesse ser encaminhada”. Depois seguiria o rumo do restante da família para Lisboa.

Pedro não quis comunicar para Leopoldina a notícia de que a viagem fora adiada, pois ela estava a ponto de dar à luz, e de novo assustada ante a

perspectiva de colocar-se nas mãos dos médicos portugueses. Ela ainda contava com a viagem de regresso à Europa, sem se dar conta de que o pronunciamento no Rio de Janeiro havia modificado seus planos. Na véspera do parto, escreveu para seu pai anunciando-lhe *“a esperança, o sonho de um eminente regresso”*. Pedro solicitou a seu pai e ao Conselho que não publicassem o decreto real anunciando a viagem antes do nascimento, e assim fez-se o acordo.

Leopoldina teve um parto difícil porque o bebê era “extremamente grande” e os médicos chegaram a temer pela vida de ambos. No entanto, quando passados três dias já estavam fora de perigo, viveu um autêntico banho de felicidade. Recebeu uma avalanche de cumprimentos e houve até um antigo escravo vestido de libré que, à saída da missa na capela da Glória, lhe ofereceu galhos de nardos:

— Para que a criança, ao sentir seu aroma, continue se sentindo como no paraíso — o homem lhe disse.

Havia dado à luz um varão, que era como iluminar o futuro da linhagem dos Bragança. Estava orgulhosa de si mesma, agradecida ao Todo-Poderoso por deixá-la cumprir de forma tão esplêndida seu papel de esposa e mãe de uma dinastia. Deleitava-se com a ideia de regressar com toda a família para Lisboa, completada agora com o pequeno herdeiro. Não só ela, também o resto da família real viveu dias de júbilo. Para Dom João, o nascimento de seu neto foi como uns parênteses de felicidade em sua atribulada existência. Tanto era que ele propôs levar seus dois netos consigo para Lisboa até que a Constituição portuguesa entrasse em vigor e seus pais pudessem regressar. Para muitos brasileiros, celebrar a chegada do novo príncipe lhes permitiu esquecer a apreensão que sentiam pelas consequências da eventual partida do monarca.

Entretanto, quando dias antes do batizado o menino foi vítima de convulsões, os criados do palácio começaram a rumorejar que aquele primogênito malformado, tão débil, tão fraco, nunca sucederia a seu pai, que sobre ele pesava a maldição dos Bragança. Leopoldina se alarmou; “Isso são só fofocas”, o marido lhe disse. Mas a verdade é que Pedro e seu pai se submeteram às indicações dos frades, que lhes impuseram uma penitência redentora. No dia de São Francisco de Assis, tiveram que almoçar no salão do convento de Santo Antônio, sobre uma mesa feita de tábuas, sem toalha, sem guardanapos e usando como talher apenas uma colher de pau. Para o rei, acostumado a se encher de comida, foi um severo sacrifício limitar-se a um frugal almoço de caldo de ave. Mas o fez de todo o coração, e quando as convulsões do menino cessaram, pensou que seu sacrifício não tinha sido em vão,

que os frades tinham acertado e que dessa vez haviam conseguido afastar a maldição.

A felicidade de Leopoldina durou pouco: “Uma vez colocada em prática a Constituição no Brasil” — declarou Pedro publicamente — “partirei a fim de unir-me a meu pai e, como prova de amor a todos os portugueses de ambos os hemisférios, mando antes para Lisboa meus filhos Dom João Carlos e Dona Maria da Glória”. A notícia de que Pedro havia sido nomeado regente e que, portanto, ficariam por tempo indefinido no Rio de Janeiro foi uma bofetada na moral da jovem, já debilitada pelo esforço de dar à luz e pelos sobressaltos que a saúde de seu filho lhe dera. Mas o pior foi que o avô decidiu levar seus netos e seu marido apoiou a ideia, aquilo a afundou ainda mais na angústia. Apesar de Pedro lhe assegurar que a separação seria por apenas algumas semanas, pois eles partiriam pouco tempo depois, ela temia que naquele ambiente de insegurança e tumulto os planos não pudessem ser concretizados. *“Aquele desgraçado espírito de liberdade nos colocou numa situação horrível!”* — escreveu ao pai. — *“pois ver-me separada da boa família paterna, dos irmãos amados e dos amigos já é duro, mas, agora, ver-me longe de meus filhos, isso é pedir demais!”*, acrescentou. Para Pedro lhe parecia que enviar seus filhos era uma mostra de sacrifício que redundaria em benefício de sua popularidade. Leopoldina reuniu forças para travar a batalha em casa:

— Sei que os ama muito — disse ela para Pedro —, mas no fundo, seu pai quer levá-los para mantê-lo sob sua dependência.

Pedro sabia que ela tinha razão. Estava de pé, olhando pela janela, lá fora havia um império esperando-o e não ia ser fácil sobreviver como regente. Estava preocupado, porque o Chalaça lhe contara que os republicanos estavam cada dia mais agitados. Ela prosseguiu:

— Seu pai não se fia no que pode acontecer aqui e quer que seus herdeiros fiquem bem perto dele... Serão seus pequenos reféns.

— Ainda pode acontecer de tudo, talvez a viagem seja anulada, iremos todos juntos. Fala-se de novos movimentos subversivos, de novos tumultos...

Leopoldina se aproximou para acariciar seus cabelos.

— Eu ficaria mais tranquila se soubesse que está ao meu lado, que não irá permitir que levem as crianças sem nós... São pequenos demais. Escute...

O choro do recém-nascido, vindo do berço, chegava até a sala. Leopoldina saiu e Pedro permaneceu um bom tempo sozinho, até que o bebê parou de chorar. Então reagiu: não, não iria deixar que seus filhos acompanhassem seu pai, agora não lhe parecia uma boa ideia. Amava-os demais para separá-los da mãe.

Além disso, mais valia mostrar-se firmemente apegado a esta terra e não passar a imagem de uma família que fugia pouco a pouco. Quando ela voltou com a criança nos braços, ele lhe disse:

— Não o mandaremos, não tema.

Leopoldina fechou os olhos: era tudo que queria ouvir.

— E se seu pai insistir? — perguntou.

— Não o fará. Já não pode passar por cima de mim — disse, consciente de seu novo papel.

Depois acrescentou:

— Mas você deveria confiar nele, nunca fará nada contra a sua vontade.

Leopoldina esboçou um sorriso meigo:

— Sim, eu sei... mas assim evita que eu tenha que voltar a jogar-me aos seus pés — acrescentou, com uma pitada de ironia.

Desse modo, começaram os preparativos para a partida do rei. Longas filas de escravos levando sobre a cabeça cofres, objetos e móveis envolvidos em esteiras começaram a desfilar entre o palácio e o cais do porto. Depois de ter passado anos reclamando contra essa corte de “parasitas” que havia se instalado no Rio de Janeiro, muitos cariocas agora se davam conta de que os benefícios que essa mesma corte trouxera estavam a ponto de volatizarem-se. Os que não haviam tomado parte na revolta política, que era uma maioria composta de pequenos comerciantes, agricultores e artesãos, estavam desolados com a notícia da partida do rei. Aquilo significava uma súbita perda de prestígio para o Rio de Janeiro, que voltaria a ser uma capital provinciana, sem o volume do comércio engendrado pelo contínuo transitar de ricos diplomatas, cientistas, comerciantes e viajantes. Até os indígenas, os escravos e os negros libertados sentiam o formigar da intranquilidade. Ignoravam se as leis que Dom João havia promulgado para proteger-lhes seguiriam em vigor ou se, ao contrário, seriam abandonadas pelo trato cruel e arbitrário dos patronos crioulos. Enquanto os cortesãos que se preparavam para acompanhar o rei assaltavam os cofres do Banco do Brasil, para trocar seu desvalorizado dinheiro de papel pelos contos de réis, as costureiras e modistas da rua do Ouvidor se perguntavam a quem venderiam suas roupas bordadas em fio de prata, se os altos dignitários e suas mulheres abandonavam a cidade.

Dom João levava consigo mais de 4 mil cortesãos e suas famílias, mais suas quatro filhas, sua mulher Carlota, encantada por regressar depois do que chamava de “um exílio de treze anos”, e Dom Miguel, cujo comportamento era tão transloucado como o galope dos cavalos que levava em sua caravana. Miguel era o único que, de maneira unânime, os cariocas desejavam ver desaparecer do mapa, pois com sua partida, deixariam de viver aterrorizados cada vez que o príncipe passava pelas ruas em sua carruagem levada por seis cavalos a toda

velocidade, alheio às pessoas que pudesse atropelar ou ao acidente que pudesse provocar. Estavam fartos de sua soberba e do pânico que inspiravam suas corridas noturnas de bêbado violento. Na verdade, nem para Carlota, nem para Miguel havia caído bem a vida em terra tropical. O calor, a ansiedade, o tédio e, sobretudo, a impunidade, os havia convertido em monstros. Se a mãe chegou a ser a mentora do crime contra a esposa de seu amante, o filho foi acusado de disparar contra os chineses que cultivavam chá no jardim botânico. Ele dedicou várias noites de bebedeira para caçá-los com sua escopeta e seus cachorros: Miguel os culpava pelo fracasso daquele cultivo. Pressionadas por Dom João, as autoridades ocultaram o escândalo e nunca se soube ao certo o número de chineses que Miguel enviara para o outro mundo, mas segundo alguns vizinhos foram dezenas. O caso é que Dom João e Pedro tiveram que repreendê-lo muito severamente. Como sempre, Miguel se mostrava arrependido e disposto a emendar-se, mas ninguém se fiava na sinceridade de seus propósitos. Sempre fora mentiroso e sem-vergonha, por isso, fazia somente o que queria, aquilo que o agradava, agindo com astúcia para aproveitar-se de cada situação.

Agora que sua viagem tinha sido anunciada, centenas de vizinhos europeus e brasileiros, percebendo quanto amavam esse rei de boa índole, bonachão, que tanto tinha feito pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil, assinaram uma petição para que ele ficasse. O governo da cidade e a Câmara de Comércio — outra instituição criada por Dom João — enviaram pedidos formais para cancelar sua viagem, ou pelo menos que a postergasse. Choviam-lhe requerimentos semelhantes do clero, dos pequenos proprietários de terras, de funcionários públicos, de comerciantes, de todos os que estavam acostumados com a sua forma patriarcal de governar e que agora tomavam consciência de que estava se formando um vácuo político. Ninguém sabia como iria funcionar a nova ordem nem se Dom Pedro estaria à altura das circunstâncias. Dom João, comovido até a alma, as lágrimas correndo pelas gordas bochechas que acabavam em uma papada, não se resignara de todo com a sua sorte. Sob o calor das petições e depois de uma conversa com seu fiel ex-ministro Antônio Vilanova, cujas opiniões sempre tinha em grande estima, logo se posicionou. “A união entre Portugal e Brasil não deve durar muito” — o ministro lhe disse. — “Se sua majestade tem saudade do berço de seus avós, regresse para Portugal; mas se deseja ter a glória de fundar um grande império e fazer da nação brasileira uma das maiores potências do globo, é melhor que fique aqui no Brasil. Lá onde permanecer, majestade, isso será vosso. A outra parte terá que perdê-la.” Então Dom João pensou em ficar e enviar seu filho para a Europa, assim ele poderia

seguir desfrutando desse povo que o amava, do canto dos pássaros de seu aviário, das excursões às ilhas do outro lado da baía, das noites de ópera no teatro, desse clima que adorava e que aprendera a conhecer tão bem que podia até prever observando a forma das nuvens do céu, o momento propício de frescor para jogar-se numa boa soneca após a refeição. Uma Leopoldina eufórica escreveu para a irmã: *“Mudança de planos: acompanho meu marido para Portugal. Estou profundamente satisfeita, porque por fim poderei estar perto de você”*.

Porém, as novas agitações que seguiam marcando a vida pública decidiriam o rumo de suas vidas, e não era precisamente aquele que eles teriam escolhido. Tal como havia previsto Pedro, os líderes mais radicais tentaram impor-se e fazer valer seu poder. Primeiro capitalizaram o descontentamento dos brasileiros cujos interesses tinham sido prejudicados pela presença de tantos cortesãos. Diziam no Rio de Janeiro que os que tinham sido obrigados a alugar sua vivenda agora assistiam com raiva aos que iam embora desmontarem portas e janelas para embalar seus pertences ou simplesmente deixavam as casas saqueadas. Os cortesãos levavam tudo que fosse de valor e deixavam para trás um rosário de salários, faturas e dívidas sem pagar. O erário público e o Banco do Brasil se encontravam em um estado muito precário, por consequência de muitos anos em que os gastos da corte haviam sido financiados imprimindo-se papel moeda, um procedimento que deu origem à lendária inflação brasileira.

Naquele ambiente em que a tristeza e o ressentimento se misturavam, o novo governo de Dom João convocou uma assembleia de cidadãos para eleger os membros brasileiros que teriam direito de voto nas novas Cortes de Lisboa. Os que apresentavam sua candidatura estavam dispostos a cruzar o Atlântico com a esperança de colaborar em pé de igualdade com os deputados portugueses. Como o novo governo temia manifestações subversivas por parte da tropa, conseguiram que a oficialidade reiterasse seu juramento de lealdade ao rei antes da reunião. O próprio Dom João jurou novamente sua adesão a uma Constituição que ainda não existia. Nunca se jurou tanto no Rio de Janeiro como naqueles dias, sinal do alto grau de desconfiança que existia.

A reunião — à qual nem o rei, nem Pedro assistiram, nem tampouco os novos ministros — era aberta ao público, que ocupou os palcos e arquibancadas do edifício da Câmara do Comércio, próximo à beira-mar, perto da praça do Largo do Rocio. Na plateia estavam reunidos magistrados, funcionários, militares de alta graduação, ex-ministros, senadores, proprietários de terras, comerciantes e homens de leis que, sonhadores, tinham vindo não só para eleger seus representantes às Cortes de Lisboa como também para dar sua opinião sobre os

futuros conselheiros do governo de Dom Pedro e deliberar a respeito do futuro político do Brasil. No entanto, não contavam com a presença de agitadores revoltados, que queriam tirar partido de ver concentrados naquele edifício a nata da sociedade local, em um dos momentos mais delicados da história da cidade. A reunião era para a escolha dos representantes e começou com a leitura pelo juiz que a presidia dos nomes dos ministros propostos para o governo de Dom Pedro. Imediatamente interrompido pelos gritos de “Viva a revolução!” e “Abaixo o rei!”. E por uma diatribe inflamada e apaixonada de retórica revolucionária a cargo do padre Macamboa e de outro indivíduo muito mais radical chamado Luís Duprat, filho de mãe portuguesa e de um alfaiate francês, um rapaz de 25 anos, magro como um arame, com óculos de armação metálica e que se achava um Robespierre.

A partir desse momento, e anulando a ordem do dia, esses dois líderes populares sequestraram a reunião, e a transformaram em um acalorado comício. Seus discursos incendiários e antimonárquicos galvanizaram seguidores, bem regados de vinho que os taberneiros simpatizantes de sua causa lhes proporcionaram. Suas reivindicações eram as mesmas que haviam exigido de Pedro no Teatro Real: criar uma junta de governo subordinada exclusivamente às Cortes. Nada de Conselho de Ministros monárquico: exigiam a organização de um novo governo provisório. Como o Brasil não dispunha de Constituição e a portuguesa ainda não estava pronta, os revolucionários decidiram adotar a Constituição espanhola de Cádiz, que permaneceria em vigor até a chegada do documento português. Eles o fizeram ante a perplexidade e o terror dos que sentiam repugnância pelo que pretendiam impor: com efeito, a Constituição de Cádiz não admitia que o rei escolhesse seus ministros.

As palavras de ordem do juiz que presidia a reunião não surtiram efeito. O povo amotinado gritava em coro vivas às arengas dos golpistas, os quais saudaram como heróis os membros de uma delegação que enviaram ao palácio de São Cristóvão com a missão de fazer o rei cumprir essas novas condições.

No palácio, Dom João e seus ministros tinham convocado uma reunião de urgência. Pedro chegou tarde; alarmado pelas proporções que a revolta poderia tomar, tomou uma atitude audaz. Foi até os comandos militares e lhes pediu, por simples precaução e para proteger a integridade da família real, que posicionassem o terceiro batalhão da infantaria e outro de artilharia entre a cidade e o palácio.

Quando Pedro irrompeu na reunião, encontrou seu pai, que como sempre nessas circunstâncias, retorcia-se em um mar de dolorosas dúvidas. Já não fora,

ele mesmo, o rei mais liberal que qualquer monarca constitucional? Devia aceitar o que os agitadores pediam? Devia jurar a Constituição de Cádiz, a espanhola? Como responder aos membros da delegação, que já estava às portas do palácio? As discussões entre seus ministros, enrolados em tecnicismos e legalismos, pareciam esquecer-se da obviedade das coisas — a evidência de que estavam sendo vítimas de um golpe que os despojava de todo o seu poder. No final, venceu o medo.

— Aceitar suas condições pode ser uma boa ideia, majestade, aplacaria a ira do povo — declarou seu chefe de governo. — Logo poderíamos negociar...

Os demais, acovardados, secundavam a opinião de seu chefe. Tinham muito mais medo de acabar justicados do que perder seus postos. Pedro, irritado com tamanha fraqueza, disse o que pensava:

— Não podemos nos submeter ao que esses revolucionários nos pedem.

— Estamos já há algum tempo deliberando e chegamos à conclusão de que devemos transigir, filho.

“Se houvessem pedido para assinar a Constituição da China, ele o teria feito com todo o empenho para livrar-se da briga”, pensou Dom Pedro, que em seguida tomou a palavra:

— Esse cortejo que vem é na realidade um motim, pai. Está sendo comandado por uma panelinha que procura usurpar o poder real. Não permita que eles o manipulem.

Nesse momento, desprezando as palavras de Pedro, voltou a tomar a palavra o chefe do governo e, como se o que o príncipe acabava de dizer não tivesse nenhuma relevância, prosseguiu:

— Estou pensando, majestade, que deveríamos aplicar a Constituição espanhola como legislação subsidiária para...

Pedro explodiu:

— Como continua insistindo nesse ponto de vista, sabe o que vou fazer?

Todos voltaram seus olhares para o príncipe, mudos de assombro.

— Vou jogá-los pela janela! — soltou Pedro, de repente.

Fez-se um silêncio incômodo. O jovem os olhou por um longo tempo, com os punhos apertados e lutando para conter sua fúria. Depois se levantou e abandonou a sala, batendo com força na porta na hora de sair.

Lá fora, ele encontrou parte da delegação que acabara de chegar e que esperava para ser recebida. Um dos membros se aproximou para perguntar-lhe por que havia tropas na estrada.

— Vai ver por quê! — replicou Pedro.

Enquanto os membros da delegação forçavam a mão do pusilânime rei e de seus ministros covardes, Pedro deliberava com o general da divisão Jorge de Avilez sobre o curso de ação que deviam tomar. Estava decidido a pegar o touro pelos chifres. Uma coisa era estar imbuído do espírito moderno, ser um liberal e constitucionalista convicto, outra coisa era deixar se amedrontar por demagogos que pretendiam usurpar o poder legítimo.

No edifício da Câmara do Comércio, os revolucionários, à espera de receber notícias da delegação, punham em andamento sua revolução. Criaram uma lista de “ministeriáveis” de um governo provisório ali constituído e debateram sobre um rumor que assegurava que os navios que se dispunham a levar a corte de volta para Portugal estavam cheios de ouro. “Uma riqueza que não deve deslizar pelas mãos do povo!”, gritou Duprat, que propôs proibir a saída de qualquer navio da baía. Para fazer cumprir a sua ordem, dirigiu-se a um general presente na sala, um homem de 78 anos que tentou desculpar-se:

— Sinto muito, mas eu só recebo ordens do rei.

— O rei já não governa mais! Aqui quem governa é o povo! — replicou Duprat.

A segunda tentativa, com o coronel do Estado-Maior que também tentou se safar, acabou com ameaças e coações e ambos militares não tiveram outro remédio, como declararam mais tarde, “do que ceder ante a força maior de um imenso povo”. Dessa forma, o velho general e o coronel tiveram que embarcar, já tarde da noite, em um bote, juntamente com alguns soldados, para cumprir com seu dever revolucionário. Remaram até um forte onde transmitiram a ordem de disparar contra qualquer embarcação que quisesse sair, mas antes de chegar à segunda fortificação, foram interceptados por um navio com soldados que haviam sido enviados por Pedro.

O triunfo dos revolucionários parecia certo e suas palavras e discursos

eram aclamados pela multidão; estavam bêbados de ideias, discursos inflamados, vinho e ilusões, mas nem Macamboa nem Duprat fizeram nada para ganhar a adesão da tropa. Quem o fez foi Pedro, cuja autoridade era cada vez mais firme desde os acontecimentos no Teatro Real. Dele é que partiu a decisão final de utilizar a violência, se fosse necessário, para dissipar a rebelião. Estava consciente de que aquele era um momento crucial: ou se impunha agora ou talvez nunca mais poderia chegar a fazê-lo. E se tinha que se sobrepor ao rei, se tinha que faltar com o respeito às conveniências da hierarquia, acreditava, confiava que seu pai acabaria por entendê-lo. Pedro era desobediente por natureza. Estava tão seguro de si mesmo que nada no mundo o faria desistir de sua vontade de acabar com a subversão. Como poderia assumir a regência do Brasil se não defendia seu território de maneira clara e drástica? Pior ainda... Como poderia permitir que um zé ninguém, que sonhava em repetir a queda da Bastilha no Rio de Janeiro e era dois anos mais novo do que ele, derrubasse a monarquia?

Na mesma hora em que a barca do coronel era interceptada, o general Avilez, frente a um batalhão, entrou na Câmara do Comércio, pronto para intervir e rebentar com o comício. Pensava que, ao verem-se rodeados pelo exército, o medo tomaria conta dos amotinados, que não se atreveriam a resistir. Agora era uma questão de ganhar tempo. Porém, antes de terminar a leitura da proclamação que ordenava a dissolução da assembleia, soou um disparo e um dos soldados caiu fulminado. Imediatamente espalhou-se o pânico.

— Expulsem esses canalhas, mas não lhes causem danos! — ordenou o general.

Suas palavras ficaram flutuando no ar úmido, afogadas por clarões que deixaram nuvens de fumaça branca suspensas sob a abóboda do teto. Aterrorizados, ao se darem conta de que estava em uma ratoeira, a multidão começou a sair do recinto aos empurrões. O estrondo dos gritos, das ordens e dos disparos fez que alguns, por puro medo, soltassem os intestinos e outros vomitassem. Tudo era válido para escapar, inclusive jogar-se ao mar por uma das janelas para tentar nadar até a margem. Alguns morreram afogados, outros por esmagamento, vários tombaram feridos por baioneta. Os feridos se retorciam de dor em poças de sangue e excrementos. Os rostos de Macamboa e Duprat, que pareciam não acreditar naquele brutal desenlace, eram a expressão do mesmo terror quando lhes comunicaram que estavam presos por atentar contra a ordem constitucional. Não ofereceram resistência, pois temiam ser mortos ali mesmo. Alguns soldados os levaram no meio da escuridão da noite

enquanto seus seguidores continuavam lutando para sair incólumes daquela situação desconcertante, entre balas perdidas e baionetas. Eram cinco da manhã do dia de Páscoa quando tudo terminou. No muro do edifício, como uma recordação daquela revolução malsucedida, um militante deixou escrito: “Matadouro dos Bragança”.

Três horas depois, às oito, um decreto escrito a punho e letra de Pedro revogando a ordem que promulgava a Constituição espanhola já circulava no palácio. Dom João estava entre escandalizado pela violência empregada, triste e pesaroso pelo número de mortos (cerca de trinta) e impressionado pela audácia dos amotinados. Mas também estava deslumbrado pela força, inteireza e domínio que seu filho havia mostrado. Era certo que tinha excedido em arrogar-se parte da autoridade real, mas o havia feito com lealdade, empurrado por um sentido de oportunidade e com a perspicácia necessária para intuir o momento mais propício para agir. Sempre o tivera como alguém com falta de prudência, uma virtude que ele convertera em sua norma de vida, no entanto agora descobria em seu rebento qualidades de valentia, inteligência, agilidade e também sagacidade e astúcia. As ditas qualidades tinham salvado a monarquia de um golpe mortal e estava seguro de que lhe serviriam para proteger-se dos próximos intentos desses aventureiros. Porque haveria outros, disse ele estava certo.

Pedro foi encontrar-se com seu pai para pedir-lhe que anulasse o decreto do dia anterior. Havia passado a noite em claro, estava com a barba rala, olheiras, o cabelo sujo de pó e cheirava a pólvora. Não sabia se o rei o iria receber felicitando-o ou irritado, e talvez por isso se emocionou até as lágrimas quando Dom João o abraçou como havia anos não fazia. Esse filho que amara com certo distanciamento, sem intimidade, agora lhe provocava uma secreta admiração. Sobravam sentimentos e faltavam palavras.

Para explicar melhor, no texto que anulava o decreto, Dom João escreveu que os membros da delegação que vieram para ver-lhe na véspera e que se fizeram passar por representantes do povo, eram apenas “*homens com más intenções, que procuravam anarquia*”. Na sequência, em outro decreto, transferia oficialmente para Pedro “*o governo geral e a inteira administração de um Brasil politicamente unido e em pé de igualdade com Portugal*”.

— Nunca poupe esforços para manter unidos todos os domínios da coroa... Nunca como agora houve uma ameaça tão clara de dissolução. Eu lhe digo isso, meu filho querido, com o coração na mão.

Foi o último ato oficial da corte no Rio de Janeiro.

Assim, tudo voltara à ordem anterior, o que autorizava o rei a nomear os

ministros que faria parte do gabinete de seu filho. Como ministro principal e chefe de governo, nomeou o conde dos Arcos, o antigo vice-rei que os recebera treze anos atrás.

— É um homem capacitado para conciliar os interesses da realeza e os do povo — ele disse para o filho.

Este lhe respondeu com uma brincadeira:

— Não sei se poderemos trabalhar juntos, porque ele vai querer mandar em mim...

— Ele fala com franqueza e é preciso aproveitar isso.

Pedro respeitava a experiência do conde, a quem conhecia desde a infância e esperava que não lhe fizesse sombra, porque não estava disposto a deixar-se governar por outros.

Uma vez desbaratada a revolução e nomeado o novo homem forte do governo, o horizonte estava limpo e azulado para que Pedro exercesse a regência. Sua decidida atuação nas últimas horas o havia convertido no senhor indiscutível do Rio de Janeiro. Para poder se manter nessa posição e conseguir aglutinar o resto do Brasil sob seu controle, agora se fazia imprescindível que seu pai e os membros de seu governo partissem o quanto antes.

Desse modo, aceleraram os preparativos em uma cidade que estava machucada e de ressaca. Assim como havia acontecido ao abandonar Portugal treze anos antes, agora também não havia procissões, nem fogos de artifício, nem arcos do triunfo como os que receberam Leopoldina, nem sequer uma cerimônia de beija-mãos para o rei se despedir de seus súditos. Dom João, precavido, continuava temendo manifestações violentas e optou por manter a máxima discricção. O silêncio inusitado que se abatia como um manto de chumbo sobre o Rio de Janeiro apenas era interrompido pelas vozes dos estivadores e os gritos dos escravos que terminavam de carregar os doze navios que compunham a frota real. Dom João em pessoa supervisionou a estiva do mais apreciado dos seus carregamentos, o féretro que continha os restos de sua mãe a rainha Maria.

A maioria dos cortesãos embarcou na obscuridade da madrugada de 25 de abril, três dias depois do fracassado golpe de Estado. Dona Carlota Joaquina o fez algumas horas mais tarde, quando as águas da esplêndida baía centelhavam com os reflexos do sol. Acompanhada por suas filhas, recebeu as despedidas de um grupo de fiéis seguidores no cais da praça do Largo do Rocio, onde lhes esperava o bergantim vermelho e dourado da casa real, coberto com um dossel púrpura. Alheia à susceptibilidade dos remadores que se dispunham a levá-la até o navio ancorado na baía, saudou com um aceno de mão os que ficaram em terra, sem

poder reprimir uma de suas graças: “Até que enfim vou ao encontro de uma terra habitada por homens!”.

No período da tarde, o rei embarcou. O cais estava abarrotado de gente que chorava e agitava seus lenços brancos. Os últimos a vê-lo em terra firme sempre recordariam seu semblante desfeito. Chorava de saudade por aquela terra que nunca mais voltaria a ver. Pela manhã, dera um último passeio pelo jardim botânico. As sementes que havia plantado de forma experimental na sua chegada se transformaram em árvores frondosas, em floridas moitas e em canteiros de plantas medicinais. Os tanques que ele mesmo havia desenhado eram o lar de numerosos flamingos que se moviam entre nenúfares, papiros e outras estranhas plantas aquáticas; as palmeiras das alamedas que ele havia traçado já mediam a altura do Teatro Real, o edifício mais alto da cidade, que era também outro legado seu. Além disso, o aroma de almíscar de algumas flores, o canto dos pássaros, o murmúrio das cascatas e a quietude do lugar... tudo aquilo proporcionava a uma alma sensível como a sua um deleite que não era desse mundo. E abandonar aquele paraíso... Não era como morrer sem se dar conta?

Quando chegou ao navio naquela tarde, o rei se deparou com a desagradável presença de sua esposa, que para ele era quase como uma inimiga. Ver-se obrigado a sofrer sua companhia era um suplício acrescido da tristeza de ter que partir. Que longa seria aquela viagem com ela! Em um espaço tão reduzido, não poderia mantê-la a distância, nem fazer como em terra, limitar-se a mostrar-lhe consideração em público e nada mais. E logo... O que poderia acontecer em Lisboa com ela? Quando seria sua próxima deslealdade?

Os marinheiros pararam de rebobinar os cabos, de limpar os corrimões e de escovar os bronzes para bater continência ante o príncipe que vinha se despedir, acompanhado por Leopoldina e sua filhinha Maria da Glória. Assim que subiu ao convés, eles se encontraram com Carlota, que não cabia de satisfação, apesar das horríveis recordações que tinha da viagem anterior, quando teve que raspar a cabeça devido a uma infecção de piolhos naquele barco grosseiro, onde se era obrigado a utilizar as latrinas ao ar livre, em plataformas amarradas e suspensas na proa, de onde os dejetos iam parar diretamente no mar. Agora viajava em um barco de luxo, com camarote, lugar de asseio próprio e um farto pessoal para esvaziar os urinóis. Estava tão feliz que não parava de soltar as piadas cáusticas. “Vou chegar cega a Lisboa porque estou há treze anos vivendo na obscuridade, rodeada de negros e mulatos”, dizia bem orgulhosa sobre as experiências vividas. Em um rompante de carinho materno,

abraçou Pedro e lhe agradeceu por seu comportamento de homem audaz, de ação e de “espanhol valente” — sempre que seu filho fazia algo de bom o atribuía a seu lado espanhol —, que teria sabido tirar o melhor proveito da situação para salvar a monarquia.

Quando chegou a vez de Pedro despedir-se de seu irmão, se abraçaram dando-se fortes tapas nas costas. Miguel lhe sussurrou ao ouvido, apontando em direção à mãe:

— Sempre puta... Não parou nem um minuto de flertar com os constitucionalistas.

— Ela pode ser puta, mas ela nos pariu sem medo — contestou Pedro e essa defesa inesperada da sua mãe deixou Miguel desconcertado.

Depois, Pedro, Leopoldina e sua filha foram ver o rei, já instalado em seu camarote.

— Como eu gostaria de levar os pequenos comigo! — disse Dom João com a voz entrecortada, enquanto enlevado, olhava para a neta, vestida de branco, com laços azuis nos cabelos loiros como os de sua mãe.

— Espero que possamos segui-lo em breve — disse Leopoldina. — Sentirei tanta falta, tantas saudades...

O rei a abraçou:

— Sua permanência aqui é um sacrifício a favor da estabilidade da monarquia e eu agradeço de coração... Talvez, dentro de seis meses, ou um ano no máximo, poderá estar livre desse sacrifício e regressar para junto de nós... Oxalá!

*“Parece que eu estou vivendo um pesadelo”* — escreveu a austríaca para o pai, contando-lhe sobre a partida. *“A realidade, contudo, é que eu tenho que ficar aqui, separada do meu querido sogro, o que é muito doloroso e difícil para mim, por várias razões”*. Além do sincero afeto que sentia pelo rei, temia que, sem o freio da presença paterna, seu marido caísse em uma rotina de depravação e excessos. O isolamento também a assustava. Entre os 4 mil cortesãos e suas famílias que acompanhariam o rei, havia alguns amigos muito queridos que tinham vivido no Brasil, sob o mecenato do rei, como o músico Sigismund von Neukomm, o pintor francês Antoine Taunay, o cônsul da Rússia e vários amigos germânicos.

Foi uma despedida emotiva que teve lugar no convés, então chegou a hora de os visitantes voltarem para os botes, porque o navio estava pronto para zarpar. Dom João apertava com força as mãos dos vassallos que deixava no Brasil “entre soluços e em prantos”, como um cronista local escreveu. Antes de deixá-lo ir,

Dom João quis falar com o filho em particular. Foram até a amurada da proa, de onde se podia ver o Corcovado, a montanha ao fundo, coroada com nuvens de algodão branco, e a cidade branca desproporcionalmente pequena na magnificência das montanhas e promontórios ao seu redor. “Aqui eu fui feliz” — ele disse. — “Aqui eu fui rei.” Ele reiterou a angústia que sentia em deixar o filho sozinho diante de um futuro cheio de imprevistos. Mas não lhe disse o que mais temia, que era não vê-lo novamente.

— Eu lhe deixei amplos poderes, meu filho, tanto que lhe permitem até declarar guerra ou mobilizar a paz. Use-os com parcimônia e senso de justiça, eu lhe peço com amor de pai e autoridade de rei.

Pela primeira vez mencionaram a possibilidade da independência do Brasil. Dom João temia que o país caísse em mãos de revolucionários como Macamboa ou Duprat, que purgavam sua intentona trancados na prisão na ilha das Cobras, essa que surgia da neblina a bombordo. No fim, misturando sua manha de velho rei com a ternura paterna, ele lhe fez uma confissão:

— Pedro, se o Brasil se separar, mais vale que você, que no fim das contas me respeita, tome o comando, do que o país caia nas mãos de qualquer um desses aventureiros.

Talvez assim, sonhava Dom João, um dia pudesse unir os dois reinos sob um mesmo cetro.

Pedro fez grandes esforços para manter a inteireza. Sempre ficava com as emoções à flor da pele, e nisso o príncipe se parecia com a mãe. Estava especialmente comovido porque, além da glória momentânea dos últimos dias, que pressentia frágil, ganhara algo que em toda a sua vida lhe parecia inalcançável e que, no entanto, sempre necessitou para sentir-se homem de verdade. Ganhara o impossível, que era a confiança de seu pai. Finalmente.

Quando regressaram à costa, onde as colinas coroadas de palmeiras e dos telhados das igrejas brilhavam com os reflexos dourados do sol, escutaram ao longe as salvas de artilharia que saudavam a passagem da frota real. Pedro e Leopoldina ficaram um longo tempo olhando enquanto as velas brancas desapareciam no horizonte, com sentimentos contraditórios. Estavam sós e eram donos da situação. Se ele estava tomado por um sentimento de triunfo pessoal com a sensação de perigo, ela estava entristecida e inquieta por um futuro que não conseguia enxergar com clareza.

## Q UARTA PARTE

O verdadeiro líder sempre é guiado.  
RABINDRANATH TAGORE

A o príncipe regente Pedro e à sua mulher, ambos com 22 anos, lhes tocava abrir uma página na história do continente americano. “*Você não sabe quão desesperada estou*” — escreveu Leopoldina para sua irmã, dois dias depois da partida da frota real. “*A roda da sorte girou, e temos que ficar aqui por tempo indefinido, o que, considerando o atual espírito do povo, me parece uma decisão bem arriscada. Existe pouca esperança de voltarmos a nos ver...*” À solidão e ao isolamento se unia agora o peso da responsabilidade política que Dom João lhes havia transferido, no momento em que muitos cariocas questionavam a sinceridade do “constitucionalismo” do príncipe, depois dos sangrentos acontecimentos na Câmara do Comércio.

— Seu pai era muito reverenciado e amado — Leopoldina lhe dizia. — Você tem que aumentar seu prestígio, para que esqueçam o que aconteceu.

Eram conselhos parecidos com os que recebia do conde dos Arcos. Pedro desejava ser amado pelo povo. Desde a mais tenra infância, fora embalado com as histórias de Dom Quixote e ele se sentia um pouco como um cavaleiro andante, porque valorizava a glória e a honra mais que tudo em sua vida, mais do que o poder ou o dinheiro.

A primeira medida que tomou deixou seus súditos perplexos e assombrados, pelas contradições de seu caráter. Ele, que carecia da cultura própria de um príncipe, mandou suprimir as tarifas alfandegárias sobre os livros estrangeiros e aboliu a censura de todo material impresso.

— As duras medidas do dia da Páscoa foram necessárias para preservar a ordem sem a qual a liberdade se torna impossível — declarou aos que ainda duvidavam de suas ideias.

A ideia da frase era sua, a sintaxe, do conde. Contudo, o príncipe era um liberal convicto. Seguiu adotando medidas que não deixavam lugar para nenhuma dúvida sobre sua vontade de voltar a criar uma boa imagem ou sobre

sua tendência política. A propriedade privada foi declarada segura e não sujeita a expropriação arbitrária, como havia sido durante o reinado de seu pai, que nunca derrubou o direito da coroa de confiscar casas privadas para uso da nobreza. Pedro e o conde quiseram acabar logo em seguida com aquele sistema que havia levado a tremendos abusos, como o caso do aristocrata que ocupou uma casa durante dez anos sem pagar, enquanto o proprietário se viu obrigado a viver com a família em outra residência muito mais exígua. Para ganhar a confiança dos luso-brasileiros e dos governantes de Portugal, mandaram reduzir impostos e ditaram leis que garantiam as liberdades civis. Ser constitucional era a ordem do dia. Agora era indispensável ter ordem de prisão assinada por um juiz para deter alguém. Ficou proibida a tortura e o uso de correntes, algemas, grilhões e ferros antes do julgamento.

Mas o que nem Pedro, nem Leopoldina, nem o conde dos Arcos, nem os conselheiros podiam imaginar, era o estado das contas que Dom João havia deixado. Anos de esbanjamento levaram o Estado à mais absoluta bancarrota. Os cofres da Fazenda estavam vazios. Desde que os governos provinciais receberam um decreto da corte com instruções para deixar de pagar seus tributos para o Rio de Janeiro, na espera de poder fazê-lo diretamente a Lisboa uma vez aprovada a Constituição, os tributos das províncias cessaram por completo. Milhares de portugueses tinham levado toda a sua fortuna. O novo governo precisou lidar com uma crise muito mais profunda do que havia imaginado.

— Como bom constitucionalista — ele dizia a Leopoldina —, tenho que servir como exemplo.

Assim, o príncipe reduziu o salário que lhe correspondia, e começou com um severo programa de ajuste, tão exagerado e cru que só poderia ter sido idealizado por ele. Dos 1.300 cavalos e mulas que pertenciam ao palácio, vendeu quase tudo, deixando apenas 196. O pequeno exército de cavaleiros e cuidadores de cavalos foi despedido ou deslocado para o trabalho escravo. Na sua ânsia de economizar, não passava batido nenhum detalhe. Para evitar pagar as faturas das lavanderias, Pedro ordenou que sua roupa pessoal, a de sua família, a dos trabalhadores do palácio e até as toalhinhas do altar da capela fossem lavadas por escravas já empregadas no palácio.

— Ocupando-se dessas coisas insignificantes não irá salvar a nação — lhe dizia Leopoldina.

Mas ele, influenciável em algumas coisas e teimoso em outras, seguiu com suas convicções. Reduziu tão drasticamente os altos salários dos *castratti* italianos que a maioria deles optou por regressar para a Europa. Do extravagante mundo

da ópera e música sacra de seu pai, só restou um reduzido coro com salários miseráveis, que Neukomm tinha organizado antes de partir. Também cortou gastos na manutenção do jardim botânico e as plantações exóticas foram abandonadas e pouco a pouco invadidas por mato.

Diante da magnitude do corte de gastos decidida pelo novo governo, os serviços de qualidade regressaram para Portugal: mordomos, donzelas, costureiras, tutores seguiram o caminho dos nobres. Leopoldina ficou sem suas damas de companhia portuguesas, que também regressaram porque temiam que as novas autoridades revolucionárias se apropriassem de seus bens. Assim, a austríaca só contava com um mordomo e três ajudantes de quarto. Para uma princesa era pouco, mas suficiente para levar a vida simples de uma família burguesa. Não podia aspirar a mais, porque a pedido de seu marido, que estava realmente muito preocupado com as questões financeiras, até suas joias foram provisoriamente depositadas nos cofres do Banco do Brasil. Para ela, o pior foi ter que renunciar à caridade: isso lhe doía mais que se privar de qualquer capricho pessoal. Era um pouco como renunciar a ela mesma. Agora distribuía esmolas às escondidas, temerosa de ser descoberta por Pedro.

Porém, houve alguma vantagem. Pedro decidiu abandonar sua residência e mudar-se para o palacete de seu pai. Concentrou todos os escritórios do governo no antigo palácio da praça do Largo do Rocio, assim, agora tinham muito mais espaço em São Cristóvão. Leopoldina finalmente pôde tirar dos baús as coleções de minerais que tinha trazido da Europa e instalar-se de maneira mais espaçosa. Aquilo nunca seria, nem de longe, algo parecido com os palácios de sua infância, mas era mais cômodo que seus aposentos anteriores.

Sob aquela tranquilidade aparente, fervia uma agitação soterrada. No princípio de junho, um mês depois da partida de Dom João, o Chalaça mandou avisar Dom Pedro que tivesse cuidado, porque se tramava uma conspiração entre os oficiais da divisão auxiliar sob comando do general Avilez, o mesmo que o ajudara a sufocar a rebelião da Câmara do Comércio. Exigiam a expulsão do conde de Arcos e a sempre eterna e mesma reivindicação: o estabelecimento de uma junta do governo, a pretexto das últimas notícias chegadas de Portugal. A Constituição ainda não estava pronta, mas as bases haviam sido publicadas nos jornais de Lisboa.

Assim que regressou de uma caçada, Pedro se inteirou de que os batalhões da infantaria se congregaram na praça do Teatro. “Outra rebelião”, pensou. Seu pai teria se reunido com seus conselheiros, teria escutado opiniões e teria esperado, indeciso, o curso dos acontecimentos trancado em seu palácio. Pedro, impulsivo e valente, foi ao encontro de uma tropa erguida em armas, de cuja lealdade desconfiava. Talvez pensasse em repetir a façanha anterior: utilizar-se da iniciativa, ser dono da situação e relegar os conspiradores à sombra. Quando apareceu sozinho na praça do Teatro, montado em seu cavalo, os soldados lhe abriram espaço com certa reverência. Pedro se dirigiu a um grupo de oficiais:

— Quem responde aqui?

— Pela tropa, respondo eu — afirmou o general Avilez.

Pedro ficou surpreso. Mas, em seguida, entendeu que Avilez queria redimir-se dos excessos cometidos no dia da Câmara do Comércio. Que melhor forma de fazer isso senão submetendo o príncipe à humilhação de impor-lhe as suas exigências?

— O que querem? — perguntou Pedro.

— Que todos nós juremos as bases da Constituição.

— Já foi feito o juramento sagrado e voluntário de lealdade à Constituição

que se deriva das Cortes. Sinto que há homens que não creem na minha palavra.

— Todos nós juramos uma Constituição inexistente, agora há que jurar sobre as bases feitas, impressas e votadas.

Pedro temeu o pior, que o fizessem jurar um texto que removia ainda mais o seu poder. Propôs discutir o assunto no interior do teatro. Não pensava em ceder sem oferecer resistência.

— Não vou jurar nada sem conhecer a vontade do povo que governo — declarou peremptório a um grupo de oficiais. — Vocês, da tropa, são apenas uma parte do reino. Quero saber o que pensam os demais. Proponho reunir aqui os representantes do povo, os deputados eleitos do distrito do Rio de Janeiro e os delegados da prefeitura.

O general e seus oficiais aceitaram a proposta e durante cinco horas, enquanto chegavam os deputados, Pedro permaneceu na plateia, divertindo a todos com seu jeito bonachão. Esperava convencer esses militares, cujos galões nas ombreiras, peito e braços brilhavam até na escuridão, das bondades de seu governo. Desdobrou sua melhor oratória para ganhá-los e lhes recordou de todas as medidas que tinha posto em andamento em tão pouco tempo. Porém, pareciam insensíveis ao seu encanto. A popularidade que acreditava ter entre os militares não era mais do que pura ilusão. Pedro intuiu que, sob o pretexto desse novo juramento, o que estavam buscando solapar era sua própria autoridade, assim como a legitimidade da monarquia. Estava contrariado, mas disposto a lutar para preservar cada parcela de poder sem ter que imolar seu amor-próprio.

Como a noite sangrenta na Câmara do Comércio estava fresca na memória dos deputados e estes não queriam provocar as tropas, aceitaram imediatamente a ideia do juramento. O príncipe, pego na armadilha de seu próprio jogo, não teve outra saída exceto aceitar a “vontade popular” e todos juraram com a mão sobre a Bíblia, mas também, de novo, com barulho e falta de solenidade.

As bases da Constituição transferiam o poder do governo a uma junta. E tal como Pedro temia, a primeira coisa que os oficiais exigiram foi a saída do conde dos Arcos do governo. Foi duro fazer essa concessão. O conde, que por ter sido vice-rei conhecia bem a máquina administrativa, fazia o elo perdido entre os políticos do Rio de Janeiro com o resto do Brasil. Como podia governar sem ele? Como reunir forças com o restante do país sob o manto unitário da monarquia sem sua colaboração? Para resolver a situação, os oficiais lhe facilitaram a decisão:

— Deixaremos que escolha seu sucessor, não nos oporemos a ninguém que

seja de seu agrado.

Pedro insistiu em sua defesa com relação ao conde, mas não obteve êxito. Por fim, pensou que era melhor ceder um pouco do que sacrificar tudo. Para a sucessão elegeu um magistrado de origem portuguesa que foi aceito pelos militares. Na sequência, eles lhe apresentaram um rascunho de decreto para a criação de uma junta de nove membros eleitos entre os deputados, que assegurariam que as leis das Cortes portuguesas se aplicassem devidamente ao Rio de Janeiro. Pedro, com serenidade e valentia, apesar do flagelo a que estava sendo submetido, aceitou com uma condição: que se acrescentasse uma cláusula referente à “inviolabilidade da pessoa do rei”. Sua condição foi aceita, mesmo tendo provocado um acalorado debate. Sem dúvida, ao abandonar o teatro naquela tarde, tinha a impressão de que lhe haviam retirado até a roupa.

Leopoldina se assustou ao ver o cavalo de Pedro sozinho, com os estribos soltos e coxeando levemente até a varanda do palácio. Pensou que seu marido havia sofrido um acidente. No entanto, poucos minutos depois apareceu Pedro, caminhando só e sem pressa. Tinha desmontado para não sobrecarregar ainda mais o animal, que machucara uma de suas patas. Pela expressão do seu rosto, Leopoldina soube que Pedro havia enfrentado alguma situação dura. Ela o encontrou muito desanimado.

— Me reduziram a uma marionete, a ser a cabecinha de um governo provinciano — o príncipe lhe disse. — Sem o conde, não sei como estender o controle do governo às outras partes do Brasil. Sem ele, estou só.

— Sempre se podem buscar novos aliados...

— É isso, ou retirar-me.

Leopoldina não se deixou abater. Ela o convenceu a ir em nessa mesma noite, ao teatro, para assistir a uma apresentação da ópera *O Engano Feliz* de Rossini. Não havia sido anunciado como a principal atração naquele templo do ócio, onde se misturavam revoluções, motins e juramentos com óperas, dramas e bailes, a apresentação do “Hino Imperial e Constitucional”, composto pelo próprio Pedro? Não podiam perder essa *première*. A receita de sua esposa foi demonstrar coragem diante de uma situação difícil, embora certamente, no fundo, ela também não visse nenhuma saída clara para a situação. Sabia por seus criados que a agitação havia tomado conta até das igrejas. Em seus sermões, os padres apregoavam a soberania do povo, citando Guilherme Tell e Washington antes dos santos.

Do camarote real, durante a apresentação daquela noite, Pedro se lembrou do estremecimento que sentia quando via Noémie dançar. Que distantes agora

pareciam aqueles tempos! Sentia esse refluxo emocional cada vez que assistia a um espetáculo, porque recordava a excitação do amor e a sensação de ser livre. Na época, ele se queixava de que seu pai o mantinha afastado dos assuntos do Estado, de não ter mando nem poder. Entretanto, desfrutava de liberdade. Toda a sua vida tinha oscilado entre a necessidade de ordem e disciplina e a sede de aventura, a busca do desconhecido que seu espírito insubmisso reclamava. Agora não era livre e o poder lhe fora cerceado. Por isso, nem a salva de aplausos que recebeu ao finalizar o hino, nem os aplausos fervorosos quando saudou o público do camarote conseguiram levantar o seu ânimo.

Nas semanas seguintes, Pedro fez tudo que pôde para manter as melhores relações possíveis com o general Avilez e seus oficiais, consciente de que eram eles que custodiavam o poder. Sem capacidade material para resistir-lhes, seguiu a máxima: “se não pode com seu inimigo, una-se a ele”. Para ganhar a sua confiança, visitava assiduamente os quartéis e comparecia aos jantares oferecidos pelo oficialato. Queria convencer os oficiais da sinceridade de seu “constitucionalismo” e, indiretamente, ganhar também a confiança da corte, com o fim de regressar quanto antes para Portugal. Leopoldina era uma pedra em seu sapato, porque de antemão era considerada suspeita devido a seu pai, o imperador da Áustria.

Para celebrar o primeiro aniversário da revolução, eles compareceram a um baile europeu que os oficiais portugueses organizaram no Teatro Real, onde estiveram dançando quadrilha e contradança até as seis da manhã. Leopoldina o acompanhava unicamente porque ele pedira, já que detestava a companhia dos oficiais que expressavam sem pudor sentimentos tão radicais. Cuidava-se muito para não manifestar seu parecer e dissimular seu pensamento, para não prejudicar a delicada posição de seu marido e da monarquia em geral. Tinha esperança na *“benigna providência que abandona depressa e negligencia tudo que começa com grande ânsia e entusiasmo”*. Era o mesmo fundamento que aplicava na vida privada, sobretudo no tocante aos deslizes de seu marido, que agora flertava descaradamente com a esposa do general Avilez. *“Começo a entender que as pessoas solteiras são muito mais felizes”* — escreveu para a irmã. *“Minha saúde vai bem, exceto por uma profunda melancolia. Só o que me consola é a religião e a firme consciência de cumprir meu dever.”* Ela, muito digna, fingia ser amiga da esposa do general, trocavam confidências, sentavam-se juntas à mesa, passeavam de braços dados, conversando e rindo. Parecia pouco provável que Pedro mantivesse um romance com a esposa do homem que procurava tirar-lhe o poder. O que doía para Leopoldina era que seu marido já não

dissimulava em público suas preferências por outras mulheres, como se a ausência da tutela paterna não o obrigasse a comportar-se com sua esposa com o mesmo respeito que antes. Desde a partida de seu sogro e em meio aos oficiais que não a apreciavam, a sensação de abandono era ainda mais angustiante.

A animada vida social que se viam obrigados a levar no Rio de Janeiro não bastava para distrair Pedro da gravidade dos assuntos do Estado. Continuava presidindo o Conselho de Ministros e, portanto, governando, mas sem meios, e além disso tutelado de perto. Apesar de tudo, conseguiu organizar a viagem para Lisboa dos deputados eleitos para representar o Rio de Janeiro nas Cortes. Tempos depois ordenou a liberação de Macamboia e Duprat, que após três meses de prisão foram enviados ao exílio em Portugal, onde o filiforme Duprat começou os estudos de Direito e acabou tornando-se um grande advogado.

De maneira contrária ao que se poderia esperar, a Junta não interferia nas deliberações nem nas decisões de Pedro e seus ministros. A realidade era que seus membros se sentiam muito aliviados de não ter que enfrentar os imensos e desalentadores problemas de administração que a cidade e o reino apresentavam. Eram tantos e tão insolúveis e a recompensa tão pobre, que Pedro jogou a toalha e decidiu voltar para Portugal. Nada podia ser pior que ficar no Brasil, naquela posição insustentável, vendo como o prestígio — e o séquito — do general Avilez era maior que o seu. *“Suplico para Vossa Majestade”* — escreveu a seu pai — *“pelo que há de mais sagrado no mundo, que tenha a bondade de aliviar-me deste trabalho. Eu imploro, querido pai, que me deixe regressar para Portugal para ter o prazer de beijar suas mãos e tomar assento aos pés de vossa majestade.”*

Em Portugal, Dom João tinha que lidar com situações ainda mais difíceis que seu filho no Brasil. Antes que sequer pudesse desembarcar, quando seu navio ancorou nas águas do Tejo diante da esplanada do Largo do Rocio, no dia 4 de julho de 1821, depois de três meses de travessia, uma embarcação o abordou. Subiu uma delegação de militares do novo governo revolucionário que, ao mesmo tempo que lhe davam as boas-vindas, lhe pediram que assinasse um decreto segundo o qual aceitava ratificar as bases da Constituição. Dom João, coibido e sempre assustado como um pássaro, estampou sua assinatura de adesão e lealdade à Carta Magna. Antes sequer de pisar no solo de Lisboa, estava sendo usurpado de seus poderes, exatamente do mesmo modo que outros militares haviam feito com Pedro no Rio de Janeiro. Negavam a ele a competência de colaborar na elaboração das leis; o veto real ficou abolido; era proibido de transferir os comandantes militares de Lisboa e do Porto, assim como o intendente geral de polícia etc. Definitivamente, ficava reduzido à condição de funcionário do reino. “Estamos vencidos”, sussurrou a um de seus acompanhantes.

Desconfiado até o paroxismo, ou seja, até o mais alto nível, não sabia o que iria encontrar em terra firme, se eles o iriam fuzilar ou aclamá-lo, por isso pareceu para ele um milagre que os dignitários, nobres e membros das legiões estrangeiras que haviam comparecido para dar-lhe as boas-vindas no cais se ajoelhassem assim que o viram, alguns soluçando, outros tremendo de emoção, todos suplicando o privilégio de beijar sua mão. Esses súditos tinham consciência de que viviam um momento histórico, como o que fora aquele 26 de novembro de 1807 quando a corte e o rei tiveram de partir precipitadamente. Como explicar-lhes que não voltava como divindade, senão como um cidadão coroado? Que regressava ao Velho Mundo mais humano, mais tolerante e aberto, consciente dos direitos essenciais dos homens?

O rei beliscou o próprio braço, para ter certeza de que ainda estava vivo. Reconhecia seu velho e leal povo, animado por essa eterna devoção que nenhuma Constituição ou revolução poderiam jamais apagar. A tensão provocada pelo choque dos dois mundos se dissipou como por encanto. Era como se o passado voltasse para o presente. A roupa dos recém-chegados pertencia a outra época: ainda usavam calças até os joelhos, meias e perucas com cachos típicas do fim do século XVII. “Pareciam quadros que haviam saído de suas molduras”, comentou um diplomata francês. Miguel estava irreconhecível: tinha saído com seis anos e agora era um moço de 19. As filhas já eram mulheres-feitas. O rei estava muito envelhecido. A rainha, sem dúvida, era facilmente reconhecível: mais encurvada do que nunca, com um sorriso que deixava ver seus dentes quebrados e cariados, se abanava com certo nervosismo. Não se queixava do calor, porque este lhe parecia diferente; dizia que este não ficava grudado à pele. Fiel a si mesma, teve que fazer algo para chamar a atenção ao desembarcar. Antes de pisar no cais, tirou os sapatos e os sacudiu:

— Não quero que nem um grão de terra do Brasil toque o solo europeu!

A recepção que o povo lhes ofereceu nessa esplanada carregada de história e coberta de flores foi extraordinária. Ao pisar em terra, o rei recebeu as chaves da cidade enquanto contemplava, deslumbrado, as casas que se estendiam sobre as colinas, pensando no pouco que Lisboa havia mudado em todos aqueles anos comparado com o muito que o Rio de Janeiro tinha mudado, e a multidão irrompeu em uma ruidosa ovação. “Longa vida ao rei nosso senhor!” Apenas os soldados em fileiras mostravam seu nervosismo. Por todas as partes as pessoas se desfaziam em aclamações, aplausos e vivas, competindo para mostrar seu júbilo, como se dessa maneira pudessem compensar as lágrimas que haviam vertido treze anos antes. Dom João estava confuso. Eles haviam tirado grande parte do seu poder e, no entanto, parecia que o tempo não havia passado.

Foi só uma impressão, que durou o mesmo tempo que demorou em instalar-se no convento de Bemposta, no centro. Em seguida, o velho e inofensivo rei, prisioneiro das Cortes, teve que se adaptar à vida de um monarca constitucional, nomeando ministros, mas sem desempenhar um papel ativo na política. Resignou-se a ele com docilidade e, ao fazê-lo, conquistou o afeto de muitos deputados que apreciavam sua bonomia e estavam fascinados por sua enorme popularidade.

Carlota voltou ao lugar de que tanto sentia falta, ao palácio de Queluz, a 9 quilômetros de Lisboa, com Miguel e suas filhas. Conhecido como o Versalhes português, Queluz era uma antiga fazenda de caça, na qual o avô de Dom João

havia erguido um palácio de um só andar, graças ao ouro extraído das minas do Brasil. Era um palácio mais delicado do que faustoso, rodeado de jardins plantados com frutas cítricas e arbustos odoríferos, pérgulas, canais, cascatas e fontes. Aos filhos, foi uma decepção, porque guardavam a recordação de um lugar maior, mais brilhante, mais bem-cuidado, mais iluminado, animado de uma vida que já não existia. Recordaram aos risos a cerimônia do “lava-pés” que a rainha Maria efetuava em uma sala, enquanto seu marido fazia o mesmo em outra e que consistia em uma lavagem ritual das extremidades reais diante de membros eleitos da corte. Era uma cerimônia arcaica, que indignava os europeus ilustres, os quais viam nele “toda a substância dos sultões, sem seu poder, nem seu fausto”.

Carlota se instalou em seu antigo quarto, no dormitório Dom Quixote, que fora usado como sala de jantar real até que a rainha Maria, como atenção especial à nacionalidade de sua nora, o cedeu para o “primeiro encontro” com Dom João. Naquela cama de casal com dossel e baldaquim tinha perdido a virgindade e dera à luz todos os seus filhos. Grandes portas-janelas se abriam para as árvores do parque onde, em seus dias de juventude, passava longas horas conversando com sua corte de criadas e donzelas espanholas. Nas tardes de verão, ela se sentava sobre uma esteira, acompanhando com as castanholas uma canção andaluza ou dançando ela mesma algum bolero. Então Queluz era como um jardim do Oriente, com alamedas ladeadas de limoeiros, mirto, jasmim, com fontes e cascatas presididas por estátuas da mitologia grega, com estufas cheias de plantas do Brasil, tão extravagantes nas formas e nas cores como as estátuas e os vasos da Índia e do Japão que bordeavam as veredas misteriosas. Já não restava nada mais além da lembrança, tendo em vista que agora os jardins estavam descuidados, as estátuas desfiguradas, as estufas abandonadas, os céspedes amarelados. Já não estava mais lá o jardineiro-chefe que parecia um eunuco e de quem tanto gostava, ao qual as más línguas atribuíam a paternidade de Miguel. Agora havia dois jovens cadetes fazendo a guarda do jardim, “dois insolentes” como os chamou Carlota, porque no primeiro dia a confundiram com uma criada, de tão desalinhada e malvestida que estava.

Mas o importante é que estava de novo em território conhecido, no centro de seu mundo, em um lugar onde podia dispor dos fios do poder, onde podia conspirar, onde podia voltar a funcionar como uma importante peça no xadrez da política. Era certo, porém, que a monarquia vivia um momento de baixa; do outro lado da fronteira, seu irmão Fernando fora obrigado a jurar a Constituição de Cádiz e havia posto em andamento o “triênio liberal” que aboliu os privilégios

de classe, os senhorios, os primogênitos e sobretudo a Inquisição. Carlota sabia que o havia feito forçado, não por convicção. No fundo, seu irmão, enquanto por um lado dizia respeitar a Constituição, por outro fazia intrigas contra o movimento liberal, para voltar ao absolutismo. Não dizia em particular que queria ser um rei absolutamente absoluto?

Ela faria o mesmo. Não era dever de lealdade desde a prestigiosa linhagem dos Bourbon? Contava com informações de primeira mão proporcionadas por seus velhos aliados, antigos membros do partido espanholista que ela mesma promoveu antes de partir para o Brasil, e com o apoio de nobres e grandes senhores cujos interesses se viam prejudicados pelos liberais. Carlota sentiu imediatamente que, neste vão que teria como ser preenchido, ela podia aspirar a representar as forças do velho Portugal na disputa com a nova ordem. Forças que nunca deixaram de conspirar, porque contavam com o mais poderoso dos aliados: boa parte do clero, desesperado ao ver como perdia a consideração, os privilégios e as rendas. Nos círculos absolutistas, o fato de o cardeal de Lisboa e o arcebispo terem sido afastados de seus cargos eclesiásticos por se negarem a prestar juramento à nova Constituição era considerado um escândalo intolérável.

Quando chegou a Queluz uma delegação governamental com a cópia de um decreto que obrigava todos os funcionários públicos e possuidores de bens nacionais, incluindo a rainha, a assinar a Constituição, Carlota viu a oportunidade.

— Nem fale isso! Ninguém nunca irá me obrigar a assinar isso! Jamais!

Foi um gesto sagaz de sua parte, porque galvanizou os que, como ela, se opunham ao governo. Mantendo essa atitude de desafio ao poder, confiava em acabar como o centro de uma futura contrarrevolução. Dom João dissimulava, mas em seu interior crepitava como uma fogueira. Sua mulher fazia amargar a sua existência. Não era nada de novo, mas nem por isso deixava de lhe exasperar.

Vendo que o tempo passava e Carlota não dava sinais de aderir à lei, se sentiu obrigado a mandar-lhe uma notificação, para que, por falta de conhecimento, não incorresse na sanção prevista, que era grave, pois incluía a perda da cidadania e a expulsão do reino. Carlota respondeu pelo mesmo enviado com sua arrogância habitual: *“Que já tinha mandado dizer ao rei que não jurava, que tenho estabelecido que nunca jurarei em toda a minha vida, nem por bem ou por mal, e que não o faço por soberba, nem por ódio às Cortes, senão porque já tenho dito e uma pessoa de bem não se retrata...”*

Não parecia intimidada pelas penas previstas pela infração, que também incluía a perda de todas as rendas de sua posição. Ao contrário, o desafio a

tornava maior. Sentia o alento dos seus, em cujas publicações tradicionalistas ela era descrita como “augusta esposa”, “rainha imortal”, “Carlota virtuosa” etc. Se inteirou de que em alguns povoados chegaram a sobrepor sua imagem com a de Nossa Senhora da Rocha, a santa padroeira de Portugal. Carlota se esbaldava em seu papel de esposa maltratada por um rei traidor à sua essência e a seus princípios. Regozijava-se em seu papel de mártir:

— Se me impõem as sanções, terei que voltar para a Espanha — dizia abatida para seus seguidores, que não concebiam que Portugal ficasse sem sua rainha.

Dom João estava cada dia mais irritado. Frente às Cortes, a oposição de sua mulher aos seus repetidos pedidos era escandalosa e o colocava em uma posição humilhante: nem sequer tinha controle sobre sua própria família. Que tipo de homem — deixando de lado a questão de ser rei — era? Como sempre, esperou até o último momento para agir. Não gostaria de ter que expulsar a rainha do país. Esse tipo de coisa não ia bem nem com seu caráter, nem com sua crença na indissolubilidade do matrimônio. Pior ainda: era um gesto violento que debilitaria ainda mais a frágil monarquia. Na Espanha, ela seria mais perigosa que sob o controle em Portugal. Mas o copo da paciência já estava transbordando. Cada insubordinação de sua mulher causava mais uma erosão na sua maltratada dignidade. Farto, um dia, anunciou na saída da missa:

— Se me obriga a fazê-lo, o farei!

Promulgou um decreto, que se tornaria célebre, pelo qual retirava todos os direitos civis e monárquicos da mulher e a obrigava a exilar-se em seu país de nascimento. Assim ela repensaria, imaginava Dom João, que sempre poderia, num último momento, anular esse decreto ou substituí-lo por outro. Mas Carlota esfregava as mãos: seu cruel marido a expulsava por ser fiel a suas ideias. Diante de algo tão insólito, soube imediatamente tirar crédito político. Sua resposta, habilmente espalhada por seus sequazes à população, a coroaria como heroína entre os absolutistas: *“Me obriga a deixar o trono ao qual vossa majestade me chamou”* — replicou ao marido. *“Eu o perdoo do fundo do meu coração e me compadeço de vossa majestade; todo meu desprezo e aversão eu os reservo para os que os rodeiam. No exílio estarei mais livre do que vossa majestade está em seu próprio palácio. Levo comigo minha própria liberdade: meu coração não está escravizado, nunca me submeti ante aqueles que têm ousado impor leis. Em breve partirei: mas, aonde dirigirei meus passos para encontrar um exílio sossegado? Minha pátria, assim como a sua, é vítima do espírito da revolução; meu irmão, assim como vossa majestade, é um cativo coroado. Direi a Fernando que não*

*puderam submeter a minha resolução, que estou desterrada, mas que a minha consciência está limpa. Adeus, Senhor!”.*

Dom João se surpreendeu pela contundência da resposta. Porém, no fundo, estava certo de que ela também não queria ir para a Espanha, exilada e destronada. Sabia que era resistente, mas também apegada a seus privilégios, a sua vida de rainha em Queluz, de onde podia sabotar o marido... Como não podia voltar atrás sem ficar mal diante das Cortes e do povo, voltou a mandar requerimentos e a pressioná-la. Estava certo de que a rainha acabaria cedendo.

Mas Carlota vivia febril por seus sonhos de grandeza, tão amplamente reprimidos no Rio de Janeiro, porém agora brotavam de sua imaginação como uma cachoeira. Sonhava que Fernando conseguiria impor de novo o absolutismo na Espanha e ela o conseguiria em Portugal... E que maravilhoso seria ter os dois irmãos reinando sobre uma Península Ibérica monárquica, tradicional e católica! O único obstáculo a esses planos era a existência de seu marido, esse rei fleumático que flertava com o inimigo. À espera de poder tirá-lo de cima, sabia que tinha que suportar suas investidas de todas as formas possíveis. Era certo que ela não queria ir para a Espanha nessas condições, mas sabia que cada negativa sua de assinar a Constituição a fortalecia junto aos seus. Não arredar o pé, se opor, resistir. Eram essas as suas armas, que empregava sem escrúpulos, sem importar que a corda esticasse, porque conhecia bem seu marido para saber que este nunca a romperia.

As notícias que chegavam ao Rio de Janeiro sobre as ações empreendidas pelo novo governo das Cortes portuguesas deixavam Leopoldina muito inquieta. Recebia pedidos de socorro de suas antigas damas de companhia, aquelas que tinham voltado para Portugal para proteger seus bens. O governo havia confiscado propriedades e imóveis, as privara de suas pensões e salários, e algumas tinham caído na miséria. A princesa, que estava grávida novamente, arranjou um jeito de enviar-lhes algum dinheiro, sem que, é claro, seu marido soubesse. Em suas cartas dizia a elas que a perspectiva de ter um terceiro filho “nessa época de desassossego” a perturbava e acentuava as saudades dos seus e da vida na Europa.

Naquele conturbado ano de 1821, a resposta de Dom João à carta de Pedro rogando-lhe que o mandasse de volta para Portugal chegou três meses depois, a bordo do bergantim *Infante São Sebastião*, que atracou na baía carregado de uma volumosa correspondência que mexeria para sempre com a vida de Pedro, de sua família e do Brasil. Trazia de Lisboa ordens e decretos das Cortes, relativos à reforma administrativa do território. Pedro se inteirou, assim, que as Cortes haviam votado pela abolição do reino do Brasil e anulado o decreto de seu pai que o encarregava “do governo e da inteira administração de todo o reino”. Suprimiam-se as delegações da coroa, os departamentos, escritórios e tribunais que seu pai havia estabelecido desde 1808. Em seu lugar criavam-se juntas provinciais desligadas umas das outras e subordinadas diretamente a Lisboa. Governadores militares nomeados pelas Cortes exerceriam o poder executivo nas províncias. Ou seja, tudo que era relativo à administração da justiça, à coordenação dos fundos públicos e à força armada escapava ao controle dos habitantes do Brasil. A província do Pará, na Amazônia, passava a chamar-se província de Portugal, e estaria desvinculada por completo do resto do Brasil. Era como se as Cortes quisessem apagar tudo que representava para a antiga colônia

a transferência da sede da monarquia portuguesa ao Rio de Janeiro. Com uma simples assinatura, os constitucionalistas arrasaram com treze anos de história. Para implementar essas novas diretrizes, se anunciava o envio eminente ao Brasil de tropas e navios de guerra. O mais abjeto, o mais desprezível mesmo, era que o decreto havia sido aprovado antes que os deputados brasileiros tivessem chegado a Lisboa para poder debater.

O decreto fez Pedro submergir numa grande perplexidade, desde os pés até os últimos fios de cabelo: “... Em consequência, a residência do príncipe real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessária senão indecorosa”. Portanto, lhe davam a ordem de regressar imediatamente à Europa. Mas, como no fundo as Cortes não o queriam em Portugal, lhe mandavam viajar incógnito pelas cortes e reinos da Espanha, França e Grã-Bretanha, “com pessoas dotadas de luz, virtude e adesão aos princípios constitucionais”, para aperfeiçoar sua educação frente à possibilidade de um dia assumir o trono de Portugal. Essas eram as ordens.

O tom da carta de seu pai não dissimulava o sofrimento profundo, a angústia e a decepção de ver-se obrigado a aceitar decretos que destruíam todo o seu labor e urgia seu filho a resistir e a preservar o Brasil — a obra-prima de uma dinastia — contra a rebelião e a dissolução. Além disso, continha uma informação alarmante: “Seja hábil e prudente meu filho, porque aqui as Cortes conspiram contra você. Os reacionários querem que abdique a favor de seu irmão Miguel. Nada posso fazer contra os que não o querem aqui”.

Pedro se jogou num sofá do que um dia fora o escritório de seu pai e respirou fundo. Nem toda essa informação o pegava de surpresa, porque o eco dos debates em Lisboa havia chegado ao Rio de Janeiro. “As Cortes não dão ao príncipe conselhos, mas apenas ordens” — um deputado soltara antes de acrescentar: “Não é digno de governar, que se vá!”. Essa anedota os amigos tinham contado a Pedro. Assim, ele sabia que os radicais de ambos os lados, tanto constitucionalistas como absolutistas, não o estimavam. Por outro lado, surgiram cartazes anônimos nos muros do Rio de Janeiro, clamando pela independência do Brasil sob um regime liberal, com Pedro na posição de imperador. Uma extravagância que o príncipe se apressou em desmentir publicamente, reafirmando sua lealdade às Cortes: “*Jamais poderei ser acusado de perjúrio, e renovo meu juramento de lealdade à vossa majestade, à nação e à Constituição portuguesa*”, havia escrito para seu pai e, para que não houvesse dúvida nenhuma sobre sua autenticidade, o assinara com seu próprio sangue.

Mas agora ele se encontrava em terra de ninguém, em um vazio perigoso. Os liberais portugueses não confiavam nele e lhe tiravam toda a autoridade que

seu pai lhe confiara com a regência; ao mesmo tempo, os tradicionalistas conspiravam para negar-lhe seu direito à sucessão do trono. Pedro estava a ponto de ser esmagado pelas diferentes forças que o queriam fora do jogo. Em quem se apoiaria? Não confiava nem na tropa portuguesa nem no grupinho de exaltados que sonhavam com a emancipação do Brasil. Estava só, degradado, tratado pelo novo governo como um ser pouco responsável. Sim, havia pedido para regressar a Portugal, mas não dessa maneira tão vexatória. Aos 23 anos era pai de dois filhos, com um terceiro a caminho, era responsável pela direção de um território muito mais vasto que Portugal, era um homem fiel às doutrinas liberais, um jovem obcecado por ter um destino glorioso; e esses legisladores de Lisboa, incautos, pretendiam submetê-lo, castigá-lo como se fosse um menino precisando de educação e até de boas maneiras. Depois de ser chefe de Estado e pai de família, como poderia voltar à condição de estudante tutelado por “gente de confiança”? E os esforços que tinha feito para governar um Estado em bancarrota não demonstraram já a sua lealdade e seu compromisso?

Estava indignado e sua primeira reação foi rebelar-se. Mas contra quem? Contra as Cortes? Contra seu irmão, que estava sendo manipulado para arrebatá-lo o trono? Leopoldina o ajudou a moderar seu ímpeto e Pedro se deixou aconselhar. Não havia pedido para voltar para Portugal?, ela lhe recordou. Não era melhor para a educação das crianças? Não dizia que a sua posição no Brasil era insustentável? Ao mesmo tempo, as palavras de seu pai lhe voltavam à mente: seja hábil e prudente, meu filho. Seu instinto de sobrevivência lhe dizia que não era o momento de deixar-se levar pelos sentimentos. Tinha que manter a cabeça fria e Leopoldina era de uma inestimável ajuda:

— Tem que proteger seu direito ao trono contra os que querem fazer você abdicar dele — ela lhe disse. — Não só no que concerne a você, mas também para o futuro das crianças... E para isso você tem que estar em Lisboa.

Leopoldina falava com o príncipe como quem era, a esposa que olhava pelo bem de seu marido e da família, sobretudo para garantir o futuro de uma dinastia cuja sobrevivência sentia correr perigo.

No dia seguinte, após receber a correspondência com os decretos das Cortes, Pedro convocou seus ministros para uma reunião que se desenvolveu numa tensa calma. Não eram constitucionalistas? Pois então, se tratava de cumprir as ordens das Cortes, e para isso tomaram as medidas necessárias para repassar o poder a uma junta provincial. “*Quando a Junta for eleita*” — escreveu para seu pai nesse mesmo dia —, “*o governo lhe será entregue; e assim poderei sem demora cumprir o decreto que me manda partir quanto antes...*” Logo depois,

deu ordens para preparar a fragata *União*, que o levaria à Europa com sua família. A partir desse momento, sua rotina mudou, porque ia todos os dias inspecionar a embarcação, calculava os mantimentos necessários, discutia com o capitão sobre a rota a ser seguida e regressava ao palácio para compartilhar com Leopoldina e os filhos as esperanças e sonhos da viagem.

No entanto, a publicação dos decretos das Cortes de Lisboa na *Gazeta do Rio*, que havia sido autorizada por Pedro, caiu como uma bomba que repercutiu em todos os recantos do vasto país. Tanto portugueses nascidos no Brasil quanto europeus reagiram com indignação. O estabelecimento do antigo sistema de monopólio comercial português, que também fazia parte do decreto, enfureceu os comerciantes locais e os estrangeiros, os advogados, os proprietários de terras e boa parte da sociedade que não desejava voltar aos antigos tempos de colônia. Abriu-se uma brecha entre os comerciantes portugueses, o exército que os defendia e o restante da população, que fervia de indignação. Os nascidos no Brasil constataavam perplexos como as Cortes de Lisboa não tinham sequer aguardado a chegada de seus deputados para debater a situação da colônia, mostrando assim total desprezo por seus “irmãos” do outro lado do oceano. Ficou claro que eles não defendiam a igualdade dos territórios, mas somente a subjugação da colônia à metrópole. E isso era, sob todos os aspectos, inaceitável. Por acaso a história voltava atrás? Em seu afã de resgatar a situação anterior à chegada do rei ao Rio, o que as Cortes conseguiram foi apenas alimentar um sentimento patriótico que antes existia apenas de forma oculta. Homens e mulheres que, até esse dia, tinham demonstrado orgulho de sua origem portuguesa, de repente se ergueram, sentindo-se brasileiros. Furiosos por terem sido enganados, mobilizaram-se imediatamente para impedir a fragmentação do território e sua recolonização. Os clubes e as sociedades secretas, como a maçonaria, inundaram a cidade com panfletos e jornais — o mais incendiário deles se chamava *O Despertar Brasiliense* — fazendo um chamamento unânime ao príncipe, para que desafiasse as ordens das Cortes e permanecesse no Brasil. Convencidos de que a permanência de Pedro no país seria a única possibilidade de unir as províncias, esses novos patriotas fizeram correr o boato de que a fragata *União* seria impedida pela força de sair da baía. Mas Pedro os ignorou.

Ainda não havia percebido que os luso-brasileiros mostravam mais lealdade à coroa do que os portugueses na Europa.

*“É incrível como as medidas das Cortes conseguiram em tão pouco tempo desorganizar completamente este país e criar um ódio profundo contra todo português, ao lado de um espírito de independência impossível de se reprimir.”* Era assim que se expressava o barão Leopold von Mareschal, um ex-aluno da Academia Militar, em Viena, e herói da guerra contra Napoleão. Nomeado em 1829 como o encarregado dos negócios da Áustria no Rio de Janeiro, era um homem de quarenta anos de idade, culto e afável, e que se tornara um visitante assíduo da princesa. Sua missão era enviar informações sobre o que ocorria no Brasil para a corte da Áustria. Ele era um diplomata de visão clara e ansiava que Pedro se colocasse à frente dos brasileiros. Tradicionalista, defensor da realeza e, portanto, dos absolutistas, tinha tão pouca fé nas Cortes e em sua política que achava que o Brasil poderia se tornar o refúgio da família real e o baluarte da monarquia. Pedro o evitava, porque não queria que o associassem à Santa Aliança e naquele momento também não estava interessado em seu discurso: continuava interessado em voltar a Portugal, que considerava sua terra prometida. Estava farto de se ver cercado por pequenos feudos, por administradores ineptos e militares hostis. Nesse ponto, Pedro não acreditava mesmo no Brasil.

Mareschal, sim, acreditava:

— Seu marido é o único que pode salvar o Brasil do caos, o único que pode impedir que o país se dissolva em uma infinidade de repúblicas, como aconteceu na América hispânica.

Cada vez que recebia a visita de Mareschal, Leopoldina via como seu sonho de regressar à Europa se distanciava um pouco mais. Dessa vez não por imposição de seu marido, mas porque o diplomata tocava em sua fibra mais sensível e profunda, o senso do dever. Seu compatriota lhe assegurava que, se voltassem a Portugal, o Brasil se levantaria em revolta, haveria um banho de sangue e a colônia se desligaria definitivamente da pátria mãe. Teria ela disposição para assumir sua responsabilidade em tal destino?

— Pelo bem de sua família — dizia o barão, olhando-a com seus pequenos olhos de um azul intenso —, pelo bem da casa de Bragança, e sobretudo pelo bem da realeza, a senhora deveria sacrificar seu mais ardente desejo e permanecer no Brasil, majestade. E terá que fazer o possível para exercer algum tipo de influência nesse sentido sobre seu marido. Essa é a única maneira de conservar os dois reinos... Ou, pelo menos, um dos dois.

Qualquer outra mulher teria se safado de uma missão que significava sacrificar no altar do dever aquilo que ela, naquele momento, mais queria e mais necessitava, que era voltar para a Europa. Mas Leopoldina não era uma mulher qualquer. Tinha uma determinação férrea e sua capacidade de entregar-se ao que acreditava ser o seu dever — e preservar a monarquia era um dos pilares de sua crença — era ilimitada.

Antes de se convencer disso, viveu um período torturada pelas dúvidas, oscilando de uma opinião para a outra como um pêndulo. E se perdessem tudo ao voltar à Europa: o Brasil, a monarquia, o trono de Portugal, da forma como pensava o barão? Ela não apenas sabia que seu marido era humilhado naquele Parlamento distante e repleto de “jacobinos”, como também seu pobre sogro estava recebendo um tratamento desrespeitoso por parte das Cortes... Será que não acabariam por arrasar a monarquia, como pensava Mareschal? Como contariam mais tarde a seus filhos que, tendo podido salvar o trono, permanecendo no Brasil, eles optaram por voltar à Europa, sabendo que estariam se metendo na boca do lobo? Ao vê-los brincar no jardim, ela se sentiu dividida entre seu desejo e seu dever de mãe — que a empurravam de volta à Europa — e a realidade que lhe contava o Mareschal, que a levava a permanecer no Brasil para salvar o país e a coroa. E, pensava ela, em seu íntimo, talvez também salvar o amor de seu marido.

Pouco a pouco, começou a ver o problema sob uma luz diferente e seu pensamento foi deixando de oscilar. As conversas e discussões com o conde dos Arcos, o general Van Hogendorp, a quem visitava durante seus longos passeios a cavalo, e, sobretudo, com seu compatriota Mareschal a convenceram de que a salvação da monarquia só podia resultar de um pacto entre os líderes da emancipação brasileira e a coroa, representada no Brasil por Pedro. Curiosamente, os interesses da monarquia pareciam coincidir com as aspirações dos brasileiros, que Leopoldina julgava mais sensatos e moderados do que os legisladores das Cortes de Lisboa. Ela percebeu que tanto sua permanência no Brasil como a de Pedro eram fundamentais para a evolução do país. O que a ajudava também era o fato de que não conhecia Portugal, não tinha vínculos de história ou de tradição com aquele pequeno país que, além disso, vivia uma onda de anticlericalismo que a desgostava. “*O bem público deve sempre preceder o desejo privado,*” escreveu à irmã, justificando dessa forma sua disposição de continuar no país por meros motivos políticos. Assim, Leopoldina, filha da Santa Aliança, soterrava seus sentimentos pessoais e renunciava definitivamente a seu sonho. Um sacrifício que mostrou sua grandeza de espírito.

Pedro ficou impressionado com a virulência da reação popular e assim escreveu a seu pai: *“Dou parte à vossa majestade de que a publicação dos decretos foi um choque muito grande para os brasileiros e para muitos europeus aqui estabelecidos, a ponto de dizerem nas ruas: se a Constituição nos prejudica, ao diabo com ela!”*. Mas, na sequência, reiterava sua disposição de cumprir as *“ordens sagradas”*, apesar de *“todas essas vozes, e ainda que tenha que dar minha vida para isso”*. No final, acrescentava uma nota que mostrava uma mudança em sua posição, talvez por conta da influência de sua esposa: *“... Não estou disposto a participar de algo que sacrifique milhares de vidas”*.

Leopoldina, com a tenacidade que a caracterizava, fez uso de tudo que tinha à sua disposição para que Pedro mudasse de opinião. Começou alegando que temia dar à luz no navio. Era uma contradição, porque um ano antes estava disposta a fazer a travessia do oceano em um veleiro para seis pessoas e grávida de oito meses. O que ela tentava fazer era atrasar a partida e ganhar tempo, confiando que a evolução dos acontecimentos iria pavimentar o caminho. Sabendo que a maioria dos estrangeiros que vivia no Rio de Janeiro apoiava a ideia de que o príncipe deveria permanecer no país, aproveitou um de seus passeios a cavalo com o marido para visitar Von Hogendorp, o ex-general de Napoleão que não mordía a língua na hora de expressar suas opiniões.

Pedro, que havia muito não o via, o encontrou com a saúde bastante deteriorada. O recente falecimento de Napoleão em seu exílio na ilha de Santa Helena o abatera tanto que sua saúde tinha sofrido. Sentado à mesa da varanda, estava terminando de escrever suas memórias. Ouviam-se trovões distantes, e os raios iluminavam o ventre negro das nuvens.

— Ainda me resta um consolo, amigos — disse o general, pedindo que ambos se sentassem. — Esperem um minuto.

Levantou-se com dificuldade e, ao fazê-lo, foi vítima de um violento ataque de tosse. Ele entrou na casa e saiu um momento depois, trazendo alguns papéis, uma garrafa de aguardente e três copos. Tinha a respiração pesada e os olhos febris.

— Vejam isto...

Ele trazia um documento amarelado que pousou sobre a mesa. Nele, se podia ler: *“Ao general holandês Hogendorp, meu ajudante de campo, refugiado no Brasil, deixo cem mil francos”*. Era uma cópia do testamento de Napoleão.

— Ele não me esqueceu — disse solenemente.

— Você está rico, Hogendorp! — brincou Pedro.

— Não, alteza, não. Deixarei tudo isso para meu fiel Simba — e apontou

para seu ex-escravo, que estava nos fundos da casa, na área onde ficava a cozinha, com um sorriso de orelha a orelha. — Para que preciso de dinheiro agora? — acrescentou, de novo sacudido por outro ataque de tosse.

Hogendorp estava convencido de que estava à beira da morte, como se o desaparecimento do homem a quem dedicara parte de sua vida também o arrastasse pela mesma porta.

— Sou assaltado por delírios à noite... — confessou ao príncipe e à princesa, falando lentamente e deixando os olhos vagar pelo horizonte. — Ontem sonhei com as maravilhas de Java, quando contemplava, à luz da lua, os rajás cobertos de ouro que desfilavam em suas comitivas entre palmeiras gigantes. Nunca fui tão feliz como naquela época. Eu me sentia apenas mais um entre aquela gente tão impregnada da sabedoria oriental. O problema é que, naqueles anos, eu não tinha consciência disso.

Habilmente, Leopoldina conseguiu levar a conversa para a atualidade política e para o assunto da viagem iminente. Quando deu por encerrado seu ataque de nostalgia, Hogendorp continuou:

— É verdade que sua alteza deseja voltar a Portugal? — perguntou. — As águas do Tejo estão muito revoltas...

— Mas é ali que está meu dever, general.

— Tem certeza, alteza? Lá está a sua família. Se voltarem para lá, jogará ao mar tudo aquilo que seu pai fez durante todos esses anos, e o Brasil acabará se separando de Portugal. Não tenho dúvida disso.

— As Cortes exigiram meu regresso, general... Sou constitucionalista, acredito na representação popular e não posso me opor as essas instruções. Além do mais, este país é ingovernável.

— As Cortes! — disse Hogendorp com um gesto de desprezo. — Nem se quisessem fariam algo pior. Ignorando os desejos de seus compatriotas deste lado do oceano só conseguiram enfurecê-los e aliená-los!

Houve um instante de silêncio enquanto ele servia outra rodada de licor de laranja.

— Há quanto tempo vossa alteza tem vivido no Brasil? — perguntou o general, em tom de confiança.

— Há quatorze anos, tinha nove quando cheguei.

— Pois viveu mais tempo aqui do que em Portugal. Não se sente mais daqui do que de lá, alteza?

— Sou português, general. A pátria é a pátria.

O general ficou em silêncio. Ouvia-se o canto dos pássaros na mata ao

redor, e o martelar de Simba preparando farinha de mandioca. O general voltou a encher os copos.

— A pátria não é o lugar onde se nasceu... — disse ele, enquanto os servia.

Ficou calado por um momento e logo prosseguiu:

— A pátria é onde está o coração, e sei disso por experiência própria...

Pedro o ouvia, embora não tivesse muito bem certeza aonde o general queria chegar.

— Eu sou holandês de nascimento — continuou o ancião. — Tenho nacionalidade francesa, vivo no Brasil, mas minha pátria... Minha pátria é Java. É o lugar para onde teria voltado, se me fosse possível. Por isso sonho que ainda estou lá... Vejo cavalos desfilando, e elefantes ajaezados com sedas, levando princesas em suas torretas de ouro... Vocês dirão que estou louco, e provavelmente estão com a razão.

Nesse momento, estendeu o braço para a paisagem que se desenrolava diante deles, ampla, brilhante sob a luz tropical, soberba. E o general disse uma frase que ficou gravada na memória de Pedro:

— Tenha cuidado, alteza, para não voltar a Portugal para passar o resto de sua vida ansiando por isto...

E abarcou com seus braços aquela imensidão verde e azul coroada de nuvens, aquela natureza exuberante cuja beleza intocada não deixava ninguém indiferente.

Por todos os recantos do território brasileiro, foram elegendo as juntas de governo locais. Nas províncias onde havia pouca presença das tropas portuguesas, as novas juntas de governo acabaram sob o controle de pessoas naturais do Brasil. Foi o caso de São Paulo, que era então uma província pouco habitada, com um porto marítimo importante, Santos, e uma capital que contava com menos de 7 mil habitantes, São Paulo. O homem forte da nova junta, o naturalista José Bonifácio de Andrade, estava com 58 anos e voltava para sua terra depois de ter passado trinta e oito anos na Europa. Era um homem pequeno, de olhos vivos e maliciosos, com cabelos grisalhos presos em um rabo de cavalo que lhe caía sobre os ombros. Ateu militante, possuía uma reputação de libertino forjada pela quantidade de filhos ilegítimos que continuava trazendo ao mundo, e por sua predisposição em dançar o lundu — dança de origem angolana em que se esfregava o umbigo com o da parceira — até as altas horas da madrugada. Em resumo, era uma curiosa mistura de homem sábio e *bon vivant*, culto e briguento. Mas ninguém colocava em dúvida a autoridade de seus conhecimentos, a clareza de seu poder discricionário e a excelência de seus julgamentos e opiniões.

Quando jovem, estudou direito, filosofia e matemática na Universidade de Coimbra, e foi denunciado pela Inquisição por ter negado a existência de Deus. Obrigado a fugir para os ambientes mais tolerantes do norte da Europa e terminar seus estudos, acabou convertendo-se em um dos grandes cientistas de sua época. Professor, pesquisador, acadêmico e administrador, escreveu centenas de artigos em revistas científicas, sobre temas tão diversos como a regeneração das florestas ou a caça às baleias. Descobriu na Suécia quatro espécies minerais e oito subespécies. Como homenagem a ele, uma dessas pedras foi batizada de andradita. Voltou a Portugal em 1800, durante a regência de Dom João, que lhe ofereceu a cátedra de metalurgia na Universidade de

Coimbra. Com saudades de sua terra, depois de alguns anos suplicou ao rei que o deixasse voltar “para passar o resto de meus cansados dias a cultivar o que é meu nos campos do Brasil”. Em 1819, Dom João lhe deu a autorização para retornar. Em sua idade, José Bonifácio pensava que já tinha vivido sua vida e agora lhe restava pouco a fazer senão desfrutar de sua aposentadoria dourada.

No entanto, em uma noite no fim de 1821, enquanto se recuperava de uma infecção na pele que o deixara prostrado na cama com febre alta, cercado pelos cuidados de sua esposa e filhas, ele recebeu a visita de um emissário do Rio de Janeiro. O homem chegou encharcado, porque cavalgara durante horas debaixo de um aguaceiro. Vinha para contar-lhe sobre o clima de revolução latente que tomava conta da capital, da rebelião contra os portugueses e lhe pedia que seu governo local se unisse ao movimento, para tentar convencer o príncipe a permanecer no Brasil. Como tantos homens cultos, Bonifácio estava indignado com as Cortes de Lisboa.

— A forma como eles ignoraram nossos representantes foi insultuosa — queixava-se.

Antes de enviar seus emissários para representar a província de São Paulo em Lisboa, ele havia investido muito tempo e trabalho para escrever suas instruções, que eram um compêndio de suas ideias. Embora lhe parecesse importante manter a unidade do Brasil, considerava mais urgente ainda acabar com a escravidão, que “a tudo corrompe e impede que a sociedade evolua”. Também defendia a proteção dos indígenas e propunha uma reforma agrária para distribuir terra às famílias pobres. Suas sugestões às Cortes de Lisboa incluíam a criação de várias universidades e, curiosamente, uma proposta de mudar a capital do Rio de Janeiro para uma cidade que seria erguida no centro do país, para favorecer a integração nacional, uma ideia que seria levada a cabo com a construção de Brasília dois séculos e meio mais tarde. José Bonifácio era um visionário, um homem viajado e culto, um naturalista mundialmente respeitado, um revolucionário pragmático e moderado cujas propostas não mereciam ser ignoradas dessa forma por Lisboa. Seus dois irmãos, a quem era muito ligado, também haviam alcançado posições importantes na sociedade colonial. O mais velho, Martim Francisco, foi diretor do departamento de minas e florestas da província de São Paulo, e tinha escrito relatórios respeitáveis sobre suas viagens ao interior, em busca de novos minerais. O outro, Antônio Carlos, era magistrado, nomeado juiz em Pernambuco. Os três eram maçons, eram contra a escravidão e a favor de tratamento mais humano com relação às tribos indígenas. Os três eram conhecidos como homens honestos e íntegros. E os três

estavam comprometidos com o liberalismo e a preservação de uma ampla autonomia do Brasil sob o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A visita daquele emissário do Rio de Janeiro lhe serviu de impulso, pois lhe ofereceu a oportunidade de colocar suas ideias em prática. Sendo estudante, tinha experimentado a eclosão da Revolução Francesa, e daquilo que viu nas ruas de Paris extraiu o ensinamento de que as massas descontroladas poderiam ser mais tirânicas do que o mais tirânico dos monarcas absolutos. Por isso estava convencido da necessidade de manter a instituição monárquica, porque pensava que um país com tantos escravos, analfabetos e pobres não suportaria uma república, algo sem sentido que faria esse país se fragmentar, como havia acontecido na América dominada pela Espanha.

Consciente da urgência do momento, pediu papel e tinta, levantou da cama, enrolado em um cobertor para lutar contra os calafrios que a febre trazia, e escreveu um manifesto a Pedro, texto que marca o início da Independência do Brasil.

No Rio de Janeiro, Pedro, cada vez mais pressionado, aceitou adiar a viagem para Lisboa a pedido de sua esposa, que fingiu estar doente. Seu amigo Chalaça, que também estava do lado dos brasileiros, informava a ele pontualmente sobre a agitação que se vivia na cidade. Entre os fanáticos seguidores das Cortes de Lisboa, os indecisos com medo da repressão da tropa ou dos espíões da polícia, e aqueles que preferiam uma solução mais radical — uma república à imagem e semelhança dos países vizinhos — o pátio estava revoltado e ficava difícil para o príncipe realmente saber com qual apoio poderia efetivamente contar. Inquieto, sentiu-se com necessidade de se consultar com o padre António de Arrábida, e descobriu que também seu velho professor havia se posicionado ao lado dos insurgentes, seguindo outro religioso chamado frei Sampaio, um excelente orador e homem culto, fundador de um jornal muito lido e que um dia, dirigindo-se a Pedro, escreveu: “Ou está indo, e iremos nos separar. Ou fica, e permaneceremos unidos”. Arrábida lhe confessou que temia ser descoberto pelas autoridades, porque ajudava a recolher assinaturas exigindo a permanência dos príncipes no Rio de Janeiro.

Apesar das ameaças das tropas portuguesas que os forçavam a partir, Leopoldina não saía do caminho que havia escolhido para si mesma. Para dissimular suas intenções, mandou embarcar 150 caixas na fragata que supostamente os levaria de volta à Europa. Ela era muito cuidadosa na hora de esconder sua participação no movimento daqueles que pediam sua permanência no país. Ela optara por não escrever a seu pai, para não ser obrigada a lhe contar sobre esse trabalho de minar as intenções das Cortes portuguesas e para não deixar nenhum rastro por escrito. No entanto, ela se comunicava com Mareschal através de cartas enviadas por emissários de sua confiança: “Meu esposo está mais bem preparado para os brasileiros do que esperava, mas não está tão decidido quanto eu desejaria”, confessou.

Continuava conversando diariamente com seu marido sobre o curso a ser seguido. Quando não agia influenciado por seus impulsos, Pedro era tão indeciso quanto o pai na hora de lidar com assuntos complexos e decisões difíceis. Estaria ele preparado para enfrentar as Cortes e se opor às intenções de um Parlamento legítimo? Em resumo, estaria pronto para desobedecer ao poder estabelecido? Os que incitavam a rebeldia tinham alguma possibilidade de êxito? Pedro sondava sem parar, queria conhecer as diferentes correntes de opinião, não apenas no Rio de Janeiro, mas também nas demais províncias. Mesmo assim, estava bem consciente de que precisaria do apoio decisivo dos militares. Não tinha nenhuma confiança em Avilez, que já possuía um poder considerável e não estava disposto a compartilhá-lo. E as altercações que Pedro tivera com sua esposa não prenunciavam alguma melhora em suas relações, ao contrário. No entanto, havia outros generais, aqueles que tinham sob seu comando tropas com soldados nascidos nesta terra. Somente se contasse com seu apoio ele poderia se opor às Cortes. Pedro intuía que o passo que lhe tentavam convencer a dar poderia alçá-lo à glória, certamente, mas também a sofrimentos e humilhações.

— Se as coisas derem mal — dizia ele a Leopoldina —, vou ter que fugir para evitar o cárcere e a vergonha de ser réu de um crime duplo... De desobediência e de traição à minha pátria e a meu pai.

Geralmente, era Leopoldina a mais fraca e temerosa e Pedro, o atrevido. Agora, os papéis tinham se invertido:

— Não se preocupe com seu pai, se existe alguém com a capacidade de compreender você, esse alguém é ele. Lembre-se do que ele lhe disse ao partir: é melhor que você fique com as rédeas do país do que algum aventureiro.

— O que desejo é manter o reino unido, e era isso que meu pai também queria. Devemos resistir como pudermos contra a arrogância das Cortes de Lisboa.

Pedro estava tão ansioso que Leopoldina temeu que ele fosse novamente vítima de um ataque de epilepsia.

— Você vai ficar bem — disse ela, acariciando os cabelos do marido, que estavam encrespados como seu humor. — As pessoas estão ao seu lado. Você vai notar isso amanhã.

Leopoldina se referia à reunião que Pedro teria no dia seguinte com uma delegação dos representantes provinciais no antigo palácio, que agora concentrava os escritórios administrativos. Eles queriam lhe entregar uma demanda popular, a mesma com a qual o frei Arrábida havia colaborado. De início, Pedro tinha demonstrado dúvida em aceitar, mas Leopoldina acabou

convencendo-o:

— Júlio César dizia que preferiria ser o primeiro numa pequena aldeia da Gália do que o segundo no comando de Roma...

Leopoldina conhecia o ponto fraco do marido, o gosto por mandar e o desejo da glória, e sabia como pôr o dedo na ferida.

— ... Não por ambição, mas apenas porque o homem que se coloca em segundo lugar só pode obedecer ou comprometer-se.

Nesse momento, Pedro se levantou e olhou pelas janelas: os pavões reais passeavam entre as mangueiras e os jardins floridos, com hibiscos, rosas, azaleias, e pensou em seu pai, quando lhes dava de comer. Como gostaria de poder conversar com ele agora! Pela primeira vez compreendia a indecisão de Dom João. Ele se sentia sobrecarregado, porque o que estava em jogo era a desagregação de um império e, a nível pessoal, uma vida menos grandiosa do que aquela que havia projetado para si mesmo, muito mais maçante do que jamais sonhara. Pelo menos, não estava sozinho. Virou-se para Leopoldina e disse:

— ... Ou rebelar-se, esta é a última opção daquele que fica em segundo.

Pedro aproximou-se da esposa, que, com seus olhos violeta, olhava-o com admiração. Pensou em estreitá-la em seus braços, mas não o fez.

— Está bem, ouvirei o que os representantes terão a me dizer.

Quando soube de que estava se armando uma manifestação popular de apoio ao príncipe, o general Avilez tentou impedi-la, e foi ver Pedro, que não se deixou intimidar:

— General — disse ele, em tom firme —, gostaria de lembrá-lo de que as bases constitucionais garantem o direito de manifestações e de fazer solicitações. Estou decidido a escutar a voz do povo.

Avilez não teve outra escolha senão aceitar e permitir que, ao meio-dia de 9 de janeiro de 1822, uma delegação de deputados municipais, com o presidente à frente e carregando a bandeira da cidade, todos vestidos com roupas de gala, com a cabeça descoberta e o chapéu na mão, viessem descendo a rua do Ouvidor. Iam a passos lentos, em duas fileiras, abrindo caminho entre as pessoas. Cheiravam a sabão das perfumarias francesas, a vinho e vinagre das adegas e a pão recém-assado na confeitaria vienense. A multidão reunida na praça do Largo do Rocio, de frente para o mar, recebeu a comitiva em um tenso silêncio, apenas interrompido pelo cacarejar das galinhas, o grasnado dos corvos e os passos dos que chegavam.

Dentro do antigo palácio o príncipe os aguardava, sentado no alto trono,

traçando uniforme com dragonas douradas nos ombros e jaqueta militar vinho de gola alta. O encontro estava marcado por uma solenidade que não era usual no Brasil. O presidente da comitiva de representantes municipais saudou o príncipe com uma reverência protocolar e, em seguida, lhe entregou a petição. Pedro a desenrolou, e aquilo não acabava nunca.

— Foi assinada por 8 mil cidadãos, alteza — explicou o presidente.

Aquilo era mais do que se poderia esperar, era um número considerável para o tamanho da cidade. Eles não entregaram apenas a petição do Rio de Janeiro, mas também a da província de Minas, de Pernambuco e de São Paulo. Quatro documentos que representavam boa parte do território brasileiro. O presidente começou seu discurso alertando que eles não estavam motivados por propósitos separatistas: “Senhor, a partida de sua alteza será o acontecimento fatal que vai provocar a independência deste reino”, começou dizendo, antes de pedir que permanecesse no Brasil. Logo em seguida, entregou a carta que o altamente reverenciado José Bonifácio havia escrito para a ocasião e Pedro começou a ler: “*Sua Alteza Real*” — dizia o velho naturalista sem afetação, sabedor do peso de suas palavras — “*além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, também terá que responder perante o céu pelo rio de sangue que seguramente irá correr pelo Brasil assim que ocorrer a sua ausência...*” Pedro franziu o cenho, pois não estava acostumado que se dirigissem a ele de maneira tão franca, mas continuou lendo com atenção: “*... Rogamos que confie, com coragem e valor, no amor e na lealdade de seus brasileiros, que estão dispostos a verter a última gota de seu sangue para não perder um príncipe idolatrado, e no qual o povo depositou todas as suas esperanças...*”

De que mais precisava para tomar a decisão que faria dele um príncipe a serviço do povo? Não lhe ofereciam a oportunidade de ser o primeiro no Brasil? Será que todo esse apoio não lhe renderia nenhuma chance de sucesso no futuro e inevitável confronto contra Avilez e as Cortes de Lisboa? Os generais das divisões brasileiras não lhe haviam jurado lealdade quando consultados na véspera, altas horas da noite? Mas podia realmente confiar neles? Ou acabariam alinhando-se com Avilez e as Cortes? Consciente de que havia chegado o momento de assumir sua parte de responsabilidade nos acontecimentos, Pedro se levantou do trono e pediu a palavra. Sabia que, a partir daquele momento, tomava o caminho da rebelião aberta:

— Como é para o bem de todos — disse ele — e para felicidade geral da nação, estou pronto: digam ao povo que fico.

Um senador repetiu em voz alta as mesmas palavras de uma das janelas da sala do trono, para as pessoas que se aglomeravam lá embaixo. Imediatamente levantou-se da multidão um burburinho rouco de aprovação, interrompido por vivas à Constituição, às Cortes, ao príncipe constitucional etc... Como um rio transbordado que finalmente tivesse encontrado seu leito. Visivelmente comovido, Pedro caminhou até a varanda e foi recebido com delírio.

—Minha presença no Brasil é de interesse para os portugueses em ambos os lados do Atlântico — disse ele, e foi novamente interrompido por uma estrondosa ovação, à qual se uniram o repicar dos sinos.

Pedro foi invadido por uma sensação difusa, um prazer profundo, o mesmo que sentira na noite do teatro, a segurança interior de que estava pisando onde devia, e que era esse o seu lugar, como o chefe supremo adorado pelas massas fervorosas, um dos afortunados que rompem os limites do destino e que mudam a história. Ele acabava de se dar conta de quanto desejava o poder. Primeiro pela satisfação que isso lhe dava, como se fosse um elixir capaz de nublar seus sentidos. E depois para impor seus planos, testar seus remédios, conseguir uma paz digna para os portugueses dos dois lados do oceano.

Terminou sua fala com as palavras “União e tranquilidade” e se retirou. Pediu um cavalo para voltar a São Cristóvão. Aqueles que o rodeavam insistiram para que usasse uma carruagem, mas ele se negou, sabendo que a multidão o cercaria e o carregaria pelos ombros, como haviam feito com seu pai no dia do juramento. “Odeio ver seres humanos render tributos a seus semelhantes como se fossem divindades”, declarou antes de montar em seu cavalo. Ele queria ser o príncipe do povo, uma versão moderna de seu pai. Mas não desejava ser tratado como uma estátua em uma procissão.

Enquanto ia a galope para o palácio, no início cercado por outros cavaleiros, que o protegiam e foram deixando o cortejo à medida que se aproximavam de São Cristóvão, concluiu que essa mobilização não fora um reflexo da revolução de Portugal, como as anteriores, mas a primeira manifestação de um novo senso de patriotismo. Já não sentia apreensão, e sim uma embriagante sensação de plenitude. Livre de dúvidas, confortado com a certeza de ter tomado a decisão certa, esporeou o cavalo para chegar mais rápido e discutir com Leopoldina as medidas que tinham que ser tomadas, que seriam muitas e urgentes. Ela já sabia da decisão tomada, porque haviam planejado isso no dia anterior. Leopoldina o esperava ajoelhada na capela, satisfeita por haver cumprido com o seu dever, mas melancólica porque teria

que ficar no Brasil. E preocupada com as consequências de um ato de desobediência que ela, a mais dócil de todas as princesas, havia estimulado, por lealdade a seus princípios monárquicos e por amor a seu marido.

O povo, feliz, comemorou aquilo que ficaria conhecido como o “Dia do Fico” e iluminou as casas e os edifícios públicos, de modo que a costa ficou parecendo um rosário de luzes coloridas. Em seu palácio, Pedro e Leopoldina tinham que agir com rapidez e força, porque sabiam que o poder não suporta o vazio. Rodeados pelos ex-ministros e pelos líderes do movimento, tomavam decisões cruciais: assegurar o apoio da guarnição militar, aceitar ou não a renúncia dos ex-ministros, formar listas de governo etc. De todas as consultas que realizaram com uns e com outros, ficou claro que o mais importante seria fazer com que José Bonifácio viesse ao Rio de Janeiro quanto antes. Ele era uma figura de consenso, o mais bem preparado de todos os conselheiros para ajudar Pedro e Leopoldina na organização de um novo governo.

O general Avilez e seus oficiais portugueses ficaram furiosos.

Determinados a derrubar pela força tudo aquilo que o povo do Rio havia conseguido de forma pacífica, conspiravam em seus quartéis. Tentavam chegar a um acordo sobre um plano para obrigar, sob ameaça, os príncipes a embarcar, na fragata *União* que estava prestes a zarpar.

— Esse filho da puta... — disse o general Soares referindo-se a Pedro. — Nós vamos caçá-lo no teatro e o levaremos pelas orelhas de volta a Lisboa.

A rua era um reflexo da tensão nos quartéis. Os soldados insultavam os cariocas, que respondiam “pés de chumbo”, por causa do barulho de suas pesadas botas batendo sobre o calçamento das ruas. O nível de violência foi subindo à medida que grupos de soldados entravam à força nas casas iluminadas, sinal de que em seu interior havia gente comemorando, e as saqueavam.

Enquanto isso, Pedro e Leopoldina estavam no Teatro Real, celebrando o Dia do Fico diante da sociedade do Rio de Janeiro. Ela insistiu em acompanhá-lo, apesar de sua barriga de sete meses de gravidez e do risco de se tornar vítima de um ato violento, mostrando, como disse um dos presentes, “a coragem e a frieza

que, em sua augusta família, são virtudes hereditárias”. Tão logo apareceram no palco em trajes de gala, foram recebidos por uma estrondosa ovação, pontuada por gritos de viva e de alegria. Pedro tomou a palavra e fez um discurso apelando novamente para a paz e união entre brasileiros e portugueses, mas enquanto falava, observou que o camarote do general Avilez estava vazio. E Avilez nunca perdia uma ópera.

No início do primeiro ato, chegaram-lhe notícias de que os soldados de dois batalhões estavam se agrupando no Morro do Castelo, reforçados por uma companhia de artilharia portuguesa. Também foi informado por um médico militar sobre as palavras que o general Soares havia pronunciado. Então, Pedro fez chamar o general da terceira divisão, composta em sua maioria por brasileiros. Era o mesmo que havia assegurado sua lealdade na véspera. Pedro temia que seus filhos fossem sequestrados pelos portugueses.

— Meu batalhão não sairá dos portões de São Cristóvão a menos que vossa alteza o ordene em pessoa — disse o general.

Nenhum dos dois queria provocar um enfrentamento com o batalhão português. Leopoldina, angustiada, sussurrou aos ouvidos de Pedro:

— Deixe-me ir ficar com meus filhos...

— Não, ainda não! Não podemos entrar em pânico, temos que ficar até o fim. Não há nada a temer com relação a eles, estão protegidos pelo terceiro batalhão.

— O melhor seria que os levasse para fora da cidade, talvez para Santa Cruz...

Santa Cruz era um antigo mosteiro de jesuítas situado em uma fazenda que a família real utilizava esporadicamente como residência de caça e palácio de verão.

— Concordo, logo que isso terminar — respondeu ele em voz baixa. — Você irá a São Cristóvão e os levará de lá; deixe-me organizar tudo com o general.

— Você não vem conosco?

— Não posso me separar da tropa que me serve, tenho que enfrentar a situação.

Aquele vaivém no camarote real começou a despertar suspeitas na plateia, imaginou que talvez estivesse acontecendo algo grave. As pessoas murmuravam, pareciam desconfortáveis. Às onze da noite correu a notícia de que soldados portugueses, alterados e comportando-se como vândalos, quebravam janelas e vidraças, apagavam as lâmpadas das ruas e derrubavam carruagens nas ruas.

Então o público ficou nervoso e a agitação fez com que os atores deixassem de cantar e a orquestra também emudeceu. Vendo que as pessoas começavam a ir embora, Pedro subiu ao palco e se dirigiu de novo à população:

— Peço a todos os amigos da paz, do Brasil e minha gente que fiquem calmos e permaneçam em seus lugares! É uma medida para sua própria segurança, não saiam agora!

O povo obedeceu e aqueles que haviam se levantado sentaram-se novamente. Pedro prosseguiu:

— É verdade, dois regimentos portugueses se amotinaram, mas já dei ordens ao general de minha guarnição para que garanta a proteção das casas e das propriedades de todos os habitantes. Não devem ir para as ruas, porque isso poderá dificultar o movimento da tropa. E não se preocupem, a ordem será restaurada antes que o espetáculo acabe. Por isso, rogo a vocês que fiquem aqui comigo e desfrutemos juntos do restante da noite... Música, maestro!

Os músicos voltaram a tocar. O público lançou uma aclamação tão fervorosa que parecia que as paredes do edifício tremiam. A autoridade e a segurança da fala de Pedro tranquilizaram as pessoas, que de novo voltaram sua atenção ao espetáculo, mas o alvoroço no camarote real continuou. Em um sussurrar sem-fim, Pedro recebia mensagens, consultava seus oficiais da guarda, fazia planos para que os batalhões leais a ele se pusessem em armas e dava as últimas instruções para que Leopoldina fosse buscar as crianças em São Cristóvão e as levasse para fora da cidade.

Na saída do teatro, Leopoldina se despediu de Pedro com o coração aos pulos, antes de entrar em sua carruagem. Viu quando Pedro partiu a galope, escoltado por alguns soldados, pela escuridão da noite. Ela voltaria a ver seu marido? Ele parecia tão jovem e inexperiente, e ao mesmo tempo tão seguro de si, em seu afã de liderar os acontecimentos, que ela temia que Pedro fosse vítima de seu próprio entusiasmo. Não conseguia reprimir seu instinto protetor, porque ela o amava com toda a sua alma. A ela restava pela frente uma viagem de oitenta quilômetros, para colocar seus filhos a salvo da violência que se abatia sobre a cidade.

Pedro se dirigiu ao Jardim Botânico, a cerca de 10 quilômetros de distância, para garantir o apoio do corpo principal da artilharia. Diligente, com presença de espírito e coragem, deu ordens para que protegessem o depósito de pólvora e para que trouxessem prontamente os maiores canhões, para defender a cidade do saque das tropas portuguesas. Passou a noite reunido com os oficiais dos diferentes corpos que compunham as tropas nativas e juntos tomaram a

decisão de reunir as tropas leais no Campo de Santana, a maior praça do Rio de Janeiro, que ficava entre o morro ocupado pelos portugueses e o aqueduto que abastecia a cidade. Pela primeira vez, portugueses e brasileiros se preparavam para um enfrentamento armado.

As tropas que Pedro e seus soldados leais conseguiram reunir no Campo de Santana era um exército muito desigual, uma mistura de indivíduos de todas as etnias e origens, motivados, mas mal equipados. Havia monges a cavalo, com as batinas arregaçadas, jovens negros e mestiços armados com armas precárias, pistolas quebradas, facões enferrujados ou simples varas. Dos arredores chegavam as milícias locais e a multidão aumentava. O importante é que os efetivos brasileiros chegavam a cerca de 10 mil homens, enquanto os portugueses não passavam de 2 mil, ainda que estes estivessem muito mais bem treinados e equipados, além de ocuparem uma boa posição do ponto de vista estratégico. O problema é que, sem reservas de água, seria impossível manter essa posição.

Mas Pedro, se por um lado mostrava suas habilidades como estrategista e encorajava as tropas, por outro queria desesperadamente evitar o confronto. Apesar de ter tomado a decisão de desobedecer às Cortes e ficar no Brasil, ainda não havia assumido sua posição de fato. A luta que se anunciava tocava sua fibra mais interna e era uma metáfora de sua própria contradição. Como poderia ele, sendo português e primogênito do rei de Portugal e do Brasil, liderar uma batalha contra seus próprios soldados? Isso era algo que não se concebia.

Ao se ver cercado por soldados brasileiros no alto do Morro do Castelo, sem água nem víveres, Avilez se deu conta de que havia perdido a disputa, ao menos momentaneamente. Suas tropas poderiam abrir uma brecha nas linhas inimigas, mas também detestava a ideia de ter que lutar contra aqueles que até recentemente tinham sido seus soldados leais. Sua única esperança era ganhar tempo até a chegada dos reforços que as Cortes de Lisboa tinham enviado de Portugal e que estavam prestes a desembarcar. Assim, quando no dia seguinte, depois de muitas horas de ameaças de ambos os lados, que ainda não tinham iniciado o combate, chegaram ao acampamento dois emissários de Pedro, que convocava seus opositores para uma reunião que pudesse resolver a situação, Avilez, que também suspeitava da relutância do príncipe em provocar um confronto armado, aceitou sem hesitação. Sua ideia era movimentar suas tropas para Niterói, a ilha do outro lado da baía, onde seus soldados poderiam acampar e serem abastecidos até a chegada dos portugueses. Para conseguir isso,

precisava de uma tregua.

O príncipe o recebeu em São Cristóvão, rodeado por seus oficiais, muitos dos quais eram companheiros de armas do general. Dom Pedro não se perdeu em contemplações. Censurou-o na frente de todos, reprovou a falta de disciplina, criticou o vandalismo de seus homens, anunciou solenemente que seria removido de seu posto de general-chefe da praça do Rio de Janeiro e, por último, ordenou que saísse do país.

— Acusa-me de indisciplina, alteza, mas quem está desobedecendo a uma ordem constitucional?

— Todos nós somos constitucionais, portugueses e brasileiros. Ser constitucional é escutar a voz do povo. E o povo já se pronunciou.

Avilez, sempre orgulhoso, quis replicar, mas Pedro se adiantou:

— Além do mais, sou filho do rei, general. Sou o seu príncipe e apenas por isso, você me deve lealdade. Se aceito a tregua que me pede, é para que acate as ordens de abandonar o país quanto antes.

— Bem, sairei do país com uma condição: que possa levar meus homens e suas armas.

— Você não está em posição de impor condições, Avilez.

Pedro continha sua raiva apertando os pulsos. Não tinha ouvido seu pai dizer muitas vezes que a deslealdade dos mais próximos era o que produzia a maior decepção nos seres humanos? Agora entendia plenamente aquelas palavras. No entanto, acima do sentimento pessoal estava o interesse em alcançar a paz. Apesar de ter sido difícil, porque era uma luta consigo mesmo, conseguiu superar:

— Como quero que seus homens abandonem a cidade imediatamente, concordo em deixá-los acampar em Niterói, do outro lado da baía, como propõe. Poremos à sua disposição uma fragata para o transporte da tropa. Ali poderão esperar a chegada dos navios de Portugal, mas vou logo avisando que esses navios não terão permissão para atracar deste lado. Serão expulsos imediatamente após a chegada, com você e seus homens a bordo.

Avilez olhou para ele desafiadoramente. Na verdade, pensava ele, esses navios levariam esse príncipe arrogante e sua família de volta a Portugal, porque os reforços certamente virão bem armados. Talvez tivesse perdido uma batalha, mas não a guerra.

— Está bem, alteza, começaremos o traslado de meus homens assim que eu voltar.

— Avilez, é meu desejo que qualquer um de seus homens que deseje

permanecer no Brasil seja separado de sua divisão e lhe seja permitido ficar no país.

— Não posso consentir com isso, alteza — disse, olhando o príncipe nos olhos.

— Insisto, general.

— Meus homens me acompanharão para onde quer que eu ordene.

Pedro lançou ao general um olhar cheio de raiva, e nesse momento teria gostado de dar um soco no rosto do antigo aliado que o desafiava abertamente, mas refletiu que a concórdia entre portugueses e brasileiros valia engolir seu orgulho e a vontade de colocar no lugar esse filho de uma grandessíssima...

A cidade recuperou a normalidade com a transferência da divisão portuguesa para a ilha de Niterói. O general não conseguiu evitar a deserção de várias centenas de seus soldados, e no final restavam apenas mil e quinhentos homens. Pedro publicou um edital para comemorar a vitória da “união e da tranquilidade”. O comércio reabriu as portas, o mercado de escravos voltou a funcionar, o teatro anunciou a sua programação e a vida em geral retomou seu curso normal, sem ruídos de sabres e de disparos.

Só então o príncipe pôde se concentrar na tarefa mais urgente de todas, que era a formação de seu governo. Manteve dois de seus antigos ministros e nomeou outros, mas a grande novidade foi designar José Bonifácio como principal ministro do rei, um cargo equivalente ao de chefe de governo. Apesar de sua desinibida natureza, Bonifácio não era um homem suspeito de abrigar tendências radicais e separatistas. Ele era considerado mais um “português puro-sangue”, um bom monarquista. Pedro tomou a decisão com base em seu prestígio de naturalista e do que lhe contavam o restante de seus assessores. Seria o primeiro português nascido no Brasil que exerceria funções de chefe de governo, buscando assim ampliar o apoio dos brasileiros em um momento que exigia decisões de estadista e não mera rotina administrativa. O único problema foi que ninguém pediu a opinião de Bonifácio, embora estivesse a caminho do Rio de Janeiro, onde era esperado ansiosamente, para entregar ao príncipe regente a representação de seu governo, o de São Paulo.

Pedro quis que todas essas informações fossem transmitidas a Leopoldina, que estava na fazenda Santa Cruz, local por onde Bonifácio forçosamente teria que passar em sua viagem. Ele pediu que Leopoldina fosse recebê-lo no porto de Sepetiba, perto da fazenda, e os dois seguissem juntos para o Rio de Janeiro. Tinha muita curiosidade em conhecer a opinião da esposa sobre tão renomado personagem. Pedro valorizava bastante o critério de Leopoldina. A admiração

que sentia por ela, por sua formação, por seus conhecimentos e por seu ponto de vista tinha aumentado ao longo dos anos. Sua intuição lhe dizia que ele não encontraria conselheira mais fiel em toda a sua vida. Precisava dela a seu lado, mais como assessora e amiga do que como amante, para tristeza da austríaca.

A viagem forçada de Leopoldina, que começara na noite da atribulada apresentação no teatro, quando fora buscar seus filhos em São Cristóvão, havia sido um autêntico calvário de mais de doze horas. Sob o governo de Dom João, apenas os primeiros quilômetros da estrada haviam sido pavimentados; o resto era um caminho poeirento de dia e impraticável quando chovia. Ela não só ficou com medo de perder o bebê por causa dos baques da carruagem como também percebeu que a saúde de seu filho, João Carlos, já debilitada pelo calor intenso típico do fim de janeiro, acabou se ressentindo. Além de uma pequena escolta, a princesa ia acompanhada por sua filha Maria da Glória e uma criada, porque não tinham conseguido localizar, na pressa de partir, nem sua ajudante de câmara nem qualquer outra dama de companhia que estivesse disponível. Leopoldina suspeitava que elas tinham sumido por temerem se envolver naquelas horas de incerteza. Ela nunca alimentou ilusões sobre a sinceridade dos cortesãos portugueses. Chegou extenuada, com a roupa e poeira pregadas ao corpo, sem saber se seu filho estava sendo vítima do calor intenso ou, como dizia a criada, de um mal do fígado. Instalou-se no antigo mosteiro jesuíta que se tornara residência de verão da família real. Nos primeiros dias sentiu-se desamparada, porque não recebeu qualquer visita, até que por fim surgiu um emissário de São Cristóvão, com as instruções de Pedro.

Leopoldina enviou três cavalos a Sepetiba, além de sua escolta, que consistia de dois soldados e um cabo. Bonifácio, cercado por seus companheiros, encontrou os deputados provinciais assim que desembarcou. Quando todos se dirigiam a Santa Cruz, cruzaram com a princesa que, impaciente, viera se encontrar com eles em sua carruagem.

— Dom José — disse Leopoldina, depois das saudações protocolares —, peço-lhe que tenha a bondade de me acompanhar em minha carruagem até a casa real. Quero lhe apresentar meus filhos e logo poderá seguir viagem rumo ao Rio de Janeiro.

Bonifácio deixou seus acompanhantes pelo restante da viagem. Leopoldina ficou agradavelmente surpresa por encontrar um luso-brasileiro que falava tão bem o idioma germânico e aproveitou para comunicar-lhe que seu marido o nomeara chefe do governo. Os pequenos olhos de Bonifácio se arregalaram:

— Alteza, é muita responsabilidade sobre meus ombros cansados, eu não

posso aceitar.

— Terá que aceitar, deixe-me explicar...

Eles intercalaram entre o idioma germânico com o francês, que Bonifácio falava sem sotaque. Apesar de sua lendária tenacidade, a austríaca não conseguiu extrair do bom homem qualquer compromisso. Mas ambos entabularam uma longa conversa que tratou sobre as questões políticas, a educação das crianças e a vida intelectual. Ela estava fascinada porque, pela primeira vez, se encontrava diante de um grande pensador. Um ser admirável que lhe parecia contraditório por sua reputação de libertino, ateu e progressista, mas exatamente isso a obrigava a questionar a rigidez de seus próprios princípios. Leopoldina precisava abrir-se à força para as tendências liberais de seu marido, e alguém como Bonifácio lhe ajudaria a entendê-las. Basicamente, ela estava à procura de uma justificativa científica e religiosa para ajudá-la a se adaptar a esse mundo de valores modernos, que era o de seu marido. Ela ficou tão encantada com Bonifácio que enviou uma mensagem ao Rio de Janeiro na qual afirmava que o paulista era “um homem muito capaz e verdadeiro”. A simpatia foi mútua. Além do prazer de poder exercitar aqueles idiomas, Bonifácio também foi seduzido pela sensibilidade e cultura da princesa. Em Santa Cruz, Leopoldina lhe apresentou seus filhos. O pequeno João Carlos ainda não se curara.

— Estes dois brasileirinhos e este que está prestes a chegar — disse ela, apontando para a barriga — são seus compatriotas e lhe peço que sempre os trate com o amor de um pai.

Bonifácio ficou comovido. Aconselhou a não fazer o menino se movimentar muito, pelo menos até que recuperasse um pouco mais das forças. Não viajariam juntos, mas os dois combinaram de se ver no Rio de Janeiro.

Pedro estava tão interessado em conhecer Bonifácio e seus deputados paulistas que mandou que seguissem para São Cristóvão logo que soube que tinham chegado à cidade. Já eram dez da noite quando os recebeu por uma porta privada. Eles não tinham tido tempo de trocar de roupa e entraram no salão sacudindo a poeira de suas túnicas e casacos, jaquetas e chapéus, enquanto admiravam timidamente os objetos, móveis e pinturas daquela mansão real. Mas logo a afabilidade do príncipe, seu calor no tratamento, seu equilíbrio e sua franqueza os deixou confortáveis. Trataram de nomear o naturalista não apenas como o principal ministro do reino, mas também como o responsável pelos Negócios Estrangeiros. Pedro explicou que aquela era uma escolha lógica, dada a experiência adquirida por Bonifácio na Europa. Sem dúvida, José Bonifácio já

tinha vivido bastante para se deixar ficar deslumbrado por um fogoso príncipe de 23 anos, e se opôs a isso com energia. Duvidava que pudesse trabalhar ao lado de alguém tão diferente em idade, em cultura, em formação, em origem, em tudo. Pedro era católico praticante, e raras vezes perdia a missa dos domingos na pequena igreja da Glória, enquanto Bonifácio era maçom e ateu. Pedro era impulsivo, Bonifácio ponderava suas decisões. Também não tinha certeza se a adesão de Pedro às ideias progressistas não passava de mero oportunismo. Além disso, ao paulista, homem pouco influenciável, não interessava o poder pelo poder; sua ambição se limitava a lutar por suas ideias e, se possível, trazê-las à fruição. Sonhava com um Brasil com elevado grau de autonomia, uma monarquia constitucional com liberdades garantidas com uma autoridade estável. Ele estava interessado no poder para reformar em profundidade a estrutura social e econômica, tendo em vista seu objetivo final: abolir a escravidão. Sua imaginação de velho sábio perdia-se em seus planos grandiosos.

Pedro, que tinha problemas urgentes e concretos para resolver, não estava acostumado a essa independência de espírito, mas logo percebeu que não poderia tratar Bonifácio como um daqueles que havia conhecido até então, nem esperar ser tratado por ele como se o velho fosse apenas um cortesão mais instruído. Esse homem era diferente de todos os demais. O príncipe soube reconhecer nele uma qualidade superior, muito longe da mediocridade servil à qual estava acostumado; era algo que ele não sabia identificar, uma certa grandeza de espírito, um conhecimento profundo e eclético, e ao mesmo tempo um caráter franco e curioso, que o fazia parecer mais jovem do que realmente era. Pela primeira vez estava diante de uma pessoa que não se desfazia em súplicas e desculpas na hora de recusar uma nomeação (e essa não era qualquer nomeação). Estava à frente de um homem que fora contagiado pelo espírito de modernidade que assombrava a Europa, e que Pedro também reivindicava como sendo seu.

— Estou disposto a servir sua alteza em qualquer outro âmbito, mas não encabeçando seu governo — acrescentou.

Nessa altura dos acontecimentos, Pedro não podia se dar ao luxo de dispensar o paulista. Sentia que ele era uma peça fundamental para unir forças e movimentar o país para frente. Seria mais valioso do que o conde dos Arcos fora no governo anterior, antes do golpe. Precisava dele imperiosamente.

— Diga-me quais são as condições, sr. Andrada. De antemão, e antes de conhecê-las, lhe afirmo que aceito todas.

Pedro sabia que, para que essa colaboração frutificasse, deveriam ser

excluídos da questão temas como hierarquia, a diferença de idade e de condição. O venerável naturalista assumiu o desafio e lhe fez todo tipo de perguntas, colocando-o à prova. Queria ter certeza de que não estava diante de um exaltado jovem, ávido pelo poder, ou um cavalheiro perdido no tumulto da história. Pedro realmente acreditava nos valores que defendia? Não abusaria de sua autoridade como príncipe para impor critérios pessoais por puro capricho? No caso improvável de que aceitasse a nomeação, teria liberdade de decisão e ação necessária? Não entraria em um conflito por poder com esse príncipe jovem, rude e temperamental? Consciente de que a sinceridade poderia ser prejudicial, Bonifácio, diante da insistência de Pedro e de seus conselheiros, pediu para ficarem sozinhos e terem uma conversa “de homem para homem”.

— Vamos ver se podemos nos entender — disse Bonifácio — Na verdade, tenho apenas uma condição importante e que desejo comentar em particular.

O paulista não pretendia se empenhar em uma luta prolongada sem ter a segurança mais absoluta de que poderia contar com a presença e o respaldo do príncipe a todo o momento.

— Não podemos estabelecer um programa de ação política cujo elemento mais importante de coesão e unidade dos nativos do Brasil, ou seja, sua alteza, desapareça do mapa porque rapidamente se reconciliou com Portugal. Se isso acontecer, não poderá ser às custas do governo liberal e autônomo que assumiríamos. Se me der sua palavra, alteza, de que isso não vai acontecer, poderíamos chegar a um acordo.

Acendeu-se um brilho nos olhos de Pedro, que não hesitou em responder:

— Você tem minha palavra, Andrada. Enquanto eu viver, a casa de Bragança não sairá do Brasil, eu juro.

Mas o jogo não estava ganho. Bonifácio continuava a impor condições, ele queria pisar em solo firme. Seu plano era simples e exigia uma série de medidas concretas, algumas bem difíceis de cumprir:

— Alteza, nossa sobrevivência depende de que consigamos expulsar Avilez de Niterói antes que cheguem os reforços de Portugal. Preciso que me prometa que vai empreender o mais breve possível uma ação militar e naval para expulsá-los.

Era isso que Pedro vinha tentando evitar. Era difícil resignar-se a atacar Avilez e suas tropas. Que diria seu pai quando morressem soldados portugueses por ordens suas? Em seu íntimo, ele continuava sentindo-se português. Nesse momento, uma delegação da divisão de Avilez havia anunciado sua próxima visita ao palácio, para cumprimentar Leopoldina no dia de seu aniversário. Obviamente, Avilez queria suavizar as tensões para continuar ganhando tempo, mas Pedro não foi enganado pelas intenções finais do general.

As evasivas de Pedro esfriaram o entusiasmo de Bonifácio, mas a súbita e inesperada chegada de uma Leopoldina mortificada, que havia decidido antecipar seu regresso ao palácio porque o pequeno João Carlos havia piorado, chocou o príncipe. Quando Pedro notou a cor esverdeada da pele de seu filho, suas pálpebras entreabertas revelando o branco dos olhos, quando notou a respiração ofegante e rápida e ouviu seus débeis gemidos, sua alma caiu a seus pés. Porque esse príncipe áspero e às vezes rude, capaz de viajar 60 quilômetros a cavalo sem desmontar, ou passar um dia inteiro sem comer, esse jovem que podia ser intransigente e implacável com os subordinados e grosso com as mulheres, tinha, no entanto, um lado sensível, que se manifestava em seu amor incondicional por seus filhos. A ideia de perder outro filho, como aquele cujos restos guardava em um pequeno ataúde branco em seu escritório lhe provocava um desespero surdo e profundo, como se de repente nada fizesse sentido. Que

Deus era esse, que permitia que uma criança sofresse assim? E então se lembrou da inevitável “maldição dos Bragança”. O pequeno que agonizava era o primogênito varão, o alvo da maldade daquele monge que jurou vingança eterna a um rei de Portugal. Até quando, meu Deus, eles teriam que padecer dessa vingança? Pedro foi rezar na solidão da capela, “não, por favor, não o tire de nós, não o tire nunca, ele não tem culpa de nada, não tem mancha nem passado, deixe-nos com ele, eu lhe imploro, Senhor, deixe que um dia venha a empunhar o cetro de nossa monarquia...”. Naquele momento não lhe importava o governo, nem o império, nem as Cortes de Lisboa, nem a glória. A estátua de madeira esculpida, do mais puro estilo gótico brasileiro, lhe lançava um olhar de súplica. E no rosto desse Cristo moribundo ele reconhecia o de seu filhinho, aqueles olhos vazios, que falavam de morte e não de vida, eram os do pequeno João Carlos, que vomitava bile em seu berço, em meio ao suor, aos tremores e aos cuidados dos médicos, os médicos portugueses que eram o pavor de Leopoldina.

Por mais explicações que os frades lhe davam sobre o sentido do sacrifício, sobre os insondáveis desígnios do Senhor, sobre a capacidade redentora da dor, Pedro sentia em suas entranhas uma mescla de raiva e de revolta. Precisava encontrar algum sentido naquela injustiça: quem era o responsável? Quando, no dia do aniversário de Leopoldina, um mordomo anunciou que uma delegação de oficiais da divisão de Avilez aguardava na antessala do palácio para felicitar a princesa, Pedro respondeu:

— Expulse imediatamente todos eles daqui!

— Mas, alteza... — sussurrou o homem, surpreso com uma ordem tão incisiva.

— Eu não os receberei — completou Leopoldina.

— Diga-lhes que voltem a seus quartéis.

Uma onda de ressentimento contra aqueles oficiais farisaicos o invadiu. Se eles não tivessem se amotinado, a família não teria sido forçada a fugir naquela noite quente e fatídica, e o pequeno João Carlos não teria adoecido. Para Pedro, o general Avilez era o culpado pela crítica situação que seu primogênito vivia.

— Andrada — disse ele ao venerável Bonifácio —, tem todo o meu apoio para acabar com os rebeldes de Niterói.

Essa era a última coisa de que Bonifácio precisava para se instalar no Rio de Janeiro e se organizar. Instalou seus escritórios no antigo palácio da praça do Largo do Rocio. Da janela de sua sala, e com a ajuda de um telescópio, podia enxergar a ilha de Niterói, a cerca de 4 quilômetros de distância, e monitorar o movimento de barcos, faluchos, bergantins e fragatas nas águas azuis e turquesa

da baía.

E ele começou a governar, em estreito contato com Pedro, que passava a maior parte do tempo em São Cristóvão, junto de Leopoldina e de seu filho agonizante. O mais urgente era conseguir reforços: deu ordens para que unidades das milícias brasileiras de Minas e de São Paulo viessem ao Rio de Janeiro e mandou acelerar a construção de cinco navios que pensava utilizar para transportar as tropas de Avilez de volta a Portugal. Em pouco tempo, deslançou uma atividade frenética: ordenou que não se aplicasse no Brasil nenhuma lei promulgada em Portugal que não contasse com a aprovação do príncipe regente, supondo que isso seria um golpe mortal sobre a autoridade das Cortes de Lisboa. Mesmo assim, mandou instruções a todas as juntas provisórias das províncias para que aceitassem formalmente a autoridade do regente no Rio de Janeiro.

Quando os navios estavam equipados para a viagem pelo oceano até a Europa, Pedro insistiu em enviar uma nota pessoal para o general Avilez, para que embarcasse suas tropas e partisse rapidamente da baía.

“Não podemos obedecer a suas ordens, alteza” — protestou Avilez por escrito. “Nosso dever constitucional exige que fiquemos aqui até que cheguem as tropas substitutas de Portugal.”

Pedro respondeu com uma segunda nota, contendo todo o seu rancor acumulado. Misturando queixas pessoais e razões políticas, condenou severamente a oficialidade portuguesa por sua insolência: “O soldado que é desobediente ao seu superior, além de mau cidadão, é o maior flagelo da sociedade civil, que o alimenta, o veste e o honra”. E terminou com uma ameaça: “Se as tropas não estiverem embarcadas até o meio-dia do dia 5, cortarei o suprimento de víveres e de água sem contemplação”. Em sua resposta, Avilez ressaltou a contradição do príncipe: “O único indisciplinado contra o Congresso soberano é sua alteza”.

Logo começaram a correr pela cidade os boatos de que os soldados de Avilez iriam atacar. Enquanto isso, Bonifácio e seus militares brasileiros preparavam o cerco da ilha de Niterói. Os comerciantes foram orientados a interromper todos os intercâmbios com a divisão portuguesa. Mas os “pés de chumbo” sabotaram o bloqueio usando várias de suas embarcações para transportar, à vista de todos, os suprimentos que conseguiam na cidade. Assim que soube disso, Pedro mandou interceptar o mercado paralelo, usando a fragata *União*, aquela que supostamente deveria tê-lo levado, justamente com a família, à Europa, a corveta *Liberal*, mais três barcaças armadas e o vapor *Bragança*. Também colocou tropas em locais estratégicos, para impedir qualquer fuga dos

portugueses por terra.

À medida que o calor se tornava mais intenso, o estado de saúde do infante João Carlos piorava. O ar estava imóvel, carregado de umidade; até os pássaros do aviário pareciam estátuas e os cães cochilavam à sombra das palmeiras. Em meio a esse abatimento geral, e na véspera do ultimato lançado por Pedro contra a tropa portuguesa, o pequeno foi vítima de um ataque epiléptico que se prolongou por 28 horas. Nunca o tempo lhes pareceu transcorrer mais lentamente do que durante essa longa agonia que levava a vida de seu filho, em meio a sofrimentos espantosos. Os médicos nada puderam fazer. As convulsões deixavam o menino em tamanho estado de prostração que parecia estar morto, mas depois de um tempo, despertava novamente com outro ataque. Leopoldina o acomodou em sua cama, não queria separar-se nem um segundo de seu filho. Passava um pano úmido sobre sua testa, e só conseguia escapar daquela tortura durante os breves minutos que cochilava entre duas crises. Sonhou estar cercada de neve, em uma paisagem de pinheiros e altas montanhas, o ar picando a pele como milhares de pinhas e o reflexo do sol que lhe fazia fechar os olhos. Brincava jogando bolas de neve com seu filho, que estava forte e saudável, com as bochechas rosadas e o nariz que escorria por causa do ar frio. Cada bola de neve que estalava em seu rosto a inundava de um frio delicioso e ela passava a língua pelos lábios cobertos de água gelada para matar a sede. O riso de seu filho, a voz do condutor do trenó, as casinhas de madeira iluminadas e enfileiradas na encosta da montanha, as pontas de gelo penduradas na borda das janelas; o moer ruidoso da neve fresca sob seus pés, a voz de seu pai e de sua irmã lhe dando as boas-vindas ao palácio, e lareira com um fogo queimando a lenha, lambendo as pedras, línguas de fogo ameaçadoras que lutavam para sair e alcançá-la... Até que um grito gutural a arrancou do sonho e a devolveu para o pesadelo de sua realidade, ao calor e ao sofrimento de seu pequeno, que tremia e gritava, enquanto seu pai tentava acalmá-lo com carícias e beijos. Pedro respondeu a José Bonifácio, que reclamava sua presença para fazer frente aos portugueses que continuavam sem acatar as suas ordens: *“Eu escrevo em lágrimas para dizer que não posso ir para o antigo palácio, porque meu filho está dando seu último suspiro. Eu nunca vou ter um melhor momento para dar um último beijo e a bênção paternal”*.

Quando a criança morreu, Pedro e Leopoldina estavam exaustos, atordoados por uma névoa invisível que lhes invadia a mente e o corpo dolorido, como se tivessem sido vítimas de uma surra. *“Em meio a tanta tristeza, é meu dever sagrado participar à sua majestade o golpe que a minha alma e o meu*

*coração dilacerado sofreram. Meu lindo filho João nos deixou*” — assim Pedro deu a notícia a seu pai, acrescentando — *“o sofrimento e a morte de seu neto foram frutos de insubordinação e crimes da divisão portuguesa”*. Leopoldina refugiou-se em sua fé para não cair em desespero: *“Eu sou incapaz de descrever a minha dor”* — escreveu ao pai. — *“Só encontro um pouco de conforto na firme confiança no Todo-Poderoso, que tudo faz para o bem da humanidade. É preciso que o tempo passe.”*

A criança foi sepultada na igreja do Convento de Santo Antônio, onde seu avô e seu pai tinham feito o regime de penitência para exorcizar a maldição familiar. Por considerar o pequeno em estado de pureza absoluta, não se declarou período de luto, nem sequer houve lugar para uma cerimônia no momento do enterro, porque, segundo a crença, ao ter sido batizado, sua alma ia diretamente para o céu. Isso desconcertou Leopoldina, e a impressionou mais ainda que ninguém se vestisse de preto, ao contrário, que a corte brilhasse com suas melhores roupas de gala naquele dia terrível. Explicaram-lhe que a morte de uma criança em “idade angelical” devia ser motivo de regozijo, porque a criatura já estava na presença do Todo-Poderoso. Não choravam de alegria as mães, nas ruas do Rio de Janeiro, quando morriam seus filhinhos, porque tinham a sorte de estar reunidos com Deus? Pobre consolo para Leopoldina, enlameada nos pântanos da dor e cuja alma sensível se chocava com a religiosidade de uma corte tão supersticiosa e ignorante quanto o povo que depreciava e, ao mesmo tempo, emulava.

A morte do primogênito teve como resultado unir mais o casal no rumo que deveria ser seguido. O rancor e a aversão que guardavam pelas tropas portuguesas eram sentimentos compartilhados por cariocas que não tinham esquecido o saque dos amotinados durante a noite do Dia do Fico. De um lado, o povo determinado a não permitir a chegada de mais soldados de Portugal e, de outro, o general Avilez continuava fazendo o possível para ganhar tempo, tanto que obrigou sua mulher a vender suas joias para alimentar os soldados. Leopoldina se inteirou, através de um comandante brasileiro, de que a linda Joaquina de Avilez estava vivendo mal na cidade, enquanto negociava carregamentos de mantimento para enviá-los para Niterói.

— Teremos de prendê-la...

— Não, não façam isso... — Leopoldina pediu ao comandante.

— Ela está trabalhando para o inimigo, senhora.

— Envie-a para junto de seu marido, mas não a prenda, eu lhe peço, por favor.

No fundo, Leopoldina se compadecia de Joaquina. Não teria feito ela o mesmo nessas circunstâncias?

O dia do ultimato de Pedro passou, e as tropas seguiam sem se mover. Avilez mandou uma nota comprometendo-se a levantar âncora três dias depois e solicitando mais barcos para transportar a tropa, assim como o levantamento do bloqueio. Pedro, que tinha muita urgência de vê-los partir, enviou mais dois navios e ergueu o cerco no dia 6. Mas o que ele e Bonifácio viram através de seus binóculos foi uma intensa movimentação indo de um navio ao outro com intenção duvidosa: não conseguiam saber se estavam preparando a fuga ou um ataque à cidade. Por precaução, ordenaram o toque de retirada e de novo surgiu o rumor de que os portugueses estavam a ponto de atacar. Nas ruas do centro se instalou o pânico, o povo lançou-se às lojas de alimentos e de secos e molhados para aprovisionamento de mantimentos, enquanto outros comerciantes fechavam suas portas, e as igrejas se esvaziavam. Bonifácio assumiu o comando de uma unidade de milícias e apareceu na praça do Largo do Rocio montado a cavalo, vestido de uniforme como em seus bons tempos, quando em Portugal lutara contra as tropas de Napoleão. Enquanto isso, Pedro se deslocou em uma barca até a fragata *União*, ancorada em frente a Niterói, e dali mandou um oficial dizer a Avilez que teriam de içar velas ao amanhecer do dia seguinte, do contrário seriam tratados como inimigos e não lhes dariam trégua.

O oficial regressou à fragata acompanhado do general Avilez, que protestou pela dureza da ordem e ao mesmo tempo apresentou suas desculpas, mas Pedro, que não conseguia tirar da mente o rosto de seu filho agonizante, se mostrou inflexível:

— Se não cumprir as minhas ordens, eu mesmo abrirei fogo contra seus barcos. Não posso continuar sendo cúmplice de sua rebelião.

Pedro disse isso com uma mão apoiada sobre a parte de cima do cano de um canhão e a outra brandindo uma tocha, para dar mais ênfase à sua ameaça. Sabia que as forças brasileiras com as quais contava, habilmente organizadas por José Bonifácio, eram mais numerosas e que o esquadrão naval às suas ordens estava bem armado. Sabia que o povo estava do seu lado. A luz da tocha iluminava o rosto de Avilez, que parecia desconcertado pela firmeza do príncipe. Também era conhecedor da desigualdade de forças, pois continuava sem notícias sobre a possível chegada de reforços. E se eles se atrasassem por um tempo indeterminado? E se eles tivessem naufragado? Avilez sabia, sobretudo, que os

seus oficiais vacilariam na hora de recorrer à violência, porque se encontravam diante do filho do rei, e isso pesava.

No fim, o general não teve outro remédio exceto transigir e ordenou o embarque das tropas. Pedro passou a noite dormindo no convés, usando sua roupa como travesseiro. Na manhã seguinte, pôde comprovar que eles cumpriam suas ordens. Através de seu binóculo viu Joaquina de Avilez chegar em uma pequena embarcação até o navio de seu marido e subir a bordo. Apesar dos duros tempos que a mulher vivera recentemente e que se refletiam em uma magreza extrema e um desalinho que não era conhecido dela, ou, talvez por isso, Pedro achou-a mais atraente do que de costume.

Logo voltou à terra e finalmente, dois dias depois, os navios zarparam. Postado na praia, viu como suas corvetas *Liberal* e *Maria da Glória* escoltavam as embarcações da tropa até a saída da baía, frota que incluía o navio que devia ter levado o príncipe e sua família para Portugal. Nesse momento, teve a sensação de ter ganhado pulso da situação, do destino; essa frota de navios de velas brancas que se distanciavam marcava o fim de uma época, era o toque final do poderio militar português no Brasil. Além disso, estava satisfeito porque o confronto terminara sem disparos, sem sangue, sem um único ferido. “Foram embora mansos como cordeiros”, escreveu para Dom João na mesma noite.

Imediatamente, José Bonifácio emitiu uma proclamação que proibia a entrada de forças portuguesas no Brasil. Quando duas semanas depois chegaram os reforços, que supostamente vinham para levar a família real de volta a Portugal, foram recebidos com tiros de canhões vindos das fortalezas que guardavam a entrada da baía. Obrigados a ancorar em mar aberto, os comandantes da expedição foram autorizados a desembarcar, para negociar sua presença em solo brasileiro. Uma corveta foi confiscada, autorizou-se o reabastecimento de seus outros navios no Rio de Janeiro, e aos 1.200 soldados portugueses lhes foi permitido escolher entre regressar para Portugal ou ingressar no exército do príncipe regente no Brasil. Cerca de 800 decidiram ficar.

Pedro já não escrevia mais, em suas cartas para o pai, que era apenas um capitão-geral relegado ao governo de uma província, e sim como o “*regente de um vasto reino, que garante a monarquia luso-brasileira, e lugar-tenente de vossa majestade. Desde que a divisão saiu, tudo ficou calmo, seguro e perfeitamente unido a Portugal*”. Estava feliz por poder comunicar ao pai que cumprira com seu dever de salvar da desintegração aquela parte do território que lhe fora confiada.

Pouco depois da partida da esquadra portuguesa, quando a cidade vivia em

um ambiente de frenética atividade, Leopoldina deu à luz de uma maneira peculiar, tratando-se de uma princesa. Na noite de 11 de março começou a sentir as dores e as três e meia da madrugada chamou Pedro. Às cinco, enquanto caminhavam lentamente no palácio, ela sentiu fortes contrações, então, para a surpresa de ambos, Leopoldina se agarrou ao pescoço de Pedro. Abraçados na penumbra de um corredor, sentiram um jorro quente que lhes encharcou a roupa: era o líquido amniótico que formou uma poça no piso de madeira. Com os pés firmemente plantados no chão, Leopoldina deu à luz uma menina no mesmo instante. *“Às cinco e meia estava tudo terminado, com imensa felicidade”*, escreveu Pedro para o pai. A boa-nova foi comunicada ao povo por meio de salvas de artilharia vindas das fortalezas e dos navios ancorados na baía. *“Deus levou meu João Carlos, mas me deu outra filha, que chamaremos de Januária”*, anunciou em uma carta para seu irmão Miguel.

## Q UINTA PARTE

O tempo de enganar os homens terminou.

DOM PEDRO

Em Lisboa, Miguel compartilhou a notícia do nascimento da nova infanta com sua mãe, na Quinta de Ramalhão, onde agora viviam juntos. Era uma vila situada nas verdes colinas de Sintra, que Carlota havia adquirido em 1802, depois que seu marido, que era príncipe regente na época, descobriu um complô forjado por ela para fazer-lhe passar por louco e usurpar-lhe o poder. Não era como o palácio de Queluz, mas era uma casa ensolarada, com grandes quartos bem ventilados, cujas varandas davam para plantações de laranja e limão. Ela fora definitivamente expulsa de Queluz por Dom João, devido a sua obstinada negativa de jurar a Constituição. Evitou o exílio alegando que estava doente demais para viajar. Na verdade, por razões diferentes, nem um nem o outro desejavam isso. Uma comissão de médicos enviada por Dom João detectou que Carlota padecia de uma doença pulmonar que se arrastava desde o Rio de Janeiro, assim como de pedras nos rins. Com essa desculpa, Dom João lhe comutou a sentença do exílio e a devolveu à casa que ela mesma havia escolhido antes de partir para o Brasil.

A carta que Pedro mandava ao irmão continha outra proposta. Oferecia-lhe a mão de sua filha Maria da Glória, com o consentimento de Dom João, e o instava a regressar para o Brasil. Os casamentos entre tios e sobrinhas existiam desde tempos imemoriais nas monarquias europeias, costume que se convertera na principal causa de degeneração genética das dinastias reinantes. Apesar disso, continuava vigente porque era uma forma de assegurar os direitos sucessórios. O próprio Dom João era filho de tio e sobrinha, e uma irmã de Pedro fora casada com seu tio Fernando, rei da Espanha. Assim, a proposta de Pedro, que procurava eliminar qualquer ameaça potencial aos seus próprios direitos, não era descabida no contexto da época. Estava motivada pela convicção de que já não teria um descendente masculino e de que sua filha primogênita, a pequena Maria da Glória, seria sua sucessora no trono do Reino Unido de Portugal: *“Terá que*

*esperar por uma década ou mais até que sua esposa alcance a puberdade” — escreveu Pedro ao irmão —, “no entanto, farei tudo que estiver ao meu alcance para fazer de sua vida aqui a mais prazerosa possível. Será uma vida melhor que estar em Portugal, sob a bota das Cortes. Além disso, se vier, não só estará ajudando seu irmão como também a nação e seu pai.”*

Mas Miguel não era idealista, e sim um ser ressentido, invejoso e ambicioso como a mãe, sob cuja influência vivia desde criança. Não importava para Miguel a sorte de seu pai nem a de seu irmão, e se fingia interesse pelo destino de Portugal, era somente porque via nisso sua oportunidade de ter poder, de um dia chegar a ser alguém, de livrar-se da pecha de “bastardo”. Pedro ignorava que ambos, Carlota Joaquina e Miguel, estavam muito empenhados e desejosos de tirar partido das dissensões internas que os deputados das Cortes enfrentavam. Alguns, irritados e até escandalizados pela atitude que consideravam desrespeitosa e sediciosa de Pedro, eram partidários de nomear Miguel o novo príncipe herdeiro. Carlota esfregava as mãos: se o conseguissem, logo ela galvanizaria os absolutistas ao redor da figura do filho, para acabar derrotando o governo parlamentar. E, por fim, se faria realidade o sonho de sua vida: usurpar o poder de seu marido, fazendo-o passar de novo por uma pessoa mentalmente instável e colocar Miguel como príncipe regente. Seu filho de alma, seu preferido, seu “bastardinho”, reinaria sobre Portugal e suas colônias além-mar.

As informações que Pedro recebia do pai eram escassas e imprecisas, porque todos os escritos e as cartas de Dom João eram submetidos ao escrutínio da censura. Mesmo assim, seu pai insinuava que Carlota tentava conspirar para modificar os direitos sucessórios. Uma razão a mais, pensou Pedro, para afastar seu irmão da tutela materna. Sentindo que Miguel poderia ser mais útil no Brasil do que grudado à barra da saia de Carlota, e porque na verdade tinha um carinho autêntico por ele, insistiu de novo, com a linguagem que era familiar a ambos: *“Não faltará gente que lhe diga que não venha” — escreveu. “Diga-lhes que comam merda. E também dirão que se o Brasil se separar, você será rei de Portugal. Que comam mais merda.”* Mais para frente dizia: *“Volte para o Brasil, onde o povo lhe respeitará e onde poderá cortejar minha filha e casar-se com ela em seu devido tempo... Venha, venha, venha, porque o Brasil lhe receberá com os braços abertos e viverá em plena segurança, sem que lhe custe nada, porque em Portugal você não está seguro, pode acabar como o sucessor da França e nosso pai, como Luís XVI.”* Porém, Miguel estava surdo para o pedido do irmão; era irresponsável demais para que o assunto da segurança lhe importasse. Ao

contrário, o perigo o atraía. No fundo, sabia que se ficasse longe de sua mãe não era ninguém e nunca seria, por mais que seu irmão lhe assegurasse o contrário. Além disso, em Lisboa ele se encontrava no centro da ação, no lugar onde se decidiria o futuro de Portugal, do Brasil e da monarquia; ao menos era isso que ele pensava.

O destino do Brasil era motivo de brigas constantes nas Cortes de Lisboa. Os parlamentares se enroscavam em azedas discussões sobre as pretensões da antiga colônia. Os deputados brasileiros, que foram ignorados nas primeiras instruções enviadas ao Rio de Janeiro, tinham muitas dificuldades na hora de defender os direitos de seus representados. Quando, por exemplo, um deles pediu a criação de uma universidade no Brasil, lhe responderam que bastariam algumas escolas primárias. Enquanto pediam a palavra, eles constantemente enfrentavam a hostilidade dos deputados portugueses e do público que assistia às sessões da tribuna. Ninguém deixava que os da “colônia” falassem. E mais, os mais exaltados exigiam organizar uma expedição contra o Rio de Janeiro e seu príncipe rebelde.

— Lancemos nossos cães contra os traidores! — pediu, aos brados, um deputado português.

— Nós os atacaremos com cachorros — bradou outro em coro.

— Pois saibam que não nos faltam jaguares e onças para receber sua matilha! — replicava um dos brasileiros, cujas palavras eram afogadas imediatamente pelos gritos do público e o esperneio dos deputados locais.

Dom João tentava comunicar ao filho Pedro esse ambiente e o que revelava, ou seja, que o Brasil não podia esperar que Portugal o tratasse em pé de igualdade. E este o respondia pedindo ao pai que levasse suas cartas ao conhecimento dos deputados. Dizia coisas ofensivas e presumia sua crescente popularidade. “*Conservo um grande rancor para com essas Cortes que tanto têm buscado aterrorizar o Brasil e arrasar Portugal*”, escrevia em uma de suas cartas. Para evitar ser intitulado como reacionário, queria deixar claro que sua raiva estava dirigida só a essas facciosas Cortes e não ao sistema de Cortes deliberativas, “*porque esse sistema nasce com o homem que não quer ser servil e ao qual o despotismo aborrece*”.

Porém, o caso é que ninguém sabia se esse príncipe ávido de glória e transbordante de dinamismo estava disposto a romper definitivamente com o passado e a desempenhar o papel de libertador — com um Bolívar, um São Martín ou um Artigas — ou se buscava conservar os laços de união com Portugal. Ele se faria de “índigena”, como diziam, para proclamar a

independência total do Brasil e fazer com esse um novo cetro? Ou seria fiel ao juramento que fizera a seu pai, assinado com seu próprio sangue, de jamais usurpar a coroa, não importasse o que acontecesse? O problema era que Pedro nem sequer podia responder essas perguntas. Os acontecimentos se precipitavam e o desafio consistia em tentar controlá-los.

Em Minas Gerais, a província mais povoada do país e uma das mais poderosas do ponto de vista político e econômico, a junta do governo começava a vacilar e anunciou sua recusa a submeter-se tanto à autoridade da regência do Rio de Janeiro como à das Cortes de Lisboa. Advogavam tão só e simplesmente a independência da província. Diante dessa atitude separatista que punha em xeque todo o seu projeto de unificação, Pedro, Bonifácio e seus assessores perceberam que não bastava proclamar um rosário de ordens e declarações, tinham que tomar uma decisão imediata, enérgica e eficaz. Pedro entendeu que, se algum dia pretendia estender sua autoridade às províncias mais distantes, devia reagir da mesma maneira que nas crises anteriores: consultando diretamente o povo, indo ao seu encontro.

— Eu vou para Minas... — anunciou naquela mesma noite para Leopoldina. — Até Ouro Preto, para falar com os membros da junta. Tenho que ganhar a confiança, de qualquer forma.

— Vai sozinho? — perguntou ela.

— Só três pessoas me acompanharão, pois são amigos de Bonifácio e conhecem pessoas em Minas.

— Isso é muito arriscado, minha vida. Não lhe faltam inimigos ali, por você ser quem é...

Leopoldina se referia a uma revolta independentista que rompera no fim do século anterior em Minas Gerais, a Inconfidência Mineira. Recordou-lhe que fora sua avó Maria quem assinara, em Lisboa, a ordem de execução de Tiradentes, líder daquela revolta e cujo apelido vinha de sua profissão de dentista. Depois de ter sido executado e esquartejado, de que sua memória fosse declarada oficialmente infame, sua casa destruída e todos os seus descendentes desonrados, seus restos mortais foram distribuídos nas cidades e nos povoados em que ele expôs seus discursos revolucionários e pelos quais Pedro deveria passar em sua peregrinação pela província até alcançar Ouro Preto, a capital.

— Acredita que terão esquecido a Inconfidência? — perguntou Leopoldina.

— Eles podem sequestrá-lo, podem atentar contra sua vida... Por que não leva um batalhão de escolta?

— Não quero impressioná-los com soldados e parafernálias militares, ao

contrário, para conquistá-los, preciso que me vejam como um dos seus.

Pedro a encarou com seus olhos de cãozinho manso e lhe respondeu com um leve sorriso.

— Ninguém mais se lembra de Tiradentes, é uma história do passado, eu lhe asseguro — continuou Pedro. — É preciso confiar no povo, Leopoldina. Falarei com a junta e os convencerei de que o melhor para todos é nos mantermos unidos.

Ainda que para Leopoldina fosse difícil confessar, ela não queria separar-se de Pedro naquele momento. Só se passara dois meses desde a morte de seu filho. Dava pena vê-la. Apresentava um aspecto desalinhado, descuidado, com profundas olheiras. Suas sucessivas gestações tinham causado danos em seu corpo, cada vez mais inchado. Não conseguia recompor-se, apesar de todo o trabalho que lhe dava o novo bebê e as tarefas de ajudar seu marido a governar. Quando se despediu de Pedro, ainda com o coração encolhido, sentou-se em sua escrivaninha para escrever para a irmã: *“Começava a me deliciar com suas graças infantis, quando tive a infelicidade de perdê-lo. Não tenho nenhum consolo, passo as noites sem dormir. Não consigo seguir adiante”*.

Pedro teve a sorte de mergulhar naquele objetivo, o melhor remédio para esquecer a recente tragédia. Com um chapéu de abas largas e vestido com o poncho dos gaúchos do sul, se lançou pelos caminhos do interior do Brasil sem medo e com entusiasmo. Nem sequer quis levar um cozinheiro:

— Comerei o que encontrarmos no caminho — ele disse para Leopoldina ao despedir-se.

No dia 25 de março de 1822, acompanhado por quatro pessoas, e mais um criado, um peão e três soldados de escolta, se pôs a caminho de Minas Gerais, com o propósito de apaziguar os ânimos e reconduzir a decisão de seu governo local.

Ir ao encontro de uma junta insubmissa e de um povo ansioso pela independência lhe parecia um desafio formidável. Além disso, era a primeira vez que saía dos arredores do Rio de Janeiro e adentrava o interior. Se não viajara antes era porque, como príncipe, não podia se ausentar da corte sem a permissão paterna e porque o Brasil, como nação e como reino, só começou a ocupar plenamente sua atenção quando assumiu a regência e, sobretudo a partir do momento em que sentiu o calor e o carinho do povo lhe pedindo para permanecer ali. Era um príncipe sentimental, receptivo aos afetos e esperava que o povo respondesse a essa sua entrega. Não se importou de fazer uma viagem que fisicamente era muito dura, que exigia cavalgar durante dias inteiros por caminhos estreitos e perigosos, ensopado até os ossos pelas frequentes chuvas. O clima tornava-se ameno à medida que deixavam a mata densa para trás e seguiam entre eucaliptos, palmeiras, primaveras, ipês com suas flores malvas que contrastavam com o verde escuro das montanhas, altas e arredondadas. Ao entardecer, acampavam à beira dos caminhos, comiam um pedaço de toucinho e uma porção de farinha de mandioca e dormiam em qualquer lugar; o príncipe se cobria com seu poncho e dobrava a sua jaqueta

para fazer de travesseiro, sob um céu repleto de estrelas. Subiram até 2 mil metros, a altura média das cidades de Minas Gerais e, quando chegou ao Morro dos Arrepellidos, se vergou à superstição local, plantando uma cruz feita de juncos como o mais humilde dos tropeiros. O eco de sua presença ressoava nos povoados e nas cidades, onde era recebido com admiração, porque era a primeira vez que a população do lugar via algum membro da família real, e mais ainda quando constataavam seu caráter bonachão, com autêntico fervor. Nas aldeias, aceitava com um amplo sorriso as laranjas e os cocos que o povo, honrado por tão incomum visita, lhe oferecia. Para protegê-lo do solo frio, os camponeses arrancavam uma velha porta ou parte de uma janela e lhe davam, para que usasse como cama. A cidade de Barbacena o recebeu cheia de pompa, com mantos e xales bordados, que as mulheres tinham tirado de seus baús e estendido no parapeito das janelas, e com flores que colocaram em seu caminho. Pedro deixava as pessoas deslumbradas, sabia falar sua língua, a mesma que praticava em sua infância com os moços do pátio e, mais tarde, com seus amigos, como o Chalaça. Oficiais da milícia e líderes civis mudavam de opinião quando lidavam com ele, deixando-se seduzir pela gentileza e a simplicidade desse príncipe jovial e aberto. Acabavam jurando-lhe lealdade e prometendo-lhe apoio no caso de ter que enfrentar algum conflito em Ouro Preto, a capital e sede da junta do governo.

Pouco a pouco e à medida que percorria aquela paisagem e se misturava com aquela gente, brotava em seu interior a consciência de que fazia parte desse “vasto reino”, que agora tinha a oportunidade de conhecer melhor. Em Congonhas, ficou pasmo diante das estátuas dos doze profetas, que bordeavam o caminho até o santuário que um minerador de diamantes português, afetado por uma grave enfermidade, havia feito a promessa de erguer. Pedro as descobriu ao amanhecer, entre as névoas da neblina e ficou tocado por uma espécie de êxtase, tanto que seus acompanhantes temeram que estivesse a ponto de padecer de uma crise epiléptica. Mas não, era pura emoção ante a magia de estátuas que, para ele, pareciam animadas, ante alguns profetas que se convertiam em homens de carne e osso e que clamavam ao céu o que ele acreditava ser uma causa justa. Elas eram a obra de um artista genial e insólito, que morrera no fim do século anterior, um mulato doente de lepra conhecido como *Aleijadinho* e cuja história comoveu Pedro tanto quanto suas obras.

Filho de um carpinteiro português e de uma escrava de origem africana, ele fez suas melhores esculturas, como as dos profetas, quando já estava doente e com limitações físicas cada vez maiores. Sem os dedos das mãos, os cativos

tinham de prender o cinzel em seu punho, para que continuasse esculpindo. À medida que a doença avançava, maior era o esplendor e a perfeição de suas esculturas e das igrejas que desenhava e eram erguidas nas cidades de Minas Gerais. Para Pedro, criado nos valores do absolutismo, aquele indivíduo era uma prova de que os seres humanos não podem julgar os outros nem por sua ascendência nem por sua condição social, mas unicamente por seu valor pessoal e seu talento.

A chegada de Pedro a Ouro Preto — a antiga capital erguida ao redor de um manancial, onde um pobre mulato, no início do século XVIII, ao querer saciar sua sede encontrou granitos pretos e brilhantes que posteriormente se descobriu ser ouro de 23 quilates — foi precedida de rumores sobre uma revolução que a guarda militar portuguesa estaria tramando. Dizia-se que o tenente-coronel no comando da tropa se opunha à visita do príncipe regente. Os próprios rumores diziam que, de maneira espontânea, as brigadas de milícias brasileiras se solidarizaram com Pedro, a quem se uniram em quatro regimentos, de forma que ele não chegou sozinho à capital. Pedro se deteve nos arredores e ali, rodeado de uma multidão de milícias e simpatizantes, fez uma declaração apelando para que as autoridades locais se submetessem inequivocamente a seu comando. À vista de semelhante desequilíbrio de forças, menos de uma hora depois a junta se rendia.

Pedro recusou a pomposa carruagem que lhe ofereciam e optou por fazer sua entrada triunfal a pé, rodeado de um mar de gente que o aclamava. Percorreu as ladeiras de grandes paralelepípedos, entre fontes esculpidas, pontes de pedra e soberbos casarões com as bordas das janelas e as portas pintadas em ocre ou anil, até chegar à praça onde se erigia a obra-prima de Aleijadinho, a igreja de São Francisco, com duas torres quadradas e um frontispício cuja decoração sugeria as vertigens do êxtase. Contaram a Pedro que, ao intuir que a morte o rondava, Aleijadinho pediu para sua sobrinha, a única que não o abandonara, que o transportasse até o altar da igreja. Ali morreu, depois de horas de lenta agonia, como um sublime pária golpeando com seus tocos o muro da fatalidade.

Na praça em frente a essa igreja, que encarnava a grandiosidade da arte barroca brasileira, Pedro pronunciou um discurso: “Povo de Minas Gerais!” — clamou: —, “não se deixe enganar por essas cabeças que só buscam a ruína de sua província e da nação. Unam-se a mim e marcharemos constitucionalmente: toda a minha confiança está em vocês, confiem em mim. Viva o rei constitucional! Viva a religião! Vivam todos os que são honrados!”. Seu

entusiasmo e o apoio conseguido desarmaram a resistência, e o comandante português, chefe da junta local, ante o clamor popular, não teve outra saída senão ceder e ajoelhar-se diante de Pedro. Ninguém esqueceu as palavras que o príncipe então lhe disse:

— Levante-se! Vim aqui para dedicar meus cuidados a esta importante parte do Brasil, não para me ocupar do senhor.

Na semana que passou em Ouro Preto, Pedro, excitado com o êxito contundente de sua viagem, desenvolveu uma atividade frenética, informando-se de tudo, imiscuindo-se em tudo. Nomeou um novo governador militar, organizou eleições, escutou as queixas dos vizinhos, despediu os funcionários corruptos, publicou decretos sobre assuntos locais e, sobretudo, definiu as competências do governo provincial em sua relação com o governo central. Também se dedicou a divertir-se com mulheres, tanto que parecia ter esquecido completamente sua esposa. Em uma carta que recebeu em Ouro Preto, Leopoldina se queixava amargamente: *“Bastante já tenho que lidar com a separação, não é preciso que aumente o meu desgosto privando-me de notícias suas”*. E terminava a carta assinando: *“Leopoldina, que te ama ao extremo”*. Enquanto isso, Pedro gozava de uma aventura com a mulher de um tenente. Para poder ficar sozinho com ela, mandara seu marido ao Rio de Janeiro, à corte, como se tivesse recebido uma extraordinária promoção. Este, encantado com a nomeação, enviou ao príncipe uma cesta de saborosas maçãs como presente, de uma das cidades por onde passou, sem suspeitar que seu benfeitor, que estava se beneficiando de sua mulher, romperia em risos pelo simbolismo de semelhante presente. Este não foi seu único deslize: teve outra aventura fugaz antes de ter que partir apressadamente para o Rio de Janeiro. Uma carta de José Bonifácio anunciou que ele havia descoberto, graças à ativa colaboração de Leopoldina, um complô pró-português, cuja intenção era instalar uma junta provisória na capital carioca. Ainda que o golpe tenha sido abortado, Pedro decidiu voltar e o fez rapidamente, percorrendo os 530 quilômetros que separavam Ouro Preto do Rio de Janeiro em quatro dias e meio. Embriagado de glória e poder, enquanto galopava de regresso ao Rio lembrava-se das palavras de Hogendorp: *“A pátria está onde está o coração”*. Se aquele holandês tinha razão, a sua pátria era aquela geografia imensa onde sabia que em cada casa, por mais humilde que fosse, podia ser recebido como o que era, um príncipe. Sua pátria estava onde o amavam.

Voltou para o Rio de Janeiro bem a tempo de aparecer no Teatro Real às nove da noite do dia 25 de abril, vestido com uniforme de gala, a tez bronzeada pelo sol e pelo vento, juntamente com Leopoldina, radiante de felicidade por ter

novamente a companhia de seu amado esposo. Sua presença inflamou o público. Anunciou que tudo estava tranquilo e sob controle em Minas Gerais e que havia regressado para concluir a pacificação do Brasil. Suas palavras foram aclamadas com um autêntico frenesi, e durante os três dias seguintes a cidade inteira celebrou as façanhas épicas de seu príncipe herdeiro.

Em sua ausência, diversos partidários das Cortes de Lisboa, conscientes de sua vontade de regressar à Europa, haviam contatado Leopoldina e tentado semear a discórdia entre ela e o príncipe. No entanto, ignoravam a firmeza de seu compromisso com o labor de seu marido. *“Que não se enganem: sou de cultura germânica, o que significa que sou constante, leal e obstinada”*, havia escrito para Bonifácio. Esses mesmos sediciosos tentavam derrubar o ministro, para organizar uma junta provisória. Graças, em parte, às informações obtidas por Leopoldina e sua rede de contatos entre os diplomatas fixados no Rio de Janeiro, o ministro pôde deter o intento antes sequer de seu desenvolvimento. Pedro também se inteirou de que Leopoldina havia recebido uma carta enviada e assinada pelo próprio rei, ainda que escrita por iniciativa alheia de Dom João, em que este repreendia sua nora e seu filho por não terem regressado à Europa. Farto de tanta manipulação, Pedro mandou responder que a princesa e ele *“não voltariam a Lisboa, porque nem o povo do Brasil nem eles queriam, e que se insistissem nessas tentativas, o príncipe ficaria à cabeça do Brasil, por isso mais valeria a pena que se acomodassem”*.

A viagem para Minas Gerais havia exacerbado no príncipe seu ódio às Cortes de Lisboa e o fizera sentir-se mais brasileiro do que nunca. Escrevendo para seu pai, para anunciar-lhe que a municipalidade do Rio de Janeiro lhe honrara com o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, explicou que não tinha podido aceitar a honraria do modo como lhe haviam proposto: *“O Brasil não necessita da proteção de ninguém; protege-se por si mesmo. Mas aceito o título de Defensor Perpétuo e juro mostrar-me digno dele, até a gota de sangue correr pelas minhas veias. Defenderei o Brasil que tanto me tem honrado e estarei à vossa mercê, porque tal é meu dever como brasileiro e como príncipe”*. A partir daquele momento, em todas as cartas posteriores, Pedro se referia a si mesmo como brasileiro.

Como na época não existiam partidos políticos, as lojas maçônicas eram os fóruns onde se canalizavam as atividades públicas. Eram os maçons quem advogavam com mais ímpeto por um sistema parlamentar próprio e pela independência. Proibidas por Dom João durante anos, agora haviam ressurgido com força e para integrar a avalanche de novos membros, em lugar de afiliar-se ao segmento Grande Oriente de Portugal, eles criaram o Grande Oriente do Brasil. Os irmãos maçons nomearam José Bonifácio como seu Grão-Mestre. Este aceitou o cargo a contragosto, sem fé, com a ideia de que isso lhe serviria para vigiar seus encapuchados adversários. Não era um maçom convicto, a maçonaria só lhe interessava como meio de galvanizar os homens para um objetivo concreto, precisamente como um partido político. Logo, todo carioca que ambicionava participar da vida pública, cultivar relações para benefício próprio ou sentir-se parte da ação solicitou seu ingresso na fraternidade. Até o Chalaça tentou, mas sua candidatura foi recusada, apesar de ter se gabado de sua amizade com o príncipe. Pedro, influenciado pela adulação constante dos rivais de Bonifácio, que estavam enciumados do poder do naturalista e desejavam atrair o príncipe para a sua órbita, também quis ingressar. Bonifácio se opôs, com o argumento de que pertencer a uma sociedade secreta não era algo compatível com a alta hierarquia de um príncipe regente. Mas o hiperativo Pedro queria participar de todas as tramas, queria conhecer em primeira mão tudo em que se cozia nos caldeirões ao seu redor. Queria ter seu próprio controle sobre as sociedades secretas. No final, e apesar de seu cargo de Grão-Mestre, Bonifácio não conseguiu impedir que a loja Grande Oriente admitisse o príncipe como irmão maçom.

A cerimônia de iniciação teve lugar na sede da loja no Rio de Janeiro. Rodeado de membros encapuzados e vestindo longas togas, foi iniciado com o pseudônimo de “Rômulo” e eleito arcano-rei. Assinou sua adesão com os quatro pontos em quadrado e um no meio dos maçons, jurando obediência aos fins superiores da organização, que incluíam “promover com todas as forças e a custa da própria vida a benfeitoria, a integridade, a independência e a felicidade do Brasil como reino constitucional, opondo-se ao despotismo e à anarquia”. Todo aquele ritual de uma sociedade secreta deslumbrava a imaginação de Pedro, quem, ante Leopoldina, justificava seu ingresso afirmando que assim teria a certeza de que nada escaparia de seu campo de observação. Ela era mais crítica, via com receio os maçons, que classificava como radicais. Da mesma forma que Bonifácio, com cujas ideias concordava amplamente, a princesa temia que os acontecimentos acabassem se descontrolando, com um resultado parecido

com o da Revolução Francesa, que custara a cabeça de sua tia Maria Antonieta. Continuava pensando que seu marido se entusiasmava exageradamente com tudo que era novo e que dessa forma perdia o distanciamento e o critério necessários para tomar decisões mais acertadas.

Entretanto, Leopoldina era suficientemente inteligente para se dar conta da injustiça que as Cortes de Lisboa se obstinavam em perpetrar contra o seu pai de adoção. Como aceitar a recente decisão de Lisboa de mandar mais tropas para dominar o Brasil? Ou a ordem dada aos cônsules portugueses nos países europeus de impedir a exportação de armas ao Brasil? Sobretudo... Como ceder ante a proibição de importar objetos de manufatura estrangeira a menos que fossem enviados de Portugal? Lisboa seguia em seu empenho em retroceder, de conseguir que a economia do Brasil voltasse a depender de Portugal. Era um absurdo, que mostrava a obcecada negativa de Lisboa de tratar os brasileiros como iguais. Sem contar o desacato e a falta de respeito dos deputados que chamavam publicamente Pedro de “desgraçado e miserável rapaz” e até de tirano. Outro chegou a ameaçar prendê-lo entre quatro paredes no Palácio de Queluz, “para instruir-lhe no ofício de um verdadeiro constitucionalista”. Não o haviam desmerecido até chegarem ao escárnio, com relação à carta que Pedro enviara para o pai, jurando-lhe fidelidade e firmada com seu próprio sangue? Aquele gesto romântico e passional, que certamente pertencia a outra época, provocara hilaridade na assembleia. À luz de tanta prepotência, tanto Bonifácio como a princesa deixaram de acreditar na viabilidade do projeto de Pedro, que continuava fiel a seu pai, acreditando na união da nação portuguesa, um conceito parecido ao que no século XX seria a *Commonwealth* britânica, sob a égide da monarquia. Um dia, Leopoldina desenrolou um mapa do Brasil no escritório de Pedro:

— Veja, aqui em cima está o Amazonas e aqui embaixo, o rio da Prata. Quem, com um mínimo de bom-senso vai querer abandonar uma região tão extensa, que se encontra entre dois rios gigantescos? Eles, nunca — disse, referindo-se aos portugueses. — Nós é que temos que abandoná-los.

Ao deixar transparecer sua simpatia pelo movimento de independência e pela separação do Brasil, Leopoldina se emancipava da influência espiritual e política da casa paterna: *“De acordo com as notícias que nos têm chegado da mãe pátria, é possível concluir que sua majestade o rei Dom João VI está sendo mantido pelas Cortes em prisão cortesmente dissimulada”* — escreveu para seu pai. — *“Nosso regresso para a Europa se faz impossível, visto que o nobre espírito do povo brasileiro vem se manifestando de todas as formas; seria a maior*

*ingratidão para com o povo e o mais grosseiro erro político abandoná-lo nesse momento...”*

Pedro, Bonifácio e seu governo reagiram às últimas medidas das Cortes reclamando o regresso dos deputados brasileiros, esses que eram vaiados pelo público. Declararam guerra a todas as unidades do exército português que estivessem em solo brasileiro e solicitaram às potências estrangeiras para tratar diretamente dos assuntos do Brasil no Rio de Janeiro, e para tanto nomearam diplomatas encarregados de manter essa nova relação. Em um manifesto ao povo, Pedro arremeteu contra os “*sórdidos interesses*” e a “*lúgubre ambição*” dos que queriam “*que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam*” e contra a mesquinha política de Portugal, “*sempre com visão curta, sempre famélica e tirânica*”. Denunciou que as Cortes queriam impor a escravidão no lugar da liberdade, que preferiam o jugo colonial à igualdade fraternal. E terminava em tom grave e transcendente: “*O tempo de enganar os homens terminou*”.

Pedro se explicou ao pai à sua maneira: “*Eu, senhor, vejo as coisas de outro modo, falando claramente que só nos deixam ter relações familiares com vossa majestade*”. Mais adiante acrescentava: “*... quero dizer que é impossível, física e moralmente, que Portugal governe o Brasil. Não sou rebelde, são as circunstâncias*”. Se com o pai só lhe permitiam ter relações de família, o que faltava para a total ruptura, para que o Brasil, com seu príncipe na liderança, assumisse todas as características de uma nação independente e soberana?

No entanto, a Independência foi mais ameaçada por perigos internos do que externos. As províncias da Bahia e do Maranhão, ao norte, envolvidas em conflitos civis, escapavam da órbita de Pedro.

— Que não se ouça entre vocês mais que um grito: União! Do Amazonas até o rio da Prata, que um único eco retumbe: Independência! — clamava Pedro em todas as ocasiões.

Agora, o mais grave acontecia em São Paulo, cuja junta de governo estava presa à intransigência de dois grupos rivais, um ligado à família de José Bonifácio e o outro, ao presidente da junta local. A pedido dos próprios paulistas, Pedro concordou em visitar essa terra para apaziguá-la, como já havia feito em Minas Gerais. Consciente da importância de assegurar a lealdade de uma província tão importante, e com a ideia de instalar um novo comandante militar e organizar futuras eleições para uma nova junta, decidiu marchar diante de uma comitiva tão pequena como aquela que levara a Minas. Leopoldina quisera participar dessa viagem, mas estava grávida novamente e ainda estava muito recente em sua memória outra viagem, aquela que tinha feito com seu filho enfermo:

— Prefiro que permaneça aqui no Rio de Janeiro como o minha substituta — sugeriu Pedro.

Como prova de sua confiança e estima, emitiu um decreto autorizando-a a tomar todas as medidas necessárias e urgentes para o bem e para a salvação do Estado. Leopoldina aceitou resignada, sem suspeitar que essa viagem mudaria para sempre sua vida, a de seu marido e a do Brasil.

Pedro percorreu os 630 quilômetros que o separavam de São Paulo na companhia de cinco pessoas, incluindo seu fiel amigo Chalaça, que atuava como seu secretário, mensageiro e alcoviteiro. Foram recebidos com festa em cada cidade e vilarejo por que passaram, pois desde os quatro meses transcorridos de sua viagem a Minas Gerais o prestígio do príncipe tinha crescido, juntamente

com sua lenda. Sempre que saía em alguma viagem, acompanhado de um punhado de homens e com uma difícil missão pela frente, Pedro se recordava de sua infância, daquelas pinturas que decoravam o quarto onde nascera em Queluz, que contavam histórias de um cavaleiro chamado Dom Quixote, homem que também partia em longas viagens em busca de aventuras que dessem algum sentido à sua vida. Será que Pedro iria encontrar seus próprios moinhos de vento? Era inverno, estava frio e os rios estavam cheios por causa das chuvas recentes. Os viajantes que ousavam desafiar as tempestades eram escassos. Havia sobretudo os negros, que se protegiam das chuvas com suas curiosas capas feitas de palha de arroz. Eles acompanhavam as carroças que transportavam ferro vindo da Fábrica de Ipanema e as mulas carregadas de açúcar e café. Pedro e sua comitiva dormiram, nas primeiras noites da viagem, nas margens das estradas, autênticos barreiros, debaixo de um céu nublado. Certa manhã, quando chegaram às margens de um rio, Pedro — que gostava de cultivar o mito de suas heroicas cavalgadas, decidiu não subir com seu cavalo na barcaça que os moradores locais haviam preparado para ajudar na travessia das águas. Em vez disso, esporeou o animal, que entrou na água. Cruzaram o rio a nado, o príncipe agarrado ao pescoço de sua montaria, diante do olhar atônito dos companheiros. Chegou encharcado à outra margem. Como não tinha a intenção de perder tempo procurando em sua bagagem uma roupa seca, perguntou:

— Alguém tem roupas de meu tamanho?

— Eu tenho, alteza! — disse um jovem, muito solícito.

— Pois bem, me dê suas calças — disse Pedro.

Intimidado, o jovem tirou as calças e ambos ficaram apenas de calções enquanto trocavam de roupa.

— Que Deus proteja você, bom homem — disse Pedro, enquanto subia novamente no cavalo.

E seguiu viagem com calças secas, enquanto o jovem ficou para trás, ajustando suas calças sobre uma poça de água, sentindo-se muito honrado por ter podido prestar semelhante favor ao príncipe. Pedro deixava claro, dessa forma, que ninguém deveria se esquecer de que era ele quem mandava, que se precisasse de roupas, cavalos ou mulheres, teria direito a tudo isso, mesmo à custa de seus acompanhantes. Ele havia se acostumado a conseguir cavalos descrevendo em detalhes as qualidades do animal e esperando, em troca dessa atenção da “realeza”, que o dono lhe desse tal cavalo de presente. Muitas pessoas se rendiam ao seu encanto e cediam. Outros, não. Como aconteceu com uma linda mulata, com quem cruzou ao chegar à cidade de Santos. Em um impulso,

ele a agarrou pela cintura e lhe plantou um beijo na boca. A moça não se assustou, deu-lhe uma bofetada e saiu correndo. Sem ofender-se, Pedro mandou que Chalaça descobrisse quem era ela e que tentasse consegui-la. O que se descobriu era que ela era uma escrava muito apreciada por uma família local muito conhecida e que, por mais que Chalaça suplicasse, oferecesse e tentasse negociar um preço por aquela beleza, seus donos se negaram a permitir que ela fosse embora. Eles não se importavam com aquele capricho do príncipe. Apesar de se considerar um “liberal”, alguém que não se apropriava daquilo que não era seu, Pedro tinha problemas em conviver com sua contradição de ser autoritário e tolerante ao mesmo tempo, e lhe custava muito aprender a lição de que nem todo mundo tinha um preço.

Em cada aldeia e povoado, mais e mais pessoas se juntavam à comitiva, de modo que chegaram a São Paulo mais de vinte cavaleiros, aos quais se juntou um destacamento da nova guarda de honra, com uniforme branco e capacete com guarnição vermelha na viseira. Antes de entrar na cidade branca de casas baixas, conventos e campanários de igreja desenhados contra a escuridão da noite, Pedro — cujo espírito de aventura e ousadia não excluía a prudência — enviou um destacamento para fazer o reconhecimento do terreno. Fundada pelos jesuítas, a cidade de São Paulo devia seu nome ao aniversário da conversão do apóstolo Paulo, cuja missa foi celebrada pela primeira vez na capela da missão.

Os olheiros voltaram de madrugada para informar que tudo estava quieto. Então, no dia seguinte, Pedro fez sua entrada triunfal naquela cidade composta por 28 ruas e povoada por 7 mil habitantes, entre os quais havia sete médicos, três farmacêuticos, dois advogados, nove professores, noventa e duas costureiras, vinte sapateiros e um barbeiro. A fama de Pedro como um homem mulherengo era tamanha que um coronel, membro da junta de governo provisório, filho de um pastor protestante germânico e de uma paulista, reuniu suas cinco filhas, famosas por sua “rara beleza”, segundo diziam, e proclamou:

— Enquanto sua alteza o príncipe regente permanecer em São Paulo, vocês mais do que nunca estão proibidas de chegar perto das janelas e muito menos de abrir as portas de minha casa.

Salvas de artilharia e o repicar dos sinos saudaram a passagem de Pedro até a igreja da Sé, onde se cantou um *Té-déum*, seguido do tradicional beija-mão no palácio do governador, que ficava num antigo convento dos jesuítas cujas janelas dominavam uma planície onde despontavam araucárias e pequenos bosques de palmeiras. Pedro recusou-se a cumprimentar os homens que reconheceu como os instigadores dos problemas na junta de governo, e ambos

desapareceram rapidamente enquanto um conselheiro fazia um discurso elogioso e açucarado, chamando o príncipe de “estrela que ilumina nosso horizonte e que veio dissipar para sempre, com seus raios luminosos, as negras e espessas sombras que nos cobrem”. Mas Pedro encontrou uma situação envenenada pelas amargas disputas no seio do governo local. Decidiu então pôr ordem no local: mandou expulsar do governo os opositores da maçonaria e ameaçou enviar seus líderes ao exílio. Em seguida, restaurou os plenos poderes dos familiares de José Bonifácio, a quem encarregou de organizar as eleições. Eram medidas extraordinariamente contundentes, mas Pedro as justificou pelo momento de grande perigo por que o reino vinha passando. Ele ignorava que, assim, abria uma ferida na comunidade e que isso acabaria por afetar suas relações com o mesmíssimo Bonifácio. Logo, como em Ouro Preto, se dedicou a ouvir as queixas, a receber delegações de cidades do interior que vinham cumprimentá-lo, a resolver problemas urgentes e a falar com todos os tipos de pessoas, inclusive com o coronel de origem germânica:

— Fui informado — disse-lhe Pedro — de que suas filhas são autênticas belezas...

— Oh, não, vossa alteza foi mal informada — respondeu o coronel. — Elas são bem feias, as pessoas desta cidade mentem muito, não acredite em tudo que lhe dizem...

Foi no último dia que ocorreu o inefável. Pedro estava no palácio da prefeitura recebendo os cumprimentos, cansado de ter que lidar com tantos assuntos mundanos, quando se prostrou a seus pés uma mulher bem-vestida, com um colar de pérolas ao redor do pescoço e usando um chapéu com véu de onde saía uma pluma colorida que devia ser de algum pássaro da selva. Ela se apresentou como a irmã de um dos oficiais que tinham acompanhado o príncipe desde o Rio de Janeiro. Era a filha do coronel Castro Canto e Melo, natural dos Açores e, de acordo com o que dizia, supostamente amigo de Dom João VI. Estava aparentemente envergonhada, olhando para o chão enquanto falava, sem ousar levantar o olhar:

— Alteza, eu preciso de sua ajuda para obter justiça... Meu marido, de quem estou separada, quer levar meus filhos... Peço proteção, porque ele tentou me matar...

— Matar? Meu Deus! — disse Pedro. — Como?

A mulher balbuciou:

— Com um punhal... Passei vários dias entre a vida e a morte...

— Por sorte não ficaram cicatrizes em sua pele.

Sem levantar os olhos, ela respondeu:

— Ficaram sim, senhor, mas em lugares onde não posso mostrar... Aqui.

Ela apontou para as próprias pernas. E logo continuou a falar:

— Estou tão desesperada que vim, a conselho de meu irmão, atirar-me a seus pés. Perdoe minha ousadia, mas... Tenho certeza de que sua alteza entende o que significa ter filhos...

Naquele momento ela olhou para o príncipe e foi incapaz de continuar a frase, deslumbrada com o homem que parecia flutuar sobre as armadilhas da realidade e que, no entanto, a escutava atentamente. Sentiu então, nas profundezas de seu ser, que aquele príncipe de conto de fadas, corajoso e resoluto, iria ajudá-la, e muito. E também sentiu um ligeiro tremor ao se ver refletida naqueles olhos lânguidos, emoldurados pelas enormes costeletas.

— O que faz seu marido?

— Também é militar, capitão da milícia de Minas Gerais.

— E quantos filhos a senhora tem?

— Três, alteza... Mas meu marido quer...

E continuou explicando as manobras suspeitas que seu marido vinha tramando para pressionar a justiça a lhe dar a guarda dos filhos. Pedro estava absorto por aquele rosto de pele dourada, aureolado por grandes mechas de cabelos negros encaracolados, por aqueles olhos negros e amendoados, pela boca sensual e aquele olhar cáldo que lhe acariciava o coração.

— Qual é o seu nome?

— Domitila...

Pedro estendeu a mão para ajudá-la a se levantar. Era mais alta do que aparentava ser de joelhos, de porte esplêndido e juvenil; andava com uma altivez natural e seus movimentos eram suaves, quase felinos. O arfar dos seios generosos que subia pelo decote e o aroma de sabão e água de rosas o excitavam. Parecia tão diferente das pessoas comuns que não entendia como seu marido podia ter maltratado essa mulher. Domitila, apesar da história trágica que vivia na época, era voluptuosa em seus gestos, e doce como só uma brasileira poderia ser. Seu sorriso, que exibia o contraste entre os dentes muito brancos e sua pele cor de canela, tinha um toque de malícia. Era uma linda flor tropical que necessitava de proteção. E Pedro, que estava nas nuvens, viu aquela mulher como a Dulcineia de seus sonhos quixotescos se tornando realidade:

— Não se preocupe com as maldades praticadas por seu marido; agora mesmo vou tomar medidas para garantir a sua proteção e a de seus filhos.

— Alteza — respondeu ela, comovida. — Não existe riqueza suficiente na

terra para recompensar o seu gesto... Que Deus lhe devolva em dobro.

Pedro olhou para ela e deu um sorriso travesso. Sim, essa riqueza existia, pensou, e estava naqueles seios túrgidos sob o vestido apertado, nesse corpo que ele sentia como sendo de mel e seda, e nessa voz melodiosa e suave como a carne de uma manga. Domitila olhou para baixo e corou.

Pedro não conseguiu arrancar da alma aquela mulher e, no dia seguinte, a mandou chamar ao seu escritório, no mesmo palácio do governador onde estava hospedado. O Chalaça serviu de mensageiro e, ao pôr do sol, sempre pontual nos trópicos, ele entrou por uma porta traseira com Domitila, e a deixou a sós com o príncipe. Para Pedro, a segunda impressão confirmou a da véspera, e foi obrigado a fazer um esforço supremo para controlar-se e não a pegar em seus braços, atirando-a no divã da sala e agarrando-a, que era isso que seu corpo pedia. Ele relaxou, inspirando profundamente o ar carregado de umidade e de aromas de frutas maduras, e passou a dar as boas notícias à mulher: já estava tomando medidas ante a justiça para que não lhe retirassem a custódia dos filhos. E também havia mandado informar seu marido de que ela agora não estava mais só, que contava com o apoio do príncipe.

— Ele não vai mais ousar importuná-la — disse Pedro.

Domitila suspirou profundamente e agradeceu-lhe de “todo o coração”, lamentando má sorte de ter encontrado um marido como aquele, tão “bruto e ciumento”, como definiu. Ela disse que se casara aos 15 anos. Agora tinha 24, portanto, um ano mais velha que o príncipe. Contou também que tinha sangue espanhol nas veias, por conta de seu avô, misturado com gotas de sangue índio, da parte dos Tapuias:

— Minha árvore genealógica tem um cacique Guarani... — confessou.

Pedro continuava fascinado por aquela mulher que lhe havia roubado o sono no momento em que a conheceu. Ela não possuía uma educação que a permitisse brilhar, ao contrário, era até bem inculta, sabendo apenas ler e escrever com certa dificuldade. Mas seu corpo, sua graça, seu olhar, seu sorriso e sua voz compensavam com vantagens a sua falta de cultura. Pedro tinha à sua frente uma mulher que era o oposto de Leopoldina. Sempre bem arrumada e sedutora, sabia como usar quatro detalhes importantes para agradar um homem

e se fazer desejar. A austríaca, por sua vez, nunca se preocupara em cultivar sua feminilidade. Apenas usava maquiagem, nunca gostara dos vestidos, nunca teve o capricho de usar um perfume, nunca colocou uma flor nos cabelos ou passou batom nos lábios. Usava roupas largas, porque sempre tivera aversão pelos espartilhos e pelas cintas, e nunca usava joias. Sua paixão, que eram os livros, a distanciava ainda mais de seu marido. Enquanto ele aproximava o rosto do pescoço perfumado de Domitila, que fingia surpresa e apuros, a 600 quilômetros dali, no palácio de São Cristóvão, Leopoldina estudava, rodeada de livros, várias constituições, entre elas a americana, para extrair ideias que ajudariam a elaborar uma carta magna brasileira. Enquanto a fidelidade de Leopoldina era inquestionável, Domitila não escondia de Pedro o motivo pelo qual o marido queria matá-la, por ciúmes de um elegante oficial de olhos azuis chamado Francisco de Lorena, que, segundo ela, tinha tentado seduzi-la.

— Ele tentou seduzi-la ou você se deixou seduzir?

Domitila olhou para Pedro e esboçou um sorriso cúmplice. Mantinha o príncipe a 2 centímetros de seu rosto, podia sentir seu aroma difuso de couro, fumo e cavalos, e cada respiração era como uma brisa que roçava o seu rosto. Pedro não tinha pressa, queria prolongar aquele momento, tensionar a corda do desejo ao máximo. Aquela não era uma escrava capturada, uma cortesã convocada para ter um pouco de diversão e acabar então decepcionado, como tantas vezes. Ele queria namorar, para gozar mais plenamente do amor. Para ele era muito fácil satisfazer-se. O mais difícil, quase impossível, seja porque ele intimidava essas mulheres, seja porque se impunha a elas como príncipe... ou simplesmente porque comprava seus serviços, era aplacar seu apetite insaciável de amor. Ele sabia que para conseguir isso, para subir aos céus, as mulheres tinham que o desejar como homem, e não apenas como príncipe.

A partir do momento que ele a conheceu, Pedro sentiu que tinha à sua frente uma mulher que podia trazer-lhe a satisfação que almejava, a felicidade que só havia conhecido brevemente em sua juventude com Noémie. Virou o rosto e pousou seus lábios sobre os dela, que eram macios e quentes. Ela o recebeu com um profundo calafrio, que tentou controlar soltando uma risada nervosa. Logo tomou as mãos dele enquanto o examinava com olhos entreabertos em sorriso vago. Pedro acariciou os longos e finos dedos entre os seus e os massageou longamente. Logo, suas mãos calosas começaram a desabotoar o vestido, mas ela o interrompeu. Não está indo rápido demais? Era isso que Domitila parecia perguntar com o olhar. Pedro ficou paralisado no lugar, mudo, sem saber muito bem o que fazer. Será que ela faria o papel da mulher

ultrajada? Arrumaria as roupas e o cabelo e iria embora, pedindo desculpas? Ela o fez acreditar nisso durante a eternidade de alguns segundos. Até que finalmente aproximou-se de Pedro e, com dedos hábeis, desabotoou a grossa jaqueta de seu uniforme militar, querendo deixar claro que, por trás de portas fechadas, era ela quem comandava os movimentos e ele deveria se render a isso. Pedro aceitou o jogo, deixou-se levar e, fundidos em um abraço, caíram sobre o divã. Ao passar seus dedos ásperos sob o branco vestido de crepe, deu com as cicatrizes das facadas nas coxas, na altura de seus quadris generosos, e esses traços de um passado escabroso exacerbaram ainda mais seu desejo. Abandonando-se no mais absoluto prazer e alheios ao mundo à sua volta, ambos rolaram no chão, com braços e pernas enlaçados, quentes, molhados de suor e soltando gemidos. Domitila provou ser a amante experiente, desinibida e divertida que Pedro intuía. Quando ele recuperou o fôlego, depois dos últimos espamos, passou um longo tempo admirando o corpo cor de bronze, de traços longos e firmes, os mamilos escuros, as nádegas e as coxas grossas adornadas com a assinatura indelével do marido, a cintura estreita, as mãos finas, o pescoço longo e latejante. Sentiu um novo prazer percorrendo as fibras de seus músculos, um pouco parecido ao relaxamento provocado pelo ópio que algumas vezes lhe haviam administrado, depois de suas crises epiléticas, uma alegria interior que limpava sua mente e que não conhecera desde as tardes de amor com a bailarina francesa. Ele soube então que, depois de tantas e tantas aventuras que lhe haviam deixado mais vazio do que satisfeito, finalmente encontrara sua cara-metade.

Nas noites seguintes, os moradores vizinhos se acostumaram a ver chegar uma liteira carregada por dois escravos que parava em frente ao antigo convento dos jesuítas e da qual descia uma sombra envolta em uma manta, que se projetava através de uma porta aberta misteriosamente, e que se fechava rapidamente em seguida. O príncipe mal disfarçava em público os sentimentos que a jovem inspirava, e a recebia todas as noites até altas horas da madrugada. Dessa vez, estava decidido a seguir os ditames de seu coração até as últimas consequências. Agora ele estava sozinho, no auge do poder, seu pai estava longe e sua mãe não poderia conspirar contra sua felicidade, da maneira como havia feito ao obrigá-lo a sacrificar seu amor por Noémie. Agora não havia nenhuma autoridade no mundo capaz de submetê-lo a tal chantagem. Nunca mais seria forçado a enfrentar o dilema de ter que escolher entre ser um príncipe ou ser um homem. Havia encontrado a felicidade e dessa vez não permitiria que nada a levasse embora.

A pesar de não gostar de governar, Leopoldina levou muito a sério as suas obrigações como a substituta de seu marido: *“Tenha a certeza”* — escreveu ela ao esposo — *“de que prefiro, após ter me dado tantas provas de confiança, perder tudo, inclusive a minha vida, antes de faltar com meus deveres para com o Brasil”*. Isso era verdade, porque ela trabalhava com rigor, presidindo o Conselho de Ministros e dando audiências públicas no mesmo dia e na mesma hora que seu marido. Ela estava em perfeita harmonia com Bonifácio, a quem desaconselhou, por exemplo, a nomeação de um novo governador de Santa Catarina, porque duvidava de sua lealdade para com a monarquia. O paulista a ouviu. Leopoldina também optou por não celebrar o aniversário da revolução portuguesa, deixando passar em branco um momento tão importante.

No entanto, a entrada do brigue *Três Corações* na baía veio alterar ainda mais a atmosfera bastante volátil que se respirava na cidade. O navio trouxe os mais recentes decretos das Cortes de Lisboa, os quais, na ausência de seu marido, foram entregues diretamente a Leopoldina. Sentou-se para ler a documentação em seu escritório e, à medida que fazia isso, foi invadida por uma enxurrada de sentimentos, na qual se misturavam o medo e a raiva. Medo porque percebia que o enfrentamento com violência parecia inevitável. E raiva e indignação porque as Cortes não procuravam a conciliação, e sim queriam perpetuar uma injustiça. Alarmada, Leopoldina ordenou que o Conselho de Estado se reunisse com urgência, sob sua presidência, para que fosse comunicado sobre o conteúdo dos despachos das Cortes de Lisboa.

De pé na mesma sala onde seu sogro João VI havia reunido tantas vezes seu Conselho, a austríaca, usando um vestido azul e com os cabelos presos em um coque, comunicou a todos, com um tom muito sério, que os deputados da metrópole haviam retirado de seu marido os poderes de príncipe regente, reduzindo seu papel ao de simples delegado da nação portuguesa, a partir daquele

momento seus atos estariam restritos apenas ao Rio de Janeiro.

— Além disso, declararam nulas todas as ações tomadas por esse governo, e nos mandam restituir o poder às juntas administrativas em todas as províncias, como indicado pela odiosa lei de 29 de setembro...

Um murmúrio de desaprovação elevou-se entre os participantes. Leopoldina pediu silêncio com um gesto de mão e continuou:

— Eles ameaçam levar aos tribunais todos os que assinaram a petição pedindo que meu marido permanecesse no Brasil.

O murmúrio se converteu em um irado protesto. Houve alguns insultos contra as “Cortes facciosas” e a princesa continuou:

— O que ficou claro é que as Cortes não estão prontas para negociar com meu marido ou com seu governo aqui representado, nem estão dispostas a se conformar com a política do sr. Bonifácio.

A sala estava muito agitada, mas Leopoldina preferiu esperar alguns minutos, como se quisesse lhes dar tempo para assimilar aquilo que haviam acabado de ouvir, antes de comunicar a todos qual era a cereja no topo do bolo. Utilizando o martelinho de madeira de seu sogro, a princesa pediu silêncio e continuou:

— Senhores, os despachos trazidos pelo brigue também anunciam a iminente chegada de um exército português de 7.200 homens para subjugar o Brasil.

Ela guardou os documentos e sentou-se à cabeceira da mesa de madeira maciça, que tinha um vago cheiro de selva. Um tenso silêncio substituiu o alvoroço anterior. Os ministros ficaram admirados com o que lhes foi apresentado como uma terrível evidência: o confronto era inevitável, haveria guerra.

Depois de uma longa exposição, durante a qual apresentou um relatório detalhado do estado dos negócios públicos, José Bonifácio foi muito claro:

— Senhores, alteza... É chegado o momento de deixar de contemporizar com nossos inimigos. O Brasil tem feito tudo que é humanamente possível para se manter unido com dignidade a Portugal, mas Portugal insiste em seus nefastos projetos de nos devolver ao estado de uma colônia miserável. Proponho escrevermos a Dom Pedro para que, sem mais delongas, sua alteza real tenha por bem voltar a Portugal e se submeter às cortes ou proclamar a separação.

Virando-se para Leopoldina, disse:

— O que tem a dizer, vossa alteza?

— Dou por sancionada suas palavras, senhor, assim como a deliberação do

Conselho. E quero que saiba que faço isso com entusiasmo.

Suas palavras surpreenderam a todos por sua espontaneidade e sinceridade, tanto que foram recebidas com um aplauso entusiástico. José Bonifácio interveio novamente:

— Senhores, estamos todos de acordo? Alguém tem alguma objeção a fazer?

Ninguém levantou a mão ou pediu para falar. Houve a unanimidade. Só se ouviu a frase de um dos ministros, que foi recebida com risos e enrubescou a princesa:

— Há sempre uma mulher na origem de todos os grandes atos!

Agora faltava apenas a sanção do príncipe. Bonifácio pediu ao mensageiro que estava saindo naquela noite para levar a documentação a Pedro:

— Se você não arreentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será mensageiro. Veja o que faz.

O homem, que era um oficial do Supremo Tribunal Militar, também levava uma carta de Leopoldina contando os últimos acontecimentos. José Bonifácio a lera para garantir que nenhum erro tinha sido cometido, e o velho sábio achou que a carta estava tão bem escrita que poderia ter sido redigida por um diplomata experiente, e não por uma jovem princesa de apenas 22 anos. Ele a considerava em tão alta estima que confidenciou a um amigo:

— Meu amigo, ela deveria ser ele...

O emissário encontrou Pedro na estrada de Santos para São Paulo. Depois de ter visitado as instalações portuárias da cidade e ter se reunido com parentes de José Bonifácio, o príncipe regressava a São Paulo acompanhado pelo mesmo grupo que havia saído do Rio de Janeiro. Já fazia três dias que Pedro não via Domitila, e tinha pressa em voltar a tê-la em seus braços. Pedro saía ao amanhecer, em um barco que percorreu os canais e riachos dos manguezais que separavam o porto de Santos do porto fluvial de Cubatão, uma vila no pé da serra, onde mulas seladas esperavam por ele. No entanto, a comitiva teve que retardar a partida porque Pedro estava mal, vítima de violentas cólicas. Preferiu esperar que lhe preparassem, em uma pousada na estrada, um chá de folhas de goiaba, adequado para casos de diarreia, para então prosseguir viagem. Com o príncipe momentaneamente aliviado, eles subiram a estrada sinuosa da serra, entre o pesado tráfego de caravanas de mulas que desciam carregadas de açúcar, aguardente e toucinho, cruzando com outras que levavam para cima vinhos portugueses, vidros e ferragens. Assim que deixaram para trás as montanhas e os barrancos da Serra do Mar sobrevoados por abutres, eles entraram na planície do Ipiranga, que significa “rio vermelho” na língua guarani. O príncipe teve que interromper sua jornada de volta por várias vezes devido a suas cólicas, e dessa vez pediu a seus companheiros que o esperassem um pouco mais adiante, nas margens do rio. De seu esconderijo, agachado, viu um cavaleiro galopando a toda velocidade através da planície. Ele intuiu que poderia ser um emissário do Rio de Janeiro e, com as calças arriadas, se levantou e foi ter com ele. O homem tinha percorrido 500 quilômetros em cinco dias, quase sem dormir, e chegou exausto. Resfolegando enquanto entregava os documentos ao príncipe, contou da comção suscitada entre a população do Rio de Janeiro pela notícia da chegada de um exército de Lisboa. Informou que entre os transeuntes da praça do Largo do Rocio, os vendedores da rua Direita e os marinheiros nas barbearias

ambulantes não se falava de outra coisa que não fosse a invasão iminente dos portugueses.

Pedro terminou de abotoar as calças, sentou-se no chão e começou a ler a carta de José Bonifácio:

*“A sorte está lançada e de Portugal não temos nada a esperar exceto escravidão e horrores. Venha V.A. quanto antes e decida-se, porque irresoluções e medidas d’água morna, à vista desse contrário que não nos poupa, para nada serve e um momento perdido é uma desgraça.”*

A carta de Leopoldina era ainda mais dramática:

*“Pedro, o Brasil é um vulcão. Meu coração de mulher e esposa prevê desgraças se obedecermos às ordens e regressarmos a Lisboa. Sabemos bem o que vêm sofrendo nossos pais. O rei e a rainha de Portugal já não são reis, não governam, são governados pelo despotismo das Cortes. Pedro, este é o momento mais importante de sua vida. O Brasil será, em suas mãos, um grande país.”*

E terminava com uma frase que não deixava dúvidas quanto à ação que ele devia tomar: *“A maçã está madura, colha-a já, senão apodrece”*.

O príncipe amassou os decretos das Cortes com um gesto irritado e ficou um tempo em silêncio, pensativo. Tinha feito o possível para evitar a separação dos dois reinos e agora percebia a inutilidade de seus esforços, e a fatalidade de uma separação inevitável. Doe-lhe muito tomar essa decisão. Portugal era o seu país de nascimento, o país de sua primeira infância, o berço de todo o mundo lusitano, que incluía territórios na África e na Ásia, era o lugar onde seus pais viviam e onde estavam enterrados seus antepassados. Como poderia ele, futuro herdeiro de um império que se estendia por quatro continentes, romper com esse vínculo? Não era uma infâmia declarar a separação, que significaria uma desobediência da qual ele não seria desculpado pelos outros monarcas, e talvez nem pela História? Por outro lado, sabia que a atual situação não poderia durar muito mais tempo. Valeria a pena esperar que o povo de Portugal derrubasse suas Cortes e voltasse a obedecer a figura de seu monarca? E se esse momento nunca chegasse? Então ele pensou sobre as palavras que seu pai lhe dissera antes de embarcar de volta a Lisboa:

— Pedro, se o Brasil tiver que se separar, mais vale que você assumo o poder, porque irá me respeitar, do que permitir que caia nas mãos de qualquer um desses aventureiros.

Pedro não podia mais esperar, o tempo se esgotara. Além disso, de que serviria retardar ainda mais uma decisão que, no fundo, já havia sido tomada desde aquele dia em que desobedecera às Cortes de Lisboa, e a seu pai, e

permaneceu no Brasil? Levantou-se com um gesto de mau humor, explicou a Chalaça o que continham os documentos que havia acabado de ler, fez o mesmo com o irmão de Domitila e com os demais membros de sua comitiva, que tinham se reunido em torno dele.

— As Cortes me perseguem — disse ele —, me chamam de “o brasileiro”, ou de “criança mal-educada”... Pois vão ver agora do que é feita essa criança mal-educada! Não quero saber do governo português! De agora em diante, nossas relações estão rompidas. Proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal.

O príncipe voltou a montar seu cavalo. Ai estava: havia tomado uma decisão que era irrevogável. Quando os oficiais da guarda de honra se aproximaram, Pedro os informou da situação. Tirou o chapéu com fita azul e branco, cores decretadas pelas Cortes como símbolo da nação portuguesa, e o atirou ao chão:

— Viva a independência e a liberdade do Brasil! — gritou. — Libertem-se dos grilhões, soldados! A partir deste momento, nosso lema será: Independência ou morte!

Pedro desembainhou a espada, como se estivesse em pleno campo de batalha, liderando um ataque contra seus inimigos e os do Brasil, contra as Cortes, contra Portugal, contra o resto do mundo. O gesto foi imitado pelos militares, enquanto os civis pisoteavam os chapéus e repetiam os brados de seu príncipe: “Viva a liberdade”, “Independência ou morte”, “Viva o Brasil separado!”.

— Por meu sangue, por minha honra, pelo meu Deus, juro conseguir a liberdade do Brasil! — gritou Pedro, partindo a galope para São Paulo.

— Juramos! — responderam em coro os demais.

Em São Paulo, a grande notícia se espalhou como fogo e a multidão tomou as ruas para saudar o príncipe e sua escolta. Insensível às ovações do povo, Pedro se dirigiu diretamente ao antigo convento dos jesuítas. Pálido, com o cenho franzido, estava pensando na seriedade do passo que tinha acabado de dar: havia arrancado uma coroa de seu pai e acabado de cortar os vínculos seculares que uniam o Brasil a Portugal, na esteira do México, da América Central e de grande parte da América do Sul, que já estava liberada do jugo europeu. Nesse sentido, a História estava ao seu lado.

Mas o que foi feito foi feito. Mais valia agora concentrar-se no momento presente, para dar vazão aos seus sentimentos. Em poucas horas, conseguiu compor um hino para a independência, cuja melodia veio jorrando em sua mente desde as margens do Ipiranga. Logo que o terminou, enviou a partitura

para que a orquestra da ópera local a ensaiasse. Ele também deu novas cores à nova nação: verde, a cor tradicional dos Bragança, e amarelo, em homenagem à sua esposa, porque essa era a cor principal da casa dos Habsburgo.

Às nove da noite, se apresentou na sala do teatro de São Paulo, que estava lotado. Do palco, pronunciou um discurso em que recapitulava os acontecimentos daquela tarde e repetiu seu juramento à independência. Em seguida, a orquestra tocou o novo hino. Foi um momento de tirar o fôlego, reforçado pela magia da luz dos candelabros colocados entre os palcos e que iluminavam um bracelete de bronze que Pedro levava no braço, e sobre o qual um ourives tinha gravado o lema “Independência ou morte”. Entre os espectadores, muitos usavam lenços verdes e amarelos. Ao término da execução do hino, um dos homens da plateia gritou:

— Viva o primeiro rei brasileiro!

Pedro se inclinou e fez uma reverência, em sinal de aprovação. Então o teatro inteiro explodiu em um grito unânime: “Viva o primeiro rei brasileiro!”. Se a viagem a Minas tinha servido para que ele tomasse consciência do que sentia pelo Brasil, essa viagem a São Paulo o ajudou a se identificar com sua nova nação.

Dois dias depois, o príncipe partiu de São Paulo de volta ao Rio de Janeiro. Por mais que Pedro, dando-lhe o último abraço, promettesse que a separação seria breve e que logo voltariam a se ver, Domitila ficou angustiada. Achou que havia se arriscado demais. Não tinha muita certeza de que o veria de novo e ficar naquele vilarejo sozinha, à mercê do que falassem dela, não era algo que lhe agradasse.

Indiferente à chuva e ao vento que agora varria o litoral com a intensidade excessiva dos trópicos, Pedro voltou ao Rio de Janeiro depois de uma viagem de cinco dias. E chegou oito horas antes do viajante seguinte de sua comitiva, o Chalaça. Cobrir mais de 80 quilômetros por dia, dadas as dificuldades do terreno e as chuvas, era um recorde do qual o príncipe sentiu-se muito orgulhoso.

Durante sua ausência, Leopoldina lhe pedira notícias em diversas ocasiões: *“Eu confesso que tenho pouca vontade para escrever: desde que você me deixou, não recebi uma única linha sua”* — ela havia escrito em sua penúltima carta. *“Normalmente quando se ama uma pessoa com ternura, sempre se acham momentos e ocasiões para provar sua amizade e seu amor.”* O problema é que Pedro raramente amava alguém “com ternura”, exceto seus filhos. À sua maneira, e apesar de suas aventuras e deslizes, ele gostava da mulher. Havia uma relação de confiança entre eles, construída de experiências compartilhadas, de alguns dramas sofridos juntos, de sonhos e esperanças frustrados, de projetos comuns, como os filhos e a independência do Brasil, e de uma profunda admiração mútua que ia muito além de suas diferenças. Mas o que Pedro sentia agora por Domitila era paixão.

Leopoldina, por mais desgostosa que estivesse, não guardava rancor. A alegria de vê-lo novamente a fez esquecer imediatamente de seu sentimento de desamparo. À medida que escutava os detalhes do que havia acontecido nas margens do riacho do Ipiranga, sua ansiedade deu lugar a uma grande alegria. Pedro agira conforme o seu conselho: ele se atrevera a colher a maçã. Parecia milagroso que ele a tivesse ouvido, e isso foi o suficiente para deixá-la feliz novamente. Quando Pedro terminou de contar sua odisseia, Leopoldina correu ao seu quarto e desfez algumas fitas verdes que estavam costuradas nas almofadas de sua cama, para cortá-las e distribuí-las entre as pessoas da corte que, à noite, compareceram à festa de comemoração no Teatro Real.

“Graças ao zelo de um príncipe e a perseverança de uma jovem mãe” — escreveu um escritor francês —, “o Brasil foi elevado, quase sem perturbação, à dignidade e à estatura de uma nação.” Mas que tipo de nação? Um país em guerra contra a pátria mãe? Um Brasil independente e uno? Ou uma federação de nações? Ninguém se atrevia a fazer conjecturas ou a prever a evolução daquela situação. José Bonifácio, inquieto, apareceu em São Cristóvão para falar com o príncipe. Ele estava ciente de que a única possibilidade para se estabelecer e preservar a nova nação era ter uma força naval capaz de resistir aos anunciados ataques dos portugueses.

— Temos que aprender a lição com os Estados Unidos — disse ele. — Uma das primeiras decisões do Congresso foi ordenar a construção de treze barcos de guerra, com armamento suficiente para enfrentar a poderosa armada britânica... Para eles, assim como para nós, o domínio dos mares é fundamental para reforçar a independência.

— Não temos nem barcos, nem bons marinheiros... — lamentou-se Pedro. — Vamos precisar empregar muitos estrangeiros.

— Devemos começar pelo princípio, que é conseguir um bom chefe. Andei perguntando entre nossos amigos diplomatas e o marquês de Barbacena em Londres não hesitou um segundo ao indicar o lorde Cochrane.

— Lorde Cochrane! — repetiu Pedro com uma expressão de espanto. — O lobo do mar!

Fora assim que Napoleão havia apelidado o almirante e mercenário escocês, depois de comprovar o medo mortal que a mera menção de seu nome provocava nos oficiais da marinha francesa. O lorde era conhecido por sua audácia ilimitada, que lhe permitia capturar cargueiros ou navios de guerra com uma capacidade de fogo muito superior à sua.

— Ele está expulsando, em nome da liberdade, todos os espanhóis do Chile e do Peru. E o que ele está fazendo lá poderá fazer para nós aqui. Preciso apenas de seu apoio incondicional para tentar contratá-lo.

— Eu o conheço por meio de Hogendorp, que muito o admira — respondeu Pedro. — Ele diz que Cochrane não só é o melhor comandante britânico como o melhor comandante de todas as forças navais do mundo.

— E dos mais gananciosos. Ele é daqueles que sempre acham que nunca recebem o que merecem, apesar de ser rico como é. Sabe quanto ele conseguiu de apenas um navio capturado nos Açores?

Pedro encolheu os ombros. José Bonifácio continuou:

— Trezentas e sessenta mil libras!

— Com um único navio?

Bonifácio assentiu com a cabeça e continuou:

— Mesmo assim, tenho recebido relatórios informando que ele deseja partir do Chile, porque diz que não está recebendo o suficiente.

— E o que nós podemos dar que os chilenos não podem?

— Para incentivá-lo, minha ideia é que nosso governo baixe um decreto informando que todas as capturas de carga feitas no campo de batalha são de propriedade do captor. Esse pode ser um primeiro passo. Eu preciso de sua aprovação.

— Já a tem, Bonifácio — disse Pedro, antes de responder à chamada de um assessor lembrando que ele iria se atrasar para o teatro.

Como sempre, o Teatro Real foi cenário de um acontecimento histórico. Quando Pedro apareceu em seu camarote, as pessoas, eufóricas como nunca, agitaram bandeiras verdes e aplaudiram em uníssono, enquanto os mais exaltados bradavam “vivas”. A orquestra tocava o hino que o príncipe havia composto para a coroação de seu império. Foi ao término dessa entusiasmada noite que se ouviu pela primeira vez o grito de “Viva o imperador!”. A ideia de coroar Pedro como imperador veio dos maçons. Parecia que a noção de “império” era mais adequada para um país tão grande e cujas fronteiras ocidentais ainda estavam por se descobrir. Pedro aceitou a ideia de bom grado, em primeiro lugar por vaidade, e em segundo porque o título de rei o lembrava demais de seu pai, além disso, achava que a ideia de um império poderia galvanizar seus compatriotas e evitar que o país se desmembrasse. Pedro não se esquecia das palavras que seu pai lhe repetia desde que era criança: “Lembre-se sempre, meu filho querido, a unidade da pátria. É para isso que somos reis...”. Talvez a própria noção de “império” serviria para conseguir uma nação mais homogênea e unida.

O conceito de “imperador” também lhe seduzia, porque implicava um amplo reconhecimento popular. Um imperador era escolhido. Sua posição não era estritamente hereditária como a de um rei. Um imperador deveria ter um amplo apoio, coisa que os maçons se comprometeram em conseguir por meio de sua poderosa organização, fazendo que os municípios do Brasil enviassem petições de adesão ao Rio de Janeiro. Somente se conseguissem muitas petições teria sentido elevar Pedro à categoria de imperador.

Ele aceitou o convite porque tinha certeza de sua popularidade. Secretamente, se regozijava pensando na reação das Cortes de Lisboa se o “brasileirinho”, o “garoto malcriado”, como o chamavam, fosse coroado

imperador. Haveria vingança melhor do que essa? O imperador de um país tão vasto como o Brasil seria certamente mais importante, aos olhos do mundo, do que o rei de um pequeno país como Portugal. Ele estava prestes a ultrapassar seu pai, o que despertava sentimentos contraditórios, um misto de pena, porque realmente gostava do velho rei João VI, e de orgulho, porque estava conseguindo realizar aquilo que ninguém teria ousado prever quando ele era mais jovem. Tudo aquilo que estava acontecendo lhe confirmava que o caminho escolhido até aquele momento, baseado mais em impulsos e intuições do que em reflexão e análises lúcidas, era o adequado. *“Se vossa majestade estivesse aqui”* — escreveu a seu pai —, *“seria respeitado e amado e veria que o povo brasileiro, sabendo apreciar sua liberdade e independência, está comprometido em respeitar a autoridade real, porque não são um bando de revolucionários e assassinos, como aqueles que mantêm vossa majestade no cativo mais ignominioso.”* Pedro então preparou um manifesto para anunciar aos portugueses que o Brasil “já não era mais parte da monarquia portuguesa”. Os decretos não estampavam mais o selo “Reino Unido”, mas simplesmente “Reino do Brasil”.

Embora tenha havido uma grande defasagem de tempo devido ao lento cruzar das notícias sobre o Atlântico, o comportamento do príncipe herdeiro levantou polêmicas em Portugal. O rei, forçosamente, teria que aparentar desgosto com seu filho, mas a rainha Carlota, muito mais explícita, expressava sua insatisfação sem reservas.

— Ele é um ambicioso desmedido! — dizia sobre Pedro. — Não tem juízo, nem respeito por seus pais! E é tudo culpa sua...

O rei a olhava com seus olhos caídos bem abertos, enquanto ela se enfurecia:

— A culpa é sua por ter negligenciado a educação dele e por agora nos criar tantos problemas!

— Como pode dizer uma falácia dessas? Esse menino nunca teve uma mãe, porque você só teve olhos para Miguel, e sabe disso muito bem...

— De Miguel eu fiz um homem de bem... E de Pedro, você fez um rufião!

O rei optou por não colocar mais lenha na fogueira. Preferiu pensar que seu filho era leal, que se ele agira daquela maneira é porque havia sido forçado pelas circunstâncias, como ele mesmo havia previsto. João olhou para o outro lado enquanto Carlota soltava suas críticas quanto às más companhias de Pedro, “como esse holandês, o Hogendorp, nada menos que ajudante de campo de Napoleão, e aquele bandido do Chalaça! Que amigos!”.

Embora ainda não soubessem que a independência havia sido proclamada,

as Cortes, irritadas pela desobediência daquele Pedro desafiador, forçaram o rei a revogar, por decreto real, a comemoração do aniversário do príncipe herdeiro. O rei cumpriu a ordem com pesar, obrigado pelas circunstâncias e pelo ambiente que sua mulher havia propiciado. Na carta que escreveu a Pedro para lhe informar o que acontecera, ele aconselhou: *“Lembre-se de que você é um príncipe e que seus escritos são vistos em todo o mundo. Você deve ser cauteloso, não apenas com o que diz, mas também como explica...”* Era uma carta de um pai prudente que desejava proteger o filho.

Mas Pedro não conseguia seguir o conselho do pai de moderar a linguagem. Para legitimar seu rompimento com Portugal, e de alguma forma com seu rei, sua tática foi a de insistir no estado de virtual escravidão em que seu pai se encontrava: *“Não tenho outro modo de escrever”* — declarou como resposta, antes de acrescentar —, *“tomando Deus e o mundo inteiro como testemunhas, digo a essa camarilha sanguinária que eu, como príncipe do Brasil e seu defensor perpétuo, declaro nulos e sem efeito todos os decretos passados dessas Cortes facciosas, desorganizadas e hediondas destinados ao Brasil”*. Assim, Pedro vingava-se de todas as desfeitas e de todo o desprezo de que tinha sido vítima. Por um lado sabia que deixava seu pai em uma situação difícil, mas por outro justificava suas ações, dando-lhes legitimidade.

Assim, em 12 de outubro, “para ensinar uma lição de moral pública ao povo”, como especificaram os parlamentares portugueses, não houve em Lisboa nem um baile de gala nem qualquer tipo de cerimônia para celebrar o aniversário de Pedro. Os deputados não podiam suspeitar que, no Rio, esse fora o dia escolhido para anunciar o imperador Dom Pedro.

A escolha de uma data tão próxima e significativa fora feita pelos maçons porque, para eles parecia importante determinar quanto antes o peso da soberania popular, para que o imperador não subisse ao trono pelo princípio exclusivo do direito divino. Para efeito disso, lhe pediram que fizesse o juramento sob uma Constituição que estava sendo elaborada e que estaria pronta no ano seguinte. Aquilo, para Pedro, soava como aquela lenga-lenga familiar: de novo lhe pediam para jurar uma Constituição que não existia. Implicitamente, também lhe pediam que reconhecesse a supremacia do corpo legislativo que sairia eleito dali. E aquilo não lhe apetecia em nada. Pedro era liberal, mas gostava de mandar.

Os maçons insistiram tanto para que Pedro jurasse a Constituição ou, pelo menos, que se comprometesse a submeter-se à futura Assembleia, que Leopoldina, vendo que seu marido poderia renunciar às suas convicções, pediu ajuda a José Bonifácio. Seria o cúmulo, frente à Santa Aliança, que Pedro assumisse, sem autorização expressa de seu pai, a coroa do Reino do Brasil, e depois acabasse despojado de seu poder por uma “futura assembleia”.

— Pedro feriu em cheio o princípio da legitimidade monárquica ao aceitar ser imperador sem contar com a bênção de seu pai — recordou Leopoldina atordoada. — Isso já não é, por si só... como dizer... um “pecado” para a Santa Aliança? Foi isso que me recordou o embaixador Mareschal.

— Sem dúvida, há legitimidade se o povo o aclamar como imperador — replicou Bonifácio.

— Se meu pai o ouvisse! — Leopoldina respondeu, rindo. — Para a Santa Aliança, a vontade do povo não conta... A única coisa que pode ser feita para diminuir o peso desse “delito político” frente ao meu pai é fingir que Pedro foi obrigado a ceder, que o fez a contragosto, mediante exigências de uma oposição muito poderosa. Mas se agora ele cede ao poder da assembleia, ficará marcado

como um revolucionário que traiu a lealdade da monarquia...

— O que acontece é que os maçons querem controlá-lo como uma marionete.

— Vejo Pedro tão cheio de sonhos e ilusões em ser imperador, que é capaz de aceitar qualquer limitação da qual depois será difícil libertar-se.

— Não se preocupe, alteza. Não penso deixar que isso aconteça.

Mas Pedro tinha as ideias mais claras do que às vezes aparentava. Para manter sua própria independência no jogo da política local, ele se apoiava em Bonifácio e em seus adversários. O velho naturalista era a favor de um governo representativo, formado por deputados eleitos por um tempo limitado. Para ele, o imperador devia representar o interesse contínuo da nação, o elo entre o passado e o futuro. E, além disso, não devia ser apenas um mero símbolo do país, mas também deveria participar ativamente do governo, com um poder igual ao da assembleia legislativa. Sua visão correspondia também ao seu ideal de abolir a escravidão, para comprometer e envolver o Brasil no caminho de importantes reformas econômicas e sociais. Para conseguir alcançar seu sonho, o de um Brasil livre de escravos, Bonifácio precisava da figura de um imperador forte e capaz de neutralizar ou até anular os membros da futura assembleia que se oporiam ferozmente à abolição da escravidão, já que a consideravam chave para a atividade econômica. Seus adversários, que eram muitos no Rio de Janeiro, porque atribuíam a ele uma personalidade por demais influente, e no plano mais concreto, os maçons, eram a favor da supremacia parlamentar, em que o monarca — rei ou imperador — não tinha tanto poder. Bonifácio aconselhou Pedro a fazer o seguinte:

— Não vá por esse caminho enlameado, porque você pode chegar à mesma situação em que seu pai se encontra hoje, na qual depende da vontade de uma assembleia contrária à monarquia...

— Vou esperar que cheguem aqui os resultados das petições que os maçons solicitaram — respondeu Pedro. — Então veremos...

Três dias antes de sua proclamação, ao se dar conta de que o apoio recebido dos municípios era unânime, Pedro notificou que nem ele, nem Bonifácio iriam jurar uma Constituição inexistente:

— E também não quero que a mencione em seu discurso de aclamação — exigiu Pedro ao líder dos maçons.

Em uma acalorada reunião que teve com eles mais tarde, Bonifácio, seguindo os conselhos de Leopoldina e falando como o chefe do governo, acabou ameaçando o líder dos maçons:

— Se insistir em se opor à vontade de Dom Pedro, eu mandarei trancafiá-lo na prisão. — Em seguida, acrescentou: — E hoje mesmo.

A ameaça surtiu efeito imediato: o maçom se atirou aos pés do príncipe. Ficava claro que Pedro, no auge de sua glória, era quem mandava.

Essa era a vontade do povo. Desde que regressara de São Paulo, onde quer que aparecesse era recebido como herói. Já nem podia andar tranquilamente pelas ruas de braço dado com Leopoldina, porque o povo os abordava, amontoando-se ao redor deles, agitando lenços e soltando vivas. Consciente do papel que representava, já não mais tinha resquícios de melindre na hora de fazer valer seu ponto de vista. A inteligência e a desenvoltura de Bonifácio eram excelentes aliadas, mas também não pretendia se deixar controlar pelo naturalista. Agora tivera que se apoiar nele, no futuro, quem sabe, se apoiaria nos maçons... O que estava claro em seu espírito era que não se deixaria dominar. Seu tom de comando, que o fazia se dirigir aos militares de maior graduação em um tom seco e imperativo, e seu aspecto marcadamente autoritário, contrastava com seus princípios liberais. No entanto, era uma contradição que o ajudava a se fazer respeitar, para deixar bem demarcado que ele era o príncipe, o único chefe da nação que agora estava se emancipando.

Apesar do forte temporal, o dia 12 de outubro, data de seu 24<sup>o</sup> aniversário, viu uma multidão invadir a vasta esplanada do Campo de Santana, a antiga praça onde na primavera anterior os brasileiros haviam se entrincheirado para desafiar as tropas do general Avilez, para aclamar o novo imperador. Seis mil soldados, posicionados em filas apertadas, montavam guarda diante do palacete do visconde de Rio Branco, adaptado para o evento. Pedro e Leopoldina chegaram em uma carruagem escoltada por seis criados de libré, devidamente vestidos para o evento nas cores verde e dourado, que incluíam um índio, dois mulatos, um negro e dois brancos. Quando Pedro apareceu na sacada, entre sua mulher e o presidente do Senado, foi recebido por uma estrondosa salva de palmas que se inflamou ainda mais quando um guarda fez ondular a bandeira nacional com as armas do império. Por causa do estrondo que a chuva provocava, caindo impiedosamente sobre a cidade, mal se ouviu o discurso de Clemente e tampouco a resposta do monarca foi ouvida devidamente, quando este aceitou o título de imperador. As pessoas adivinharam que o ato chegara ao fim quando se ouviram os disparos dos fuzis e de 101 canhões, aos quais se somaram as salvas dos barcos ingleses e franceses atracados no porto. O céu reluzia com os raios, a terra tremia com o retumbar dos trovões e tiros dos canhões, cujo eco se ampliava nas montanhas dos arredores. E o povo gritava: “Salve Dom Pedro!

Salve Dom Pedro, imperador do Brasil!”. A partir desse dia, aquele lugar passou a se chamar praça de Aclamação.

Pedro e Leopoldina sentiram falta da presença de seu velho amigo, o general Hogendorp, que não pôde comparecer à celebração porque diziam que ele estava adoentado. O velho general nunca chegou a cobrar os 100 mil francos que Napoleão deixara para ele de herança e, sabendo que lhe faltava dinheiro até para comprar pão, Pedro e Leopoldina lhe mandavam com regularidade alguma quantia em dinheiro, mantimentos e remédios. Pedro queria vê-lo, para lhe pedir conselhos e algumas informações sobre a idoneidade da pessoa que queria contratar: Cochrane. A situação do novo império era muito volátil: soldados portugueses seguiam entrincheirados na cidade de Salvador, Bahia, esperando a chegada dos reforços prometidos por Lisboa. Estava claro que eles se dispunham a resistir o máximo possível para depois tentar reconquistar o resto do território considerado rebelde. Ultimamente circulavam rumores de que a guarnição portuguesa de Montevidéu seria transferida para a Bahia, para reforçar a defesa da cidade. Além disso, as distantes províncias do Pará e do Maranhão tinham feito ouvidos moucos ao grito do Ipiranga e acabavam de declarar seu apoio às Cortes de Lisboa. O que Hogendorp faria se estivesse em seu lugar? O que ele faria com uma nova nação que só dispunha de oito navios de guerra e 160 oficiais da marinha, quase todos portugueses, cuja lealdade agora era questionável?

Pedro foi visitá-lo acompanhado de Leopoldina que, mesmo grávida, continuava montando a cavalo. Além de contar com sua valiosa experiência, queriam convidá-lo para a cerimônia, mais importante ainda, da coroação do imperador. Uma cerimônia religiosa na qual os símbolos da realeza, que se supunha emanada de Deus, lhes seriam entregues pelos representantes da Igreja. O Brasil conhecera nenhuma celebração desse tipo e a população do Rio de Janeiro, alheia aos rumores de guerra, estava ansiosa pelos preparativos do evento. Bordadeiras, costureiras, alfaiates e ourives trabalhavam a toque de caixa, enquanto isso, chegavam das províncias os destacamentos de milícias, assim como os representantes da aristocracia dos proprietários de terras.

Quando Pedro e Leopoldina chegaram à casa de Hogendorp, aos pés do Corcovado, onde já fazia bastante tempo que iam escutar a epopeia de outro imperador, encontraram as janelas e as portas fechadas. Ataram seus cavalos ao galho de uma árvore e empurraram a porta principal, que se abriu com um agudo chiado das dobradiças. Estendido sobre a mesa ao redor da qual tantas e tantas vezes haviam se reunido para beber a sua aguardente de laranja, se encontrava o corpo do general, totalmente coberto por um lençol branco. Seu fiel ex-escravo Simba estava sentado no chão, na penumbra de um canto, velando o amo que lhe devolvera a liberdade e que pretendia deixar-lhe a sua herança.

— Morreu ao amanhecer — contou Simba. — Estava com febre havia muitos dias...

Leopoldina estava impressionada. Não havia um só ruído, como se a selva ao redor tivesse se unido na dor. Pedro, pálido, ficou ao lado do corpo, paralisado, recordando os bons momentos que tinham passado juntos. Como sentiria sua falta nestes tempos tão cruciais!

Depois, Simba, com um gesto súbito que interrompeu a quietude do momento, levantou de uma só vez o sudário que envolvia o corpo e deixou

descoberto o dorso do general. Leopoldina e Pedro se sobressaltaram. Exceto pelo rosto e pescoço, todo o corpo que jazia sobre aquela mesa estava tatuado, não havia um só centímetro quadrado de pele sem um desenho.

— Meu Deus! — exclamou Pedro.

Eram tatuagens javanesas, que aludiam a aves estranhas, deusas e deuses envoltos em um emaranhado de vegetação tropical, com largas folhas verde-claras, flores cor malva, cipós e árvores, pássaros e animais míticos que vinham de outro mundo. Um espetáculo desenhado e executado pelos indígenas de Java. Pedro voltou a pensar nas palavras do general: “A pátria está onde está o seu coração”. A pátria de Hogendorp, desde sempre, era Java, onde vivera os anos mais felizes de sua vida, essa pátria que ele levava na pele como uma roupa, íntima e luxuosa, abrigada dos olhares indiscretos. Pedro não pôde evitar pensar em si mesmo. Ele agora também tinha uma nova pátria, da qual era o “defensor perpétuo”. Uma pátria que cheirava à terra úmida e à vegetação tropical, povoada por indivíduos de todas as raças, entretanto frágil e ameaçada.

— Vou organizar um funeral digno de seu passado... — prometeu solenemente Pedro ao corpo que ali jazia, enquanto Leopoldina dispunha ao redor da mesa algumas flores que havia arrancado da selva.

Acabou que Pedro não pôde dar a seu amigo a despedida que desejava porque no último momento, quando todos os aparatos do funeral já estavam prontos, os sacerdotes se deram conta de que ele não era católico. Assim, o general foi enterrado em um cemitério protestante, em uma cerimônia simples, assistida por um punhado de fiéis, entre eles Pedro e Leopoldina, que conseguiram encontrar tempo na apertada agenda daqueles dias tão cheios de compromissos e que precediam à coroação.

No dia 1<sup>o</sup> de dezembro de 1822, um dia ensolarado, teve lugar a cerimônia mais singular de todas as que haviam sido celebradas no Brasil desde o início de sua história. Foi concebida por um grupo de quatro pessoas encabeçadas por José Bonifácio e com a participação do frei Antônio de Arrábida, antigo tutor de Pedro. Ambos decidiram que a língua empregada seria o latim, e que o ritual se embasaria nas tradições do Santo Império Romano, com elementos copiados do Sacro Império de Napoleão. Para eles parecia ser bem importante sublinhar as convicções religiosas de Pedro, que, contrariamente a Bonaparte, mostrava assim sua subordinação a Deus.

Depois de uma manhã de festa, na qual uma grande quantidade de desfiles militares percorreu a cidade, ao som de muitos tambores e bumbos, Pedro, Leopoldina, suas filhas e um imponente séquito entraram na recentemente

nomeada Capela Imperial, a antiga igreja que fora construída próximo ao velho palácio. Eram seguidos por procuradores das províncias e cada um levava nas mãos as insígnias imperiais: a espada, o cetro, o manto e a coroa. No calor úmido que se podia sentir dentro da igreja ostentadamente decorada com cortinados de veludo carmim, Pedro suava copiosamente. Usava uma sobrecapa de seda verde com estrelas, com os punhos bordados com fio de ouro. Sobre os ombros tinha uma capa de penas de aves típicas brasileiras, amarelas e laranja, para dar um toque indígena. Fiel a si mesmo, como se tivesse que estar sempre pronto para partir cavalcando, calçava botas de montaria com esporas. Antes de ajoelhar-se diante do altar onde estava pousada uma coroa de ouro de 22 quilates, incrustada de diamantes e pesando quase três quilos, deu uma olhada na igreja, repleta de aristocratas e da alta burguesia local — ministros, senadores, personalidades de destaque da corte — que reluziam em suas melhores roupas de gala. Todos de seu mundo estavam presentes, exceto a pessoa que mais desejava por perto: Domitila. A ausência não tinha minguado o sentimento que o embalava e, em seu atrevimento, ofereceu ao coronel Castro Canto e Melo, pai de sua amante, um cargo importante na capital. Quando este aceitou, Pedro sugeriu que se mudasse para o Rio de Janeiro com a família. O velho coronel não podia negar tal oferta, que vinha nada mais, nada menos que do imperador. Pedro escreveu para Domitila dizendo que se veriam em breve e assegurando-lhe que estava disposto a fazer grandes sacrifícios para fazê-la feliz.. *“Você, no Rio de Janeiro, não morrerá de fome”*, e terminou a carta, despedindo-se: *“Aceite meus abraços e beijos, deste seu amante que, em suspiros, espera vê-la quanto antes”*. E assinou: *“O demônio”*. Não passou pela cabeça de Pedro que um dia sua mulher poderia inteirar-se desse assunto secreto, pois agora ele via tudo de um ângulo, pois agora muito singular: não só estava conquistando a independência do Brasil como também a sua própria. Não se tratava de escolher entre uma ou outra: ele amava as duas. E uma terceira também, se por acaso esta aparecesse.

Os olhos violeta de Leopoldina, sentada na tribuna na primeira fila, eram a própria expressão da inocência. Vestida de seda verde, com um manto amarelo, abanava seu leque com força, porque o calor, agora que se encontrava novamente grávida, a agoniava ainda mais que o habitual. Pedro se sentiu reconfortado em pensar que, graças a ela, fora concunhado do mesmíssimo Napoleão Bonaparte. Sentada junto à sua mãe estava Maria da Glória, vestida do mais puro branco, que, orgulhosa de seu pai, lhe sorriu. Ele respondeu com um imperceptível gesto de afeto. Leopoldina não suspeitava do vulcão em que o coraçã do marido se convertera. Como toda bonança antes da tempestade, ela

se sentia satisfeita porque aquela cerimônia sancionava o cumprimento de seu dever como princesa dos Habsburgo e defensora da monarquia. No maior território da América do Sul, um país que aprendeu a amar, havia conseguido manter intacto o respeito à realeza. Melhor ainda, tinha contribuído para salvar o trono para seus descendentes, seus “brasileirinhos”, afastando o espectro de uma revolução perpétua, como acontecia com os republicanos na América espanhola. Apesar das nuvens que via no horizonte, cumprir com o dever, para uma austríaca como ela, era motivo de profundo regozijo.

Pedro, ajoelhado e com o braço direito sobre o evangelho, prestou juramento em latim. A orquestra começou a tocar enquanto o arcebispo o ungia com os santos óleos. Depois, levantou-se e escutou a missa. No final, se ajoelhou novamente para receber a espada das mãos do arcebispo. Levantou-se e, de uma forma bem teatral, a desembainhou, fez vários movimentos com ela, a embainhou novamente e voltou a ajoelhar-se para, dessa vez, receber a coroa, depois o cetro, que também era de ouro maciço e cuja extremidade superior culminava com um dragão alado. Entre varetas de incenso e o trovejar das salvas das fortalezas, o primeiro imperador do Brasil, investido com os símbolos de sua elevada nomeação, se levantou e sentou-se em seu trono, ao som do *Té-Déum Laudamus*. As senhoras secavam as lágrimas com finos lenços bordados. Houve homens que não puderam conter a emoção e que tinham os olhos umedecidos. Os maçons e muitos liberais presentes na igreja se perguntavam se dessa vez Pedro faria algum tipo de declaração para mostrar sua concordância e conformidade com a futura Constituição. Não quis fazê-lo durante a aclamação, mas talvez agora, já coroado como “imperador constitucional”, não teria objeções em fazê-lo...

Lá fora, o povo celebrava em júbilo, os sinos tocavam, bandas de música competiam por deixar-se ouvir entre o barulho geral, enquanto o imperador cruzava a praça até o palácio. Anunciavam para o anoitecer o estouro dos mais fantásticos fogos de artifício jamais registrados na memória do Brasil. As entradas para a apresentação especial da ópera de Rossini intitulada *Isabel, Rainha da Inglaterra*, que seria apresentada no renovado e rebatizado Teatro Imperial, já tinham sido esgotadas. Da sacada no primeiro andar do palácio, Pedro se dirigiu para a multidão, respondendo à expectativa dos maçons:

— Juro defender a Constituição que será elaborada... — disse e um suspiro de alívio percorreu o banco dos liberais, seguido por uma inesperada ducha de água fria quando Pedro acrescentou:

— Desde que seja sempre digna do Brasil e de mim.

Ficaram pasmos. Que juramento era esse que impunha condições? Não era o cúmulo da insolência que o imperador se colocasse num plano superior ao dos deputados da Assembleia Constituinte? Para eles, “imperador constitucional” significava que o governante deveria se submeter à Constituição e não o contrário, como dava a entender o que Pedro acabara de declarar.

Leopoldina e Bonifácio tinham muito claro que a autoridade do imperador emanava da herança histórica, da tradição, e tinha que ser, portanto, superior à da assembleia. Em cartas para seu pai, a imperatriz descrevia o modelo de Parlamento, formado por duas câmaras, em que o imperador dispunha de veto absoluto e tinha a capacidade de escolher seu conselho privado e seus ministros, sem que existisse intromissão possível. “*O imperador*” — explicava Leopoldina — “*possuirá todos os atributos que fortalecem o bom êxito de seu poder; de maneira que é o principal chefe do poder executivo e da máquina política.*” Era um esquema contrário ao dos maçons e dos liberais, e o debate incendiaria a jovem e florescente imprensa brasileira.

Longo, a preocupação mais importante do novo governo era a mera sobrevivência do país. De nada servia brigar pelo poder se a nação estava frágil e os focos de resistência não eram aplacados antes da chegada dos reforços de Lisboa. Pedro, furioso com o general Madeira, que, no comando das tropas portuguesas na Bahia, se negava a obedecer-lhe, mandou que seus soldados cercassem a cidade. O intento foi em vão, porque Madeira resistiu e os brasileiros tiveram que se retirar para o litoral. Lutavam sem meios, com armas enferrujadas e fabricando pólvora com o salitre que recolhiam dos muros das casas expostas aos ventos marinhos. Com mais armamentos e mais bem equipado, o general Madeira tinha a seu favor um fluxo constante de escravos que fugiam das plantações para se alistar. Somente pela força da palavra liberdade, os negros terminavam por acreditar que ela também era para eles e se ofereciam como voluntários porque, oficialmente, Portugal tinha abolido a escravidão em seu território. Ainda teriam que esperar muitos anos antes que o Brasil fizesse o mesmo. No entanto, Pedro e Bonifácio aproveitaram a oportunidade para criar o “Batalhão de Libertados” e ofereciam aos escravos a emancipação em troca do alistamento. O plano acabou sendo boicotado pelos grandes proprietários de terras, que alegavam necessitar dessa mão de obra para a colheita do açúcar e do algodão.

Apesar de seus esforços, tanto Pedro como Bonifácio se davam conta perfeitamente de que não ganhariam essa guerra com um punhado de escravos libertos. O general Madeira resistia ao cerco da cidade porque conseguia provisões por mar. A solução estaria em fazer intervir a frota e sitiá-la a Bahia.

Naqueles dias, como se fosse uma bênção do destino, um bergantim com aspecto decrépito ancorou na enseada do Rio de Janeiro. A bordo viajavam lordes Cochrane e seu grupo de mercenários. O lordes vinha com uma amiga inglesa chamada Maria Graham, uma escritora que acabara de perder seu marido,

capitão do *HMS Doris*, enquanto tentava dobrar o cabo de Hornos. “*Nada que eu tenha visto em minha vida se compara com a beleza desta baía*” — escreveu a inglesa. “*Nápoles, o porto de Bombaim e Tricomali, no Ceilão, que eu acreditava serem lugares perfeitos, devem render-se ante este que lhes ultrapassa.*” Assim que soube da sua chegada, Pedro saiu de São Cristóvão e foi encontrar-se com o escocês na casa ensolarada que José Bonifácio tinha na praça do Teatro.

Cochrane era um gigante com os ombros ligeiramente encurvados, com uma densa cabeleira ruiva que, em seus 48 anos, estava ficando grisalha. Seu nariz aquilino lhe dava a aparência de uma ave de rapina. Falava devagar e tinha algumas noções de francês e espanhol. Não era o que se poderia chamar de “homem afável”, mas se deram bem. O almirante, alegando que seus princípios o impediam de trabalhar para um governo autocrático, apreciava que o imperador fosse um liberal. Ele gostou de seu jeito vibrante, entusiasmado e bonachão, algo que era inconcebível em um monarca de origem britânica. Por sua vez, Pedro estava impressionado com a personalidade do lorde e com tudo que sabia dele. Haviam lhe contado que o escocês costumava viajar sob pavilhão falso e que era capaz de investir muito tempo em camuflar seu navio para se fazer passar por um navio amigo. Uma vez perto de sua presa, içava a bandeira tão depressa que deixava desconcertados os marinheiros espanhóis ou franceses, suas vítimas preferidas, aos quais atacava com uma terrível contundência. Tinham lhe contado muitas coisas sobre esse personagem: era filho de um conde escocês alcoólatra que cavara sua ruína, mas conseguira alcançar fama mundial dominando os mares. O lorde era tão singular que, enquanto estava preso na Inglaterra, acusado falsamente de corrupção, inventou uma lamparina a óleo para as ruas, ideia que foi adotada pela prefeitura de Londres até a implantação da iluminação a gás. E foi também em sua cela que lhe ocorreu a extravagância de resgatar Napoleão. E provavelmente o teria conseguido, se o francês não tivesse morrido em sua ilha perdida.

O aspecto do lorde não era muito diferente do de seu barco. Ninguém em pleno juízo adivinharia que se tratava de um homem riquíssimo, de um profissional da guerra naval, de um personagem lendário, com grande reputação por sua extrema audácia, sua inteligência tática e seu poder de planejamento meticuloso. Fisicamente, parecia um boêmio malcuidado, algo excêntrico, estranho, bizarro.

— Antes de tudo, milorde, eu proponho uma visita, junto aos meus colaboradores, e incluindo o ministro da Guerra, ao arsenal e à frota — lhe propôs Pedro.

O escocês aceitou. Era importantíssimo conhecer o estado da frota e os meios de que dispunham para realizar sua campanha. Nos terrenos dos estaleiros, as obras de reparação de vários navios confiscados aos portugueses avançavam em bom ritmo. Trocaram impressões com carpinteiros, ferreiros, engenheiros da marinha e construtores, entre os estrondos das marteladas e a gritaria dos escravos que descarregavam troncos de madeira roliça arrancados da selva. O lugar cheirava a serragem, cânhamo, suor e alcatrão — usado para calafetar os barcos. O problema, como logo o escocês pôde perceber, não era tanto os navios, e sim toda aquela tropa de marinheiros brasileiros anárquicos e inexperientes, sem contar os portugueses, em quem não tinham como confiar. Mais que marinheiros de uma armada vitoriosa, eles pareciam vagabundos. Também havia meio milhar de oficiais e marinheiros irlandeses e ingleses que haviam sido contratados pelo novo governo, mas estava claro que se tratava de uma quantidade insuficiente.

— Não sei se poderemos ganhar uma guerra com tais tripulações... — disse o lorde.

— Aos que você agora vê, podemos acrescentar escravos libertos — afirmou Pedro.

Cochrane o olhou com uma expressão de quem não sabia se levava aquilo a sério ou se era uma brincadeira qualquer daquele jovem imperador. Escravos libertos! De forma alguma podiam ser bons marinheiros ou soldados, estariam sempre pensando em escapar... Nos estaleiros, fez uma cara de desgosto enquanto inspecionava o cordame e as velas.

— Quanto tempo faz que este material não está em uso?

— Foram dezesseis anos guardados aqui, milorde — respondeu o ministro da Guerra.

O lorde levantou os olhos para o céu.

A excursão terminou e regressaram ao ponto de partida, a casa de José Bonifácio. Por deferência ao imperador, o lorde não falou em dinheiro na sua presença. Falou de seu cargo e título. Foi taxativo quando disse que se negava a servir sob a autoridade de um almirante brasileiro.

— Necessito de controle total sobre as expedições que realizemos e consequentemente peço que me outorgue a mais alta graduação da armada brasileira.

— Milorde, faremos o possível — interveio Bonifácio em tom conciliador. — Peço que entenda que, em um país tão jovem, entregar a máxima autoridade naval a um estrangeiro pode ser malvisto pelos patriotas.

Cochrane se limitou a erguer os ombros, como se isso não fosse problema dele. Nesse momento, Pedro falou. Seu faro lhe dizia que não podiam prescindir desse homem, que nesse escocês genioso estava a solução dos tão urgentes problemas do país. Era um homem ousado e exigente, verdade, mas não tinha sido justamente graças ao seu arrojo que conseguira derrotar a armada real espanhola na costa do Pacífico?

— Lorde Cochrane, eu, o imperador constitucional do Brasil, o nomeio a partir deste momento primeiro almirante da armada brasileira. Só eu estarei acima, na hierarquia...

O escocês torceu os lábios, o que foi interpretado como um sorriso.

— Creio que poderemos nos entender — murmurou.

No dia seguinte, dessa vez na ausência de Pedro, Bonifácio e os demais ministros, entre os quais se encontrava seu irmão Martim Francisco, que assumia a carteira da Fazenda, tiveram que enfrentar a sagacidade do escocês e foi necessário suportar sua insolência na hora de discutir o pagamento.

— O salário que vocês me oferecem — protestava o lorde — é equivalente ao de um almirante português... Nem sequer chega aos pés do que recebi do Chile, que era de 8 mil dólares por ano mais a pilhagem dos inimigos. Senhores, eu não vim até aqui para isso.

Para os irmãos, custava-lhes se entender com aquele homem de modos e aparência desprezíveis e que falava cuspidando monossilabos.

— Lembre-se de que publicamos o decreto que lhe permite ficar com o que capturar — replicou Martim Francisco. — Não é fácil para nós ignorar esses atos de... Como poderei dizer?... De pirataria, não há outra palavra. Temos feito um grande esforço.

— Falta mais uma coisa... — falou o escocês, com os dentes cerrados, olhando de esguelha para seus interlocutores.

Fez-se um silêncio incômodo. Cochrane seguiu murmurando com a boca semicerrada, com uma voz tão baixa que forçava todos a aguçar o ouvido e a se concentrar para entendê-lo.

— Retomando o assunto do salário: minha paga e a de meus homens têm que ser feitas em dólares de prata.

Martim Francisco pigarreou, mas não disse nada. O escocês impunha. Estava claro que não dava importância a eles e continuava:

— Como vocês querem que eu exija de meus homens um alto grau de preparação e disciplina se não lhes pagam bem?

Enquanto o lorde continuava pedindo e reclamando, para ele, seus oficiais

e sua tripulação, todos que o rodeavam olhavam para ele estupefatos. Por fim, sua última reivindicação os liquidou, deixando-os exaustos. Para começar, melhor dizendo, para envolver-se com a armada brasileira e iniciar uma campanha contra os portugueses, exigia 20 contos de réis, uma quantidade exorbitante, que, além disso, deveria ser trocada por ouro ou prata. Martim Francisco se perguntava se realmente valia a pena destinar tantos recursos financeiros para aquele homem.

— Senhor, só há quatro contos de réis no tesouro imperial — lhe informou.

O lorde se levantou lentamente e se dirigiu para a saída.

— Então não temos mais nada que conversar.

Foi a determinação de Pedro que salvou a negociação. O imperador confrontou os ministros para forçá-los a aceitar as condições de Cochrane.

— Consolidar a independência do Brasil não tem preço... Faça o que tiver que fazer, mas consiga esse dinheiro — ordenou ao ministro da Fazenda.

A única solução que tinham para conseguir essa quantidade de dinheiro, e de maneira rápida, não agradava nem um pouco aos irmãos Andrada, porque significava pedir um empréstimo a um rico proprietário de terras, que era também um dos maiores escravagistas da região. No entanto, não tiveram outra solução exceto fazer das tripas coração e pedir emprestados os 16 contos que faltavam.

## S EXTAPARTE

O brado de um povo feliz é o único que  
pode falar com eloquência aos reis.

GRESSET, *Ode ao rei*

O primeiro almirante da frota nacional e imperial, lorde Cochrane, içou seu pavilhão no *Pedro I* e iniciou o procedimento para equipar seus navios e treinar sua tripulação com a inestimável colaboração do entusiasmado Pedro, que passava dias inteiros inspecionando os trabalhos. Aparecia nos estaleiros quando soavam as salvas dos canhões que anunciavam a abertura do porto, às seis da manhã, e supervisionava minuciosamente os detalhes das reparações. Chegou até a escolher os tapetes de tecelagem marroquina para o camarote principal. A imperatriz se reunia com ele ao longo do dia. Acabara de dar à luz sua terceira filha, batizada com o nome de Paula Mariana, em homenagem a São Paulo e à cidade de Mariana, em Minas Gerais, que haviam se unido com entusiasmo ao chamamento de Pedro pela independência. O interesse de Leopoldina pela expedição de Cochrane era, sobretudo, estratégico. Estava irritada com o representante austríaco, Mareschal, porque este não comparecera às cerimônias de aclamação e de coroação de Pedro, mas, em contrapartida, estivera presente no batizado da pequena. Isso lhe fazia pensar que a Santa Aliança poderia não estar de acordo com o fato de que Pedro fosse imperador e quisesse restabelecer Dom João VI em seu direito, em nome do princípio da legitimidade. Tanto Pedro quanto Leopoldina tinham consciência de que, enquanto a Bahia estivesse nas mãos do general Madeira, havia o perigo de que os portugueses continuassem pensando que o restante do país também lhes pertencia.

A frota imperial tinha que zarpar quanto antes. O escocês decidiu abandonar dois dos sete navios que pretendia utilizar, devido ao estado precário no qual se encontravam. No dia 3 de abril, Pedro e Leopoldina foram ao porto para despedir-se. Ao embarcar no *Pedro I*, eles se encontraram no meio de um alvoroço entre oficiais brasileiros e um grupo de marinheiros ingleses e irlandeses que, na véspera, tinham bebido até perder a compostura.

— Não os castigue — interveio a imperatriz. — Beber assim é um costume

dos povos do norte... Para eles, isso é normal.

— Mas, majestade, eles agrediram os guardas do porto, vomitaram por toda a parte...

Leopoldina o interrompeu:

— São bons homens, oficial, o Brasil precisa deles... E estão sob minha proteção.

O homem fez um gesto de assentimento com o queixo. Não estava convicto daquilo, mas, por deferência à imperatriz, deixou que os ingleses se safassem de punições. Mesmo de ressaca, assumiram seus postos na frota, junto a um grande número de escravos libertos, de brasileiros e até de portugueses alistados à força. Quando o navio chegou perto do Pão de Açúcar, o casal imperial desejou boa sorte ao almirante e desceu até um barco que viera buscá-los. Pedro estava muito orgulhoso de sua frota. Enquanto ambos a viam distanciar-se, a bruma matinal se dissipou e surgiu um esplêndido sol, que Pedro considerou um bom presságio.

Para lutar contra a ansiedade que a volatilidade da situação, provocava no jovem imperador este se ocupava com grande frenesi à tarefa de supervisionar tudo. Visitava assiduamente as tropas estrangeiras, na realidade, os dois batalhões granadeiros alemães que eram o orgulho do exército. “Todas as raças aportam ao exército suas virtudes e suas armas peculiares” — ele dizia. “Quero que se sintam como se estivessem em suas casas, que se sintam vinculados com a terra que têm que defender.” Pedro, muito hábil na hora de ter que lidar com a escopeta, fazia exercícios com os batalhões e os executava com brio. Sem dúvida, os soldados passavam da admiração para o espanto quando viam que o imperador, que nunca se importava com o que era inconveniente ou não, mas partia para a ação, pulava sobre o muro da fortaleza para fazer suas necessidades e ordenava que o batalhão desfilasse diante dele enquanto estava naquela postura absolutamente indecente.

Seu zeloso ardor se destinava, sobretudo, aos administradores e funcionários das instituições. Nos ministérios, corria de mesa em mesa com um caderno na mão, apontando o nome de cada funcionário ausente e deixando uma nota para que se justificasse assim que regressasse à sua mesa. Agindo da mesma forma, um dia ele entrou no asilo da Misericórdia, comprovou o registro, pediu as contas, quis saber o número de órfãos acolhidos, de amas disponíveis etc. Lamentou-se do mau estado das instalações, do terrível aspecto das crianças abandonadas e pensou em denunciá-lo no discurso que teria que pronunciar diante da Assembleia Constituinte. Pedro tinha grandes ambições. Queria mudar

o mundo, algo que ficara entranhado nele a partir das andanças do cavaleiro de triste figura que decorava o quarto onde brincava quando criança. Queria ver o mar sendo navegado por soberbos navios e os caminhos cheios de um vaivém de carruagens deslumbrantes, repletas das mais variadas mercadorias. Sonhava em embelezar as cidades, inaugurar escolas para encher de crianças. Não queria ver os pequenos com o corpo deteriorado pelas marcas da miséria, e tampouco esses escravos moribundos que povoavam o infame mercado de Valongo. Nos meses de abril e maio de 1823, dedicou grande parte de seu tempo para escrever um texto sobre a escravidão: “Um câncer que carcome o tecido do Brasil, que nos impede de crescer como país, e sermos industriais, e que é a causa de não inventarmos nada.” Na redação do texto, se notava a mão de José Bonifácio, e ainda que perguntassem a ele, este respondia: “cada sentimento, cada palavra” eram do imperador, e tão somente dele.

Com o mesmo ardor ele supervisionava as fortalezas, as cavalarias de São Cristóvão e até o teatro, para verificar os preparativos das funções. Era incansável e a curiosidade o absorvia.

Um dia, uma mulher imensa, com um papo triplô e uma pele brilhante, o interpelou quando passava a cavalo pelo centro. Queixava-se de que os vendedores da rua do Ouvidor utilizavam pesos e medidas enganosos.

— Desculpe-me, senhora, agora não tenho tempo... — lhe disse Pedro.

— Se não tem tempo para me escutar, então tampouco tem tempo para reinar! — alfinetou a grande mulher.

Pedro prosseguiu o seu caminho, mas aquelas palavras tocaram sua alma. Como fazer o povo entender, essa senhora, por exemplo, que seu tempo era exíguo? Que as 24 horas do dia não bastavam para levantar um império?

Entretanto, em seu íntimo, pensou que aquela mulher lhe dizia algo pertinente. Assim, mudou seus planos, se dirigiu até a aduana e procurou o padrão oficial de pesos e medidas e logo voltou ao centro, para a rua do Ouvidor. Entrou nas lojas de roupa e tecidos que anunciavam qualidade *London Superfine* e foi comparando os instrumentos de medida, para ver se aquela senhora dizia a verdade: na maioria das lojas as medidas não se enquadravam às normas. A falcatrua havia se generalizado. Pedro se encolerizou, fez várias críticas e advertências aos comerciantes e até levou vários instrumentos sob o braço.

Leopoldina o acompanhava em muitas dessas visitas. Apareciam sem avisar na aduana, nos hospitais, nas obras em andamento ou nos quartéis e eles faziam isso nas horas em que os funcionários menos esperavam uma visita imperial. Plenamente adaptada à sua nova pátria, a austríaca fomentava a

imigração de uma colônia de agricultores alemães. Era sua maneira peculiar de lutar contra a escravidão, porque sua ideia consistia em criar uma classe média branca de pequenos proprietários capazes de cultivar a terra com as próprias mãos, sem a ajuda de escravos africanos. Pensava que uma classe assim sustentaria a monarquia e o Estado e que, definitivamente, traria um novo grau de estabilidade ao país. A imperatriz possuía mentalidade de estadista. Tinha também consciência de que Pedro carecia de cultura e da preparação necessária para priorizar as atividades, por isso dizia sobre ele: “Pedro gosta de governar tudo, até as mínimas coisas”. O certo é que ambos se complementavam, tinham o dom da ubiquidade, ou seja, da onipresença. E o povo, que os via em todas as partes, era tão devoto de seu imperador como de Leopoldina. Não era em vão que as pessoas se referiam a eles usando o pronome possessivo “nosso”: “nosso imperador”, “nossa imperatriz”.

No entanto, a chegada da família de Domitila ao Rio iria perturbar essa harmonia imperial. Pedro, com o seu gosto pela logística, tinha organizado o desembarque da família Castro Canto e Melo na região do Rio com grande cuidado nos detalhes. Não teve dificuldades em convencer o velho coronel Castro, pai de Domitila, de que a vida no Rio seria mais proveitosa; Pedro sempre se dera bem com velhos soldados. De modo que primeiro vieram o pai e a irmã, que se chamava Maria Benedita, uma mulher no mesmo estilo de Domitila, morena de lábios grossos e sensuais, com pele da cor de canela e um corpo tão macio que nem parecia ter ossos. Pedro fez com que se instalassem na vasta propriedade de Santa Cruz, a 60 quilômetros da cidade, com cabeças de gado e campos cultivados por uma numerosa mão de obra escrava. Maria Benedita estava muito agradecida a Pedro porque o imperador havia oferecido ao seu marido o posto de superintendente geral do Tesouro Imperial. Agindo ainda com mais sutileza, Pedro contratara também Felício, o marido de quem Domitila estava se separando, como chefe do escritório comercial daquela fazenda. Em troca, exigira que não se opusesse ao procedimento judicial do divórcio. Então, faltava apenas a chegada de Domitila, que Pedro pensava em acomodar em uma casa no bairro de Mataporcos, a meio caminho entre o centro do Rio de Janeiro e São Cristóvão. O imperador a queria bem perto.

Aproveitando uma caçada nas cercanias da fazenda Santa Cruz, Pedro foi visitar os recém-chegados. Encontrou-se com Maria Benedita a sós, porque o marido estava fazendo arranjos na cidade. Embora ela fosse seis anos mais velha do que ele, seus gestos indolentes, sua tênue fragrância de óleo de amêndoas, sua risada cristalina e seu corpo sinuoso... Tudo nela lembrava tanto Domitila que ele se sentiu perturbado. Teve o desejo imediato de possuí-la e, encorajado pelo fato de que naquele momento não havia familiares por perto, Pedro soltou alguns elogios quase obscenos, ela encarou como sendo aquilo que eram mesmo, uma

grosseira tentativa de sedução, à qual ela respondeu fazendo-se de ultrajada, mas sem convicção alguma. O que parecia excitar ainda mais a Pedro era o fato de Maria Benedita ser uma mulher casada; porque, tanto na política como na cama, o perigo o estimulava. Maria se rendeu sem mais alvoroço. Ele ficou supreso em encontrar tão pouca resistência nesse tipo de mulher, que se entregou como se estivesse vivendo a grande aventura de sua vida, com o prazer adicional de retirar de sua irmã o privilégio exclusivo de dormir com um imperador. Geralmente, a moral era mais escassa na aristocracia e nas classes mais baixas, mas não na classe média, à qual pertencia essa filha de coronel. De sua parte, Pedro avaliou que seus flertes com Maria Benedita eram um excelente consolo enquanto esperava a chegada de sua verdadeira amante, a dona de seu coração. O imperador nem parou para pensar como Domitila poderia reagir ao saber o que acontecera entre ele e sua irmã. Porque Pedro estava certo de que ela entenderia quão insuportável era o vazio de sua ausência e que fazer amor com a irmã era como fazê-lo com Domitila. Segundo sua peculiar visão das coisas, essa aventura era de fato uma homenagem à amante ausente.

Algumas semanas mais tarde, logo depois de ficar sabendo que Domitila havia chegado à cidade, Pedro decidiu partir a galope até a casa de Mataporcos. Desmontou do cavalo ofegante, entregou as rédeas a um empregado e viu Domitila saindo para varanda, afim de recebê-lo. Seus seios estavam mais inchados do que ele recordava, quadris pareciam mais arredondados. E ela trazia o mesmo sorriso irresistível de sempre. Então, Domitila apontou o ventre com o dedo indicador:

— É seu... — disse ela.

Pedro ficou boquiaberto com aquela barriga, fruto das primeiras noites de amor em São Paulo. Esboçou uma careta de ligeira decepção... Era expressão de desapontamento por ter um filho indesejado? Ou era porque o avançado estado de gestação de Domitila o privaria daqueles momentos de luxúria com os quais vinha sonhando havia tanto tempo? Pedro a queria para alegria e descanso, não para uma gravidez e uma criança. Para isso, já tinha sua mulher...

— Tenho a sensação de carregar uma melancia aqui dentro — brincou Domitila.

Pedro riu do comentário, e os vestígios de surpresa se dissiparam de sua expressão. Uma criança, ele pensou. Outra criança. Já havia perdido a conta de quantos filhos naturais ele havia feito por aí. E preferia nem saber. Caso contrário, o sentimento que os filhos lhe inspiravam o empurraria a cuidar deles, a assumir a paternidade dessas crianças. E isso ele não poderia fazer, não com

tantos, por mais imperador que fosse. Teria preferido não ter que compartilhar Domitila com ninguém, nem mesmo com uma criança, mas o que não tem remédio remediado está.

— Ele será bonito e arrogante como você — disse ela.

— Não lhe faltará nada neste mundo — respondeu Pedro, assumindo sua parcela de responsabilidade.

— Nem mesmo um sobrenome? — perguntou Domitila, com um tom de ironia.

Pedro não respondeu. Ele a olhou com olhos gulosos, pegou-a em seus braços e entraram na casa, decorada com simplicidade e bom gosto. Atravessaram o pátio interior, cheio de grandes plantas tropicais, e trancaram-se no dormitório principal. Era um bom ninho de amor, de onde se podia enxergar a parte mais alta do palácio de São Cristóvão. Tudo estava à mão.

Quando ficou sozinha em sua nova casa, que cheirava a mar e a jasmim, Domitila pensou que estava vivendo um sonho. Não era nos sonhos que uma mulher poderia encontrar um príncipe encantado que resolveria sua vida e a tiraria da obscuridade provincial, trazendo-a para a vida colorida da capital? Quanto tempo duraria esse encanto? Será que seus antecedentes e sua diferença social não terminariam por romper essa relação? Quanto tempo duraria o enamoramento de Pedro? Quanto tempo duraria o capricho do imperador? Quando se cansasse dela, o imperador a abandonaria na mesma situação em que ela estava quando se conheceram? Dominada por tais pensamentos e dúvidas, Domitila se deitou de lado na cama para mitigar o incômodo de seu corpo inchado, quente e suado. Ela cochilou agradavelmente enquanto a brisa do mar inflava as cortinas de linho, sem saber se depois de algumas horas seu homem voltaria a tocar seus peitos firmes, os mamilos ardentes, e a penetrá-la de lado, por trás, enquanto ela fechava os olhos e mordida os lábios.

E Pedro voltou naquela noite, como sempre fazia sempre que suas ocupações permitam. Como quase todas as noites. *“Vou fazer a barba para que vossa mercê não seja arranhada à noite por este amante desperto, fiel, agradecido e verdadeiro, o imperador”*, escreveu ele em um de seus bilhetes. Nos braços de Domitila ele esquecia as tensões da vida política. O fato de trair a esposa com a sua amante e sua amante com a irmã dela não parecia tirar-lhe o sono. Ao contrário, a ideia de que as três pudessem estar grávidas dele ao mesmo tempo lhe enchia de uma alegria perversa.

Talvez o poder estivesse cobrando seu preço com relação à ideia que Pedro tinha de si mesmo. Talvez estivesse se deixando embriagar pelas adulações constantes, pelo fervor quase fanático do povo, por sua influência crescente, sua imagem e sua aura que lhe permitiam conseguir tudo que um homem pudesse desejar, incluídas aí todas as fêmeas do império. Se, ao longo da vida, nunca tivesse sentido que as limitações normais aos homens tivessem a ver com ele, agora essas limitações tinham desaparecido completamente. Pedro sentia que estava acima do bem e do mal. E o que podia existir além do poder absoluto? Ele não estaria começando a se sentir um pouco como um deus? Pedro continuava a ser o mesmo homem sem modos e sem cultura de sempre, alimentado com os frutos e os animais da terra, como todos os outros; era o mesmo homem que perdia a cabeça quando ficava tempo demais sem sentir o perfume de uma mulher, ou a sua cálida presença. Mas saber que seus desejos podiam se tornar realidade no mesmo momento lhe proporcionava uma sensação infinita de prazer, e isso o distanciava dos mortais comuns. Isso era a liberdade absoluta, aquilo a que mais aspirava um homem que tivera sua vida traçada pelos outros desde que nascera.

Pedro era como se fosse um pequeno deus sobre a face da Terra, vestido de uniforme verde e uma capa de penas de aves amarelas, que chegava em uma carruagem imperial puxada por oito mulas negras e acompanhado de Leopoldina e sua filha, para a posse da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, no prédio da antiga cadeia pública, ao lado do antigo palácio. Havia ordenado que nenhuma outra carruagem da nobreza ou de qualquer convidado fosse puxada por mais de dois cavalos, para que os mais pobres não se sentissem humilhados pela extravagância dos ricos.

O imperador entregou o cetro e a coroa a um funcionário, que os colocou sobre uma mesinha. Pedro dirigiu-se então, com a cabeça descoberta, aos

membros da Assembleia que supostamente representavam o Brasil, mas na verdade representavam de fato o Brasil dos homens livres e ricos, e não o outro, o dos servos, dos pobres, dos índios e dos escravos. Esses representantes tinham sido escolhidos segundo um critério que rezava que eles deviam ser proprietários de terras, viver em seu município durante pelo menos um ano, saber ler e escrever, e essas regras reduziam drasticamente os potenciais candidatos. Na verdade, eles representavam menos de um por cento da população brasileira.<sup>1</sup> Para não perturbar essa elite composta por proprietários de terras, magistrados, membros do clero, militares, professores e altos funcionários (muitos dos quais haviam representado o Brasil nas Cortes de Lisboa), José Bonifácio convenceu Pedro de que ele deveria evitar mencionar a questão da escravidão. Bonifácio garantiu que faria isso mais tarde, uma vez que vinha trabalhando havia muito tempo em um tratado. O imperador concordou.

“Este é o dia mais importante que o Brasil já viu” — começou a discursar Pedro enquanto olhava para a plateia, no meio da qual viu Domitila, radiante, sentada junto a seu pai, o coronel, e seu irmão, o capitão Castro Canto e Melo, amigo do imperador. “Este é o dia em que o país se mostra como um império, e um império livre.” Relatou sobre a cruel guerra que se vivia na Bahia, onde lorde Cochrane acabava de sofrer o pior revés em sua carreira, e anunciou o envio de reforços do exército por terra para ajudar a sitiá-la. Logo em seguida, mencionou que seu governo havia saneado as contas públicas, confiscando os bens daqueles “ausentes em razão de sua opinião política”, ou seja, os ricos colonos portugueses que preferiram manter a lealdade para as Cortes de Lisboa e não à independência do Brasil. Agradeceu ainda as doações voluntárias dos simpatizantes da causa e explicou que seu esforço pessoal fora reduzir seus próprios gastos, “que correspondem a um quarto do que era utilizado pelo rei, meu augusto pai”. Em seguida, relatou tudo que o seu governo já havia realizado, desde a reparação das fortificações até a criação de uma frota própria. Ele não deixou nada de fora, contando em detalhes sua visita ao asilo da Misericórdia e como havia ordenado que fosse transferido para uma instalação maior, onde cada criança tivesse sua própria cama e um cuidador etc. O ponto mais controvertido de seu discurso foi quando recordou seu compromisso de conseguir uma Constituição “digna do Brasil e de mim”. Pedro pediu aos membros da Assembleia para redigir uma Constituição sábia, justa, prática e adequada, ditada pela razão e não pelo capricho, uma Constituição em que os três poderes estivessem claramente delimitados, “para impor insuperáveis barreiras ao despotismo, quer seja real ou democrático”. A bancada mais liberal voltou a

protestar. Segundo eles, a Constituição deveria ser digna do Brasil, e não do imperador, que deveria submeter-se a ela como todos os demais.

Na recepção que se seguiu ao discurso, o capitão Castro Canto e Melo aproximou-se da imperatriz para apresentar a sua irmã. Em meio ao salão abarrotado com a nata da sociedade carioca e ao som da orquestra, as duas se encontraram frente a frente, impecavelmente vestidas. A esmagadora beleza de uma rivalizava com a doçura da outra. A sensualidade contra o intelecto. As outras senhoras presentes observavam a cena com o canto do olho. Como a imperatriz iria reagir? Ela sabe, ou não sabe? Leopoldina foi tão gentil e educada com Domitila como teria sido com qualquer outra pessoa. Obviamente ela não sabia de nada, embora o Rio de Janeiro fosse como um grande vilarejo, onde não havia segredos ou novidades que não circulassem a rapidamente por todos os cantos da cidade. Domitila fez a reverência e respondeu as perguntas habituais: vinha de São Paulo, era filha do coronel amigo de Pedro, estava grávida de sete meses apesar de seu problema... Ahem! Ela tossiu um pouco e continuou dizendo coisas vagas.

— Seu problema? — perguntou a imperatriz.

Então Domitila, para afastar definitivamente qualquer suspeita de que o imperador pudesse manter relações com ela, teve uma brilhante ideia: deu a entender a Leopoldina que padecia do mal de Lázaro, ou seja, uma variante benigna de lepra, mas muito contagiosa. “Oh!”, exclamou a imperatriz, comovida pela inesperada confissão. “Que pena... Uma moça tão jovem, e ainda por cima grávida”, pensou.

— Muita gente sofre da mesma coisa, sabia? — disse Leopoldina, a guisa de conforto. — Sei que é uma enfermidade com uma infinidade de variantes, e a maioria não é grave, de modo que não acredito que vá transmitir a seu filho...

Domitila assentia com a cabeça, com a expressão séria de quem está condenada ao ostracismo e à compaixão, e agradecida pela consideração que demonstrava a imperatriz. A chegada de Maria Graham, a escritora inglesa que viera no navio de lordes Cochrane interrompeu a conversa entre as duas. Domitila fez outra reverência e se retirou com um suspiro de alívio.

Leopoldina ficara amiga daquela inglesa de cerca de 40 anos, de quem admirava a formação e sua forte personalidade. Finalmente tinha alguém com quem conversar sobre pintura, ciências naturais, história, literatura... E não trocar fofocas de cortesãos! Para ela era como uma lufada de ar fresco na atmosfera rarefeita da corte. Desde a sua chegada, Maria Graham tinha ficado muito intrigada com o casal imperial, cuja juventude, mentalidade, popularidade e

situação única — um Bragança e uma herdeira da casa da Áustria liderando a independência de um grande império — lhe pareciam algo muito original e interessante. Era raro que príncipes herdeiros se aventurassem a lutar pela causa da independência dos povos. Também era incomum ver um coronel negro pousando seus grossos lábios sobre a mão de porcelana da imperatriz, na cerimônia do beija-mão. Para uma liberal como Maria Graham, tudo aquilo se convertia em uma novidade extraordinária que ela decidira retratar em um livro de viagens. Era por essa razão que havia se instalado no Rio de Janeiro.

Dias antes ela aparecera certa manhã no palácio de São Cristóvão, que lhe pareceu mais a mansão de um rico proprietário de terras do que um palácio imperial. Do alto da escada, Pedro a viu assinar o livro de visitas e se aproximou para saudá-la de sua maneira, mais adequada a um camponês. A inglesa ficou chocada pelo contraste entre a simplicidade do príncipe e a devoção servil que os criados e os funcionários do palácio professavam a ele, ajoelhando-se para lhe beijar a mão com fervor quando Pedro passava. Tudo a fascinava naquele mundo de contrastes exóticos. Por isso, quando Leopoldina lhe ofereceu a oportunidade de ser a tutora da princesinha Maria da Glória e lhe ensinar inglês, Maria Graham aceitou com entusiasmo. Pois considerou uma grande honra e um privilégio ter a oportunidade de educar essa preciosa menina (destinada então a herdar o trono brasileiro) como uma “dama europeia”. Combinaram de começar o trabalho no mês de setembro seguinte, porque Maria precisava voltar à Inglaterra para resolver alguns assuntos pessoais. A invenção do barco a vapor tinha reduzido significativamente o tempo da travessia pelo oceano e permitia realizar algumas viagens que antes eram impensáveis. “Aproveitarei para me preparar para tão alto encargo e trarei material didático”, disse ela à imperatriz.

Depois de sua posse, a Assembleia Constituinte começou a se reunir diariamente das dez da manhã até as duas da tarde. Nesse novo império, onde tudo estava por fazer, os políticos, em vez de abordar os milhares de reclamações que chegavam de todo o país, passavam horas discutindo os limites do poder do novo soberano. As discussões, às vezes, tomavam um rumo absurdo demais. O imperador deveria entrar no prédio da Assembleia de cabeça coberta ou descoberta? Seu assento deveria ser mais alto ou do mesmo tamanho que o do presidente da Assembleia? Quem tinha mais poder, Pedro ou os deputados? O imperador teria poder de vetar as leis? Teria poder sobre o exército? Eles se envolviam em discussões tão eternas quanto estéreis, nas quais os liberais radicais e os moderados não conseguiam chegar a um acordo. As batalhas na Assembleia eram logo retomadas pela imprensa, que atacava as propostas constitucionais de

José Bonifácio e do imperador em artigos cheios de rancor, nos quais acusavam a ambos de se aferrarem ao poder a todo custo. Mais do que isso, porém, o que os interessava era que pudessem manter uma autoridade maior e que lhes permitisse arbitrar as decisões e evitar que a Assembleia desmoronasse no caos. A memória do turbilhão que se seguiu à Revolução Francesa, e especialmente à haitiana, pesava em José Bonifácio.

Mas se o imperador e seu ministro estavam basicamente de acordo sobre a teoria constitucional e em sua posição contra a escravatura, o que começou a causar seu distanciamento foi o comportamento demasiadamente autoritário, despótico, mesmo, dos irmãos do naturalista. Curiosamente, Antônio Carlos, o terceiro e mais patriótico deles, foi quem entrou com uma proposta para deportar todos os nascidos em Portugal suspeitos de não apoiar a independência. Uma medida que parecia desproporcional a Pedro, e uma medida contrária aos interesses do país, que não podia prescindir de comerciantes e profissionais de todos os tipos, independentemente de sua nacionalidade. O imperador ficava aborrecido com o fanatismo e o dogmatismo dos irmãos, sobretudo os do mais jovem. Recebia queixas com frequência, dando conta sobre a maneira como os Andrada lidavam com seus adversários. Grande parte dessas informações foi transmitida por Domitila, que em São Paulo fora manipulada pelas facções que lutavam pelo poder local, os partidários dos irmãos Andrada de um lado e os maçons e republicanos do outro, felizes por terem encontrado uma ferramenta com a qual influenciar o imperador. Ela contou a Pedro como os irmãos de seu principal ministro perseguiram seus opositores políticos, encarcerando-os, enviando-os ao exílio, submetendo-os a investigações sobre seus bens e propriedades, tornando impossível a vida deles.

Pedro reagiu declarando na Assembleia a conveniência de se decretar uma lei de anistia geral. Ele confessou que as medidas adotadas em São Paulo contra a junta de governo local, contra os adversários dos Andrada, haviam sido duras demais, mas justificou-se dizendo que elas tinham sido necessárias no momento, mas não agora. Os Andrada protestaram. O próprio José tentou persuadir o imperador a não promulgar essa lei, que minaria sua própria autoridade, mas Pedro não o ouviu e seguiu adiante. Então, Antônio Carlos, temeroso de que seus irmãos perdessem a base de seu poder, estimulou seus aliados na Assembleia a derrubarrem o projeto de lei no dia da votação, coisa que ele conseguiu por uma estreita margem de votos. Pedro ficou contrariado. De fato, a verdadeira vítima desse braço de ferro não fora o projeto de lei, e sim a amizade entre o imperador e seu principal ministro.

---

<sup>1</sup> Citado em *1822*, Laurentino Gomes (Nova Fronteira, 2010), p. 215.

Com três fragatas, duas corvetas, quatro brigues e o *Pedro I*, totalizando, 230 canhões, lorde Cochrane enfrentou uma frota três vezes maior, composta por quatorze navios e 380 canhões. O lobo do mar estava a ponto de ser capturado na primeira escaramuça quando se propôs a abrir uma brecha na ordem de batalha dos portugueses. Ele cruzou a linha inimiga e abriu fogo contra as fragatas, mas sua retaguarda falhou: seus outros navios não seguiram seus sinais e ele então se viu sozinho, cercado pelos navios do general Madeira. Foi então que o escocês percebeu que a tripulação que ele tinha não estava à altura das circunstâncias:

— Porra! Como eu posso ganhar essa guerra se meus navios são tripulados por todos os vagabundos e meliantes da cidade! — lamentou-se ele.

Mas o problema não eram os vagabundos, e sim os marinheiros portugueses que haviam se amotinado em duas das fragatas que deveriam lhe cobrir a retaguarda. Eles se negaram a entrar em combate, declarando que “portugueses não combatem portugueses”. Até na nau capitânia de Cochrane ocorreram atos de sabotagem, entre os quais se destacou o desaparecimento das chaves de um depósito de pólvora. Como se isso não fosse o bastante, os canhões funcionavam mal e a qualidade da pólvora era tão ruim que os projéteis dos canhões mal chegavam à metade do caminho.

Cochrane deu ordem de retirada e conseguiu escapar. Sua primeira ofensiva foi um completo fracasso e ele logo percebeu que deveria repensar a sua estratégia de ataque. O almirante usou seu tempo para substituir a tripulação portuguesa por mercenários britânicos e novos recrutas brasileiros, ao mesmo tempo que melhorava o armamento de seus navios com munição importada da Europa. Então esperou que o exército brasileiro cercasse a cidade por terra. Ele se encarregaria de fazer isso por mar. Começava assim o sítio à Bahia.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, José Bonifácio acabou enfrentando na Assembleia os poderosos interesses dos proprietários de terras, quando

apresentou seu tratado para a eliminação progressiva da escravidão no país. Ele pensara que, uma vez garantido o poder do imperador, poderia se dedicar a transformar a estrutura social do país, mas enfrentou a oposição da aristocracia rural, que não podia permitir que alguém sabotasse o fundamento de sua própria economia. As queixas contra o chefe do governo vinham se acumulando na pessoa do imperador, e Pedro estava disposto a defendê-lo, se Bonifácio tivesse evitado comentar sobre o escândalo que sacudia a vida social do Rio de Janeiro:

— Você devia desistir das relações que mantém com uma mulher casada, imperador — sugeriu o velho natural com sua franqueza habitual.

Num primeiro momento, Bonifácio tinha pensado que se tratasse de apenas mais uma aventura daquele monarca rebelde, mas à medida que o tempo passava, o ministro se deu conta de que a paixão não arrefecia. O pior foi descobrir que seus adversários políticos frequentavam a casa de Domitila. Fazendeiros poderosos, ricos comerciantes, militares, comerciantes de escravos, personagens cujos interesses dependiam direta ou indiretamente do comércio e da exploração dos escravos, haviam se tornado visitantes regulares da amante do imperador, que lhes oferecia um chá ou suco de goiaba ou de manga na varanda da casa, ouvindo suas queixas contra Bonifácio e se comprazia de sua recém-adquirida relevância.

Neste ponto, Domitila estava convencida de que, enquanto José Bonifácio e seus irmãos estivessem no governo, ela estaria em um distante segundo plano. Seria “a amante”, a segunda, a flor de um dia... E ela queria segurança, não apenas pela criança que levava em seu ventre, mas também porque ficava apavorada em pensar que poderia voltar à mesma situação da qual Pedro a resgatara. Precisava ser indispensável, estar na primeira fila. Para isso, deveria lutar por aquilo que considerava seu, nada menos do que a própria alma do imperador (já que do corpo desfrutava quase todas as noites). Assim, Domitila explorava o amor-próprio de Pedro: “Mas, afinal, quem é o monarca, quem é o chefe?”, “Quem manda é Bonifácio ou você?”, perguntava ela, já sabendo que o imperador detestava ser visto como um títere, como um fantoche incapaz de ter feita a própria vontade. Pouco a pouco, esse trabalho minou a percepção que Pedro tinha de seu principal ministro, a quem não perdoava por haver tratado sua amante como uma Messalina, a terceira esposa do imperador Cláudio, famosa por sua beleza e por suas infidelidades constantes.

O eco dessa conspiração constante chegou aos ouvidos do velho cientista, que, para além da questão política, via como um problema pessoal. Ele estava em uma situação constrangedora: entre a cruz e a espada, dividido entre sua

lealdade a Pedro e sua amizade com Leopoldina. Ele não queria ser cúmplice daqueles encontros amorosos que seriam capazes de ferir a alma pura de sua amiga imperatriz. Bonifácio se recusava a ser cúmplice e enganar essa mulher que sempre lhe mostrava carinho e havia se comportado com coragem e dignidade nos momentos mais difíceis. Então, escolheu o ataque como uma tática de defesa: “Você está mantendo uma relação imprópria e indecente”, lançou de volta para o imperador, que acusou o golpe sem responder.

Será que Leopoldina suspeitava de alguma coisa? Fazia tempo que ela sabia que o marido era um mulherengo, isso já tinha assumido. Mas não acreditava que ele seria capaz de se apaixonar ou de manter uma relação duradoura por muito tempo. Ela sabia que Pedro era inconstante, caprichoso e volúvel. Por isso, a imperatriz não prestou muita atenção à reação assustada de Pedro quando ela entrou em seu escritório e ele foi surpreendido escrevendo uma carta à luz de uma vela. Ele gaguejou e cobriu o papel com o braço para que Leopoldina não pudesse ler o nome da destinatária: *“Ela me disse que ficou com pena ao saber que você sofria do mal de Lázaro”* — dizia aquela carta. *“A boa notícia é que agora, quando eu sair de dia, ela nunca vai suspeitar de nosso santo amor, e falarei sobre outras mulheres, mencionarei outros nomes, para que ela desconfie das outras e nós possamos viver tranquilos à sombra de nosso saboroso amor.”* Quando se viu sozinho novamente, Pedro acrescentou uma observação: *“A imperatriz apareceu de surpresa e quase me pegou desprevenido, mas suas orações me salvaram”*. Ele escrevia a Domitila para consolá-la. Ela acabara de dar à luz, mas o bebê morreu alguns dias depois. Pedro queria compartilhar de sua dor, fazê-la saber que não estava sozinha diante daquele infortúnio. A morte de uma criança, fosse legítima ou não, o transtornava, ele caía em depressão, o levava a questionar o sentido da vida, a razão de ser.

Se Leopoldina suspeitou de alguma coisa naquele dia, logo se esqueceu. No fundo, ela não queria saber. Apesar de não ser imune às evidências e aos rumores, ela inconscientemente os rejeitava. Para isso, ajudava o fato de que ambos estavam vivendo a mesma vida de sempre. Tomavam café juntos e, se as contínuas gestações assim o permitissem, saíam para passear a cavalo, ou iam aos estábulos para admirar os puros-sangues da Pomerânia encomendados pelo marido, ou passariam em revista os escravos, interessando-se por sua saúde e a de suas famílias, ou iriam supervisionar o trabalho de reabilitação do jardim botânico. Ao voltarem, ele iria se trancar com seus ministros até a hora do almoço. Então, ela vigiava a sesta sagrada, que não deveria ser interrompida sob o risco de provocar a ira imperial. Iam muito ao teatro, e Leopoldina quase

sempre o acompanhava. Todas as sextas-feiras, às nove da manhã, a imperatriz comparecia com seu marido à audiência em São Cristóvão. Assim como se fazia na Índia, as pessoas de todas as classes e condições sociais, inclusive homens descalços e cobertos de farrapos, faziam fila diante do portão principal e passavam por uma sala onde Pedro e Leopoldina, sentados atrás de uma mesa, examinavam os pedidos por escrito ou os ouviam em voz alta, procurando dar ao menos uma solução provisória aos requerentes.

Pedro pedia o conselho de sua esposa sobre a maioria dos assuntos de governo. Ele a mantinha atualizada sobre suas atividades e a consultava sobre temas candentes, especialmente sobre o problema do reconhecimento internacional do Brasil, que era o que mais lhes preocupava. Nesse sentido, Leopoldina não se sentia abandonada. Mas no terreno sexual, embora se soubesse menos desejável do que antes, o que lhe parecia normal, tendo em vista os estragos que o clima, as constantes gestações e a idade produziam sobre seu corpo — todos os anos ela ficava grávida, com uma incrível regularidade. Acima de tudo, ela via que Pedro continuava muito atento às crianças, enchendo-lhes de mimos, cuidava delas, prestava atenção e brincava com elas. À noite, se não estava com Domitila, ele ia ler uma história com os filhos na cama ou lhes contava histórias de suas caçadas nas matas. Pedro insistia em programar os estudos de sua filha mais velha, Maria da Glória, e inclusive assistia com ela às aulas de francês que eram ministradas por um sacerdote de Marselha. Esperava ansioso que Maria Graham voltasse da Inglaterra, para que sua filha também começasse as aulas de inglês. Então, se uma das crianças adoecesse, ele mesmo administrava os medicamentos, fossem eles vomitórios ou purgantes, ou ainda pomadas ou pasta de ervas. Era um pai amoroso, o que de certa forma compensava o fato de ser um péssimo marido.

O que Leopoldina não sabia é que o sentimento paternal de seu marido não se limitava a seus filhos legítimos. Quando nasceu o filho de Maria Benedita, Pedro quis ir assistir ao batismo, o que levantou suspeitas entre os cortesãos, e até mesmo no marido, de que nas veias daquele menino corria o sangue azul dos Bragança. Pedro já não tinha mais interesse em Maria Benedita como sua amante; ela já cumprira seu papel de “substituta” e agora estava concentrada nas tarefas da maternidade, mas o imperador insistiu em ver a criança e até sugeriu o nome de Rodrigo para ele, que afinal foi o escolhido. Pedro levava em sua consciência o enorme peso da quantidade de filhos que tinha gerado nas amantes dos quais não se lembrava nem do nome, nem dos traços do rosto, por isso decidira se preocupar ao menos com aquelas que mantinha ao seu redor. Ele

achava que Deus, com quem se entendia diretamente, não iria perdoá-lo. Num primeiro momento, não passou pela cabeça de Domitila que o filho de sua irmã pudesse ser de Pedro. Ainda o via através do prisma sufocante de sua própria dor, que a atenção solícita de seu amante ajudava a aliviar. À medida que seu corpo voltava a recuperar suas formas, o renovado ardor amoroso de Pedro, com as alegrias do sexo, a fez virar a página e Domitila passou a dirigir seu olhar para o futuro. Um futuro que chegou mais cedo, ao engravidar novamente. Dessa vez, ninguém teve dúvidas de quem seria o pai. Se as pessoas que a cortejavam, cada dia mais numerosas, dissimulavam e não faziam perguntas, seus inimigos — às vezes invisíveis, porque nem mesmo a conheciam — deixavam as fofocas correrem soltas. Sua proximidade ao poder criava inveja e ressentimento. Quem era essa provinciana que havia se apoderado do coração do imperador? De onde ela tinha saído? Como isso aconteceu? Quais eram as suas qualidades? Era isso que se perguntavam as cortesãs de língua ferina. Alguns desses rumores chegavam inclusive a afirmar que ela havia enfeitado o imperador ao lhe dar uma bebida especial. Embora ele tenha se esforçado para manter seu romance sob alguma discrição, não se falava em outra coisa nos salões da nobreza e nas casas de jogo do povo.

O próprio ex-marido de Domitila quis se aproveitar da situação. Fazia tempo que Felício desistira de se mostrar ciumento, e, apesar de ter aceitado um posto de administrador na fazenda do imperador, começou a enviar cartas à sua ex-mulher exigindo certos favores. Domitila mostrou uma delas a Pedro, uma em que Felício insinuava chantagem se ela não concordasse com seu pedido.

— Pois vou agora mesmo ensinar uma lição a esse filho da puta! — disse o imperador.

Ele ordenou que selassem seu cavalo e partiu a galope até a fazenda imperial de Santa Cruz, sem se importar com a escuridão, nem com a tempestade que começava a cair. Demorou várias horas para percorrer os 60 quilômetros e chegou de madrugada na casa onde Felício morava, situada no meio da plantação de café. Os escravos ficaram surpresos com aquela aparição a essa hora tão cedo da manhã.

— Vão buscar o encarregado — ordenou o imperador.

Felício saiu da casa de calças e sem camisa, com os suspensórios diretamente sobre a pele. Arregalou os olhos como que para certificar-se de que o que via era real e não um pesadelo. Ficou lívido quando notou que Pedro brandia o bilhete que ele enviara a Domitila:

— Foi você quem escreveu isto?

Felício começou a balbuciar. Então, o amante se dispôs a dar uma lição ao marido. Pedro se aproximou e com toda força deu-lhe uma bofetada que ecoou pela noite como uma chicotada. No rosto dos escravos se desenhou uma expressão de espanto quase cômica. O imperador estava tratando o capataz como nunca havia tratado a eles mesmos; aquele homem devia ter cometido uma grande maldade, pensaram eles enquanto os gritos com que Pedro ridicularizava o ex-marido rasgavam a noite. Ao recordar as cicatrizes nas coxas de sua amada, ele se enfurecia ainda mais. E assim que terminou de dizer tudo que pensava, incluindo uma ameaça de morte caso voltasse a chantagear Domitila, tirou um papel de seu alforje. “Você vai assinar isto”, ordenou, e Felício obedeceu imediatamente. Era um bilhete no qual se comprometia formalmente a não incomodar mais Domitila.

Os escravos, sempre dispostos a encontrar uma oportunidade para humilhar o chefe, espalharam a todos esse acontecimento, que exemplificava bem o caráter desmedido do imperador. Para Domitila, aquilo foi uma prova de amor e da influência que ela exercia sobre o amante. Aquilo lhe dava a impressão de que o conhecia havia muito mais tempo do que tinham passado juntos, pela forma como sabia provocá-lo para reagir. Era como um pianista que sabia quais teclas tocar em seu instrumento para produzir a melodia que preferisse ouvir.

E justamente porque o conhecia bem, Domitila sabia quão volátil ele era. As visitas frequentes à fazenda Santa Cruz, onde vivia sua irmã, convenceram-na de que os rumores que lhe haviam chegado através dos escravos e dos serviçais eram verdadeiros. Aqueles dois tinham se entendido. Ciente da inveja e do rancor que sua irmã lhe dirigia desde a infância, não ficou muito surpreendida. Mas o ciúme se apoderou dela de forma furiosa. Ela queria estrangular Maria Benedita. E para Pedro encenou um drama digno de tragédia grega, alegando que se sentia traída por duas pessoas que adorava, que não poderia continuar a viver daquele jeito, e que desejava voltar imediatamente para São Paulo, abandonando-o e esquecendo-o para sempre. O jovem imperador ouviu a ladainha de lamentações sem pestanejar. Curiosamente, ele parecia satisfeito. O fato de alguém o tratar dessa maneira, dizendo as coisas diretamente na cara, e inclusive o insultando, fazia dele um homem. Até então nunca soubera o que significava ser uma pessoa normal, e a discussão com Domitila veio lhe esclarecer isso. Ela representou seu papel de amante rejeitada, até o ponto em que Pedro se viu obrigado a ajoelhar-se diante dela e perder-lhe perdão. E ele fez isso de coração. O imperador estava reagindo como aquelas crianças que no fundo agradecem quando alguém lhes impõem limites que transgrediram. Em vez de lhe provocar rejeição, o fato de que uma mulher tivesse se atrevido a falar com ele assim o fez sentir-se ainda mais devotado a ela, se isso fosse

possível. Que bom era deixar de ser o imperador por alguns momentos e ser um homem, não um deus...

No entanto, aquele embate amoroso o afetou o suficiente para que se esquecesse de checar a sela de seu cavalo. Já no recinto do palácio de São Cristóvão, o cavalo fez uma curva e Pedro perdeu o equilíbrio; tentou se segurar no pescoço do animal, mas seu pé esquerdo ficou preso em um estribo. O imperador já havia sofrido inúmeras quedas de cavalo, umas trinta, e de todas elas tinha saído praticamente ileso, mas esta o deixou caído no chão, gritando de dor. Pedro pediu ajuda, mas ninguém o ouviu. Com dificuldade, conseguiu arrastar-se até uma guarita, e ali foi socorrido. Como não conseguia ficar de pé, seus guardas o carregaram para o palácio. Ao vê-lo chegar naquele estado, Leopoldina se assustou e, acompanhada de um criado, correu para limpar as feridas e lhe dar um pouco de conforto. O médico que o acudiu constatou fraturas em diversas costelas e contusões esparsas que afetaram o nervo ciático. Pedro via com horror as dezenove sanguessugas que chupavam o sangue de seu quadril para reduzir a inflamação. Leopoldina pensou que ele teria uma crise epiléptica, porque, entre a dor e o susto, Pedro estava tremendo como uma folha e tinha lágrimas nos olhos:

— Vou poder voltar a montar, doutor?

Ele estava apavorado. O cavalo era uma extensão de seu próprio ser, o instrumento de sua liberdade. Sem ele, Pedro se sentia como um paraplégico. Montar era algo imprescindível para um homem hiperativo como ele, e também enamorado...

— Claro que sim — disse o médico, o que o tranquilizou. — Mas sua alteza deve guardar repouso absoluto por pelo menos três semanas.

Essa seria a primeira vez em sua vida que seria obrigado a ficar imóvel, e devia fazer isso envolto em um espartilho criado por um ortopedista português e que era fixado e preso às suas costelas. O imperador achou que aquilo era um castigo dos céus por ter enganado Domitila e essa mulher bondosa que agora lhe passava um pano úmido sobre a testa e prometia, assim que ele estivesse curado, que ia oferecer um quadro a óleo a Nossa Senhora do Outeiro, na capela da Glória. Pedro também jurou ir acender uma vela à Virgem, como penitência.

A cama com dossel em seu quarto, por cuja janela entrava o cheiro de grama recém-cortada e de madressilva e de onde ele podia ver os pavões no jardim que lembravam seu pai, tornou-se nesses dias a capital do império. Exceto por três republicanos irredutíveis, todos os membros da Assembleia foram visitá-lo. O tema recorrente das conversas foi o poder exorbitante dos

irmãos Andrada, que muitos invejavam e todos temiam. Pedro, ansioso por demonstrar a sua autoridade, para deixar claro que ninguém iria definir sua agenda por ele, ouviu de maneira complacente as insinuações daquela gente que, em circunstâncias normais, nem sequer atenderia por um minuto que fosse. Alguns sussurravam que José Bonifácio desejava ser o protagonista das ações do governo, e que sua impopularidade poderia afetar a reputação imperial. Outros diziam que ele não podia permitir que sua glória fosse eclipsada por seu colaborador mais próximo. Ele hesitou, porque tantas pessoas diferentes repetiam o mesmo que Domitila já dissera sobre a impopularidade de seu ministro. O imperador era uma pessoa muito impressionável.

Apesar dessa série de visitas, custava muito a ele ficar imóvel. O tempo lhe parecia eterno, e a melhor recordação daqueles dias foi a visita surpresa que sua amante lhe fez. Domitila chegou quase de madrugada. Entrava no palácio por uma porta traseira, graças à inestimável colaboração do Chalaça, que teria feito o impossível para contentar seu amigo, só para agradecer sua nomeação como comandante do Segundo Batalhão de sua guarda pessoal. Ela se lançou na cama de Pedro envolta em um mar de lágrimas, dizendo que se sentia culpada pelo acidente e pedindo perdão. A mudança repentina de papéis — ele era a vítima e ela era a culpada — permitiu uma reconciliação imediata. Domitila disse que se considerava em dívida com Pedro, por este ter finalizado o divórcio, por tê-la trazido da cidadezinha de São Paulo para a capital; disse ainda que o queria com todas as fibras de seu ser porque, ao torná-la sua amante, ele a havia tratado com carinho, com ternura e a tirado da indiferença e do tédio. Domitila se mostrou submissa e reconhecida:

— Perdoe-me, não sou ninguém...

— Na cama você é igual a mim — respondeu ele maliciosamente — e, por vezes, minha senhora.

Ela sorriu e se aproximou para beijá-lo.

Foi uma visita curta, por medo de que fosse descoberta por alguma dama de companhia ou alguma das criadas de Leopoldina, e isso deixou em ambos um sabor agridoce. Eles puderam se ver, se tocar, abraçar-se e beijar-se, mas Domitila teve que ir embora quase como uma criminosa, envolta em seu manto negro, furtivamente. Ela não gostava desse papel e o imperador, acostumado a ter sua vontade feita, muito menos. Não seria possível que ele pudesse viver com suas vontades satisfeitas? Pedro começava a criar um plano para remediar essa situação e fazer com que a presença de sua amante na corte se tornasse “oficial”.

Nos últimos dias de sua convalescença, chegou a suas mãos uma carta anônima atribuindo aos três irmãos Andrada diversos atos de injustiça e anunciando uma conspiração contra o imperador. Estaria Domitila por trás dessa carta, como insinuavam as más línguas? Pedro não acreditava nisso. No entanto, aquela carta levantou suspeitas em quem, até então, sentia-se muito seguro de seu poder. Pedro agira sempre confiando cegamente nas informações de José Bonifácio para resolver os problemas que ameaçavam a ordem pública, mas agora sentia que devia mudar isso. Não apenas em nome da liberdade sacrificada, mas também por precaução. Ele não duvidava da lealdade de seu ministro, mas havia chegado o momento de dar um soco na mesa, de mostrar quem mandava de verdade, como lhe dizia Domitila.

O imperador fez com que José Bonifácio viesse até os pés de sua cama de convalescente. O homem chegou no fim da tarde, já no começo da noite. Sabia que as pessoas o vinham desacreditando, e estava desconfiado. Pedro, ainda preso ao espartilho ortopédico e sentado na cama, apoiava-se sobre uma almofada. Apontou para alguns papéis que estavam aos seus pés, sobre a colcha...

— Quero que você leia isso...

A expressão no rosto de Bonifácio não conseguia ocultar seu descontentamento. O que estava lendo era uma série de decretos que libertavam todos os presos políticos do Rio de Janeiro e das províncias, assim como anulavam todas as ordens de deportação. Por ordem do imperador, a autoridade suprema. Todos aqueles papéis tinham sido assinados por Pedro sem nem sequer uma consulta ao velho ministro, como tinha sido habitual até então. Dessa vez, não havia lugar para ser votada uma lei de anistia na Assembleia.

— Eu já esperava algo assim... — disse Bonifácio.

Um longo e incômodo silêncio tomou conta do aposento. Parecia que Bonifácio hesitava em dizer aquilo que estava pensando. Finalmente, atreveu-se a abrir a boca:

— Estou ciente de que essa é a vontade da senhora Domitila de Castro... E que seus familiares receberam algo por isso.

Pedro respirou fundo para se controlar e desviar o ataque.

— A senhora de Castro não tem nada a ver com isso. Há pessoas que foram injustamente encarceradas e maltratadas e eu preparei esses decretos por elas. Devemos curar as feridas deste país, e não as encher de sal...

— Se essas pessoas estão na prisão é porque são suspeitas de atos criminosos. As anistias são para os inocentes e não para os culpados — retrucou

Bonifácio. — Nas atuais circunstâncias, a conveniência e a política aconselham que o perdão seja outorgado depois do julgamento, e não antes. Peço que o imperador revogue esses decretos que minam completamente a minha autoridade e a de meus irmãos.

— Não vou fazer isso. As pessoas se queixam de falta de liberdade, de despotismo, e supõe-se que devemos lutar pela liberdade, e não o contrário.

— Gostaria de lembrá-lo de que quem está agindo como um déspota é o imperador. Com esses decretos, sua vontade se sobrepõe à da Assembleia, que já se pronunciou na votação.

O fato de Bonifácio ter colocado sua contradição às claras exasperou Pedro:

— Como se atreve a me chamar de déspota? — gritou ele, fora de si. — Você bem sabe que detesto o despotismo e as arbitrariedades!

— A liberdade sem ordem não é liberdade.

Caiu outro silêncio sobre o aposento. Pedro estava vermelho de raiva. E José Bonifácio continuou:

— Imperador, não vale a pena continuar essa discussão... É bem conhecido que foi depositado um dinheiro para se conseguir essa anistia, e eu não quero que meu nome esteja associado a um negócio tão vergonhoso.

Num acesso de raiva, Pedro tentou se levantar para atacá-lo, mas, ao fazer isso, rompeu a cinta que o protegia e a dor fez com que soltasse um grito.

— Você está me insultando! Estou farto de sua tutela! — gritou o imperador, mostrando uma careta de dor.

Bonifácio esperou que Pedro se acalmasse e recuperasse o fôlego. Os gritos atraíram os camareiros do imperador, os quais ele ordenou que os deixassem a sós. Quando saíram, o velho naturalista disse:

— Imperador, eu apresento neste momento a minha demissão irrevogável.

Ele se virou e saiu do quarto. O homem que fora um instrumento fundamental para a independência tinha sido queimado no fogo da política e da intriga. Não só Pedro perdia um colaborador valioso como a imperatriz Leopoldina foi privada de um amigo de confiança, alguém que fazia o papel de pai que Dom João VI possuía em sua vida em outros tempos.

A imperatriz voltou a ter aquela angustiante sensação de solidão, agravada pelo medo de que seu marido, sem a tutela dos irmãos Bonifácio, perdesse o rumo naquele pântano que era a política. Nesse momento, ficou mais difícil não aceitar as evidências de que seu marido e Domitila eram amantes. Eram muitos os rumores que implicavam Domitila na perseguição e queda de José Bonifácio,

de forma aberta e notória. Aquele truque do mal de Lázaro tinha deixado de funcionar.

O fracasso que Portugal supunha ser a independência do Brasil foi habilmente explorado por Carlota Joaquina, que, entocada na Quinta do Ramalhão, esperava sua oportunidade como um tigre à espreita. E esta lhe chegou da Espanha, quando a Santa Aliança enviou tropas francesas para restabelecer a monarquia absoluta. Seu irmão Fernando, chamado por tantos de rei Procurado, Criminoso, Desleal, Traidor, virou a casaca e, seguro de seu renovado poder, se dedicou a perseguir com furor os liberais, restabeleceu os privilégios dos senhores e dos primogênitos, fechou jornais e universidades, e até conseguiu restabelecer a Inquisição, acreditando no poder do clero dos séculos anteriores. Portugal se contagiou desse fervor tradicionalista e se produziu então um levante absolutista. A obscuridade voltava a cair sobre a península, mas Carlota viu a luz no fim do túnel de sua própria ambição.

— Miguel, chegou a sua hora — ela disse solenemente ao filho.

Então o enviou à Vila Franca, um regimento de infantaria que se uniu aos rebeldes absolutistas ao grito de: “Viva a monarquia absoluta!”. A *Vilafrancada* foi uma das muitas revoltas instigadas pelo clero e por Carlota Joaquina para restaurar o antigo Portugal, inimigo do livre pensamento e entusiasta da religião e da monarquia. Ela via como estava próximo seu sonho de que sua família reinasse ao mesmo tempo sobre toda a Península Ibérica! Só faltava que a última parte de seu plano se cumprisse: obrigar seu marido, esse traidor que havia jurado a Constituição, a abdicar a favor de seu filho Miguel. Então, o mundo voltaria a ter sentido para ela, aquele mundo que desde criança lhe inculciam, de amor pela monarquia e pelos valores eternos do império espanhol.

Dom João se encontrava no palácio de Bemposta, levando uma vida tranquila em companhia dos frades; extasiado na capela, escutava alguns cantos gregorianos quando, de repente, um alvoroço que vinha do exterior interrompeu esse momento privilegiado. Os frades, atordoados, lhe anunciaram que as Cortes

havam se dissolvido, que o Parlamento fora fechado e que o regimento nº 18 da infantaria estava na praça em frente ao convento, lançando vivas a João, como rei absoluto. Talvez, alguns anos antes, semelhante notícia lhe tivesse enchido de alegria. Agora não. Sua ambição máxima já não era o poder absoluto, e sim reunir ambos os reinos — o do Brasil e o de Portugal — sob uma mesma coroa, em um sistema de monarquia constitucional. Dom João não jurara a Constituição em vão; ele estava convencido de que um sistema “inglês” poderia salvaguardar a unidade do mundo português e a continuidade dos Bragança como força política, que para ele era primordial. Essas considerações, acrescidas do fato de que intuía que por trás do golpe estava a mão de sua mulher, o fizeram desconfiar. Seu velho instinto de sobrevivência se colocou em marcha. Reuniu-se com seus conselheiros para analisar a situação.

— Se não se unir ao golpe, majestade, temo que sua esposa, alegando seu juramento constitucional, tente forçá-lo a abdicar... Ela vem se tornando cada dia mais forte, não se esqueça disso.

— Vocês acham que eu devo marchar à frente desses soldados e encabeçar o golpe de Estado?

— Sim, majestade... Ainda há tempo de se adiantar aos acontecimentos e acabar como o dono da situação.

Aqueles frades sabiam latim, pensou o monarca, que sentia o perigo das maquinações de sua mulher. Não havia tempo para hesitações, ele devia tomar uma decisão naquele mesmo instante, que era precisamente o que ele mais detestava. De novo se via forçado a agir contra si mesmo. Não era essa a sua sina desde que nascera? A essa altura não iria lutar contra o destino, e sim, teria que fazer algo para continuar como rei de Portugal. Desse modo, mesmo a contragosto, saiu para a sacada para saudar os soldados do regimento nº 18. Fazia tempo que não sentia o calor do povo e aqueles vivas e gritos de adesão reconfortaram seu velho coração cansado e o animaram a decidir-se. Duas horas depois, marchava na linha de frente dessa tropa para ir ao encontro de Miguel, que não teve outro remédio exceto inclinar-se ante seu pai e lhe aclamar também.

Ao cruzar o oceano, o eco da *Vilafrancada* teve um efeito devastador sobre as tropas do general Madeira, que até então suportavam estoicamente estarem sitiados na Bahia. Desde que Cochrane havia bloqueado a cidade por mar, a escassez de mantimentos e produtos básicos havia convertido a vida ali em um inferno. Os preços haviam disparado. Um ovo custava o mesmo que uma dúzia em outros lugares, um frango valia ouro, as verduras e a mandioca tinham

desaparecido por completo. A fome fazia estragos. Os portugueses tentaram romper o cerco, mas encontraram uma feroz resistência. No total, cerca de 10 mil soldados se viram envolvidos numa batalha sangrenta que provocou milhares de baixas em ambos os lados. Porém, não foi nem a fome nem a necessidade que mudou o rumo dos acontecimentos, e sim as notícias que vinham de Portugal. O general Madeira, pressionado pela desmoralização de sua tropa e pelos civis portugueses da Bahia, que temiam perder todas as suas propriedades nas mãos do Império Brasileiro, decidiu bater em retirada e então deslocar-se para São Luís do Maranhão, um porto na costa norte, no limite com a Amazônia, que ainda era fiel à pátria mãe.

Na manhã ensolarada do dia 2 de julho de 1823, do convés da nau capitânia *Pedro I*, lorde Cochrane viu aparecer uns 60 navios carregados com cerca de 12 mil colonos e seus bens, escoltados pela frota portuguesa. Mais ou menos a mesma quantidade de pessoas que havia chegado, em 1808, de Lisboa para salvar o trono português da ambição de Napoleão. O escocês deu ordem de deixar passar o navio principal, embarcação de 74 canhões batizada de *Dom João VI* e as fragatas que o escoltavam, para concentrarem-se no transporte da tropa portuguesa que não ofereceu resistência. Em seu interior, encontrou documentos, muito deles cifrados, que continham dados sobre o destino dos fugitivos. Cochrane entendeu assim de que a intenção do general não era regressar para Lisboa, e sim dirigir-se para São Luís do Maranhão. Então sua inteligência militar entrou em ação: confiscou todos os uniformes e bandeiras, cortou o contato com os navios inimigos e deu ordem para o capitão do *Pedro I* se colocar rumo a São Luís do Maranhão sem paradas. Entrou no porto carregando o pavilhão português e, quando os funcionários subiram a bordo, lhes anunciou que vinha para conquistar a cidade e que São Luís devia render-se.

— Meu navio está cheio de marinheiros experientes e dispostos a tudo — lhes disse —, e nos seguem muitos outros navios repletos de brasileiros com fome de pilhagem. Vocês verão.

A trapaça funcionou. A junta provincial anunciou sua lealdade ao Império Brasileiro e lorde Cochrane, em uma demonstração de cavalheirismo, lhes permitiu fugir em seus barcos para Portugal, em vez de padecer da humilhação de ter que se render diante dos brasileiros. Assim, quando o navio *Dom João VI* chegou a São Luís do Maranhão, alguns dias depois, o general Madeira descobriu que seu santuário havia caído em mãos inimigas. Não teve outra saída exceto dar meia-volta e se colocar a caminho de Lisboa. Assim, 350 anos depois que o almirante Pedro Álvares Cabral tomou posse dessa terra, a frota portuguesa ia

embora para não voltar mais. Deixava atrás de si uma colônia transformada em um país independente graças, sobretudo, à conjunção do talento, da energia, da inteligência e do instinto de quatro pessoas de origens muito diferentes: um hispano-português, uma austríaca, um brasileiro e um escocês.

Em menos de seis meses, lorde Cochrane tinha consolidado o império de Dom Pedro I. O investimento feito em sua contratação fora altamente rentável, como havia pressentido o imperador.

A vitória de Cochrane atçou fogo do patriotismo. Em todo o país, grupos de brasileiros eufóricos pediram que continuasse com o trabalho da independência, expulsando os portugueses e confiscando seus bens. O imperador fazia parte dos suspeitos de deslealdade, primeiro por ter nascido em Portugal e segundo porque ordenou transferir todos os prisioneiros da batalha da Bahia para o Rio de Janeiro, onde lhes deu a possibilidade de alistarem-se nas tropas do império. Essa medida, considerada indulgente pelos “nativistas” (como eram chamados os nacionalistas), mas imprescindível para o imperador, que necessitava de soldados não importavam os meios, foi utilizada para denunciar “a perigosa influência dos portugueses no exército”, em um jornal do Rio de Janeiro chamado *O Tamoio*, que, com certeza pertencia aos irmãos Andrada. Além disso, corria o rumor de que Pedro e seu pai, agora restituído ao poder, haviam chegado a um acordo para unir o Brasil e Portugal sob o mesmo cetro.

Para aplacar tantas suspeitas, Pedro se via obrigado a demonstrar, sempre que surgia uma oportunidade, seu compromisso com a causa da independência. Quando um emissário do rei Dom João VI chegou à baía do Rio de Janeiro, a bordo de um bergantim português com uma bandeira branca hasteada, Pedro se negou a recebê-lo. Dias depois, uma corveta também de origem portuguesa ancorou no mesmo lugar sem içar a bandeira branca. Pedro ordenou que fosse capturada como pilhagem de guerra, mandou o emissário de volta em um barco de passageiros e fez alarde de não abrir a correspondência e as cartas pessoais que lhe mandavam seus parentes em Portugal, apesar de desejar ardentemente ler os traços serpenteados da caligrafia do pai, de senti-lo por perto, ainda que estivesse a 5 mil milhas de distância.

— Não quero saber de Portugal até que reconheça a independência do Brasil — declarou bem alto, para que seus adversários o ouvissem.

Contudo, não importava quantas atitudes tomasse, nada o exonaria do

pecado de ter nascido em Portugal. Como era suspeito aos olhos da Assembleia Constituinte, os delegados buscavam limitar seus poderes, negando-lhe o direito de participar na elaboração das leis. Chegaram a opor-se à concessão de uma condecoração ao lorde Cochrane em agradecimento aos serviços prestados, algo que Pedro havia proposto, porque pensava ser justo. Os delegados, sempre dispostos a minar sua autoridade, não puderam impedir a nomeação do lorde como marquês do Maranhão, mas se opuseram a acompanhar a outorgação de sua correspondente concessão de terra, que era o que realmente interessava aos escocês.

A gota d'água que acabou com a paciência de Pedro foi um fato ocorrido no calor de um debate, quando Antônio Carlos Andrada, que ganhara o apelido de *Robespierre* brasileiro, declarou:

— Todos os nativos de Portugal, incluindo o imperador, são inimigos potenciais do Brasil!

Um clamor surgiu na Assembleia, o qual seu presidente, um moderado, não conseguiu silenciar. Quando mais tarde declarou encerrada a sessão, Pedro vislumbrou da janela do velho palácio, adjacente ao edifício da Assembleia, como os dois irmãos Andrada saíam ombro a ombro com a multidão. “Eles ou eu”, disse a si mesmo.

Farto das intermináveis e estéreis discussões sobre o fato de ser “português” ou “brasileiro”, cansado de tantas reuniões tumultuosas que ameaçavam a estabilidade do governo, temeroso de cair em um golpe propiciado pelos republicanos ou patriotas, decidiu dissolver a Assembleia.

— Não faça isso — lhe aconselhou Leopoldina, que temia que tal medida incendiasse a vida política e fizesse emergir a violência.

— Não podemos seguir assim — contestou Pedro. — A Assembleia é um caos permanente. Ameaçaram-me sem nenhum escrúpulo, não posso continuar suportando isso...

— Sim, mas dirão que é abuso de autoridade e seus inimigos, cedo ou tarde, se vingarão. Tenha muito cuidado.

Quando foi ver Domitila nessa noite, ela o aconselhou no sentido contrário:

— Livre-se deles de uma vez por todas — disse, referindo-se aos Andrada. — Eles só querem usurpar seu poder.

Ao final, quem pôde mais foi a influência da amante. Pedro reuniu seu Conselho de Ministros e muito solenemente leu o texto de um decreto que passara a noite toda preparando: *“Pelo presente, declaro, como imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a Assembleia e convocar outra... Que trabalhará num*

*projeto de Constituição que será duas vezes mais liberal do que o que acaba de ser elaborado pela Assembleia dissolvida*". Ao conhecer a intenção do imperador, os deputados permaneceram a noite toda em estado de apreensão, trancados no edifício da Assembleia, episódio que mais tarde ficou conhecido como a "noite da agonia". O que deveriam esperar? Que uma facção de militares impediria esse golpe do imperador? Que o povo se lançaria para protegê-los? Da mesma forma que ocorreu durante os acontecimentos da Câmara do Comércio, Pedro se adiantou. Ao amanhecer, enquanto 2 mil soldados do regimento da cavalaria cercavam o edifício, um oficial entregava para seu presidente o decreto imperial pelo qual suspendia a Assembleia de suas funções. Houve um rouco rumor de protesto, mas diante da presença de tantas forças na praça, ninguém se atreveu a resistir. A memória do que acontecera na Câmara de Comércio estava bem presente no espírito dos deputados, ao receberem ordem de desocupação, a executaram sem demora. Saíram lentamente: uns cabisbaixos, outros, pelo contrário, com a cabeça erguida, desafiantes. Martim Francisco e Antônio Carlos Andrada foram presos, enquanto uma patrulha se dirigia para a casa do velho José, para detê-lo.

Quando o local foi desocupado, Pedro se apresentou montado em seu melhor cavalo. Da mesma forma que seus oficiais, ele trazia no peito um ramo de café, símbolo utilizado sobretudo pela oligarquia rural. Depois, percorreu as ruas juntamente com um grupo de oficiais. Não havia gritos de júbilo, nem vivas, só um incomum e incômodo silêncio. O povo, desiludido, se perguntava se não havia emergido um tirano. Pedro se recolheu na igreja da Glória, onde pediu amparo à Virgem e lhe agradeceu por ter evitado um banho de sangue.

Leopoldina, que pensava que muitos dos inimigos de Pedro jamais o perdoariam desse golpe súbito, tentou se opor à decisão de seu marido de enviar para o exílio, na França, José Bonifácio, seus irmãos e um grupo de delegados que deveriam embarcar no *Leuconia*, um cargueiro português previamente requisitado e recondicionado para tal circunstância.

— Eu lhe peço, Pedro, não o deposite.

— Não podem ficar aqui, conspirando contra mim. Já não podem mais ficar no país.

— Por favor, eu lhe peço.

— Quero que você saiba que eles se beneficiam da minha generosidade. Cada um vai provido de uma pensão anual de 2.500 dólares que vem do Tesouro Imperial. Não os deixo em indignação, sem recursos.

— Não mande José Bonifácio para o exílio, é um homem valioso, ainda

que...

Pedro não deixou que Leopoldina terminasse a frase:

— Se ele ficar aqui, terei que o encerrar na prisão. É melhor que se vá.

Ao embarcar no *Leuconia*, o velho naturalista chorava. Seus ideais haviam sido estraçalhados pela aspereza da política e as manobras ilícitas de seus inimigos. Esse velho idealista desejava fazer do Brasil um país livre, grande e justo. Livre e grande ele já era, mas seria justo algum dia? Perguntava-se do convés do navio, com o coração tão despedaçado quanto seus sonhos. Ele pediu para o oficial que o escoltava:

— Diga para o imperador que estou chorando por seus filhos, que são inocentes... Diga a ele que trate de salvar a coroa para seus herdeiros, porque para ele está perdida a partir de hoje.

Para agradecer ao imperador, antes de zarpar, o capitão do barco propôs mudar de rumo, não ir para a França, e sim deixá-los em Lisboa, à mercê do novo governo absolutista. Isso significaria um julgamento sem garantias e anos de cárcere, quem sabe talvez a execução, para os deputados.

— Nunca consentirei com algo semelhante, isso seria uma traição — respondeu Pedro e o deixou ali, com um sorriso congelado.

Leopoldina perdia um amigo, um conselheiro, um aliado. Estava desolada. Nem sequer lhe permitiram se despedir dele. Fiel à sua amizade, lhe escreveu: “Averigui que essa mulher [referindo-se a Domitila] recebeu 12 contos como prêmio por seu trabalho. Li com meus próprios olhos em uma carta escrita por uma mão augusta, que assim relatava”. Com essa carta iniciava uma troca de correspondência que se prolongaria durante anos, apesar do risco que Leopoldina corria, por fazer isso com o declarado inimigo de seu marido. Essa correspondência, Bonifácio a guardou por toda a sua vida, em uma carteira de veludo verde.

Domitila, por sua vez, se livrara de um obstáculo importante, que lhe impedia de fazer parte do círculo íntimo do imperador. Nessa guerra peculiar, havia ganhado uma batalha decisiva. Na recepção da corte que se organizou semanas depois, para celebrar o primeiro aniversário da coroação, ela se apresentou vestida de branco, com um sorriso radiante, ar de triunfo e o rosto emoldurado por uma grinalda de botões de rosa que contrastavam com seus cabelos preto-azeviche preso por um coque. À altura do peito reluzia um ramo de café bem grande.

Enquanto isso, dois militares que se apresentaram como amigos de José Bonifácio se colocavam em contato com Leopoldina. O plano que propuseram a

ela consistia em forçar o imperador a abdicar para depois mandá-lo ao exílio. Os Andrada queriam fazer Pedro pagar na mesma moeda.

— Em seguida lhe entregaríamos para sua majestade a coroa do Brasil.

A austríaca ficou nervosa.

— Isso não pode ser... — balbuciou enquanto ruborizava, sem dar a entender se era por vergonha ou medo.

A ideia de dar um golpe contra o marido era inconcebível, chegando a ser insultante. Como podiam pensar que ela aceitaria algo semelhante? Os dois homens insistiram. Estava claro que a dissolução da Assembleia, o desterro dos paulistas e a relação com Domitila haviam minguaado a popularidade de Pedro. Fizeram valer para a imperatriz o interesse supremo do país, sublinhando os defeitos do imperador e o sofrimento a que Pedro a mantinha condenada.

— Sou cristã... — retrucou Leopoldina. — Estou inteiramente dedicada ao meu marido e aos meus filhos e, antes de tolerar algo semelhante, eu me retiraria para a Áustria.

Quando lorde Cochrane voltou para o Rio de Janeiro, parabenizou o imperador por ter dissolvido a Constituinte, essa assembleia de sem-vergonhas, mal agradecidos que haviam lhe negado o título de marquês.

— Se me permite dar um conselho, eu confirmaria ante o mundo meus princípios liberais anunciando que está preparando uma Constituição baseada nos costumes britânicos e no texto da Constituição dos Estados Unidos da América.

Esse conselho não caiu em ouvidos moucos; Pedro necessitava livrar-se do rótulo de tirano e golpista. Queria cumprir sua promessa de fazer uma Constituição bem liberal. Essa seria a prova de fogo que removeria qualquer dúvida sobre seu verdadeiro credo político. Sabia que Leopoldina estudara diversos textos, e lhe pediu ajuda. Sempre que o fazia, a austríaca se sentia lisonjeada e pensava que sua existência para aquele homem que ela adorava tinha sentido. Já não podia sentir-se amada, ao menos, era necessária para ele. O Chalaça, que exercia a função de secretário pessoal do imperador, se encarregou de conseguir cópias das constituições de Cádiz, de 1812, e da Noruega, de 1814, entre muitas outras. Quando um parágrafo chamava a atenção de Pedro, mandava copiar o Chalaça, traduzir e em seguida enviava ao Conselho do Estado. Pouco a pouco conseguiram um texto que, tal como Pedro havia prometido, era duas vezes mais tolerante em aspectos religiosos e na maneira de definir a inviolabilidade dos direitos humanos, incluindo o de propriedade, do que do projeto anterior. A tortura, o açoitamento em praça pública, o confisco de bens e a marcação com ferro incandescente estavam definitivamente proibidos. No fim conseguiu promulgar uma Constituição que durante os 65 anos seguintes salvaguardaria os direitos básicos dos brasileiros, de maneira mais eficaz que qualquer outra Constituição americana adotada na mesma época. Pedro e Leopoldina a juraram no Teatro Imperial, que naquela mesma noite foi atingido por um incêndio que acabou destruindo o edifício. Muitos atribuíram a isso um

mau presságio.

No nordeste do país, a violenta reação dos governos municipais de Olinda e Recife, que se negaram veementemente a aceitar o texto, parecia confirmar o mau agouro. Liderados por um padre independentista chamado frei Caneca, um grupo de republicanos e militares se levantou contra o governo do Rio de Janeiro e proclamou a independência de Pernambuco e suas províncias adjacentes. Nascia assim a Confederação do Equador, o maior desafio à unidade do Brasil que o imperador jamais poderia prever.

— Almirante precisa dos seus serviços...

O pedido chegava em boa hora para lorde Cochrane. Estava havia meses envolvido em ácidas discussões com o ministro da Armada Imperial e o tribunal que dirimia, ou seja, anulava seus troféus de guerra. O lorde reclamava seus 2 milhões de dólares por todos os barcos que havia capturado e que tinha mandado para o Rio de Janeiro. Como o tribunal imperial nunca concordava em adjudicar, ou seja, conceder ao pedido jurídico tal valor, Cochrane ficou como garantia com o que foi conquistado na pilhagem da aduana do Maranhão e da Fazenda provincial. Guardava esse dinheiro em um baú metálico trancado com chaves no navio *Pedro I*. O tribunal argumentava que muitos desses barcos não eram prêmios legítimos e Cochrane contra-atacava alegando que os membros do tribunal eram pró-portugueses e estavam em conveniência com os donos dos navios. A própria Leopoldina havia colocado um sobreaviso dizendo que o governo o qualificava como ganancioso demais e não estava de acordo com suas atitudes. Naqueles dias, Pedro sofreu um violento ataque de epilepsia, o primeiro em cinco anos, que lhe deixou inconsciente por vários minutos, mas depois se restabeleceu. Foram visitá-lo em São Cristóvão membros do corpo diplomático, do Conselho de Ministros e do Conselho do Estado. Lorde Cochrane também apareceu. Pedro precisava dele mais do que nunca:

—... A rebelião no nordeste merece um castigo, um que sirva de lição para o futuro — lhe disse.

Era a oportunidade que Cochrane esperava, então respondeu-lhe:

— Não zarparei para Pernambuco até que não receba a remuneração que meus homens e eu merecemos.

Pedro teve que usar sua influência para convencer os membros do tribunal a entregar 200 mil pesos de prata a Cochrane como adiantamento, até que houvesse uma sentença definitiva. Essa quantia, e mais a pilhagem que tinha a bordo e que não pensava em entregar, convenceram Cochrane para zarpar no comando de uma frota composta por um bergantim, duas corvetas e dois barcos

de transporte que levavam 1.200 soldados para ajudar-lhe a sufocar a revolta. Para facilitar sua missão e a punição dos rebeldes, Pedro ordenou a suspensão das garantias constitucionais na província de Pernambuco.

Lorde Cochrane bombardeou a cidade de Recife a partir do mar enquanto as tropas entraram na cidade pelo sul, depois de vencer uma frágil resistência. Os líderes rebeldes fugiram para o interior, mas as tropas imperiais foram à caça. Ao final, caíram dezesseis líderes, entre os quais se encontrava frei Caneca. Um tribunal militar acusou de insurreição e a sentença, que Pedro negou a comutar, ou seja, substituir, foi executada no ato. O frei, despojado de seu hábito religioso, morreu fuzilado por um pelotão.

O lobo do mar havia conquistado outra grande vitória, mas se sentia mal remunerado, como era habitual em seu comportamento. Colocou-se a caminho da Grã-Bretanha e, ao chegar, entregou a fragata ao consulado do Brasil, juntamente com uma carta de demissão e uma fatura astronômica pelos serviços prestados ao império. Nunca mais voltou para o Brasil. Seguiu sua vida de mercenário, lutando no Mediterrâneo contra os turcos, pela independência da Grécia.

Quando, em setembro de 1824, Maria Graham regressou para o Rio de Janeiro para ocupar seu posto de tutora da princesa, foi recebida no palácio por um tal Plácido, ex-barbeiro convertido em mordomo e tesoureiro imperial, que a levou para o quarto que fora designado para ela, no porão da mesma ala onde vivia Leopoldina. Esse homem altivo e antipático exercia uma influência considerável sobre a vida no palácio. Não só era chefe dos empregados como também o encarregado de pagá-los, assim como de entregar a “mesada” a Leopoldina e contabilizar seus gastos. Várias damas da corte, que olhavam essa intrusa com uma mistura de receio e curiosidade, permaneceram no quarto todo o tempo que a mulher demorou para desfazer suas malas. Pelos comentários que faziam sobre as vestimentas que desempacotava, a inglesa teve a impressão de ter desembarcado em uma tribo de índios da Amazônia em vez de num palácio onde residia a primeira família de um império. Sua impressão inicial melhorou quando subiu para o alpendre, onde a família imperial a esperava para lhe dar as boas-vindas, juntamente com outro grupo de cortesãos. O imperador leu uma carta a todos ali presentes pela qual outorgava à inglesa o poder necessário para a educação moral, intelectual e física das princesas.

A chegada de Maria Graham foi uma bênção para Leopoldina, que estava entristecida e precisava muito de companhia. “Desgraçadamente me dou conta de que não sou amada”, em seguida lhe confessou, com voz de angústia. Tivera que se render ante a evidência de que a relação de seu marido com Domitila era estável e duradoura. Havia descartado os rumores, mas não pudera fechar os olhos diante das evidências. O rascunho de uma carta que o imperador havia esquecido na escrivaninha lhe confirmou o pior: *“Que delícia foi ontem à noite, esse deleite, ainda parece que sigo com ele, que prazer! Que consolo, que frescor!... Te mando um beijo por parte da ‘minha coisa’ ”*. Ler aquilo lhe produziu uma autêntica dor física, como se tivessem cravado uma adaga em seu coração.

Porque, apesar do comportamento imaturo e até vulgar que Pedro demonstrava na carta, o amava com toda a sua alma. Qualquer outra mulher reagiria confrontando o marido, exigindo explicações, rogando aos céus. Ela não. Não porque fosse covarde, pois já havia demonstrado uma grande coragem e força de espírito nos momentos difíceis da independência. Sem dúvida, não fora criada para se impor ao marido, pelo contrário. Toda a educação e os conselhos paternos haviam incutido nela passividade e submissão aos homens. O fato de o ambiente familiar não se ressentir com uma falta de harmonia no casamento era mais importante do que sua felicidade pessoal. Além disso, não podia lutar, pois estava muito só. Até mesmo José Bonifácio sucumbira às intrigas dos que rodeavam o seu marido. Por quanto tempo mais ela aguentaria? Diante da dor e da traição, havia reagido à sua maneira, com grande sentido de dever, sofrendo em silêncio, fingindo não saber de nada, esperando que o fogo da paixão se apagasse logo, como outras vezes acontecera no passado.

À tão infausta, infeliz situação se somava a preocupação com Maria da Glória, sua primogênita. Pedro retomara sua ideia de casá-la com seu tio Miguel seguindo a tradição monárquica arcaica. Pedro pretendia assim afastar seu irmão de qualquer veleidade, capricho ou fantasia de querer usurpar o poder do rei, como já o havia tentado na *Vilafrancada*. Tinha a intenção de mandar sua filha para Portugal no fim do ano. Para Leopoldina, a simples ideia de que sua filha, tão jovem e inocente, tivesse que se casar com o pérfido insidioso Miguel a afundava em um profundo desconcerto. Como seu marido podia defender aquilo? O próprio José Bonifácio a consolara com a promessa de impedir esse casamento antinatural. Já não tinha mais o que questionar, pois seu velho amigo não estava ao seu lado. Desde o exílio de José Bonifácio, não podia compartilhar sua angústia com ninguém ou simplesmente conversar sobre os assuntos que lhe interessavam. Por isso, encontrou em Maria Graham uma salva-vidas em quem se agarrar. Finalmente tinha alguém com quem conversar sobre algo que não fosse crianças, enfermidades, cavalos ou política. A erudita inglesa se converteu em seu consolo nas horas de melancolia; autora de vários livros de viagem e até de um romance de literatura juvenil, a ajudava a se esquecer de que fora “exportada a esse país de pouca cultura” e com ela revivia seus dias na Europa, falava de seus parentes que a inglesa via mais recentemente, dos lugares que não conhecia, dos livros que se lia e da música que se escutava. Aproveitava todas as horas do dia que tinha livre para estar com Maria, especialmente durante a sesta, enquanto Pedro cochilava no quarto.

No entanto, os velhos demônios que estavam entocados nos quatro cantos

do palácio se reuniram a fim de conspirar contra “as estrangeiras”, como elas as chamavam. O grupo de criados e damas de companhia, em sua maioria portugueses, comandados por Plácido, vira com maus olhos a súbita aparição de uma segunda estrangeira, como se uma já não bastasse. Por acaso não existe uma dama portuguesa competente para educar as princesas?, perguntavam-se as cortesãs em seus grupinhos fechados. Feridas em seu amor-próprio, as damas apenas cumprimentavam a inglesa, respondiam com má vontade as suas perguntas ou a deixavam sem resposta. Quando Maria da Glória adoeceu, com gripe, o imperador ia todas as manhãs visitá-la, cumprimentava com bom humor a inglesa, que permanecia em pé enquanto criadas e damas de companhia brigavam e disputavam para prostrarem-se e beijar a mão de Pedro. Depois que ele saía, as mulheres murmuravam indignadas: “Que monstruosidade!... Maldita herege que não demonstra o devido respeito ao imperador!... Quem ela pensa que é? Não é nada mais do que uma plebeia!” e o faziam suficientemente alto para serem escutadas. Segundo elas, beijar a mão do imperador sempre que houvesse oportunidade era um dever sagrado. Desconcertada, Maria Graham perguntou para Leopoldina o que devia fazer:

— Já sabe: aonde você for, faça como os outros... — lhe respondeu.

Arrependida, a inglesa aproveitou a visita seguinte do imperador para adiantar-se e beijar-lhe a mão. Mas Pedro caiu na risada e, como resposta lhe deu um firme aperto de mão:

— *A handshake!* — exclamou. — É assim que os britânicos se cumprimentam, certo?

E seguiu conversando com ela de maneira cordial e descontraída. A pequena anedota correu pelo palácio, mas só conseguiu fazer com que todos, incluindo Plácido e o padre marselhês que dava aulas de francês à princesa sentissem ainda mais ciúmes da recém-chegada.

Em outro dia, uma dama de companhia chamou a atenção da inglesa de maneira deselegante, porque na carruagem onde se deslocavam, esta se sentara no lugar “de honra”. Maria lhe respondeu que se abstivesse de falar com ela naquele tom, pois não era nenhuma criada do palácio. Que insolência!, a dama foi logo espalhando pelo palácio, e além do mais sendo estrangeira! Assim, as damas se retiravam depois do almoço e deixavam a sós a imperatriz e a inglesa. E quando esta ficava sozinha com a menina, as criadas a boicotavam. Não lhe davam importância quando pedia que atendessem a pequena porque esta tinha fome ou estava cansada. Uma delas chegou a cuspir no chão, dizendo que não recebia ordens da intrusa. Outra se negou a banhar a princesa no quarto de

banho, como havia ordenado Maria, e quis fazê-lo em uma bacia em numa sala aberta por onde passavam os escravos e empregados, como era costume até então. A criada se negou a obedecê-la “sem uma ordem por escrito do imperador”. Maria se desesperava: as criadas somente se apressavam para atender a menina quando viam que Pedro e Leopoldina regressavam ao palácio.

Era um ambiente sufocante, mas Maria Graham, no fundo, podia livrar-se dele quando quisesse. Leopoldina, contudo, estava condenada pelo resto da vida a aguentar a maledicência, a mentalidade fechada daqueles que a rodeavam, que a aborreciam pelo simples fato de ser estrangeira. Esse desprezo a machucava ainda, mas porque se considerava uma “boa brasileira”. Já não havia demonstrado pelos seus atos? Enfrentara o seu próprio pai para exigir-lhe que a Santa Aliança reconhecesse seu novo país de adoção. Chegara a declarar que estava firmemente e com todo o seu coração do lado do Brasil, ainda que seu pai não se decidisse a favor da independência. Era um comportamento insólito na arquiduchessa austríaca, os quais mostrava assim sua independência de espírito.

Sem dúvida, aqueles que mais a odiavam eram os portugueses que, por uma razão ou outra, haviam se infiltrado na vida do palácio e a tinham contaminado com seus vícios e sua ignorância. A pequena princesa acabou se contagiando desse ambiente enraivecido. “Maria da Glória batia nos pequenos negros, os chutava, era capaz de esbofetear uma companheira branca, pequena e tímida, com a energia e o ânimo de uma tirana”, escreveu Maria em seu livro *A Voyage to Brazil*. Falou com a mãe da garota agredida solicitando sua cooperação, e ficou boquiaberta quando a senhora respondeu:

— Condenaria à morte uma filha que não julgasse uma honra receber bofetada de uma princesa.

Diante de uma mentalidade assim, o que Maria Graham podia fazer? Qualquer de suas inciativas era sistematicamente criticada nos corredores do palácio. Se ela encorajava a menina a correr pelos jardins e observar os insetos, como sua mãe queria, as portuguesas do palácio punham gritos aos céus, porque a pequena sujava seu pequeno traje. O jogo de ferramentas que a imperatriz tinha dado de presente à filha, com a ideia de educá-la um pouco “à forma europeia”, desaparecera sem sequer ter sido usado. Segundo as damas, não ficava bem que a princesa revolvesse a terra suja como os negros. Consideravam as ferramentas “alguma brincadeira da imperatriz que não sabia o que convinha nem para o clima do Brasil nem à dignidade dos Bragança”.

Leopoldina nem sequer podia contar com o apoio de seu pai, Francisco II. Embora ele se negasse, segundo o princípio da legitimidade, a reconhecer o Brasil até que Dom João o fizesse, se via obrigado a defender a monarquia brasileira, porque era um freio da onda de republicanismo que fustigava o resto do continente. Desse modo, Leopoldina não podia contar com que sua família pressionasse Pedro. A política ditava as relações, acima da felicidade pessoal. Esse era o seu destino. Seu pai só se manifestou para seu genro dizendo-lhe que considerava o respeito à religião e os bons costumes superiores a uma Constituição. Era uma maneira sutil de combinar um pouco numa só frase sua condenação ao comportamento imoral de Pedro com relação à sua filha e sua tendência um pouco exagerada no que dizia respeito ao plano “democrático” e “liberal”. Essas palavras, não afetaram em nada. Nem um, nem outro estavam disposto a mudar.

Pedro e Leopoldina tinham esperanças de que a Grã-Bretanha, cuja política se lançara a favor da independência das ex-colônias espanholas, viesse a reconhecer o Brasil. Para isso os ingleses sem dúvida puseram uma condição impossível de ser cumprida, ao menos num futuro próximo: que o Brasil abolisse o comércio de escravos. Enquanto isso as demais potências não se atreviam a dar o passo de reconhecer o Brasil pelo mesmo motivo que o imperador da Áustria, isto é, a da legitimidade da monarquia portuguesa. Era necessário o apoio de Portugal à causa e logo os demais países cairiam como peças de dominó. Se pudesse convencer Dom João!... Dizia Pedro a si mesmo. Mas como reatar o diálogo se todas as pontes estavam quebradas e se ao fazê-lo corria o risco de ser chamado de traidor por seus próprios súditos brasileiros?

A oportunidade chegou de Lisboa em 25 de abril de 1825, dia do aniversário de sua mãe, Carlota Joaquina. Nesse dia, Miguel, nomeado generalíssimo do exército português por seus séquitos absolutistas, deu outro golpe

contra o pai com a intenção de arrebatá-lo o poder. O que não tinha alcançado em *Vilafrancada* havia menos de um ano, pensou conseguir então no que foi chamado de *Abrilada*. Durante uma semana Miguel e seus seguidores mantiveram Dom João encerrado em seu palácio, pressionando-o para que abdicasse a seu favor. Enquanto isso, seus homens faziam o terror reinar em Lisboa, prendendo personalidades civis e militares, que eles acusavam de serem partidárias do liberalismo. Se não fosse pela intervenção do corpo diplomático, Miguel e sua mãe teriam conseguido conquistar o poder. No entanto, o azar quis que William Carr Beresford, o almirante que governara Portugal depois da invasão francesa e que fora ao Rio de Janeiro tentar convencer Dom João a regressar para Portugal, estivesse no palácio de Bemposta naquele momento. Ele e seu colega, o embaixador francês, salvaram a situação e puseram o rei em segurança no *HMS Windsor Castle*, que estava ancorado na foz do Tejo. Da segurança desse refúgio diante da cidade, e com o apoio militar britânico, Dom João recuperou o controle sobre seu próprio exército e tomou uma série de medidas: removeu seu filho Miguel de seu cargo de generalíssimo do exército, ordenou a captura de seus simpatizantes e a liberação de todos os que tinham sido presos pelos absolutistas. Nessas circunstâncias, Miguel não teve outro remédio exceto se apresentar à convocação que seu pai enviara à bordo do navio britânico. Curvou-se para beijar-lhe a mão, em um gesto de submissão que contrastava com o comportamento rebelde que acabara de demonstrar.

— Deu para ver que graças ao apoio das nações amigas, sempre dispostas a restituir a legitimidade que pretendia roubar, sua intenção não prosperou — lhe disse Dom João.

Miguel não se atrevia a olhá-lo nos olhos. Nunca tivera uma relação mais próxima com seu pai, e o fato de que, naquele momento, lhe falasse cara a cara, com essa solenidade própria de um rei, o amedrontava.

— Quer morrer vítima de um disparo britânico? — lhe perguntou Dom João. — Eu preferia que isso não acontecesse, porque é meu filho e sei que você é movido pelo ódio que sua mãe tem por mim. Porém, sua atitude é indigna. A traição de uma esposa se pode suportar, a de um filho é uma fonte de sofrimento sem-fim.

Miguel continuava em silêncio. Parecia que o feroz golpista tinha se convertido em um cordeiro, mas era especialista em aparentar docilidade, pois não foi em vão que tivera sua mãe como mestra. Dom João prosseguiu:

— Tem o mundo contra você: os ingleses, os franceses, a Santa Aliança. Peço que se desmobilize publicamente diante de todos os seus seguidores...

Um ricto de frieza se apoderou do rosto de Miguel, que lançou um olhar desafiante:

— E se eu não fizer?

— Será o causador de muita dor, de muitas vítimas que cairão sob o fogo de nosso legítimo exército.

— Nossos seguidores são muitos e...

— Continua me desafiando? — interrompeu o rei. — Se insistir em sua atitude, não somente será responsável perante Deus do que acontecer a seus seguidores como também que não posso responder por sua segurança pessoal. Nem por sua segurança, nem por sua vida... Será castigado como merece. Você verá.

Esse último argumento, salvar a própria pele, surtiu mais efeito sobre o filho rebelde que o de evitar represálias contra os seus.

— Está bem, pai. Eu o obedecerei.

— Se o fizer, prometo indulgência.

Vendo que não tinha saída, Miguel capitulou, pondo fim à rebelião dos miguelistas, apesar do grande desgosto de sua mãe. Fiel a si mesmo, Dom João foi benevolente na hora de castigar o filho, o exilou na Áustria por tempo indeterminado. Tratava-se de um exílio dourado, entre bailes e caçadas, onde teria que expiar seu pecado, por não ter sabido colocar um basta na ambição de sua mãe.

O grande problema, como sempre, era Carlota, a instigadora, a autora intelectual da sedição, da revolta. O que fazer com ela? Dom João estava tomado pela desagradável sensação de *déjà-vu*. Sabia que Carlota alegaria estar doente, como no passado — ou utilizaria qualquer argúcia, sutileza mordaz com o propósito de não sair de Portugal, onde tinha seus seguidores. Passou pela mente do rei pedir ajuda a seu cunhado Fernando VII e lhe enviou uma carta: *“O que me causa mais amargura é ver que os atentados contra mim vêm de pessoas com as quais tenho estreitos vínculos e considero a rainha, minha mulher e irmã de sua majestade, a mais culpável... Não quero causar prejuízos, poderia adotar medidas que na qualidade de rei e de marido me seriam lícitas, mas prefiro me atrever em pedir para sua majestade que, se julgar conveniente, escreva à sua irmã para incutir a necessidade de viver em alguma província de seu reino, para poupar-me assim de ter que recorrer a outra resolução mais severa...”*

Fernando atendeu o pedido de Dom João VI e mandou uma longa carta para Carlota Joaquina: *“Quando as coisas chegam a certo ponto, o único recurso para dissipar receios e evitar desconfianças é distanciar-se algum tempo do foco*

*que as alimenta...*” Mas, tal como temia Dom João, Carlota não deu importância e não deu o mínimo sinal de querer sair de Portugal, ao contrário, se mostrou desafiante para que a prendessem e pudesse fazer o papel de vítima, o que sempre dera um bom resultado e crédito político. Não estava disposta a desperdiçar oportunidade de provocar, incitar seus simpatizantes, para que a divinizassem ainda mais no altar do absolutismo.

Assim, Dom João VI, decidido a condená-la à penumbra política, a obrigou a transferir-se da Quinta do Ramalhão para o palácio de Queluz a fim de poder vigiá-la melhor. A rainha recebeu a ordem de não sair daquela jaula dourada que, segundo diziam, tinha mais espelhos que Versalhes. “Oxalá sirvam para que ela possa ver o reflexo de sua perversa consciência!”, confessou Dom João para um frei. A maioria dos criados agia como “policiais” disfarçados, encarregados de espiar os passos da rainha. Eles deveriam informar todas as entradas e saídas do palácio e do que falavam o senhor infante e sua mãe.

Privada da companhia de seu filho de alma e cercada de informantes, Carlota Joaquina entrou em uma decadência física e psicológica que se refletia em uma forma de se vestir ainda mais desalinhada do que de costume. Cabelos longos, malcuidados, despenteados; maltrapilha e suja, se punha de luto “pela perda da monarquia”, como dizia ironicamente, mas um luto medonho, com roupas velhas de algodão estampado, chapéu de feltro e duas escarcelas (bolsinhas de couro) na cintura cheias de relíquias que soavam, tilintavam como guizos, como pequenos chocalhos quando se deslocava por ali.

No Rio de Janeiro, Pedro estava indignado com “os desatinos de irmão Miguel”. “*Se é verdade se diz, ele é um traidor com relação a sua majestade, neste momento deixa de ser meu irmão...*”, ele escreveu para seu pai. Em contrapartida, Leopoldina respirou aliviada: o destino de Maria da Glória tinha dado uma grande virada, porque assim não haveria o casamento entre tio e sobrinha, e mãe e filha se livravam de um grande peso nas costas.

Em sucessivas cartas, Pedro tentou convencer seu pai de que mais valia acabar com o estado de hostilidade permanente que reinava entre os dois países reconhecendo a independência do Brasil “por seu próprio interesse”. A independência do Brasil era, segundo Pedro, a verdadeira salvação do reino lusitano. “*Sem um Brasil amigo, Portugal não tem comércio; e se não tem comércio, não tem nada*”, concluía. O jovem imperador estava repleto de razão, mas Dom João mostrava-se receoso com seus filhos. Um deles adotara, arrogando para si, a maior colônia de seu antigo império e o outro tentava destroná-lo em intervalos regulares... Desconfiado como era, se fechou em si

mesmo e não respondeu.

O carinho e a doçura de Leopoldina tiveram mais poder do que os argumentos políticos de Pedro. A mulher estava feliz por restabelecer o contato com seu sogro; logo, embora estivessem separados por um oceano, se sentia menos só. As respostas que recebeu das cartas enviadas a ele, estavam cheias de afeto paternal: Dom João dizia o tanto que sentia da separação, o tamanho da saudade, o tanto que a amava. Essas palavras eram um bálsamo para o coração ferido de Leopoldina. Entre eles, existia a cumplicidade dos que sabem o que significa sofrer a rejeição, o desamor, o abandono, a traição dos seres queridos. Essa solidariedade ante a dor íntima era um vínculo mais poderoso que um laço sanguíneo. Entre eles passava uma corrente de calor e confiança que Leopoldina aproveitou para conseguir em seu país de adoção. *“Pai augusto”* — ela escreveu para Dom João VI — *“me falta pedir para vossa majestade que seja um anjo de paz assinando o reconhecimento do Brasil...”*

Dom João pensou, consultou seus assessores e mandou ao Rio de Janeiro o embaixador Charles Stuart, para negociar um tratado. Pedro foi generoso na hora de fixar a indenização pessoal que seu pai deveria cobrar pelas expropriações de seus bens no Rio de Janeiro. Mas Dom João pedia o impossível: exigia-lhe o pagamento de quantias adiantadas pela Grã-Bretanha a Portugal para custear a expedição militar com a qual as Cortes quiseram reconquistar o Brasil. Como conseguiria que os brasileiros aceitassem semelhante condição? Pedro não encontrou viabilidade nisso e se negou. Então o embaixador britânico foi visitar Domitila em sua casa em Mataporcos. Ali, entre taças de licor de cana e as doces frutas tropicais, contou-lhe sobre a negociação interrompida e solicitou ajuda. Domitila interveio e convenceu Pedro: Não era inevitável? Inclusive urgente à necessidade de reconhecimento internacional, para dar vida e ímpeto a este novo império?

— Peça ao inglês que mantenha essa cláusula em segredo, e pronto, está resolvido — concluiu Domitila.

Pedro claudicou. Pouco depois, o imperador escrevia para seu ministro de Assuntos Exteriores, lorde Canning: *“Devemos à influência da senhora Domitila de Castro a remoção de um obstáculo que poderia ter malgrado toda a negociação”*.

Aquele reconhecimento público da amante impôs uma nova humilhação para Leopoldina, porque o exemplo do britânico foi seguido por outros estrangeiros desejosos de conseguir algo com o imperador. A austríaca perdia relevância, apesar de ela estar na origem de toda a negociação, de ter sido a

chave em todo o processo de independência. A partir desse momento, Pedro ostentou ainda mais sua amante na sociedade.

Ainda que a cláusula mais pesada tenha sido mantida em secreto, Pedro foi muito criticado pelos republicanos e liberais, que julgavam o tratado inaceitável. Seus adversários denunciaram também “risco de colonização”, porque o tratado omitia qualquer menção à sucessão do Reino de Portugal e temia-se que Pedro pudesse assumi-lo algum dia. Em consequência, eles lhe pediram que renunciasse formalmente a esse trono, o que significava depois da *Abrilada* deixar Miguel como herdeiro. E Pedro não via com maus olhos a ideia de Dom João deixar aberta a porta para que, com sua morte, Pedro sucedesse também como rei de Portugal. Afinal de contas tinha 26 anos e muita vida pela frente, ou pelo menos era isso que ele pensava naquele momento. Por que limitar-se a ser imperador do Brasil se também podia ser o rei de Portugal? O abrolho, aquele obstáculo no que diz respeito àquilo que ambicionava, estava na Constituição brasileira, que impedia que o imperador tivesse duas coroas. Mas ainda tinha tempo para lidar com aquilo.

Dom João escolheu um dia 22 para reconhecer a independência do Brasil: no dia 22 de junho, Leopoldina havia nascido. No gélido dia 15 de novembro desse mesmo ano assinou o tratado de reconhecimento da independência brasileira em seu escritório no monastério de Mafra: era o dia da onomástica<sup>2</sup> da imperatriz. Se a política é feita de gestos, os de Dom João demonstravam a admiração e o afeto que sentia por sua nora. Era a sua maneira de dar-lhe importância, de ajudá-la a distância. Para Dom João, doía haver perdido o Brasil. No fundo, a ideia de um reino transatlântico, dual como o que havia sonhado quando se mudaram para o Rio de Janeiro, havia terminado.

Os gestos de Pedro, sem dúvida, apontavam para Domitila: “Meu amor, meu tudo: o dia em que faz três anos que começamos nossa amizade, eu assino o acordo de nosso reconhecimento como império por Portugal...”. Cada um escolhia as datas que seu coração ditava para assinalar a envergadura do que estava em jogo: ao desaparecer o risco de guerra em Portugal, o Brasil oficialmente passava a fazer parte do concerto das nações. O ponto-final da luta pela independência marcava também o princípio do desenvolvimento de uma nova grande potência.

Deixando de lado a parte solene, o tratado também tinha um significado familiar: a reconciliação entre Brasil e Portugal se estendia também para pai e filho. “*Filho, sei que não desconhece quantos sacrifícios fiz por você*” — escreveu Dom João a Pedro, depois de sua assinatura — “*seja grato e trabalhe também por*

*sua parte para cimentar a felicidade recíproca destes povos que a divina providência confiou ao meu cuidado, e fazendo isso dará um grande prazer a este pai que tanto te ama e que lhe dá, lhe envia a sua bênção.*” O rei que havia perdido seu império envelheceu, e como consequência aparentava mais idade do que os 59 anos que tinha. Tinha engordado, o problema de sua perna continuava fazendo-o sofrer e caminhava com dificuldade. Com o ânimo abatido, deixou a barba crescer e, além disso, estava malcuidada, combinado a isso usava uma vestimenta puída e velha, que lhe dava um ar de mendigo.

A ratificação do tratado foi seguida pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, que em troca de seus bons ofícios de intermediação recebia tratamento comercial de “nação mais favorecida”. No que diz respeito à abolição do tráfico de escravos, os ingleses aceitaram uma moratória de quatro anos, ainda que ninguém fosse tão ingênuo de pensar que o Brasil cumpriria. Mas a Grã-Bretanha não ia deixar de reconhecer o Brasil por um mero problema de interesse e moral histórica. Depois, o resto das potências fizeram o mesmo, num efeito dominó. Houve uma mudança de embaixadores com as demais cortes da Europa, incluindo a Áustria. Leopoldina, que sentia uma profunda satisfação de um dever, um trabalho benfeito, pensava que a partir de então poderia mostrar-se ufana, orgulhosa de sua origem: “*Será possível, agora, confessar-me publicamente europeia ou alemã, o que tanto me custava, me pesava ter que esconder, pois meu coração e pensamento estão tão próximos de todos da minha pátria querida*”, ela escrevia para a irmã.

---

2 Onomástica: estudo dos nomes próprios. (N.T.)

## S ÉTIMA PARTE

O homem é o único animal que fere sua parceira.

MAQUIAVEL

A pós a assinatura do tratado, Pedro notou as espessas nuvens que se perfilavam no sul, na província Cisplatina, que fora anexada por Dom João depois da saída dos espanhóis. Em Montevidéu surgiu um movimento rebelde contra a dominação brasileira, fomentada pelos gaúchos, homens rudes e acostumados à vida nos pampas, onde domavam cavalos selvagens que lhes permitiam rápidas e muito eficazes incursões de guerrilha. Alguns buscavam a total independência da província, enquanto outros lutavam para anexá-la a La Plata. O ponto é que o sul vivia em um estado de guerra latente e as tropas brasileiras sofriam grandes reveses. Pedro suspendeu as garantias constitucionais no que chamou de “faixa Cisplatina” (atual Uruguai) e contratou novos recrutas na Europa para engordar as fileiras de seu exército, preparando-se então para embarcar em uma longa campanha militar. Aproveitou ainda a situação bélica para não convocar por mais de um ano o Parlamento recém-eleito, deixando suas mãos livres para governar como bem entendesse, cercado por ministros jovens e mais maleáveis. Tornou-se imune às críticas que o acusavam de despostismo e de querer se cercar de uma guarda pretoriana.<sup>3</sup> Naqueles dias, Pedro via seu futuro com otimismo. Acreditava cegamente em sua boa estrela.

Sua vida pessoal lhe proporcionava grandes alegrias. Vivia entre suas duas mulheres com absoluta naturalidade, alheio aos sofrimentos que pudesse estar causando à sua legítima esposa. O sacerdote de Marselha que dava aulas de francês à sua filha, assim como os empregados do palácio, com o odioso Plácido à frente, tentavam convencer o imperador de que não havia nada de errado em seu comportamento. Eles preferiam a amante brasileira, mais próxima e amoral, do que a esposa austríaca, que viam como mais distante e severa. Não era comum aos reis ter amantes?, diziam eles. Os grandes monarcas da França não tinham tido suas *maitresses* (amantes)? O sacerdote francês deu de presente a Pedro e Domitila alguns livros que contavam as crônicas escandalosas do fim dos

reinados de Luís XV e Luís XIV. De repente, a amante e o imperador se viram no mesmo contexto dos grandes monarcas do passado, que tinham casos com vistosas cortesãs, como madame Pompadour ou madame Du Barry e, influenciados pelo ambiente de escravidão que os cercava e que rebaixava os imperativos morais, seu comportamento lhes pareceu fazer parte da ordem natural das coisas. Não era de se estranhar que Leopoldina desenvolvesse uma autêntica aversão quanto ao perverso padre.

Pedro queria ver as duas felizes, ou pelo menos o mais contente possível, e quando ia à caça, repartia seus troféus entre ambas: um quarto de veado para cada uma, doze perdizes para a amante, doze pombos para a mulher, e assim por diante. E se voltasse de uma cavalgada pelo campo, dividia cestas de morangos, ramos de flores, queijos, figos, lírios brancos... Domitila ficava com a melhor parte: recebeu vários cavalos de presente e joias com a efígie do imperador. Pedro raras vezes deu uma joia a Leopoldina.

Ambas lhe davam filhos a intervalos regulares. Com Domitila, ele teve a pequena Isabel Maria quase na mesma época em que Leopoldina lhe dava, finalmente, um filho homem. Em sua ingenuidade, a austríaca pensou que esta seria a sua oportunidade, que cumprindo o desejo mais acalentado do imperador — que era ter um herdeiro — talvez ele voltasse para seu lado. Mais uma vez, Leopoldina teve a satisfação íntima de ter cumprido seu dever, mas também sentia a sensação difusa de que não seria recompensada por isso, ao contrário. Ela desejara tanto dar à luz um filho homem que, no meio da gravidez, solicitou a ajuda de uma francesa que afirmava conhecer o segredo para determinar o sexo de um feto. A mulher vinha de noite a seu quarto e fazia suas conjurações mágicas e feitiços até altas horas da madrugada. Não quis cobrar nada até que visse o resultado, e quando o menino nasceu, esperou em vão que a imperatriz lhe pagasse. Mas Leopoldina estava sem um tostão. Ela enviava vários requerimentos ao imperador reclamando sua mesada, conforme fora acordado quando se casaram.

Como se não bastasse, o ápice de sua infelicidade foi se ver em um estado permanente de bancarrota. Sua mesada era insuficiente e Plácido ficava com quase tudo para pagar os gastos com roupas e o salário de Maria Graham. Por conta disso, Leopoldina estava sempre pedindo dinheiro emprestado a seus parentes, ao embaixador Mareschal, a algum amigo de passagem, e quando esses recursos se esgotavam, pedia secretamente empréstimos a agiotas, que abusavam e lhe cobravam altas taxas de juros. No entanto, nada no mundo a fazia desistir do dever sagrado de ajudar os criados ou criadas inválidos e

distribuir esmolas entre os mais pobres. Ajudar os mais fracos e desvalidos não era o ensinamento de Jesus Cristo? Ela se considerava uma boa cristã que, ao sair para caminhar, levava consigo uma bolsinha cheia de moedas de prata que distribuía alegremente a todos que lhe davam pena, e isso era uma legião. Nesse ato de doação, Leopoldina encontrava seus únicos momentos de felicidade, talvez porque visse pessoas que se sentiam ainda mais infelizes do que ela, ou porque se sentia com o poder de fazer essa gente mais feliz. Um dia ela encontrou, amarrado a um poste, um escravo que tinha acabado de receber quarenta chicotadas por ter fugido e se refugiado em um quilombo nas montanhas, uma das comunidades de escravos fugidos que viviam escondidos nas matas. Ela mandou que o soltassem, lembrando aos capatazes que o chicote estava proibido pela Constituição. A imperatriz descobriu que o escravo havia sido descoberto na cidade, quando foi visitar sua namorada, uma mulata que trabalhava como criada em uma casa. Sem pensar duas vezes, Leopoldina comprou o escravo junto aos capatazes do dono.

— Agora é um homem livre — disse ela.

O homem lançou-se a seus pés e os beijou com fervor.

— Não precisa me agradecer...

— Como não fazer isso, minha senhora, se a imperatriz me devolveu a vida? — disse ele.

Leopoldina só voltou a encontrá-lo alguns meses mais tarde, durante um de seus passeios pelos arredores do palácio. O homem saiu de sua cabana ao ver a imperatriz passar, e correu atrás dela gritando seu nome:

— Sou o Sebastião? Não se lembra de mim?

Leopoldina lembrava-se perfeitamente. Embora tivesse pressa de voltar ao palácio, ela aceitou o convite feito pelo pobre negro, que queria apresentá-la à sua mulher. A imperatriz entrou naquela cabana abaixando a cabeça. O interior da habitação não tinha móveis, eles faziam tudo no chão, que estava imaculadamente limpo. A mulata era uma mulher jovem e de feições alegres. Embalava nos braços um bebê, o filho que tivera com Sebastião. Não era essa verdadeira felicidade?, perguntava-se Leopoldina, convencida de que os ensinamentos de Jesus Cristo continham todos os segredos para se alcançar a felicidade. Ela se afeioou por aquela família e, a partir de então e todas as semanas, passou a levar-lhes algo para comer, ou roupas para o bebê, ou lhes dava dinheiro se percebia que estavam passando necessidades.

Por isso, quanto mais triste e miserável se sentia, mais generosa se mostrava: para sobreviver, para sentir-se útil e amada, para pensar que sua vida

tinha algum sentido. Se ela não podia ser feliz, faria os outros felizes. O problema é que essa prodigalidade agravava seu infortúnio, porque a imperatriz estava sempre endividada e com uma sensação de penúria material e afetiva, enquanto observava o marido cercar Domitila e sua família de uma atmosfera de luxo.

A saúde de Leopoldina foi afetada pelo último parto. Como se, de alguma forma misteriosa, ela tivesse transferido a toda sua robustez para o recém-nascido: seu filho crescia forte e saudável, enquanto ela se debilitava cada vez mais. O tempo iria mostrar também que a imperatriz transmitira aos seus descendentes a virtude de seu caráter, sua serenidade, sua sede de conhecimento e sua generosidade. A criança foi batizada de Pedro de Alcântara, em uma cerimônia majestosa na igreja da Glória, cuja escadaria estava ladeada por dois batalhões de tropas estrangeiras. Outro batalhão, aos portões, fazia as vezes de guarda de honra. Radiante, e vestido com seus melhores trajes, o imperador levava nos braços o herdeiro do trono de seu vasto império americano e o entregou ao capelão-mór dos exércitos imperiais, que o batizou e o abençoou na frente da multidão.

Domitila não compareceu ao batizado, não era seu lugar; ainda prevalecia um certo pudor sobre a relação ilegítima que ela mantinha com o imperador. Mas, de todo modo, ela estava magoada porque, em contraste com toda aquela pompa que havia saudado a chegada ao mundo de Pedro de Alcântara, ela foi obrigada a registrar sua filha como “de pai desconhecido”. Não que ela tivesse inveja da imperatriz, porque Domitila não era uma pessoa inerentemente má, mas isso lhe parecia injusto.

— Eu não quero ter filhos para criá-los na rua — tinha dito a Pedro.

— Mas não lhe faltará nada no mundo — respondeu o imperador.

Faltava coragem a Pedro para reconhecer publicamente sua filha ilegítima. E vendo sua amante angustiada, ele procurou tranquilizá-la: “Só lhe peço um pouco de paciência”.

Para Domitila era desconfortável continuar vivendo nas sombras às quais era condenada por sua situação de concubina, e ao mesmo tempo se tornar o centro das atenções a que essa mesma condição a expunha. Portanto, era lógico que desejasse sair da clandestinidade, mas, ao fazê-lo, era também lógico que se chocasse contra os princípios da boa sociedade e contra os sentimentos dos brasileiros, que adoravam Leopoldina.

Uma noite, ela apareceu na porta do pequeno Teatro de São Pedro, arrumada e elegantemente vestida para assistir ao espetáculo da trupe da moda, *Apolo e suas Bambolinas*. Depois do incêndio do Teatro Real, na noite do

juramento da Constituição, os espetáculos eram montados em cenários improvisados ou em pequenos teatros como aquele.

— A senhora tem convite? — lhe perguntaram na entrada.

— Não, eu não sabia que...

— Sinto muito, a entrada é restrita.

— Sou Domitila de Castro.

O empregado pediu que ela esperasse e entrou no edifício. Dentro de poucos minutos, retornou, dessa vez acompanhado pelo diretor. Domitila ofereceu seu sorriso mais sedutor e repetiu seu nome, como se ele fosse a chave que abriria todas as portas.

— Não posso abrir exceções, senhora. Este é um teatro privado e só se pode entrar com convite.

O sorriso de Domitila se congelou no rosto, e seu rosto adotou uma expressão séria, como se o que disse em seguida fosse algo transcendente:

— Sou amiga do imperador, deixe-me entrar.

— Sinto muito, senhora, não posso fazer isso.

O homem manteve a sua posição. E parecia satisfeito por estar rebaixando a amante que tanto humilhava a imperatriz. Domitila, muito ofendida, tinha lágrimas nos olhos. Da porta do pequeno teatro chamou seus empregados, que logo apareceram para levá-la de volta para casa.

O incidente provocou uma explosão de fúria imperial. No dia seguinte, o intendente-geral de polícia, cuja nomeação fora precisamente apoiada por Domitila, ordenou a suspensão dos espetáculos do pequeno teatro e a trupe recebeu ordens para desocupar o prédio imediatamente. O diretor, os próprios atores e outros membros da companhia foram obrigados a atirar tudo pelas janelas — móveis, figurinos e adereços — que foram recolhidos e levados para frente da igreja de Santana, onde terminaram queimados em uma fogueira monumental. Com isso, Pedro esperava que a mensagem fosse entendida: Domitila era intocável.

A esse escândalo seguiu-se outro, que eclodiu durante a Semana Santa na capital imperial, quando, de acordo com as ordens de Pedro, Domitila foi se sentar no camarote reservado às damas do palácio, de onde elas assistiriam à cerimônia religiosa. Ao reconhecê-la, a austera baronesa de Goytacazes se levantou de repente e, embora a missa já tivesse começado, saiu rapidamente da igreja. As demais senhoras a seguiram. Entre o roçar das saias de seda, o tilintar dos colares e brincos e os murmúrios de indignação, elas abandonaram a tribuna profanada pela presença sacrílega da amante do imperador. “Que mulher

descarada essa!”, murmuravam. “Quer exhibir-se, sem consideração nenhuma pela imperatriz e por sua família!” Foi um ultraje brutal para Domitila, que ficou sozinha no camarote, envergonhada. “Estou cansada de viver às escondidas, de que me rejeitem assim”, disse ela a Pedro nessa mesma noite, num mar de lágrimas. Ficou claro que ela pretendia revelar sua influência sobre o imperador. Ela sussurrou na cama, no fragor de uma noite de amor tumultuada, enquanto ele tirava a roupa e ela fingia ser forçada por um macho ansioso. Eles tinham aprendido a se conhecer, sabiam como excitar um ao outro e onde ficavam os pontos sensíveis de cada um. Pedro sentia que podia fazer amor com Domitila sem parar, como nos tempos de Noémie, a bailarina francesa. Ele gostava de possuí-la até o último resquício de seu pensamento, até a última dobra de seu corpo. E de fato, havia algo mais: eles haviam se tornado indispensáveis um para o outro. Havia amor entre esse ser endeusado e aquela plebeia elevada à condição de amante, de mulher com certo verniz de refinamento, um amor que ultrapassava o desejo. Por isso Pedro acabou rendendo-se ante sua exigência que era, assim como no caso de todas as grandes amantes da História, ser reconhecida pelo poder legítimo que, neste caso, era a própria imperatriz. Ela não se conformava em ser apenas a fêmea favorita do rei. Como faz o caçador que marca previamente a presa que considera sua, para se apropriar dela mais tarde, queria comprometê-lo à vista de todos, para se converter em uma grande dama. O preço que Domitila pedia por todas as humilhações que sofrera era alto, mas em seus braços o imperador se tornava uma marionete obediente.

— Eu tenho o poder de nomear as damas do palácio... Então, neste momento, nomeio você a dama de honra da imperatriz.

— Ela nunca vai aceitar isso.

Domitila sabia muito bem como excitar a prepotência do grande senhor, sempre desejoso de impor a sua vontade e os seus caprichos:

— Disso cuidou eu.

Quando Pedro anunciou publicamente a nomeação de Domitila de Castro como a dama de honra da imperatriz, a austríaca cambaleou. Ela não esperava um golpe como esse.

— Mas por que está me fazendo isso? — perguntou Leopoldina assim que o viu entrar no salão do palácio.

— Para que se acabem de uma vez os rumores sobre a minha suposta relação com a senhora de Castro...

Era uma resposta desconcertante. Leopoldina demorou para reagir:

— Mas você está com ela... Todo o Rio de Janeiro sabe disso, todo o Brasil

sabe, e parte da Europa sabe...

— Você não pode dar atenção a todas as fofocas que lhe contam. Porque sabe tão bem quanto eu que estamos cercados de más línguas. Se eu a nomeio sua dama de honra principal é precisamente para afugentar esses boatos. Além disso, já comentei várias vezes que devo diversos favores ao pai dela, o coronel Castro, por seus serviços durante a guerra na província Cisplatina.

Mas onde estava a verdade e onde estava a mentira? No fundo, Leopoldina desejava acreditar em seu marido com toda a sua alma. Pedro jogara a carta do bom-esposo-pai-de-família que pode ter cometido algum deslize, mas que no fundo é fiel à sua esposa até a medula, assim como é fiel aos filhos e aos verdadeiros valores. Era justamente aquilo que Leopoldina precisava ouvir. Essas palavras lhe devolviam a vida que se esvaía de padecer seu sofrimento em silêncio, e foram acompanhadas pelo gesto de se aproximar dela, de passar o braço pelos ombros e de apoiar a cabeça em seus ombros. Uma amostra sincera de afeto que lhe tocou no mais íntimo de seu ser. Fazia tanto tempo que ele não demonstrava tanta ternura... Por um momento, a imperatriz achou que ele tinha reconsiderado, e que estava voltando para casa, para seus braços, para seu colo. Ela se sentiu querida, embora somente por um momento fugaz e que bastou para se convencer daquilo que, em um estado normal de lucidez, jamais teria acreditado. Ela era capaz de enxergar branco, embora fosse negro. Leopoldina tinha sede de afeto, e também de uma enorme necessidade do amor de seu marido, porque a justificativa de sua vida girava em torno dele: seu matrimônio como dever religioso, seus filhos, sua dedicação à independência, sua vida no Brasil, seu título de imperatriz, sua existência, tudo. A vida sem ele não podia ser considerada como tal. Sozinha em um ambiente hostil, a austríaca precisava de Pedro assim como precisava do ar que respirava. Tudo era válido se pudesse manter acesa a chama, por menor que ela fosse no coração de Pedro, para facilitar seu regresso como esposo infiel à harmonia familiar.

E o que aconteceria se ela rechaçasse Domitila como a primeira dama da corte? Ela se arriscaria a perder a estima do marido, a apagar essa frágil chama. Talvez se dissesse “sim”, as fofocas cessassem... Também, em sua aceitação, desempenhou um papel importante o medo de contradizer seu marido, de provocar sua ira descontrolada, coisa que poderia vir a ser prejudicial para a realeza. Porque, acima de tudo, era preciso evitar o escândalo, pois isso chamaria a atenção de toda a nação para a vida dissoluta do imperador. Isso prejudicaria a própria dinastia e quem sabe a sucessão de seus filhos. Além disso, ao ser considerada estrangeira pelos cortesãos portugueses, um escândalo desses

a isolaria completamente. Quem teria coragem de se colocar a seu lado? Apenas Maria Graham, cuja presença era cada vez mais criticada entre o pessoal do palácio. Ela sabia que, se confrontasse o marido, perderia a única pessoa da corte com a qual estava intimamente ligada pelo coração e pela religião.

Não tinha escolha, não havia saída, exceto a resignação passiva e a paciência. Além de tudo, Leopoldina não podia reagir como uma esposa normal, porque não era uma esposa normal. Ela representava uma instituição, a monarquia, e sua educação dava mais valor a isso do que a própria vida. Os reis nasciam e morriam, eram aclamados ou depostos, mas a monarquia existia desde a aurora da História, e continuaria existindo durante muitos séculos. Portanto, não era conveniente jogar lenha na fogueira dos adversários da realeza. E então havia a religião. Sua resignação era a expressão de um arraigado sentimento de dever perante a dinastia, e que ela manteria até sua morte. A paciência de Leopoldina era uma conquista da alma, uma vitória de sua vontade sobre sua própria natureza, cujo resultado era o férreo controle que mantinha sobre suas emoções.

— Que a senhora de Castro entre a meu serviço quando considerar que seja oportuno — acabou dizendo Leopoldina.

Portanto, a resposta desse “novo Napoleão”, como o chamavam as más línguas, cada dia mais numerosas, foi à altura da afronta recebida por sua amante. Para piorar as coisas, Pedro nomeou Domitila como primeira-dama da imperatriz — “do imperador”, como diziam sarcasticamente seus adversários políticos — no dia do aniversário da pequena Maria da Glória.

A designação abriu as portas do palácio de São Cristóvão à amante de Pedro. A partir daquele momento, ela passava a ter o direito de trabalhar no palácio, de estar presente em todas as reuniões, de acompanhar a imperatriz em todos os passeios, além de assumir um lugar de honra junto à sua majestade em todas as aparições públicas. *“Foi um modo de infligir à imperatriz o mais odioso de todos os desgostos, impondo-lhe a sua presença desde o momento em que ela saía de seus aposentos privados”*, escreveu Maria Graham.

---

<sup>3</sup> Guarda do pretor ou do pretório; a guarda pretoriana. F. *Pretoriano*; Na antiga Roma, a tenda de um general em campanha; qualquer tribunal ou qualquer sede de tribunal. (N.T.)

Uma grande recepção no palácio saudou a nova dama de honra, que estava maravilhosa naquele dia de gala. Como se fosse uma versão tropical de madame Pompadour, Domitila estava vestida à moda de Luís XV, com um traje de seda branco e o toque exótico de flores tropicais presas ao cabelo. Embora já se conhecessem, Pedro não se atreveu a apresentá-la diretamente a Leopoldina, e optou por delegar tão delicada tarefa a outra das damas. Quando a viu se aproximando, a imperatriz se recordou do mal de Lázaro... Como poderia se esquecer de uma mulher tão graciosa e tão afligida por semelhante doença? Então finalmente ela se deu conta de que tudo aquilo fora um truque para despistá-la. “Que dose de sangue frio ela deve ter...”, pensou. Não se lembrava de que ela fosse tão bonita... Talvez a segurança de contar com o apoio incondicional do imperador aumentasse a sua insolente formosura. Em contraste, Leopoldina tinha um aspecto pior; sua pele apresentava vergões avermelhados causados pelo agressivo sol dos trópicos, estava se esboçando uma papada, tinha os peitos caídos, o andar desengonçado... Havia engordado, porque comer se transformara em um de seus escassos prazeres. Comer para esquecer, comer para se entregar, para se mimar, para poder engolir as mentiras de seu marido. Sentia cada vez mais saudades dos pratos alemães e sempre que podia encomendava presuntos de Westfália, passas de Corinto, pães açucarados de Hamburgo e água de Seltzer contra o reumatismo... Mas o resultado não era nada gratificante, ao contrário. As más línguas diziam que ela estava evoluindo como as mulheres de sua raça, as alemãs que, a partir de certa idade engordavam e ficavam flácidas. Leopoldina deve ter se dado conta do contraste que exibia ao lado de sua interlocutora, porque uma sombra fugitiva turvou sua vista. No entanto, logo em seguida escondeu essa constatação com um sorriso, recuperou a compostura e se dirigiu a Domitila com grande presença de espírito e cordialidade, fingindo nada saber, estendendo-lhe a mão que a outra se inclinou para

beijar.

Bem treinada em ocultar seus sentimentos, ninguém sabia dizer se a imperatriz estava a par do que estava acontecendo ou não. E ela mesma, sabia? Sua mente era como um pêndulo, oscilando entre a lucidez e o autoengano, em um vaivém extenuante e deprimente. O próprio Mareschal, que a via com frequência, também hesitava e escrevia à corte de Viena: *“Me parece impossível que a senhora arquiduquesa não veja o que se passa bem debaixo de seus olhos; sua majestade tem a prudência de não mencionar nada e de simular que nada percebe. Em contrapartida, o senhor imperador se mostra cheio de atenções e de respeito por ela, e não deixa de aproveitar nenhuma ocasião para elogiar as virtudes de sua esposa e a felicidade que preside sua união”*. Mas aquelas palavras não convenceram Francisco II, que em um ofício chegou a dizer: *“Pelo que me diz o barão Von Mareschal, fui informado, ai de mim!, sobre que homem miserável é esse meu genro”*.

Seu genro usou o terceiro aniversário de sua aclamação, e que também coincidiu com seu aniversário, para dar título de nobreza a 39 pessoas, a maioria seus amigos e colaboradores. O Chalaça se viu assim recompensado com o título de chefe de gabinete particular do imperador. Isso era apenas para dignificá-lo, porque ele era o único membro desse gabinete, mas parecia pomposo, como se houvesse realmente um gabinete imperial. Na verdade, essas nomeações foram uma cortina de fumaça para esconder o que realmente importava: entre os dezessete viscondes, barões e condes brilhava com resplendor especial o nome de Domitila, que foi agraciada com o título de viscondessa de Santos. Para o cúmulo do cinismo, no decreto que sanciona o título de nobreza, Pedro justificou como recompensa pelos serviços prestados à “minha muito amada e querida esposa”. Leopoldina nem mesmo ficou escandalizada, porque nada mais a chocava. Simplesmente se entristecia ao perceber que a “outra” ganhava terreno às suas expensas. Do exílio, os Andrada tomaram essas promoções como uma afronta, eles que haviam nascido em Santos e que se mostravam tão orgulhosos de sua cidade. *“Oh, Deus meu”* — escreveu José Bonifácio — *“para que preservar minha vida para ver meu país manchado dessa maneira?... O duque de Marmelada do imperador Christophe”* — escreveu, referindo-se ao imperador do Haiti, que de fato, havia nomeado um “duque de Marmelada” — *“pelo menos fez algo em nome dos negros, mas e nossos viscondes e barões, o que fizeram para merecer esses títulos?”* A opinião pública também se sentiu ofendida. As ideias democráticas que Pedro ajudara a promover se chocavam de frente com esse abuso de poder, demonstrado pela condecoração de tanta gente sem nenhum

mérito público. A cidade se encheu de folhetos que ridicularizavam os novos nobres e a monarquia, e havia uma frase que se tornou muito popular: “Para ser conde, basta estar vivo”.

A essa altura, Pedro já não podia ignorar que sua atitude desavergonhada fazia sofrer sua esposa, mas ele preferia fingir que não sabia de nada, para que assim não precisasse se justificar. A ele parecia que sua mulher era insensível às humilhações, e que sua resignação era o resultado de sua apatia e de sua indiferença. Era puro egoísmo de um homem acostumado a seguir cegamente todos os seus impulsos, sem parar para refletir e se colocar na pele dos outros; era um homem corrompido pela impunidade conferida pelo poder.

Certa tarde, enquanto ele fazia sua sesta sagrada, uma das damas do palácio, a aristocrata que havia brigado com Maria Graham na carruagem e que exercia grande influência sobre o imperador, porque era uma de suas adadoras mais fervorosas, irrompeu em seu dormitório. Seus cabelos estavam desgrenhados e o rosto estava distorcido pelos soluços: ela parecia a portadora de uma notícia trágica. Pedro chegou a pensar que ela fora agredida em algum corredor do palácio, mas não era isso: ela vinha se queixar de Maria Graham. A situação, disse ela, limpando o nariz, havia chegado a um ponto crítico. Todas as damas, sempre segundo ela, haviam decidido abandonar o Rio de Janeiro e regressar a Lisboa, porque estavam convencidas de que em São Cristóvão “somente são toleradas as estrangeiras”.

— Por que diz isso? — perguntou Pedro.

— A governanta inglesa é uma tirana, senhor, e o pior é que exerce sua tirania sobre a princesa Maria da Glória...

E continuou lançando uma extensa lista de acusações: Maria Graham havia profanado o lugar de honra na carruagem imperial, negava-se a usar uniforme porque não se considerava uma empregada no palácio, e não queria que Plácido e seus amigos jogassem cartas na antecâmara da princesa. Deixou para o final a acusação mais grave: a inglesa inculcava ideias falsas e preconceitos na mente influenciável da menina — como, por exemplo, falava da igualdade entre os homens — ideias que eram destinadas a que a menina se esquecesse da diferença entre sua nobre ascendência e a do mais miserável de seus súditos.

— Senhor, nós somos suas servas fiéis — acrescentou ela, compungida, enquanto passava um lenço no rosto. — Abandonamos nossa pátria para servir a casa de Bragança em uma terra de negros e de macacos...

O imperador, meio acordado, estava de mau humor. Ninguém gosta de despertar de um cochilo com tamanho alvoroço. A mulher continuou a ladainha:

— Por que uma estrangeira, pelo simples fato de falar várias línguas, é tratada como uma princesa? Por que ela tem permissão para dar ordens aos verdadeiros amigos de sua majestade? Isso é tão injusto, tão imerecido... — finalizou com um profundo suspiro.

Pedro se levantou, em uma explosão de raiva, e soltou:

— Pois que saia do palácio imediatamente! Não quero que nada perturbe a minha família, nem que enfrentem meus amigos ou insultem os herdeiros de minha casa!

— Senhor, eu temo que uma ordem verbal de vossa majestade não seja levada a sério pela estrangeira. Ela é tão vaidosa!

— Que Plácido o diga, então!

— Ela vai fazer caso dele, senhor!

— Está bem, me dê papel e tinta.

A mulher, exultante, obedeceu. Pedro sentou-se à escrivaninha e, fazendo um grande esforço para controlar o seu mau gênio, escreveu uma carta a Maria Graham repreendendo-a e exigindo que se limitasse a passear com as princesas pelo jardim e a ministrar aulas de inglês a Maria da Glória.

E, em seguida, mandou chamar Leopoldina:

— Quero que entregue isto a Maria Graham.

As lágrimas brotaram nos olhos da imperatriz antes mesmo que terminasse de ler a carta. O que ela podia fazer?, perguntava-se a austríaca. Pedir a ele que se retratasse? Conhecendo o imensurável orgulho de seu marido, sabia que não mudaria de opinião. Havia condenado sua única amiga, e ela era a encarregada de entregar a ordem.

*“Seus olhos estavam vermelhos de tanto chorar”*, escreveria Maria Graham em seu diário. Leopoldina a beijou, chamando-a de “queridíssima amiga” e explicando-lhe a situação.

— Eu não posso ajudá-la, Maria do meu coração; seus inimigos, assim como os meus, se beneficiam de uma influência muito poderosa — confessou Leopoldina, em uma clara alusão a Domitila. — E meu apoio seria contraproducente.

— Eu entendo perfeitamente, majestade. É melhor que não faça nada, pois a sua situação só poderia piorar..

— Acho que o melhor seria que você deixasse o palácio.

Ambas entenderam que era impossível que Maria Graham continuasse exercendo a função para a qual fora contratada. Tremendo de emoção, a inglesa também rompeu em lágrimas. Mas não fazia isso por ela, mas por Leopoldina.

Devia estar se sentindo como ela mesma, como uma prisioneira do Estado, e submetida a calúnias e injúrias de parte dessa ralé composta pelas cortesãs, pelas criadas e pelo mordomo Plácido.

Elas ficaram em silêncio por algum tempo. Leopoldina a olhava com seus olhos cor de violeta, que estavam vermelhos de tanto chorar.

— Minha sina é que me separem de todos aqueles que amo, de todos os que trazem à minha vida algo de interesse e distração.

Essa foi a única vez que Maria escutou Leopoldina queixar-se. A austríaca suportava estoicamente todos os golpes desfechados pela vida. Ela não oferecia mais resistência, porque adivinhava que seus adversários estavam ficando cada vez mais poderosos e que acabariam submetendo seu casamento a um teste muito arriscado, para o qual ela não se sentia preparada. Resignada, a imperatriz se refugiou na religião, rogando a Deus que abrisse os olhos de seu marido. Que outra coisa poderia fazer? Aceitar a humilhação fazia parte de sua penitência.

Em comum acordo com sua amiga, Maria Graham escreveu ao imperador, em um tom de mágoa, uma carta alegando que não se considerava unicamente a professora de inglês da princesa e apresentando sua demissão. *“Espero que sua majestade não lamente ter escutado tão apressadamente as falsas acusações das quais fui objeto.”* A carta foi tomada como um ato de desafio e de arrogância impróprio a uma pessoa a serviço do imperador e criou uma celeuma que assustou Leopoldina.

— Tenho medo por você — confessou ela à austríaca, enquanto esta, com mãos de pele tão branca que deixavam ver as veias, ajudava a amiga a colocar os livros e as roupas nos baús. — Não quero que coma nada que seja trazido por mãos desconhecidas... Há muita gente má neste palácio...

A despedida não foi fácil. As duas fizeram isso com um abraço demorado e lutando para conter a emoção. Não havia palavras.

Maria Graham jamais se esqueceria do olhar altivo e triunfante de Plácido no dia seguinte, enquanto a observava abandonar o palácio a pé, debaixo de uma chuva torrencial, carregando ela mesma parte de sua bagagem, juntamente com sua criada. Informada de que o mordomo se havia negado a providenciar uma carruagem para sua amiga, Leopoldina irrompeu no escritório do marido. Quando se tratava de defender alguém que não ela mesma, ela o fazia com veemência:

— Você não pode deixar que Maria vá embora desse jeito! Ela nem sequer tem uma carruagem à disposição!

Pedro, que já estava arrependido de sua impetuosa reação da véspera, foi

pessoalmente ordenar que Plácido colocasse cavalos e carruagens à disposição da inglesa.

Maria Graham permaneceu mais alguns meses no Rio de Janeiro. O casal imperial cruzava com ela de vez em quando em seus passeios pela cidade e Pedro se mostrava atencioso e carinhoso com a inglesa. Ele havia reconhecido seu erro, estava arrependido e a prova disso é que, em uma ocasião, chegou a sugerir que Maria voltasse a assumir seu antigo posto. Ela não aceitou a oferta, mas tampouco guardou rancor do imperador. *“Ele era propenso a explosões de violentas paixões”* — escreveu ela — *“seguidas de uma civilidade franca e generosa, uma disposição de fazer mais do que o necessário para desfazer o mal que causara, ou a dor que seu momento de raiva tivesse provocado.”*

No dia 8 de setembro de 1825, prestes a embarcar de volta à Inglaterra, Maria Graham foi se despedir da imperatriz. Leopoldina estava sozinha em sua biblioteca, *“frágil de saúde e com menos ânimo do que de costume”*.

— Posso lhe pedir um favor? — perguntou a austríaca timidamente.

— Claro!

— Gostaria que você me desse uma mecha desse seu lindo cabelo loiro... Quero ter uma lembrança sua. E, por favor, envie-me todas as notícias que souber de minha família, mesmo que sejam comentários sem fundamento, vou gostar muito de ouvi-los; como disse um escritor francês, “a felicidade dos outros é a alegria daqueles que não podem ser felizes.”

Maria assentiu, aproximou-se da mesa e, com uma tesourinha de ouro, cortou uma mecha de seu cabelo, que atou depois com um cordel. Deu a mecha a Leopoldina, que o apertou com força nas mãos.

Ao deixar sua amiga, a inglesa sentiu um aperto no peito, uma sensação de que havia algo grave no ar, uma coisa que não conseguia definir, o pressentimento de que sua amiga de alma iria sofrer *“uma vida de humilhações ainda maiores do que as que já havia sofrido até então, e em um estado de saúde pouco propício a suportar um peso adicional”*.

Leopoldina estava cada vez mais dominada pela aflição, porque via que o tempo não consertava as coisas, como tinha esperado com tanto ardor. A influência clandestina da amante imperial se fazia sentir com uma indecência surpreendente. *“Por amor de um monstro sedutor”* — escrevia ela à irmã — *“me vejo reduzida a um estado de escravidão e totalmente esquecida pelo meu adorado Pedro.”* Deus estava demorando tempo demais para recolocar seu marido nos trilhos de uma vida decente e a espera não era apenas eterna, como também exasperante e angustiada; era como uma tortura da alma. A depressão de Leopoldina metamorfoseava seu físico e seu caráter. *“Você não vai mais reconhecer a velha Leopoldina em mim”* — escreveu à irmã Maria Luísa. *“A minha natureza alegre e brincalhona se transformou em melancolia e misantropia. Meu único amor são os livros, são os únicos amigos que as pessoas têm por aqui.”*

O silêncio e a abnegada resignação de Leopoldina, que muitos tomavam como a tácita aceitação dos excessos de seu marido, eram a expressão de uma profunda angústia. Ver-se condenada à penúria enquanto Pedro gastava uma fortuna com Domitila revolvendo suas entranhas. Toda a cidade fofocava sobre o altíssimo preço do manto bordado que ele dera de presente à amante, para que ela o usasse no dia de seu aniversário. Convencido de que o poder de um homem se media pela ostentação da amante, ele não só a presenteava com roupas luxuosas, joias e até casas de campo como também sua família também fora objeto de generosos desperdícios. Para a sogra, que Pedro chamava de “velha do meu coração”, deu uma pensão vitalícia maior do que a de Leopoldina. Toda a família desfrutou de privilégios. Era de conhecimento público que por trás das nomeações de líderes provinciais e até de alguns bispos estava a longa mão da concubina. No entanto, Domitila não fazia isso por interesse em assumir poder político. Ela não era madame Pompadour, não tomava partido nas disputas e lutas políticas, não era ambiciosa nesse sentido. Ela era muito bonita e lhe

interessava mais seus vestidos do que os assuntos de Estado. Leal com seus amigos, não tinha pudor em lhes conseguir favores, promoções, títulos e o que mais conseguisse de parte do imperador, e isso bastou para lhe granjear a fúria de seus inimigos, que alegavam que sua presença na corte estava corrompendo o império, o que de fato era verdade.

Leopoldina, minada por dentro, se via obrigada a assistir a toda essa decadência sem poder realmente deter o processo. Porque apesar de o povo soltar rumores sem cessar, e bem alto, sobre a vida do imperador, convencido de que ele tinha sido vítima de algo tão africano quanto um feitiço de magia sexual, ninguém se atrevia a enfrentá-lo, exceto os irmãos Andrada. Do alto do trono, a imoralidade cínica era um espetáculo que o país inteiro podia ver. O senso de moralidade pública tinha caído tão baixo que até mesmo Felício, o ex-marido que fora surrado pelo imperador, voltou a entrar em contato com Domitila, para obter sua promoção a capitão. E Pedro a concedeu.

Domitila enriqueceu rapidamente jogando com o poder, e fazia isso a poucos metros de onde se encontrava a imperatriz, porque ela passava os dias em São Cristóvão. A partir de sua sala de dama de honra, ela podia ver como progredia a construção de seu palacete, um presente de Pedro. Ele escolhera aquela localização com a ideia de vê-la por um telescópio da janela de seu quarto, e de vez em quando enviar mensagens a Domitila usando uma lanterna... A pequena provinciana com cicatrizes nas coxas inflingidas por seu marido iria residir como uma das mais nobres senhoras do império. Logo ela teria criados de libré, salas de estar com piso de madeiras nobres, paredes cobertas com os melhores tapetes, móveis de jacarandá, porcelana de Limoges e telas de mestres europeus... Por enquanto, só a sua presença e ascendência sobre o imperador a convertiam num ímã que atraía todos os empresários, generais, banqueiros, artistas, ministros, diplomatas e bispos, gente cuja vida ela poderia mudar e que se inclinavam submissos ante a imoralidade do império. Determinada a não voltar à pobreza de onde saíra, para tudo estabelecia um preço: um favor, uma recomendação, uma graça... E todo mundo sabia disso. Um dia, chegou seu amigo Schichthorst, um mercenário alemão, acompanhado do capitão de um navio francês que estava tentando liberar um carregamento que havia sido confiscado na alfândega. Domitila pediu ao francês um conto de réis, uma quantia considerável, sem lhe dar garantias de êxito. Quando Schichthorst deixou o palácio, Plácido, o mordomo, o alcançou e pediu que o acompanhasse a seus aposentos. Ali, ele entregou ao alemão algumas cédulas:

— É costume da casa pagar cinco por cento aos intermediários de qualquer

transação. — Schichthorst estava tão surpreso quanto encantado. Plácido continuou:

— Sua excelência — disse, referindo-se a Domitila — sempre terá o máximo prazer em lhe atender em negócios semelhantes.

Domitila vendia seus favores a quem os quisesse comprar com dinheiro, e não via nada errado nisso. Logo, qualquer gestão comercial de certo montante teria que passar por suas mãos. Como a paixão do imperador o deixava cego, ela nem se preocupava mais em dissimular as negociatas. E descuidava completamente de Leopoldina, que vivia agora, mais do que nunca, dependente da chegada dos navios com as correspondências. As cartas de suas irmãs ou de José Bonifácio lhe proporcionavam uma fugaz ilusão de felicidade, mas também ficava preocupada quando não recebia nenhuma resposta: “O que estaria acontecendo em Portugal para Dom João não lhe escrever?”, perguntava-se com ansiedade. Manter um grande volume de correspondência era um remédio contra a saudade que voltava a atormentá-la e que a invadia à medida que seu marido se afastava cada vez mais. Restava-lhe o consolo de seus filhos — “que são o meu prazer”, como costumava dizer — e o da natureza: Leopoldina se distraía mantendo um pequeno jardim zoológico na ilha do Governador, provido de uma interessante coleção de animais que trazia de seus passeios a cavalo. Como Pedro já não a acompanhava, a imperatriz saía sozinha ou em companhia de algum frade, e voltava com estranhos troféus: um pequeno jacaré, pássaros belíssimos e plantas carnívoras. Se por acaso não sobrevivessem, ela os enviava ao Museu de História Natural de Viena ou à irmã, “para seus museus”, com um bilhete no qual brincava que *“o paraíso terrestre que é o Brasil encontra-se no mesmo estado do dia em que o Todo-Poderoso expulsou Adão e Eva do Éden”*.

Pedro também desfrutava das montanhas, mas à sua maneira. Ia passear com Domitila vestida de amazona e usando um chapéu escocês ornado com uma pena. Eles se perdiam na parte alta do Corcovado, procurando as cachoeiras que Pedro costumava frequentar com Noémie, como se quisesse recuperar os melhores momentos de sua juventude, e ali eles se abandonavam um ao outro, com o carinho de animais selvagens à sombra de árvores gigantescas, entre cipós e raízes retorcidas como serpentes.

Nem tudo era prazer na vida de Pedro. A agitada existência de uma nova nação exigia que estivesse bem alerta. Tinha conseguido a independência e outorgado a Constituição. Agora percebia que não podia prolongar mais essa etapa em que havia governado de forma autocrática, por isso convocou o primeiro Parlamento pós-constitucional para maio de 1826. Apesar disso, o sul ainda resistia. Para cortar as asas dos gaúchos rebeldes, declarou a guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata. Ordenou o bloqueio do porto de Buenos Aires e assim impediu que os uruguaios obtivessem provisão. O plano de ataque previa concentrar um significativo número de tropas brasileiras no sul. Era uma campanha militar que se anunciava longa e de tal envergadura que precisava assegurar-se do apoio do país. Ele precisava de consenso.

Para conseguir isso, empreendeu uma viagem à Bahia, onde, além disso, havia escravos africanos libertos que atacavam os colonos portugueses em nome da igualdade e da liberdade, como em Santo Domingo, onde os negros rebeldes massacraram os brancos. Era urgente deter essa violência que brotava. Dessa vez, como grande novidade, para complicar e apertar a situação ainda mais, decidiu viajar acompanhado de Leopoldina e de Domitila.

Seu comportamento na viagem provocou uma enxurrada de fofocas, comentários, piadas que animaram durante anos e até mesmo décadas a vida dos brasileiros, mas que naquele momento eclipsaram sua atividade política. Sem se dar conta, porque estava cego pela vaidade do poder, sua conduta minava seu prestígio e sua capacidade de governar. Pedro estava se convertendo em uma paródia de si mesmo, em um espetáculo delirante que fomentava no povo jocosos falatórios e ácidas críticas. Antes da partida apareceram pasquins no Rio de Janeiro atacando-o. Recebeu inclusive cartas anônimas denunciando o escândalo que supunha levar a sua mulher só para servir de títere da amante. Dessa vez, Leopoldina, preocupada com sua filha de apenas sete anos, saiu de

sua calma imperial, cuja rigidez aparentemente insensível ofendia Pedro, e se atreveu a protestar:

— Levando nós duas, você estará dando um mau exemplo para Maria da Glória. Ela é uma menina muito inteligente e viva, que se dá conta de tudo...

Era tão raro que ela reagisse assim que Pedro, desprevenido, ficou mudo por alguns segundos. Logo reagiu:

— Não há nada de mal em sua dama de companhia viajar conosco e estar presente.

“Essa mulher o fez perder o juízo”, pensou Leopoldina, que optou por não discutir.

Pedro não alterou seus planos e, dessa forma, no dia 2 de fevereiro o imperador embarcou com sua esposa, sua filha Maria da Glória, sua amante, o Chalaça e 78 convidados em seu navio favorito, o *Pedro I*, cujos porões iam carregados com 800 frangos, 300 galinhas, 200 patos, 50 pombas, 30 galos, 260 dúzias de ovos, 30 cordeiros, 1.000 laranjas e 600 limões... Tão longe agora pareciam aquelas viagens espartanas para Minas Gerais ou São Paulo, quando dormia no chão e comia o que lhe ofereciam no caminho!! Que diferença entre ser príncipe revolucionário e um soberbo imperador...

Apesar do luxo e da abundância de mantimentos, foi uma viagem interminável e incômoda, porque o navio era antigo e pouco espaçoso. Para Leopoldina, obrigada a medir as palavras e a controlar suas reações, foi uma tortura cruel. Não lhe escapava a maneira como o marido tinha de acariciar sua amante com o olhar, detendo-se no decote, deslizando-se entre os cachos de seu cabelo, na linha que dividia seus peitos num círculo perfeito e suavemente coberto de rendas... Não queria reconhecer, mas sentia ciúmes terríveis da mulher que lhe roubara seu “adorado Pedro”. Domitila estava resplandecente e era de uma simpatia inegável. Falava com todos, fossem simples marinheiros ou nobres cortesãos e seduzia a todos. Não demorou em ganhar a simpatia de Maria da Glória, que passeava de braço dado pela área coberta do navio ante o olhar ofuscado da imperatriz, que se sentia uma flor murcha, a ponto de ser completamente pisoteada pelo homem que amava. Como Pedro se atrevia a desfazer o que Deus havia unido?, ela se perguntava desesperada. Como podia chamá-la de “Minha Titília” a todo o momento e diante de todos? Como podia amar tanto a filha de um suboficial? Tinha sede de vingança, no fundo desejava que essa mulher desaparecesse, caísse pela borda, se afogasse, morresse, sim, morresse... e ao mesmo tempo se repreendia por pensar nisso, consciente de que os ciúmes haviam aberto uma fenda em sua alma, por onde escoavam os

pensamentos mais violentos, as ideias mais insanas, que entravam em conflito direto com os preceitos de sua fé. Nem as partidas de gamão com as demais cortesãs, nem as conversas sob o toldo do castelo de proa conseguiam mitigar, aliviar a dor das chagas abertas em seu coração. Além disso, tinha que suportar a visão ofensiva de sua filha sentada na mesa de jantar entre o pai e sua amante, em seu camarote. Parecia que a criada que lhe servia o jantar era um ser invejável porque tinha um marido que amava e a desejava. “Essa sim é feliz”, dizia a si mesma. Cheia de vergonha, sempre se retirava cedo e de joelhos, em seu oratório, falava em segredo com Deus dos combates em sua alma. “Senhor, tenha piedade de mim, acolha-me sob seu manto...”

Na Bahia, foram recebidos com todas as honras. Antes de abordar a embarcação que os levaria do *Pedro I* a terra, o imperador pediu que Domitila se juntasse ao casal. Esse trajeto até o cais fez Pedro se lembrar da última vez que pisara nessa cidade, em 1808, depois da longa e perigosa travessia de Lisboa. Era então um menino e olhava com fascinação e deleite esse novo mundo, tão luminoso, tão diferente de Portugal, empobrecido, sombrio e ameaçado por Napoleão.

— Está vendo todas essas mulheres com turbantes? Quem o pôs em moda foi a minha mãe — disse Pedro a seus acompanhantes.

Contou como, depois da travessia que lhe trouxera de Portugal, a multidão, composta em sua maioria por escravos ou descendentes de escravos, contemplava com olhos de assombro esses homens, mulheres e crianças de outro mundo, vestidos com pesadas jaquetas de veludo, calçados com sapatos de salto, meias de seda, roupa escura e pesada que os faziam derreter sob o sol abrasador de um país tropical. Viam desembarcar os cônegos, conselheiros, vereadores, padres e fidalgos que levavam estandartes portugueses.

— Era um mundo de contradições — contava Pedro. — Eles, os brasileiros fulcralmente (tamanho beleza e formosura) de tão bem-vestidos e nós, os europeus, com família real constituída, desembarcando como pobretões depois de três meses de uma viagem espantosa. Alguns cortesãos estavam em farrapos e todos nós cheirávamos mal.

A imagem que Carlota Joaquina demonstrou ao desembarcar era muito diferente de qualquer princesa que os brasileiros pudessem forjar em sua imaginação. Essa mulher miúda, com a dura expressão de alguém contrariada ao ver-se em um lugar que lhe parecia detestável, saía do barco junto às outras mulheres, e todas usavam turbantes. Tão exótica lhes pareceu aquela maneira de cobrir a cabeça que as belas brasileiras de pele cor citrino, cheias de curvas, com

longas pernas e um largo sorriso decidiram adotar a “moda” trazida da Europa por tão assustadores membros da realeza.

— O que eles não sabiam era que minha mãe usava turbante porque em plena travessia houve uma praga de piolhos. Os nobres foram obrigados a atirar suas perucas ao mar, e minha mãe e as demais mulheres tiveram que ser tosquiadas como ovelhas.

Pedro não conseguia contar essa história sem cair na gargalhada.

— Não seja maldoso com sua mãe — lhe repreendeu Domitila, enquanto Leopoldina, com o olhar perdido no horizonte e petrificada em sua própria dor, não deixava transparecer emoção nenhuma.

Já em terra, foram recebidos por uma multidão que lhes lançava salvas e vivas, e pelos dignitários locais, que haviam preparado um toldo para protegê-los do sol. Depois dos discursos de boas-vindas, se deslocaram para a catedral. Pedro lembrou-se de seu pai, da emoção do rei diante daqueles altares dourados, finamente trabalhados, da primeira vez que escutou enlevado as sublimes vozes de um coro de negros, daquele primeiro contato com um mundo novo, onde encontrou a felicidade.

Dali eles foram para as acomodações que as autoridades lhes haviam preparado. As de Domitila eram puro luxo. A cama estava coberta de ricas colchas de seda de Goa bordada, a penteadeira bem sortida com enfeites, adornos, perfumes e unguentos. Tinha até mesmo sua própria mesa de jantar e quartos para suas criadas. Eram aposentos mais espaçosos e ostentosos que os reservados à imperatriz, o que alimentou mexericos entre a população. Em todas as partes, os funcionários tratavam a amante como a autêntica soberana. Leopoldina se dava conta de sua própria decadência, de sua imensa solidão, e não podia contar com ninguém. O mundo era um contubérnio, coabitação contra a sua pessoa e não havia ninguém para salvá-la. Quando, nos dias seguintes, eles saíram em carruagem descoberta, Pedro insistiu em conduzir os cavalos ele mesmo, para marcar sua distância em relação à elite escravista cujos membros se deslocavam reclinados em uma espreguiçadeira presa por um pedaço de madeira e carregada por um par de escravos. Ocupava, com a imperatriz, um dos assentos dianteiros, e atrás iam a pequena Maria e Domitila. Como uma família feliz.. “Como podia ser tão inconsciente?”, se perguntava Leopoldina, convencida de que seu marido, cruel como um menino mimado, estava enfeitado pela amante.

Para ela, que sabia ocultar os ciúmes sob a bondade mais angelical, os 24 dias que durou aquela viagem foram infernais. *Tê-déuns*, comidas, beija-mãos,

atos oficiais... No último dia, Pedro recebeu em audiência quase 600 súditos, e até teve tempo de comprar dois negrinhos por 240 mil-réis, para seu serviço... Vivia tão integrado à sociedade brasileira que não podia escapar de seus costumes, ainda que ele os comprasse e os libertasse depois, como fizera com os escravos da fazenda Santa Cruz.

Em todos os momentos, estiveram acompanhados da amante, linda, efusiva, falante, sensual, feliz, louvada, triunfante. Vê-lo feliz pelo amor de outra, era, para a imperatriz na sombra, um suplício, uma agonia, um desconsolo tremendo. Quanto mais ela percebia quanto eles se amavam, mais dilacerante sentia a chaga em sua alma. Se Pedro conseguiu apaziguar os ânimos da população e granjear o apoio que precisava para a guerra no sul, Leopoldina regressou para o Rio de Janeiro consumida, constatando que havia perdido a última esperança de um dia recuperar o marido. Seu coração sangrava porque o sacramento que a unia a Pedro era sagrado, porque ele era o pai de seus filhos, o primeiro e único homem de sua vida. Que tivesse violado de maneira tão inconsequente e irresponsável sua honra, que pisasse em sua dignidade, que passasse por cima até de sua filha..., tudo poderia ser perdoado se mostrasse o mínimo sinal de consideração. Mas não foi assim. Era duro e custava admitir, mas essa era a realidade. Chegou a sentir saudades do tempo em que vivia no engano, porque até então existia uma luz de esperança. A lucidez a que essa viagem a condenara era impiedosa: a deixou cega, vazia, murcha, desenganada, afundada, como uma planta sem o sol que a vivificasse. De volta ao Rio de Janeiro, lhe custava colocar uma boa expressão no rosto quando lhe apresentavam para um viajante interessante, como poderia ser o barão Von Langsdorff. Apenas uma simples e leve troca de palavras, quando, em outras circunstâncias, teria se deleitado com a conversa. Era um esforço enorme, quase sobre-humano, manter a compostura, agir como se nada estivesse acontecendo, ter que cumprimentar, sorrir, dar a mão e seguir os fragmentos da conversa, quando na verdade o que queria era chorar, afogar-se no próprio pranto e deixar-se morrer.

Nas semanas seguintes, Domitila organizou a mudança e a instalação em sua nova mansão, que ficava muito perto do palácio, na rua Nova do Imperador, justamente em frente à entrada principal dos jardins de São Cristóvão. A casa, de dois andares, exibia um luxo senhorial. O salão e a sala de jantar, em forma ovalada e com proporção esquisita, estavam decorados com afrescos que simbolizavam os cinco continentes. Uma águia majestosa vinha desde o teto no dormitório reservado ao imperador. As paredes estavam cobertas de madeiras nobres da selva, o chão era de marchetaria com incrustações de madeira de diferentes tons e a mobília era composta de mesas de mogno, sofás chesterfield de couro inglês, camas com dossel, colchas de seda bordadas, vasos chineses e samovares<sup>4</sup> de prata. Tudo contribuía para criar uma atmosfera de opulência ao redor da amante, o que, por sua vez, aumentava seu poder. De uma das torres do palácio de São Cristóvão, Pedro podia observar com seu binóculo o dormitório de sua amada. Sabia que nas horas de máximo calor a surpreendia deitada no sofá, com as pernas para o alto e a saia arreganhada. Se ela sabia que estava sendo observada, desabotoava sua saia, depois tirava a anágua e a roupa íntima, com parcimônia, e se deixava cair na cama, totalmente nua e brincava com seus dedos na pelagem do púbis. Depois era só questão de esperar que um empregado do palácio lhe trouxesse, à tarde, um bilhete de Pedro contando-lhe a cena de seu ponto de vista. E irremediavelmente chegava o emissário: “Meu amor, minha Tililia, ao vê-la pela manhã, ‘sua coisa’ me enlouqueceu e se eu não fui em seguida para vê-la e abraçá-la é porque tinha uma reunião com os ministros... Mando este presente, para que o guarde com amor... Seu ‘demônio’”. O presente era um pequeno chumaço de sua pelagem púbica.<sup>5</sup>

Não havia passado um mês desde o regresso da Bahia quando Pedro tornou pública sua relação com a viscondessa de Santos, para grande dor e humilhação de Leopoldina. Conseguiu que os ministros do império e os conselheiros do Estado

assinassem um “certificado de reconhecimento da filha espúria”, ou seja, ilegítima, que tivera com Domitila. Se eles deram o seu consentimento tão facilmente é porque na sociedade colonial era normal, até certo ponto, ostentar amantes e educar os filhos legítimos e ilegítimos todos juntos. A mentalidade no Brasil não era tão diferente da Espanha do fim do século XVII, onde era aceito que os filhos legítimos e ilegítimos fossem educados juntos. Quem se mostrou mais honrado e valente que os poderosos do império foi o vicário da pequena igreja de São Francisco, um admirador da imperatriz que se negou a modificar o livro de assentamento de batismo. Para tentar convencê-lo, a Pedro não ocorreu outra coisa senão mandar-lhe um quadro em que representava Jesus perdoando Maria Madalena. A mensagem deve ter sido muito sutil, tão sutil que o pároco não se deu conta, não fez alusão alguma, ou fez-se de desentendido. Assim, Pedro, impaciente, acabou recorrendo à imposição do ministério e assinou um atestado de reconhecimento, que foi entregue ao Chalaça para que este o levasse em mãos ao recalcitrante e obstinado padre, que se viu obrigado a assinar. A filha legítima passava a ser “filha de mulher nobre e limpa de sangue” nos livros oficiais, para não deixar dúvidas, Pedro esperou o dia do aniversário da pequena para enobrecê-la e a nomeou duquesa de Goiás, com tratamento de alteza. Ele a convertia assim, para regozijo de Domitila e desespero de Leopoldina, na mais alta dignitária do império depois dos membros da família real.

Na convocatória que ordenou publicar na *Gazeta Oficial do Estado*, convidou toda a corte para celebrar na nova mansão de Domitila. Nesse dia, Leopoldina viu pela janela Pedro sair em uma carruagem puxada por seis cavalos, como numa festa de gala. Ferida de morte, se trancou em seu quarto e se deixou cair na cama. Foi o dia mais triste de sua vida, como confessaria depois. Ela o teria passado chorando sozinha se não fosse por um impulso que a animou a sair. Não podia ficar ali encerrada, nem se deixar vencer. Seu instinto de sobrevivência a levou a montar em seu cavalo e se deixar levar em um passeio no campo, buscando no contato com a natureza um alívio para a dor, uma maneira de engolir o que seu marido infligia a ela em público, depois pensou em visitar um dos muitos institutos de beneficência que havia fundado, porque sempre era gratificante ver os milhares de crianças resgatadas da rua, mas a ideia de ser alvo dos falatórios e cochichos dos encarregados a fez desistir. Acabou no casebre do negro Sebastião, o escravo liberto que vivia no campo com a mulher e o filho. Com eles se sentia livre e bem recebida, não como um objeto de escárnio. Levou-lhes comida, roupas e um brinquedo para a criança. Entregou-lhes um pouco de dinheiro, como se ao fazê-lo pudesse conjurar sua

própria desgraça. O fato de a imperatriz do Brasil somente encontrar consolo no casal Sebastião dizia muito sobre o abismo de sua solidão.

Enquanto isso, no palacete de Domitila, Pedro apresentava sua filha bastarda aos quarenta convidados que haviam comparecido como abelhas em uma deliciosa colmeia de mel. Eram uma mistura de membros da pequena nobreza, ricos comerciantes e funcionários. A alta aristocracia não estava presente; condes e marqueses tinham declinado o convite alegando todo tipo de desculpas. Ficava claro que eles não aceitavam a intrusa e não queriam frequentar sua casa. “Não foi beijar a mão de minha filha?”, perguntava Pedro a torto e a direito, com uma insistência que sugeria uma ordem. A mão da pequena de dois anos de idade, quem a disputava eram ministros e cortesãos, que se inclinavam para beijá-la ante o olhar orgulhoso do velho coronel Castro, antigo muleiro e militar convertido em homem gentio por arte e graça das saias de sua filha. Domitila estava em êxtase e no apogeu de seu poder. Bela, enamorada, influente e nobre... Que mais poderia pedir? Tinha boa parte da sociedade aos seus pés. Depois de um suculento banquete, Pedro respondeu ao brinde de sua amante levantando a taça pela felicidade de sua filha.

Poucos podiam imaginar o que Leopoldina sofria e os esforços sobre-humanos que fazia para fingir diante de todos indiferença e calma interior. Sobretudo tendo em conta que as provações pelas quais tinha que passar eram cada vez mais duras, indigestas e insuportáveis, como no dia em que foi oficialmente apresentada à menina. Veio ao palácio acompanhada de seu avô, o coronel Castro. Leopoldina os recebeu na varanda, cumprimentou o velho soldado e olhou com ternura para a menina, que se parecia com Pedro sem ser sua. Então a pegou nos braços e lhe deu um beijo, voltou a abraçá-la e rompeu em lágrimas, comovida pelo que seu marido exigia dela. “Você não tem culpa”, lhe repetiu várias vezes entre soluços. Sentiu-se tão aflita que passou o dia inteiro deitada na cama, chorando todas as lágrimas do seu corpo.

Pedro amava muito aquela menina, e pediu que a trouxessem ao palácio todas as tardes. Queria vê-la entre seus filhos, se relacionando com eles, e essa promiscuidade provocava em Leopoldina a mais intensa repulsa, tremia de indignação quando via Pedro pegar a mãozinha de sua filha dizendo: “Anda, linda, dê a mão para que suas irmãs a beijem”. No primeiro dia, a princesa Paula se negou a fazê-lo. Quando seu pai a obrigou, a pequena fez um gesto de inclinar-se, mas no último momento deu um forte empurrão na menina. Pedro levantou a mão contra a filha Paula, enquanto a pequena duquesa chorava.

— Não lhe bata! — saltou Leopoldina.

— Não penso em tolerar...

— Não se atreva a tocá-la! — repetiu a imperatriz, com os olhos injetados de sangue e furiosa como Pedro jamais a vira. — Deixa-me doente que o próprio pai, de corpo presente, obrigue seus filhos inocentes a ter que aprovar a traição conjugal!

— São irmãos e para mim são todos iguais, e como tais, se criarão juntos. Essa é a vontade do imperador... e a farei ser respeitada.

Na continuação, Pedro repreendeu de tal maneira sua filha Paula que depois desse incidente, cada vez que via sua meia-irmã, a princesa se agarrava às saias das criadas por puro medo. Mas a presença da pequena duquesa não se limitava a visitas diárias, se estendia também às cerimônias oficiais, como a que teve seu lugar no ato de reconhecimento do pequeno Pedro como herdeiro do trono. Ninguém desobedecia a santa vontade do imperador, e Leopoldina reconhecia isso ao ver seus filhos em pé de igualdade com a filha da amante de seu marido. Como pessoa e descendente da tradicional, antiga e leal casa de Habsburgo podia engolir todas as humilhações, mas a ofensa que representava a degradação de seus filhos, para ela, era dolorosa demais.

A dura e triste realidade se impunha e Leopoldina teve que reconhecer o fracasso de sua atitude, a bondade, a paciência, a compreensão... nada havia funcionado. E o problema era que seu caráter não lhe permitia agir de outra forma. Ela não era uma latina de sangue quente capaz de escandalizar-se e de colocar seu homem na linha. Estava por demais subjugada em uma posição de dependência da qual não sabia como poderia escapar.

Agora que seu marido deixava de ser seu “adorado Pedro”, questionava seu caráter. Ele a teria amado alguma vez? Nem sequer um pouco? Tinha dúvidas. Pensou que fora enganada durante todos aqueles anos, confundindo a atitude diligente e carinhosa em público, com que sempre a havia prodigalizado seu marido, com o amor verdadeiro. Ela havia sacrificado de tudo desde o início do casamento... e ele? Que tipo de sacrifício ele tinha feito? Teve que reconhecer que Pedro nada fez, que a preocupação que mostrava por ela era pura dissimulação, pose social. O peso dessa verdade a esmagava, porque se encontrava sem amigos, sem ninguém que a entendesse e que a ajudasse, num estado de abandono total. O castigo das sucessivas humilhações, cada vez mais cruéis, o desprezo de seu marido pelos vínculos morais e religiosos mais elementares, as dívidas que acumulava por sua tendência à caridade e a obrigação de escondê-las de Pedro, a sensação de ser tratada como mais uma do harém, todo esse peso a afundava em uma depressão que se fez constante. À

medida que Pedro, escravo de suas paixões sexuais, transgredia todos os limites da moral, ela se refugiava ainda mais na religião. Mas nem a Virgem Maria nem o Todo-Poderoso conseguiam cicatrizar as feridas de seu coração dilacerado. Foi perdendo o interesse pelo ambiente da corte, pelos assuntos do governo, pelas relações com os políticos, pelo mundo que a rodeava, exceto por seus filhos. Deixou de lutar e renunciou à vida mundana. “Não possuo ascendência alguma sobre os assuntos políticos”, confessava sem melindre aos poucos que se aproximavam dela para pedir-lhe um favor. As horas do dia se faziam demasiadamente longas e ansiava pela chegada da noite, quando regressava para seu quarto; às vezes, depois de seu passeio matutino, ordenava que fechassem as janelas: “Façam vir a noite, senhoras!”, pedia às suas damas. Parecia que só o amor que sentia por seus filhos a mantinha viva. Passava um longo tempo com eles, acariciando seus cabelos, lendo contos, contando-lhes histórias da Europa, lugar de que agora sentia saudades mais do que nunca... sempre lutando para não deixar ver o poço de sua profunda tristeza, segurando a vontade de chorar até que voltasse para seus aposentos, onde se transbordava em um mar de lágrimas.

---

4 Utensílio russo semelhante a uma chaleira, o qual é aquecido por um tubo central, com uma grade na parte inferior sobre a qual se põem brasas, e usado para ferver água para a preparação do chá ou para outros usos domésticos. (N.T.)

5 Alberto Rangel, *Cartas de Pedro I à Marquesa de Santos*, Nova Fronteira, 1984 p. 285.

Os excessos e a amoralidade de Pedro fizeram que sua magia evaporasse; já não suscitava no povo a admiração de antigamente, nem sequer o mesmo respeito. Seu comportamento com Leopoldina, os excessos que permitia à sua amante, as contradições de seu caráter, que de uma hora a outra o faziam passar por um demônio, e, noutro momento, por um ditador, enfim, tudo contribuía para que sua imagem desmoronasse. Isso, acrescido aos últimos trinta meses nos quais Pedro governara de maneira despótica, havia minguado sua popularidade. Todas as manhãs as ruas do Rio de Janeiro amanheciam com novos pasquins, nos quais o ridicularizavam de forma cada vez mais violenta: “O que se pode esperar desse marido brutal, escandalosamente libertino, que desmoraliza tudo, que trata da forma mais indecente a sua esposa?”, dizia um dos folhetos. Em outro se via o desenho de uma carruagem conduzida pela amante, que em uma mão levava as rédeas e na outra, um chicote. Outro mostrava a caricatura da imperatriz apunhalando Domitila enquanto Pedro, ajoelhado, pedia perdão...

Todo esse descontentamento repercutiu em Pedro. Durante uma temporada, deixou de ver Domitila e prestou mais atenção em Leopoldina. Reagia, agora, somente diante do sofrimento que o afligia?, perguntava-se a imperatriz, surpresa por essa súbita mudança de comportamento. Haveria alguém falado com ele? Quando numa manhã de domingo Pedro lhe pediu que o acompanhasse à capela da Glória, para escutar a missa, Leopoldina se esforçou em disfarçar o vendaval de emoções que aquele simples pedido provocou em seu foro íntimo. Que seu marido pedisse o favor de acompanhar-lhe à igreja da Glória, lugar que testemunhara os mais importantes acontecimentos familiares, a fez pensar que nem tudo estava perdido entre eles, que o vínculo que os unia ainda seguia palpitando. Só mais um pouco e seu coração estaria prestes a disparar! A atenção que ele lhe prodigalizava era como um filtro, um elixir que lhe devolvia a vida. Quando estava com ele, esquecia como por arte de magia

todos os desmandos e as humilhações que lhe fizera passar e só contava com a fortuna de estar desfrutando do objeto de seus sonhos, seus pensamentos e desejos. “Talvez não esteja morta para o amor”, pensou. Durante uma temporada em que a pequena duquesa de Goiás deixou de aparecer no palácio, o imperador se mostrava muito atencioso com Leopoldina e saíam juntos todos os dias. A austríaca e as demais damas do palácio chegaram a pensar que ele estava tomando consciência de que seu mau comportamento estava minando seriamente o prestígio da realeza e que, portanto, deveria reagir. Era uma ilusão? Podia confiar naquela mudança? Leopoldina tinha suas dúvidas, seu coração estava muito machucado para se apropriar de ilusões, mas o certo é que não podia resistir-lhe. Não entrava em seus aposentos havia muito tempo e pela primeira vez em meses, quem sabe anos, porque já perdera a conta, ele a abraçou, tirou suas roupas e fizeram amor.

Logo chegou uma má notícia que os uniu mais ainda. Leopoldina estava com Pedro no escritório próximo da varanda quando chegou um emissário do porto, com notícias trazidas por um barco português que acabara de atracar: Dom João VI, o rei de Portugal, morrera seis semanas antes, enquanto estavam na Bahia. De indigestão, segundo as fontes oficiais. Lágrimas saltaram dos olhos de Pedro, ninguém o via chorar havia muito tempo, desde a morte de seu filho. Leopoldina também estava muito abalada, pois perdia o que era, para ela, um segundo pai.

— Mas ele nunca teve problemas de saúde... — disse Pedro, esboçando uma expressão de incredulidade.

— Lembre-se das enfermidades em sua perna, dos banhos de mar naquele artefato — lhe recordou Leopoldina.

— Nunca o vi doente, nem convalescendo em uma cama.

— Porém, ele comia demais.

— Preciso ir até a Glória. Você vem comigo?

Os dois foram rezar pela alma daquele pai bonachão, daquele sogro solícito e carinhoso, daquele rei prudente e indeciso que soubera manter o império e que transformara a face da América do Sul. Foi um momento de dor e recolhimento que compartilharam como o casal que um dia foram, e que Leopoldina queria ressuscitar entre as névoas do tempo. Dali eles foram cavalgando para o outro lado da lagoa, ao jardim botânico que Pedro tinha se empenhado em reabilitar. Que melhor homenagem que devolver seu antigo esplendor ao paraíso que seu pai criara com tanto mimo e dedicação? Logo voltaram para São Cristóvão, onde esperavam encontrar-se com passageiros do barco portador da fúnebre notícia,

para obter detalhes. Por um frei agostinho, eles souberam que Dom João se adoentara a caminho de uma procissão religiosa, depois de ter se deliciado com seu prato preferido: frango assado ao forno com manteiga, queijo e várias laranjas. Quatro horas depois, foi vítima de violentos espasmos e vomitou tudo. Transportado para o convento de Bemposta, os médicos fizeram o possível para salvá-lo, mas foi em vão. Sua agonia durou uma semana, uma longa semana de dores, câimbras e vômitos.

— Avisaram a minha mãe?

— Os frades de Bemposta avisaram à rainha da iminência do desenlace, mas ela se negou a visitá-lo — respondeu o religioso. — Alegou que não estava bem e que o lugar era distante demais e não poderia viajar para tão longe nas condições que se encontrava.

— Mas se ela estava em Queluz!

— Não mais do que cinco léguas da cidade senhor..

O frade o olhou fixamente nos olhos, como que averiguando para saber se deveria continuar com seu relato. Ao final, decidiu continuar:

— Pelas ruas de Lisboa correm rumores sobre a morte de seu pai, senhor... Parece estranho que havia poucos dias seus dois médicos, assim como o cozinheiro particular, o seguissem cavando a sepultura... Os maçons e o partido apostólico, simpaticamente de sua mãe, lançam acusações mútuas...

— Essa puta conseguiu matá-lo! — gritou Pedro, fora de si, referindo-se à sua mãe.

Afirmou com tanta veemência que os pássaros do jardim deixaram de cantar, os cães ficaram imóveis e giravam os olhares para seu amo, e os criados desapareceram.

— Não diga isso, as crianças irão ouvir... — interveio Leopoldina.

— Coincidências demais, e meu pai não era um homem doente.

O frade prosseguiu:

— O estranho é que as laranjas desapareceram das tigelas nas quais haviam sido oferecidas. Dizem que injetaram uma solução de arsênico, mas não se pode provar nada, senhor.

— Meu Deus! — disse Pedro, com a voz falha, cobrindo o rosto com as mãos.

Mais tarde, e através do embaixador, Pedro e Leopoldina se inteiraram de que a rainha demonstrava um ânimo exultante no dia que recebeu as condolências do corpo diplomático. Um humor que não correspondia com as circunstâncias, que foi o suficiente para aumentar as suspeitas de que ela era a

autora intelectual do crime.

O rei Dom João VI — “o único que me enganou”, segundo disse Napoleão, em seu exílio em Santa Helena — deixou um mundo um pouco melhor que o que encontrara quando foi obrigado, contra a sua vontade, a assumir a regência. Operando pesos e medidas, o balanço de seu reinado era positivo: ele salvara a coroa, criara da noite para o dia um governo e um Estado em uma colônia atrasada e remota, conseguira abrir o comércio e dinamizar a economia de um território gigantesco; definitivamente, havia assentado as bases de um país que crescia com esforço de união e de uma independência que, afinal de contas, não foi gestada com a mesma violência de que padeceram as colônias vizinhas. E só por isso, já ganhara o céu.

Agora, o eco inquietante de uma pergunta flutuava no ar, de Lisboa para o Rio de Janeiro, de Porto à Bahia: se Pedro era imperador do Brasil, se seu irmão Miguel estava exilado na Áustria, se Carlota Joaquina seguia cobiçando o poder... Quem iria suceder Dom João VI?

Não houve tempo para divagações e especulações, tampouco para a dor do luto. Poucos dias depois da notícia da morte do rei, chegou mais uma do outro lado do oceano: Pedro fora proclamado o rei de Portugal por sua irmã, Isabel Maria, cumprindo assim os desejos de Dom João VI. “Viva Pedro IV de Portugal!”, exclamavam os portugueses. Ao saber disso, o imperador, sentimental e sempre com as emoções à flor da pele — tanto as boas como as más —, não pôde impedir que as lágrimas brotassem de seus olhos. Constatar ser reconhecido por seu pai, o mesmo que durante sua infância e juventude tanto lhe ignorara, o comovia. Logo sentiu uma dor quase física, o pungimento da separação definitiva. “Obrigado, pai... Não o decepcionarei, estarei à altura de seus mais belos sonhos...” Ah!... O sonho de Dom João: a unidade do mundo lusitano. Lembrava-se de quanto lhe falava sobre isso... Não era esse o mais belo destino que seus filhos podiam dar às suas vidas, o melhor legado à sua cultura, a seu império? Até o fim, até depois de sua morte, Dom João VI tentava fazer se tornar realidade o sonho de unir Brasil e Portugal sob o mesmo cetro... Como Pedro teria gostado de falar com seu pai naquele momento, comentar com ele que seu sonho era impossível de realizar, pois não era o mesmo sonho dos brasileiros, porque lhes havia dotado de uma Constituição que o proibia expressamente de conduzir ambas as coroas... Estava seguro, tinha certeza de que o Parlamento, que convocara para dali 10 dias, se oporia ferozmente a isso. “Medo da recolonização”, diriam os patriotas. Assim, para continuar sendo Pedro I do Brasil, sabia que devia renunciar a ser Pedro IV de Portugal, embora no

fundo gostasse de manter-se em ambos os tronos. Acariciava uma ideia, a de abdicar da coroa portuguesa a favor de sua filha Maria da Glória. Tinha certeza de que seu pai o louvaria com gosto. Dessa maneira, manteria Portugal, o lugar onde se encontravam as raízes de sua família, sob a esfera de sua influência. Mas tinha consciência de que se tratava de uma manobra dinástica difícil de conseguir: estava convencido de que sua mãe se oporia com todas as forças, ela que sonhava em desqualificar os Bragança e colocar Miguel como rei absoluto.

De temperamento e caráter muito diferentes, no fim, pai e filho se encontravam agora do mesmo lado, o da liberdade e contra o absolutismo de Miguel. “Renunciarei a seu trono, pai, mas não às ideias constitucionalistas...” Não, não estava disposto a renunciar a elas, e não só por convicção. Agora havia outra poderosa razão para lutar pela liberdade de Portugal, para dotar seu país de origem de uma Constituição liberal como a que havia no Brasil. Não queria revelar publicamente essa intenção, embora Leopoldina a adivinhasse. Era pessoal, íntima. Pedro não podia deixar passar a oportunidade de dar uma lição em sua mãe e, assim, vingar a morte de Dom João. Faria justiça.

Pedro e o Chalaça se puseram a trabalhar novamente sobre um texto constitucional para Portugal. A princípio, eles se limitaram a fazê-lo sobre uma cópia do texto brasileiro, mudando as palavras “império” por “reino” e “Brasil” por “Portugal”. Era nisso que estavam envolvidos quando chegaram notícias de Miguel através do embaixador do Brasil em Viena. O irmão exilado dizia estar arrependido de haver tentado destronar seu pai e buscava se reconciliar com a família.

— Não será uma manobra a regressar para Lisboa e melhorar suas possibilidades de tomar o trono para si? — perguntou Pedro.

O Chalaça respondeu:

— É possível, mas o embaixador insiste que tem notado nele um sincero arrependimento e que quer contribuir para a paz familiar...

— Se isso é verdade, vou lhe propor a oferta que lhe fiz há três anos... Se ele aceitar, significa que está arrependido de verdade e poderíamos assim nos entender.

Para grande desgosto de Leopoldina, Pedro voltou à velha ideia de casar sua primogênita com Miguel. Era uma maneira de neutralizar seu irmão e os absolutistas, para proteger a linhagem dos Bragança. Se Miguel se compromettesse a casar com a sobrinha, com a pequena Maria da Glória, e jurar a Constituição que estavam elaborando com toda a pressa no escritório de São Cristóvão, poderia governar Portugal durante o período de menoridade da

princesa, e juntamente com ela, como rei consorte, depois da boda formal. Era o mesmo acordo que mantivera sua avó Dona Maria no trono com seu marido e tio carnal Pedro III, defensor até a morte dos jesuítas, protetor da alta fidalguia, responsável por ter levantado o soberbo palácio de Queluz. Se Miguel cedesse, teria a segurança de que seus descendentes lhe sucederiam no trono. Pedro pensou que era um bom acordo para todos, exceto por Leopoldina:

— Seu avô Pedro III era um homem justo e devoto, e amava tanto a rainha como ela o amava também... Você sabe perfeitamente o que eu penso sobre seu irmão Miguel.

— O povo pode mudar, além do mais o poder e a legitimidade corresponderão a Maria da Glória, como minha herdeira.

— Não quero perder tão cedo a minha filhinha, ela tem um coração bom.

— Mas ela tem caráter e é independente. Saberá reinar, estou convencido disso. Maria da Glória pode conseguir a felicidade de uma nação fiel e valente que já vem por muito tempo sofrendo. É um alto e nobre ideal para uma filha que amo tanto quanto como você.

— Fará com ela o mesmo que fizeram comigo.

Pedro a olhou fixamente, franziu as sobrancelhas e um véu de temor pairou no ar sugerindo que o mau gênio explodiria. Ele passou sobre o olhar da imperatriz. Mas o imperador tinha pressa:

— Eu a fiz imperatriz... Do que você se queixa? — disse-lhe dando-se a volta e deixando Leopoldina plantada no salão.

O ruído de suas botas sobre o assollo de madeira retumbou no crânio de Leopoldina, como se lhe estivessem martelando a cabeça. Enquanto Pedro regressava para seu escritório para continuar com a Constituição, ela se fechou em seus aposentos e escreveu para Maria Graham: *“É possível que dentro de pouco tempo eu tenha que fazer um novo sacrifício, separar-me de uma filha que adoro. A única coisa que me consola é que viverá em nossa querida Europa que espero voltar a ver, porque estou convencida de que ali eu desfrutaria de maior repouso de espírito e de muito consolo.”*

Estava pensando seriamente em voltar para a Europa, agora que havia recuperado um pouco o ânimo. Lembrava-se com nostalgia do tempo quando, prevendo a saída de Pedro para Portugal, pedia ao embaixador alemão que a ajudasse a fretar um veleiro para reunir-se com seu marido, apesar das Cortes e das ordens do rei... Que distante parecia aquilo agora, como o tempo havia varrido suas fantasias, seus sonhos. Agora estava decidida a regressar, apesar de que se sentia debilitada em sua saúde, o que a princípio atribuiu aos maus

momentos e à depressão. O médico que reconheceu e a tirou das dúvidas: estava grávida novamente. Era o preço que tinha que pagar por ter voltado a sentir o sangue quente de seu marido. Teria que postergar sua viagem à Europa indefinitivamente.

No final, a Constituição portuguesa, embora abrisse o país à participação política, acabou sendo menos liberal do que a brasileira. Pedro copiou a ideia da Câmara dos Lordes da Grã-Bretanha para dar mais poder à nobreza local. Pensou inteligentemente que mais valeria ter os aristocratas a seu lado do que como conspiradores contra o novo regime. Quando o texto estava terminado, fez com que cópias fossem enviadas a Lisboa e a Viena, onde estava seu irmão. Como a Constituição seria recebida em Portugal? Não tinha muita certeza de que seria com entusiasmo, porque o país vivia ancorado no passado.

Pouco tempo depois, recebeu a boa notícia de que Miguel aceitava o trato. Ele se comprometia a acatar o contrato pré-nupcial e a jurar lealdade à nova Constituição portuguesa, o que fez na presença do embaixador de Portugal em Viena. Segundo a Carta Magna, Miguel assumiria a regência alguns meses mais tarde, assim que completasse 25 anos.

— Ele mudou, amadureceu — comentou Pedro, satisfeito.

— Duvido que ele esteja sendo sincero — disse Leopoldina. — Ele é tão ambicioso quanto a sua mãe.

— Não, o que acontece é que Miguel entendeu a importância daquilo que propus.

— Pois eu acho que Matternich exerceu alguma influência nisso... Afinal de contas, Maria da Glória é neta do imperador da Áustria. Viu uma maneira de sair de Viena e regressar a Portugal.

“E a rainha, o que estaria tramando?”, se perguntava Leopoldina. Cartola Joaquina continuava mantendo seu quartel-general em Queluz, onde recebia ministros e fidalgos da Espanha, porque ela presidia a facção espanhola do Partido Absolutista, considerado o elemento mais extremista — alguns diriam até o mais sanguinário — daquela formação política. Na Espanha, a notícia de que Portugal havia adotado uma Constituição liberal caiu como uma bomba. Isso

suscitou em Portugal uma enorme oposição, começando pelo clero, seguido dos magistrados, que viram seus ganhos e sua influência ameaçados por esse novo princípio de divisão de poderes, e terminando naquela pequena nobreza que havia fora da “câmara dos aristocratas”, mas que controlava os camponeses.

Esse descontentamento foi o maná que caiu dos céus para Carlota Joaquina. Ela nunca deixara de conspirar para preparar o regresso de Miguel, “seu filho, seu herói, seu anjo”, mas também seu servo submisso. Continuava obcecada com isso desde a *Abrilada*. O fato de que seu filho tivesse prestado juramento a Pedro e à Carta Magna não a enfureceu. Ao contrário, ela viu nisso tudo uma oportunidade de trazê-lo de Viena para perto dela. Segura de sua influência sobre Miguel, já maquinaria para que ele renegasse seus juramentos. Dispunha de meios para fazer isso. Ela herdara do marido uma grande soma de dinheiro e de ouro, que pensava utilizar para colocar seu filho Miguel no trono. Ela subornaria juízes e funcionários, pagaria a multidões para que semeassem o caos nas ruas das cidades, compraria uma parte do exército. Carlota contava com o apoio crucial da parte mais conservadora do clero. Seu trabalho era mais de bastidores, um poder oculto, porque raras vezes aparecia em público. Ela passava os dias de sol sentada em uma esteira, no jardim. Os conspiradores de plantão a ouviam cantarolar uma canção que parecia ter sido escrita para ela: *“En porfias soy manchega, y en malicias soy gitana, mis intentos y mis planes, no se me quitan del alma...”* (Em minhas obstinações sou manchega, em malícias sou cigana, meus intentos e meus planos, ninguém os tira de minha alma...)

No Rio de Janeiro, o acordo feito com seu irmão Miguel permitiu a Pedro anunciar, na véspera da reunião do Parlamento brasileiro, que ele abdicava do trono português. Com seus 8 anos de idade, Maria da Glória foi nomeada a rainha de Portugal. Um anúncio que veio a tempo de desativar os protestos de seus adversários cada vez mais numerosos, que não aceitavam que seu monarca agisse como o rei do país que os colonizara durante três séculos. Além disso, choviam críticas sobre Pedro porque, embora na teoria a Constituição garantisse os direitos dos cidadãos, na prática o imperador os suspendera diversas vezes para encarcerar seus opositores, abortar rebeliões e julgar sumariamente os líderes separatistas, como acontecera com o frei Caneca e quando Pedro esmagou a Confederação do Equador. Esses adversários o acusavam de haver cerceado a liberdade de imprensa ao mandar fechar os jornais e censurar os panfletos que eram publicados pelos irmãos de José Bonifácio. Em seu discurso no Parlamento, cercado pela mesma pompa que acompanhara a abertura da Assembleia Constituinte três anos antes, Pedro analisou os resultados obtidos na

frente diplomática, como o reconhecimento de Portugal e de outras nações, que passaram a apoiar a independência do Brasil. Ele lembrou-se de seu pai quando disse que “a honra nacional” exigia que a província oriental fosse preservada como uma parte do império. Dom João estivera obcecado pela ideia de que o rio da Prata deveria ser a fronteira natural do sul do Brasil, sem levar em conta que a cultura dos gaúchos era mais espanhola do que portuguesa, e que aquela não era uma sociedade escravista. Seu filho assumira aquela causa como sua e, diante do Parlamento da nação, anunciou sua intenção de acabar com o conflito, lançando uma ofensiva militar no verão seguinte. “Eu mesmo irei ao Rio Grande do Sul para ver com meus próprios olhos as necessidades do exército...”, anunciou de forma grandiloquente.

A mudança de atitude com relação à esposa e a restrição de visitas à amante não diminuíram o amor que Pedro sentia por Domitila, que era profundo e irreprimível. Ele valorizava o fato de que sua amante não dissimulasse seus sentimentos ao sentir-se abandonada ou menosprezada, que protestasse, não fazendo como Leopoldina; preferia muito mais uma oponente, uma adversária, do que uma vítima, porque era muito mais estimulante. Um dia, tiveram uma pequena discussão, durante a qual Domitila se queixou de que se sentia sozinha. Pedro foi embora meio atordoado e, momentos depois, ela percebeu que ele a estava espionando do palácio, usando o binóculo. Domitila não hesitou em fechar todas as janelas. Poucas horas mais tarde, ela recebeu um bilhete de Pedro: *“Obrigado por ter fechado as cortinas exatamente quando eu tentava ver você com meus olhos”*. E depois de dar vazão à sua ira, concluiu assim: *“Perdoe-me se uso uma linguagem um pouco forte, mas é meu coração, que pertence a você, quem está falando”*. Mais adiante, Pedro se desculpava: *“Se às vezes eu me mostro mal-humorado, é por causa do meu desespero de não poder desfrutar de sua companhia tanto quanto antes”*.

Embora Domitila compreendesse as razões de seu distanciamento provisório, a nova situação também lhe gerava angústia. Como também estava ciente da rejeição da população à sua aventura com o imperador, ela tinha medo de ficar sozinha durante a longa temporada que Pedro planejava passar lutando no sul do país. Temia que, nesse período, seus numerosos inimigos buscassem se vingar dela. Pouco a pouco, essa preocupação começou a se refletir nas correspondências. As cartas que enviava deixaram de ter aquele tom jocoso e divertido dos primeiros tempos e foram se colorindo de seriedade.

No entanto, essas mensagens calaram fundo em Pedro, que estava disposto a tudo, menos colocar em perigo seu relacionamento com Domitila. Por isso

aproveitou a data de seu aniversário, quando era habitual que o imperador distribuisse títulos, condecorações, promoções e anistias, para demonstrar a ela a sua devoção. Em 12 de outubro de 1826 o país inteiro estava ansioso para conhecer os favores imperiais que seriam publicados no *Diário Fluminense*. Qual não foi a surpresa dos brasileiros ao descobrir que o pai de Domitila tinha sido nomeado visconde de Santos e a própria viscondessa era promovida a marquesa de Santos. Em sua magnânima condescendência, Pedro chegou a condecorar Maria Benedita, a irmã de Domitila, e o marido com o título de viscondes de Sorocaba, além de cuidar das despesas com a educação do pequeno Rodrigo. Um preço fabuloso por algumas noites de prazer. O imperador conseguiu arranjar um posto para todos os familiares de Domitila, seja de ajudante, de camareiro da câmara imperial ou de militar. Jamais se vira tamanho fluxo de honrarias outorgadas a uma mesma família. Pedro a considerava como sua, talvez porque nunca tivesse tido uma vida familiar estável. Mas essa chuva de favores era uma desfaçatez, um grave ato de abuso de poder que indignou igualmente a corte e o povo. Incapaz de controlar seus impulsos, perdidamente apaixonado, o imperador se atolava cada vez mais nas areias movediças desse seu amor adúltero.

Leopoldina se afundou novamente no desânimo, com a sensação de ter um punhal cravado no peito. Sua última e tênue esperança desvaneceu. A gota d'água ocorreu poucos dias depois, quando Pedro pediu à esposa para acompanhá-lo numa visita ao pai de Domitila, o novo visconde de Santos, que aos 85 anos tinha sofrido um derrame.

— Não é meu lugar, prefiro não ir.

Pedro não insistiu, mas lhe pediu que pelo menos o acompanhasse até a igreja da Glória, para rezar pelo restabelecimento da saúde do coronel. “Ele é um bom amigo, e também foi amigo de meu pai”, alegou, para convencê-la. Leopoldina não se atreveu a negar uma segunda vez. A marquesa de Itaguaí, que estava ali escutou a conversa, sugeriu à imperatriz que desobedecesse, quando ambas ficaram a sós:

— Não vá, senhora... — disse-lhe em voz baixa.

— Cada um reza à sua maneira — respondeu Leopoldina. — Ele vai orar a Deus pelo velho Castro, vou pedir a Ele que abra os olhos do imperador.

E o acompanhou.

E assim, durante seis dias e seis noites, Pedro ficou ao lado da cama de seu velho amigo, convertendo-se praticamente em seu enfermeiro, negligenciando sua esposa, sua família legítima e os assuntos de governo. Após sua morte,

organizou um funeral grandioso, desproporcional à relevância social do coronel. Foi uma pompa nunca vista desde os tempos do rei Dom João e que custou uma fortuna. Mas isso não teve importância, Pedro assumiu esses custos, assim como o fez com os custos dos remédios e dos médicos do falecido. Para compensar tantas despesas, o imperador ordenou que o *chef* francês do palácio de São Cristóvão reduzisse o orçamento da cozinha, e decidiu vender alguns dos cavalos puro-sangue que Leopoldina montava habitualmente. A reação de sua esposa lhe era indiferente: muito provavelmente, ela não diria nada, como sempre. Pedro fazia tudo por amor a Domitila, e se agora ela necessitava ser consolada por causa da morte do pai, ele ficaria ao lado da amante pelo tempo que fosse preciso. Ambos se trancaram no palacete, alheios ao resto do mundo e envolvidos em sua mútua paixão. Aquela foi a gota que fez o copo transbordar.

Leopoldina perdeu a paciência e o controle sobre si mesma, que tão ferreamente mantinha havia tanto tempo. Certa noite, sentada à sua mesa, escreveu a Pedro a carta que pensou que jamais escreveria: “*Faz um mês que o senhor não dorme em casa. Gostaria que escolhesse uma das duas, ou a marquesa de Santos ou eu, e, se não me quiser, que me dê licença para voltar para junto de meu pai na Alemanha*”. Não assinou “Imperatriz do Brasil” como de hábito, e sim “Maria Leopoldina da Áustria”, para colocar certa distância e lhe recordar de seu sacrifício de tantos anos no Brasil. Mas o imperador nem se dignou a responder-lhe, e essa indiferença a manteve prostrada e abatida. Já estava no terceiro mês de gravidez, e as náuseas, as tonturas e o calor se somavam ao convencimento de que sim, definitivamente, estava morta para o amor de Pedro. Dois dias mais tarde ela soube, através de suas criadas de confiança, que seu marido, depois de ler a carta, havia dito a Domitila que não se importava de perder o império contanto que conservasse seu objeto de desejo. Exasperada, Leopoldina teve um pesadelo e despertou de madrugada encharcada de suor. No sonho, ela tinha se visto sem forças para realizar o trabalho de parto e assistira à própria morte... Ao despertar sobressaltada, levantou-se e enxugou o suor. Tossiu por causa da fumaça de tabaco que os escravos queimavam para repelir os insetos. Mandou chamar um dos criados de seu marido:

— Recolha toda a roupa do imperador e coloque em baús.

Vestida com uma camisola larga presa por grampos, o cabelo solto e despenteado, a imperatriz sentou-se de novo em sua mesa e se pôs a escrever outra carta, à luz de uma lamparina. Estava febril, sua mão tremia e o criado se assustou ao vê-la tão fora de controle: “*Peço que se mude para a casa de sua amante*” — dizia aquela carta. “*De minha parte, vou residir no convento da*

*Ajuda, à espera que meu pai me mande buscar...*” Mas o criado não obedeceu, não recolheu roupa nenhuma e foi correndo até a casa de Domitila para avisar o imperador.

Era quase manhã quando Pedro chegou aos aposentos de Leopoldina. Vinha acompanhado de Domitila, que usava um vestido de seda negro que lhe dava uma palidez incomum. Ele tinha um aspecto desgrenhado e parecia aflito. Pedro se aproximou da mesa, pegou a carta e a leu.

— Estou consolando uma família em luto e você escolhe este exato momento para...

— Uma família em luto? — interrompeu Leopoldina com ironia. — Você descuida de sua esposa e de sua família para atender a... — nesse momento, olhou para Domitila. —... Família de sua amante?

— Alteza! — sussurrou Domitila, pega de surpresa pela franqueza da imperatriz.

Pedro interveio. Estava desorientado com a reação de sua mulher:

— Então você acreditou nas intrigas das criadas e nas fofocas dos cortesãos!

— Chega, não suporto mais as suas mentiras! — cortou, tapando os ouvidos com as mãos.

— Mas você sabe da amizade de minha família com o coronel Castro. A minha amizade com a filha dele...

— Você pagou um enterro suntuoso para ele, e reduziu os gastos com comida de sua própria família... Você acha que ninguém se dá conta de sua conduta? Que Deus não é testemunha de seus excessos e de suas injustiças?

Virando-se para Domitila, acrescentou:

— E de seus pecados?

— Pois foi você quem misturou tudo — disse Pedro. — Foi você quem sempre achou que aqui era como sua luxuosa corte em Viena, e sempre gastou mais do que lhe correspondia... Não existe um mendigo na cidade que não tenha recebido uma esmola sua, e às vezes mais do que uma esmola. A casa imperial não dispõe de fundos para que fique por aí distribuindo como quiser.

— Como tem coragem de dizer isso, se pagou por um palacete para ela! — disse, apontando para Domitila. — Se a cobre de luxos, convertendo-a em motivo de risos da corte e de toda a nação!

— Eu a proíbo de falar assim!

Com os olhos injetados de sangue, Leopoldina se voltou para Domitila:

— O que você fez para que ele perdesse a cabeça dessa maneira? Que

bruxaria você usou, pode me dizer?

— Alteza, não é bom que se altere dessa forma... — respondeu Domitila, aproximando-se do rosto da imperatriz com um lenço.

— Não me toque!

— Está bem, pegue... — disse, estendendo-lhe o lenço.

— Saiam de meus aposentos! Não quero ver vocês aqui...

Pedro interveio:

— Ela é a sua dama de honra, e quem dá as ordens em meu palácio sou eu.

Leopoldina continuou desfiando um rosário de reclamações, colocando a nu as muitas feridas que vinha ocultando por tanto tempo. Apesar de Pedro ter lhe feito um sinal para que ficasse, Domitila optou por sair do quarto. O casal continuou trocando palavras ásperas e gritos que ecoavam pelas paredes do palácio, mantendo toda a criadagem bem acordada. O imperador continuava negando as evidências, o que causava mais exasperação na mulher.

— Continue com suas mentiras, imperador, continue... Continue me humilhando e me insultando, pensando que não percebi nada, que sou uma dócil princesa enamorada... Não mais, Pedro. Já não sou mais aquela mulher que só enxergava a vida através dos olhos do homem que amava. Essa mulher, você a matou! Fique lá, você e sua consciência! Eu vou para o convento da Ajuda e meu pai mandará alguém para me levar daqui. Não suporto mais.

— Você não vai sair daqui! Você é a imperatriz do Brasil!

— Eu sou uma mulher traída, pisoteada, insultada, ridicularizada! Não sou uma imperatriz, sou a mulher de um imperador de segunda, é isso que eu sou!

Leopoldina olhou fixamente nos olhos de Pedro antes de continuar:

— Está com medo do escândalo? Já sei, você me quer aqui para servir de enfeite, pois saiba que já vivi muito tempo enganada, mas já chega, Pedro... Faça de imperatriz a sua concubina, para ver o que dirá o povo! Vou-me embora!

Leopoldina se virou para se dirigir até a porta, mas Pedro, vermelho de raiva, tremendo como se estivesse a ponto de sofrer outro de seus ataques epiléticos, tentou impedi-la. No tumulto que se seguiu, o imperador acabou perdendo o controle e a empurrou com força ao tentar detê-la. Leopoldina tropeçou e caiu no chão, retorcida de dor. Ao abrir os olhos, trocou com o marido um sombrio olhar de desespero:

— Você conseguiu... — sussurrou ela com um fio de voz. — Pensei que nunca chegaria tão longe, mas você teve a coragem... Você me agrediu, a mim e

a seu filho — balbuciou enquanto apontava sua barriga. — Você perdeu o juízo de uma vez, imperador. Agora, sim, me matou... De verdade.

Ela proferiu essas palavras com uma estranha calma, como se tivesse recuperado a serenidade, falando de outro plano. Era um tom sereno, tão nebuloso que Pedro, apesar do calor opressivo, sentiu um calafrio. “Meu Deus, o que foi que eu fiz!”, disse ele, ao cair de joelhos entre soluços:

— Perdoe-me, alteza, perdoe-me... Eu imploro, não queria machucar você...

Leopoldina quase não conseguia falar e custava a recuperar o fôlego. Seus olhos cor de violeta tinham um brilho especial, que Pedro não conhecia. Ela acariciou seu rosto com dedos débeis e apertou o indicador contra os lábios de Pedro. Ela não queria ouvi-lo reconhecer suas falhas, nem pedir desculpas, porque sabia que se enterneceria. A imperatriz não queria mais perdoá-lo.

O eco daquela briga conjugal, transmitido pelos criados e pelas damas de companhia, saiu do palácio e se espalhou pela cidade, penetrando em todos os bairros, dos mais ricos aos mais miseráveis, dos quartéis do exército aos barracões dos escravos, dos bordéis aos conventos, das favelas do porto até as mansões dos aristocratas, e logo sobre as colinas e planícies, chegando a todas as aldeias, a todas as fazendas, a todas as cidades desse imenso país. A população vivenciou o empurrão e outros disseram que o chute desferido pelo imperador na esposa era como se ele tivesse dado um chute pessoalmente em cada um dos habitantes do Brasil. Até então, Pedro era visto como um sujeito original, excêntrico e certamente déspota, mas no fundo era fiel a seus princípios liberais e tinha grande faro para a política, o que não deixava de ser verdade. No entanto, a partir desse momento, passava a ser um homem marcado por um ato de baixeza extraordinária. Bater em uma mulher grávida, mesmo em um país onde as mulheres muitas vezes eram tratadas como mulas de carga, era coisa de gente desonesta, de escória. Bater em *nossa imperatriz*, a adorada Leopoldina, não tinha o perdão de Deus. Sua aura se despedaçou em mil pedaços com aquele pontapé, por mais que tivesse se arrependido depois. Se Leopoldina havia perdido o coração do marido, ganhou para sempre o do povo, que entendia como era ser maltratado por um poderoso. As multidões se identificavam com sua dor resignada, de boa cristã, tão parecida com o sofrimento dos mais humildes. A notícia também atravessou o oceano... "*Ouçá o grito de uma vítima*" — escreveu Leopoldina à irmã — "*que lhe pede não a vingança, mas a piedade, o socorro de seu afeto fraternal para meus filhos, que vão ficar órfãos e nas mãos das pessoas que foram as autoras de minhas desgraças.*" Esse pressentimento de uma morte próxima nunca mais a abandonaria.

Pedro ficou abalado e confuso. A longa passividade de sua esposa havia terminado, e agora ela era outra mulher, uma que não conhecia. Ele não sabia

até onde essa Leopoldina podia chegar, mas tinha a sensação de que chegaria muito longe. “Os alemães são assim” — disse-lhe o Chalaça uma vez. “Aguentam muito, mas quando chegam ao limite, eles se rompem e são capazes de qualquer coisa.” Agora o imperador começava a entender o significado dessas palavras, para as quais não dera importância antes. O caso é que ele se debatia em um mar de dúvidas, em que tudo se misturava: estava preocupado com a saúde de Leopoldina e como ela continuaria reagindo; mas também tinha uma necessidade urgente de escapar de si mesmo. Tinha que partir por vários motivos, o maior deles era seu dever de participar da campanha militar na província Cisplatina. Pedro não podia voltar atrás, porque as engrenagens já estavam em movimento. Além do mais, ele pensava que a guerra o ajudaria a recuperar o prestígio perdido.

Quando os médicos lhe disseram que os males de sua esposa se deviam provavelmente à gravidez, ele decidiu não adiar seus planos e seguir adiante como havia planejado. Pedro quis aproveitar o ato oficial de despedida para passar uma imagem conciliadora — sentia com urgência a necessidade de refazer sua imagem — e pediu a Leopoldina que comparecesse. A princípio ela aceitou, mas recusou quando soube mais tarde que a marquesa de Santos também estaria presente. Pedro reagiu irritado:

— Os médicos disseram que você está bem.

— Estou muito fraca, Pedro... E, além disso, não quero aparecer em público com ela.

— Por que não? Pois é isso que você deve fazer, precisamente para desmentir os rumores e tudo que se falou sobre a nossa discórdia...

Pedro desejava que esse ato oficial servisse para que Leopoldina, que já não podia mais fingir que ignorava as relações do marido com Domitila, sancionasse de uma maneira tácita o papel da amante. A austríaca negou-se com veemência a fazer isso.

— Eu não vou aceitar publicamente um vício que não aprovo — respondeu ela, com uma firmeza incomum.

— Fiz de você a regente durante minha ausência, você deve participar. É um ato protocolar...

Leopoldina negou com a cabeça e Pedro saiu dos aposentos batendo a porta atrás de si. Ele se recusou a admitir que sua esposa não era mais aquela de sempre, que havia se transformado irremediavelmente, que já não se deixava manipular.

Na manhã de 24 de novembro de 1826, a frota imperial, composta por dez

navios de guerra, estava na baía da Guanabara, pronta para partir, com 800 homens a bordo, entre oficiais e mercenários. Pedro foi ao palácio para se despedir de Leopoldina vestido em seu deslumbrante uniforme de almirante. O quarto estava na penumbra; só entrava a luz dos raios de sol que passavam entre as fendas das venezianas. Ele a encontrou muito magra, com a pele acinzentada e os olhos fundos. As linhas tão delicadas que antes estavam ligeiramente impressas sobre seu rosto agora o sulcavam por completo. As têmporas estavam azuladas, os cabelos desgrenhados, e ela suava muito. Ou seriam lágrimas de despedida?

— Como está se sentindo?

— Bem — mentiu Leopoldina.

— Se for preciso, posso adiar minha viagem por uns dois dias.

— Não, Pedro, não... Eles me disseram que a frota está pronta... Você deve cumprir com seu dever, que é partir e consertar as coisas lá embaixo. Eu me encarrego das coisas por aqui.

— Voltarei em breve, em um mês estarei de volta ao Rio de Janeiro.

Leopoldina fez um esforço sobre-humano para se levantar da cama.

— Tenho um presente que eu quero que você guarde.

Com a mão trêmula e ardente em função da febre, pegou um pequeno pacote que estava sobre uma mesa ao lado de seu leito e o entregou a Pedro, que o abriu cuidadosamente. Era um anel, com dois pequenos diamantes e uma inscrição em seu interior, com seus respectivos nomes e dois corações. Leopoldina voltou a se deitar, exausta:

— Eu estou morrendo, Pedro... Quando você voltar do sul, já não estarei aqui.

Lágrimas desciam com abundância por seu rosto desfigurado, e desapareciam debaixo da camisola.

— Não diga isso...

Pedro estava tentando fixar os olhos em uma gravura na parede que mostrava algumas borboletas, para tentar segurar o choro. Sua esposa prosseguiu:

— Mas tenho fé de que aqueles que a vida separou se reunirão depois da morte.

Pela primeira vez, parecia que Pedro se dava conta da imensidão do dano que ele causara. Nesse momento, teria feito qualquer coisa para consolar Leopoldina. Ele teria dito que eram dela sua alma, seu amor puro, seu corpo de amante, os prazeres de sua paixão... Mas isso não era totalmente verdade, e ele já a castigara o suficiente com suas mentiras. De todo modo, Pedro não

conseguiu falar e a emoção causou-lhe um nó na garganta.

— Abrace-me... — pediu ela em um sussurro.

O imperador inclinou-se para a frente, tomou-a nos braços e a apertou com força contra seu peito. E nesse momento, começou a soluçar como uma criança. Leopoldina fechou os olhos. Que alto preço ela tivera que pagar por esse abraço... Mas ali estava, com a cabeça afundada no peito do homem que amava acima de tudo e que tremia de tanto chorar. Aquilo foi um relâmpago de felicidade no umbral sombrio da morte.

— Quero que você saiba que eu o perdoo — disse ela, enquanto passava a mão pelos cabelos dele, como fazia com seus filhos. — E espero que todos o perdoem e não lhe guardem rancor.

A imperatriz manteve as mãos de Pedro entre as suas, como para indicar que só eles dois sabiam do segredo dessa despedida, tão simples, mas tão terrível pelo medo que suscitava.

Pedro estava tão comovido e viu sua esposa tão mal de saúde que deu a contraordem para que a frota permanecesse no porto por mais dois dias, esperando ver como evoluía a imperatriz. O problema logístico de se manter 800 homens fundeados no Rio de Janeiro era enorme, mas ele devia isso a Leopoldina. No meio do lamaçal de seu comportamento indecente, surgiu um brilho de retidão moral. No dia seguinte, o imperador voltou a visitá-la. Leopoldina conversava com o barão Mareschal, e a agradável surpresa melhorou seu ânimo:

— Mas você ainda não foi?

— Não irei até que a veja melhor.

— Estou melhor, você não percebeu?

Naquela mesma tarde, Mareschal enviou seu relatório a Viena: *“Eu tive a honra de ser testemunha de como o imperador, que parecia fortemente comovido, informava a ela de sua relutância em deixá-la naquele estado... Mas sua condição não é de perigo algum.”*

Mas o Mareschal estava errado, assim como os médicos que finalmente disseram a Pedro que ele poderia viajar tranquilo. A frota se pôs rumo ao sul do país, enquanto a imperatriz, estimulada por esse sentido de dever tão seu, convocou suas poucas forças e, na qualidade de regente, se preparou o melhor que pôde com uma pesada maquiagem para dissimular sua má aparência, se vestiu e desceu até a sala de reuniões para despachar com seus ministros. Sua lucidez e bom-senso habituais fizeram com que eles se esquecessem de sua aparência espectral.

Aquele esforço custou caro a Leopoldina. Ela voltou à sua cama muito fatigada, com a respiração entrecortada e medindo os passos para não tropeçar. Tinha suores frios, porque a febre começou a subir, tanto que foi vítima de convulsões que os médicos descreveram como “indisposições espasmódicas”. Nessa noite, ela despertou com uma dor aguda no ventre, e logo sentiu um líquido quente se espalhando sobre a cama, algo viscoso que lhe descia pelas pernas. Abalada pelo pânico que tomara conta dela, Leopoldina começou a gritar e logo vieram os criados, as damas do palácio e os médicos, que, aplicando gazes úmidas em sua testa, conseguiram acalmá-la. A imperatriz dizia que sua vida estava se esvaindo lá por baixo, e em parte isso era verdade:

— Sua majestade expulsou um feto do sexo masculino — anunciaram os médicos em tom rotineiro.

Acrescentaram que não havia mais motivos para pânico. Eles continuavam com a certeza de que a origem dos problemas da imperatriz estava nesse aborto, e esperavam que a partir de então a paciente começasse a sua recuperação gradual. Mas a febre não regrediu, e aos espasmos cada vez mais violentos se adicionaram sintomas de desorientação, insônia, tosse e vômitos. Reunidos ao redor da cama, os médicos pronunciaram um novo diagnóstico: “febre biliosa”, uma forma de malária. Agora admitiam que essa febre era a causa, e não a

consequência do aborto. E o Mareschal dessa vez acertava seu prognóstico: “*Há uma condição que afeta o espirito e que provoca espasmos, indicando o verdadeiro núcleo da enfermidade; os médicos dizem que vem daí o maior perigo, porque esse é um mal para o qual não existe nenhum remédio*”. Pedro já partira e Leopoldina agonizava doente da alma.

O repentino agravamento do estado de saúde da imperatriz precipitou a chegada do bispo e de um grupo de frades, que vieram administrar a ela os santos sacramentos. Quando terminaram, ela ordenou que todos os criados viessem aos aposentos imperiais, e eles se colocaram ao redor da cama, com ar compenetrado e lágrimas nos olhos. Um a um, Leopoldina perguntou se ela os havia ofendido por palavras ou atos:

— Não quero deixar este mundo com a impressão de que alguém possa necessitar de algum tipo de reparação por algo que eu fiz ou falei...

Ninguém disse nada, apenas lhe responderam com mais soluções. Novamente, a imperatriz foi vítima de convulsões causadas pelo agravamento da febre, e então ela se despediu de todos que a haviam servido, apesar de nem sempre terem feito isso com toda a lealdade.

Depois de doze horas de delírio, a austríaca recuperou a lucidez e, sentindo-se na iminência do fim, pediu para se despedir de seus filhos. Os criados levaram diante da presença da mãe e as crianças entraram nos aposentos timidamente, vestidas com roupas de um branco impoluto. A filha mais velha, Maria da Glória, de 8 anos, rainha de Portugal, chorava amargamente. Era a única a se dar conta da magnitude da tragédia. Os outros eram pequenos demais: Januária tinha 4 anos, Paula 3, Francisca, 2 e Pedro, 1 ano. “Meus filhos queridos, o que será de vocês depois de minha morte?”, perguntou-se a imperatriz quando se viu sozinha, apavorada pela ideia de que eles poderiam ser entregues aos cuidados da marquesa de Santos.

A imperatriz sempre gozou da simpatia da alta aristocracia, que nunca aceitara “a intrusa”, e além do mais se identificavam com a alta linhagem da austríaca. A marquesa de Aguiar, uma mulher mais velha que sempre a apreciou muito, deixou sua casa e se instalou nos aposentos de Leopoldina pelo tempo que durou a enfermidade. Foi ela quem a tranquilizou, assegurando que se encarregaria das crianças... Até o regresso do pai. A marquesa sentia grande compaixão por aquela alma aflita, desprezada, desamparada, em um mundo que nunca havia compreendido por inteiro. Certa manhã, velava pela imperatriz quando viu, pela janela, Domitila, que entrava na varanda do palácio acompanhada de sua filha. Decidida a impedir aquela visita, a marquesa saiu do

quarto e notificou as pessoas que esperavam do outro lado da porta, o marquês de Paranaguá, o ministro da Marinha e o antigo tutor de Pedro, o ascético e magro frei Antônio de Arrábida.

— Não podemos permitir que essa presença amargue os últimos momentos da imperatriz, isso é insultante — disse ela.

— Tem razão, ela tem que ser impedida, mesmo que isso gere protestos do imperador — disse o frei.

Domitila e sua filha cruzaram o salão lotado de pessoas e começou a subir as escadas. Na entrada dos aposentos da imperatriz, o frei Arrábida se colocou em seu caminho:

— Não pode entrar, senhora, são ordens da imperatriz.

— Eu vim trazer um presente, e perguntar se necessita de alguma coisa...

— Sinto muito, não pode entrar. A senhora está muito mal.

— Por isso mesmo, eu sou sua dama de honra — insistiu Domitila.

Foi nesse momento que a marquesa de Aguiar entrou na conversa:

— Eu lhe peço, marquesa, deixe-a descansar. Não volte mais aqui, a sua presença perturba a imperatriz.

Domitila se ruborizou com o tom seco que a aristocrata empregou com ela. De novo, sentiu-se marginalizada, humilhada, reduzida à sua verdadeira realidade, a de uma arrivista em um mundo que não era seu. E Pedro não estava lá, para impor a presença dela goela abaixo daqueles cortesãos. De modo que foi obrigada a se retirar de cabeça baixa, segurando sua filha pela mão, embaraçada por aquela rejeição, acelerando o passo silenciosamente por entre a multidão que ocupava o piso térreo e as escadas do palácio, e que murmuravam coisas cruéis às suas costas:

— O que ela quer é herdar o trono que logo vai ficar vazio, assim como herdou o leito imperial...

Não eram apenas os cortesãos que entravam e saíam do palácio a todas as horas, mas também chegavam visitas de todo tipo de gente, brancos, mulatos, escravos libertos, gente rica e gente pobre. Alguns vinham escrever seu nome no livro de visitas com uma saudação, outros vinham buscar notícias sobre a evolução da saúde da augusta enferma; mas todos saíam com o rosto abatido e lágrimas nos olhos. Fora do enorme parque que cercava o palácio, uma multidão se aglomerava diante do portão principal, esperançosa por ouvir uma notícia favorável, um vislumbre de esperança. A cidade inteira estava comovida. O Teatro Imperial anunciou que suspenderia todas as apresentações até que a imperatriz se recuperasse. Nas praças, nas ruas, nas igrejas, não se falava de

outra coisa. Logo surgiram procissões organizadas pelas irmandades das paróquias, que faziam o longo caminho até os portões do jardim do palácio suplicando que o Todo-Poderoso atendesse às suas humildes e fervorosas súplicas. “A consternação das pessoas é indescritível” — escreveu o representante da Prússia. “Nunca, desde a morte de Luís XV, rei da França, se viu semelhante sentimento de unanimidade. O povo está literalmente de joelhos, implorando a Deus que salve a imperatriz.” Esse fervor popular era também o caldo de cultura em que se produziam boatos sem-fim, que iam desde afirmar que “os médicos estavam matando a imperatriz” até dizer que “eles a estavam envenenando por ordem de Domitila”. O mais corrosivo dos boatos dizia que Pedro, antes de partir, dera ordens para que a imperatriz fosse envenenada durante a sua ausência. Surgiu tamanha agitação entre as pessoas que os comerciantes optaram por fechar suas portas. Apareceram violentos folhetos descrevendo o imperador como alguém incapaz de lidar com os assuntos de Estado e que exigiam que “ele e sua amante” se separassem e que se reconhecesse o príncipe herdeiro sob a tutela da imperatriz. A indignação da população chegou a tal ponto que a polícia se viu obrigada a percorrer 24 horas por dia o bairro onde morava a marquesa de Santos.

O imperador não sabia como estavam as coisas. Depois de cinco dias de travessia, ele havia desembarcado em Santa Catarina, de onde mandou duas cartas quase idênticas: uma à sua “amada filha e amiga de meu coração”, e outra à sua “querida esposa de meu coração”. A uma ele contava que sentia muitas saudades por não vê-la, à outra dizia que sua ausência lhe partia o coração. Mas a paixão estava reservada para Domitila: “Sou seu apesar de tudo, quer no céu, no inferno ou onde quer que seja...”. De lá, Pedro partiu a cavalo até Porto Alegre, uma distância de 400 quilômetros que percorreu acompanhado pelo Chalaça e por um grupo de militares. Ao chegar, descobriu que as condições de seu exército eram muito piores do que as que lhe haviam descrito. A tropa estava desmoralizada, mais ocupada em defender-se dos constantes ataques dos uruguaios que vinham do sul. Eles temiam que parte da província fosse invadida. Pedro reagiu exibindo uma atividade febril para sacudir o torpor de seus comandados. Demitiu os oficiais que considerou incompetentes, rebaixou outros e promoveu outros tantos. Arengou perante a soldadesca, solicitou voluntários entre a população local e prometeu a vitória. Em muito pouco tempo, conseguiu levantar o moral do exército, mas agora ele mesmo tinha suas dúvidas de que poderiam ganhar aquela guerra.

Uma noite, apareceu em seu acampamento um emissário a cavalo. Ele

chegava de Santa Catarina trazendo o correio do Rio de Janeiro. Pedro reconheceu imediatamente a caligrafia da primeira carta que abriu. Ele a havia reconhecido entre muitas outras: era a letra do frei Arrábida, o homem que o ensinara a escrever: *“Até à minha pena custa escrever estas palavras”* — dizia ele. *“A virtuosa imperatriz já não faz parte deste mundo.”* Pedro fechou os olhos e tentou não romper em lágrimas diante de seus oficiais, mas não conseguiu. Continuou lendo, entre lágrimas: *“... Adoce com a religião a dor latejante de tamanha perda.”* Embora sempre tenha se mostrado tolerante com seu pupilo, o velho tutor não havia hesitado em apontar a responsabilidade do monarca na morte de sua esposa. Pedro recebeu isso como uma facada no coração.

O choque da notícia, a dilacerante verdade escondida entre as linhas escritas por seu tutor e o pânico da morte o levou a tremores e, logo, a convulsões. Agora ele unia as peças: Pedro tinha acordado sobressaltado na noite anterior, por causa de um pesadelo do qual ele não conseguia se lembrar com exatidão, exceto por algumas imagens superpostas de Leopoldina doente. O imperador havia pressentido o desenlace, assim como os animais pressentem as grandes catástrofes naturais. “Dom Pedro deu provas inequívocas de uma grande dor”, segundo disse o Chalaça, que o ajudou a acalmar-se pouco a pouco. Teria muita correspondência para ler, disse a Pedro, havia muitas decisões a tomar. Haveria tempo para a dor e as lágrimas. Agora era preciso se acalmar, se concentrar, pensar. Mas Pedro mal conseguia ler as demais cartas por causa da torrente de lágrimas que nublavam a sua visão. Muitas delas quem teve que ler foi seu amigo, sentado ao seu lado diante da fogueira do acampamento. Foi desse modo que eles souberam que os belos olhos da imperatriz se fecharam para sempre às dez da manhã do dia 11 de dezembro de 1826, depois de vários dias e noites ardendo em febre e sofrendo delírios, nove anos depois que a paisagem do Brasil os deslumbrasse pela primeira vez. Souberam também que a morte lhe devolvera a serenidade ao seu rosto, e que “parecia estar dormindo pacificamente”, como a descreveu Mareschal. Pelas cartas, foram informados de que dois médicos afundaram o corpo dela em um banho de álcool de vinho e cal, a fim de provocar o endurecimento da carne para que pudesse ser embalsamada. As demais correspondências informavam ainda que a imperatriz fora exposta para a última audiência de beija-mãos coberta por uma colcha da Índia e recostada contra duas almofadas de seda verde e ouro, e suas mãos foram cobertas de luvas de fino linho. As pessoas, mesmo aquelas que a denegriam em vida ou não lhe deram a mínima atenção quando se encontrava só e desesperada, rompiam em soluços ao ver esse cadáver de menos de trinta

anos, tão longe de sua família e de seu marido... Os filhinhos se comportaram com uma dignidade imperial, à altura dos melhores herdeiros das casas da Áustria e de Bragança. A imperatriz, no final, conseguira seu intento, que era acabar no convento da Ajuda, sob a proteção das freiras, embora não para esperar que algum emissário de seu pai viesse resgatá-la, e sim para ser enterrada dentro de seus muros. À noite, o cortejo fúnebre cruzou a cidade em um silêncio assustador, seguido de uma imensa procissão de pessoas carregando velas nas mãos e escoltadas pela guarda alemã a cavalo. Era possível ler a mais profunda tristeza no rosto dessas pessoas, mulatos, indígenas, ingleses, portugueses, espanhóis, italianos, prussianos, todos choravam... Especialmente os pobres. Um deles, um ex-escravo chamado Sebastião, interrompeu aquele silêncio sepulcral para gritar numa voz rouca: “Quem tomará o nosso partido agora? Quem nos defenderá? Quem nos dará comida? Nossa mãe foi embora e nunca mais voltará!” Ele se lançou sobre o caixão, e a polícia teve que intervir para afastá-lo de lá, preso em correntes... As cartas diziam também que os lamentos nas escolas e nos asilos continuavam se ouvindo, e que na noite do funeral temeu-se uma revolta do povo, porque os rumores que circularam durante a enfermidade da imperatriz haviam exasperado toda a nação, por isso as tropas estavam em estado de alerta, as patrulhas percorriam as ruas, para evitar qualquer surto de agitação. Todos sentiam “um perigoso vácuo no trono do Brasil”. Logo chegaram aquelas cartas que feriam seu amor-próprio e que irritaram muito Pedro, como a do marquês de Paranaguá, ministro da Marinha, que em nome do Conselho de Ministros oferecia suas condolências. O mesmo homem que impedira a entrada de Domitila no quarto da imperatriz agonizante deixava uma menção clara à culpabilidade de Pedro: “*Não devo ocultar de vossa majestade que, para aumentar a nossa inquietude, o povo murmura, e muito, sobre a origem da moléstia, atribuindo-a a causas morais e não físicas*”. Depois veio uma carta de Domitila, que contava a sua versão sobre os dias sombrios que estava vivendo, de como a proibiram de entrar nos aposentos de Leopoldina, a ela, que só fora até lá para levar um pouco de conforto, de como sua casa estava sendo vigiada pela polícia, falava ainda do medo e da solidão que tomavam conta dela...

Notícias demais, informações demais, sentimentos demais se aglomeravam na atribulada mente do imperador. Ele queria ver seus filhos, abraçar a sua amante, retomar o contato com o governo e com seu poder. Ele deveria se esquecer de suas aventuras militares e voltar o quanto antes para o Rio de Janeiro. Além do luto pela morte de Leopoldina, e da indignação pela forma

como Domitila fora tratada, ele sentiu algo novo em seu interior, algo que até então não experimentara, um medo difuso de perder o trono. De perder tudo, de deixar de ser ele mesmo.

Então Pedro voltou galopando de Santa Catarina e de lá embarcou no *Pedro I*, de onde escreveu uma carta para Domitila, em que anunciava a sua chegada, uma carta que mostrava o complexo labirinto de sua alma: *“O portador desta carta vai lhe contar sobre os sofrimentos, as aflições, os pesares e, acima de tudo, o desgosto pela morte de minha esposa. A saudade de você e de todos os meus quase me fez enlouquecer, chegando ao ponto de não ter comido nada durante três dias, sendo capaz apenas de dormir. Pedro I, que é seu verdadeiro amigo, saberá vingar você de todos os insultos sofridos, mesmo que isso lhe custe a vida. Continuo seu mesmo amante, filho e amigo fiel, constante, desvelado, agradecido e verdadeiro, e digo outra vez, amante fiel. O imperador”*. Pedro transformava assim o peito de sua amante no lugar mais idôneo para verter as lágrimas de dor pela morte de sua mulher.

Chegou ao Rio de Janeiro “com os olhos úmidos e ar deprimido”, como descreveu Mareschal. A primeira coisa que ele fez foi pronunciar um discurso no Parlamento e de novo chorou quando falou da sentida perda de sua augusta esposa: “Não perco uma esposa, perco o meu anjo da guarda”, declarou num parêntese de lucidez, com a voz entrecortada. Imediatamente depois se pôs a escrever uma carta a seu sogro Francisco II: *“Minha tristeza excede todas as expressões que posso usar e direi à vossa majestade que ela existe ainda em meu coração e existirá para sempre, até que a morte me separe deste mundo...”*. Francisco II pensou que era uma carta hipócrita, mas respondeu se fazendo passar por ingênuo, devolvendo-lhe os pêsames e, sobretudo, dando-lhe o conselho de que voltasse a se casar para que as crianças tivessem logo uma mãe digna da educação que mereciam. Até ofereceu seus bons ofícios para obter tão desejável união. O imperador da Áustria era um homem prático. Não havia movido nem um só dedo para ajudar sua filha, depois de ter sido convencido por seu poderoso ministro Metternich de que era conveniente que Leopoldina aguentasse o impossível pelo bem da monarquia no continente americano. E mesmo que ainda não tivesse nenhuma simpatia por seu genro, sim, ele a tinha por seus netos: no fim das contas, sua neta mais velha reinaria em Portugal e os outros herdariam a coroa do Brasil. Por eles, estava disposto a manter a relação com Pedro, o suficiente para encontrar para ele uma nova esposa. Francisco II se regia pela razão do Estado. A morte de uma princesa, ainda que se tratasse de sua própria filha, não podia ser um obstáculo para o encaminhamento dos assuntos do mundo.

Em um de seus rompantes característicos, Pedro, na reunião que nesse mesmo dia manteve com seus ministros e com frei Arrábida, pareceu esquecer por completo Leopoldina e deu livre curso a suas ânsias vindicativas. Talvez em outra ocasião eles tivessem se intimidado, mas agora todos lhe responderam o

que era necessário ser dito, cara a cara:

— A imperatriz estava esgotada demais para receber as pessoas e pensei que essa visita não seria de seu agrado... — se desculpou o franciscano.

— A marquesa de Santos ia cumprir com seu dever de dama de honra e não tinha por que impedi-la.

— A razão para fazê-lo — interveio o marquês de Paranaguá — é a sua relação com a marquesa de Santos, conhecida por todos. Permita-me dizer que é um grave erro, majestade.

Antes que Pedro pudesse responder, outro ministro interveio:

— Vossa Majestade elevou a marquesa de Santos e a colocou acima da soberana, o que explica não só os ataques contra a sua pessoa como também as críticas cada vez mais violentas contra o regime monárquico.

— Pelo bem da nação e da monarquia, deve colocar um ponto-final nisso — acrescentou o marquês de Paranaguá. — Esse assunto se converteu em um grave problema de Estado.

— Este é um assunto particular! — clamou Pedro.

— Vossa Majestade é a mais alta representação da nação. Tudo que faz repercute na vida do país. O senhor sabe muito bem disso.

— Sou um homem livre!

— Não há liberdade sem responsabilidade — interveio de novo frei Arrábida. — Que exemplo dá para seus filhos, majestade?

— Nunca faltei com o dever para com meus filhos. Não os misture nisto.

— O império range por todas as suas juntas — acrescentou o ministro. — É preciso que seja sensível a ele e trate de remediá-lo antes que seja tarde demais.

Pedro deu uma pancada na mesa com o punho, tão forte que retumbou e se fez o silêncio mais absoluto. Como eles se atreviam a chamar a atenção do imperador aclamado pelo povo? Não queria voltar a ouvir que devia sacrificar-se como homem para o bem da instituição monárquica. Lembrava-se das palavras de sua mãe quando ela lhe obrigou a deixar a bailarina francesa que tanto amava. Agora todos diziam que ele tinha ido longe demais, mas ele não queria reconhecer que o peso de seu amor adúltero, como o de um braço eternamente cruzado sobre o peito, se convertera em um fardo para o exercício de sua função. Seu vínculo com Domitila continuava nublando sua razão. Era uma relação intensa e passional demais para que pudesse ceder ante o pedido de seus ministros, esses privilegiados que ele havia colocado em seus postos de poder. Não iria permitir agora que uns funcionários e um padre lhe ditassem sua conduta e lhe passassem sermões. Não, não e não. Ele seguiria fazendo a gestão

de sua vida conforme o seu ponto de vista, por isso não só não ouviu os conselhos de senso comum que lhe haviam dado como também destituiu quatro de seus seis ministros e deixou em suas cadeiras o ministro do Império e o da Guerra, o único que merecia ter sido despedido pelo caos da campanha revolucionária no sul. Afastava as pessoas que lhe haviam demonstrado afeto e lealdade. Em um ataque de fúria sintomático de sua dependência de Domitila, proibiu frei Arrábida, seu amigo de sempre, a entrar no palácio, onde ficaria em retiro por oito dias, na companhia de seus filhos, em sinal do pesar.

Dos oito dias de luto, dois deles Pedro passou inteiramente com Domitila. Se ele buscava consolo em seus braços depois dos meses de separação, ela necessitava de apoio, tinha uma razão de peso, pois estava grávida de novo. As noites ardentes que haviam passado enquanto Leopoldina se debatia entre o abandono e a solidão engendraram uma nova vida, como se o destino, depois da morte da imperatriz, quisesse dar uma volta e provocar ainda mais o sofrimento da austríaca, esse novo vínculo viria reforçar a pretensão da amante, que começava uma fase inédita em sua já antiga aventura com o imperador do Brasil. Preferiu não mencionar a ideia que saltava como um inseto na jaula de sua mente, porque Pedro ainda se encontrava abalado pela inesperada morte da esposa, mas lhe custava conter as asas da imaginação... No fundo, com o desaparecimento de Leopoldina, teria também que resolver o último empecilho de sua ambição... Por que não sonhar mais alto, em converter-se na imperatriz casando-se com Pedro? Uma imperatriz brasileira, capaz de sintonizar o povo, sensível às suas necessidades, às suas aspirações, aos seus ideais.

Tanto os ministros como todos aqueles que viam com preocupação o caminho que seguia a vida sentimental do imperador contemplavam essa possibilidade com certo temor. Se seu delírio amoroso vinha coincidir com as aspirações mais disparatadas da amante, aquilo podia culminar no episódio de imoralidade mais odioso que jamais existira em uma corte. Sem contar que poderia acarretar o fim da monarquia no Brasil de uma vez por todas.

Nas ruas, havia suspeitas. Depois de livrar-se da esposa legítima... por que iria deter a amante agora?, as pessoas pensavam. Os diplomatas que viviam no Rio de Janeiro tomaram para si o eco da preocupação geral. O barão Mareschal estava muito intrigado pelo fato de Domitila usar um escudo de armas próprio, cujo brasão aparecia até no timbre de suas cartas. Era o escudo de Inês de Castro, a nobre galega pouco instruída que no século XIV fora repudiada pela nobreza pelo fato de ter sido amante do rei de Portugal e que, no final, a título póstumo, acabou nomeada rainha. Essa escolha bem se enquadrava à sua

história, esse eco distante que dava sentido à sua própria biografia! Mareschal se inteirou de que Domitila andava buscando provas dessa improvável genealogia... Procurava legitimidade, que era precisamente o que carecia para ser a esposa do imperador. Mas se conseguisse algum tipo de documento sobre suas origens nobres, alguma prova que a ligasse a Inês de Castro... quem então poderia negar suas raízes nobres, antigas e espanholas? Quem se atreveria a denegri-la? Como impedir a sua passagem em todos os quartos e salas de todos os palácios reais em que quisesse entrar? Até o embaixador francês escreveu uma carta a seu ministro dizendo que parecia notar na amante um comportamento altivo, como se já assumisse seu papel de sucessora de Leopoldina. Metternich estava tão preocupado que escreveu para Mareschal: “É inadmissível que o imperador pense em casar-se com a marquesa de Santos... Seria inconcebível, para não dizer algo pior, que o imperador confiasse a custódia de seus filhos à marquesa de Santos e a nomeasse tutora”.

Pedro sentia a rejeição à sua volta. O fato de que seus ministros tivessem se mostrado tão firmes na censura era sintomático de uma perda de autoridade e até de respeito, pensava ele. As palavras do frei Arrábida, um homem simples, modesto e franco, de cujo afeto não tinha como duvidar, retumbavam em sua consciência. Mas não podia dar o braço a torcer. Para mostrar sua determinação — outros disseram sua insensatez —, compareceu às solenes exéquias, solenidades fúnebres pela alma de Leopoldina acompanhado de Domitila, que reluzia uma barriga tão proeminente como insolente. Foram dois dias de celebração religiosa em que Pedro se fartou de escutar os tópicos que os homens usam desde os tempos imemoriais para defender-se da morte: que era um mal inevitável, que nem a beleza, nem a juventude, nem o amor escapavam da putrefação, que as enfermidades e outros males que acompanhavam a vida podiam ser piores que a morte em si, que mais valia falecer que envelhecer... Preferiu o sermão da missa pontifical, que falava sobre a imortalidade e a glória, bonitas palavras que confortavam o coração e o enganavam, como se a recordação de uma pessoa pudesse substituir a sua presença. Durante todos esses atos, que culminaram com uma oração fúnebre e a absolvição no Convento da Ajuda, Pedro, sempre desconfiado, notou o peso dos olhares de reprovação, uma inusitada frieza entre os cortesãos, o desafeto do povo que já não lhe gritava vivas nem se amontoava na saída da igreja para ter um breve contato, ainda que apenas visual, com sua majestade imperial. Alarmado por um sentimento de isolamento que pouco experimentara antes, impressionado pelo eco da morte, mandou chamar frei Arrábida de volta ao palácio. Necessitava da segurança que

a mera presença de seu velho tutor lhe proporcionava. O homem regressou com boa disposição e Pedro o recebeu como se nada tivesse acontecido. Conversaram sobre os tempos passados, de quando se conheceram em Lisboa, à véspera da viagem que lhes trouxera ao Brasil, quando Pedro era um menino de 9 anos, da interminável travessia, da emoção de ver, numa manhã, depois de dias e dias de calmaria, um ponto ao longe que resultou ser um bergantim repleto de montanhas de frutas de todas as cores, frutas tropicais cujos nomes e sabores desconheciam, mas que continham todo o sabor da felicidade que esse novo mundo prometia: abacaxis, papaias, mangas, goiabas e outras frutas de nomes exóticos, como o *caju*, a *pitanga* e o *açaí*. Mais do que uma aproximação entre barcos, aquilo fora a aproximação entre dois mundos. Frei Arrábida, que conhecia muito bem seu antigo pupilo, seus numerosos e odiosos defeitos, mas também suas inegáveis qualidades, era a única pessoa no mundo que sentia compaixão por ele. Fora testemunha de como havia sido criado só, praticamente abandonado por sua mãe, sem carinho familiar, órfão de pais vivos, contemplando o espetáculo de como seu progenitor era depreciado, e por isso, agora, no fundo, precisava se aferrar como um louco ao carinho de uma mulher, ainda que tudo isso não justificasse seu comportamento. Via que o imperador não se dava conta das contradições de sua atitude, o via perdido no atoleiro de sua confusão. Só esperava poder guiá-lo até uma saída, sempre e quando Pedro quisesse encontrá-la.

O tempo começou a colocar as coisas em seus devidos lugares. Apesar de Pedro nunca ter se apaixonado por Leopoldina, ao longo dos anos ele havia se acostumado com ela, sua presença tranquila, seus sábios conselhos em tempos difíceis, sua dedicação constante. Fora uma mulher sempre disposta a perdoá-lo de seus excessos e indiscrições e a aguentar com paciência de santa sua personalidade tirânica. Agora as crianças perguntavam por ela e, por mais próxima que estivesse, Domitila não era uma substituta para a mãe. Queriam saber de sua mamãe, do motivo por que lhes havia deixado, aonde tinha ido, quando voltaria... “Pobre menino” — disse um dia abraçando seu filho pequeno. “Você é o príncipe mais infeliz do mundo.” Enfrentando situações difíceis, Pedro sofria por eles o que não fora capaz de sofrer por sua conta. Se compadeciam e sentiam falta do amor que Leopoldina lhes ofertava. O fato de que fosse um bom pai ajudou a apreciar ainda mais a esposa, a assimilar o terrível marido que havia sido.

A princípio, apenas notou o vazio que Leopoldina deixara, ocupado como estava em deixar assentada a sua autoridade e em demonstrar a sua devoção por Domitila. Sem dúvida, pouco a pouco, com o passar das semanas e dos meses, foi se apoderando dele um sentimento de saudade, de tristeza pela perda de uma mulher que seus filhos amavam mais do que ninguém no mundo e que sempre o amara do fundo da alma. Não sobra ninguém que o ame, nem sequer a um imperador e menos a uns meninos órfãos. Esse sentimento era exacerbado pela consciência pesada que lhe roía por dentro. Que sua esposa morrera por uma enfermidade da alma e não física, como bem já haviam lhe repetido, ou seja, que a ostentação de seu adultério precipitara o fim de Leopoldina, era agora um ferro incandescente sendo aplicado em seu coração. A vida não voltaria a ser a mesma com o peso daquela culpa. Para tentar livrar-se disso, escreveu uns versos de poeta iniciante, que muitos atribuíram à sua ânsia de deixar para trás

sua má fama. Outros o chamaram de hipócrita.

Na segunda sessão parlamentar de maio de 1827, entre informes sobre as derrotas militares na Guerra Cisplatina e denúncias dos desmandos da administração do império, evocou entre lágrimas sua falecida esposa. Chorava por ela, pela dor de sua ausência? Nem sabia ao certo o porquê, perdido em seu labirinto mental, atazanado pela angústia, pelo profundo sofrimento. Agora nem o aclamavam quando chegava à sede do Parlamento, apesar de levar sua vestimenta imperial que evocava uma mistura de monarca europeu e cacique americano, com sua capa de penas de aves típicas do Brasil, seu cetro finalizado com um unicórnio, seu sabre com empunhadura de diamantes e sua enorme coroa. Chorava porque já não incitava mais o sonho popular? Ou bem ou mal, porque se dava conta de que desde a morte de Leopoldina tudo havia mudado? Sentia ao seu redor o peso das intrigas políticas, o cochicho dos altos funcionários de aspecto sombrio que se calavam quando o viam aparecer, as conspirações que imaginava que estariam tramando... Além disso, não parecia que o vento estivesse soprando a seu favor. Sentia que sua vida, tanto pessoal como política, entrara num beco sem saída. Domitila não lhe havia dito que queria casar-se, mas o havia insinuado e, em vez de alegrar-se com isso, se sentiu profundamente incomodado. Aquilo se somava aos rumores que circulavam na cidade, sobre seu iminente casamento com “a amante”, e que o haviam irritado profundamente. Aquilo era algo que acertava em cheio seu amor-próprio e sua vaidade... Como poderia considerar núpcias tão desiguais? Uma amante era uma amante, e não devia confundir-se com uma esposa. Ambas cumpriam funções bem diferentes, ainda que Domitila parecesse ignorar.

— Sou descendente de Inês de Castro — lhe disse um dia, fazendo valer sua pretendida legitimidade.

Pedro levantou os ombros. Pela primeira vez a achou patética em sua pretensão. Domitila sentiu o desprezo e espetou:

— Você não se postula como um ser constitucionalista? Liberal? Um homem para quem a qualidade de cidadão é mais importante que a de príncipe? Se é assim, não deveria importar-se com a minha linhagem.

Domitila não podia entender que em Pedro, acima de tudo, contava o orgulho de sua estirpe, de ser filho e descendente de reis, de ser imperador, monarca, soberano. Por mais apaixonado que estivesse, não era louco o suficiente para casar-se com uma plebeia, porque sabia que isso afetaria sua própria identidade, em seu mundo íntimo e privado, algo a que não renunciaria nunca, porque seria como renunciar à própria existência. Agora se dava conta de

como a alta linhagem de Leopoldina contribuiu para o estabelecê-lo como monarca ante os olhos do mundo e da sociedade local. O que antes não valorizava porque dava aquilo como pronto, feito... e nesse momento sentia falta, sentia saudades. O problema é que Domitila não conseguia compreender e ainda menos admitir que seu papel não podia ser outro senão de amante, de eterna segunda opção, mesmo que o campo estivesse livre. Pedro não lhe dissera mil vezes que era todo seu, que lhe pertencia de corpo e alma? *“Eu lhe dei meu coração e quero possuir o seu integralmente”*, havia lhe escrito havia pouco tempo. Tinha cartas para provar e até um cacho de seu pelo pubiano envolto em papel e guardado em uma caixa. Mas Pedro enfrentava seu eterno conflito, entre ser homem e ser soberano, e não sabia como resolvê-lo. Domitila, perplexa, sentia que Leopoldina morta começava a ocupar um espaço entre ela e o imperador muito maior do que o que ocupara em vida. Talvez fosse sua vingança do além, do outro mundo.

Em sua atividade política, as coisas não estavam melhores. Uma divisão argentina acabava de destruir o destacamento naval brasileiro no rio Uruguai. Alguns dias mais tarde, 6 mil soldados brasileiros caíam em uma emboscada das forças armadas argentinas. Os brasileiros recuperaram parte do terreno perdido, aproveitando que o inimigo estava dividido entre os que preconizavam a independência do Uruguai e os que defendiam sua integração em uma confederação de províncias argentina. De acordo com seus ministros, Pedro queria aproveitar esse momento de confusão e subornar o general uruguaio Lavalleja para manter o território dentro do império brasileiro. Sem dúvida, não conseguiu o apoio necessário no Parlamento no Rio de Janeiro: essa guerra já custara a bagatela de 30 milhões de contos de réis e a perda de 8 mil homens. Os proprietários de terras, aliados aos poderosos interesses escravistas e que eram a maioria na Câmara dos Deputados, não queriam empregar mais recursos para lutar pela faixa Cisplatina, uma terra imprópria para o cultivo de cana-de-açúcar ou de café e onde não existiam escravos.

— Que nosso sul não seja para o Brasil o que é o norte para os Estados Unidos da América, um poder contrário ao comércio de negros — espetou um deputado.

Por causa do sucesso do cultivo do café, os donos das plantações estavam mais do que nunca aferrados ao comércio de escravos. A importação de mão de obra crescera proporcionalmente às exportações de café. Nunca tantos africanos haviam desembarcado nos portos brasileiros como naqueles anos. Alguns meses antes, Pedro, aproveitando que governava só e sem ter que prestar contas nem ao

Parlamento nem à Assembleia, havia assinado com os ingleses um tratado pelo qual, depois de um período de quatro anos, a armada britânica poderia interceptar qualquer navio negreiro. Os membros da maioria pró-escravista do Parlamento acabavam de se inteirar do tratado e estavam furiosos. Necessitavam tanto de mão de obra escrava que chegaram a contemplar anexar Angola e Moçambique ao Brasil, para eles muito mais rentáveis que a faixa Cisplatina.

— O tratado que foi assinado por seu livre-arbítrio, aproveitando que não houve convocação do Parlamento durante um longo período de tempo, é prejudicial para a dignidade, a independência e a soberania da nação brasileira — soltou Vasconcelos, deputado de Minas Gerais, um indivíduo de 30 anos que aparentava ter o dobro da idade, devido aos estragos causados pela sífilis e que, graças aos seus dotes de oratória, se convertera em porta-voz e líder da maioria conservadora.

— Esqueceu que necessitamos do apoio dos ingleses para conseguir o reconhecimento da independência? — replicou Pedro. — O tratado era uma contrapartida.

— Não, senhor! O apoio dos ingleses o necessita vossa majestade, sobretudo para seguir com sua política em Portugal. O senhor precisa de um aliado para fazer frente e oposição aos absolutistas.

Era um golpe baixo, porque introduzia na Câmara dos Deputados do Brasil uma dúvida sobre a lealdade do imperador ao “seu país de adoção”, como diziam com ironia. A velha reprovação por ter nascido em Portugal voltava a ser utilizada como arma. Vasconcelos prosseguiu:

— ... No entanto, nós não temos por que pagar o preço de manter seus interesses em Portugal.

— Como podem esquecer que eu dei a liberdade para o Brasil, que com a minha presença colaborei para assegurar a unidade nacional, que dei uma Constituição para esta nação que já quis para si a maioria dos povos da Europa? Meus e os do Brasil são idênticos! — defendeu Pedro com veemência.

— Se assim fosse, não deveria ter assinado esse tratado com os ingleses, que prejudica enormemente nosso comércio, arruína nossa agricultura, reduz drasticamente os ingressos do Estado... Sobretudo, que infringe o direito que esta Câmara tem para legislar para o Brasil. Hoje e agora, o senhor fez com que os brasileiros se tornem suscetíveis de serem julgados pelos britânicos e nos tribunais britânicos. Isso é um exemplo de lealdade para a pátria?

Diante da dureza do ataque, Pedro tentou a via de conciliação:

— Está bem, me comprometo a tentar negociar com os ingleses uma prorrogação dos termos do tratado, porém cedo ou tarde teremos que lidar com o problema da escravatura. O mundo avança em direção à liberdade e não podemos dar as costas a isso.

— O senhor enche a boca com esta palavra: liberdade. Porém, o que está tentando é acabar com a liberdade que nós, brasileiros, temos de resgatar aos pobres africanos da morte ou de um destino pior que a morte. O que fazemos é salvar esses negros de suas taras, da promiscuidade, do canibalismo, da idolatria, da... da... da sodomia, e sua majestade quer impedir.

Aplausos e louvores, murmúrios de aprovação recebeu o epílogo do discurso do deputado. Entre o alvoroço geral, surgiu a voz de Pedro, fatigada:

— Temos diferentes concepções do que é liberdade individual, senhor Vasconcelos. O que digo é que não podemos ir contra a História.

Pedro sabia que se o atacavam com tanta fúria era porque sentiam o cheiro da sua debilidade. Nunca no zênite de sua glória aqueles cachorros de caça metidos teriam se atrevido a tanto. Aproveitavam seu descrédito, provocado em grande parte pela morte de Leopoldina, para pisoteá-lo, porque não era justo, pensava Pedro, que o acusassem de favorecer os interesses de Portugal acima dos interesses do Brasil, e tudo porque tivera que resolver a sucessão ao trono de Portugal a favor de sua primogênita. Fora desleal com sua esposa, está certo, mas nunca o fora com a nação. Que misturassem o pessoal e o público agora para atacá-lo, de novo, o deixava desesperado. Mas não era essa a sina de sua vida? Agora se dava conta de que nunca poderia desligar sua condição de homem da de governante. A morte de Leopoldina derrubara esse muro que quisera construir entre ambas categorias. E ao cair, deixara em evidência sua negligência, sua falta de cuidado, seu desleixo, sua amoralidade, sua volubilidade, seus tremendos defeitos.

Sentia a necessidade de reagir, de voltar a ter nas mãos as rédeas de sua vida, para recuperar o prestígio e o poder, para poder seguir sendo ele mesmo. Começava a se sentir cansado de tanta politicagem, de tanto falatório e tanta falsidade. Sentia que o caos, o espírito irredento e republicano estavam se apoderando de novo do Parlamento, agora que ele tinha que tomar decisões transcendentais sobre o futuro da dinastia familiar em ambos os lados do oceano.

Jovem, imperador e viúvo, a consciência pesada lhe perseguia com coorte de remorsos. Ele confessou para o embaixador francês que “levava a vida indigna de um soberano” e que o pensamento, a lembrança da imperatriz não o abandonavam. Ele dizia isso de coração? Ou era porque aproveitava qualquer encontro, qualquer oportunidade para melhorar sua imagem? Domitila nunca o vira tão taciturno e colocava a culpa nos problemas de governar que Pedro encontrava no Parlamento. Ele percebia que não podia conseguir nada importante sem contar com a Câmara dos Deputados, com sua maioria ultramontana e escravista. Via-se reduzido à impotência pelo sistema político que ele mesmo elaborara e se desesperava ao dar-se conta de que seu sonho de conseguir um império liberal se fazia em cacos. Na questão portuguesa, se encontrava bloqueado, porque seu irmão Miguel, que se comprometera em se apresentar no Rio de Janeiro para conhecer sua sobrinha e despachar com ele, não chegava nunca. Na última carta, se desculpava em um tom submisso e anunciava que sua visita se postergaria para outubro, ao mesmo tempo que renovava “as invioláveis e fiéis demonstrações de obediência, acatamento e amor de um vassalo fiel e irmão adorado e agradecido”. A realidade é que Miguel estava retido em Viena por Metternich, que não via com bons olhos que o futuro regente de Portugal se contaminasse com as ideias liberais de seu irmão. Metternich fizera da Santa Aliança um autêntico sindicato de reis, com o fim de deter o avanço dos movimentos liberais, e pensava que ninguém mais do que o genro de Francisco II, Pedro de Bragança e Bourbon, tinha contribuído tanto para estragar o seu projeto. Nunca pôde entender, e muito menos justificar, a obsessão de Pedro por outorgar “constituições libertárias” aos povos. Que o tivesse feito Napoleão, um aventureiro arrivista, era de se entender, mas lhe parecia inconcebível que um príncipe como Pedro, de sangue antigo e dinástico, imitasse o imperador francês, burlando os princípios sacrossantos que haviam

regido as casas reais durante séculos.

No dia do aniversário da pequena duquesa de Goiás, aconteceu um incidente que abriu os olhos de Domitila para a perigosa direção que a mente torturada de seu amante estava tomando. No meio do almoço, servido com grande pompa no salão de jantar do palácio de São Cristóvão, o imperador ficou calado, pálido e, em seguida, se levantou da mesa e desapareceu. Domitila pensou que ele estivesse se sentindo indisposto, mas, como estava demorando muito e os convidados se perguntavam o que estaria acontecendo com o anfitrião imperial, foi procurá-lo por todo o palácio. Encontrou Pedro nos antigos aposentos da imperatriz, abraçado a um retrato de Leopoldina e soluçando como uma criança. Mais tarde ele contou para o Chalaça que tivera uma visão, a imagem fugaz de uma Leopoldina triste, que se esfumou imediatamente. Seria porque a ágape se celebrava na mesma sala que servira de capela onde velaram seu cadáver?

Nessa mesma noite foi até as estrebarias, onde seguia flutuando a sombra da imperatriz, esteve admirando os alazões de Pomerania e até se dispôs a escovar o seu preferido. Logo seguiu com sua inspeção e deu ordens para limparem melhor o pátio ou colocarem outro tipo de folhagem nos comedouros. Gostava do cheiro de esterco, que lhe recordava sua infância, seus primeiros momentos de liberdade, quando brincava de esconde-esconde nos pátios e jardins do palácio de Queluz com seu irmão Miguel e os filhos dos palafreiros. Voltou caminhando até o palácio, deixando para trás o relinche de seus cavalos e os rapazes que, no pátio, criavam pequenas polêmicas sobre o caminhar das novas ordens dadas. Era uma noite quente, perfumada pela fragrância de madressilva e jasmim. Dispensou seu ajudante de campo, porque queria ficar só. A silhueta do palácio se recortava contra a noite clara de lua cheia e, ao longe, o mar era de prata. Sentou-se na grama e parou uns minutos para contemplar o balé dos vagalumes ao seu redor. Precisava ordenar suas ideias. Passara vários dias dando voltas e mais voltas na sugestão que seu sogro lhe fizera na última carta. Para restaurar a dignidade imperial que, agora reconhecera, sua conduta contribuíra para debilitar, necessitava dar um golpe certo, algo drástico. A melhor maneira de conseguir, agora o via bem claro, era voltando a casar-se. O velho Francisco II tinha razão, um imperador não pode ficar só, na intempérie. Agora avaliava em toda a sua extensão a sugestão que ele havia feito. Somente um novo casamento, entendido como algo dinástico, como um negócio de Estado, poderia contribuir para redourar seu brasão. E se o preço era reformar sua vida, estava disposto a pagá-lo. A noiva só poderia ser da Europa, porque era

o único lugar no mundo onde existiam princesas disponíveis. Não queria nem pensar na reação de Domitila, que esperava o casamento, porque o via como a prolongação natural de sua relação amorosa. Parecia que, em Pedro, o soberano triunfara definitivamente sobre o homem.

Antes de tudo, a primeira coisa que precisava fazer era sondar o barão Von Mareschal. Tinha confiança naquele homem amável e discreto, que sempre lhe dera sábios conselhos de política interna. Para conseguir uma princesa europeia, precisava de sua ajuda, assim como a da casa da Áustria. Queria ter a segurança da colaboração de seu sogro, que se oferecera para buscar uma candidata. O barão, de uma prudência estranha, em seguida se deu conta da importância daquele pedido e também do perigo potencial que ele encerrava. A primeira atitude que teve foi perguntar se a marquesa de Santos estava a par de sua decisão.

— Ainda não. Está grávida e não é o momento de dizer-lhe algo semelhante. Para ela, será um duro golpe.

— Vossa majestade imperial seguramente ignora a repercussão que sua relação com a marquesa de Santos teve na Europa. É preciso que saiba que foi tema de conversa em todos os palácios e jantares e até publicaram artigos e comentários em jornais de vários países.

— Estou acostumado com os rumores. Um monarca vive rodeado de fofocas, mexericos... Não se pode se deixar afetar por isso.

— Sim... rumores, fofocas... tem razão, majestade... — murmurou Mareschal, pensativo. — Mas... como explicar-lhe? Na Europa, dada a diferença de costumes, houve uma condenação geral em função de seu comportamento.

Pedro se mostrou surpreso e respondeu:

— Quero que saiba que estou decidido a mudar de estilo de vida, barão. Não somente desejo como também necessito.

— Não duvido, majestade, e quero ajudá-lo. Porém, é importante que, tendo em conta quão delicado é esse assunto, reine a franqueza entre nós. Antes que decida escrever para seu sogro, deve saber que ele também está ressentido com você, tanto como monarca quanto como pai.

Pedro não respondeu. Esteve um tempo em silêncio, até que falou:

— Eu peço que acredite em mim, estou decidido a empreender o caminho da retidão moral.

— Nesse afã de franqueza, para que isto possa correr bem, entenda que não há como não perguntar: que garantia pode dar de que cumprirá com suas declarações? Não ponho dúvida em sua boa-fé, mas eu conheço o coração

humano.

— Não acredita em mim, barão?

O austríaco tossiu. Parecia colocar suas palavras na balança e as medir:

— É difícil acreditar, majestade, eu reconheço, sabendo que a pessoa que exerceu uma influência tão prolongada sobre seu coração segue vivendo às portas do palácio; que sua filha, que foi reconhecida e elevada à categoria de duquesa quando Dona Leopoldina ainda era viva, viva praticamente no palácio imperial; que a marquesa esteja grávida... Quem pode dizer que não haverá uma recaída de sua majestade imperial por seu antigo afeto?

— Eu mesmo, com minha palavra.

— Conheço bem a bondade de seu coração — respondeu o hábil diplomata — e posso vislumbrar quão dolorosas podem ser as medidas que, pela necessidade de encontrar uma nova mulher, terão que se impor necessariamente. Medidas que não se podem protelar...

— Como quais?

— Convém confiar a duquesa de Goiás a quem possa educá-la de acordo com sua hierarquia e mandar a mãe para a Europa...

Pedro franziu o cenho. Não estava gostando nada daquilo.

— Não será possível, eu lhe disse que ela está grávida.

— Então, quem sabe, deveria enviá-la a Santos, para a sua cidade. Entenda-me: livre da marquesa, poderá dar à pretendida noiva a segurança de uma conduta recomendável. E o Império Austríaco poderia avaliar...

— Que outros conselhos tem para me dar?

— Comece pelo imperador, por seu sogro, que está preocupado com seus netos, como é natural, e por isso quer ajudá-lo. Escreva uma bonita e afetuosa carta, assim como à rainha mãe; tem irmãs solteiras, não se esqueça... Outro conselho que considero útil é mandar para Viena a jovem rainha Maria da Glória para que aperfeiçoe sua educação ao lado do avô... Isso pode ser de grande ajuda.

Pedro não pensava em acatar todos os conselhos do diplomata, porque não estava acostumado a sentir-se tão constrangido e era um homem por demais ciumento de sua independência, mas escutou com paciência e saiu satisfeito do encontro, pois terminaram falando sobre as possíveis candidatas e era como sonhar acordado. Mareschal sugerira o nome da princesa Ludovica Guilhermina, irmã do rei Baviera e da imperatriz da Áustria. “É bonita?”, perguntou Pedro. “De uma beleza extraordinária”, respondeu Mareschal.

Estimulado por sua conversa com o barão, Pedro escreveu uma carta a seu sogro, na qual fazia um ato de contrição. Mencionava nela “*o erro político e religioso de minha vida, que toda a minha maldade acabou, que desde já prometo à sua majestade me comportar como um verdadeiro cristão*”. À esposa, a rainha, declarou: “*Desejo viver, de agora em diante, conforme ordena a nossa santa religião*”. O marquês de Barbacena, que estava desanimado pelos reveses sofridos na guerra lá no sul, foi encarregado de ser o negociador dessas segundas núpcias e Pedro exortou-o a viajar para a Europa o mais cedo possível, para trazer a nova imperatriz ao Brasil e, aproveitando a viagem, seu irmão Miguel, que se atrasara.

No entanto, o tom das cartas não enganou o imperador da Áustria, nem a sua mulher, que fizeram saber a Pedro, sempre por meio de Mareschal, que palavras de semelhante significado, escritas pela pena de alguém que se envolvera em tantos desmandos, que causara tantos escândalos, que tanto fizera sofrer a sua filha Leopoldina, careciam de total credibilidade, a não ser que fossem respaldadas por atos concretos, que comprovassem uma nova maneira de viver, um “*comportamento em que não houvesse a mínima possibilidade de existir espaço para a hipocrisia*”.

De maneira que, se Pedro desejasse continuar sua busca por uma nova esposa, deveria romper com Domitila. A razão lhe dizia que era isso que precisava ser feito, que deveria assumir isso, mas seu coração se rebelava. Eles tinham discutido, depois do incidente do aniversário da duquesa de Goiás.

— Não quero que você pense que vou me casar com você. Isso nunca vai acontecer — Pedro dissera bruscamente.

Algumas lágrimas descera pelo rosto de Domitila, que não entendia o motivo de ser, de repente, alvo desse tipo de agressividade.

— Deixe-me pelo menos demonstrar que...

— Mesmo que você me prove que é herdeira direta de Inês de Castro, eu não poderia me casar com você...

Como sempre acontecia, o imperador amoleceu ao ver Domitila chorar, e suavizou então as suas palavras. Invocou razões de Estado, o interesse da dinastia, a necessidade de refazer seu próprio prestígio e o da monarquia. À medida que enumerava as múltiplas razões pelas quais ele não poderia se casar com ela, a couraça de sua determinação se quebrava. Domitila não podia ser enganada com as supostas mudanças que fariam dele um homem virtuoso. Isso poderia servir aos demais. Com ela, só era possível a Pedro falar com franqueza, por mais doloroso que fosse.

— Barbacena foi encarregado de procurar uma nova esposa para mim. Eu o enviei à Europa.

— Ficamos seis anos juntos, e agora você me descarta como se eu fosse uma toalha velha. Justo agora, que poderíamos desfrutar da companhia um do outro sem...

Os soluços a impediram de continuar. Ela não conseguia admitir que Pedro houvesse escolhido o império em vez dela. O imperador falou timidamente:

— Mas vamos continuar fazendo isso como temos feito sempre — disse ele, aproximando-se de Domitila.

Ela levantou o rosto. Seus olhos negros, banhados pelas lágrimas, brilhavam como contas de azeviche.

— Às escondidas, é isso que você quer dizer... Depois que eu lhe dei quatro filhos e com um quinto a caminho?

— Peço que compreenda, Titila... Existe por trás de mim uma família, uma dinastia, um país, aos quais devo muito. O fato de eu me casar de novo não significa que vou deixar de querer você, vou amá-la para sempre.

Pouco a pouco, Pedro foi se dando conta de quanto seria difícil romper com Domitila. Aquela velha ferida, que ele pensava que estava cicatrizada, tinha voltado a sangrar: uma coisa era saber que teria que sacrificar seu coração de homem para salvar seu legado, seu trono, mas outra coisa, bem diferente, era fazer isso.

— Você nunca será um homem livre — disse-lhe Domitila.

— Talvez tenha razão, mas o que lhe peço é que me ajude, e que não me cause ainda mais dificuldades...

— Mas ajudar em quê? A me jogar fora? Como tem coragem de me pedir isso?

— O que eu lhe peço é que não queira a minha ruína, nem a sua nem a de

meu país.

Domitila sentia na própria carne a mesma perplexidade que Leopoldina deve ter sentido quando caiu em desgraça. Como poderia responder a alguém tão contraditório como Pedro, uma mistura de brutalidade, de ternura e de paixão tão generosa, e ao mesmo tempo um calculista tão egoísta? A melhor coisa seria cortar a discussão pela raiz. Seu instinto lhe dizia que era melhor não provocar aquele homem que estava na sua frente, o homem que era dono de sua vida. Ela não deveria lhe dar razões para um rompimento, pelo contrário. Por mais que quisesse bater nele, xingá-lo, jogar uma estátua em sua cara, ela fez um esforço para se conter. Ela esperava que Pedro estivesse necessitado de suas carícias, de seu corpo, de sua experiência sutil na arte de amar, sempre pronto a reincidir. Esse era um trunfo a seu favor que não valia a pena lançar por terra por uma simples questão de orgulho. Já que as coisas haviam chegado a esse ponto, a sobrevivência se mostrava mais importante do que a dignidade pessoal. De modo que saiu de seus aposentos e desapareceu pelos corredores do palácio, diante do olhar perplexo dos criados, que nunca haviam presenciado uma discussão entre os dois. Pedro ficou sozinho, abatido, sem saber realmente de onde tiraria forças para arrancar Domitila de seu coração.

Ficaram bastante tempo sem se ver, o período mais longo desde a chegada de Domitila ao Rio de Janeiro. “Eles não estão mais se vendo”, notificou o representante da Prússia, sempre tão otimista. Mareschal estava satisfeito, porque, aparentemente, o imperador estava seguindo seus conselhos. Entretanto, a determinação de Pedro vacilou quando soube que a marquesa de Santos havia dado à luz uma menina. Parecia incomum a ele ser obrigado a ficar no palácio, contendo os desejos de ir conhecer sua nova filhinha. Não havia força no mundo que pudesse impedi-lo, nem o Mareschal, nem o imperador da Áustria, nem tampouco as fofocas que voltariam a disparar. Mesmo sabendo que estava arriscando a reputação que tentava reparar com tanta dificuldade, foi até a mansão de Domitila e entrou por uma porta traseira, para satisfazer seu desejo de contemplar o bebê que era sangue de seu sangue, que era parte de sua vida, dormindo no berço, próximo à mulher deitada na cama e cujo corpo o fazia enlouquecer.

A causalidade quis que o dia do batizado da menina — que recebeu o nome de Maria Isabel — coincidissem com a partida do marquês de Barbacena rumo a Viena, para acelerar a busca e as negociações por uma nova esposa, do mesmo modo que outro marquês, o de Marialva, fizera anos antes, sob as ordens de Dom João VI. Daquela vez, o marquês voltara com Leopoldina. A história se repetia,

ou pelo menos era isso que parecia no fim de 1828.

No entanto, as coisas agora eram muito mais difíceis para o marquês de Barbacena. A péssima reputação de Pedro como marido havia cruzado o oceano, e as princesas fugiam apavoradas perante a ideia de que poderiam reviver na própria carne o calvário de Leopoldina. Elas tremiam de medo ante a possibilidade de cair nas redes desse “sultão sul-americano que assassina a esposa enquanto transforma a corte em um bordel de luxo”... Era isso que se ouvia nas fofocas das cortes europeias. Não era de estranhar que as duas princesas da Baviera, irmãs da imperatriz da Áustria, rejeitassem a oferta. Como a rejeição da mão de uma princesa significava um duro golpe na dignidade de um monarca, o marquês, para minimizar o problema, disse em uma carta a Pedro: “... *Julgando pelas outras irmãs casadas e que não tiveram filhos, é de se prever que essas duas também sejam estéreis, o que pressupõe um mal de família*”. Foi um débil consolo para o imperador, que não estava exatamente procurando mais sucessores, e sim uma esposa que fosse capaz de se portar à altura da coroa e servir como figura materna a seus herdeiros. No começo, Pedro tratou a situação com senso de humor e falsa modéstia. Ele enviou um retrato seu ao marquês, para que a próxima candidata “não se surpreendesse ao ver esse rosto taciturno pela primeira vez”.

Com o tempo, Barbacena percebeu como era difícil “vender” o imperador do Brasil nas cortes da Europa, mesmo contando com o apoio de Francisco II, uma após a outra, as princesas dispensavam as propostas formais de casamento. Tudo eram desculpas, evasivas ou negativas definitivas. Surgiu uma possível candidata, a princesa Maria Ricarda, filha do rei da Sardenha, “de 24 anos, muito afável e de hábitos exemplares”. De novo, Pedro deu vazão a seu entusiasmo, até que um despacho lhe chegou, informando que a referida princesa não queria viver em um lugar tão distante de sua família... Nova decepção, que se somava ao esforço de abstinência sexual que ele havia prometido ao Mareschal, e do qual

se arrependia: “Diga a meu sogro” — escreveu ao marquês — “*que vivo em um país quente, que tenho 29 anos e que se recorde de seu tempo de juventude, para que calcule a necessidade em que me encontro...*” Francisco II, convencido por Mareschal de que Pedro estava sendo sincero em seu desejo de emendar-se, assegurou que não descansaria de procurar uma noiva perfeita para seu genro e que fosse também uma mãe carinhosa para seus netos. Demonstrava ser melhor avô do que pai. Não havia se esquecido dos sofrimentos de Leopoldina, mas a educação e o futuro de seus netos estavam acima de seus sentimentos pessoais, *noblesse oblige*.<sup>6</sup> De modo que tentou propor a mão de suas sobrinhas, as princesas de Wurtemberg, mas novamente encontrou uma impossibilidade: as duas eram protestantes. Pedro respondeu que era indiferente à religião, desde que seus filhos fossem educados como católicos romanos. Mas nem com elas deu certo. Uma a uma, as princesas que se acreditavam mais aptas para o casamento de repente se tornavam inacessíveis. Será que o imperador de um dos mais vastos impérios do mundo não conseguia despertar a simpatia de nenhuma delas? Era isso que se perguntava Pedro durante suas partidas de dominó com Mareschal. Não existia nenhuma que se sentisse seduzida pela aventura de assumir o trono em uma terra tão remota e exótica?

Mareschal se esforçava por aconselhar Pedro a continuar levando uma existência virtuosa, que tudo começava por ali. Era verdade, Pedro se distanciara de Domitila e prometera viver “castamente como um santo durante oito meses”, o prazo que dera a si mesmo para conseguir uma nova esposa. Mas reprimir seu impulso sexual, o que a princípio ele tentou com sinceridade, era como pedir que uma mangueira desse goiabas. A primeira coisa que ele devia fazer era esquecer-se da mulher que havia cravado uma flecha em seu coração, e para conseguir isso foi buscar a companhia de outras plebeias, como a francesa Clémence Saisset, uma pequena modista parisiense que, sob o pretexto de oferecer a última moda da França para as princesas, tinha se introduzido no palácio. Seus traços físicos e seu verniz cultural lhe recordavam muito Noémie, seu primeiro amor. O imperador não conseguiu ficar indiferente diante dos avanços sutis dessa mulher de olhos verdes travessos, de pele branca e seios redondos e brilhantes de suor, que pareciam prestes a explodir do corpete de renda. Os dois se encontravam na hora da sesta, e mais tarde também, à noite, graças à cumplicidade do marido, que suportava a traição de sua mulher em troca de favores comerciais. Autorizado a pendurar o brasão da família imperial na frente de sua loja de tecidos na rua do Ouvidor, ele se tornou assim “fornecedor imperial”. A súbita prosperidade do sr. Saisset foi alvo de todo tipo de

comentários maliciosos, até que uma noite, enquanto ele e Clémence tomavam um pouco de ar fresco no jardim de sua casa, o ruído de um disparo os assustou. Uma bala ricocheteou na parede da varanda onde os dois se encontravam. Esse acontecimento gerou uma série de boatos e Pedro temeu se ver envolvido em um escândalo suscetível de arruinar todos os seus esforços para mudar de vida e encontrar uma nova esposa. Temendo má publicidade, tratou de conseguir que a modista e seu marido embarcassem em um navio com destino à França, não sem antes lhes dar uma gorda compensação como pagamento por seu silêncio. Oito meses mais tarde, a senhora Saisset dava à luz, em Paris, um filho homem. Para que ninguém duvidasse de sua origem, deu-lhe o nome de Pedro de Alcântara Brasileiro.

Mas quem disparara contra o casal francês? A polícia não conseguiu prender o atirador, mas Pedro tinha uma ideia de quem fora o mentor daquele atentado. E essa confirmação ele obteve algumas semanas mais tarde, depois de passar uma longa temporada com seus filhos na fazenda Santa Cruz, onde se refugiara para fugir da tentação de voltar a ver Domitila. Agitado, impaciente e frustrado, Pedro afastou-se dos assuntos públicos e se dedicou a visitar as plantações imperiais, os fornos de tijolos construídos pela iniciativa de um arquiteto francês, e a supervisionar a entrega de pedaços de terra e casas a seus empregados, todos ex-escravos que ele mesmo havia libertado por iniciativa própria, para dar o exemplo, à espera de que entrasse em vigor o tratado contra a escravidão que assinara com os ingleses, e para o qual não pediu moratória nenhuma.

No entanto, a nível pessoal, o imperador deixava para trás uma tentação para se ver às voltas com outra. Em Santa Cruz, ele voltou a cair nos braços da irmã de Domitila, a baronesa de Sorocaba, com quem tinha tido um filho. “Uma mulher muito desejável”, segundo as palavras de Mareschal. O fato de ela poder ser uma substituta de sua irmã ajudava a acalmar o vício de Pedro. Além disso, nada podia proporcionar mais felicidade a ele do que ver seus filhos brincando todos juntos, ainda que tivesse que ralar com Maria da Glória, que se negava a se misturar com seus meios-irmãos. O diplomata austríaco se inquietava ao ver o imperador tão desorientado, tão à mercê de seus instintos mais básicos e que não conseguia controlar. Uma noite, chegou à Santa Cruz a notícia de que a baronesa fora vítima de um atentado quando voltava à fazenda. Um disparo havia destruído as janelas de sua carruagem. Felizmente, ela saíra ilesa. Dessa vez, porém, o bandido fora preso com uma pistola ainda fumegando na mão. E sua identidade não deixava dúvidas sobre a autoria do crime: o atirador era um

criado de Domitila.

Pedro, conhecedor dos ciúmes que a marquesa de Santos poderia abrigar e da aversão que sentia por sua irmã, reagiu com indignação. Ele estava certo de que Domitila também havia instigado o atentado contra o casal de modistas franceses. Era evidente que ela estava disposta a morrer matando. Fazendo uso de sua habitual fúria imperial, Pedro destituiu o chefe de polícia, que era amigo íntimo de Domitila, e enviou a ela uma nota alertando-a para embarcar para a Europa no navio *Treze de Maio*, sob pena de se ver envolvida no inquérito judicial. Ele também deu a ordem para que entregasse as duas filhas que tivera com o imperador a seus criados, que as trariam para viver no palácio de São Cristóvão. Ele se encarregaria da educação de ambas. Dessa vez, falava como um soberano, e não como um amante. Dava ordens como imperador. A ideia de expulsar Domitila para a Europa tinha sido originalmente de Mareschal. Pedro a afastara de forma cavalheiresca, para que ela não sofresse no momento delicado em que se encontrava depois do último parto. Agora, porém, já não havia mais desculpas.

Domitila, pega em flagrante, confessou seu envolvimento nos dois atentados, mas o fez de uma maneira tão natural, tão cândida e tão confiante que dissipou a ira de Pedro como por encanto. Não tentou se defender. Bastou dizer que havia feito aquilo por amor. Ela se arriscara a acabar seus dias na prisão por amor. Faria o que fosse necessário porque o amava. Sim, estava desesperada por ter sido deixada de lado, confessou, e ela não era Leopoldina, que aguentava tudo que lhe faziam. Por acaso o ciúme não seria a expressão mais sublime do amor? Ela merecia aquele castigo tão cruel de ser exilada a milhares de quilômetros de distância, onde não conhecia ninguém, onde não falava o idioma, onde não tinha propriedades? E longe dos filhos?

— Pedro, me poupe dessa tortura, eu imploro. Se eu desaparecer neste momento, seria como admitir a minha culpa. Por favor, não me faça isso. Eu lhe proponho outra coisa, irei embora para Santos no fim do mês que vem. E não o incomodarei mais, eu juro. Irei com minhas filhas e pronto.

— Está bem, você irá embora, mas não com suas filhas. A duquesa de Goiás e Maria Isabel ficam em São Cristóvão.

Domitila baixou a cabeça. Sabia que nada o faria mudar de opinião. Se por um lado era difícil deixar suas filhas e separar-se delas, por outro isso significava manter algum vínculo com ele. Com isso Domitila conseguiu ganhar algum tempo, algumas semanas que poderiam ser cruciais para que Pedro pensasse sobre as coisas, para que se desse conta de que precisava dela como necessitava

de uma droga, porque essa era a mulher de sua vida, porque só Domitila sabia fazê-lo desfrutar dela como merecia. Sua única saída era aguentar. Aguentar e rezar para que Barbacena não encontrasse uma noiva disposta a se casar com Pedro.

---

6 A tradução literal dessa expressão é “a nobreza manda” e, para entendê-la, devemos nos lembrar da época em que as normas de conduta ética e moral eram transmitidas às novas gerações pela aristocracia, os intelectuais, os escritores, os artistas, ou seja, por pessoas que tinham acesso ao conhecimento e que, por isso, eram exemplos de conduta. Quando, por exemplo, nos defrontamos com uma situação em que o outro lado age de forma errada, *noblesse oblige* que, independentemente de quão rude agiu o outro lado, jamais saíamos da atitude que a educação diz ser a correta. (N. T.)

A intuição de Domitila estava certa. O gelo se derreteu completamente nas semanas seguintes. Pedro caiu em si, mas à sua maneira: ele se deu conta de que não poderia romper todos os vínculos com a marquesa de Santos, seria pedir demais ao seu coração. Não poderia, mesmo que o quisesse, e Mareschal foi testemunha do conflito que o atormentava. “Apesar de príncipe e imperador, nesses momentos, ele é certamente um dos homens mais miseráveis deste mundo”, escreveu o diplomata que, assim como seus colegas estabelecidos no Rio de Janeiro, informava pontualmente seu governo sobre as recaídas imperiais. Um mês depois de haver dito à marquesa que a queria tirar da cidade, o imperador lhe abriu seu coração: “*Minha querida filha e amiga de minha alma*” — escreveu ele —, “*o que me atormenta e sempre atormentará é não poder estar com você como antes. E já não lhe ofereço o meu coração, porque ele já é seu, este coração que nasceu para ser sempre infeliz*”. Havia algo novo e desesperado em suas cartas, como se antecipassem que a reconciliação seria breve e que depois viria então um rompimento definitivo. “*Estou triste e melancólico*” — ele confessa no dia de seu aniversário. “*Estou com saudades de você...*” A situação era especialmente delicada para Domitila, que voltava às sombras do início, quando os dois ainda dissimulavam o relacionamento. Agora ela se encontrava na difícil posição de estar à espera de que seu amante viúvo encontrasse uma noiva na Europa. Para uma mulher que estivera tão perto do poder, altiva e orgulhosa, aquela queda em desgraça feria profundamente seu amor-próprio. Sua progressiva sensação de solidão e isolamento era intensificada pelos cortesãos que, ao pressentirem seu declínio, passaram a se comportar com ela de maneira cada vez mais fria e distante. E ninguém no Rio de Janeiro pretendia ter acesso à marquesa...

Pedro fez um esforço para manter as relações em um plano de simples amizade. Escrevia perguntando sobre sua saúde, para anunciar que estava lhe

enviando um pequeno presente — um pavão, um buquê de cravos, uma capivara que havia caçado na floresta — e sobretudo para lhe dar notícias das filhas: “*A duquesa tomou um purgante de azeite de papaia, fui vê-la à noite e ela estava muito melhor, tendo dormido bem*”. Em outra carta, anunciava que ele mesmo tinha vacinado Maria Isabel contra a varíola. No entanto, dirigia-se a Domitila como “*Querida marquesa*” e assinava as cartas como “*seu amigo que muito lhe estima*”. Já não era mais o seu “*demônio*”, seu “*fogo*” ou simplesmente Pedro.

Mas não importava. Domitila sentia que ele estava voltando, que estavam prestes a recuperar a sinceridade sob essa máscara de formalidade, e não se enganou. Mas era uma sinceridade que, às vezes, se tornava dolorosa. Em um de seus bilhetes, o imperador anunciou que eles se veriam à noite no teatro e que, depois, ele iria à casa dela: “*Vamos organizar o modo como vivemos, de modo a desfrutarmos um do outro (antes do casamento), sem que andemos sempre nas línguas viperinas dos malditos charlatões*”. Essa era uma proposta que não a satisfazia, porque ela continuaria sendo mantida em segundo plano, mas pelo menos dava a ela a oportunidade de vê-lo. Quem sabe Pedro não acabaria finalmente desistindo daquela ideia maluca de se casar novamente? Pouco depois, Domitila recebia outro bilhete, cujo tom era diferente, mais de acordo com a forma como seu relacionamento costumava ser: “*Irei ver você o mais depressa que puder, para ficar em seus braços, único lugar onde repousa tranquilo e satisfeito este seu filho, amigo e amante, o imperador*”.

Os dois retomaram seus caminhos. Por mais que tentassem disfarçar em público, na boca de todos os habitantes da cidade circulavam histórias sobre a renovada relação entre ambos, histórias que eram espalhadas pelos criados que estavam cientes de todos os movimentos entre o palácio e a mansão logo abaixo. Para alguém que estivera a ponto de expulsar sua amante do país, Pedro demonstrava estranhos ciúmes: “*Com quem você se encontrou à tarde? Por que havia luzes acesas no quarto às onze horas da noite?*”. Eram ciúmes que, para Domitila, representavam a glória, já que indicavam uma dependência cada vez maior de Pedro. Sete anos de convivência, de relações carnis intensas, de filhos compartilhados, de cumplicidade e de amizade não se podiam jogar ao mar assim, de supetão. E voltaram para aquela velha familiaridade a que tanto ansiavam. Para Pedro, aquilo era como voltar para casa, para a privacidade do lar, para o calor de algo conhecido. De novo podia se queixar livremente de coisas que só se atreveria a confessar a Domitila, como a coceira recorrente na uretra, uma doença venérea que o obrigou a se abster de sexo por alguns dias. “*A sua coisa soltou alguma umidade*”, escreveu ele em um bilhete, ao qual ela

respondeu com raiva: “*Isso vem da fazenda Santa Cruz*”. Não que ela pensasse que sua irmã o havia contagiado, mas não tinha ilusões e intuía que Pedro, solto naquela fazenda que conhecia desde menino, havia se dedicado a velhas práticas com as negrinhas do lugar e por isso agora a “sua coisa” supurava. Para ser perdoado, ele passava sem reparos dos ardores do pênis para o lirismo mais exuberante. “*Nesta tarde me lançarei a seus pés e não me levantarei dali até que vossa mercê me perdoe.*” Ele voltara a fazer suas visitas quase todas as noites, deslizando pela porta secreta, subindo ao seu dormitório e deixando-se cair de braços em um abismo de amor, com a voz trêmula e os olhos febris, obedecendo às ordens que ela dava — feche as janelas que eles podem nos ver, tire as botas, deixe que eu abro a sua braguilha — tudo isso sob o olhar severo da águia imperial pendurada no teto e que parecia abrir as asas assim que eles explodiam de gozo e logo se deixavam flutuar nos lençóis empapados de suor e umidade.

Mas aquela era uma situação de bem-estar que estava com suas horas contadas. A chegada do marquês de Barbacena da Europa foi como uma onda que arrasou aquele frágil vislumbre de felicidade. O imperador, ansioso por ouvir de viva voz as notícias do outro lado do oceano, recebeu o marquês em São Cristóvão, cercado pelos filhos. Trazia nos braços o único filho homem que Leopoldina lhe havia dado: “Meu irmão Miguel e eu seremos os últimos malcriados da família” — disse, ao apresentar a Barbacena o futuro imperador Pedro II. “Este será bem-educado!” O marquês olhou para o menino, meio adormecido, e ficou impressionado com a semelhança dele com a arquiduquesa austríaca.

O marquês também estava favoravelmente impressionado com Miguel, cuja lealdade a Pedro e à Constituição, que havia jurado, parecia à prova de dúvidas.

— Suas crenças políticas se resumem a obedecer as ordens de vossa majestade imperial — assegurou a Pedro. — Acredito que seja melhor seguir os conselhos dos ingleses e liberar seu irmão de uma viagem ao Brasil... Melhor que vá diretamente a Portugal, para que assuma sem demora o posto de governante institucional.

— E Maria da Glória?

— Como sabe, fui recebido pelo imperador Francisco em Viena. De novo ele insiste que a pequena Maria seja enviada a ele. O imperador ofereceu-se para educá-la e formá-la de acordo com sua posição e até atingir a idade em que possa se consumir o casamento.

Era o mesmo conselho que Mareschal havia lhe dado. Pedro não gostava

da ideia de separar-se de Maria da Glória, mas agora que Barbacena o tranquilizara sobre a postura de seu irmão Miguel, percebeu que esse deveria ser o passo seguinte. Todas as potências europeias já haviam reconhecido a jovem rainha de Portugal. Se Miguel não viria ao Rio de Janeiro, então não havia motivo para manter indefinidamente no Brasil a rainha de Portugal.

— Está bem, mandarei a rainha até Viena, para que fique sob a proteção de seu avô. Mas a minha condição é que o marquês fique com a custódia dela durante a viagem.

O marquês aceitou a incumbência, honrado e, em seguida, passaram ao tema candente, o dos obstáculos encontrados durante a busca de uma nova esposa para o imperador. Para se livrar da responsabilidade pelo fracasso da missão, Barbacena acusou veladamente o imperador Francisco de ter escolhido candidatas impossíveis, e acusou sobretudo Metternich de atuar nos bastidores para sabotar qualquer dessas tentativas e assim denegrir a imagem de Pedro perante as cortes da Europa. O poderoso Metternich não havia esquecido o pecado de Pedro de dar uma Constituição a Portugal. Talvez houvesse algum fundo de verdade nessa informação, mas Pedro não conseguia acreditar totalmente nisso: parecia uma vingança infantil demais para alguém como Metternich. O que sabia com certeza era que o imperador Francisco estava preocupado com seus netos e que Metternich não se atreveria a criar obstáculos. No final, o marquês reconheceu qual era o problema principal:

— Pode ser resumido na permanência de marquesa da Santos na corte e na vida que sua majestade leva.

Caiu um pesado silêncio, como se aquelas palavras tivessem mais peso do que as outras. O marquês ficou com medo de uma reação irritada do imperador, e quis imediatamente desviar a atenção:

— Mas eu estou razoavelmente otimista, majestade... Venho com uma sugestão que nos dá esperanças: duas princesas suecas, duas irmãs que somam beleza e educação. E com cabelos cor de ouro.

Aquilo já bastou para que a imaginação de Pedro se inflamasse. Ele já se via junto de uma princesa albina em um país de negras, mulatas e mestiças: seria um truque de efeito para deslumbrar os brasileiros e para lhe devolver sua reputação e a consideração. E esqueceu a menção à sua amante, dirigindo toda a sua atenção em conseguir a princesa sueca que já lhe fazia sonhar:

— E como se chama a mais bonita das duas?

— Cecília, princesa Cecília da Suécia.

Mareschal insistiu no mesmo ponto do marquês de Barbacena, de maneira

que Pedro acabou convencido de que a relação escandalosa com Domitila era a razão principal de todas as recusas e humilhações que havia recebido. E concluiu que não poderia se dar ao luxo de deixar escapar novas oportunidades. Já não tinha mais escapatória: chegara o momento de tomar uma decisão. Então, mais uma vez, ele se colocou em um plano de fria amizade com a marquesa de Santos. De um dia para o outro, abandonou as visitas. O tom das cartas passou a ser menos familiar, mais distante, até se converter, em pouco tempo, em mensagens glaciais e autoritárias: *“Torna-se indispensável que saia da cidade neste mês, no mais tardar na metade do mês que vem. Esta é a minha decisão definitiva e espero que a obedeça e a respeite, como convém a alguém que é minha súdita e principal vassala”*. Essas não eram palavras de amigo, nem de amante, de novo quem mandava era o soberano, o imperador.

Que não recebeu uma resposta ao que exigia em sua carta, e sim um convite de Domitila para celebrar seu trigésimo aniversário. Ao se fazer de surda, ela pensava em abrandar Pedro, mas dessa vez ele se manteve firme: *“Eu a amo, mas ainda amo bem mais a minha reputação, agora também restabelecida na Europa inteira, pelo comportamento regular e correto que tenho demonstrado. Ao mesmo tempo que renovo o meu amor, devo dizer que não posso ir até aí, o que é conveniente para não mortificar você ou me entristecer. Você sempre terá de minha parte uma amizade leal e sincera. O imperador”*.

Domitila não se enganou sobre as catástrofes que essa carta anunciava. Sentiu o vazio do precipício que se abria sob seus pés, e reagiu com seu gênio turbulento. Ela não conseguia compreender como seu homem, que uma semana antes se esbaldava na cama com ela, confessando as profundezas de sua intimidade, podia agora tratá-la assim, de maneira tão brutal e impiedosa: *“Senhor, minha presença não lhe será incômoda nem que vossa majestade se case ou deixe de se casar, e somente dessa forma meus inimigos terão consolo. Que fique vossa majestade com a certeza de que estarei eternamente agradecida por todos os benefícios que lhe devo”*. Pedro lhe respondeu: *“Nunca esperei menos de seu bom juízo e lhe agradeço o grande sacrifício que fez por mim”*. Ainda assim, os dois disputaram um cabo de guerra, porque ela se atrasou de novo, e Pedro começou a acreditar que Domitila nunca iria embora. Nervoso, o imperador enviou cartas ameaçadoras, mas a marquesa se defendeu valentemente, não se deixando intimidar, desafiando a cólera de Pedro: *“Não busco pretextos frívolos para retardar a minha viagem. Sei cumprir o que prometo. Sairei no fim do mês e lhe peço que não me incomode mais”*. Com grande pesar e sete anos depois de sua chegada, ela retomava o caminho de São Paulo. Durante todos esses anos,

ela fora a amante titular do imperador, vira ministros e embaixadores se ajoelharem a seus pés, sentira na própria carne todos os triunfos e todas as humilhações das grandes cortesãs. Domitila deixava para trás suas duas filhas, e elas eram a esperança, que aninhava no recanto mais profundo de seu coração, de que as relações com Pedro não se romperiam de vez.

De agora em diante, ele não cairia na tentação de ir vê-la, não sentiria mais a suave fragrância de seu corpo, não acariciaria aquela pele serena e dourada, nem os cabelos encaracolados da virilha. Barbacena, Mareschal e os demais diplomatas — todos espiando a sua privacidade, pensava Pedro com certa apreensão — teriam que atestar a verdade, dando conta a suas cortes e ministérios sobre o modo como os fatos tinham se desenrolado.

—A deus, minha querida, que Deus proteja você...

Pedro abraçou sua filha com lágrimas nos olhos ao deixá-la a bordo da fragata que estava prestes a zarpar para a Europa. Seu coração se encheu de tristeza. Em poucos dias, havia perdido a mulher de sua vida e duas filhas. Dias depois da partida de Domitila, a pequena Maria Isabel de Alcântara Brasileira, a caçula das filhas que tivera com sua amante e a quem ele havia agraciado com o título de duquesa do Ceará, fora vítima de uma meningite fulminante. Mais uma vez, o horror da morte de um filho tinha rasgado as suas entranhas. Os outros filhos eram pequenos demais para entender tal perda, mas ainda assim o clima do palácio tornou-se pesado e triste. Sem a presença feminina, sem uma mãe que cuidasse deles, São Cristóvão havia se transformado em um lugar lúgubre. A tragédia íntima de Pedro era agravada por seus grandes esforços para não chamar Domitila de volta, para não a segurar em seus braços e consolá-la, para não responder a sua última carta: *“Eu tenho certeza de que você quer me ver em breve, e estou consumida pela impaciência, definhando...”*

Agora, prestes a partir, a rainha Maria II de Portugal lhe devolvia um olhar cheio de melancolia. A pequena estava indo ao encontro do destino que sua mãe Leopoldina tentara evitar. Estava indo para um país frio e distante, para ir morar com um avô e uma família de estranhos, e conheceria seu tio e marido, com quem compartilharia a regência de um país empobrecido e decadente, na mais pura tradição familiar dos Bragança... Da mesma maneira que um dia sua avó Carlota Joaquina abandonou, aos 10 anos de idade, o palácio de Aranjuez para ir a Lisboa, ao encontro de um marido que não conhecia, agora era a vez de Maria da Glória iniciar a viagem de sua vida. Fazia isso com o estoicismo das princesas, em quem tinham sido inculcados o senso de dever e a alta responsabilidade que seu sangue azul exigia. Nisso, Maria da Glória era como sua mãe, muito consciente de sua identidade e de seu papel de rainha, neta de reis e filha de

imperador. Pedro tinha certeza de que ela cumpriria sua missão com a grandeza que se poderia esperar de uma herdeira.

Em seguida, Pedro despediu-se efusivamente do marquês de Barbacena. Seu futuro dependia da habilidade desse diplomata, que se comprometera a velar por sua filha e a continuar procurando uma esposa para o imperador. No caso de não ser bem-sucedido com as princesas suecas, Pedro lhe havia dado instruções claras sobre como deveria ser a próxima candidata: nobre de nascimento, bonita, gentil e educada. Percebendo que estava pedindo muito, o imperador acrescentou:

— Posso abrir mão da primeira e da quarta condição, mas não da segunda...

O *pedigree* e a cultura eram qualidade que Leopoldina lhe havia oferecido, e ele não as valorizava tanto.

— Traga-me uma mulher bonita e virtuosa — pediu ao marquês.

Pedro saiu da fragata em que passara a última noite com a filha, e uma barca o levou de volta para a costa. Ali ele se sentou em uma rocha, observando durante longo tempo enquanto a fragata levantava âncoras, as velas se inflavam e começava sua viagem, escoltada por um navio de guerra britânico, cortesia da primeira potência a reconhecer Maria da Glória como rainha. E lembrou-se de Leopoldina, de quando vieram juntos ela e seu pai. Naquela época, a perspectiva de ficar sozinho no comando da colônia o tinha enchido de uma mistura de ilusão, expectativa e medo do desconhecido. Agora, ele se sentia vazio, com o coração apagado e negro como uma brasa fria. Já não estavam mais a seu lado Domitila, Leopoldina, a pequena Maria Isabel, e sua filha mais velha partia naquele navio... Era como ver sua própria vida desaparecer na linha enevoadada do horizonte. O peso esmagador da solidão, que nunca experimentara com tanta intensidade como naquele momento, fez com que, aos 29 anos, se sentisse um homem mais velho.

Solidão na vida privada, solidão na vida pública... O mundo havia se transformado em um deserto para o imperador do Brasil. A maioria do Parlamento vetava sistematicamente todas as suas propostas para aumentar o orçamento militar. Como ele poderia ganhar a guerra no sul desse jeito? Perguntava-se, impotente. Os proprietários de terras escravagistas não queriam reforçar o exército, porque se negavam a proporcionar ao governo os meios necessários para que se fizesse respeitar o tratado de abolição da escravidão que fora assinado com os ingleses. Não queriam embarcações armadas perseguindo os navios negreiros. Para eles era indiferente o país perder a província Cisplatina

se conseguissem manter o comércio de escravos. Para atrapalhar essa estratégia, Pedro recrutava mercenários estrangeiros sem cessar, o que causava atritos com as populações locais. Um dia, o regimento alemão estabelecido no Rio de Janeiro se amotinou por causa de um problema entre um soldado alemão e um oficial brasileiro. A centelha degenerou em uma onda de violência que eclodiu por toda a cidade. Soldados irlandeses se uniram aos alemães, gritando pelas ruas: “Morte aos brasileiros! Morte aos portugueses!”. Isso provocou a resposta dos brasileiros, que gritavam: “Sem misericórdia aos estrangeiros! Matem todos eles!”. De repente os negros, estimulados pelos crioulos, dedicaram-se à caça ao branco com entusiasmo, dando rédea solta a séculos de animosidade. Pela primeira vez, eles podiam usar a arte marcial da capoeira com permissão das autoridades, e fizeram isso com prazer. Quando, no amanhecer do dia seguinte, Pedro chegou a cavalo ao Campo de Santana, doeu-lhe a alma ao ver os corpos de todos os soldados loiros ou ruivos a quem prometera uma vida melhor e um futuro mais digno no Brasil. Ignorando as garantias constitucionais, deu ordem de castigar com cem chibatadas todos os negros que fossem surpreendidos com uma arma na mão. E, em seguida, repreendeu seu ministro da Guerra por não ter sabido controlar o conflito e destituiu todos os membros de seu governo, para formar outro gabinete.

Mas o mal estava feito. O motim varreu para longe os sonhos do imperador de povoar o Brasil com imigrantes europeus, a fim de criar uma nação moderna de pequenos proprietários e, sobretudo, de ganhar a guerra no sul, já que as suas duas melhores unidades de seu exército acabaram dizimadas e desmoralizadas. Resignado a perder essa guerra por falta de apoio dos deputados, os quais julgava gente mesquinha e com falta de visão, o imperador acabou assinando a contragosto um tratado de paz com a província de La Plata. Ele reconhecia, em nome do Império do Brasil, que a disputada província era agora a nova nação independente do Uruguai. Pedro teve que dizer adeus à ideia de um grande Brasil, adeus à ideia que Dom João tanto acalentara. Não estar à altura dos sonhos de seu pai o lançou em um estado de profunda consternação e tristeza. Não era alguém acostumado ao fracasso, e o gosto amargo que essa rendição lhe deixou o fez questionar-se como imperador e duvidar do próprio sistema político que ele mesmo havia projetado para o Brasil. “Já perdemos o Uruguai... O que perderemos depois? Qual será o próximo território que vai querer se separar?”, perguntava o imperador aos deputados, a quem acusava de inércia e procrastinação. Pedro temia que essa primeira perda fosse apenas o princípio de um longo período de colapso imperial. E não estava assim tão enganado: o eco da

vitória dos uruguaiois se espalhou pelo restante do território, com vagas promessas de liberdade e de independência. Na distante província de Pernambuco, romperam distúrbios provocados por soldados amotinados e um punhado de civis revolucionários. Pedro, que já esmagara impiedosamente a Confederação do Equador, alarmou-se ao ler os folhetos subversivos que empapelavam as ruas do Recife.

— Um exército fraco só pode encorajar os movimentos separatistas! — gritava ele aos deputados, reclamando mais forças, mais armas, mais verbas.

Mas eles não se abalavam. Apenas viam as vantagens que um exército desgastado e sem meios representava na manutenção de seu comércio de mão de obra escrava.

Que saudades tinha, nesses momentos de crise, de seu pai e de Leopoldina. “A unidade, meu filho, lembre-se de que a unidade do império é nossa missão principal, para isso servem os reis...” Como Pedro entendia seu pai agora! Como agora ele se dava conta da dificuldade das decisões que Dom João tivera de tomar, começando por ter que trasladar toda a elite da nação portuguesa para o Rio de Janeiro, a fim de salvar seu império... Que conselho Dom João lhe daria agora? No momento em que a unidade do país se via ameaçada? Valia a pena manter um Parlamento livremente eleito se esse mesmo Parlamento conspirava contra a integridade do império? Se os membros que o compunham estavam mais preocupados em preservar seus privilégios do que em manter a nação unida? Pedro se via enredado em seu eterno conflito: como soberano, ele se sentia obrigado a prestar contas à memória de seu pai, à sua linhagem e a Deus. Como homem, amante e defensor da liberdade, só devia prestar contas a si mesmo, aos valores que sempre defendera como pessoa. Não tinha mais o seu pai, mas tinha os membros do Conselho de Estado, os quais consultou.

— Nossa recomendação é a de suspender as garantias constitucionais da província de Pernambuco — sentenciaram eles.

Pedro olhou para eles com seus olhos lânguidos e nada disse. Havia recebido pressões de senadores que lhe pediam uma decisão ainda mais autoritária. Um deles, um velho adúlador, lhe havia escrito uma carta cujas palavras tinham calado fundo em sua alma: “... *Vendo um belo império fundado pelo gênio e pelo amor de sua majestade imperial a ponto de naufragar nas mãos da plebe desprezível*”. Esses desprezíveis eram os deputados. Aquelas palavras estavam sintonizadas com seu estado de espírito e sua opinião, e o estimulavam a empreender uma ação muito mais drástica do que a recomendada pelo Conselho de Estado... O que essas palavras lhe sugeriam era que suspendesse a

Constituição em todo o país, um pouco como já havia feito com a Assembleia Nacional. E ruminava também a ideia de pedir ajuda militar às monarquias europeias amigas, para derrubar o regime parlamentar. Seria um golpe de Estado total: sacrificar a liberdade para manter a unidade do império.

Pedro era capaz de mudar de opinião como um cata-vento, mas seu velho ar rebelde contra a ordem estabelecida, em seu caso, contra a monarquia absolutista, continuou inalterado ao longo de todos aqueles anos. Consciente de que a decisão que pretendia tomar era muito perigosa e arriscada, solicitou a opinião prévia dos poucos em que ainda depositava confiança. Seu antigo tutor, o frei franciscano Arrábida, que fora nomeado bispo de Anemuria, lhe respondeu com o coração na mão: *“Meu imperador, meu senhor, meu amigo: eu seria um vil traidor, um ingrato, um covarde se dissimulasse perante sua majestade o horror que sua sugestão me causou”*. Ele continuava, dizendo que realmente existia uma efervescência revolucionária no Brasil, *“uma sociedade que deve enfrentar uma mudança inevitável, com costumes e hábitos cruéis de uma população de senhores e escravos”*. Mas achava que trazer tropas europeias para espoliar a Constituição do povo acabaria em um banho de sangue. *“Queime, senhor. Queime o papel que fala desse assunto, porque sua simples menção será considerada um crime.”* E tão veemente quanto religioso, se mostrou o marquês de Paranaguá, o mesmo que Pedro havia destituído por ter impedido a entrada de Domitila nos aposentos de Leopoldina agonizante, mas cuja discricção e lealdade valorizava. O aristocrata respondeu dizendo que *“só um gênio do mal, e não alguém que admira sua majestade com o coração e o sentido do dever, poderia aconselhar o envio de tropas estrangeiras ao Brasil para intimidar seus súditos. Isso significaria o retorno do absolutismo e da violência”*. Ele recomendava outra coisa: governar, observar as leis e fazê-las respeitar. Mas fazer isso, com um Parlamento constantemente em crise com o governo, era mais difícil do que parecia.

O imperador gostava desses conselhos, porque vinham de pessoas íntegras, que não lhe diziam o que gostaria de ouvir, como qualquer bajulador faria, mas apenas o que sinceramente pensavam. E Pedro viu tudo com mais clareza: onde iria parar sua reputação de “defensor perpétuo”, de príncipe liberal, de doador de constituições, pela qual um dia poderia alcançar a glória? Percebeu que ninguém iria entender se eliminasse as liberdades que ele mesmo tinha contribuído para implantar, e que solicitar ajuda a monarcas estrangeiros para intervir no Brasil seria uma loucura... Tinha certeza de que Metternich seria o primeiro a lhe enviar tropas... Mas não, ele não lhe daria esse gostinho. Não podia dar um passo atrás e deixar seu passado sem sentido. Não era ele quem sempre tinha

acreditado no estado de direito e na liberdade? E a liberdade... Não implicava também ceder? Ceder poder, ceder terreno, em resumo, saber perder. Mas... Como era difícil perder quando se estava acostumado a ganhar! Como era difícil ser um homem quando se é um imperador! Se a sua intuição lhe dizia para intervir, para acabar com o Estado liberal que ele mesmo concebera, a razão, à luz dos sábios conselhos do frei e do marquês, lhe indicava o contrário. Se Pedro tinha aprendido alguma coisa na vida, era dominar seus impulsos. Assim, recuou. Não seria um cacique, nem um ditador ou um usurpador. Mudar de curso era prerrogativa de pessoas sem substância, ou de jovens, de homens com pouca história sobre seus ombros, mas esse já não era seu caso. Aos 30 anos, o imperador não se sentia jovem. De modo que decidiu permanecer fiel a si mesmo, ao sistema representativo com o qual dotara o Brasil. Tentaria usar a parcela de poder que lhe restava para evitar a destruição do império por revolucionários, ou perder o controle do país para os escravagistas conservadores. Não podia aspirar a mais.

As notícias que chegaram de Portugal acabariam esclarecendo as dúvidas e o levariam a lutar por seus ideais de liberdade com mais empenho do que nunca. Sem dúvida, também o empurrariam para um abismo no fundo do qual, da mesma forma que um navegante noturno que vê surgir a costa entre a neblina, descobriria o perfil cada vez mais nítido de seu próprio fim.

Se Pedro havia considerado a possibilidade de um golpe no Brasil, seu irmão acabou dando-o em Portugal, com o agravante de tê-lo feito à base da traição, com premeditação e deslealdade. Depois da (fracassada) *Vilafrancada* e da *Abrilada*, agora, na terceira tentativa, conseguira. Miguel enganara a todos, começando pelo próprio Pedro e passando pelo marquês de Barbacena. “Como pude cair nesta armadilha?”, se perguntava o imperador, desesperado e furioso, adivinhando a longa mão de Carlota Joaquina naquela infâmia. Padecia na própria carne a pior forma de ira, que era a ira contra si mesmo, por ser tão ingênuo, por ter-se deixado enganar, ser iludido, como um néscio, ignorante. “Como pude pensar em casar a minha filha com esse pérfido!”, se lamentou, pensando em Leopoldina em como ela tivera razão em desconfiar de Miguel. Ele fora enganado desde o início, e o mais doloroso é que fora vítima da sua própria mãe e de seu irmão, a quem sempre quis proteger e exaltar. O sabor amargo da traição, que vem de dentro, da proximidade do coração, do lugar onde se aninham os sentimentos mais íntimos, que remetem à infância, não lhe abandonaria jamais. Agora tudo fazia mais sentido, as peças se encaixavam... As seguidas desculpas para evitar viajar para o Brasil, as evasivas às perguntas mais concretas, objetivas, cruciais, tudo apontava para uma conspiração entre mãe e filho para arrebatam a sucessão legítima ao trono português. Uma ignomínia, uma afronta, um ato de deslealdade que o fazia revolver na cama e despertar no meio da noite, apavoradíssimo, coberto de suor e gritando que Miguel era um traidor e que jamais devia ter pensado um dia em casá-lo com sua filha.

O que não sabia era que Miguel tentara ser fiel a ele, no seu jeito pacato e tímido. Quando chegou a Lisboa para assumir a regência, Carlota Joaquina já tinha gastado os 50 milhões de cruzados da herança que havia recebido de seu marido para subornar a plebe faminta daquela parte da nação, regimentos inteiros do exército e seus oficiais, com o objetivo de ressuscitar “o espírito nacional e apostólico” e colocar seu filho querido, seu discípulo amado, seu servo submisso — o “messias salvador”, como o chamavam os absolutistas — no trono. Na mesma noite de sua chegada a Queluz, depois de uma longa viagem cruzando a Europa inteira, o messias foi recebido por sua mãe.

— Você está fedendo a vinho — disse Carlota ao abraçá-lo.

— Sim, eu bebi, assim a viagem se torna mais curta — replicou Miguel.

Carlota lhe passou o braço na cintura e o levou pelos corredores do palácio, para evitar os ouvidos indiscretos dos criados:

— Deixe que eu lhe explique — terciou a rainha-mãe sem mais preâmbulos. — O plano é cair sobre o palácio de Ajuda, deter sua irmã, a regente, prender seus ministros e aclamá-lo rei.

— Mãe, não sei se...

— Siga meu conselho... você não sabe como ansiei por seu regresso, meu filho — disse isso o estreitando entre seus braços.

— Mãe, eu jurei fidelidade a Pedro e à Constituição...

— Sim, todos nós sabemos disso... Teve que o fazer coagido por seu irmão, mas ele está no Brasil, traíndo os princípios da monarquia. Você não irá querer fazer o mesmo, não é verdade? — perguntou-lhe, olhando fixamente em seus olhos.

Miguel baixou o olhar e segurou um arrote. Carlota prosseguiu com a arte da mãe manipuladora:

— Escute, filho de minha alma. Eu não vou obrigá-lo a assumir o que lhe corresponde por ser meu filho... Entendo que está comprometido com seu irmão, mas nesse caso, se não quer fazer parte da bandeira de nosso Partido Absolutista, será substituído e aqui paz e no céu glória.

— Não, mãe, não, não é isso, é que...

Carlota não o deixou prosseguir:

— Terá perdido a oportunidade de sua vida, mas se é isso que você quer, é livre para escolher. Pense bem, filho, eu não quero influenciá-lo. Não posso obrigá-lo a ser rei se esse não é o seu desejo.

Miguel não demorou em pensar sobre o tema, ainda que estivesse meio bêbado. Três dias depois, em 25 de abril, no aniversário de sua mãe, depois de

irromper com suas tropas no palácio de Ajuda, no centro de Lisboa, rompia publicamente com os compromissos constitucionalistas firmados com seu irmão Pedro e subia ao trono como rei absoluto, aos gritos de: “Viva Dom Miguel, nosso senhor! Viva a rainha imperatriz, sua mãe!”. Enquanto isso, Carlota Joaquina, que permanecera em Queluz, liderando a rebelião, dava ordens a seu fiel general Póvoa para iniciar a campanha de terror que assolaria ao país:

— Corte cabeças, general! A Revolução Francesa cortou 40 mil e a população não diminuiu nem um risco!

Em Lisboa, a resistência dos constitucionalistas foi esmagada em poucos dias, mas em Porto lutaram com bravura. No fim, os liberais que não morreram na luta ou acabaram encerrados nos cárceres absolutistas, ou empreenderam o caminho do exílio, a maioria foi para a Inglaterra, outros para a ilha Terceira, nos Açores, que seguia sob o controle dos constitucionalistas. Outros, finalmente, foram para o Brasil.

Carlota Joaquina, divinizada por seus fiéis, transformada em heroína da contrarrevolução, em “divindade tutelar do absolutismo”, em “mãe dos povos”, estendeu seu longo braço de influência ao país vizinho: o governo de seu irmão Fernando VII seria o primeiro a reconhecer Dom Miguel I como rei único e legítimo de Portugal. Por fim, Carlota Joaquina tinha conseguido a grande vingança que arquitetara ao longo de sua existência. Não pôde destronar seu marido em vida, mas havia arrebatado a sucessão.

Pedro estava assustado por saber que sua filha estava sozinha na Europa. Temia que ela caísse nas redes de sua mãe e de seu irmão, que poderiam convertê-la facilmente na rainha consorte e reclamar assim a legitimidade que haviam usurpado. Pensou que o melhor era que voltasse para o Rio de Janeiro o mais depressa possível, e assim Pedro informou o marquês de Barbacena. Este, ao chegar a em Gilbraltar e ter conhecimento do golpe, decidira entregar a jovem rainha constitucionalista ao seu avô absolutista em Viena, e em seu lugar levá-la à Londres, onde poderia encontrar-se com exilados portugueses.

Pedro estava profundamente perturbado. A dimensão do ultraje era tal que não tinha como reagir. Precisava de tempo para pensar, para organizar sua vida e retomar o controle que lhe haviam arrebatado. Do que tinha certeza era que não deixaria passar em branco essa afronta, que faria Miguel e sua mãe pagar caro por tal traição. Não só por ele, por sua filha, por aquela violação descarada de ordem dinástica, mas também pela memória de seu pai, que confiara a ele a sucessão. Lutar para restabelecer seu direito era fazer justiça à única pessoa de sua família que no fundo o tinha amado. Nesse momento, só tinha uma certeza

no coração: vingaria a memória de Dom João VI, nem que isso lhe custasse a vida.

Esperar que a raiva que sentia correr como um rio de lava em suas veias esfriasse, serenar-se, moderar os impulsos para pensar com clareza, recuperar o prestígio como imperador, organizar-se, depois passar para a ação... Tudo começava pela busca dessa esposa esquiva, que Pedro seguia com obsessão. Nas instruções que enviou para Barbacena, lhe pedia encarecidamente que prosseguisse com a busca. Sem dúvida, as primeiras notícias que recebeu foram desencorajadoras: a princesa Cecília da Suécia havia recusado a proposta. Assim, sem mais nem menos, nem sequer dera uma desculpa. Seus cabelos loiros não deslumbrariam as multidões de mestiços brasileiros. Outra frustração, mais outra humilhação, que soterrava seus sonhos e suas esperanças. Agora Barbacena estava entusiasmado com a corte da Dinamarca e lhe assegurava que logo receberia boas notícias. Mas Pedro, que já estava em guerra contra o mundo, farto do que considerava uma farsa, explodiu se armando em cólera: “com esta, são quatro recusas!” — respondeu a Barbacena, em uma carta ditada ao Chalaça. “Quatro rejeições recebidas em silêncio são suficientes para que o mundo inteiro comprove que busquei cumprir com meu dever procurando me casar. Receber uma quinta recusa implica desonra não só à minha pessoa, senão ao império; portanto, estou firmemente resolvido a desistir dessa empreitada.”

— Você tem certeza de que quer enviar isto? — perguntou Chalaça, a pessoa mais próxima naquela etapa solitária e impotente de sua vida.

— Claro que sim! Você escreve o que eu mando escrever.

Pedro seguiu ditando, como um possesso, uma série de cartas dirigidas a seu sogro e a vários aristocratas que estavam envolvidos na busca. O Chalaça, que conhecia bem o gênio de seu chefe, se submeteu pacientemente a se manter no papel de escriba, enquanto Pedro, entre uma frase e outra, insultava, falava sozinho, gritava, maldizia; objetivamente, dava asas à sua ira imperial.

— Isso já foi longe demais! Se continuar, vou parecer um homem sem-

vergonha e sem caráter! Não quero mais que procurem noivas para mim.

Um pouco depois, interrompia o que ditava para soltar a última ideia que lhe ocorresse:

— Estou pensando em ir pessoalmente à Europa para conseguir o que não conseguem os intermediários.

Para seu amigo, isso parecia uma ideia insensata, mas não contradisse. Entendia que Pedro estava ferido em seu amor-próprio, que as sucessivas rejeições eram ainda mais difíceis de suportar por causa do sacrifício que tivera de fazer ao romper seu relacionamento com a marquesa e deixou o tempo passar. Dois dias depois, quando o viu mais sereno, lhe mostrou o pacote de cartas sem enviar e as voltou a ler pausadamente.

— São ordens um pouco insólitas, não crê majestade? Não pensa que é melhor esperar uns dias antes de enviá-las?

Pouco a pouco foi conseguindo fazer com que a razão se apoderasse dele, fazendo-o refletir sobre a inconveniência de deixar-se levar pelo amor-próprio, agora manchado, por uma atitude arrojada e impulsiva que poderia custar-lhe caro, porque assim ele mesmo fecharia todas as portas.

— Está bem, não as mande — resolveu Pedro.

O Chalaça, bem diligente, escreveu a lápis no lado de cada folha: “Cancelada”, e guardou o pacote numa caixa. Compreendia que aquela fúria tão aguda era a expressão do afã do imperador de dominar uma situação que escapava de seu controle. Com seu peculiar bom-senso das coisas, lhe sugeriu utilizar outros canais que não fossem Barbacena, porque este encontrava-se por demais ocupado em cuidar de Maria da Glória e escaldado depois de ter dado com a cara na porta tantas vezes.

— Por que não tentar com o visconde de Pedra Branca?

O visconde não tinha nem o nível, nem o *status* de Barbacena, mas era um homem fino, de bom gosto, um baiano encarregado de negócios na embaixada do Brasil em Paris. Tinha acesso aos mais exclusivos jantares da Europa e se oferecera como casamenteiro. Pedro levantou os ombros, como dando a entender que não acreditava nele. O Chalaça insistiu:

— Deixe-me falar com ele, veremos o que se pode fazer.

— Se você está tão empenhado, tente... — disse Pedro, que no fundo não queria perder essa batalha, embora sua dignidade lhe impedisse de mostrar a vontade que tinha de ganhá-la. — Porém, lembre-se de que qualquer iniciativa deve ser revestida de muito tato e prudência.

Cansado de ver-se privado de uma presença feminina no palácio e em sua

vida, entediado de tanto esperar, apesar de se sentir esperançoso, seu pensamento voltou-se para Domitila: *“Ah, minha filha, não tenho como explicar a saudade que sofre o meu coração”* — se atreveu a escrever-lhe — *“saudades que se torna cada dia mais agonizante quando penso que eu sou a causa de me haver separado de você. Mas, enfim, não há remédio. O amor que eu tenho é inextinguível em mim, e muitas vezes, quando penso em minha solidão, me saltam lágrimas pela perda de minha querida Leopoldina e de você”*. A carta teve o efeito de insuflar ar nas brasas da paixão. Domitila, que estava chateada em São Paulo, esperava como uma benção a oportunidade de voltar ao Rio de Janeiro e tomou essa carta como um convite. Confessara a um cortesão quão difícil era suportar o exílio forçado. *“Passo o tempo sem saber qual será o aventuroso dia que me levará de novo à corte, onde existe tudo que me interessa e pode me trazer alegria.”* Assim, ela respondeu para Pedro anunciando-lhe que tinha uma surpresa para ele e que estaria no Rio de Janeiro *“dia 20 deste mês”*. Sem dúvida, Pedro não gostou que ela tomasse a decisão por sua conta, como se desse por feito, como se ele estivesse de acordo que ela regressasse para o Rio de Janeiro. Então ele mandou várias cartas de protesto, uma para Domitila e outra para a sua mãe, na qual não disfarçava nem um pouco sua irritação: *“Uma pessoa que saiu do nada graças a mim deveria, por reconhecimento eterno, fazer o que eu peço... Tenho provas de sobra de que seu fim é opor-se ao meu casamento. Se a marquesa se apresentar aqui no Rio de Janeiro sem ordem minha, eu suspenderei sua mesada”*. A mãe lhe respondeu umas linhas, daquelas mais barrocas: *“Sinto na alma que um produto de meu desgraçado ventre tenha vindo ao mundo para dar motivo de inquietude à vossa majestade”*. O caso é que Domitila se intimidou e permaneceu em São Paulo. O momento adequado surgiria em breve. Segundo ela, tudo era questão de paciência.

Começaram a chegar ao Brasil centenas de exilados portugueses, que fugiam do regime absolutista de Miguel. Chegavam sem nada, alguns em farrapos, como vagabundos. De um dia para o outro lhes arrancaram de suas casas, haviam confiscados seus comércios, lhes ameaçado e expulsado de suas cidades. Os mais afortunados tinham conseguido se exilar. Outros apodreciam nas imundas celas dos cárceres de Lisboa e de Coimbra e muitos foram assassinados. Todos esses refugiados pediam encarecidamente que Pedro regressasse a Portugal para assumir a direção da luta contra o despotismo de seu irmão. *“Ninguém deterá Miguel, somente Pedro!”*, eles diziam. Foi no mesmo sentido o conselho de Benjamin Constant, o sábio suíço que o imperador tanto admirava. A confiança que lhe demonstrava seu ídolo intelectual, pedindo-lhe

publicamente que assumisse o comando do esforço de guerra liberal, impressionou-o profundamente e Pedro não o esqueceria. Constant via a luta por libertar Portugal como a primeira batalha na guerra contra o absolutismo em toda a Europa.

Para socorrer os compatriotas, Pedro abriu uma subscrição popular e mandou o Chalaça arrecadar fundos entre as ricas famílias brasileiras. Ele mesmo subscreveu 18 mil francos e de São Paulo, em um ato de generosidade não desprovido de interesse, a marquesa de Santos enviou mais de 30 mil. Em sua qualidade de “tutor e protetor natural” da rainha Maria II, o imperador publicou um decreto em que nomeava uma regência de três homens, encabeçada pelo duque de Palmela, embaixador de Portugal na Grã-Bretanha, aquele que viera ao Rio de Janeiro para dizer a Dom João e a seu conselho que os tempos haviam mudado e que deviam adaptar-se. Encarregou esses três homens do governo constitucional no exílio. Recebia cartas de sua filha, de sua casa em Laleham, perto de Londres, onde Barbacena, à espera de devolvê-la ao Rio de Janeiro a instalara com o beneplácito do rei Jorge IV. Pedro se deleitava lendo as descrições do *cottage* rodeado de salgueiros, dos patos nos tanques, da bondade da duquesa de Palmela e de como passava os dias bordando bandeiras para os soldados que iriam defender seus direitos.

Os assuntos portugueses começaram a tomar tanta relevância e Pedro estava tão imerso neles, que a oposição no Parlamento, no Rio de Janeiro, redobrou seu ataque. Voltava a acusá-lo de ser mais português do que brasileiro, de nunca ter rompido o cordão umbilical de sua pátria mãe. Era certo, não havia rompido nem pensava em fazê-lo. Porém, daí a tacharem o imperador de renegado havia um enorme abismo. A luta se avizinava e Pedro era chamado cada vez com mais veemência a participar, não somente por Portugal, mas também pela liberdade na Europa e no mundo, como bem indicara Constant. Aquela era uma causa que transcendia o Império brasileiro... Como poderiam, aqueles deputados locais que só pensavam nos rendimentos de seus negócios, baseados no tráfico e na exploração de mão de obra escrava, entendê-lo? Eram mundos opostos, causas que batiam de frente. E Pedro se sentia cada vez mais distante dos interesses de seus deputados.

A raiva lhe dominava, a raiva que sentia ferver em suas veias e subir borbulhante ao seu cérebro. Raiva porque era um imperador sem poder real, um soberano sem esposa, um homem sem companhia. E Barbacena continuava fracassando! À recusa da princesa Cecília da Suécia se somava agora das dinamarquesas, que o marquês tentou amenizar alegando que eram “muito

feias”. As princesas de Baden também não responderam. O contato do Chalaça, o visconde Pedra Branca, falava acaloradamente da possibilidade de uma princesa “menor”, no que dizia respeito à realeza, mas de grande beleza, uma sobrinha distante de Napoleão. A essa altura, Pedro não acreditava em mais nada. Parecia que se apresentava um espetáculo humilhante para o deleite de seus adversários, como Metternich. Agora desconfiava também de seu sogro, a quem acusava de sabotar seus intentos.

Para mostrar desprezo às cortes europeias que tanto o humilharam e porque estava farto de estar só, decidiu cair de novo nos braços da marquesa de Santos. Em contraste com a última carta, lhe mandou outra reclamando a sua presença e ela respondeu: “*Não pretendo incomodar meu soberano e meu amo e juro que não me intrometerei na vida de vossa majestade*”. Pensou que sua estratégia de paciência e de espera havia funcionado e deu graças ao Senhor. “Se a senhora marquesa chega no Sábado de Aleluia, será uma aleluia completa”, respondeu Pedro. No dia 29 de abril de 1829, depois de dez meses de ausência, Domitila reapareceu na corte do Rio de Janeiro, com o rosto resplandecente e ar triunfante. Ao entrar de novo em seu palacete, de que tanto sentira falta, viu um enorme ramo de lírios brancos um com um bilhete de Pedro: “Minha filha, aceite estas flores e com elas o meu coração que sempre foi seu”. Cheirosos e precípeis, houve quem disse que eram flores mortuárias, símbolo de um amor que não tardaria em murchar.

No dia seguinte, Domitila apareceu em São Cristóvão para assistir a uma recepção de boas-vindas oferecida pelo imperador. Chegou a bordo de uma bela carruagem puxada por seis cavalos e conduzida por moços de libré. Com sua capa de veludo bordada e decorada com penas de aves típicas do Brasil e pedras preciosas e uma gargantilha de ouro que pendia dela, um retrato do imperador engastado em diamantes, subiu a escada entre duas filas de guardas imperiais que levantavam suas lanças à sua passagem, formando um arco de honra. Um fidalgo a conduziu à presença do imperador, que a esperava vestido de gala e rodeado por seus filhos. Ao ver a sua filhinha, a duquesa de Goiás hesitou com relação a quem deveria cumprimentar primeiro. Seu instinto maternal ganhou o impasse e se aproximou de sua filhinha, a apertou fortemente em seus braços e cobriu seu rosto de beijos. Logo se inclinou ante a mão estendida de Pedro e a beijou. Ele estava deslumbrante em seu uniforme bordado com fios de ouro e coberto de condecorações. Em seguida, Domitila saudou as demais princesas vestidas de branco, impolutas, e trocou as obrigatórias trivialidades com o imperador. Entregou-lhe um envelope, que Pedro abriu, cerimonioso. Era um

convite para que passasse para tomar um chá em sua residência naquela mesma noite. Pedro a fitou com os olhos caídos, sorriu e disse: “Aceito”. Logo depois, não dando importância ao protocolo, a acompanhou até o salão onde estavam os demais convidados. A vida voltava a ser como antes.

Os diplomatas estrangeiros reportaram a recaída imperial sem realmente entender as razões que levaram a Pedro a isso. Era uma recaída de amor? Um ataque de solidão? Ou era uma daquelas crises de amor-próprio de um soberano cansado de desempenhar o ridículo papel que se havia imposto na infrutífera busca de uma esposa e que desejava reafirmar-se ante o mundo? Segundo o embaixador da Suécia, a influência de Domitila se fazia mais palpável do que nunca. O homem comparecera à suntuosa festa que a amante imperial, para reforçar o antigo vínculo com Pedro, organizou em seu palacete, com o pretexto de comemorar o aniversário da duquesa de Goiás, essa filha que o pai adorava. Um nutrido número de convidados compareceu, comprando seu renovado prestígio. A mulher estava radiante e de novo era o alvo de inveja de muitos. Ao som da orquestra, Domitila e Pedro abriram o baile no salão oval que fora testemunha de tantas outras celebrações, de tantas glórias passadas. Nesse momento, Domitila estava convencida de que a separação avivara o amor de seu amante.

Contudo, a sorte estava lançada e a História, quando se repete, tende a ser uma paródia do passado. O idílio, o devaneio amoroso, não durou muito, apenas três meses, o tempo que havia transcorrido desde o regresso de Domitila até a chegada da embarcação que trazia a mala diplomática enviada pela embaixada brasileira em Paris. Em seu interior havia um pacote envolto em cartolina e papel carbono, com uma nota do remetente, o visconde de Pedra Branca, e estava endereçada ao imperador. Sentado em seu escritório em São Cristóvão, Pedro abriu o pacote e descobriu um retrato. Mostrava o rosto de uma princesa franco-alemã de 16 anos, que tinha parentesco com Napoleão... e disposta a casar-se. Pareceu ser lindíssima. Fazia tempo que tinham lhe falado sobre aquela jovem, mas não havia prestado atenção, porque Barbacena sempre o desanimara, alegando que era de uma linhagem menor, indigna do imperador do Brasil. Ele pensava que Pedro não devia casar-se com “bonapartistas”, para evitar ofender a Santa Aliança, que se havia proposto “a exterminar essa raça”. Não se devia o boicote do marquês, também, a que não estava na origem desse achado, que era do visconde e de seus contatos franceses?, perguntava-se agora Pedro.

Barbacena não sabia até que ponto Pedro estava enojado com a Santa Aliança e as vexações que lhe havia feito padecer... Além disso, ao imperador não importava o selo, o rótulo de bonapartista, ou o fato de não pertencer à linhagem das grandes família reinantes... Não lhe acabavam de mostrar essas famílias todo o seu desprezo? Assim, ante a insistência do visconde baiano, Pedro declarara que antes de tudo precisava ver o retrato da garota. E agora que estava diante daquele rosto oval, de feições delicadas perfeitamente desenhadas, emoldurado por uma cabeleira de cachos dourados, com olhos verde-azulados em forma amendoada, um nariz perfeito, lábios de coral, pescoço de cisne e uma expressão doce no olhar, seu coração disparou. Sim, ele disse para si

mesmo, é ela. Tem que ser ela. Chamava-se Amélia de Beauharnais de Leuchtenberg e era a segunda filha do príncipe Eugene de Beauharnais, filho adotivo do mesmíssimo Napoleão, que o nomeara vice-rei da Itália. Segundo a carta adjunta do visconde, era *“muito razoável e ponderada”*. Sua infância fora marcada pelos relatos da grandeza e do poder de sua família, assim como pela decadência e o empobrecimento que a derrocada napoleônica lhes havia causado. Sua tia Hortêncina vivia a vida de uma eterna exilada e seu irmão Augusto, a quem adorava, fora privado de levar o título de duque que lhe correspondia por herança paterna, apesar de ter nascido como príncipe de Veneza. Amélia não se casava por um impulso romântico, como havia feito Leopoldina. No imperador do Brasil viu a oportunidade de vingar-se do destino de sua família, que lhe parecia injusto e cruel. Informou sua mãe, por carta, sobre a sua decisão: *“Aceito, querida mamãe, mas entregar todo o meu porvir a um esposo que não conheço e do qual me chegaram informações pouco tranquilizadoras exige um grande sacrifício, ao qual quero colocar um preço”*. O preço que pedia era que o imperador tornasse o seu irmão duque. Casava-se para melhorar o *status* de sua família. Ia ser imperatriz.

Se essa era a condição, Pedro estava disposto a cumpri-la sem nenhum problema. Não havia feito marquesa a sua amante? Em um império com inflação de títulos nobiliários, pouco lhe custava essa atenção para o seu futuro cunhado, por isso aceitou a condição com entusiasmo. O importante era abrir terreno para que a união fosse bem-sucedida e quanto antes possível. Só faltava preparar um contrato pré-nupcial que Barbacena poderia assinar em seu nome e arrumar um casamento por procuração que se celebraria em Munique, em honra à mãe de Amélia, a viúva duquesa de Leuchtenberg, pertencente à família bávara.

Na nota que o Chalaça mandou para Barbacena, com a papelada necessária para o casamento, escreveu: *“Não tem como o senhor avaliar a felicidade do meu amo. Ele conta os minutos que demora o envio, para saber se está tudo finalizado e se pode dar a saber na Câmara. A ideia é que tudo esteja pronto para fins de setembro, que é quando eu lhes espero juntamente com a imperatriz e a rainha.”* Mas Barbacena, conhecendo o temperamento do imperador, tinha medo de chegar ao Rio de Janeiro com a nova esposa e encontrar a concubina no palácio. Por isso, lhe escreveu informando que um jornal em Londres dava como certo seu iminente casamento... com a marquesa de Santos. E perguntava de uma forma muito diplomática como seria possível ocultar um evento desse de Dona Amélia. Com o Chalaça, se colocava de forma

muito sincera e lhe confessava que tinha um medo terrível de provocar “o maior dos escândalos” e ficar mal diante das cortes europeias.

A informação do jornal britânico colocou em risco a operação. A mãe de Amélia escreveu a Pedro: *“Meu filho, porque agora me atrevo a tratá-lo dessa doce maneira de nomeá-lo meu filho, eu peço que afaste de minha filha tudo que poderia dar-lhe a ideia de faltas passadas, de forma que não assuste esse coração que é a pureza em si”*. Agora Pedro, por mais imperador que fosse, estava na obrigação de expulsar de novo Domitila. Do palacete, do Rio de Janeiro, de sua vida. E não só ela: também a duquesa de Goiás, que amava com paixão, mas cuja mera existência sugeria “faltas passadas”. Esse era o verdadeiro preço que tinha que pagar para receber como esposa aquele tesouro de princesa.

Pedro nem pensou muito. A decisão estava tomada havia já algum tempo. Era impulsivo, mas também era calculista. Comunicou Domitila por carta que havia encontrado uma esposa: *“Sinto muito perder a sua companhia, mas não há remédio”*, lhe dizia no final. Quando Domitila quis vê-lo pessoalmente para pedir explicações, os criados lhe disseram que o imperador acabara de sofrer outro de seus ataques epilépticos e não poderia recebê-la. Era verdade, ela viu o médico sair de seus aposentos e este confirmou que Pedro estava descansando, recuperando-se de um ataque muito violento.

- O imperador tem acumulado muita tensão nos últimos tempos.
- Necessito vê-lo, deixe-me passar...
- Ele disse que não deseja ver ninguém.
- Nem sequer a mim?
- Nem sequer a senhora. Sinto muito marquesa...

Domitila tinha a sensação de já ter vivido aquele momento. Era tomado pelo mesmo sentimento que experimentara no dia que tentou visitar Leopoldina e não a deixaram entrar em seu quarto. A sensação de não pertencer, de ser considerada como estranha, de uma hora para a outra, de ser alvo da aversão dos demais era desconcertante e doía. A rejeição deixava um sabor amargo na boca.

Voltou chorando para o palacete. A pior tortura que podiam aplicar a ela era afastá-la de Pedro, marginalizá-la do homem que a tornara quem ela era. Num impulso arrebatador, mandou retirar todos os ramalhetes de lírios brancos que, em seus vasos de porcelana chinesa, decoravam a mansão. Subiu ao quarto, de onde podia ver o palácio de São Cristóvão no alto da colina. Havia luz no quarto de Pedro. O que ele estaria fazendo? Estaria lendo? Escrevendo? Quem sabe, escrevendo para ela? Estaria sofrendo? Sentia a sua falta? A luz logo se apagou e o palácio ficou às escuras. Domitila sentiu uma pontada no coração.

Presentia o pior. Sua única esperança era que esse planejado matrimônio, como tantos outros anteriormente, também se fosse para o espaço.

No palácio, o médico consultava de novo as pesquisas médicas, como se pudesse encontrar soluções para o mal do imperador. Ao comprovar os escassos recursos que ofereciam, se dispôs a escrever algumas recomendações, nas quais, entre opiniões filosóficas e versos em latim, aconselhava moderação em tudo: “O abuso dos prazeres oriundos de Vênus (do amor carnal) é ruína certa”, acrescentava como nota final.

Domitila não iria se retirar sem travar uma batalha. Escreveu uma carta a Pedro, mas não obteve resposta: *“Sem que haja nada certo ainda, se aborrece comigo e se comporta de maneira que eu não mereço...”* Mas ela estava enganada: dessa vez os preparativos para o casamento estavam sendo levados a sério. As negociações do contrato pré-nupcial tinham fluído bem e Barbacena já o assinara. A última página daquela história romântica se aproximava.

Domitila apareceu de novo no palácio e pediu uma audiência com Pedro. Desta vez um ajudante a guiou até o escritório no térreo, diante da varanda e do jardim tropical, com seus flamboyants em flor, suas araras e pavões reais que emitiam gritos guturais. Pedro estava pálido, mais magro e tinha o rosto marcado por profundas olheiras, pelo olhar e pelo tom de sua voz, Domitila soube que tinha a perder.

— Por que não deixou que eu cuidasse de você? Estive muito preocupada...

— Minha filha, isso já não pode ser — lhe respondeu com a voz rouca. — Não é bom que venha aqui, entenda. Se lhe deixaram entrar hoje, é porque quero dizer-lhe que não há margem para temporizar...

— Chama de temporizar pelo fato de preocupar-me com você?

Pedro a olhou fixamente e falou de maneira pausada, como se quisesse assegurar-se de que dessa vez iria ser compreendido:

— É preciso que você volte para São Paulo o quanto antes.

Houve um silêncio que pareceu ser eterno. Domitila o conhecia muito bem para saber que não mudaria de ideia. Mas não podia jogar a toalha assim, sem mais nem menos.

— Se estou aqui hoje — ela disse —, se voltei da corte quando estava em São Paulo, é porque você me chamou.

— Sei disso, mas isso não é um assunto que concerne a nossa vida privada. É um negócio de Estado.

— Nossos filhos também são um negócio de Estado?

— Legítimos ou ilegítimos sempre mostrei cuidado e atenção com todos

eles, você sabe bem disso. Queria lhe falar sobre nossa filha...

— Deixará que eu a leve comigo para São Paulo?

— Tenho planos mais ambiciosos para ela, é disso que eu quero falar... Quero que ela vá para Paris, para o convento do Sagrado Coração, é um dos melhores colégios da França. Ali ela aperfeiçoará sua educação.

— Estão lhe obrigando a se desfazer dela como fizeram comigo?

— Ninguém me obriga a nada, sou o imperador.

— Então por que está nos jogando para fora de sua vida?

— É conveniente que a menina e você deixem a corte. E para ela é melhor Paris do que São Paulo... Nisso você me dá razão, não?

Domitila estava confusa, presa em um tumulto de emoções, que iam desde a fúria ao ressentimento, passando pelo medo.

— Por que voltou a me chamar? — insistiu.

— Eu lhe disse que poderia voltar, mas só até o meu casamento. Releia a carta que eu lhe mandei e verá que digo a verdade. O casamento por procuração será celebrado em Munique na semana que vem. E já está tudo pronto, não terá mais volta.

Domitila se apoiou no respaldar de uma cadeira, como se tivesse recebido um golpe físico. O grasnido do pavão real rasgou o ar cálido e carregado de umidade. Ainda tinha uma “carta na manga”, que podia jogar agora. Conhecendo o imperador, pensou que assim o abrandaria:

— Pedro, faz três meses que não tenho a visita...

“A visita” ou “a assistência” se utilizava indistintamente para mencionar a menstruação. Em outras ocasiões, quando lhe havia anunciado que outras visitas não haviam chegado, Pedro reagia com alegria. Dessa vez não. Era como se um véu tivesse coberto a expressão do rosto e lhe houvesse apagado a centelha que brilhava no fundo de seus olhos escuros. Enfureceu-se.

— Não pode ser meu! — gritou.

— Pois é. De três meses.

Mais um filho de sua amante era um perigo que ameaçava derrubar todos os seus planos. Pedro perdeu as estribeiras, a insultou e a ameaçou com o exílio, não em São Paulo, e sim no interior do Brasil.

— E o que quer que eu faça? Quer que o arranque das minhas entranhas? — perguntou ela aos gritos.

O imperador ofegava, exausto. Um papagaio no jardim repetia “... tranhas, tranhas” com sádica persistência. Pedro tremia. Como podia odiar essa mulher se no fundo continuava amando-a? Não desejava esse filho, porém menos ainda

fazê-la abortar. Negava-se a aceitar esse novo bebê, mas já via sua carinha redonda e lhe repugnava ter que reprimir seu instinto paterno. Tudo era tão complicado, tão impossível, tão contraditório e tão doloroso. Domitila se convertera em seu tormento.

— Fora daqui! — gritou. — Fora da minha vida!

Estava desfeita, sofrendo a agonia sem-fim daquela história de amor que não terminava nunca. Ela também queria acabar, mas ao mesmo tempo desejava prolongá-la... ainda que por apenas mais uma semana, um dia, uma hora. Queria ouvir dele “eu te amo” uma só vez, que o repetisse qualquer das magníficas frases que havia escrito em suas cartas, para assim ir embora tranquila, com uma semente de esperança plantada no coração. Ainda que fosse mentira, mas que o dissesse.

Não conseguia e se afundou em um sombrio poço de desespero. Tudo se misturava em sua mente: sentimentos encontrados, interesses contrapostos, promessas comuns, desejos e afetos recíprocos... Pedro, já mais sossegado, a olhou longamente. Domitila não temia o homem que tantas vezes se prostrara a seus pés. Era a única pessoa no mundo que ousava encará-lo... Por isso, por saber se defender com tenacidade, Pedro a admirava. Ele a amava, claro que a amava, mas não podia dizer. Não o poderia dizer nunca mais.

— Você tem que sair do Rio de Janeiro de hoje a sete dias — lhe comunicou, para resolver a discussão.

Fiel a si mesmo, em poucas horas estava arrependido de tê-la tratado tão bruscamente, de machucar, causar estragos. Por isso, decidiu compensá-la generosamente para o rompimento se tornar menos doloroso. Deu instruções para o Chalaça para liquidar os bens que a marquesa possuía no Rio de Janeiro, que lhe seriam recomprados pelas arcas imperiais. Pedro adquiriu tudo, até o palacete pelo qual pagara 300 contos. Deixava sua amante dona de uma autêntica fortuna.

Domitila de Castro quis resistir e mandou dizer que deixaria o palacete, mas que não sairia da cidade sob nenhum pretexto. Que aceitava qualquer coisa, ainda que fosse modesta, mas que permaneceria no Rio de Janeiro. Por nada do mundo queria distanciar-se do homem que sabia que podia voltar a seduzir. Mas Pedro, que não queria cair na tentação, se manteve firme. Desesperado com aquele processo interminável, reduziu para três dias o prazo para que a amante abandonasse o palacete.

— E diga à marquesa — ordenou ao Chalaça — que se não for no prazo que eu estou lhe dando, se esqueça de cobrar as mesadas. Que lhe serão retirados

seus criados e suas damas de honra. E a eles dê a ordem de que a partir de hoje não a atendam mais.

Para que a mensagem calasse, Pedro enviou um pacote para Domitila. Quando o abriu, ela se desfez em prantos: continha os presentes que ao longo dos anos ela lhe dera: desenhos com poemas de amor, um quadro, uma sortilha, um fuste, umas esporas com diamantes encravados, algumas cartas com flores secas... À tarde chegaram os moços do palácio de São Cristóvão, com a missão de embalar o mobiliário e mandá-lo para o porto.

— Não sairei daqui! — dizia ela, encolerizada, vendo como levavam seus móveis, seus óleos, suas lmparinas... — A Constituição protege meus direitos! — se atreveu a acrescentar em um alarde de desespero.

Não havia o que questionar, aqueles eram os últimos estertores, gritos agonizantes antes da morte, de uma mulher que não aceitava ser despachada, desrespeitada. Repetia que se havia regressado era porque ele pedira. Cometera a loucura de misturar seus desejos com a realidade, pensando que a relação duraria para sempre, que eles se casariam, que seu regresso marcava uma lógica evolução daquele romance.

— Por favor, apiede-se de uma desgraçada... — acabou murmurando em um mar de lágrimas, com os cabelos despenteados, o rosto deformado pelo choro e apoiada contra a parede, no meio do salão vazio.

Ninguém a escutou.

No dia 28 de agosto de 1829, o jornal de maior tiragem do Rio de Janeiro, o *Diário Fluminense*, publicava uma nota: “*A excelentíssima senhora marquesa de Santos saiu ontem desta corte para a cidade de São Paulo. Seu mobiliário está embarcado no bergantim União Feliz, que segue para Santos no dia 29 do corrente mês.*” *União feliz...* o destino punha sua pedra de ironia naquele desfecho.

Domitila de Castro não voltava como partira, agora era uma endinheirada aristocrata que poderia viver sete vidas sem ter que trabalhar, nem se preocupar em ter que ganhar seu sustento. Apesar de tudo isso, ia com o coração partido e com um filho no ventre, sem saber o que teria feito para merecer aquele segundo e definitivo exílio. Havia se despedido da duquesa de Goiás e o esforço para conter a emoção a deixou exausta, consumida. Não o conseguiu com Pedro, que a evitou até o final.

Mais do que apaixonado, Pedro estava fascinado pelo amor e por aquele retrato de Amélia. Contemplá-lo dera asas à sua imaginação fantasiosa. O transbordar da efusividade que mostrava em suas cartas a Barbacena e à jovem noiva era, sobretudo, a expressão de seu profundo reconhecimento. O fato de que a princesa se atrevesse a cruzar o oceano para se unir a um soberano que todos os ministros austríacos da Europa pintavam como assassino de sua primeira mulher lhe devolvia a dignidade, a confiança em si mesmo, a credibilidade e um posto entre seus pares na realeza. O “sim” de Amélia o ressarcira de tanta rejeição e maledicência, e por isso estaria, a ela, ao visconde, a Barbacena e a todos que haviam colaborado na façanha, eternamente agradecido. “... *Fale de mim*” — ele pedia em carta para o marquês — “*para que conheça a maneira de pensar de seu esposo, que veja que é um homem de bem e de caráter, que sabe e que sempre saberá desmentir com seus atos as calúnias que vertem sobre ele...*”

Seu comportamento mudou drasticamente. “*Nosso amo*” — escrevia o Chalaça — *é outro homem. Já não dorme fora de casa e está sempre acompanhado de seus gentios.*” Estava envolvido com os preparativos para a chegada de sua nova esposa. Ordenou limpar a cidade, colocar bandeirolas nas fachadas das casas e erigir arcos de triunfo graças ao apoio dos comerciantes. Como havia se inteirado de que a cor favorita da nova imperatriz era rosa, mandou adornar palácios e edifícios oficiais com toldos e guirlandas dessa cor e pintar, também de cor-de-rosa, as janelas e as colunas que imitavam as de Trajano, em Roma. Realizou esses preparativos sem diminuir o ritmo de suas atividades. Seguia com seu afã de ocupar-se de detalhes que, por sua posição, não lhe correspondiam. Era o preço que tinha de pagar por não saber delegar. Queria ter a iniciativa em tudo e se desesperava ao tentar manter em dia sua vida amorosa, seu trabalho político, suas atividades esportivas, os negócios dinásticos, os problemas da sucessão da coroa portuguesa... Mas era infatigável.

Depois da cerimônia celebrada na capela familiar em Munique, Amélia e Barbacena se dirigiram a Londres, para buscar Maria da Glória e embarcar todos juntos em Plymouth, rumo ao Rio de Janeiro, a bordo de duas fragatas, a *Imperatriz* e a *Maria Isabel*, que Pedro colocava à sua disposição. Conhecendo o afeto que Amélia tinha por seu irmão, também o cunhado Augusto, de 19 anos, foi convidado a viajar para o Rio de Janeiro. Os quatro fizeram a travessia em três semanas, e para matar o tempo a bordo aprendiam português, se divertiam com os jogos de charadas, e, à parte, se dedicavam à leitura e ensaiavam passos de dança na área coberta do navio.

Em 16 de outubro de 1829, enquanto a fragata *Imperatriz* ancorava na baía do Rio de Janeiro, um barco a vapor proveniente do porto, com o imperador a bordo, se aproximou em alta velocidade. Pedro subiu a escada e cruzou a passarela. Seu proverbial ímpeto o impedia de respeitar os prazos de tempo que mandava o protocolo. Ardia em desejo de conhecer sua mulher e de abraçar sua filha. E quando o viu, “a pequena” correu em sua direção. “*De tão emocionado que estava ao abraçar a rainha, quase perdeu os sentidos*”, escreveu o marquês de Barbacena. Pedro temera tanto que a filha caísse vítima de intrigas inimigas ou até de uma emboscada do próprio Miguel que não podia acreditar que agora ela estivesse em seus braços... Mais linda do que nunca, uma adolescente. Amélia assistia a esse reencontro sem atrever-se a abrir a boca. Barbacena descrevera como tímida, mas na realidade estava morta de medo. Uma coisa era ouvir falar de Pedro nos salões de Paris e outra era tê-lo diante de si, com sua personalidade exuberante, sabendo que eram marido e mulher. O fato é que assistir àquela demonstração aberta de ternura paternal foi para ela tranquilizador. Esse homem abraçado à filha e com lágrimas nos olhos era o monstro do que falavam os fofoqueiros de salão na Europa? Não podia acreditar. Que Pedro se dirigisse primeiro à sua filha do que a ela, mostrando esse esbanjamento de afeto paterno, esse afã de proteção, a comoveu e aquilo bastou para que começasse a enxergar com outros olhos aquele homem garboso, de pele curtida e rosto bronzeado. Quando Pedro deixou a pequena se voltou para cumprimentá-la, sorrindo e trêmulo, a primeira coisa que pensou foi que a realidade era melhor do que o retrato. Amélia era mais alta do que imaginara, bem proporcionada, elegante, com abundantes cabelos castanho-mel e um sorriso que evocava o das mulheres do Renascimento. Durante o jantar que compartilharam a bordo, o imperador pôde comprovar que, além de linda, era inteligente e de uma maturidade surpreendente para a sua idade. Depois dos tumultuosos e recentes vaivéns de seu coração, de tantos anos de uma vida

degenerada, de tantas decepções na política, das traições familiares, da viuvez e da separação, de tanto amor proibido e desamor, Pedro sentia dentro de si um intenso desabrochar de pura felicidade, como não experimentava havia muitíssimo tempo, talvez desde os tempos de sua relação com Noémie. Essa outra francesa, que admirava do outro lado da mesa, era um presente do céu. Seus gestos refinados, sua voz suave, sua simplicidade e, sobretudo, seu sorriso lhe proporcionavam um prazer sereno e profundo, como se depois de um temporal tivesse chegado a uma praia de águas tranquilas. Até suas expressões faciais mudaram: o véu que parecia apagar o brilho de seu olhar, as rugas e o cenho que eram o reflexo das tensões passadas, o ar sério e retraído deram passagem a seu antigo semblante jovial e travesso. Foi como se a chegada de Amélia, tal como a brisa que soprava sobre a baía do Rio de Janeiro, varresse de uma só vez as pesadas nuvens que se amontoavam no horizonte de sua vida.

Ele desejou muito desfrutá-la naquela noite, mas as condições do contrato, a petição expressa da mãe de Amélia, estipulavam que Barbacena só poderia entregá-la a Pedro quando tivessem recebido a bênção da igreja. Por isso, dormiu sozinho no palácio, feliz por saber que seria a última vez.

O dia seguinte foi uma data de grande gala. Vestindo seu uniforme de generalíssimo, Pedro voltou à fragata para buscar sua mulher, e fez isso em seu galeão imperial impulsionado por remadores. Já no atracadouro e a caminho da capela imperial, Pedro quis sentar-se na mesma carruagem que transportava Amélia, mas Barbacena o lembrou da promessa feita à sogra... E então ele teve que ceder.

Durante a missa, Pedro não conseguiu conter as lágrimas ao ouvir as vozes do coral. Ele estava ficando cada vez mais parecido com o pai, chorando quase tanto quanto o pobre Dom João VI, e agora não dava importância ao que pudessem dizer, não era como antes, quando queria parecer mais forte, mais corajoso, mais homem. O tempo havia moderado e suavizado essas vaidades. Pedro chorava pela emoção indescritível de ter conseguido essa mulher e, ao mesmo tempo, ele se amaldiçoava por ter estado a ponto de jogar a toalha. Quão perto estivera de perder essa felicidade! A espera tinha valido a pena.

O imperador parecia ser o homem mais feliz sobre a face da Terra ao sair da capela de braços dados com Amélia. O povo deu vazão à sua alegria e se pôs a dançar nas ruas ao som das orquestras que tocavam os ritmos daquele país imenso, do forrobodó nordestino ao lundu angolano, para grande deleite dos cariocas. Pedro e Amélia se deslocaram para a igreja da Glória, local de devoção da família real desde os tempos de Dom João. Apesar de estar

enfeitado pela beleza, juventude e graça de Amélia, Pedro teve um pensamento furtivo com a mulher que o havia acompanhado tantas vezes até ali para rezar e a quem tanto fizera sofrer. Embora tivesse sido sepultada no convento da Ajuda, Leopoldina não estava morta de todo, porque continuava presente no imaginário popular. Mais viva do que enquanto vivera, e Pedro tinha medo de que ela voltasse dos mortos para se vingar. O peso em sua consciência o acompanharia para sempre.

Depois de receber os cumprimentos dos membros do corpo diplomático, o casal foi até o antigo palácio real, onde Pedro vivera nos primeiros dias depois de sua chegada ao Rio de Janeiro, e o imperador anunciou diante de uma multidão de funcionários e de cortesãos reunidos que, em homenagem à nova imperatriz, ele havia criado a Ordem da Rosa...

—... Cujo lema é amor e fidelidade — acrescentou o imperador, muito sério.

Amélia não percebeu a careta de ironia que muita gente que conhecia seu marido exibiu nesse momento, incluídos aí Chalaça e Mareschal. Sua atenção estava concentrada na cerimônia seguinte, na qual Pedro outorgaria a seu cunhado Augusto o título de duque de Santa Cruz, com tratamento de alteza real. Na mente do imperador, Augusto merecia grandemente essa medalha porque, contribuindo para sua felicidade, estava contribuindo também para a felicidade de todo o povo. Prova da devoção popular era o ambiente nas ruas. O apogeu dos múltiplos festejos foram os fogos de artifício que dois soldados do regimento alemão soltaram depois de escalar as íngremes paredes do Pão de Açúcar. Os reflexos coloridos inundaram de luz a baía.

O palácio de São Cristóvão tinha passado por melhorias e reformas, por ordem do imperador. Os tetos e afrescos haviam sido repintados, e a fonte da entrada agora era iluminada por lâmpadas a óleo. Os novos capacetes da guarda de honra imitavam os dos bávaros, um detalhe que não passou despercebido por Amélia. Ao subir a escadaria para conduzir a esposa a seus aposentos, o coração de Pedro batia tão alto, quase trovejava, que ele ficou com medo de que Amélia ouvisse. O sedutor por excelência, o homem que não sabia desfrutar de outros prazeres que não fossem do sexo, o conquistador que pensava que a monogamia era resultado de uma libido diminuída ou o claro sinal de algum problema mental, estava agora tremendo como gelatina. Curiosamente, ele estava muito mais nervoso do que ela, virgem e casta.

— E aquela mansão? Quem mora lá? — perguntou a jovem, apontando através das frestas das venezianas de seu quarto para a antiga casa de Domitila.

— É onde mora Maria da Glória. Serve também como sede do governo português no exílio.

Pedro decidira dar esse uso para aquele edifício, que agora estava repleto de exilados tramando para reconquistar o poder na pátria distante. Gentilmente, fechou as janelas e apertou Amélia contra seu peito. Então ele a puxou até a cama e ambos rolaram entre os lençóis, beijando-se e acariciando-se. Seus dedos de especialista soltavam os botões, desatavam nós, puxavam as meias, afastavam as anáguas até que pôde contemplá-la nua, iluminada pela luz prateada da lua. Pedro estava maravilhado diante daquele corpo branco e liso, macio e coberto de gotículas de suor, que jazia meio de lado e que desprendia um aroma como um docinho recém-acabado de assar. Ele acariciou as costas e a barriga, e logo os pelos pubianos, que não eram crespos como os de Domitila, e sim escassos e lisos. Recordou-se fugazmente de Noémie. Desde aquela época não voltara a sentir esse estremecimento, mais parecido com o êxtase do que

com a urgência do desejo. Ela teve a audácia de tocá-lo para ir descobrindo as possibilidades do prazer, mas encontrou um homem paralisado. “Meu Deus! Como é que isso foi acontecer comigo justo nessa hora?”, pensou ele consigo mesmo, mortificado. Não era a primeira vez que isso lhe acontecia; ultimamente, o imperador percebera uma diminuição de seu desejo sexual, mas jamais pensou que poderia falhar completamente. O que estaria acontecendo com ele? Por que não estava sentindo aquele vulcão de excitação que, em outras ocasiões, lhe nublava o entendimento? Estaria ficando velho? Ou a “sua coisa” deixara de funcionar de tanto que a havia maltratado? Ele tinha feito filhos com amantes passageiras, e não seria capaz de fazer um filho com sua legítima esposa, a nova imperatriz? Para alguém recém-casado com uma mulher tão jovem e tão bonita, aquela falha de sua virilidade era o mais desmoralizante que poderia acontecer. Talvez fosse um castigo divino por todas as mulheres que havia penetrado sem a menor consideração e gentileza. Seja como for, aquilo foi uma lição de humildade que Pedro acabou levando com senso de humor. A última frase de uma carta dele ao amigo marquês de Resende dizia: “... *Se ela não engravidar de mim, que é a única desgraça que ainda me falta sofrer*”.

De dia, e durante quase um mês, os recém-casados foram homenageados com todo tipo de festejos. Participaram de apresentações no teatro, foram a óperas de Rossini, bailes, recepções, desfiles militares, um piquenique regado a vinhos de Bordeaux, na ilha do outro lado da baía e assim por diante. Do mesmo modo como fizera com Leopoldina, Pedro, tomando as rédeas do cocheiro, mostrava à sua esposa e ao seu cunhado os arredores da cidade: passearam pela floresta da Tijuca, pelo rio das Laranjeiras, em cujas margens as lavadeiras crioulas, cantando, batiam a roupa contra as pedras, passaram pelos parques floridos de Botafogo, pelo Jardim Botânico... E durante as noites, o casal imperial se recolhia em São Cristóvão, para desfrutar, se o cansaço assim o permitisse, os prazeres do amor. Já então, aquela “impotência situacional” não era nada além de que uma má lembrança, e Pedro havia recuperado parte de sua energia habitual, mas nunca mais com o brio de antes, quando Domitila o deixava louco de amor. Ele desejava ardentemente engravidar a sua mulher, mas a “visita”, agora que não a queria, chegava com insolente pontualidade.

Ao voltar de um dos passeios, acompanhado de sua filha, da imperatriz e do irmão dela, e vendo que o céu se cobria de nuvens carregadas, Pedro fez estalar o chicote e colocou os cavalos a galopar para chegar ao palácio antes que começasse a chover. A má sorte quis que um dos cavalos resvalasse na calçada e, ao cair, fizesse partir um dos arreios com um forte estalo. O imperador tentou

controlar a situação segurando as rédeas com força, mas os cavalos, em pânico, partiram a galope. A carruagem saiu da estrada e capotou em uma curva. Pedro, que estava de pé, foi lançado a vários metros de distância e seu corpo ficou estendido no chão. Estava inconsciente. Augusto tinha um braço quebrado, Maria da Glória, contusões e alguns cortes. Amélia saiu ilesa, mas tremia como uma folha. Foi acalmar-se apenas depois de uns cinco minutos, quando Pedro começou a recuperar a consciência. Estava tremendamente dolorido. A jovem imperatriz, com grande presença de espírito, mandou chamar os médicos do palácio e decidiu que os feridos deveriam ser transportados para a mansão mais próxima, que pertencia a um nobre cortesão. Os médicos confirmaram que o imperador estava com duas costelas fraturadas e insistiram em operá-lo para remover um “tumor” resultante do acidente. Apesar do diagnóstico benigno, ele insistiu que chamassem seu confessor. Já fazia algum tempo que Pedro estava com medo da morte. Antes nunca pensava nisso, mas agora essa era uma ideia recorrente cada vez que sofria um acidente ou que ficava adoentado.

A imperatriz ficou o tempo todo junto de seu esposo, encorajando-o e cuidando dele com carinho. “Essa é a enfermeira mais inteligente que eu poderia encontrar”, disse o imperador. Aquele acidente trouxe à luz o verdadeiro temperamento de Amélia, cujo comportamento exemplar e responsável foi elogiado por todos. A partir de então, segundo Barbacena, *“eles ficaram tão ocupados um com o outro que pareciam estar apaixonados por toda a vida”*.

Três semanas depois, Pedro já estava suficientemente recuperado para ser transportado ao palácio de São Cristóvão. E assim que chegou, o imperador recebeu uma visita inesperada. Depois de seis anos de um duro exílio, José Bonifácio estava de volta. Fazia vários meses que vivia retirado na ilha de Paquetá, de luto por sua mulher, que falecera durante a viagem de volta para o Brasil. Ele havia decidido cruzar a baía e fazer essa visita só depois de ter sido informado de outro exílio forçado, o da marquesa de Santos. Bonifácio tinha certa apreensão, porque não tinha certeza de como seria recebido pelo imperador.

No entanto, Pedro o recebeu de braços abertos. Tinha se arrependido mil vezes por ter cedido a seus impulsos e forçado o velho naturalista ao exílio. Como havia sentido sua falta desde então! O fato de não o ter por perto fez com que o imperador percebesse que nunca lidara com alguém comparável a Bonifácio no cenário político. Pedro tinha por ele uma afeição profunda, que era secreta até esse dia:

— Amélia, eu quero lhe apresentar meu melhor amigo — disse, deitado na

cama.

José Bonifácio, surpreso com aquela recepção tão efusiva, relaxou e começou a conversar animadamente com o casal. Estava gostando de falar em francês com a nova imperatriz. E gostou também de que ela não tivesse a passividade angelical nem a submissão de Leopoldina, e pensou que sua personalidade poderia exercer uma influência mais benéfica no imperador. E como sempre, continuava sem papas na língua:

— Não venho como um agitador, majestade, tranquilize-se, não quero colocar o trono em perigo.

Pedro se lembrava com alguma nostalgia dos heroicos dias da independência.

— Ofereço a você qualquer cargo que desejar... Pode escolher.

— Oh, não, majestade, de maneira nenhuma... Não quero nenhum cargo. Só quero lhe servir de advogado do diabo, sem posição e sem remuneração. Quero ser livre para falar da maneira mais franca possível, e se me permitir, mostrar os erros e falhas que vier a cometer, porque isso é de interesse de vossa majestade, de seus filhos e de todos nós.

Eles riram muito. Acontecia aquilo que só ocorre com as amizades que foram forjadas por uma intensa vivência comum. Se eles conseguiram se esquecer dos ressentimentos, poderiam retomar do ponto onde pararam.

Em seguida, Bonifácio expôs sua ideia sobre a situação do Brasil. Segundo ele, as tensões cada vez maiores entre o governo de Pedro e Câmaras dos Deputados estavam ameaçando a sobrevivência do sistema monárquico. Era urgente que se estabelecessem padrões de comportamento, definisse bem as respectivas áreas de poder e fizesse cumprir a Constituição ao pé da letra. Recomendou ainda que substituísse o atual chefe de governo por Barbacena, bom diplomata e mais capacitado para satisfazer o Parlamento. Pedro o ouviu com a máxima atenção. Finalmente, Bonifácio dirigiu-se à imperatriz:

— Ajude-me a fazer o imperador se reconciliar com a nação, por favor.

Amélia e Bonifácio ficaram favoravelmente impressionados um com o outro. Tanto quanto o velho sábio tinha ficado impressionado com Leopoldina, naquele dia, anos antes.

Assim que terminou a convalescença de Pedro, estabeleceu-se uma rotina em São Cristóvão. A nova imperatriz não parecia disposta a adaptar-se ao que via como a “preguiça brasileira”, do mesmo modo que havia feito Leopoldina, e se mostrou tão exigente com os assuntos da casa como com os costumes e o cerimonial da corte. Em um desejo de apagar qualquer lembrança que pudesse ter restado da marquesa de Santos, convertida agora em um símbolo do frenesi de luxúria de seu marido, ela decidiu redecorar o palácio por completo, ao mesmo tempo que mandava embora a camarilha formada por Plácido e pelos serviçais mais antigos e corruptos. Amélia tinha pulso firme, era lutadora. Não provinha de uma corte rica e poderosa, como sua predecessora, e sua infância tinha sido marcada pela fatalidade de seu pai e pelas vicissitudes da ruína familiar. De nobreza secundária, era burguesa em seus gostos e atitudes: não era uma intelectual com tendência a se recolher, nem tampouco se derretia de amores por seu marido a ponto de perder sua dignidade. Com ela no comando, a casa imperial tornou-se convencional, respeitosa das tradições e um modelo de virtudes.

Na mesma linha, Pedro, seguindo ao pé da letra os conselhos de seu médico, abandonou todos os tipos de aventura fora do casamento: *“Eu tenho a firme intenção de não fazer nada senão em casa”* — escreveu ao seu amigo, o marquês de Resende — *“não apenas por motivos religiosos, mas também porque me são escassas as capacidades, agora que vemos nossos pés à nossa frente ao nos encontrarmos no vale de Josafá, onde cabemos todos, segundo dizem as Escrituras”*. Em outra carta, o marquês respondeu: *“Peço licença para duvidar das poucas forças que vossa majestade diz ter”*.

Aparentemente, Pedro tinha tudo para ser feliz e, no entanto parecia estar em um poço de inquietude que o impedia de desfrutar de sua nova situação da forma que merecia. Ele não havia assimilado a traição de Miguel e, apesar do

tempo transcorrido, seu desejo mais persistente continuava sendo o de vingar sua filha daquela afronta. A ferida provocada por esse espinho que fora cravado em seu coração estava supurando. Aquela traição de seu irmão o unira mais à Portugal. Ele não conseguia deixar de demonstrar interesse naquilo que estivesse passando por lá e sua postura era contrária à da maioria das pessoas que o rodeavam, as quais não queriam ver o Brasil envolvido nesses assuntos. Mas quanto mais percalços e quanto maior fosse a adversidade, mais Pedro se aferrava à luta. Ocupado com seus deveres imperiais, fustigado pela opinião pública que, através da imprensa e do Parlamento, vigiava todos os seus passos de maneira crítica, o imperador não via como poderia conseguir algum tempo para restituir os direitos de sua filha, e aquilo o exasperava. Quando soube que seu irmão estava tentando que a Grã-Bretanha, a França e a Áustria reconhecessem seu regime, escreveu de próprio punho um artigo virulento que foi publicado no *Diário Fluminense*: “*Para que se veja quão infame e abominável é Miguel, basta dizer que é um mau tio, pior irmão e péssimo filho, pois tentou, contra a vida de seu pai até que, finalmente, o matou de desgosto, e segundo dizem com veneno...*”. Os políticos brasileiros sentiam-se incomodados com tanta veemência, pois não compreendiam por que seu imperador não se esquecia daquele mundo distante e se concentrava no aqui e no agora.

Além disso, o fato de estar casado com uma mulher tão jovem, algo que a princípio lhe proporcionara uma alegria incomensurável, agora lhe fazia sentir duplamente o peso de seus 30 anos de vida tão intensa. Estava bem consciente de que a idade de Amélia a aproximava muito mais de sua filha Maria da Glória do que dele. Quando, no grande baile oferecido pela corte no palácio do Senado, e a viu dançar uma valsa com seu irmão Augusto, Pedro sentiu-se fora de lugar. Estava preso em seu mundo opressivo, povoado de lembranças, de luto, de picuinhas políticas e, sobretudo, de preocupações dinásticas que lhe tiravam o sono. E seus recentes problemas de saúde só exacerbavam sua ansiedade. Ele começara a notar que suas pernas mostravam tendência a inchar-se, o que o fez lembrar-se de seu pai e daquela perna que ele colocava de molho todos os dias na água do mar. As pessoas não diziam que um dos primeiros sinais de velhice era começar a se parecer com o pai? Além disso, seu senso de masculinidade foi afetado por recentes dores na uretra, por sua falha na noite de núpcias e pelo declínio geral na libido. Tudo isso contribuía para lhe provocar pensamentos melancólicos, que o faziam concluir que o tempo que tinha para fazer justiça à sua filha e ao seu falecido pai não era ilimitado.

A notícia da morte de sua mãe o pegou de surpresa enquanto ele estava

nesse estado de ânimo. Pedro passava alguns dias em uma fazenda que acabara de comprar no alto das montanhas, onde o clima era mais fresco e permitia que a família se protegesse do terrível calor do verão carioca. Uma carta de seu irmão Miguel, em tom surpreendentemente afetuoso, anunciava: “*Meu querido irmão, de minha maior estima. Nossa mãe teve uma morte verdadeiramente cristã e não se esqueceu do filho ausente...*”. E aludia a uma joia deixada por sua mãe e à parte da herança de Dom João que cabia ao imperador.

— Ele não assina “Miguel” — comentou Pedro, visivelmente irritado. — Quem escreveu esta carta deve ter sido um secretário, sem dúvida. Ele não sabe escrever assim...

A notícia o deixou em um profundo mal-estar. Agora, órfão de pai e mãe, sabia que a próxima geração a partir seria a sua. Ele não guardava muitas lembranças de intimidade com sua mãe, e a considerava responsável pela usurpação do trono de sua neta, mas era uma pessoa sentimental e, no fim das contas, ela era sua mãe. Pedro se reconhecia na energia dela, em sua atividade sempre febril, em quão temerária que fora, em seu irreverente e inquieto gênio. E em seu amor pelos cavalos. Lembrava-se de Carlota Joaquina com seus modos grosseiros, malvestida e sempre com um palavão na boca, maldizendo algo ou alguém. Sempre fazendo intrigas, rígida como o aço em suas convicções ultramontanas<sup>7</sup> e ardente como o fogo em seu temperamento exuberante. Era um acúmulo de contradições: uma mulher antiga, que defendia com unhas e dentes o Velho Mundo que desaparecia, e ao mesmo tempo moderna porque nunca se resignou a ser aquilo para o que tinha nascido: uma princesa consorte. Era uma mulher que desejara ser monarca. Para seus seguidores, Carlota Joaquina era a “alma do absolutismo”, a “nova Helena que deu o triunfo à cruz de Jesus Cristo”, “a mulher forte do Evangelho”. Para os liberais e muitos dos portugueses, a rainha tinha originado o ditado popular: “*Da Espanha, nem vento, nem casamento*”. Para Pedro, ela era uma mulher que não soube ser boa mãe.

As notícias davam conta de que a senhora falecera em Queluz, vítima de um câncer de útero, muito magra, enrugada como um figo seco, mas feliz por ver seu filho predileto assumindo o trono. Diziam também que foram realizadas impressionantes cerimônias fúnebres em Lisboa, Porto e Coimbra, e que Carlota Joaquina fora enterrada na igreja de São Pedro, em Sintra, perto da Quinta do Ramalhão da qual tanto gostava.

Muito abalado por tudo que essa morte revolvía em seu interior, o imperador decidiu regressar precipitadamente ao Rio de Janeiro. Em sinal de luto, encerrou-se durante oito dias no palácio de São Cristóvão. Na primeira noite,

ele acordou de madrugada com um sentimento de felicidade beatífica que durou apenas até o momento em que se deu conta de que estivera sonhando. No sonho, sua mãe lhe fazia afagos e cantava uma canção de ninar em espanhol, olhando para ele com doçura. Pedro não tinha nenhuma lembrança de que isso alguma vez tivesse acontecido na vida real. Não dizem que os sonhos são a expressão dos desejos mais recônditos do ser humano?

---

7 Ultramontano: partidário da autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina. (N.T.)

Pedro escutou o conselho de José Bonifácio e nomeou Barbacena ministro do império. O marquês tinha a louvável intenção de estabelecer a prática de um governo representativo de verdade. Pedro pensou que, pelo fato de ser oriundo do Brasil, encontraria um caminho mais livre, mas a situação estava muito deteriorada. Os deputados repreendiam o imperador por abusar de sua autoridade, e de sofrer influência do que chamavam de “camarilha”, o gabinete privado liderado pelo Chalaça, que era o centro daquele núcleo de atividades. O escudeiro de Pedro, muito ciente do afeto que o imperador sentia por ele, não se reprimia na hora de verter suas opiniões sobre temas políticos. E ditas por ele, essas opiniões pareciam mesmo um autêntico poder paralelo à sombra, o que semeava a confusão entre ministros, deputados e cortesãos. Nas províncias mais distantes, onde a informação chegava enviesada, a tal camarilha tinha uma aura de mistério e despotismo. Corriam rumores de que lá se elaboravam minuciosamente planos nefastos para a nação: desvios de fundos públicos, repressão da liberdade de expressão, e a notícia de que o imperador estava à espera para impor um governo absolutista.

A realidade era que, a Pedro, esse “gabinete secreto” servia para que pudesse agir como rei de Portugal e pai da rainha. Ele o utilizava para fazer tudo aquilo que não podia realizar com a administração local. Porém, o imperador não parecia se dar conta de que uma das causas de sua perda de prestígio estava no fato de que os membros dessa “camarilha”, dessa “panelinha”, assim como a maioria dos serviços do palácio, eram portugueses de nascimento, igual a Pedro. E automaticamente, isso o tornava alguém suspeito aos olhos da opinião pública, cada vez mais influenciada pela imprensa nacionalista.

Esse problema tornou-se tão agudo que os ministros de Barbacena se posicionaram, dizendo que não continuariam em seus postos enquanto existisse esse outro gabinete secreto, que eles temiam ser uma interferência na

governabilidade da nação. Pedro sentiu-se coagido em seu poder e em sua liberdade de agir. Era um remédio muito amargo de se engolir ser obrigado a escolher entre o governo que acabara de nomear e seu amigo de alma, com seus ajudantes.

Amélia o aconselhou a tomar uma decisão drástica para neutralizar as críticas que acusavam o imperador de se ocupar mais da questão portuguesa do que da política brasileira.

— Se o preço a pagar for prescindir do Chalaça, terá que assumir isso, *chéri*, nem que seja por apenas uma temporada...

No fundo, ela temia a ascendência que o Chalaça exercia sobre seu marido. Pedro, meio convencido, também sondou seus ministros e José Bonifácio. Todos concordavam em que ele devia prescindir de sua camarilha pelo bem da nação... O fundamental era dar prestígio à monarquia e estabilidade ao governo.

— O imperador não irá convencer os nacionalistas de que está intervindo em Portugal como o pai de uma rainha indefesa e pelo amor-próprio ferido — disse-lhe Bonifácio. — Sempre irão acreditar que existem outros motivos.

Pedro estava tão ansioso para recuperar sua boa imagem entre os súditos que cedeu diante desses conselhos, embora de maneira bastante relutante. Entre os numerosos refugiados que chegavam sem parar ao Rio de Janeiro, encontraria algum para substituir o Chalaça naquelas tarefas de escrivão e secretário, mas ainda assim lhe doía excluir de sua vida seu secretário, seu amigo, seu “facilitador”, seu companheiro de farras, seu bufão, seu compadre, seu Sancho Pança. Pedro lhe propôs ser enviado à Europa como seu secretário particular, com a vaga missão de atender a seus assuntos pessoais no velho continente, e com uma invejável pensão, que Pedro pagaria de seu próprio bolso, e não com o orçamento oficial. Apenas até que as suspeitas desaparecessem. O Chalaça aceitou — ele teria aceitado ir ao Polo Norte se assim lhe pedisse o imperador —, mas sem muita vontade...

Pedro estava tão compungido pela partida do amigo que o auxiliou enquanto arrumava a bagagem, procurando por todo o palácio por aqueles objetos que poderiam ser úteis na travessia. No final, apareceu com duas garrafas de cachaça:

— Quero ter certeza de que você vai ter bebida suficiente durante a viagem — disse Pedro, ao entregá-las.

O Chalaça não demorou em se vingar de Barbacena. Em suas cartas enviadas da França, dizia ter indícios de que o marquês teria aproveitado sua

estada nas embaixadas no velho continente para aumentar sua fortuna pessoal. O secretário conhecia seu mestre muito bem. Era alguém capaz de agir com total despreendimento, sabia que era apegado à ideia romântica da glória, a um culto excessivo à honra, mas também sabia de seu calcanhar de Aquiles: era muito sovina com dinheiro. Mas o que Chalaça não sabia é que, ao lançar essa acusação, colocaria em xeque não só a estabilidade do governo como também a própria posição do imperador.

Em vez de ordenar uma investigação confidencial, Pedro deu livre curso a seus impulsos e se trancou em seu escritório, sozinho, desconfiado, para dedicar-se com afinco a refazer as contas do que lhe havia custado seu segundo casamento, que certamente lhe pareceu caríssimo. E essa constatação o levou a pensar que as acusações de seu amigo eram verdadeiras. Examinou com lupa as contas dos joalheiros e dos transportadores, dos hotéis e das viagens de navio; perdeu-se em uma infinidade de cálculos para converter libras em florins e francos em contos de réis. Indignado, chegou a ir às repartições da Fazenda Pública para requerer os livros oficiais de contabilidade, sem esconder que tinha acabado de ser informado das “malandragens do marquês de Barbacena”. Pedro reprovava coisas insignificantes, como a pequena diferença de preço numa vasilha de porcelana, ou o custo elevado de um colar, ou que o aluguel de duas carruagens não estivesse anotado. Foi tão veemente e seus modos eram tão rudes que perdeu a escassa simpatia que ainda desfrutava entre os membros do governo e do Parlamento. Nas ruas, a opinião geral era favorável ao marquês, que tinha a seu favor o fato de ser brasileiro de nascimento. “*Sinto muito se lhe escrevo num tom um pouco mais forte*” — dizia o imperador em uma das cartas nas quais assediava o marquês, pedindo mais informações e mais documentos — “*mas é isso que me pede meu temperamento, que nestes casos não cede à minha razão.*” Naqueles momentos, o pior inimigo de Pedro era ele mesmo.

Sentindo-se ameaçado, Barbacena não perdeu nem a compostura, nem se acovardou. Conhecendo a impulsividade do imperador, reagiu de maneira digna e prudente, procurando se manter sobre a frágil linha que separava sua própria honra da vontade de não exacerbar a fúria imperial. Primeiro, conseguiu justificar satisfatoriamente todas as despesas, e a conclusão foi que o Tesouro reconheceu uma dívida com ele que ainda não havia sido saldada. Pedro começou a perceber que tinha ido longe demais, e que sua veemência havia lhe pregado mais uma peça de mau gosto. No entanto, era tarde demais para voltar atrás, seu orgulho não lhe permitiria isso.

Então, o marquês renunciou, e a carta que enviou ao imperador foi a mais

sincera e profética que jamais um governante recebera: *“Um dos tios-avós de vossa majestade acabou seus dias em uma prisão em Sintra. Vossa majestade imperial poderia acabar seus dias em alguma prisão de Minas Gerais, acusado de loucura, porque somente um louco sacrifica os interesses de uma nação, de sua família e da realeza aos caprichos e seduções de criados e viajantes portugueses. Antes de me retirar para meu engenho de açúcar, não posso senão suplicar à vossa majestade imperial que meça o tamanho do abismo em que se lança. Ainda há tempo de manter-se no trono, como deseja a maioria dos brasileiros. Mas se vossa majestade continuar indeciso e seguir com as palavras de brasilianismo e constituição na boca, e sendo português de todo o coração, nesse caso sua desgraça será inevitável...”*

Pouco depois da renúncia de Barbacena, as relações de Pedro com o Parlamento azedaram ainda mais. Respaldados pela opinião pública, os deputados não se deixavam mais inibir por nenhum tipo de medo. Votaram leis que reduziam drasticamente o orçamento do governo, ou seja, o poder do imperador. Os cortes nos exércitos foram enormes e uma disposição especial mandou excluir das fileiras todos os oficiais estrangeiros, exceto aqueles que tivessem participado da independência. Desapareciam assim, em um só golpe, todos os mercenários que tanta segurança e bons serviços haviam prestado ao imperador. Os deputados também não hesitaram em votar uma resolução segundo a qual os limites da fazenda Santa Cruz se reduziam aos terrenos onde Dom João havia se instalado originalmente, revertendo aos antigos proprietários as terras que tinham sido anexadas mais tarde. Essa medida era um ataque pessoal a Pedro, que não conseguiu lidar com aquele marasmo. Talvez ele ainda não tivesse se dado conta do quanto havia mudado o seu país de adoção. Se durante a independência só havia um jornal, agora eram mais de meia centena espalhados por todo o país. Se antes a imprensa se limitava a dar notícias sobre os príncipes da Europa, agora lançavam críticas severas contra os monarcas, às vezes acertadas, outras vezes esbarrando em calúnias, fazendo boatos se passarem por fatos e distorcendo a realidade com omissões e mentiras. Pedro se via forçado a ler insultos contra a sua pessoa, como um artigo em que ele era definido como um “ladrão coroado”. Se antes ele teria saltado em seu cavalo e ido dar uns tapas ou pegar em sabres contra o autor do artigo, agora tinha que se segurar, ele, o imperador e defensor perpétuo do Brasil... Na verdade, o imperador estava sendo superado pelos acontecimentos e pelo curso inconstante da História. Sua personalidade exaltada e caprichosa se chocava de frente com o mecanismo disciplinado que um regime constitucional requeria. Pedro não podia

evitar intrometer-se nas decisões de seus ministros, de impor a sua opinião pelo fato de ser o imperador. Em teoria, isso era constitucional — ele acreditava firmemente nisso —, mas na prática o imperador se comportava como um déspota. Ele fora capaz de conquistar a independência, mas se mostrava incapaz de consolidar o sistema de monarquia constitucional. Era ótimo na adversidade e nas batalhas, mas não fora feito para construir a paz. Necessitava da emoção de grandes feitos, para sentir a coceira do perigo, porque era isso que o fazia sentir-se vivo. A vida monótona de um gabinete ministerial em um regime constitucional o aborrecia enormemente. Vinha daí sua tendência natural de sabotagem.

Se o movimento que ele mesmo havia inspirado e que conduzira à independência estava prestes a engoli-lo, se o repudiavam como um renegado por não ter caído nos excessos dos liberais e dos patriotas, para os europeus vanguardistas e livre pensadores Pedro continuava sendo o “cavaleiro da esperança”, “o benfeitor dos povos”. Foi isso que lhe comunicou uma delegação de quatro liberais espanhóis que faziam uma viagem ao Rio de Janeiro:

— Majestade, viemos até aqui para lhe pedir ajuda, como espanhol que também é. Sem dúvida deve saber que a Espanha está há dez anos vivendo sob o reinado de terror de seu tio Fernando VII. As universidades estão fechadas, as academias, vazias e os cárceres, cheios... O país está à beira da anarquia.

— Mas o que eu posso fazer daqui? — perguntou Pedro. — Nem sequer consegui impor o regime constitucional em Portugal.

— Ajude-nos em nossa luta e vossa majestade será também rei da Espanha.

Houve um silêncio, interrompido por outro dos espanhóis, que disse:

— O imperador da península. Imperador da Ibéria.

Pedro sorriu. Aquilo lhe soava bem. Um terceiro espanhol acrescentou:

— Majestade, isso vai torná-lo um dos monarcas mais poderosos de toda a Europa.

— ... E no bastião do liberalismo — apontou outro. — Será o chefe da Santa Aliança dos homens livres, em oposição à Santa Aliança dos reis.

— Vossa majestade é nossa última esperança. Suplicamos que aceite essa tríplice coroa do Brasil, da Espanha e de Portugal, da qual se mostrou tão merecedor.

— Não posso, ainda não posso ir para a Europa. Estou ocupado em consolidar este império americano, que é um trabalho que preciso fazer passo a passo. Quando tiver terminado minha missão aqui, talvez então possa ir

transformar a península em uma grande nação, poderosa, livre e feliz.

Pedro não tinha mudado muito desde sua juventude, por isso o pedido dos espanhóis o seduziu tanto. No fundo, continuava querendo ser um Quixote, um herói capaz de mudar o mundo, de lutar contra as injustiças, de acabar com a escravidão, de levar a Constituição a outros países, a outros continentes. Aquele pedido feito pelos espanhóis, e que logo seria reiterado por carta, despertou sua ambição mais profunda e seu desejo de aventura. O Brasil, em toda a sua imensidão, tinha ficado pequeno.

O bcecado com a ideia de recuperar sua estrela, Pedro decidiu viajar até Minas Gerais, emulando a façanha de sua primeira viagem oficial, como regente, até a região quando voltou sendo louvado pelas multidões e com seu prestígio renovado. Havia também outro motivo para fazer essa viagem: ele queria que sua esposa tomasse uma água que diziam ser muito recomendável para a fertilidade.

Foi com Amélia e uma comitiva de dezesseis pessoas, e no caminho inspecionou obras e postos administrativos, e fez justiça, segundo seu costume. Em Paraibuna, fez uma doação importante ao vigário da paróquia local, para ajudar a reformar a igreja. No escritório fiscal do mesmo povoado, obrigou o chefe do lugar a substituir seus cinco escravos por cinco homens livres. Curiosamente, em vez de ser felicitado, um político o acusou, em um jornal do Rio de Janeiro, de desprezar os direitos do dono dos escravos... O que se podia fazer contra esse tipo de mentalidade? Bem pouco... Em Congonhas do Campo, onde foi explicar à imperatriz sobre as maravilhosas estátuas dos profetas, obra de Aleijadinho, as pessoas pediram a sua intervenção para ajudar uma jovem grávida. Segundo o *República*, um jornal da época: “*Um tal de Luís Coelho manteve relações ilícitas com uma jovem e se recusa a desposá-la. Um ato tão indigno não podia deixar de penalizar o coração do imperador.*” De modo que Pedro mandou que lhe trouxessem o pecador e lhe deu ordem de casar-se imediatamente se não quisesse que lhe cortassem a cabeça. O maior fornicador do império sendo forçado a punir um pobre-diabo que queria apenas se safar...! Assim era a política.

Por toda parte, a comitiva imperial foi homenageada com inúmeras cerimônias civis e religiosas, com discursos de boas-vindas entremeados por sonetos, odes e hinos. Pedro se deu conta assim de quanto estava enraizado profundamente o sentimento de antilusitanismo e de amor ao Brasil. O problema

é que esse sentimento estava, em alguns lugares, marcado por um ódio aos portugueses que os políticos mais nacionalistas, ou “nativistas” como eram chamados, se encarregavam de atizar. Apesar de ter notado que em nenhum lugar lhe faltaram com o devido respeito, o imperador também percebeu que a corrente de simpatia entre o imperador e seu povo já não vibrava com a mesma intensidade de antigamente. O tratamento por parte das autoridades locais era sempre correto, mas faltava entusiasmo, efusividade, calor. Ficou sabendo ainda que a fachada de algumas das casas onde pernoitara fora apedrejada logo que ele partiu. Pedro percebeu assim que o Rio de Janeiro havia contaminado o restante do país.

— Meu pecado original é não ter nascido no Brasil, e quanto a isso não há nada que se possa fazer — dizia o imperador, em seus momentos de lucidez.

Foi então que pensou em abdicar a favor de seu filho Pedro. Seria uma maneira de resolver o problema de seu “pecado original” e de preservar a monarquia. O preço que deveria pagar seria tão alto — renunciar ao poder no país que ele mesmo havia fundado — que se absteve de comentar essa ideia com Amélia. Mas se não lhe deixavam outra escolha, mais valia colocar seu filho no trono do que abrir as portas ao republicanismo... Por enquanto, tratava-se de suportar as coisas por mais alguns anos até que a criança estivesse em idade de governar.

Quando, depois de algumas semanas de viagem, Pedro recebeu cartas anônimas lhe avisando de que tramavam um complô contra ele, ficou com um humor sombrio e inquieto e decidiu antecipar seu regresso ao Rio de Janeiro. Voltava com um sentimento de vazio e de abandono, decepcionado e desanimado, e se trancou em seu palácio de São Cristóvão, como se ao fazer isso pudesse deter o curso dos acontecimentos.

Nem soube que, na cidade, os membros da colônia portuguesa do Rio de Janeiro haviam decidido comemorar seu regresso aos gritos de “Viva o imperador dos portugueses!”, acendendo fogueiras nas ruas e lançando a ordem de iluminar as fachadas das casas como um sinal de boas-vindas. Não foi necessário nada além disso para provocar uma reação hostil dos “nativistas” brasileiros, que saíram marchando e replicando vivas à Constituição e à soberania da nação. Os gritos degeneraram em distúrbios, alimentados por garrações de álcool que os taberneiros portugueses ofereciam a seus conterrâneos. Ao abrir as janelas, os vizinhos despertados pelo vozerio viam como os dois bandos brigavam ferozmente nas ruas. Os brasileiros mais exaltados usavam as pulseiras ouro e verde das primeiras horas da independência e

corriam pelas ruas, apagando as fogueiras e proferindo gritos contra o governo. Os portugueses, lojistas, taberneiros, estivadores e marinheiros, retaliavam jogando todo tipo de objetos em seus rivais, além de pedras e garrafas vazias. Durante horas desfilaram pelas ruas aos gritos de “Longa vida ao imperador!” e outras palavras de ordem contra os republicanos, os federalistas e todos os que não haviam iluminado as fachadas de suas casas. No final do conflito, houve tiros e alguns feridos.

Pedro se encontrava bem no meio desses dois grupos de pessoas que se detestavam. Mas o que ele podia fazer? Se interviesse para proteger a minoria portuguesa, deixaria de ser brasileiro aos olhos destes. A situação exigia uma ação firme, e Pedro, talvez pela primeira vez em sua vida, não sabia que decisão tomar... Também nisso estava começando a ficar parecido com seu pai, pensou. Onde estavam a sua astúcia e sua ousadia? Seu primeiro impulso foi querer sair à rua e pegar o touro à unha, apaziguando os dois grupos opostos, mas depois pensou que um soberano tinha de estar acima das facções em luta. Finalmente, pediu a intervenção da polícia, que impôs a paz a duras penas, uma paz minada pelo ódio que agora tinha se intensificado entre as duas comunidades.

Quando as ruas do Rio de Janeiro recuperaram uma aparência de ordem, os imperadores decidiram sair para assistir a uma missa de Ação de Graças na Capela Imperial, por terem regressado sãos e salvos da viagem, e depois realizar um beija-mãos no antigo palácio. Entraram na cidade cercados por uma horda de portugueses exaltados, cinquenta deles a cavalo, que escoltaram a carruagem gritando vivas. Que decepção eles sentiram ao entrar naquela igreja barroca enfeitada de ouro, e que fora testemunha do nascimento do império! A nave estava meio vazia, ocupada somente pelos prósperos colonos e comerciantes portugueses. Quase não havia brasileiros “nativistas”. E mais escasso ainda era o número de oficiais do exército ali presentes. O mesmo aconteceu na cerimônia de beija-mãos. Naquela noite, Pedro voltou ao palácio de mau humor e com vontade de chorar. Definitivamente havia perdido sua estrela e custava aceitar isso. Custava aceitar que Leopoldina, ao morrer, tinha levado consigo sua sorte.

No dia seguinte, recebeu uma petição assinada por 22 deputados exigindo o castigo dos “estrangeiros” que haviam promovido aquilo que foi chamado de “a noite das garrafadas”. Dizia a petição que “*se os portugueses não forem punidos, haverá uma revolução*”. Pedro, que odiava ceder, ter que transigir, parecer fraco, reagiu fazendo ouvidos moucos à petição dos parlamentares. Em vez disso, conduziu uma remodelação ministerial e constituiu um governo formado unicamente por ministros nascidos no Brasil.

Com isso, achou que a crise estava contornada, mas o fato é que o pano de fundo persistia. Cinco dias mais tarde, os brasileiros decidiram celebrar com um desfile militar o sétimo aniversário da outorga da Constituição. No entanto, não convidaram o imperador para a missa solene.

— Mas isso é inconcebível! Uma afronta ignóbil! — protestou ele.

Era sempre surpreendente a maneira como ele, que fora um príncipe revolucionário, defensor das ideias do século, que outorgou ao Brasil e depois a Portugal as constituições mais liberais de sua época, era manipulado por seus adversários, que o colocavam em uma posição ideológica que não era a sua e contra o país que havia escolhido. Se ele não conseguisse terminar com toda essa distorção, aplicando um golpe de Estado, que solução lhe restaria?

No fim do desfile militar no Campo de Santana, o ministro da Guerra lhe perguntou:

— Imperador, estou indo para a missa solene... Virá também?

— Não, porque não fui convidado.

— Se me permite, eu o aconselho a vir. É uma oportunidade para demonstrar que o imperador é um homem do povo.

A imperatriz, que escutava a conversa, deu um empurrãozinho no marido, como que para incentivá-lo:

— Creio que o general tem razão, *chéri*...

Pedro estava confuso. Nada do que estava acontecendo agora havia lhe ocorrido no passado, por isso não sabia muito bem como lidar com tantas injúrias. Comparecer sem ter sido convidado não condizia com a condição de imperador, nem sequer com o amor-próprio de um homem comum. Aparecer como um intruso... Não seria humilhação demais?

— Você não vê que isso é uma provocação? Se você se plantar no meio da igreja, vai deixar todo mundo boquiaberto. Não é algo que eles esperam.

Amélia conseguiu sacudir o torpor mental do marido, e fazer com que visse com clareza uma situação que era inédita a ele. No final, Pedro colocou um ramo de café na lapela do casaco, encilhou seu cavalo e se dirigiu até a igreja, para demonstrar que não tinha medo nem preconceitos e que era mais constitucional do que qualquer um. Sua entrada, como Amélia tinha previsto, causou alvoroço. Um homem veio para lhe beijar a mão: “Viva o imperador, sempre e enquanto for constitucional!”.

— Pois eu sempre fui, e a prova disso é que aqui estou, sem que tenha sido convidado — respondeu, com orgulho.

Outro homem o corrigiu:

— Como cidadão, em primeiro lugar, seu dever é aparecer sem ser chamado...

Pedro se fez de surdo e entrou na nave. Na saída, depois da missa, recebeu a pior das ofensas: houve aplausos e vivas para a soberania, para a independência, para a república, para a imprensa, mas nenhuma aclamação para ele. Nunca lhe havia acontecido algo semelhante. De repente, ouviu:

— Viva Dom Pedro II!

Pedro voltou-se para ver quem proferira esse grito, mas havia gente demais, muitos olhares hostis. Deu de ombros, empalideceu e ouviu-se a murmurar:

— Mas se ainda é uma criança...

Quando voltou ao Campo de Santana, Amélia, que o esperava ansiosamente, surpreendeu-se com a palidez em seu rosto, a tensão em seus traços e uma expressão de medo em seus olhos que nunca vira antes.

Decidido a opor-se a esse surto de ódio, desafiante ante aqueles que o ameaçavam, em um lampejo de insensatez se negou a cancelar a festa de aniversário de sua filha Maria da Glória, que aconteceu no palacete abaixo. Era o beija-mão da rainha de Portugal aos seus súditos, muitos dos quais haviam contribuído para exacerbar o ambiente de ódio que agora se respirava na capital. Depois houve um concerto e um jantar oferecido aos súditos da jovem rainha. Em plena festa, chegou um mensageiro com um despacho da cidade, anunciando que as rebeliões voltavam a eclodir, dessa vez com mortos e feridos. Pedro mandou parar a música e leu o papel em voz alta, diante de uma multidão que guardava um silêncio sepulcral. Em sua típica impulsividade, se dirigiu aos ministros da Justiça e da Guerra, deu uma bronca diante de todos e ordenou a eles que saíssem para tomar as medidas necessárias para restaurar a paz. Sem dúvida, dessa vez os ministros o enfrentaram:

— Não podemos reprimir a desordem — replicou o ministro da Guerra. — Não creio que devamos empregar a força contra os manifestantes, majestade.

— Não sabemos de que lado a tropa está — acrescentou o outro.

Esse ato de desobediência pública acrescentava ainda mais confusão à gravidade da situação. Se nem sequer seus ministros lhe obedeciam, em que tipo de monarca havia se convertido?

— Sua negativa, sua recusa em obedecer minhas ordens é uma traição aos interesses do império — lhes espetou, num tom mais patético do que autoritário.

Logo se voltou para os convidados, que estavam inquietos, e perguntou:

— Como se pode governar com ministros incompetentes, ou pior, que são coniventes com os rebeldes?

Nisso chegou outro documento que confirmava o estado alarmante da segurança pública nas ruas da cidade. Entre os distintos convidados, começava a espalhar o pânico. Um ex-ministro da Guerra o exortou, incentivou a enfrentar

sem demora os agitadores. Os membros do corpo diplomático o apoiaram.

— O mais importante é proteger as vias de acesso, para evitar um ataque ao palácio — disse um de seus ministros. — Vamos colocar a guarda imperial na entrada de São Cristóvão.

Pedro estava perplexo, sem saber se devia castigar seus ministros ou sair à frente da tropa, da mesma forma que fez quando era jovem e tomou a dianteira de seu pai durante os distúrbios na Câmara do Comércio. Mas seu senso de sobrevivência lhe dizia que isso não funcionaria agora. Faltava o ingrediente essencial para obter sucesso: o apoio popular. A rua já não era sua aliada, era sua inimiga. De repente sobreveio um dilúvio, um providencial aguaceiro com raios e trovões. Pouco depois chegou outro despacho dizendo que a situação nas ruas havia se acalmado um pouco, graças à chuva.

Para apagar esse novo incêndio, Pedro podia ceder e nomear um gabinete de ministros não só oriundos do Brasil, mas também liberais e nacionalistas extremistas. Mas não fez isso: a essa altura necessitava de homens de sua absoluta confiança, não ministros que fizessem jogo com seus adversários. Tomou medidas no dia seguinte, destituindo os membros de seu governo e nomeando outro gabinete de homens que considerava fiéis, com o marquês de Paranaguá na liderança. A maioria era aristocrata, com títulos pomposos e, para piorar, eram todos portugueses de nascimento e careciam, portanto, da popularidade necessária para impor-se diante o povo.

Como era previsível, seus adversários interpretaram esse gabinete como uma declaração de guerra. Eles viram nesse “governo de marqueses” a prova das intenções absolutistas do imperador. Grupos de milícias populares, liderados por deputados do Parlamento, saíram às ruas e se posicionaram diante dos quartéis para incitar as tropas a se rebelarem. O Campo de Santana foi se enchendo de uma multidão vociferante, que gritava: “Morte ao tirano!”. Oradores improvisados discursavam para a multidão e os líderes se colocavam em marcha em direção ao palácio. Escutou-se um “viva” à imperatriz Leopoldina, como se ainda estivesse viva. Os mais fervorosos pediam à tropa que atacasse São Cristóvão, que detivessem o imperador e fosse assim proclamada a República Federativa. A revolução estava a caminho.

Chegou ao palácio uma comissão formada por três magistrados, que em nome dos rebeldes pediu uma reunião com Pedro. Este os recebeu em seu escritório e lhe foi pedido que destituisse o novo gabinete, alegando que essa era a vontade do povo.

— Diga ao povo que recebi a petição e que penso fazer o que eu acreditar

ser o mais conveniente para os interesses permanentes da nação que eu represento. Lembre-o também de que atuo sempre de acordo com a Constituição, que me atribui a faculdade de nomear ministros. Essa é uma prerrogativa estritamente minha. Assim, eu defenderei os direitos que a Constituição me garante, ainda que seja à custa de perder tudo que possuo, até minha própria pessoa.

Sua alegação, com a gravidade que continha, fez que seus interlocutores permanecessem em silêncio. Pedro concluiu:

— Estou disposto a fazer tudo pelo meu povo, mas nada porque o povo me o exija.

Não parecia dar-se conta de que o povo o estava obrigando a ceder o poder, o povo o estava jogando para fora. Daquele palácio afastado da cidade e rodeado por um magnífico parque tropical, não se ouviam os ruídos de sabre que nesse momento subiam do Campo de Santana. As tropas se apresentavam à chamada dos rebeldes. Pouco a pouco, quase todas as unidades armadas foram se unindo ao motim, incluindo parte da guarda imperial. Pedro tinha ficado só.

Recluso em seu escritório, meditava sobre o caminho que deveria seguir. Sua mulher tinha os olhos avermelhados de tanto chorar, porque pressentia outra derrota, como as que havia conhecido quando criança. Também estavam com ele seus ministros, nervosos, e os embaixadores da França e da Grã-Bretanha, que Pedro havia convocado para que fossem testemunhas dos acontecimentos. Já era tarde para sair impulsivamente para enfrentar a plebe, como fizera alguns anos antes. E também era tarde para reunir-se com os líderes da oposição e para tomar medidas de ordem militar. Fora derrotado e sabia disso.

Tomado por um esgotamento súbito, se deixou cair em um sofá. Cheio de olheiras, estava havia vários dias sem barbear-se, e as rugas marcavam profundos sulcos em seu rosto. Sabia que estava à espera da humilhação de aceitar as exigências do povo, ou seja, ceder os direitos que a Constituição reconhecia e abrir a caixa de Pandora, para acabar como um fantoche nas mãos do Parlamento ou ao contrário... abdicar, deixar o poder e ir embora. Enfrentar o destino e manter o orgulho incólume. Essa última solução condizia mais com seu temperamento imperial; havia herdado algo da soberbia de sua mãe. Ruminava essa solução desde que sentira a virulência do ódio que era direcionado aos portugueses. Na véspera, um parauquiano o faria se recordar disso ao gritar “Viva Pedro II”. Estava certo de que seu filhinho de 5 anos, nascido no Rio de Janeiro, o único varão que Leopoldina lhe dera, seria bem recebido pelo povo, que seguia professando um amor incondicional pela arquiduquesa austríaca. Se abdicasse o

trono do Brasil a favor do filho, seria como restituir algo da honra manchada de Leopoldina, uma pequena compensação póstuma por tanto sofrimento que causara a ela. Devia a ela, não só ao povo.

Contudo, se converteria em um rei duplamente destronado. “E daí?”, disse a si mesmo. Já não ansiava o poder como antes, quando era dominado por uma ambição frívola, quando ignorava tudo e todos. Estava cansado de contentar a uns, pactuar com outros, temporizar... Se realmente desejava o poder, teria dado esse golpe de Estado cuja ideia rondava sua cabeça. Teria se convertido em caudilho<sup>8</sup>, sátrapa, em um tirano. Não é que sua ambição tivesse minguado, ao contrário, havia adquirido consistência. Agora ele queria algo maior do que o poder. A essa altura da vida, tinha o afã de glória e sabia que não a encontraria no Brasil.

O sol se pôs atrás das montanhas e em um instante a noite caiu sobre São Cristóvão, sobre a baía, a cidade e as montanhas. Os criados vieram acender as lamparinas e as velas, mas com o palácio rodeado de trevas o ambiente se fez mais tenso. Pedro perguntou para seus ministros as supostas implicações constitucionais no caso de ele abdicar. Estava claro que teria que partir, com sua esposa e Maria da Glória, rainha de Portugal. A ideia de separar-se do resto de seus filhos, provavelmente para sempre, era insuportável, como uma adaga cravada em seu coração. Ele poderia com isso?

— Suas três filhas e seu filho terão que permanecer no Rio de Janeiro até que o herdeiro do trono alcance a maioridade. Suas funções serão assumidas por um Conselho de Regência — lhe confirmaram em um tom grave.

— Posso entender que meu filho tenha que ficar aqui, mas... por que não posso levar minhas filhas comigo?

— Entendo a aflição que toma conta de seu coração, majestade, mas é preciso dar atenção às razões políticas... Não pode levar suas filhas, elas são irmãs do imperador do Brasil e, como tais, são princesas interessadas na sucessão do trono.

Logo, as dúvidas começaram a lhe corroer. Talvez, reconsiderou, devesse ceder ante as exigências do povo e voltar a colocar em seus postos seus antigos ministros. Era uma solução menos inclemente para seu coração. Levantou-se do sofá e começou a caminhar pelo escritório. Voltou a imaginar a si mesmo cedendo ante as exigências dos ministros radicais, escutou em sua mente os impropérios dos parlamentares, viu os insultos na imprensa, sentiu o escárnio do povo... Não, aquela não podia ser a solução. Estava preso, teria que pagar o alto preço de separar-se de seus filhos para conservar a honra e continuar sendo

quem era.

E então, se voltou para o embaixador britânico:

— Poderia ajudar-me a sair do Rio de Janeiro? — perguntou.

— Sim, majestade. Poderíamos colocar à sua disposição o *HMS Warspite*... Poderíamos embarcar logo ao amanhecer.

“Ao amanhecer...”, murmurou o imperador, fechando os olhos ante a iminência do desfecho. Faltava solucionar um problema delicado, o da educação de seus filhos que permaneceriam no Rio de Janeiro. Quem poderia responsabilizar-se? Começou a pensar, repassando mentalmente todos os homens de valor que o cercavam... Frei Arrábida já tinha muita idade e, além disso, estava muito ocupado com as tarefas do arcebispo. Logo depois pensou em José Bonifácio, o indivíduo mais ilustre que conhecera. Apesar de suas desavenças passadas, reconhecia-o como o homem de mais retidão, de mais cultura e mais sincero que todos. Só a ele podia confiar a custódia e tutoria das pessoas que mais amava na vida, seus filhos. Sabia que a decisão causaria apreensão entre muitos de seus cortesãos, mas o bem-estar de seus filhos era inegociável. Antes de publicar um decreto notificando sua nomeação, quis mandar para José Bonifácio uma carta pessoal, para assegurar-se de que o ancião aceitaria a proposta: “Espero que faça este obséquio, porque, se não o fizer, viverei sempre atormentado”, terminava a mensagem.

Um oficial conhecido, devoto seu, o interrompeu e o informou de que três unidades de sua guarda haviam permanecido em São Cristóvão e estavam dispostas a morrer por ele. Pequeno consolo.

— Transmita-lhes meus agradecimentos por sua lealdade — disse Pedro, com a voz trêmula —, mas não quero sacrificá-los. Deixe-os ir para o Campo de Santana, para que se reúnam com seus companheiros.

— Se vossa majestade deseja acabar com a rebelião, basta deslocar-se para a fazenda Santa Cruz e organizar ali uma milícia. Pode contar comigo para ajudá-lo.

— Obrigado, mas não posso aceitar esse plano. Não quero que se derrame por mim nem uma só gota de sangue brasileiro.

Mais tarde, de madrugada, chegou outro militar, um comandante do batalhão de artilharia da marinha que veio expor ao imperador o que estava acontecendo no Campo de Santana. De novo, pediu que cedesse ao que propunham o povo e a tropa. Do contrário, disse, antes do amanhecer os rebeldes formariam um novo governo.

Pedro andava em círculos em seu escritório como um felino em uma jaula

e, então, se deixou cair no sofá:

— Vai aceitar seus ministros de novo? — perguntou timidamente a imperatriz, aceitando intimamente que se decidisse por essa escolha.

Pedro não respondeu. Olhou o retrato de seu pai que estava pendurado na parede. Dom João teria condescendido, teria aceitado de novo esses ministros, mesmo que ainda convencido da inaptidão deles. Teria se conformado com um poder por coação da plebe. Assim o fizera em sua vida toda. Não tivera que suportar as humilhações das Cortes de Lisboa durante os últimos anos? Pedro não. Embrulhava-lhe o estômago só de pensar. Desdizia-se, daria uma mostra de debilidade que seus adversários aproveitariam mais tarde, para ser ainda mais intransigentes, e entraria em um círculo vicioso em que teria tudo a perder.

— Isso nunca. Abdico antes.

Demonstrou uma expressão facial de azedume e concluiu:

— Antes... Que me matem.

Os soluços contidos de Amélia, quase inaudíveis, eram a trilha sonora do conflito que pungia as entranhas de seu marido. Devia escolher entre o império que fundara ou a honra, entre o compromisso e a Constituição, entre a improvável glória e a felicidade de seus filhos.

O comandante tossiu; esperava uma resposta. Pedro se levantou do sofá e se aproximou de sua escrivaninha. Enfiou a pena no tinteiro e escreveu uma nota, que entregou, dizendo:

— Aqui tem minha abdicação. Retiro-me para a Europa... Que conste que deixo um país que amei muito e ainda amo.

Ninguém disse nada. Só se ouvia o zumbido dos mosquitos. Pedro suspirou:

— Os que nasceram no Brasil não me querem porque sou português. O meu muito amado filho Pedro de Alcântara não terá dificuldade em governar e a Constituição lhe dá garantias de seus direitos. Renuncio à coroa com a glória de acabar como comecei: constitucionalmente.

Aproximou-se de Amélia e ambos se fundiram em um abraço.

Agora era ele quem fazia o possível para segurar o pranto. Ela estava desfeita, já não era imperatriz. Sua vingança contra os fracassos a que sua família fora condenada se resultou em nada.

*“O imperador soube abdicar melhor do que soube reinar”* — escreveu em seu informe o embaixador da França. *“Soube estar à altura, mostrando uma grande presença de espírito, uma firmeza e uma dignidade notáveis.”* Seu reinado terminara. Pedro I fora varrido pelas mesmas formas que contribuíra a desencadear. Artífice da independência do maior país da América do Sul, cortara

os vínculos com Portugal sem muito derramamento de sangue. Fora fiel aos conselhos de seu pai e manteve a unidade da antiga colônia. Promulgava reformas no sistema jurídico e no ensino, promovera a Fundação do Observatório, da Sociedade de Medicina, os jornais tinham se multiplicado, o país era reconhecido internacionalmente. Apesar de todos seus erros e defeitos, deixava um valioso legado. Ao pensar em tudo o que havia feito e ao sentir-se injustamente tratado, rompeu em soluços. Agarrou-se ao braço do embaixador e saiu à varanda, de onde se viam as luzes da cidade:

— Gostaria que meu rosto fosse coberto com um véu, para que não voltasse a ver mais o Rio de Janeiro...

Uma vez tomada a decisão, a única coisa que queria era ir embora, abandonar para sempre o cenário de sua vida convertido em uma chaga supurante. Enquanto os serviçais preparavam a bagagem com toda a pressa, sob o olhar banhado de lágrimas da imperatriz, Pedro entrou sigilosamente no quarto das meninas. Contemplou por um longo tempo as princesinhas que dormiam profundamente. Seu olhar se deteve em um retrato de Leopoldina, que parecia olhá-lo com um sorriso congelado. Nesse momento pensou que ela nunca abandonara essa casa, que sua alma seguia habitando naquelas paredes. Seria o cansaço? A superstição? A consciência pesada? O convencimento de que alguns mortos não morrem de todo e que ocupam mais espaço como mortos do que tinham em vida? Afastou de sua mente aqueles pensamentos fugazes, para os que não tinha resposta, e se inclinou sobre as camas das filhas. Escutou sua respiração compassada, o barulhinho de algum gemido. Uma a uma, foi as beijando na testa. Em seguida, entrou no quarto de Pedro, cujos cabelos loiros acariciou longamente. Aproximou seus lábios do ouvido do pequeno e sussurrou com uma voz rouca: “Seu é o império, meu menino...”. Com os olhos encharcados de lágrimas, levantou seu braço e lhe beijou a mãozinha, como um simples súdito a mais. Aquele era agora seu imperador, Dom Pedro II.

---

8 A palavra caudilho (em espanhol, *caudillo*) refere-se a um líder político-militar no comando de uma força autoritária. Está comumente associada à América Latina do século XIX e início do século XX ou relacionado a época Franquista. (N.T.)

O oceano. O largo mar que separava e unia ambos os mundos. Ao abandonar a costa do país que levava em seu coração, como os filhos que nele deixava, sentia como seus os gemidos do navio. Na hora de partir, não podia deixar de recordar outra grande viagem de sua vida, a de ida com seus pais, quando tinha 9 anos de idade e chegou ao Brasil em um bergantim impulsionado unicamente por velas. A época do motor a vapor ainda não tinha começado e a travessia parecia eterna. Havia tanta gente no barco que homens e mulheres, outrora perfeitamente cortesês, brigavam como quitandeiros por um espaço na área coberta, onde pudessem deitar no navio e dormir na intempérie, sem nada para se cobrir. Ele, sem dúvida, era uma criança feliz por viver essa aventura, porque o navio, com sua proa, seus alcáceres, seu castelo de popa, suas cobertas de artilharia e seus porões cavernosos, oferecia uma possibilidade quase ilimitada de explorar e se distrair. No entanto, estava por demais nervoso para dormir, mas por razões diferentes.

Seu pai tomara poucas decisões na vida, mas a de trasladar naqueles navios todo o maquinário administrativo do país, incluindo a biblioteca de Ajuda, com 60 mil volumes, foi um marco histórico no mundo. Pedro se lembrava do medo que sentiram antes de zarpar, quando depois de dois dias de intensas chuvas o vento sudoeste os impediu de levantar âncora e fugir do porto de Lisboa. Era tal o terror que inspirava as forças de Napoleão que ninguém se atrevia a pensar em enfrentá-las: só desejavam escapar quanto antes. Com exceção de sua mãe, Carlota Joaquina, que sonhava com um desenlace oposto. Para ela, aquele vento era seu aliado e rezava, apertando fortemente seu rosário de contas entre os dedos, para que durasse mais um dia. Só mais um dia e o general francês Andoche Junot, que já estava nas portas da cidade, conseguiria abortar a excêntrica e estúpida aventura — pensava ela — de ir para o Brasil.

Pedro recordava o júbilo entre a passagem, na manhã seguinte, quando o

vento virou a noroeste, “o vento espanhol”, como o chamava, porque soprava da península acima do vale do Tejo e se dirigia ao oceano. “Içar velas!”, milhares de passageiros suspiraram de alívio quando sentiram como partiam os navios, com o inflar das velas. Com exceção de sua mãe, derrotada em sua última esperança, vendo-se definitivamente presa em um amontoamento ao qual não estava acostumada, sem possibilidade de escapar nem de se salvar. “Proa maior! Içar proa! Soltar cabos! Pegar traquete! Mastro da bujarrona!...” No antigo *Príncipe Real*, Pedro e seu pai viam tudo do alto do castelo de proa, assustados pelos tangidos que a tensão dos amantinhos e velas produziam sobre os paus e o casco. Estavam rodeados de nobres, militares e cortesãos, mas também de médicos, carpinteiros, farmacêuticos, construtores navais, cozinheiros, artesãos, juizes, pajens... a maioria dos quais nunca tinha navegado ou saído de Lisboa. Todos tinham olhos e bocas abertos de consternação ante o cais deserto, que oferecia um espetáculo desolador: malas, papéis molhados, caixas arrebentadas e diversos artefatos que pertenciam ao patrimônio real e que, na pressa, foram obrigados a deixar em terra. O general Junot para ver ao longe os barcos com as velas deslocadas, em direção ao Atlântico, enfurecido, pessoalmente abriu fogo de artilharia contra o mais atrasado: o cordame e o pau saltaram pelos ares e o velame esparramou sobre a cobertura. Sem dúvida, foi um troféu irrisório: aquele barco não levava ninguém importante. Os navios que tentavam alcançar já navegavam longe, sob a escolta britânica. O que os olhos viam era, sem dúvida, inacreditável para Junot: desaparecia no horizonte, flutuando nas águas do Atlântico, o centro neurálgico de um império.

Mais de duas décadas depois, Pedro não conseguiu manter a família unida, como fizera seu pai no passado. Ainda que as circunstâncias fossem totalmente diferentes, se repreendia por isso. Sentia uma autêntica dor no peito ao pensar em seus filhos, embora o fato de ter Bonifácio respondido favoravelmente ao seu pedido contribuisse para reduzir sua ansiedade. O patriarca da independência se sentira muito honrado de ter sido nomeado para desempenhar aquela grande responsabilidade. Como não se sentir honrado se também se tratava dos filhos de Leopoldina, sua amiga, sua confidente, sua imperatriz? Levaria sua missão até o fim com grande dedicação e coragem, e terminou convertendo-se no mais ardente defensor do ex-imperador e também no mais leal de seus partidários.

Essa viagem era muito diferente daquela do passado. Na madrugada de 7 de abril de 1831, o ex-imperador, agora apenas o duque de Bragança, saiu chorando do palácio de São Cristóvão. Dezenas de empregados e criados, a maioria ex-escravos libertados por Leopoldina e por ele, correram até o porto

atrás de sua carruagem, suplicando-lhe que os levassem com ele, Pedro teve que dizer que só havia lugar para seis. O resto deveria ficar para servir seu filho, seu novo senhor. Apesar disso, eles não se deram por vencidos e os marinheiros ingleses tiveram que expulsá-los à força, já que travavam uma pequena batalha para subir ao barco. Pedro, vestido com um casaco marrom e chapéu de palha, parecia mais um viajante qualquer, preocupado com o bem-estar de sua mulher e com a sorte de sua bagagem, do que com um ex-imperador. Amélia estava tomada por um mar de lágrimas. Todos se apiedavam da imperatriz, que, ante o desmoronamento de seus sonhos, se mostrava muito mais abalada do que seu marido. Não tinha consolo e de pouco servia que Pedro lhe dissesse que em breve voltaria a ver a sua mãe. Estiveram três dias no *Warspite*, ancorado na baía do Rio de Janeiro. Foram três dias desgastantes, nos que teve que organizar os mil detalhes de sua partida, incluindo o inventário de seu patrimônio: fazia listas de seus bens móveis e imóveis, os quadros de todos os palácios, seus livros e mapas, as coleções de minerais, contava os cavalos de seu estábulo, as carruagens — inglesas, alemãs, francesas, portuguesas, algumas ostentosas, outras simples —, a prata, os vasos. Preocupado em assegurar sua independência material diante do incerto futuro que se avizinhava conseguiu negociar a venda de seus bens com o novo governo. O resto o tratava com corretores e comerciantes, nem sempre honrados, que buscavam fazer bons negócios com a pressa da partida. Do palácio mandou trazer toda a sua biblioteca, a roupa de cama, 24 toalhas finas de mão, 18 lenços bordados, 12 travesseiros de plumas: também se instalaram a bordo os urinóis imperiais. O que não vendia, o doava: por exemplo, o jogo de mesa novo ficava para seu filho, o velho ia para a misericórdia. Em um alarde de magnanimidade perdoou dívidas de casas e terras para os amigos, serventes e protegidos, dava grande importância aos assuntos de dinheiro, mas não era avarento no sentido estrito da palavra. “*Não falaria de dinheiro, principalmente agora*” — escreveu ao novo governo — “*se tivesse com que aparecer na Europa decentemente.*” Do que não falava era de seus planos para reconquistar a coroa de Portugal e talvez converter-se em imperador da Península Ibérica. As últimas cartas do Chalaça falavam do entusiasmo com o qual os membros do Clube Central Hispano-Lusitano de Londres queriam aclamá-lo imperador constitucional da Península Ibérica. Sabia que era um sonho, mas apesar de tudo se aferrava a ele, agora que perdera seus outros tronos.

No final, e por indicação do almirante britânico, que temia um ataque dos nativistas contra o *Warspite*, Pedro e sua família tiveram que se deslocar para a fragata *HMS Volage*, que zarpou no dia 13 de abril, às seis da manhã. O Rio de

Janeiro desapareceu pouco a pouco na bruma, esfumando-se a silhueta do palácio de São Cristóvão, a cúpula dourada da capela da Glória, as fortalezas de Santa Cruz e São João, os morros coroados de palmeiras, o Pão de Açúcar e o Corcovado, todo cenário onde haviam transcorrido os últimos 23 anos de sua vida. Nesse dia o jornal local publicou a carta que Pedro havia escrito para seus amigos: *“Abandonar algo tão querido como minha pátria, meus filhos ou meus amigos é penoso até para o coração mais duro. No entanto, não pode existir glória mais elevada que deixá-los para conservar a honra. Adeus, pátria minha, adeus, meus amigos, adeus para sempre”*.

À medida que se distanciava da costa do Brasil, sentia crescer a saudade, sobretudo depois de passar a linha equatorial, no momento em que o tempo começou a mudar e fazer-se mais fresco. Acabavam-se 23 anos de calor constante. Tiveram seis semanas de navegação tranquila, até que um temporal os alcançou, o que deixou Amélia aterrorizada, mas fascinou Pedro tanto quanto o que experimentou na viagem de ida, quando era criança. Contou com pormenores em uma carta para seu filho, uma das muitas que lhe enviaria durante os meses seguintes, embora fossem cartas que ultrapassavam a capacidade de entendimento do pequeno Pedro II, o fazia para deixar mais constância, para deixá-lo a par de seus atos e pensamentos. Pensava que, talvez mais adiante, seu filho as leria e aprenderia a conhecê-lo. Contou-lhe como o barco empinava a proa, se detinha na crista da onda e depois, em uma investida veloz, se deslizava abaixo e cravava o mascarão de proa com uma estocada no mar. Falou-lhe da água que se infiltrava pelas escotilhas e pelas janelas do castelo de proa, dos gritos de um marinheiro que pedia ajuda para esvaziar as sentinas, do chiado dos guinchos e das roldanas e o rangido do cordame. Contava-lhe que esses incômodos não eram nada comparados com a alegria de voltar a ver, dentro de pouco tempo, sua irmãzinha, a duquesa de Goiás, interna do colégio Sagrado Coração de Paris.

A carta foi enviada de Faial, no Açores, onde, depois de dois intermináveis dias de temporal, ancoraram só apenas 10 horas, para reabastecer as provisões. Onze dias mais tarde, Pedro era recebido em Cherbourg pelas autoridades locais, pelo Chalaça, por um grupo de refugiados e por 5 mil homens da guarda nacional francesa, que lhe renderam uma cálida homenagem. Foi aclamado como campeão da liberdade, doador de constituições, um homem que soubera sacrificar-se e deixar o trono antes de violar a Carta Magna. Ali não era visto como um déspota, senão como um monarca liberal. Que bom era sentir-se de

novo respeitado, compreendido e, inclusive, amado... Um pouco de calor humano, era bem-vindo para lutar contra o frio do desterro, do exílio. Aquela recepção foi um bálsamo para seu coração cheio de saudades. Sua vida deixava de parecer um final, em breve, um novo princípio.

Na mansão que o governo municipal pôs à sua disposição, Pedro recebeu inúmeros imigrantes portugueses, que tinham solicitado uma audiência com o pai de sua rainha. Escutou histórias terríveis de repressão em Portugal, planos insanos para reconquistar o país, aceitou ofertas de colaboração — homens dispostos a alistar-se imediatamente para lutar — e prometeu restaurar sua filha ao trono quanto antes. Soube que Benjamin Constant, pouco antes de morrer, deixou escrito que sua chegada daria à Europa um novo rosto, que seria o homem da liberdade constitucional europeia contra os gabinetes autocráticos, que seria chamado para desempenhar um papel imenso, “o mais belo que o tenha sido oferecido a um príncipe em memória de homem”. Eram bonitas palavras, que vieram confirmar o sentimento íntimo de que estava cumprindo com seu destino, apesar de também lhe exigirem muito. Seu admirado Benjamin Constant lhe conferia uma tessitura de herói: agora cabia a ele triunfar... ou morrer. Não tinha nenhuma intenção de deixar seu intento às soltas, por isso seu pensamento foi direto para a questão dinheiro: onde conseguiria fundos para erguer um exército e invadir Portugal?

O general português Saldanha, um homem comprometido com a causa liberal e de impecável reputação, lhe deu uma pista:

— Um espanhol pode ajudar-nos. Chama-se Mendizábal e é muito amigo meu. Um homem idealista com os pés no chão, um liberal. É banqueiro, um gênio das finanças. Caiu na ruína duas vezes e também por duas vezes refez sua fortuna. É o maior exportador de vinhos espanhóis para a Grã-Bretanha. Como eu, está convencido de que libertar Portugal é o primeiro passo para libertar o resto da Península Ibérica.

— Você pode me colocar em contato com ele?

— Vive em Londres... Sabe, majestade, agora mais do que nunca continua sendo o desejo dos liberais espanhóis fazê-lo rei da Espanha.

Pedro não respondeu, mas gostou de ouvir aquilo. Decidiu efetuar uma viagem rápida à capital da Grã-Bretanha. Pedro simpatizou com o exilado espanhol Juan Álvarez e Mendizábal. Oriundo de Cádiz, Mendizábal era um homem alto, de porte imponente e magreza extrema, com nariz aquilino que lhe conferia um ar de velho fidalgo. Mudara seu sobrenome original Méndez, porque dizia que era de origem judaica e nos círculos financeiros espanhóis carecia de

prestígio de um sobrenome Vasco. Liberal perfeito, aos 30 anos entrega sua primeira fortuna à causa da revolução liberal de Cádiz, em 1820. Depois da intervenção francesa na Espanha dos Cem Mil Filhos de São Luís, teve que se exilar em Londres, onde refez sua fortuna e continuou oferecendo seu talento financeiro à causa da liberdade na Península. Do ponto de vista de Mendizábal, era urgente derrubar Miguel, porque esse rei totalmente antiquado estava ressuscitando um fanatismo selvagem na Península, o mesmo que nutrira a Inquisição e que resultara na perseguição dos judeus e islâmicos e na paralisação do progresso de Portugal e da Espanha. Pedro e o espanhol necessitavam um do outro e o resultado daquele primeiro encontro se materializou alguns dias mais tarde, quando assinaram um acordo pelo qual Mendizábal se comprometia a conseguir uma linha de crédito de 2 milhões de libras em nome da rainha Maria II. Logo, aproveitando o oferecimento feito pelo rei da França, Luís Felipe, de se alojar gratuitamente no castelo de Meudon, Pedro decidiu ir para Paris, onde seguiria tentando arrecadar fundos, conseguir apoio, navios, armas, soldados. “Eu vou, porque Londres é muito cara”, ele disse para Mendizábal.

A razão mais importante era que ali vivia sua queridinha, a duquesa de Goiás, e, além disso, Pedro falava bem o francês — e não tanto o inglês — e, como exilado sentia-se mais confortável num país latino. Seu estado de ânimo oscilava entre a angústia de encontrar-se longe de sua terra e de seus filhos e a satisfação que lhe produzia viver pela primeira vez como um homem qualquer, como um burguês. *“Vou vender minha prata e minhas joias para fazer um fundo e poder vier de camisa branca e engomada, sem dever nada a ninguém”*, escreveu para seu filho. Entrava em devaneio quando se sentia esmagado pela imensidão dos desafios que tinha decidido enfrentar. Sentia falta de seus cavalos, o cheiro da terra tropical depois da temperatura, dos entardeceres avermelhados, do sorriso das pessoas, e, sobretudo de seus filhos, até os que não conhecia e jamais conheceria. Pesava-lhe sobre a consciência a última filha que teve com Domitila e que nasceu alguns meses depois de ela ter ido embora para São Paulo. Não o fizera por deferência a Amélia, mas nem por isso se esquecia da pequena. Antes de abandonar Londres, pediu para seu amigo marquês de Resende que escrevesse para Domitila, em seu nome, para dizer-lhe que sua precipitada saída do Rio de Janeiro não lhe havia permitido comunicar-lhe seus propósitos e intenções com relação à pequena Maria Isabel, porém anunciava que nomearia condessa de Iguaçú e que queria que viesse à Europa, da mesma forma que sua irmã, a duquesa de Goiás, para ser educada *“com aquele cuidado e decência que exige sua posição”*. Domitila respondeu cinco meses mais tarde dizendo que

*“antes de dar essa prova de amor paternal, já tinha o projeto de acompanhar sua filha a Paris, a fim de dar-lhe a educação que merece”.*

“O imperador Dom Pedro chegou hoje a Paris, jantou com o rei e assistiu ao concerto apresentado no Palais Royal.” Assim começava a crônica do jornal *Le Moniteur* do dia 27 de julho de 1831. O que aquele jornal não contou é que antes do jantar com o rei, a primeira coisa que Pedro fez ao chegar a Paris foi comparecer ao nº 41 da rua de Varennes, sede do Sagrado Coração, para abraçar a pequena bastarda de sua alma. Como havia mudado em dois anos a duquesa de Goiás! Era muito parecida com sua mãe: tinha os mesmos traços faciais, a mesma graça, o mesmo encanto. Não se cansava de contemplá-la. A pequena havia adquirido outros gestos, novas maneiras, era uma transformação prodigiosa. Tanto que tinha esquecido o português, e, por isso falaram em francês enquanto passeavam pelo bulevar dos Inválidos, sob uma chuva fina que enopava as tílias e os castanheiros. Pedro lhe contou o melhor que pôde sobre os acontecimentos que o levaram a abdicar e lhe falou de sua irmã, a condessa de Iguacu, que logo iria estudar ali. Também anunciou a chegada de outro irmãozinho. Amélia, por fim, estava grávida. “Nós devemos isso às águas de Minas Gerais”, lhe disse muito convicto disso. Agora começava para todos uma nova vida, se veriam com mais frequência. Nos fins de semana e nas férias, a garota iria ao Castelo de Meudon para brincar com sua irmã, a rainha Maria: “Você verá, vai gostar muito”.

Com suas sacadas e balaustradas de ferro forjado, sustentadas por cariátides<sup>9</sup>, suas janelas altas e sua imponente escadaria de entrada, o castelo de Meudon era espetacular, com a vista que seus terraços ofereciam da cidade, com os telhados de ardósia dos edifícios de Paris brilhando ao longe, dominados pela cúpula dos Inválidos e as torres de Notre Dame. Pedro tomou posse da nova morada distribuindo ele mesmo os respectivos aposentos aos vinte membros da comitiva. Visitou a biblioteca, a sala de bilhar, os salões decorados com enormes telas e tapeçarias da época medieval... Era certamente um lugar muito

apropriado para uma monarquia em exílio. Mas caro. Apesar de não pagar aluguel, Pedro declarara que não queria ser um peso para a França e que assumiria os gastos com a manutenção, incluindo os estábulos com 25 cavalos e seis carruagens. Agora se perguntava durante quanto tempo poderia assumir essa despesa...

Os meses que passaram em Meudon foram parênteses de felicidade em meio àquele estranho exílio. Amélia estava feliz com a maternidade que tanto lhe havia custado e, conhecendo o enorme afeto que seu marido sentia pela duquesa de Goiás, acolheu a pequena sem nenhum indício de ressentimento e com todo o carinho que uma futura mãe era capaz de dar. Também se esqueceu das suspeitas que o marquês de Barbacena havia instilado e se reconciliou com o Chalaça, que atendia tão devotamente o seu marido e que se mostrava muito solícito a ela. A alegria de Amélia com o novo estado e sua nova vida contagiou todos os demais. Tudo era novo em Paris, tudo lhes interessava naquele mundo cheio de novidades, em plena revolução industrial. A oferta de espetáculos era tão variada que não davam conta de ver tudo. Para um amante da música como Pedro, o Teatro Italiano era o templo de sua devoção. Quando ali conheceu Rossini, foi tomado por uma emoção indescritível. Desde seus dias de juventude, era um entusiasta seguidor das obras do compositor italiano. Este se sentiu tão honrado de conhecer o ex-imperador que se ofereceu para examinar suas composições musicais e tocar uma delas no teatro. Teria sido uma grande noite para Pedro se não fosse pela saída da metade do público antes do final e no dia seguinte um crítico publicou: *“O senhor imperador deveria centrar-se mais em expulsar seu sanguinário irmão de Portugal do que se enfiar nos teatros aos pacíficos amantes da música”*.

Não era fácil expulsar seu sanguinário irmão. Tal empreitada exigia coragem e uma cuidadosa preparação. Pedro jogava com uma vantagem, a de dispor dos melhores oficiais militares, que em sua maioria eram liberais e detestavam a tirania caprichosa de Miguel. No mês de agosto, chegou a boa notícia de que o conde de Vila Flor, a mando da tropa constitucionalista aquartelada na ilha Terceira, tinha vencido a resistência nas demais ilhas de Açores. Agora todo o arquipélago estava em suas mãos e de Pedro e nas suas. Com o recrutamento dos prisioneiros capturados, o exército liberal já contava, de cara, com 80 mil recrutas, em sua maioria homens do campo, analfabetos e devotos, dispostos a morrer por seu rei católico. A única maneira de mitigar esse desequilíbrio era empregar forças mercenárias, mas para isso precisava de dinheiro. Também era preciso dispor de uma frota para o transporte de tropas à

Península.

O castelo de Meudon se converteu no centro daquela campanha de guerra que ia transformar Portugal em um campo de batalha, onde teriam que enfrentar a morte dois irmãos, dois homens cheios de ideologia. A luta entre Pedro e Miguel começava a despertar o interesse de toda a Europa. Meudon era um desfile contínuo de personalidades de todas as nacionalidades, de ministros e senadores franceses, de refugiados portugueses e espanhóis, de embaixadores, militares, aventureiros de toda e qualquer índole, que ofereciam seus serviços. Liberais de outros países e não só portugueses se apresentavam como recrutas. O Chalaça e o marquês de Resende trabalhavam com muito empenho e o mais rápido possível para cuidar da correspondência e organizar a apertada agenda de Pedro. Este tentava abrir todas as portas, apelando para a solidariedade das grandes fortunas, os Poulain, os Lafitte, os Rougemont. Para todos lhes explicava sobre a urgência da intervenção, mas recebia poucas respostas concretas, e, assim, engolia o orgulho e insistia de novo. Conseguiu abrir uma linha de crédito de 12 mil libras no banco Rothschild em nome do Conselho da Regência de Açores, mas no fim o banco se negou a pagá-la. Assim continuava, de humilhação em humilhação e com o humor cada vez mais sombrio. O único que parecia imune ao desalento era Mendizábal, que assegurava que logo conseguiria dinheiro.

Pedro estava entre a cruz e espada, colhendo recusas por um lado e pressionado pelos portugueses no exílio para acelerar o ritmo dos preparativos, por outro. Coordenar essa operação de semelhante envergadura era complicado, o duque de Palmela, que agora exercia o cargo de chefe do Conselho da Regência, chegou de Açores para tentar convencer Pedro da necessidade de adiantar a invasão antes da chegada do inverno. Pedro, que mais parecia um monarca em exercício do que um imperador destronado, lhe respondeu que outros oficiais não julgavam possível ter tudo pronto antes da próxima primavera, não só não podia adiantar o ataque como que teria que o atrasar por mais seis meses.

— Isso vai causar uma grande decepção entre os refugiados... Quanto mais demorarmos em intervir, mais expostos a represálias estarão os parentes que ficaram em Portugal.

— Sei que há pressa em recuperar sua pátria, mas não podemos nos precipitar.

Faltavam muitas peças para serem unidas no jogo. O problema era saber quando realmente estariam prontos, lhe disse Palmela. Não podiam pretender

levantar uma tropa de outros 80 mil homens para igualar ao exército de Miguel, teriam que assumir que ia ser uma flagrante luta desigual em condições. Em algum momento teriam que se decidir a atacar com os meios obtidos até o momento. “O melhor é inimigo do bom”, lhe disse, para reforçar seus argumentos. Mas Pedro preferia escutar os conselhos dos que optavam por postergar o ataque. Além das razões de estratégia militar, havia um motivo muito pessoal. Não queria partir até que Amélia desse a luz. Vinha-lhe à mente a recordação de quando Leopoldina dera à luz, de pé no corredor do palácio de São Cristóvão, enquanto a abraçava. Não, nem a impaciência da tropa nem a pressa dos portugueses por iniciar a batalha lhe fariam abandonar sua mulher naquele momento. Mas isso ele não podia dizer a Palmela.

---

9 Tipo de coluna com figura feminina esculpida, originária da Grécia antiga, cuja função é a de sustentar um entablamento (arquitrave, friso e cornija). (N.T.)

“Viva Dom Pedro!”, gritavam os parisienses enquanto ele esporeava seu cavalo, no final de algumas manobras militares em Vincennes, na presença do rei da França, e se aproximava da multidão para explicar-lhes sua luta pela libertação de Portugal. Sensível à opinião pública, tão favorável a seu hóspede vindo do Brasil, o rei Luís Felipe lhe colocou à disposição os portos de Quiberon, da ilha de Ré e de Belle-Isle para centralizar o armamento e o equipamento da frota, e para embarcar as hipotéticas tropas. No entanto, ele não podia oferecer ajuda financeira ou militar direta. A França, assim como a Grã-Bretanha, desejava manter uma aparência de neutralidade no conflito português. Por mais amigos que fossem, por mais partidas de bilhar que jogassem, as razões de Estado eram as razões de Estado.

Exatamente como Palmela previra, retardar a expedição foi algo que irritou os portugueses no exílio, que culpavam a atitude vacilante de Pedro como de alguém que já não era português, mas apenas um brasileiro sem a coragem necessária de lutar por sua pátria de origem. Começaram a circular libelos contra o ex-imperador. Não deixava de ser irônico que no Brasil o chamassem de português e agora os portugueses o marcavam como brasileiro. Mas a verdade é que o fato de não conseguir financiamento e apoio decisivo dos governos britânico e francês havia se mostrado um grande obstáculo para organizar a expedição. A isso se somava a própria penúria financeira de Pedro. Ele já não podia continuar arcando com as despesas do castelo de Meudon, de modo que optou por mudar-se para um apartamento alugado no centro de Paris, no nº 10 da rue de Courcelles. Morar no centro tinha a vantagem de que a pequena duquesa de Goiás não precisaria mais continuar interna no colégio e poderia morar com eles. Pedro sentia uma estranha necessidade de estar em contato com os seus de uma forma mais próxima e estreita do que antes, como se ainda não tivesse assimilado aquele distanciamento forçado de sua família, que havia

sido imposto pelo destino. Ou talvez por medo daquilo que se aproximava.

À medida que os meses se passavam debaixo de um céu de chumbo em Paris e o caminho ia se abrindo para a invasão — Mendizábal finalmente conseguira dinheiro para comprar barcos e armamento —, Pedro foi tomado por uma grande melancolia. Dava longos passeios e entrava nas lojas como um simples cidadão, seja para comprar um brinquedo para suas filhas ou uma lembrança para enviar ao Rio de Janeiro, seja com a louca esperança de encontrar algum cidadão brasileiro que estivesse de passagem pela cidade. Foi desse modo que se encontrou com vários aristocratas, como o barão de Santo Ângelo, que tinha ido a Paris para estudar pintura com Debrat.

Sentia tanta falta do Brasil que seu corpo chegava a doer. Em novembro ele viu neve pela primeira vez na vida, e se as suas filhas brincavam excitadas ao desfrutar daquela novidade, sentiu mais forte do que nunca o coração despedaçado pela saudade. Os que o criticavam pareciam se esquecer de que não se fizera brasileiro por ambição política, mas por causa dos muitos laços que o uniam àquela terra, pelos laços afetivos com todo o tipo de gente daquela sociedade colonial, desde simples escravos até poderosos proprietários de terras, por uma avalanche de recordações e por um passado repleto de grandes momentos. E de grandes mulheres, também. Como se esquecer delas? Fora ali que vivera, por mais de duas décadas, as etapas fundamentais de sua vida: a infância, a adolescência e a juventude; lá ele havia protagonizado a grande aventura da independência, seus filhos tinham nascido ali, um deles herdaria o trono... Abdicar não significava que automaticamente podia apagar todas as lembranças de sua memória, nem que pudesse se sentir um português peninsular da noite para o dia. O Brasil estava presente em sua mente a cada segundo do dia, como se fosse uma obsessão da qual era impossível se livrar. Que sentido teria viver longe de tudo aquilo que seu coração mais desejava? Era como se tivesse que viver separado de sua alma. Naqueles dias sombrios, pediu ao Chalaça um pequeno favor:

— Você se lembra de Noémie Thierry?

— E como eu poderia me esquecer?

— Ela não era de Paris?

— Sim, de Paris...

— Com todos esses contatos formidáveis que você tem... Será que não poderia tentar localizá-la?

O Chalaça ficou olhando para ele, como se aquela exigência fosse um ato de loucura. Para que iria querer ver aquela garota agora, que seria uma

mulherona desgastada pelos anos? Não estava por acaso apaixonadíssimo por Amélia? Como poderia perder tempo em bobagens como essas quando devia se concentrar na batalha de sua vida? Mas o Chalaça era um bom amigo, um escudeiro fiel que obedecia a todos os desejos que pudessem trazer alguma alegria a seu amo, dono e senhor.

O Brasil estava tão presente na mente de Pedro que, assim que Amélia entrou em trabalho de parto, convocou o embaixador do Brasil à sua casa para que fosse testemunha do corte do cordão umbilical. Nascera uma menina, que decidiram chamar de Maria Amélia. “Ela nasceu em Paris, mas é brasileira, porque foi concebida antes de minha abdicação”, salientou o ex-imperador. Ele queria que o embaixador certificasse que a menina era uma cidadã brasileira, e fazia parte da família imperial. E assim foi feito.

Mas a alegria do nascimento durou pouco, só até o dia seguinte, sexto aniversário do pequeno Pedro II, o menino imperador, acontecimento que seu pai celebrou com um grande banquete em sua casa. Na hora do brinde pela saúde do imperador e de todas as princesas que haviam ficado no Rio de Janeiro, Pedro sentiu uma indisposição, levantou-se de sua cadeira e correu até seus aposentos. Pensou que estivesse sofrendo um ataque epiléptico, provocado pela saudade de seus filhos, e pelo cansaço dos últimos dias. No entanto, dessa vez era uma coisa diferente. Durante dois dias ele esteve se retorcendo na cama, diante dos olhos assustados de sua esposa e de suas filhas, que não sabiam como aliviar sua dor. O médico diagnosticou cálculos renais e receitou paciência. Recebeu na cama a visita de Luís Felipe e de sua família, mas demorou vários dias para se sentir melhor e poder levantar-se.

Pedro continuava convalescendo, quando, certa manhã, sentado em seu escritório, escutou a voz do Chalaça: “Dom Pedro, aqui está uma visita”. A porta se abriu e ele viu entrar uma mulher jovem, bem-vestida e com um toque boêmio, de uma beleza que penetrava na alma. Era Noémie Thierry. Pedro ficou atordoado, sem fala, como se a Virgem Maria tivesse aparecido no lugar de seu antigo amor. Mas... Era ela realmente? Sim, reconhecia os mesmos olhos, o mesmo formato de rosto, o mesmo porte sedutor e o mesmo tom de voz aveludado que lhe dizia “*Bonjour monsieur l’empereur*”, enquanto segurava em suas mãos a bolsinha de veludo marrom. Pedro pensou que tinha enlouquecido, que aquilo não podia ser verdade. Abriu e fechou os olhos diversas vezes:

— Noémie?

— Sim, sou eu.

— Noémie Thierry?

— Sim, bem... Esse é o nome de minha mãe, eu sou Noémie Breton...

Era a filha dela que estava à sua frente.

— Meu Deus, você é o retrato vivo de sua mãe...

— Sim, isso é o que dizem todos que a conheceram.

Ela não havia herdado apenas a beleza da mãe, como também o seu talento. O Chalaça a havia localizado com certa facilidade, porque a jovem era atriz coadjuvante em uma peça de Alexandre Dumas que estava sendo representada em um pequeno teatro. Foi dessa forma que Pedro tomou conhecimento de que Noémie, a sua Noémie, havia morrido de tuberculose alguns anos antes. A família que a havia acolhido em Pernambuco e que o fizera por ordem do rei até que tivesse seu bebê a casou mais tarde com um oficial português, porém aquele casamento fora um fracasso completo. Depois de uma vida complicada em Recife que durou vários meses, ela conseguiu conquistar um marinheiro francês que a embarcou em um cargueiro rumo à França. Assim que chegou a Nantes, ela abandonou o marinheiro e foi para Paris, onde conseguiu entrar no mundo do teatro, numa família de comediantes. Meses depois conheceu o pai da garota que agora estava à sua frente, mas não se casou com ele.

— Sua mãe falou de mim?

— Sim, claro. Eu sei de tudo. Dos passeios no Corcovar... Não é assim que se chama a montanha?

Pedro a corrigiu.

— Corcovado.

— Sim, é verdade. E o Pão de Açúcar, que nome mais engraçado...

Pedro sorriu e a garota prosseguiu:

— Ela me falou também daquele general holandês que vivia sozinho na montanha, dos espetáculos no Teatro Real, onde todo mundo derretia de calor, de sua mãe, que se opunha ao casamento... Veja, quero lhe mostrar isto.

A jovem tirou de sua bolsa um lenço onde se podia ver o anagrama dos Bragança bordado em fios de ouro.

— Esse lenço foi dado por sua mãe, a rainha, à minha...

De fato, aquele era o lenço que Carlota Joaquina havia entregado a Noémie para que ela enxugasse as lágrimas, no dia em que fora visitá-la na cabana do Corcovado, para lhe pedir que se esquecesse de seu filho. Pedro o pegou em suas mãos e ficou olhando para o lenço como se fosse um objeto com vida própria. Quanta dor continha esse pedaço de tecido... Ao tocá-lo, tinha a impressão de que estava acariciando Noémie. Sempre fora um sentimental e,

com a idade, ele não mudara, ao contrário. A voz da jovem interrompeu o devaneio.

— E eu não me cansava de pedir a mamãe que me contasse histórias de sua vida lá longe; tudo me parecia tão exótico — disse ela, rindo com uma sonora gargalhada cristalina.

Pedro estava maravilhado pela desenvoltura daquela garota, daquela réplica de seu primeiro amor. Essas francesas tinham alguma coisa que as tornava irresistíveis. Em outro momento, ele teria tentado seduzi-la, ainda que fosse apenas para sentir de novo o calor daquele fogo que ardia nos dias em que era mais moço, para voltar a sentir aquela pele cheirosa, a tocar aqueles seios quentes que povoaram seus melhores sonhos de adolescente... Mas não. Agora não tinha coragem de tentar. Além disso, não tinha mais certeza de que o conseguiria. E mais, fazer isso lhe dava medo, porque poderia enlouquecer de amor. Outra vez. Não dizem que o homem é o único animal que não aprende com os próprios erros?

— Você pode estar se perguntando por que a chamei aqui... — disse Pedro com uma voz neutra, tentando controlar a emoção que o arrebatava — Ou melhor, por que tentei retomar o contato com sua mãe.

— Sim, realmente. Imagino que tenha sido pelas lembranças.

— Sim, claro, pelas lembranças. As melhores lembranças...

Pedro parecia hesitar, procurando as palavras.

—... Mas eu queria dizer a ela, bem... Dizer a você...

Fez uma pausa, sem saber se devia continuar.

— Sim...? — insistiu a jovem.

Pedro tossiu. Ele continuou hesitando até que decidiu confessar:

— Não sei se você sabe que sua mãe teve um filho comigo, que nasceu morto.

A expressão da garota mudou e ela ficou séria. A mistura de elegância e rudeza de seu interlocutor a confundia:

— Não, isso ela não me contou — respondeu ela, com um ar de gravidade que parecia deixá-la ainda mais bela.

— Sim, e mandei trazer seu corpo embalsamado e acomodado em um ataúde, ao palácio onde eu vivia, no Rio de Janeiro.

Houve um longo silêncio. Pedro continuou:

— Ele é seu meio-irmão.

A jovem o fitava com os olhos arregalados. Não esperava ouvir algo assim, e foi difícil de esconder o choque.

— Eu o mantive em meu gabinete durante todos esses anos. Com a pressa de minha partida, o caixão ficou lá. Acabo de receber uma carta da Assembleia Nacional... Eles querem saber o que fazer com ele. Por isso eu queria ver a sua mãe, para sepultá-lo aqui em Paris depois de tantos anos... Se ela estivesse viva, claro.

Pedro olhou a garota com ternura, antes de acrescentar:

— Direi a eles que o enterrem no convento da Ajuda.

Seria a iminência da grande batalha que estava a ponto de eclodir que o fazia refugiar-se no passado? Era o desejo de saldar seus débitos com aqueles que tinham sofrido por sua culpa? Ou era o pressentimento difuso de que ia morrer? Podia ser simplesmente medo? Antes de concluir a entrevista, Pedro pediu para ficar com o lenço. Noémie encolheu os ombros, como que dizendo que se essa era a sua vontade, sim, podia ficar com ele.

— Espere-me aqui um instante — pediu ele.

Deixou-a sozinha. Noémie mexia nervosamente a bolsinha com seus dedos finos e compridos, enquanto olhava pela janela. Flocos de neve pesados e surreais caíam sobre as árvores do pátio e nos telhados de ardósia. Pedro voltou pouco depois. Trazia um presente embrulhado em uma bolsa de veludo preto que fora buscar em seu cofre, e o entregou à jovem. Ela abriu com cuidado e viu refulgir um brilhante em seu interior. Escutou a voz de Pedro:

— É uma lembrança de meu país. Não pude entregar à sua mãe, por isso entrego a você.

— Não... Não posso aceitar — balbuciou a jovem, devolvendo o presente.

Pedro fez um gesto com a mão para que o guardasse:

— É uma troca. Eu fico com o lenço, e você com a pedra.

Ele apontou a porta e, enquanto a jovem se levantava, disse:

— Mas isto... Isto é muito valioso, eu não posso...

Pedro a acompanhou e beijou sua mão ao despedir-se:

— Temos que manter esse segredo entre nós, senão eles vão pensar que estou desviando recursos da campanha... Promete?

Noémie, espantada, assentiu com a cabeça, esboçou um sorriso de agradecimento e desapareceu escada abaixo.

Ao voltar da missa, na igreja de St. Philippe du Role, bem em frente à sua casa Pedro encontrou-se com o almirante Sartorius, que o esperava. O almirante era um veterano britânico que fora escolhido para comandar as forças navais de Maria da Glória. Acabava de chegar da pequena Belle-Isle, onde a frota armada estava reunida. A contribuição de Mendizábal fora decisiva para dar o empurrão definitivo e acelerar os preparativos. O dinheiro tinha tornado tudo mais fácil.

— A expedição contra Dom Miguel deixou de ser um projeto, agora é uma realidade. Basta apenas que se defina uma data.

Pedro pediu alguns dias a mais antes de responder. Ele não compartilhava do entusiasmo de Sartorius e dos exilados portugueses, que achavam que a simples aparição dele frente a uma tropa liberal bem disciplinada bastaria para que as forças miguelistas depusessem as armas. Pedro não via nada de forma tão clara. Ele conhecia seu irmão e sabia quão difícil era lidar com os absolutistas. Não, aquela campanha não seria o passeio que todos imaginavam.

Essa grande batalha que se avizinhava, que era como um exílio dentro de outro grande exílio, somada à dureza do inverno de Paris, contribuía para aumentar a sua melancolia, e esta, a deterioração de sua saúde. O cansaço acumulado levou-o a se esquecer do resto do mundo, das dificuldades da campanha que estava prestes a começar, do chamado da glória e da aventura... Naqueles dias que antecederiam a última grande viagem de sua vida, ele só queria uma coisa: contemplar a sua recém-nascida. Ficava longas horas debruçado sobre o berço, espiando um vislumbre de sorriso, decifrando no rosto da bebê alguma semelhança com ele, com sua mãe, com seu avô João ou com a avó Carlota... Em seguida, pegava-a nos braços e a cobria de beijos.

Foi Amélia quem o retirou daquele estado de languidez:

— Você não pode se deixar levar pelos caprichos de seu coração — disse ela. — Seus filhos estão bem, nós estamos bem... Seus homens vão começar a

pensar que prefere a quietude da vida em família aos riscos de uma campanha política.

— Se eles pensarem isso, estarão certos — respondeu Pedro, esboçando um sorriso cansado. — Às vezes eu me pergunto se tive razão ao me deixar envolver nessa engrenagem... Sabe como o caricaturista desse jornal miguelista que circula entre os exilados me chama? De Dom Perdo...

— Não deixe que isso o afete; você já superou ataques muito piores que esse. O importante é que os povos da Europa esperam muito de você, e não pode decepcioná-los.

Foi ela quem o arrancou daquele entorpecimento mental. Ela não podia deixar que seu marido desmoronasse na véspera de um teste tão duro. Embora, no fundo, o compreendesse... Pois quem gosta de lutar contra o próprio irmão? E compartilhar a vida com a tropa, lutar por um país que já não sentia mais como sendo sua pátria? Ela compreendia perfeitamente a falta de arrojo do marido. Também ela teria que se resignar a não o ter por perto durante longos meses. Ou talvez a perdê-lo para sempre... Mas não havia outra saída. Não havia sentido em lutar contra as poderosas forças que o próprio Pedro tinha contribuído para desencadear.

— Sim, Amélia, não há outra saída, você tem razão.

Basicamente, Pedro não conseguia acreditar que sairia vitorioso diante de uma desigualdade de forças tão grande. Ele não se deixava enganar pelo canto de sereia de seus oficiais e dos refugiados portugueses. No entanto, a sorte estava lançada. Dava para se imaginar voltando atrás? Impossível. O que seria de sua honra? Já era tarde demais para ficar fora da ação e esperar, comodamente instalado em seu apartamento em Paris, a chegada dos comunicados do exército em guerra contra seu irmão. Podia ter delegado a responsabilidade em nome de sua filha e continuar desfrutando desse exílio que agora lhe parecia dourado, mas não fizera isso, porque tal comportamento não era dele. O conforto burguês era tentador, mas Pedro não havia nascido para isso. Agora ele percebia que, mais do que a glória, ele ansiava redimir-se de tantos erros cometidos, de tantas fraquezas e de tanta torpeza moral com as quais havia salpicado aqueles que o cercavam, inclusive os mais queridos. E isso só se conseguia com o desaparecimento total pela vida e a doação completa de si mesmo. E, no fim do caminho, se tivesse sorte, a glória o esperava; se não tivesse, a morte... Sua mulher estava certa: não havia outra saída.

A partir do momento em que viu tudo isso com clareza, suas dores e mal-estares desapareceram, ou talvez ele tenha preferido esquecer tudo. Consciente

de que devia preparar-se para uma nova vida, dedicou-se a ler livros sobre táticas de guerra, a esquadrihar mapas militares, a praticar tiro no campo e a participar de manobras militares com o rei da França. Até que chegou Mendizábal, para lhe informar que tudo estava pronto.

Antes de partir, escreveu um testamento. Esteve rebuscando em sua memória para não esquecer nenhum de seus filhos, legítimos e ilegítimos, incluindo aquele que teve com a modista Clémence Saisset e o pequeno Rodrigo, que tivera com a irmã de Domitila. Para todos eles deixou alguma coisa. Estava com 33 anos e o retrato para o qual posou naqueles dias o mostrava com uniforme de general português, levando a Grã-Cruz da Legião de Honra, os cabelos ondulados, as eternas costeletas e um cavanhaque, além de estar mais gordo e inchado, sem aquele ar juvenil que o caracterizavam.

Na manhã do dia 25 de janeiro de 1832, um grande grupo de seguidores, acompanhados por alguns ministros e deputados franceses, foi para a rue de Courcelles, para um café da manhã de despedida. Estavam reunidas mais de duzentas pessoas, que Pedro teve que abandonar às sete e quarenta e cinco, quando lhe informaram que a carruagem estava pronta. Ele abraçou a mulher e, em seguida, sua filha mais velha. A pequena Maria da Glória se comoveu ao ver seu pai, vestido naquele uniforme rutilante, inclinar-se diante dela e tomar-lhe as mãos:

— Senhora, aqui está um general português que irá defender os seus direitos, para lhe devolver a sua coroa.

A pequena se lançou sobre ele, que a apertou forte e durante muito tempo contra seu corpo.

De Paris a Nantes, onde Mendizábal o esperava. De Nantes a Belle-Isle, ponto de encontro dos voluntários que tinham se alistado. De Belle-Isle aos Açores, onde o esperava o grosso da tropa e toda a frota. Sob um céu azul intenso, Pedro descobriu uma paisagem familiar de campos verdes semeados de oliveiras e laranjeiras e de casas brancas. Portugal no meio do Atlântico. As montanhas escarpadas daquela ilha, com trilhas tão íngremes que só podiam ser percorridas no lombo de um burro, se erguiam até o céu. Enquanto o navio ancorava na baía de Ponta Delgada e os soldados, barulhentos e animados, lutavam por um lugar ao longo do convés, Pedro não perdia tempo: verificava o estado das armas e das espadas. Pouco restava nele do burguês parisiense: estava se transformando em um chefe militar disposto a compartilhar com seus homens os perigos de uma guerra. Fiel a si mesmo, queria controlar tudo, minimizar os riscos, não deixar nada ao sabor do imprevisto. A multidão que o esperava nas docas era parte do acampamento militar e compunha-se de uma mistura heterogênea de homens liberais fanáticos, estudantes idealistas recém-saídos da universidade de Coimbra, escritores e poetas em busca de palavras para captar a grandeza heroica que estavam prestes a vivenciar, veteranos das campanhas peninsulares contra Napoleão, voluntários de todos os rincões da Europa, desde *clochards*<sup>10</sup> parisienses até latoeiros desempregados, malabaristas ou veterinários, sonhadores, aventureiros recrutados nas ruas de Londres e Paris e autênticas ruínas humanas que haviam se alistado unicamente para ter o que comer. Sim, esse era o seu exército, que transbordava de entusiasmo e de desejo de lutar.

Empenhado em não permitir que o mínimo detalhe da expedição lhe escapasse, Pedro se metia em tudo: ajudava os mecânicos do arsenal, supervisionava a calafetagem dos navios, observava a montagem das peças de artilharia e escrevia bilhetes e informes apoiando o papel sobre o joelho. O almirante inglês confessou nunca ter visto um homem tão ativo. De noite, Pedro

ainda encontrava tempo para escrever ao filho, o que servia para ordenar as suas ideias: “... *E é muito necessário que você se torne digno da nação a qual impera, porque o tempo em que se respeitavam os príncipes apenas por serem príncipes acabou; no século em que estamos, agora que os povos conhecem quais são os seus direitos, é imperativo que os príncipes saibam que são homens e não divindades*”.

A maioria dos mercenários de cujo treinamento Pedro se encarregara era de ingleses, embora também houvesse um pequeno contingente de franceses, espanhóis, holandeses e poloneses. Como era de se esperar, a presença dos ingleses nas ilhas provocou uma série de escândalos de ordem pública, porque depois de suas longas horas de treinamento eles se dedicavam à bebedeira com autêntico frenesi. Assim como os irlandeses no Rio de Janeiro, recordava-se Pedro. Bêbados, eles acabavam batendo nas portas dos conventos. “*Nós nos divertíamos muito com as monjas*”, escreveu o capitão Charles Shaw, segundo na cadeia de comando do batalhão britânico. Shaw contava como participou de uma banda que foi tocar em um convento. “*E acabamos dançando no locutório,<sup>11</sup> coisa que nunca tinha sido vista antes*”, acrescentou ele. Segundo o inglês, as monjas eram feias, sujas e descuidadas, “e cuspiam abominavelmente”. Mas eram as únicas mulheres com desejo genuíno de diversão naquelas ilhas. Sua fama nesse sentido vinha de longe, pois já no século XVIII, o conde de Ségur, em viagem para a América, havia informado sobre a desenvoltura das monjas dos Açores, as mulheres mais solitárias e isoladas do mundo. Pedro levou muito a sério a emancipação das religiosas, e assinou um decreto para que os conventos abrissem suas portas e permitissem a elas regressar às suas famílias. Ele levou tão a sério a sorte daquelas monjas que não conseguiu resistir aos encantos da mais bela de todas, sóror Ana Augusta Peregrino, jovem monja Clarissa, de 23 anos (três mais do que sua mulher), sacristã do convento da Esperança, e que o esperava todas as noites com o coração na mão. Pedro chegava de madrugada usando uma enorme capa e escondendo seu rosto debaixo de um chapéu de abas largas. Sozinho, longe de Paris e de Amélia, com a perspectiva de ir para uma guerra em que poderia perder a vida, o monarca que acreditava que a castidade não era uma virtude que devesse ser cultivada voltava a cair em seus velhos hábitos.

No início de junho de 1832, a frota invasora estava preparada: eram cerca de cinquenta navios que incluíam duas fragatas, dois brigue, três vapores, uma corveta, três escunas e uma grande quantidade de embarcações pequenas que seriam muito úteis na hora de fazer o reconhecimento da costa. Mas sem

cavalos. Os barcos estavam numerados de um a cem, e esperavam que esse truque ingênuo fosse confundir o inimigo. O mau tempo, porém, os obrigou a adiar a partida até o final do mês. Finalmente, no dia 27, em meio aos aplausos da multidão que agitava lenços e cantava hinos marciais, convencida de que a vitória estava ao alcance das mãos, a frota — com seus sete mil e quinhentos homens — zarpu sob um sol radiante. Na galera *Amélia*, que ostentava a bandeira azul e branca do movimento liberal, viajavam Pedro e seus generais. Seus espiões haviam informado que Miguel concentrara o grosso de suas forças ao redor de Lisboa, cerca de 25 mil homens, aos quais esperava acrescentar outros 40 mil, mais 2 mil homens a cavalo, e foi por isso que decidiram ir para o norte e tentar invadir pelo Porto, que lhes parecia o ponto mais vulnerável de toda a costa. Além do mais, essa cidade era tradicionalmente um bastião liberal, desde que um rei medieval expulsara os fidalgos que não exerciam uma atividade lucrativa, de modo que a influência da classe burguesa de comerciantes e mercadores tinha prevalecido ao longo dos séculos. A cidade do Porto reunia mais lojas e comércio do que Lisboa e suas bibliotecas possuíam melhor reputação do que as da capital. Pedro tinha certeza de que muitos de seus habitantes se uniriam às suas forças e que poderia transformar a cidade em seu centro de operações.

Os invasores desembarcaram na praia de Pampelido, 12 quilômetros ao norte e sem encontrar resistência, coisa que lhes pareceu surpreendente, dada a disparidade de forças. As colunas de soldados e de artilharia avançaram lentamente em direção à cidade, empoleirada na encosta de uma montanha sobre o Douro, deixando-se guiar pela silhueta maciça das torres da catedral. Os soldados não entendiam esse silêncio, que lhes parecia hostil, enquanto os oficiais trocavam olhares de preocupação. Aquilo era mais um passeio do que uma intervenção militar. Todos colhiam hortênsias azuis e brancas nas margens do caminho, que prendiam nos canos de seus rifles e nas baionetas. Crianças maltrapilhas corriam descalças entre as fileiras de soldados e alguns pescadores e vendedores ambulantes se uniram ao lento desfile. Montado em um cavalo fraco e ossudo, Pedro, portando um estandarte na frente de suas tropas, fez sua entrada pela rua Cedofeita, que levava diretamente ao centro da cidade, ladeada por mansões de granito trancadas a sete chaves. Os ricos e os nobres estavam com medo; aqueles que não tinham fugido estavam fechados em suas casas. Os camponeses, em sua maioria adeptos de Miguel, tinham corrido para o norte. Alguns deles eram tão ignorantes que falavam da dona Constituição, convencidos de que se tratava de uma mulher de carne e osso. Influenciados pelo clero

fanático, eles não queriam festejar a chegada desse exército, que para eles nada mais era do que um bando de maçons, hereges, judeus e estrangeiros.

Pouco a pouco, e diante do ambiente festivo que aquela invasão assumia, as pessoas foram saindo às ruas, simpatizantes liberais havia muito tempo reprimidos, e que receberam seus libertadores com grande efusividade. Eles eram em sua maioria empregados do comércio, contadores, estudantes, intelectuais, trabalhadores de armazéns e todos aqueles que estavam sempre dispostos a aclamar os vencedores, fossem quem fossem. A praça Nova foi se enchendo de uma multidão que aplaudia e gritava vivas ao rei Pedro IV de Portugal, título que o monarca havia adquirido apenas oito dias depois da morte de seu pai. Mulheres vestidas de azul e branco se aglomeravam nas varandas e nas sacadas, enquanto os homens, embaixo, recebiam Pedro com uma grande ovação. “*Portugueses!*” — disse ele. “*É chegado o tempo de afastar o jugo tirânico que os oprime... Ajudem-me a salvar a pátria que me viu nascer! Desde já ofereço paz, reconciliação e liberdade*”. Seus seguidores passaram a ocupar os edifícios oficiais. Abriam as portas das celas, soltaram os prisioneiros políticos — comerciantes, empresários, sacerdotes liberais e aristocratas dissidentes — e, como sinal de retaliação contra o regime absolutista, enforcaram em praça pública o único carrasco da cidade. Os mosteiros foram transformados em quartéis para alojar os constitucionalistas, apesar da indignação dos sacerdotes. Palmela achou que os generais miguelistas tinham perdido a cabeça ao abandonar a cidade daquela maneira. No entanto, Pedro custava a acreditar que o inimigo tivesse se retirado na noite anterior sem disparar um único tiro.

E tinha razão. O inimigo estava executando um plano: cercar o Porto, sitiá-lo e atacar de maneira que ninguém pudesse escapar. Eles estavam transformando a cidade em uma jaula, para poder massacrar tranquilamente as feras presas de forma segura em seu interior. Pedro recebeu informes de que um grande contingente de tropas absolutistas estava se aproximando a mais ou menos 20 quilômetros da cidade e tomando posições em um amplo círculo nas colinas ao redor. Foi então que percebeu que havia caído em uma armadilha.

---

10 Mendigos. (N.T.)

11 Compartimento dividido por grades, através das quais falam nos mosteiros as monjas com as pessoas que as visitam. (N.T.)

O que fazer? Ele não vira até ali para se manter na defensiva. Para uma tropa que se acreditava a libertadora, permanecer quieta era desmoralizante. A opção de iniciar uma marcha até o sul era impossível, porque eles não tinham uma cavalaria, e sua artilharia era para distâncias curtas. Foi assim que Pedro e seu Estado-Maior decidiram sondar o inimigo onde ele estava, nos arredores da cidade, ir a seu encontro... Olhar na sua cara. Enviaram uma força de quatrocentos soldados a Braga, ao norte, para anunciar no caminho a causa da rainha. E uma coluna de reconhecimento de mil homens em direção a leste, até Penafiel. Porém, na entrada da cidade eles se depararam com uma feroz resistência. Os absolutistas lutaram para repelir o ataque, com a colaboração dos vizinhos, camponeses robustos armados de paus, picaretas e enxadas. A primeira batalha travada entre os partidários de Pedro e os miguelistas foi uma carnificina que custou a vida de duzentos absolutistas e de uma centena de liberais. Por outro lado, aqueles que foram até Braga voltaram ao Porto depois de haverem topado com o mesmo tipo de resistência popular. As duas expedições confirmaram que, aos habitantes do interior de Portugal, pouco importava a chegada da rainha menina e de seus partidários.

Pedro estava confuso. “Onde estava o entusiasmo popular por sua rainha constitucionalista de que tanto falavam os exilados portugueses em Paris?”, ele se perguntava. Aqueles refugiados assumiam suas ilusões como realidade. Aquele Portugal profundo era um país atrasado, empobrecido, embrutecido pela onipotência do clero, traumatizado por haver perdido a grande colônia da qual tinham extraído a sua sobrevivência durante tantos séculos e, por consequência, ressentido contra o responsável por aquele desastre, esse príncipe liberal e maçom que havia traído a pátria mãe e se fazia de brasileiro. Como esse povo poderia aclamá-lo agora como um herói se nem sequer o consideravam o chefe da casa de Bragança, mas apenas um aventureiro à frente de um bando de

saqueadores? Entristecido, Pedro descobria que a maioria da população não ansiava pela liberdade; que eles, longe de abraçar a sua causa, estavam dispostos a lutar violentamente contra ele. O que lhes interessava era apenas seguir a tradição nacional, na esteira marcada por sua mãe, seguros em sua fé, sem desejos de questionar a vida. O preço de ter idealizado Portugal durante tantos anos estava sendo pago agora, com esse rosário de decepções. Tinha até dificuldades para entender esse povo, por causa do sotaque tão fechado que apresentavam ao falar. Havia semelhanças com o Brasil, mas Pedro só conseguia ver as enormes diferenças que separavam os dois países, as duas culturas, os dois mundos.

Miguel, por sua vez, delegava as tarefas do governo ao velho conde de Bastos, enquanto continuava na boa vida. A permanência de seu irmão nos Açores não havia tirado seu sono. Conhecendo como o conhecia, achava que aquela aventura seria apenas mais uma quixotada de seu irmão, uma fanfarronada da qual se arrependeria mais tarde. Miguel estava muito seguro de seu poder, de sua popularidade entre a maior parte da população rural, da esmagadora diferença de forças a seu favor, de que Deus estava a seu lado e o desembarque daquele exército de meia-tigela não o privou de continuar desfrutando de seus prazeres habituais: navegar em sua escuna pintada de vermelho, descansar em Queluz, caçar javalis em Samora, marcar bezerras nas fazendas do Alentejo e até mesmo ir às arenas e dar alguns passes nas touradas. Ele vivia em sua bolha de privilégios, alheio ao perigo da invasão e da miséria nas ruas, que era terrível. Em todas as igrejas havia uma urna com uma inscrição que dizia: “Para as despesas do Estado”. Os oficiais do exército entregavam parte de seu soldo ao governo, para evitar a ruína da economia do país.

A diferença de personalidade entre os dois irmãos foi fundamental no resultado daquela contenda. Pedro não era o tipo de homem que se deixava vencer facilmente. Ao contrário, ele crescia diante da adversidade e trazia de seu íntimo o melhor de si. A tragédia o fazia esquecer-se de si mesmo e lhe reafirmava sua vontade quase pueril de ser um herói. Pedro tinha a ânsia da glória; Miguel, de continuar desfrutando dos prazeres da vida e de ser rei.

Para Pedro e seus homens, era crucial que conseguissem romper o cerco inimigo. Decidiram então atacar em três frentes ao mesmo tempo. Deixaram no Porto um destacamento simbólico de apenas duzentos soldados, e o restante partiu disciplinadamente. Sabiam que estavam jogando tudo ou nada. Era agora ou nunca. À sua frente estavam 12 mil soldados, com uma boa cavalaria, mas

com uma artilharia muito pobre. Era um exército mal organizado, mal treinado e, pior, comandado por oficiais que tinham conflitos entre si e que não se podiam comparar com os experientes oficiais ingleses, franceses e portugueses do exército liberal. No entanto, era um exército numeroso. Aproximava-se uma batalha crítica, que decidiria a sobrevivência da revolução constitucionalista em Portugal.

A batalha durou o dia todo, com avanços e recuos constantes. Ignorando o perigo dos tiros de canhões e do fogo dos mosquetes, Pedro se deixou levar pelo ardor guerreiro, esporeou seu cavalo e subiu em um monte de terra para acompanhar, de luneta na mão, o curso da batalha. Tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra, ele tinha essa necessidade de comando, de sentir que tinha o controle da situação. Essa era a primeira grande batalha que assistia, e se lembrou do general Hogendorp, que tantas vezes lhe revelara os segredos estratégicos das batalhas napoleônicas. Também se lembrou de seu irmão: as lutas de infância, aquelas em que eles usavam os escravos como soldados, agora haviam se transformado em combates reais, com mortos de verdade. Mas antes ele não sentia náuseas como agora. O cheiro de sangue misturado com o da pólvora dos disparos que estalavam ao seu redor o fazia vomitar. Tão absorto estava com a evolução do combate, cujo resultado era imprevisível, apesar do tempo já transcorrido, que não ouviu seus generais, que lhe pediam que se movesse alguns metros para trás. Pedro permaneceu no mesmo lugar até o entardecer, quando os absolutistas, fartos com a estagnação da batalha, lançaram um ataque concentrado sobre um regimento. Nesse momento, Pedro observou pela luneta como um de seus artilheiros lançava dois tiros de canhão muito precisos, que arreventaram a coluna inimiga e depois viu quando os miguelistas batiam em retirada, acuados pelo pânico. Quando tentou responder aos gritos de júbilo de seus soldados, Pedro percebeu que seus músculos da garganta estavam entorpecidos. Ele estava entre fascinado e paralisado diante da proximidade da morte de tantos homens.

Senhor do campo de batalha, cruzou lentamente a cavalo o campo de grama pisoteada, enfumaçada, repleto de cadáveres. Entre mortos e feridos, havia perdido 460 homens. O inimigo, por sua vez, talvez o dobro disso. A guerra tinha apenas começado e a carnificina era terrível. Um dos soldados, um português alistado voluntariamente em Paris, comentou com ele que, no fragor da batalha, havia reconhecido um de seus parentes nas fileiras inimigas. E agora estava procurando entre os mortos, para ver se o encontrava. A guerra entre irmãos era um conflito também entre famílias, entre vizinhos, entre antigos

amigos. Aquela vitória, ao mostrar a determinação das tropas em luta, lhe deixou um gosto amargo. Sem cavalaria, não podia avançar muito, nem conquistar novas posições, e sempre estariam em desvantagem. Valia a pena prosseguir? Não seria melhor solicitar a arbitragem das grandes potências para solucionar o conflito? Esse foi um momento de fraqueza que desapareceu assim que regressou ao Porto, quando sentiu o calor da população, que lhe deu uma segunda recepção triunfal.

Durante a reunião do conselho de guerra que realizou com seus generais e ministros, todos concordaram que não poderiam vencer a guerra sem cavalaria, de modo que Pedro decidiu enviar Palmela a Londres para comprar cavalos, recrutar mais mercenários e, quem sabe, obter uma ajuda concreta, material, do governo britânico. Escreveu também a Amélia, pedindo-lhe que vendesse joias e quadros para conseguir mais recursos. “*Só um milagre vai nos salvar*”, dizia ele, revelando assim sua clareza de pensamento. Enquanto esperavam o resultado de todas essas gestões, Pedro e seu Estado-Maior se empenharam ao máximo em fortificar a cidade.

O ex-imperador não tinha problemas em se unir aos soldados que, ao amanhecer, cavavam trincheiras, amontoavam pedras e sacos de areia para se resguardar, esculpiam e cravavam estacas. Se Pedro percebia que algum soldado fazia uma coisa malfeita, lhe tomava a enxada das mãos e ele mesmo terminava o trabalho, agachado e de mangas de camisa. Agora ele podia aplicar na prática aquilo que havia aprendido da oficina de carpintaria em São Cristóvão, quando era quase um menino. Não era raro ver o ex-imperador ao lado dos soldados e empurrando os canhões, debaixo de chuva ou sob o sol escaldante de agosto. Costumava atravessar o rio Douro para supervisionar as obras de fortificação de um antigo convento das carmelitas descalças e que fora convertido em um bastião avançado de suas tropas. Certa manhã, uma camponesa vestida de negro se aproximou de Pedro:

— Por favor, senhor, devolva-me meu filho... Ele é galego como eu, não tem por que lutar nesta guerra...

— Que quer você, boa mulher... — respondeu ele. — Eu também sou filho de uma espanhola e também estou aqui.

De fato, lá estava ele, arrancando vinhedos, ordenando que cavassem valas e garantindo que fossem bem fundas, que as armadilhas estivessem bem camufladas e que o lugar se tornasse o mais inexpugnável possível.

Pedro achou que, na falta de uma cavalaria, poderia usar a força naval de que dispunha. Mandou uma fragata até o norte, com um destacamento de

trezentos soldados, para tentar pôr as mãos num arsenal dos absolutistas, mas eles não conseguiram e voltaram cabisbaixos ao Porto. Com o general Vila Flor, eles idealizaram outra incursão, dessa vez mais ambiciosa. Tratava-se de atravessar o rio Douro com 4 mil homens e oito peças de artilharia e atacar em Souto Redondo. A princípio, vendo que as sentinelas miguelistas fugiam, acharam que estavam prestes a conseguir uma vitória fácil, mas essa foi uma alegria breve. As tropas absolutistas contra-atacaram e dessa vez dizimaram os liberais. Lá de cima do telhado do palácio das Carrancas, onde morava, e graças à sua luneta dourada e extensível, Pedro foi testemunha da derrota e da debandada de suas tropas.

Enquanto Vila Flor reagrupava o batalhão para evitar o massacre total, outro general sugeriu que a única saída seria embarcar de novo e zarpar para os Açores. Entre mortos, feridos e desaparecidos, haviam perdido metade da infantaria e as oito peças de artilharia. Uma catástrofe.

Apesar de acreditar que a batalha estava perdida, Pedro não deixou transparecer a sua preocupação. Ao contrário, tentou animar seus subordinados, dissimulando com gestos e palavras a profunda frustração que se apoderava dele. De fato, a ilusão de ganhar aquela guerra de forma rápida e decisiva havia se desvanecido para sempre. À noite, escreveu para a mulher, pedindo que procurasse um grande general francês, um dos que havia lutado com Napoleão, que inspirasse confiança em seus oficiais. Ele queria se livrar de Vila Flor, a quem responsabilizava por essa derrota. Enviou também uma mensagem urgente para Palmela, na qual narrava a situação desesperadora de suas forças e lhe pedia que averiguasse se os ingleses protegeriam com sua marinha a retirada de suas tropas de volta aos Açores. A resposta chegou alguns dias mais tarde e foi positiva. Mas então Pedro já havia mudado de opinião. Depois de um primeiro momento de desespero, achou que se os ingleses o ajudassem a recuar, depois acabariam reconhecendo o governo de seu irmão, e dariam por resolvido o problema português. Isso seria ultrajante. Não, ele disse a si mesmo, não podia aceitar essa desonra. Se havia de perder a guerra, deixaria a pele e as vísceras no campo de batalha. Qualquer outra solução que não fosse recolocar sua filha no trono seria um insulto à memória de seu pai, à sua honra, ao povo e à história. Sem contar que seria uma insolência e uma grosseria ao seu amigo Mendizábal, que perderia todo o dinheiro que os investidores haviam confiado a ele. E se havia alguma esperança de ganhar aquela guerra, estava precisamente em Mendizábal, que, a essa altura, havia contratado mais 3 mil mercenários e comprado quinhentos cavalos para suprir as baixas de Souto Redondo.

Arrependido de haver mencionado a evacuação das tropas, Pedro voltou a escrever a Palmela e lhe disse para esquecer-se de tudo aquilo e que nem mencionasse aquela ideia absurda, produto de um momento de desânimo. Eles continuariam no Porto, no trabalho de fortificação da cidade, e se preparando para um ataque iminente, mas com os olhos atentos nas gestões dele em Londres.

Os miguelistas não se decidiam a lançar o ataque final. Por questões de rivalidade pessoal, seus generais deixaram passar boas oportunidades de fazer isso, como as horas seguintes ao confronto em Souto Redondo. As tropas estavam acostumadas a ficar sem lutar, achando que os bombardeios iriam debilitar os inimigos até que eles fossem obrigados a se render. Mas além de equivocada, aquela estratégia era cara: cada salva de munição empregada nos bombardeios custava dez escudos, valor considerável para um Tesouro anêmico. Por outro lado, Miguel não ficava ao pé dos canhões como seu irmão, e essa falta de liderança se fazia notar entre suas fileiras. Ele já não passava tanto tempo em seu barco, porque os acontecimentos exigiam sua atenção, mas no fundo subestimava toda essa loucura. Enxergava o futuro sem se alterar, sem medo nenhum. Até ter recebido um aviso do cardeal núncio<sup>12</sup> apostólico e de um grupo de seus aristocratas cortesãos, que reclamaram sua presença, para que passasse seu exército em revista, Miguel não havia se dignado a visitar os soldados que estavam dispostos a dar a vida por ele, tampouco tinha visitado os hospitais que atendiam aos feridos. Quando não teve mais remédio e precisou falar às suas tropas, anunciou em tom profético:

— A expulsão das hostes heréticas e infames do Porto é iminente. A nação está a ponto de ser purificada, libertada afinal dos inimigos de Deus e da religião! Chegou o momento de castigar os hereges!

Essa segurança toda era proporcionada pelo plano que ele havia concebido com os seus generais, e que consistia em lançar um assalto contundente, definitivo, no dia dedicado a seu santo, um dia bendito que comemorava a aparição do Todo-Poderoso diante de São Miguel. A proximidade dessa data no calendário não podia ser outra coisa senão um sinal da Divina Providência, uma piscadela de Deus, a confirmação secreta de seu iminente triunfo, de maneira que ninguém em Portugal duvidava da vitória do rei. Celebraram-se hinos em

todas as igrejas do país, alguns deles antecipando-se à vitória: “*Entramos no Porto! Te-dêum laudamus!*”, bradou o padre Fortunato na igreja dos Anjos de Lisboa, diante fiéis que compartilhavam de seu mesmo fervor fanático.

No dia marcado, porém, Deus devia estar pensando em outra coisa. Os miguelistas lançaram no ataque um regimento de 5 mil homens a leste. Um grupo conseguiu penetrar na cidade e tomar posse de várias peças de artilharia, mas depois de onze horas de furiosos contra-ataques, foi expulso. No final, o grupo bateu em retirada e deixou pelas ruas mais de 4 mil soldados do exército absolutista, entre mortos, feridos e prisioneiros. Do lado dos simpatizantes de Pedro, houve cem mortos e trezentos feridos graves. No imaginário popular, o Porto se tornara invencível. O lado dos absolutistas se afundou na desmoralização.

O grande vencedor no dia de São Miguel foi Pedro. Ele já era muito popular, muito querido e respeitado entre a população da cidade. Os soldados o admiravam como mais um irmão na hora de compartilhar os sofrimentos cotidianos. Mas, naquele dia, seu comportamento o elevou à categoria de herói. Não apenas por ter atendido ao pedido de socorro de um soldado ferido na perna, por quem arriscou a vida cruzando a linha de fogo, rasgando ele mesmo sua bota para fazer uma tala, mas também por sua energia, seu valor e sua presença constante, dando incentivo a todos com sua dedicação e seu companheirismo. Os oficiais caíam a seu lado, mas Pedro se mantinha de pé, sereno e indiferente ao fogo pesado de artilharia e dos mosquetes, que o deixavam quase surdo. Depois do combate, ao ver que um soldado inimigo vertia sangue aos borbotões, o atendeu fazendo um torniquete com seu casaco e não o abandonou até que conteve a hemorragia. “*Dom Pedro se comportou admiravelmente, expondo-se à morte por mais de uma vez*”, escreveu o duque de Palmela, que voltava de Londres a tempo de participar da batalha de São Miguel. Um oficial britânico o descreveu como um homem “*aberto, valente, dono de uma grande presença de espírito, frugal e trabalhador.*”

A reação dos miguelistas foi apertar o cerco, reforçar a artilharia e asfíxiar a cidade. Para vingar-se do desastre no dia de seu santo, os artilheiros de Miguel mandaram a Pedro um curioso presente de aniversário, no dia 12 de outubro de 1832: um tiro de canhão explodiu seu dormitório no palácio das Carrancas. Felizmente ele não estava lá na hora, e sim nas trincheiras, colocando o que chamavam de “globos de compressão”, que eram minas carregadas com grande quantidade de pólvora suscetíveis de explodir quando o inimigo caísse nos fossos camuflados. Pedro teve que se mudar e se transferiu para o primeiro andar de

uma casa modesta, no nº 395 da rua Cedofeita.

A cidade do Porto era agora vítima de bombardeios constantes, tanto de noite quanto de dia. Os projéteis perfuravam os telhados, caíam nos jardins e nos pátios, e à noite desenhavam no céu estrelas fosforescentes, como macabros fogos de artifício. Algumas bombas continham cobertores empapados em ácido sulfúrico que, ao sofrer o impacto, liberavam uma densa fumaça de gases asfixiantes cujos vapores queimavam os pulmões. Pedro ficava comovido com a coragem dos cidadãos, que reagiam com indiferença a essas bombas, nunca com pânico; por mais intenso que fosse o bombardeio, os homens e as mulheres procuravam continuar com suas ocupações habituais. Sempre havia algum vizinho observando os ataques, ainda que fosse ao custo de arriscar a própria vida. Depois de vários meses de ataque, os jovens nas ruas conseguiam adivinhar pelo sibilo e pelo estrondo de detonação o tipo de calibre da bala da artilharia, ou o tipo de bomba. Os rapazes corriam para examinar os fragmentos, que se convertiam em objetos de troca, como se fossem recortes de revistas.

Assim como os demais habitantes, Pedro também não modificou a sua rotina. Vivia com e para seus homens. Estava consciente de que cada um deles era uma engrenagem na enorme máquina cujo eixo principal era ele mesmo. Visitava os feridos nos hospitais todas as manhãs, detendo-se para conversar com cada um deles e oferecendo-se para distribuir as rações de sopa com os enfermeiros. Em seguida, montava em seu cavalo e saía para inspecionar as fortificações, e em um dia de neblina quase tropeçava em um destacamento inimigo. Trotando pela margem do rio, podia ouvir as conversas que os soldados de ambos os lados trocavam entre si, para não se entregarem ao tédio. Os miguelistas chamavam seus inimigos de “maçons” ou “negros”, em alusão ao passado brasileiro de seu chefe. Os outros respondiam com insultos de “escravos”, “absolutistas”, “servis” e “coroinhas”, porque havia mais de mil religiosos alistados em suas fileiras.

— Que rei minúsculo é o de vocês! Quando se senta numa cadeira, consegue ver todo o seu reino... — ouviu-os dizendo e rindo.

Para quem fora imperador de um país gigantesco, aquilo tinha uma graça irônica e mordaz, que arrancou de Pedro um sorriso caloroso.

A tensa espera por um ataque pesado, o fato de estar exposto às balas e às bombas, a umidade e a chegada do frio cobraram um preço de sua saúde. Suas pernas continuavam inchando e uma tosse seca e persistente o impedia de dormir. “*Estou muito cansado, moral e fisicamente*” — escreveu Pedro a seu filho. “*Mas da batalha que estou lutando depende o triunfo da liberdade; se*

*ganharmos, a Europa será livre. Caso contrário, o despotismo irá esmagar os povos*". Recordar a sua missão, engrandecê-la, o ajudava a resistir. Também o ajudou durante uma temporada uma vendedora de cerâmica da rua da Assunção, uma mulher "de boas carnes e costumes fáceis", como a descreveu um cronista local, com a qual Pedro manteve uma relação sempre a altas horas da noite. Talvez em função das péssimas condições de higiene de uma cidade sitiada, o caso é que Pedro sofreu uma recaída de sua doença venérea, o que o deixou muito abatido, e da qual demorou a se recuperar. Prostrado na cama, suando nos picos de febre e enxugando a testa com o lenço bordado que a filha de Noémie lhe dera, refugiava-se em suas lembranças do Brasil. Como explicar essa saudade à "louceira", como chamavam a mulher na cidade, e que cuidava dele com autêntica devoção, porque via que Pedro estava cada dia mais fraco, com os cabelos cada dia mais grisalhos e o rosto, mais encovado? Em vez disso, optou por abrir-se com seu filho. Em uma carta, disse-lhe que as alucinações da febre o ajudavam a desdobrar em sua mente as paisagens de São Cristóvão, e que as explosões distantes do outro lado do Douro se transformavam nos gritos dos pavões reais e das araras do jardim, os tiros dos miguelistas, no grasnido dos corvos, as árvores da rua Cedofeita, nos flamboyants e hibiscos do Campo de Santana, o odor do bacalhau seco e do óleo rançoso das ruas do Porto viravam o sabor penetrante da pimenta "de cheiro" das ruas do Rio de Janeiro, os cavalos velhos e descarnados de Portugal se transformavam nos briosos puros-sangues de Leopoldina... Se Pedro fechava os olhos, a desolação da morte se transformava em vida e esperança.

---

12 Núncio — embaixador do Vaticano junto a um governo estrangeiro. (N.T.)

Os miguelistas mudaram sua estratégia. Descartando outro ataque ao Porto, pensaram que a fome era a arma mais eficaz para acabar com a resistência do inimigo. Para bloquear totalmente a cidade, necessitavam cortar o acesso dos sitiados ao mar. Conseguiram isso quando, depois de várias e infrutíferas tentativas, montaram um posto de artilharia na desembocadura do Duero, dificultando o carregamento de provisões no Porto, que a partir de então tinha que ser feito por uma estradinha estreita, inundada em inumeráveis ocasiões e à mercê dos disparos miguelistas.

De fato, a fome não demorou em fazer sua aparição. Pedro declarou que comeria a mesma porção de comida que seus soldados e se ateve a isso religiosamente. Em poucas semanas, a tropa e os garotos competiam ferozmente pela caça de caracóis, cachorros, gatos e ratos. Perseguiam todos esses animais, chamando-os “miguelistas”. Deixaram de ouvir latidos na cidade; desapareceram os cachorros de rua e logo chegou a vez dos oficiais. Furiosos, estes ameaçaram castigar os que fossem pegos em flagrante comendo seus mascotes. Os soldados franceses avançaram sobre os burros e os cavalos enfermos ou mortos, que despedaçavam para cortar seus filés e colocar sobre as brasas. Então o cheiro de carne assada que invadia as ruas trazia lembranças de tempos melhores.

Os meses se passaram e acabou a madeira para acender fogueiras ou se aquecerem. Todas as árvores do Porto foram cortadas e as casas, meio destroçadas pelos bombardeios, foram desmanchadas para remover dali as vigas de madeira. Quando ficaram sem ruínas para canibalizar, os mais valentes se arriscaram a sair em campo para pegar uns sarmentos<sup>13</sup> ou alguns galhos.

Em novembro de 1832, Mendizábal conseguiu abrir o bloqueio miguelista e mandar de Londres homens, cavalos e armamento, o que insuflou boa dose de otimismo à maltratada população. Seguiam sem ter comida, mas havia vinho em

abundância. As bodegas da Companhia de Vinhos do Alto Duero continham 18 mil barricas de caldo e 533 de aguardente, um autêntico maná para o novo contingente de 600 soldados britânicos mal alimentados e com frio, que Mendizábal conseguira mandar. Os habitantes do Porto, tão estoicos com as bombas, sentiam pânico diante desses bêbados, capazes de causar piores estragos que as hostes miguelistas. Teve que transferir parte do contingente para fora, onde durante meses esses ingleses de pele branca e nariz avermelhado lutaram com grande coragem para repelir os ataques que pretendiam expulsá-los de seu posto artilheiro.

Fortes temporais de vento e chuva se alternavam com dias de densa névoa. O frio, especialmente severo naquele inverno, somado à fome, provocou o aparecimento de enfermidades. Uma epidemia de cólera e outra de tifo vitimaram em poucos meses 4 mil pessoas, embora fosse impossível diferenciar entre os mortos por enfermidade e os que faleciam vítimas da fome. No início de janeiro, a situação tornara-se crítica: só restava comida para dez dias e cada soldado dispunha unicamente de 80 cartuchos. Se o comando inimigo houvesse tido a presença de espírito de lançar uma ofensiva, suas tropas, reforçadas por 150 peças de artilharia que poderiam alcançar um raio de 22 quilômetros e disparavam cada uma cinco rondas por dia, teriam arrasado a cidade. Apesar disso, a falta de visão, a indolência e a cega confiança de que a vitória cairia como uma fruta madura, que era só uma questão de esperar, os impediram de aproveitar as circunstâncias favoráveis.

Enquanto isso, a vida cotidiana no Porto se convertia em um inferno. Para que a população não se alarmasse ante a escassez de munição, Pedro usou um artil: fez com que os soldados transportassem areia em tonéis desde os arsenais até os postos de artilharia, pretendendo fazer acreditar que era pólvora. Com toda a boa vontade, um coronel escocês, vendo quão preocupado Pedro estava por não saber como alimentar seu exército, lhe deu o curioso conselho de contratar guerreiros Maori, na Nova Zelândia: “Essa gente mata e come seus inimigos, o que simplificaria muito a nossa defesa”, lhe contou com a maior sinceridade do mundo.

Em 9 de janeiro, abrigado com várias camadas de roupas e recuperando-se de uma cólica nefrítica, Pedro escreveu de novo para seu filho, à luz de uma vela: *“Hoje faz onze anos que os brasileiros me pediram para permanecer no Brasil e quem diria que, agora, esse ano parecia tão distante...”* E Pedro estaria em tamanho mal estado, mas isso se absteve de detalhar. Terminou sua carta com palavras que deixavam transparecer a intensidade de sua saudade: *“O Brasil*

*também é filho meu, assim como você...*”, lhe dizia. Quando não estava enfermo ou inspecionando a linha de defesa, Pedro passava as horas escrevendo. Dedicava-se a isso sem cessar: para a sua mulher, para tranquilizá-la e, ao mesmo tempo, para saber como iam as negociações para contratar um regimento de poloneses, ao lorde Cochrane, para saber se estaria disposto a apresentar sua ajuda, para Palmela e a Mendizábal, para que acelerassem as negociações com outro famoso almirante escocês, Charles Napier.

Uma manhã, alertado pelo barulho do outro lado do rio, onde as tropas inimigas estavam acampadas, Pedro transportou a bateria de canhões do *A Vitória*, para o alto da cidade. Pegou seu binóculo e viu seu irmão, rodeado de fidalgos e freis, animando seus soldados pulcramente uniformizados, contentes por receber seu chefe máximo, o senhor de seu reino. Sim, era Miguel, envolto em uma espessa capa de lã azul, com uma faixa vermelha na cintura, um tricórnio<sup>14</sup> na cabeça, o nariz mais afilado que o seu, altivo e robusto como quando caçava jaguar nas selvas do Brasil. Era ele, seu irmão mais novo, seu antigo companheiro de brincadeiras, seu cúmplice... Então ele lembrou que, quando criança, Miguel era cruel com os animais, na adolescência, não tinha piedade com os cavalos e depois com as pessoas... Não caçara os chineses cultivadores de chá como se fossem animais de feira? Com esses antecedentes, era lógico que mais tarde se converteria em usurpador, em parricida, disse a si mesmo Pedro. No entanto, ao observá-lo agora, tão perto e, tão longe ao mesmo tempo, sentiu uma pontada no coração. Tantas lembranças. Tantas batalhas infantis... e agora isso. Deu-se conta de que era a prolongação de sua mãe, como ele era de seu pai. Até quando duraria esse enfrentamento? Quantas gerações de ódio seriam necessárias antes de poder sentar-se e falar como irmãos? Agora era impossível, pois o vínculo de amizade fraterna estava quebrado. No princípio do bloqueio, o cônsul britânico se oferecera como intermediário para negociar, se fosse o caso, um acordo de paz. “Nunca”, respondeu Pedro taxativamente. Agora que estava no fundo do abismo, no pior momento, suportando milagrosamente uma situação insustentável, talvez tivesse oferecido outra resposta ao cônsul.

— Eu os tenho no alvo, meu general... disparo? — perguntou o artilheiro, que do rochedo onde estavam posicionara a mira do canhão para Miguel e seus oficiais.

Pedro o deteve:

— Não dispare — lhe disse alarmado, antes de acrescentar uma frase que saiu de seu coração: — Pode acertar meu irmão.

---

---

13 Qualquer ramo semelhante ao de videira, lenhoso, longo, fino, flexível e com os nós bem demarcados. (N.T.)

14 Chapéu de três bicos (tricórnio napoleônico). (N.T.)

Chegou a primavera e a mudança de temperatura tornou menos penosa a falta de combustível. O campo se encheu de hortênsias, de rosas, de camélias e gerânios; a natureza era alheia à loucura dos homens. O Porto havia resistido ao primeiro inverno... Poderia resistir a outro? Ninguém acreditava.

No início de junho, Pedro recebeu a visita que ia mudar definitivamente o curso da guerra. Como sempre, Mendizábal aparecia no momento mais crítico, crucial para salvá-lo e, com ele, a causa liberal. Em Londres, o espanhol e duque de Palmela, fartos de fracassar em suas gestões para obter apoio oficial e desesperados para conseguir mais dinheiro, fizeram um chamado urgente às personalidades e organizações civis e privadas. Foi a ação mais efetiva que podiam ter realizado. Sensibilizados com a causa liberal, a opinião pública e o povo britânico responderam com entusiasmo e generosidade, em quatro dias se arrecadaram 80 mil libras em doações. Palmela e Mendizábal sabiam que essa soma, bem empregada, podia dar uma virada definitiva na situação.

Disfarçados de tropeiros, viajaram em mula desde a costa, por sendeiros escarpados e dando voltas para evitar os miguelistas. Palmela, Mendizábal e Napier se apresentaram diretamente na rua Cedofeita. O britânico parecia um vagabundo, não um militar vitorioso. Usando um chapéu de feltro de abas largas, ia vestido com um uniforme surrado de marinheiro e levava um cachecol de flanela cinza ao redor da cabeça e amarrado debaixo da mandíbula, como se lhe doesse o molar. Sujo e desganhado, tinha a cara inchada porque padecia de uma forte enxaqueca. Esse era o grande almirante que ia salvar todos da derrota? Aborrecido, Pedro o recebeu de maneira esquiva, pois esperava outra coisa.

No entanto, logo depois mudou sua atitude. O inglês fazia Pedro se recordar de Cochrane, outro excêntrico que o tirou do sufoco em um momento difícil no Brasil. Este era mais humilde e possuía um fino senso de humor que fazia todos rirem. Além disso, suas explicações eram consistentes e denotavam um alto grau

de experiência. Napier e seus acompanhantes haviam chegado ao comando de uma frota de cinco barcos a vapor, com 160 marinheiros e dois batalhões de mercenários que esperavam estar perto da Foz, na desembocadura do Duero. O alívio que Pedro sentiu com a chegada desses reforços durou pouco: os mercenários não se dirigiram ao Porto, mas para conquistar Algarve, no sul, e dali lançar uma ofensiva por terra contra Lisboa. Não só não desembarcariam como também Napier lhe pediu 6 mil homens mais para levar adiante seu plano.

— É preciso desviar a atenção e os recursos do inimigo para longe do Porto — disse ao terminar sua explicação.

“Ou está louco, ou é um gênio”, pensou Pedro.

— O que ofereço é que tomemos a ofensiva — insistiu Napier. — Mas eu preciso de uma resposta imediata.

Pedro não estava acostumado a ser pressionado e menos ainda por desconhecidos.

— Não podemos deixar a cidade do Porto desguarnecida... Não é melhor atacar mais ao norte? E liberar a cidade logo depois? — propôs.

— Não queremos somente Porto, queremos Portugal inteiro. O grosso da frota de seu irmão está no Tejo, protegendo Lisboa. Temos que tirá-la dali. Podemos deixar aqui um contingente mínimo? Isso temos que discutir...

Impressionado com a determinação do inglês e ante a falta de interesse que sua alternativa havia despertado, Pedro pediu a opinião de Palmela, do general Vila Flor e do resto dos oficiais. Não eram portugueses? Pois então que entre compatriotas decidissem a melhor maneira de libertar a pátria... Pedro disse que acataria a decisão dos militares, que se envolviam e se perdiam em uma interminável discussão. A ideia de deixar Porto sem proteção era grave e insensata. Tudo dependia da rapidez da operação e da desídia do inimigo. Como não chegavam a um acordo, Napier ficou impaciente, se levantou e disse:

— Senhores, estou voltando para a Inglaterra.

Pedro estava estupefato diante do arrojo daquele excêntrico personagem, que, além de ser marinheiro e mercenário, era inventor em seu tempo livre. Faltava saber se seria tão bom quanto Cochrane. “*No final, vamos empreender algo contra o inimigo...*” — escreveu Pedro a um amigo nessa mesma noite. — *Chegaram da Inglaterra cinco barcos a vapor e alguns homens, tudo graças a Mendizábal.*” No dia 20 de junho de 1833, 6 mil soldados que tinham resistido heroicamente no sítio Porto abandonaram a cidade sob a proteção da noite, em fila e a pé, pelos caminhos que levavam à costa, para embarcar nos vapores de Napier. Porto ficava desemparada, mas o tempo de resistência passiva

terminara. Pedro havia compreendido que só uma ousadia desmedida poderia levá-los à vitória. Confiava em Napier.

— Enquanto tiver pólvora, balas e algo para comer, o inimigo não entrará aqui — lhes disse na hora da despedida.

O instinto de Pedro não falhara. De fato, o plano de Napier funcionou com perfeição. Os barcos passaram sigilosamente por Lisboa e seguiram navegando em direção ao sul, até dobrar o cabo de São Vicente. As tropas desembarcaram e marcharam até o Faro, que Vila Flor ocupou sem encontrar resistência. Ao contrário, suas tropas foram recebidas pela população com flores e badalar de sinos. No comando de um destacamento de 4 mil soldados, partiu em seguida para Lisboa. Os miguelistas petrificados ficaram nervosos e tal como Napier havia previsto, o esquadrão do Tejo saiu à caça. O almirante lhes esperava com seus vapores à altura do cabo São Vicente. Havia 372 canhões miguelistas contra 176 canhões constitucionalistas. Apesar da diferença, depois de um combate à moda antiga, com um corpo a corpo sangrento na cobertura de um dos navios dos absolutistas e que culminou com a morte heroica de seu comandante, os homens de Napier obtiveram a vitória. Também conseguiram capturar outro navio, duas fragatas e uma corveta, ou seja, quase toda a frota miguelista, exceto duas corvetas e um bergantim que conseguiram escapar. Já que uma força insignificante havia conseguido derrotar toda uma frota, por que não repetir a façanha? Intrépido e decidido, o inglês se pôs a caminho de Lisboa, com a intenção de sitiá-la. Nesse mesmo dia, no Porto, Pedro e os seus repeliram com sucesso vários ataques dos absolutistas, que buscavam aproveitar a retirada, da maior parte das tropas inimigas. Foram duas pequenas vitórias, uma no mar e a outra em terra, que mudaram o rumo da contenda.

O pânico espalhou-se no comando militar miguelista. Se Pedro havia conseguido Napier, eles contrataram um novo chefe para seu exército, um sobrevivente das campanhas napoleônicas chamado Louis Auguste de Ghaïsse, conde de Bourmont, marechal da França, conquistador da Argélia, absolutista convicto e com fama de ser bom estrategista. Pressionado para obter uma vitória rápida e sabendo quão desguarnecido estava Porto, mandou 12 mil homens atacarem a cidade. No entanto, a pressa foi uma má conselheira. Graças à sua popularidade e ao seu carisma como líder, Pedro conseguira galvanizar toda a população. Não se preocupava com a própria vida, estava preocupado com seus homens, que agora eram também lojistas, negociantes, donas de casa e até estudantes... todos com armas improvisadas e muita raiva acumulada durante os longos meses de sítio. Toda a cidade do Porto saiu às ruas para unir-se aos

soldados de Pedro e todos travaram uma resistência épica durante nove horas.

Da outra margem do rio, Miguel foi testemunha da hecatombe que o marechal francês, em sua precipitação, lhes causou. Quando as cornetas chamaram para retirada, 4 mil cadáveres miguelistas cobriam as ruas e as praças da cidade. Miguel estava aterrorizado. Pedro cumprira sua parte no plano, que era resistir. Se Napier cumprisse com a dele, a vitória total seria questão de tempo.

Miguel já não estava mais tão seguro de si. O desastre provocado pelo francês e a intervenção surpresa de Napier desconcertaram a ele e seus generais. Então pensou em uma solução para acabar com essa guerra civil. Enviou um emissário para solicitar uma reunião com seu irmão. Voltaria a dizer-lhe que aceitava sua proposta original de casar-se com Maria da Glória. Se não podia ser rei por direito próprio, seria rei consorte, mas manteria intacto quase todo o seu poder.

— Que vá para o inferno! — foi a resposta de Pedro.

A derrota do marechal francês era só uma parte de um desastre muito maior. Ao regressar para seu quartel-general, Miguel foi informado da pior das notícias: Lisboa havia caído. O governador claudicara diante do avanço das forças pedristas que, sob o comando do general Vila Flor, subira triunfantemente desde Algarve. Com as tropas às portas da capital e a frota de Napier bloqueando a saída para o mar, os liberais, longamente reprimidos, desencadearam uma rebelião no interior de Lisboa. Abriram os cárceres, libertaram os milhares de presos e irromperam ao arsenal para saqueá-lo; em seguida repartiram as armas entre a população. O governador, seguido por uma coorte de padres, nobres e funcionários, se vira obrigado a tomar a decisão de abandonar a cidade. Miguel sentiu um arrepio correndo pela espinha, era uma sensação antiga, de frustração e de raiva, que remontava à sua infância. Não era Pedro quem sempre ganhava todas as batalhas infantis nos jardins de Queluz ou nos subúrbios do Rio de Janeiro? Todas as corridas de carroças? Não era a sua vez de ganhar? Onde estava a justiça divina? Sentindo-se desprotegido e ao ver com apreensão como seu reinado estava em perigo, pensou em sua mãe. Estava convencido de que se Carlota estivesse viva, com seu dom de comando e seus discursos eletrizantes, já teria expulsado as tropas liberais há tempos.

Ao saber que a bandeira azul e branca dos constitucionalistas tremulava no topo do castelo de São Jorge em Lisboa, Pedro levou as mãos à cabeça e sempre

sentimental, afogou os soluços de emoção que aquela notícia lhe provocou. Em pouco tempo, havia passado de candidato a morrer de fome ou a cair no meio de um combate na rua a vencedor de uma causa justa. De condenado à morte a campeão da liberdade. Deus castigava o usurpador. A justiça divina havia se pronunciado, e o fizera a seu favor, a favor dos tempos que corriam, a favor do século. Pedro sentiu algo parecido com o êxtase, um momento de intensa comunhão com o mundo, com seus soldados, com o povo do Porto, com seu pai e também consigo mesmo. Um instante de felicidade pura, a satisfação profunda de ter cumprido com seu dever de bom filho e de bom pai. Fora destronado, mas se erguia como herói. E ao fazê-lo, sua vida encontrava um sentido.

De novo, a liberdade. Para alguém acostumado a longas cavalgadas e imensas paisagens, ver-se recluso em uma cidade sitiada fora particularmente duro. No entanto, seu tempo em Porto havia chegado ao fim. “Eu os deixo por algum tempo” — disse à população em um discurso de despedida — “e vou com a saude mais pulsante de vocês e de meus companheiros de armas.” Uma nova saude se unia à do Brasil e à de seus filhos.

Regressava para Lisboa, a cidade onde nascera e que o recebeu com uma calorosa recepção ao grito de “Viva Pedro!”. A multidão era tão numerosa no Terceiro Paço, a praça que fora testemunha dos grandes exploradores do passado, que os aguazis<sup>15</sup> desembainhavam suas espadas e as levantaram, para abrir caminho entre o povo e dar passagem a Pedro.

— Embainhem suas espadas... — ordenou. Em seguida desembainhou a sua e, em um de seus gestos teatrais que ele tanto adorava, a lançou na água. — Não mais espadas contra o povo!

O alvoroço desse dia era bem diferente da triste agitação do dia de sua partida, havia 26 anos, em uma fria noite de novembro. Ocasão em que lhe partiu a alma ao ver seu pai, na passarela do barco que o levaria para o Brasil, afogando-se em lágrimas por ter que abandonar seu reino e seu povo à mercê do inimigo. Graças àquela fuga estratégica, àquela decisão que Dom João havia tomado, agora ele podia voltar a restaurar uma monarquia constitucional. Agora o aclamavam com gritos de júbilo e, embora Pedro, não tivesse ilusões: muitos dos que proferiam aqueles gritos seguramente teriam aclamado seu irmão se ele tivesse sido o vencedor. No entanto, não podia deixar de se emocionar pelo alvoroço, pelos gritos de vitória, os vivas, o júbilo desencadeado e ampliado agora pelos estrondos das salvas dos canhões, que saudavam das fortalezas e dos navios ancorados, todos hasteando em seus mastros o pavilhão azul e branco da rainha, pelas explosões das bombas e dos fogos de artificios. “*Foi um espetáculo*

*deslumbrante*” — escreveu Napier. “*Queimou-se mais pólvora do que em uma batalha real.*”

A primeira coisa que Pedro fez foi subir a Alfama, no alto da cidade, e comparecer no monastério de São Vicente de Fora, mausoléu dos soberanos portugueses, onde estavam enterrados seus antepassados. Permaneceu longo tempo ajoelhado diante da tumba de Dom João. “Aqui estou, pai, para cumprir com a minha promessa e o seu desejo.” Antes de sair, rabiscou em uma folha de papel que depois colocou sobre o mármore: “Um filho te assassinou, outro te vingará”, dizia a nota.

Aquilo pressagiava uma caça às bruxas, um ajuste de contas tão cruel quanto aquela guerra. Mas não foi assim, porque no fundo pôde mais a essência da ternura que Pedro sentia por seu irmão do que a vontade de vingança.

Os miguelistas, sem o valor e a coragem que sobrava aos pedristas, tiveram que se retirar do Porto. Ao fazê-lo, incendiaram as bodegas da Companhia para evitar que o dinheiro obtido pela venda desse vinho fosse utilizado para financiar a reconstrução nacional prevista pelos liberais. Os sofridos habitantes do Porto viram bolas de fogo descendo em cascata até o rio, que se tingiu de vermelho. Vermelho como o sangue de todos os que haviam morrido resistindo a um cerco de 19 meses.

Miguel fez uma tentativa desesperada de conseguir ajuda de fora em forma de mercenários e generais, usando o patrimônio de Carlota Joaquina. Apesar disso, não soube atrair o talento necessário para vencer. No lugar do audaz general inglês McDonnell que lhe propôs um plano de retomar a iniciativa, ao final optou por confiar o comando ao velho general Póvoa, o grande repressor dos liberais, um homem cansado e prudente em excesso, que decidiu refugiar-se em Santarém e escudar-se na cidade. Mas nem Santarém era Porto, nem Miguel era Pedro. As tropas liberais, exaltadas pela inércia de terem conquistado as duas cidades mais importantes do país e um rosário de povos, os desocuparam em uma batalha que custou aos miguelistas 1.400 homens e 96 oficiais. Miguel permaneceu entre os seus soldados até o último momento e no final teve que abandonar parte da sua bagagem e o mais triste para ele, o seu cachorro favorito, um dogue espanhol que usava um colar de veludo negro com uma inscrição bordada em fio de ouro: “Pertença ao rei Dom Miguel I”<sup>16</sup> e que se converteu em um símbolo patético de ambição de um homem que quis ser rei sem ter direito a isso. Em silêncio e cabisbaixos, perguntando-se como era possível que seus santos tivessem falhado, os absolutistas cruzaram o Tejo e iniciaram o êxodo. Miguel não fugiu por sua conta a um refúgio seguro; ao contrário,

compartilhou a derrota com lágrimas nos olhos, cavalgando com seus homens, ajudando-os a vadear os riachos, a transportar os feridos, insuflando o ânimo que faltava a ele. Se seu irmão crescia ante a adversidade, ele o fez ante a derrota, se tornou mais humano, talvez porque o sofrimento do fracasso o fez dar-se conta do despropósito de tudo aquilo. Logo, era como se inteirar para recuperar o tempo que havia perdido ao não acompanhar suas tropas, como se quisesse demonstrar que ele também era capaz de emular seu irmão, de estar à altura, de saber comportar-se como um herói. Mas já era tarde, e tudo se confabulava para acelerar a sua queda.

Como se já não houvesse intriga e confusão suficiente naquela família dividida e em permanente conflito, a morte de Fernando VII na Espanha prejudicou Miguel ao provocar uma mudança radical de alianças. A designação de sua filha Isabel, de dois anos de idade, como sucessora do trono da Espanha foi impugnada por Carlos, irmão de Fernando, que utilizava Portugal para lançar ataques contra a regência espanhola. Para acabar com essa hostilidade, a regente em funções, a rainha Maria Cristina ofereceu ajuda militar para Pedro e reconheceu a sua filha Maria II como rainha de Portugal. Essa súbita mudança de postura espanhola, com o novo vento de liberdade que soprava na Península, tornou possível a assinatura de um acordo de paz em Évora-Monte, respaldado pela França, Grã-Bretanha e Espanha.

Pedro soube mostrar-se magnânimo e generoso com a vitória: “Não pensem que respiro vingança, sangue e morte contra vocês” — proclamou aos soldados miguelistas reunidos no quartel — “Eu me valorizo de saber esquecer as ofensas que me fazem”. Do alto da sua conquista, impôs condições benevolentes. “Só vencia para perdoar”, disse dele um historiador. Ainda que não tivesse perdoado seu irmão, o autorizou a abandonar a cidade de Évora com seus pertences, assegurando uma pensão anual de 60 contos<sup>17</sup> na condição de que nunca mais pusesse seus pés em Portugal nem se dedicasse a nenhuma atividade que pudesse perturbar a tranquilidade do reino. De Carlos, seu tio, retirou o direito de entrar ou permanecer em Portugal. O acordo também considerava uma anistia geral para o exército miguelista, sem julgamentos marciais nem represálias para os soldados, sendo que estes poderiam voltar livremente para suas casas. Os oficiais também não perderam seus postos. Era um acordo que buscava a reconciliação, não o castigo, mas que despertou feridas nos liberais. Aos que haviam perdido familiares naquela guerra, aos que haviam sido torturados pelos absolutistas, aos que haviam apodrecido nas prisões durante anos, aquelas condições não os satisfiziam. Sentiam-se feridos, caluniados, insultados e

voltaram sua ira e seu ressentimento contra Pedro.

Miguel embarcou no porto de Sines com destino à Itália a bordo da fragata *Stag* entre gritos, insultos e vaias da plebe, que exigia sua execução imediata ou prisão perpétua. Poderia jurar que essa gente vociferante era a mesma que alguns meses antes se inclinava à sua passagem e lhe bendizia. Assim estava feita a política, de altos e baixos e de vontade mutante do povo. Ao deixar o seu país teve um gesto de grande senhor, que surpreendeu seus adversários. Não só fez a entrega de todas as joias da coroa como também entregou as suas particulares. Como se quisesse colocar uma venda sobre a ferida do ódio, perjúrio e sangue que deixava ao ir embora, como se também, assim como seu irmão, quisesse se redimir. Nunca mais voltou a Portugal.

---

15 Governador de província com poder judiciário e militar, nomeado pelo rei. (N.T.)

16 Citado em Denise Dalby an, *Dom Pedro*. Paris: Plon, 1959, p. 265.

17 O equivalente atual seria de aproximadamente 100 mil euros, mais ou menos 240 mil reais, ou mais ou menos 130 mil dólares.

A grande alegria de Pedro naqueles dias foi receber sua mulher, sua filha Maria da Glória e o Chalaça, que chegaram a Lisboa num barco a vapor escoltado por uma fragata britânica. Pedro saiu ao seu encontro a bordo de uma galera pintada de azul e branco e propulsada por 48 remeiros vestidos combinado com as cores do barco. Ia acompanhado de Napier e de um radiante Mendizábal, que desfrutava de sua bem merecida vitória, sonhando em voltar para a Espanha. Corriam rumores de que a rainha vigente Maria Cristina estava a ponto de chamá-lo para oferecer a ele um cargo de máxima responsabilidade no novo governo liberal.

Para Pedro, lhe pareceu que sua filha, a jovem rainha que vinha para ocupar o trono, tinha crescido muito, viu sua mulher muito linda, tão loira e elegante, vestida de rosa antigo e com lágrimas como pérolas que rolavam das maçãs do rosto. Eram lágrimas de alegria, mas também de pesar. Amélia não reconhecia seu marido. Não se tratava só da barba, mas que havia deixado à moda dos liberais, senão sobretudo, as feições tensas, o rosto um tanto acinzentado, cabelo grisalho, os olhos fundos. Havia deixado um bom burguês parisiense e se encontrava como um espectro humano, magro, com o rosto minguado, era um velho de 36 anos. Sem dúvida, era também um homem exultante: “A alegria de tê-los aqui é o princípio que paga por meus sacrifícios”, dizia acrescentando que, para que a fortuna fosse completa, faltavam seus filhos que estavam no Brasil. Tinha a sua volta sua filha mais velha, por cujos direitos havia empreendido essa aventura, e a todos os que mais amava, os que haviam estado no dia a dia com sua luta, ajudando-lhe, lhe trazendo respaldo, animando-o. O velho Napier disse que nunca vira uma reunião de pessoas tão felizes em toda a sua vida. Seguindo o protocolo, Amélia e a rainha desembarcaram no dia seguinte, em meio à pompa habitual.

Duas semanas mais tarde, Pedro pensou que a melhor maneira de celebrar

a anistia e o fim da guerra era assistindo a uma apresentação no teatro. Como no Rio de Janeiro dos velhos tempos. No teatro São Carlos de Lisboa, teatro construído em homenagem a Carlota Joaquina como agradecimento por ter dado o primeiro herdeiro a Dom João, estreava uma obra com um título providencial: *O Usurpador Castigado*, de Valter Montano, um baile trágico em cinco atos. Pedro ordenara a impressão de várias cópias do acordo de paz, para que fossem distribuídas entre os espectadores.

No entanto, aquela paz seguia levantando clamores de indignação. A carruagem que nessa noite levou a família real ao teatro foi apedrejada no trajeto. Ao chegar, lhes esperava uma tumultuada aglomeração de pessoas e um cartaz enorme que mostrava as silhuetas de Miguel e Pedro, com uma legenda que dizia: tal para qual. Esperando encontrar um ambiente mais tranquilo no interior, Pedro e sua família, protegidos por escoltas, deslizaram entre os gentios e foram diretamente ao palco real. Dali ele jogou cópias do acordo entre as poltronas do teatro, mas seu gesto, em vez de diminuir a ira, foi recebido por gritos, batida de pés generalizada e uma forte vaia. Com o braço, teve que proteger seu rosto das moedas que alguns espectadores lançaram.

— Canalias! — gritou.

Era um motim com todas as suas características, que o lembrou das reuniões tempestuosas da Assembleia Nacional do Rio de Janeiro e que confirmavam que a paz resultava pior do que a guerra. Sua escolta pediu à polícia para intervir e expulsar os “cabeças”, mas os aguazis se negaram, mostrando sua solidariedade aos manifestantes. “Morte a Dom Miguel! Viva a liberdade!”, gritavam na plateia. Sem perder seu sangue frio, Pedro se colocou à beira do palco e se dirigiu ao público, levantando a voz para lhe pedir calma. Nenhuma força no mundo podia obrigá-lo a matar seu irmão. Cansado pelo esforço, tremendo, sua respiração entrecortada deu lugar a um ataque de tosse, uma tosse cavernosa que retumbava nas paredes do teatro. Pedro procurava laboriosamente em seus bolsos e enfim encontrou o lenço bordado de Noémie, que sempre levava consigo. Aproximou-o de sua boca justamente quando sentiu regurgitar algo. Ao tirar o lenço da boca viu que estava manchado de sangue. Lentamente o desdobrou e mostrou ao público, para que todos o vissem bem. Então, se fez um silêncio absoluto, que durou segundos intermináveis, até que Pedro se voltou para a orquestra se inclinou levemente e com um fio de voz rouca, disse: “Maestro... música”. E o espetáculo começou.

Sua sentença de morte estava escrita na mancha daquele lenço. A partir desse dia, seu corpo se converteu em um escravo que custava obedecer. À febre

e à dificuldade para respirar se acrescentavam as dores no peito. O diagnóstico não deixava lugar para dúvidas: era tuberculose, provavelmente agravada pelas duras condições no Porto. Os médicos lhe recomendaram sangrias e ingestão de água. Amélia e o Chalaça o acompanharam a Caldas da Rainha, onde se submeteu a um tratamento hidroterápico, com ingestão de água sulfurosa e banhos em termas. Ao sentir-se melhor, se convencia de que iniciava a sua recuperação. Otimista e com vontade de viver, se rebelava diante da ideia de que a enfermidade estava se apropriando de sua vida. Durante um tempo, aprendeu a valer-se de astúcia para enganar seu corpo, para impor sua vontade ou ceder diante das dele. Era como uma guerra particular, feita de pequenos avanços e enormes retrocessos, de compromissos, de súbitas melhorias e ataques surpresa.

Em um desses momentos de remissão, recebeu a visita de Antônio Carlos de Andrada, o irmão de José Bonifácio, aquele que tanto o importunara, que o havia pedido para pedir que abandonasse o poder por “português”. Pedro o recebeu com grande simpatia, como faria com qualquer um que trouxesse notícias de sua família e daquele mundo. O antigo adversário político vinha do Brasil e o fazia como representante de um novo partido que apoiava a restauração imperial. A magreza e a longa barba grisalha de profeta que o ex-imperador apresentava lhe impressionou vivamente. Pedro IV de Portugal não se parecia com o Pedro I que ele havia conhecido. Em sua mente, ficara com a imagem de um homem musculoso, capaz de cavalgar cem léguas sem deter-se, para discursar para a multidão. Do antigo domador de cavalos, só reconheceu o brilho habitual no fundo de seu olhar.

— Queremos que volte para o Brasil, para que o país não se desintegre — lhe pediu Andrada, falando em nome também de seus irmãos.

— Agora você quer que eu volte, há pouco tempo, você estava me jogando para fora de lá.

— A situação mudou... E peço que receba as minhas mais sinceras desculpas pelo o que ocorreu no passado.

— Desculpas aceitas, Andrada. O passado ficou para trás, conte-me o que posso fazer pelo nosso Brasil...

Como José, Antônio Carlos era um formidável orador, que fez uma descrição dramática da situação, pedindo que salvasse o trono de seu filho, o império que fundou, a unidade da pátria. Os governos que se sucederam após sua partida, lhe disse, não foram capazes de conter a desordem social. Fez uma lista de todas as rebeliões que haviam sacudido o Brasil, desde o Pará, no norte, até o Rio Grande, no sul. Agora o país inteiro o reclamava. Era um discurso que aos

ouvidos de Pedro soava como música celestial, a realização de um sonho tão impossível, que nem sequer imaginara. Uma vitória... quase póstuma. Fechou os olhos e na brevidade de um instante viu seu filho e suas filhas em São Cristóvão, imaginando-os três anos mais velhos, graças às descrições do visitante. Recordou o calor da hora da sesta, o gorjeio das pombas, os gritos das araras no jardim e, ao longe, o relincho dos cavalos nos estábulos... Acreditou sentir o aroma dos nardos que Leopoldina cultivava em sua pequena horta. Durante uns instantes, se deixou à mercê da ideia do regresso, um bálsamo para suas feridas da alma, o melhor que sua saúde poderia receber. Deixou-se levar por esse pensamento doce e deleitante, porque mitigava a amargura constante, insidiosa e maçante da nostalgia, essa saudade que lhe corroía: *“Que dia de luto e de tristeza é este para mim”* — havia escrito para seu filho no recente aniversário do dia de sua partida. *“Foi o mesmo dia em que fui obrigado a me separar de vocês. E do Brasil, esse belo país onde fui criado, onde vivi 23 anos, 1 mês e 7 dias, e que adotei como minha pátria.”* Na verdade, essa carta não fora escrita por ele; Pedro a ditara para o Chalaça, porque seu pulso tremia muito. Mas não revelou isso para Antônio Carlos.

Ao abrir de novo os olhos, o devaneio desapareceu e a realidade tomou seu relevo:

— Minha abdicação é irrevogável — lhe respondeu.

Diante da decepção que observou no rosto de seu interlocutor, acrescentou uma exigência que sabia ser impossível de ser cumprida:

— ... Só regressaria para o Brasil se a Assembleia Nacional emitisse um voto solene para que eu exerça a regência durante a menoridade de meu filho.

Ambos sabiam que não seria possível, porque o Parlamento seguia dominado pela velha aristocracia escravista, adversária de Pedro e de suas ideias. Embora o partido de restauração tivesse crescido consideravelmente, ainda estava longe de obter a maioria na Assembleia. Pedro exigiu essa condição de Antônio Carlos para não lhe dar uma resposta negativa, por deferência a um homem que atravessara os mares para lhe fazer uma petição extraordinária. Andrada se resignou e não insistiu. Entendeu perfeitamente que sua missão havia fracassado. A de Dom Pedro I no Brasil tinha passado e não voltaria mais.

Logo, Pedro não pôde mais montar a cavalo e teve que esquecer os passeios, suas visitas surpresas aos ministérios e suas caçadas. Só sua força de vontade lhe permitia seguir com suas atividades, cada vez mais reduzidas. Cada vez recebia menos ministros e por menos tempo, ditava menos cartas, reduziu as saídas ao teatro e, quando comparecia, saía antes do fim da apresentação. Sua

maior alegria era receber cartas do Brasil, sobretudo quando vinham acompanhadas de uma nota de seu filho, com caligrafia infantil e às vezes ilegíveis: *“Meu querido pai e senhor, tenho muitas saudades de vossa majestade imperial. Como obediente e respeitoso filho, peço a vossa majestade um cacho de seu cabelo...”*; lhe dizia nos princípios do verão de 1834.

Como os grandes animais selvagens que sentem a morte se aproximar, quis deixar o palácio da Ajuda em Lisboa e pediu para Amélia que se mudassem para Queluz, o lugar onde nascera. Da carruagem que o levava ao palácio de sua primeira infância, construído com o ouro e os diamantes do Brasil, saudava os camponeses que deixavam suas ferramentas e se aproximavam da estrada para vê-lo passar. Agora sorriam: três décadas antes, no dia da partida, choravam de raiva e compaixão ao ver como a sua avó, a rainha Maria e seu séquito eram obrigados a deixar o país. O palácio já não parecia aquele lugar deixado na mão de Deus. Seus muros haviam recobrado a cor cálida e dourada de sempre, os arbustos voltaram a estar delicadamente talhados, as fontes e as estátuas pareciam ter recuperado seu poder simbólico. Ao entrar no local, não pôde evitar de se lembrar da última noite antes de abandoná-lo; da grande evacuação, quando as negras do palácio empacotavam com toda a pressa roupas, brinquedos, vasilhas, talheres, quadros e antiguidades, enquanto ele e Miguel, desorientados e excitados por aquele ambiente estranho, brincavam entre as caixas. Recordava-se da sua avó, a rainha Maria, que gritava enquanto a enfiavam à força dentro da carruagem: *“Como se pode abandonar um reino sem lutar?”*. Não queria sair de Queluz. Quem abandonaria aquele paraíso, com seu aviário, seus jardins perfumados, sua serenidade e sua opulência? *“Rápido, o tempo está se esgotando.”* Diziam os capatazes, e agora, de volta ao lar 27 anos mais tarde, essa mesma frase que trovejara em sua memória adquiria outro significado para o ex-imperador do Brasil, Um significado implacável.

Ao cruzar os jardins, passou diante dos extravagantes canais e das piscinas, sem água, mas ainda recobertos com belíssimos azulejos envelhecidos; depois entrou no palácio e atravessou, caminhando com dificuldade, apoiando-se em sua mulher, a sala do trono, com suas molduras douradas, os corredores vazios, com o teto pintado, e se instalou no quarto do fundo, onde sua mãe falecera, onde ele e seus irmãos haviam nascido. Recostou-se na cama daquele quarto redondo, perto do oratório e descansou vendo as pinturas no teto, que mostravam as façanhas do Cavaleiro da Triste Figura, que haviam inspirado seus melhores sonhos de infância. Já não teve forças para abandonar esse leito. O ciclo se encerrava.

No dia seguinte convocou seu amigo marquês de Resende e o Chalaça para ratificar o testamento que havia redigido em Paris e fazer algumas modificações. Pediu que, após sua morte, seu coração fosse enviado a Porto, como demonstração de agradecimento aos seus heroicos habitantes. Logo nomeou tutora de todos os seus filhos a sua mulher Amélia e ofereceu sua espada para o seu cunhado Augusto, que acabara de pedir a mão de sua filha. Não assistiria a esse casamento, mas a ideia era atraente e lhe trazia paz. Sobretudo, quis assegurar-se de que todos os seus filhos recebessem um trato justo e equitativo e fez um repasse a todos os que guardava na memória, incluindo o mais recente, de cuja existência havia se inteirado por uma carta da abadessa do convento da Esperança, da ilha Terceira em Açores. De sua fugaz relação com sorór Ana Augusta Peregrino, havia nascido um bebê e tampouco quis que esse filho ficasse desamparado. Reconhecia ter sido um péssimo marido e amante, mas, cuidando de seus filhos, esperava compensar seu vício de ser mulherengo. Também disse que não queria um funeral pomposo, como mandava o protocolo. Que, apesar de ter sido rei e imperador, seu orgulho estava em acabar seus dias como bom soldado, e que lhe bastava ser enterrado em um caixão de madeira simples, como qualquer comandante do exército. Encontrava-se tão debilitado que não pôde assiná-lo. Teve que o fazer no dia seguinte, depois de receber os santos sacramentos. Sua mulher se lembraria dele muito sereno, e isso porque Pedro não se acovardava nos momentos difíceis e menos ainda no mais difícil de todos. Falava da morte com um desapego espantoso e com grande lucidez. Agora pouco lhe importavam as ingratidões, as cruéis injustiças que amargaram seus mais belos triunfos. Que já pouco importavam a hipocrisia da política, as humilhações das traições, os azares da fortuna... Diante da proximidade da morte, pouco importavam as coisas vãs da vida.

Quis receber seu amigo Mendizábal, que vinha à frente de uma comissão de liberais espanhóis que seguia com a ideia de fazê-lo imperador da Península Ibérica... Que importava agora esse novo cetro? O que importava era estreitar em seus braços Mendizábal, o último dos fidalgos, o artífice de seu triunfo, e dar-lhe seus agradecimentos de todo o coração. O que importava era saber que sua filha reinava e que o país era governado segundo a Constituição redigida por ele. O que importava era que havia contribuído com seu grão de areia na longa luta do homem pela liberdade. Importava o calor da mão de Amélia na sua, os trêmulos beijos de suas filhas, a presença sempre reconfortante de seu velho amigo Chalaça, a amizade de todos que, em um desfile incessante, vinham para dizer-lhe adeus: ajudantes de campo, ministros, cortesãos, militares... A esses

últimos, pediu que lhe trouxessem um veterano de um dos batalhões que tão heroicamente haviam lutado no Porto. Quando esse homem entrou no quarto, Pedro se levantou da cama, fez um sinal para que se aproximasse e lhe deu um abraço fraterno, pedindo-lhe que transmitisse para seus camaradas o reconhecimento da coragem demonstrada. O veterano saiu chorando como uma criança, dizendo que teria preferido morrer no campo de batalha antes de ver seu comandante nesse estado.

O silêncio naquele quarto atravessava o sussurro dos médicos, criados e religiosos, Amélia via, impotente, como se extinguia a debilitada chama da vida de seu marido. Era testemunha de uma agonia tranquila, sem sobressaltos nem grandes sofrimentos. Ninguém suspeitava até que ponto as coisas do mundo haviam deixado de interessar-lhe. Pouco a pouco, deixou de lutar: suas melhoras pareciam armadilhas, já não queria viver esperando a próxima crise, sem forças, sempre à mercê de novos sofrimentos que eram como comparsas do mal maior. Os medicamentos deixaram de fazer efeito e o inchaço das pernas aumentou ainda mais. Nos momentos de lucidez, ele pedia para Amélia que escrevesse para seus filhos que viviam no Rio de Janeiro, ou que se assegurasse de que seu coração seria enviado para Porto, ou que trouxesse para perto dele o lenço bordado em fios de ouro que sempre levava consigo para limpar-se do suor, ou simplesmente para senti-lo em suas mãos... Ela, vendo a demolição de seus sonhos, se sentia languidescer com ele. Havia perdido a coroa do Brasil e agora, seu marido. Seria viúva aos 22 anos.

Às duas da tarde do dia 22 de setembro de 1834, enquanto o sol iluminava os campos dourados dos arredores de Queluz, Pedro de Bragança e Bourbon exalou seu último suspiro na mesma cama em que nascera. *“Morreu em meus braços”* — escreveu Amélia aos seus enteados no Brasil — *“e nunca houve uma morte mais tranquila.”*

Ao som dos tambores forrados de preto, seu caixão foi acompanhado por uma enorme e silenciosa multidão, desde Queluz até a magnífica igreja de São Vicente de Fora, a principal de Lisboa. Segundo seus últimos desejos, foi enterrado em seu panteão familiar sem coração, que foi removido durante a autópsia. Também de acordo com seus desejos, autorizou todos, independentemente de sua posição ou condição, a seguir o cortejo fúnebre e assistir ao funeral. *“Morreu o pai do povo”*, as pessoas diziam. Partia um príncipe desmedido, um prodígio da natureza, um ser paradoxal e explosivo, que marcara com sua vida a história de dois continentes.

Alguns dias mais tarde, no Porto, uma mulher vestida de preto e com os

cabelos cobertos por um véu viu acercar-se da loja de porcelana e louça que gerenciava na rua da Assunção, um cortejo precedido por uma multidão de vizinhos. Benzeu-se à passagem da carruagem levada por cavalos negros e escoltada por lanceiros a cavalo, que transportava em seu interior uma urna, colocada sobre uma almofada de veludo grená e protegida por uma caixa de cristal e um dossel. Dentro daquela urna ia o coração do homem que passara como um relâmpago por sua vida e que ela amara com toda a sua alma. Sua grande dor era não ter podido arrancá-lo das garras da enfermidade. A mulher se uniu ao cortejo que avançava sob a chuva até a igreja da Lapa, onde, entre cânticos, orações e lágrimas, a relíquia foi colocada pelo arcebispo na sacristia para que servisse de inspiração a gerações futuras de homens e mulheres. Todos os dias de sua vida, aquela mulher foi rezar nesse lugar pelo eterno repouso de Pedro, cujo coração de imperador, lhe gostava pensar para consolar-se, também havia batido por ela, uma humilde comerciante.

## EPÍLOGO

A carta de Amélia levou um mês para chegar ao Rio de Janeiro. José Bonifácio a entregou a um garoto loiro de olhar melancólico, o imperador Pedro II do Brasil. Em seu interior estava a mecha de cabelo que o garoto pedira ao pai havia tempos, para amenizar a saudade. Em seguida, ele leu a carta que falava da morte de Pedro e dos detalhes da autópsia. Ao terminar a leitura, estava tão emocionado que Bonifácio o abraçou, para tentar consolá-lo. “Dom Pedro não morreu” — disse-lhe em voz baixa o velho naturalista. “Só os homens comuns morrem, não os heróis... Sua alma imortal vive no céu.”

Talvez o obituário mais curioso tenha sido escrito por Evaristo da Veiga, seu adversário político mais implacável e que, ao receber a notícia, teve a nobreza de reconhecer: *“A providência divina converteu o príncipe em um poderoso instrumento de libertação. Se existimos como o corpo de uma nação livre, se nossa terra não foi recortada em pedaços de pequenas repúblicas inimigas, dominadas pela anarquia e pelo espírito militar, devemos muito à decisão dele de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa independência”*.

Pedro II afiançaria o legado de seu pai. De seus progenitores, herdou uma imensa popularidade que, somada à sua precocidade, ao seu caráter prudente e à excelente formação que recebeu de José Bonifácio, fizeram com que o Parlamento o declarasse maior de idade aos 14 anos, abolindo a regência. Os deputados esperavam que sua popularidade conseguisse sufocar as revoltas que haviam sacudido o Brasil durante a década de 1830 e que tinham ameaçado com o desmembramento o país. A situação se agravara tanto que, em 1832, o Conselho de Estado foi consultado sobre as medidas que deveriam ser tomadas para salvar o jovem imperador, no caso de não ser possível conter a onda de insurreições, ou no caso de as províncias do norte declararem sua independência com relação às províncias do sul. Dom Pedro II se mostrou um político tão bom que seu reinado durou cinquenta anos. Durante esse período, o *Rei Filósofo*, como o chamavam, assentou as bases da industrialização do império, ampliou a rede de estradas que seu avô Dom João havia iniciado e construiu a primeira estrada de ferro a vapor. Aberto às inovações da ciência, Pedro II financiou o projeto de um cabo submarino de telégrafo e introduziu o telefone no país. Lutou contra a pobreza e o analfabetismo mediante a criação de escolas primárias e secundárias

especializadas e universidades em todo o país. Poliglota, especializou-se em línguas raras: hebreu, sânscrito, árabe e guarani, o idioma indígena mais falado no século XIX no Brasil. Monógamo, pai de família exemplar, casou-se com a princesa Teresa Cristina de Bourbon Duas-Sicílias, que lhe deu quatro filhos. Em muitos aspectos, foi o oposto do pai, mas o Brasil precisou de ambos para afirmar-se, e nesse sentido foram complementares. Leopoldina teria ficado muito orgulhosa de seu rebento, considerado por muitos como o arquiteto do Brasil moderno. Se Dom Pedro II é lembrado o Magnânimo Pedro, foi por causa de seus esforços no momento de tomar medidas para pôr fim à escravidão, algo que tanto seu pai quanto seu tutor, José Bonifácio, que morreu em 1838 sem ver seu sonho realizado, lhe haviam inculcado com tanto afincamento. Ele não os decepcionou e culminou com a abolição da escravatura em 1888, com a libertação de 700 mil escravos. Ao lado de Cuba, o Brasil foi o último país a abolir o tráfico de escravos, e quem o conseguiu foi um monarca tolerante, enciclopédico, um homem muito hábil na hora de resolver os conflitos entre as elites do país. Durante toda a sua vida política, esforçou-se para construir um Estado centralizado, que resistisse às pressões separatistas, mantendo-se sempre fiel ao lema de seu avô, que lhe fora transmitido através das cartas de seu pai: *“a unidade do império, meu filho, a unidade”*. A ironia da História: se ele conseguiu isso, em grande parte foi devido à escravidão. As diferentes províncias tinham tanto interesse em manter o comércio de escravos que descartaram a ideia de abandonar o império, porque teriam se encontrado em desvantagem e em uma posição muito enfraquecida para lutar contra os movimentos abolicionistas promovidos pela Grã-Bretanha.

Outro paradoxo da História: o fim da escravidão foi o tiro de misericórdia da monarquia, já desgastada pelo auge dos grupos republicanos. A classe rica do império, irritada pela abolição, orquestrou um golpe de Estado militar que derrubou o imperador. Assim como seu pai, Pedro II disse que não queria que se derramasse por ele uma única gota de sangue brasileiro e optou por exilar-se na França com sua família, e assim o Brasil foi convertido em uma república. Pedro II morreu em 5 de dezembro de 1891 em Paris, onde recebeu louvores das multidões em um grande funeral de Estado. Seus restos foram transportados de volta para o Brasil em 1920, e colocados em uma capela da catedral de Petrópolis, a cidade que fundou nos terrenos que seu pai havia comprado na parte mais alta do Rio de Janeiro, onde o clima era mais ameno.

Em Portugal, sua irmã, a rainha Maria II teve uma vida mais difícil e menos gloriosa. Ela foi a única monarca europeia a ter nascido fora do

continente, e também deixou a lembrança de ter sido uma boa pessoa, legado parecido com o que sua mãe Leopoldina havia deixado. Um ano depois da morte de seu pai, ela se casou com Augusto, duque de Leuchtenberg, irmão de sua madrastra Amélia. Tinha 15 anos de idade e estava loucamente apaixonada por ele. Porém, sua felicidade foi fugaz. Dois meses depois do casamento, seu marido morreu de difteria. Maria voltou a casar-se em 1<sup>o</sup> de janeiro de 1836, com o príncipe Fernando de Saxe-Coburgo e Gotha, que serviu como rei consorte. Seguindo a trilha aberta por Pedro, que antes de morrer mandou expulsar os sacerdotes que haviam apoiado a causa absolutista e suprimir o imposto do dízimo que financiava os conventos, eles continuaram modernizando as leis e os costumes, mas sempre se chocaram com a resistência do povo a qualquer reforma. A proibição de enterrar os mortos nas igrejas, somada à pobreza do pós-guerra liberal, provocou uma revolta em maio de 1846. Maria teve que destituir seu governo e nomear outro, na liderança do qual estava o duque de Palmela, que soube devolver a paz ao país e seguiu com as reformas na educação e na saúde, sempre implementadas com dificuldade, porque o povo seguia fanaticamente as instruções do clero ultraconservador e antiliberal. Maria da Glória, do mesmo modo que a mãe, era muito fértil e emendava uma gravidez com a seguinte, apesar dos avisos dos médicos sobre o perigo de dar à luz todos os anos. “Se eu morrer, morro no meu posto”, respondia ela. Em 1853, a “mãe coruja”, como era conhecida, faleceu como sua mãe, dando à luz seu décimo primeiro filho.

No ano da morte de Pedro, Mendizábal teve a oportunidade de deixar a sua marca na história da Espanha. Graças à sua reputação de excelente financista e ao seu compromisso com as ideias liberais, a rainha regente Maria Cristina o nomeou ministro da Fazenda e, depois, primeiro-ministro. A primeira coisa que ele fez para organizar as finanças do país foi decretar o fim do tradicional dízimo eclesiástico. Logo em seguida, promulgou a medida de maior alcance entre todas as que se sucederam durante a primeira metade do século XIX na Espanha, conhecida como o confisco de 1836. Inspirado pela Revolução Francesa, seu objetivo era dinamizar a economia agrícola do país, confiscando o enorme patrimônio imobiliário acumulado pelas ordens religiosas e vendendo-o. Dessa maneira, foi possível reduzir a esmagadora dívida pública e proporcionar ao Estado os meios com os quais financiar a guerra civil contra os partidários absolutistas de Carlos, irmão de Francisco VII, que reclamavam seu direito ao trono. Deputado até o fim de seus dias, faleceu em Madri em 1853.

Fiel a seu amigo Pedro até depois de sua morte, o Chalaça continuou

trabalhando a serviço da casa de Bragança, como secretário particular de Amélia e de sua filha, a princesa Maria Amélia. Morreu em Lisboa, em 30 de setembro de 1852.

Domitila de Castro não acompanhou a Paris sua filha, a condessa de Iguazu, do modo como havia anunciado a Pedro em uma carta. Permaneceu em São Paulo, disposta a não se deixar vencer, e que sua vida não acabasse ao mesmo tempo que terminava seu relacionamento com Pedro. De modo que, depois de cinco anos, voltou a se casar, dessa vez com um oficial do exército brasileiro, Rafael Tobias de Aguiar, um dos grandes líderes liberais da época, com quem teve mais cinco filhos. A esposa do cônsul inglês, Richard Burton, que foi recebida por Domitila na cozinha de sua casa da rua do Carmo, sentada no chão e fumando um charuto, se lembraria dela como *“uma personagem fascinante, absolutamente encantadora, sabedora de uma infinidade de coisas sobre a vida na corte e a família imperial, com inteligência e conhecimento do mundo”*.

Como se a marquesa de Santos também quisesse se redimir de seus “pecados carnis”, ela se converteu com o passar dos anos em uma grande dama, ativa e generosa, muito querida e respeitada por todos. Seu gênio forte foi enfraquecendo e deu lugar à alegria de viver que sempre a caracterizou. Pouco a pouco foi se desprendendo de sua fortuna, dando terrenos ao exército, à prefeitura, a um orfanato, a uma associação de mães solteiras, a outra de antigas prostitutas... Passou os últimos anos de sua vida dedicada a promover eventos culturais, como encontros literários, e a uma infinidade de obras de caridade. Ao final de sua vida, já viúva duas vezes, era uma ruína esplêndida que não queria ficar sozinha, porque, costumava dizer, os fantasmas da família percorriam a casa, despertando emoções do passado que a assustavam. Rodeada de filhos, noras e netos, morreu em 13 de novembro de 1867, não sem antes haver perdoado as dívidas de todos os seus devedores e de ter distribuído dinheiro aos pobres da cidade. Domitila foi enterrada no cemitério da Consolação, situado em um dos terrenos doados por ela à cidade de São Paulo. Hoje em dia, se pode visitar a sua casa, enterrada entre os arranha-céus da cidade mais populosa da América do Sul.

Recentes investigações parecem confirmar a teoria do envenenamento de Dom João VI. Aproveitando os trabalhos de restauração da igreja de São Vicente de Fora, onde se encontra o panteão dos reis de Portugal, a análise dos restos mortais de Dom João indicou uma elevada concentração de arsênico, suficiente para matá-lo em poucas horas.<sup>18</sup>

Quase um século e meio depois de ter sido enterrado no mausoléu dos Bragança em Lisboa, os restos mortais de Pedro de Bragança e Bourbon voltaram a seu país de adoção, para serem depositados na cripta de pedra negra de um grandioso monumento construído em homenagem à independência. Também foram transladados para lá os restos de Leopoldina, assim como os de Amélia. Os três descansam para a eternidade no monumento do Ipiranga, levantado no exato lugar onde Pedro gritou “Independência ou Morte!”, e que hoje se encontra em São Paulo, uma das maiores e mais prósperas cidades do mundo, capital econômica de uma potência unida e livre, tal como foi sonhada por seus criadores.

\*\*\*

NOTA: Os eventos aqui narrados de fato ocorreram. Os personagens, as situações e o marco histórico são reais e refletem o resultado de uma exaustiva investigação. Dramatizei cenas e recriei diálogos sobre a base de minha própria interpretação, para contar a partir de dentro o que os historiadores contaram a partir de fora.

---

18 Ver Jorge Pedreira e Fernando Dores, *Dom João VI, um príncipe entre dois continentes*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 423. (N.A.)

## AGRADECIMENTOS

Quero expressar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos a Ramón Menéndez, diretor de cinema, escritor e velho amigo, por ter me colocado na pista desta história fabulosa. E a minha editora Elena Ramirez, por seu incentivo, entusiasmo e por ter me facilitado o caminho. E, naturalmente, a Dominique Lapiere por estar sempre aqui.

Eu não teria conhecido o Brasil tão bem se não fosse pela minha amizade com o fotógrafo Claus Meyer, com quem percorri o país várias vezes nos anos 1990. Claus já não está entre nós, mas este livro é um tributo à sua amizade e um agradecimento à sua família, Helena, Christiana e Ingo, que são parcialmente responsáveis por eu me apaixonar pelo Brasil. Sem me esquecer de Ciro, é claro.

Em São Paulo, eu quero agradecer a Pedro Corrêa do Lago, pelo encorajamento que me deu para que eu embarcasse neste projeto, e também por sua valiosa colaboração com seus arquivos e contatos. Desejo manifestar o meu apreço a Julio Bandeira, por ter me guiado pelo Rio antigo e ter me colocado em contato com as antigas livrarias, verdadeiros tesouros que permanecem escondidos no centro histórico, e pelo presente que recebi, o álbum de Neukomm, que foi a trilha sonora que me acompanhou durante os longos dias de escrita.

O meu grande reconhecimento ao historiador e amigo Manuel Lucena, especialista em História da América no século XIX, por ter revisado o manuscrito tão completamente e ter apontado correções sutis e tão precisas. Obrigado também a Francisco Gómez Bellard, por suas correções relevantes, assim como a Christian e Patricia Boyer. E não me esqueço do dr. Ignacio Villa, nosso bom amigo.

Obrigado a Gonzalo Ortiz por seus contatos, a Zeca Seabra por sua amizade, a Margaret da livraria Rio Antigo, a meus amigos da Planeta do Brasil, especialmente a César González, por sua colaboração na compilação. E a Laura Garrido, fiel amiga. E também aos historiadores brasileiros que revisaram este livro: Cândido Grangeiro e Sara Souza Gomes.

A pesquisa e a escrita deste livro me roubaram muitas horas com minha família, mas sem o seu apoio, companhia e estabilidade, que tanto a minha esposa quanto meus filhos me deram, talvez ele nunca tivesse vindo à luz. Meus

sinceros agradecimientos.

## BIBLIOGRAFIA

### EU ME SINTO EM DÍVIDA ESPECIALMENTE COM QUATRO LIVROS:

- Macaulay, Neil, *Dom Pedro*, Duke University Press, 1973. Uma visão histórica da época e dos personagens que orbitaram a vida de Dom Pedro.
- Oberacker, Carlos, *A Imperatriz Leopoldina*, Conselho Federal de Cultura, 1973. Um livro apaixonante, baseado em uma densa e profusa documentação.
- Sousa, Tarquínio de, *A vida de Dom Pedro I*, 3 vols., Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1952. É a obra mais completa e interessante sobre Dom Pedro.
- Gomes, Laurentino, *1808*, Planeta do Brasil, 2008. Interessantíssimo, bem escrito e mais bem documentado.

### ALÉM DESSES, TAMBÉM CONSULTEI OUTRAS FONTES:

- 1808-1834. As maluquices do Imperador*, Geração, São Paulo, 2008.
- Allende, Isabel, *Hija de la fortuna*, Ed. Areté, 1999.
- Inés del alma mía*, Random House Mondadori, 2006.
- Amado, Jorge, *Teresa Batista cansada de guerra*, Companhia das Letras, 2008.
- Barra, Sergio, *Entre a Corte e a cidade*, Jose Olympio.
- Beckford, William, *The travel diaries of William Beckford*, Houghton Mifflin, Cambridge, 1928.
- Bivar, Rafael de, *Feitores do corpo, missionários da mente*, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.
- Buarque de Holanda, Sergio, *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, 1995.
- Bushnell, David, e Neil Macaulay, *El nacimiento de los países latinoamericanos*, Editorial Nerea, Guipúzcoa, 1989.

- Castro, Ruy, *Era no tempo do Rei*, Alfaguara, Rio de Janeiro, 2007.
- Cervantes, Miguel de, *Don Quijote de la Mancha*, Edición del IV centenario, Alfaguara, Madri, 2004.
- Cintra, Assis, *D. Pedro I e o grito da independência*. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1921.
- Correa da Costa, Sergio, *Every inch a King*, Robert Hale, Londres, 1950.
- Correa do Lago, Pedro, *Taunay e o Brasil*, Capivara, Rio de Janeiro, 2008.
- , e Julio Bandeira, *Debret e o Brasil*, Capivara, Rio de Janeiro, 2010.
- Dalbyan, Denise, *Dom Pedro*, Plon, Paris, 1959.
- D. João VI e seu tempo*, Comissão Nacional para a comemoração dos descobrimentos portugueses.
- Fausto, Boris, *História concisa do Brasil*, São Paulo, Edusp, 2006.
- Fernández, Dominique, *L'or des tropiques*, Grasset, Paris, 1993.
- Ferro, Maria Inés, *Queluz*, Scala Books, Lisboa, 1997.
- Garay de Monglave, Eugène, *Correspondence de Don Pédre Premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le roi du Portugal Don Jean VI, son père, durant les troubles du Brésil*, Paris, 1827.
- Gomes, Laurentino, *1822*, Nova Fronteira, 2011.
- Graham, Maria, *Journal of a voyage to Brazil*, Bibliobazaar, Londres, 2007.
- Guerrero, Ana, e outros, *Historia política, 1808-1874*, Itsmo, Madri, 2004.
- Honrado, Alexander, *D. Carlota Joaquina*, Guerra y Paz, 2006.
- Lima, Oliveira, *Dom João VI no Brasil*, Topbooks, Rio de Janeiro, 2006.
- Lisboa, um olhar diferente*, Consenso, 1989.
- Lubbock, John, *Notas sobre Rio de Janeiro*, Livraria Martins Fontes, São Paulo.
- Lustosa, Isabel, *D. Pedro I*, Companhia das Letras, São Paulo, 2006.
- Malerba, Jurandir, *A corte no exílio*, Companhia das Letras, São Paulo, 2006.
- Marquesa de Santos, *Ficção em doze contos*, Bom Texto, Rio de Janeiro, 2003.
- Martins, Oliveira, *História de Portugal*, Francisco Alves, Lisboa, 1927.
- Moll, Vera, *Meu adorado Pedro*, Bom Texto, Rio de Janeiro, 2002.
- Monteiro, Tobias, *A história do Império*, Briguiet, Rio de Janeiro, 1926.
- Nizza da Silva, Maria Beatriz, *Vida privada e cotidiano no Brasil*, Estampa, Lisboa, 1993.
- Norton, Luís, *A corte de Portugal no Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2008.
- Pérez Galdós, Benito, *La corte de Carlos IV*, Nivola, 2008.
- Pérez Reverte, Arturo, *Cabo Trafalgar*, Alfaguara, Madri, 2004.

- \_\_\_\_\_, *El asedio*, Alfaguara, Madri, 2010.
- Presas, José, *Memórias secretas de Carlota Joaquina*, Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1940.
- Rangel, Alberto, *D. Pedro I e a marquesa de Santos*, Arrault, Tours, 1928.
- Rezzutti, Pailo, *Titilia e o demônio*, Geração, São Paulo, 2011.
- St. Louis, Regis, *Rio de Janeiro*, Lonely Planet.
- Rubio, Julián María, *La infanta Carlota Joaquina y la política de España en América*, Biblioteca de Historia Hispano Americana, Madri, 1921.
- Russell-Wood, A. J. R., *The Portuguese Empire, a World on the Move*, Johns Hopkins U. Press, Baltimore, 1998.
- Salles, Iza, *O coração do Rei*, Planeta do Brasil, 2008.
- Schlichthorst, *O Rio de Janeiro como é*, Getúlio Costa, 1937.
- Schmidt, Maria Junqueira, *A segunda imperatriz do Brasil*, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927.
- Schultz, Kirtsen, *Tropical Versailles*, Routledge, Nova York, 2001.
- Setúbal, Paulo, *1808-1834. As maluquices do Imperador*, Clube do Livro, 1946.
- \_\_\_\_\_, *1813-1829. A Marquesa de Santos*, Geração, São Paulo, 2009.
- Wilken, Patrick, *Empire drift*, Bloomsbury, Londres, 2004.
- Yourcenar, Marguerite, *Mémoires d'Hadrien*, Gallimard, 1974.



JAVIER MORO é autor de *O Sari Vermelho* (Planeta do Brasil, 2009) e *Paixão Índia* (Planeta do Brasil, 2006), ambos sucesso de crítica e de venda na Espanha, no Brasil e em vários países europeus, com sua tradução para 17 idiomas. *O império é você é* o seu último romance, e ganhou o Prêmio Planeta 2011.

## **Sumário**

[Abertura](#)

[Créditos](#)

[Dedicatória](#)

[Epígrafe](#)

[Introdução](#)

[Primeira parte](#)

[1](#)

[2](#)

[3](#)

[4](#)

[5](#)

[6](#)

[7](#)

[8](#)

[9](#)

[10](#)

[11](#)

[12](#)

[13](#)

[14](#)

[Segunda parte](#)

[15](#)

[16](#)

[17](#)

[18](#)

[19](#)

[20](#)

[21](#)

[22](#)

[23](#)

[24](#)

[25](#)

[26](#)

[27](#)

[Terceira parte](#)

[28](#)

[29](#)

[30](#)

[31](#)

[32](#)

[33](#)

[34](#)

[35](#)

[Quarta parte](#)

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

Quinta parte

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

Sexta parte

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

Sétima parte

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

[79](#)

[80](#)

[81](#)

[82](#)

[83](#)

[84](#)

[85](#)

[86](#)

[87](#)

[88](#)

[89](#)

[90](#)

[91](#)

[92](#)

[93](#)

[94](#)

[95](#)

[96](#)

[97](#)

[98](#)

[99](#)

[100](#)

[101](#)

[102](#)

[103](#)

[104](#)

[105](#)

[Epílogo](#)

[Agradecimentos](#)

[Bibliografia](#)

[Sobre o autor](#)